ISSN Online: 2675-5122
ISSN-L: 1413-7461

CIÊNCIA

Geográfica

ANO XXX - VOL. XXX, Nº 1 - ENSINO - PESQUISA - MÉTODO - JANEIRO/DEZEMBRO - 2026

Territórios em transformação: sociedade, natureza e desafios contemporâneos da Geografia

CIÊNCIA
Geográfica

Expediente

Revista **Ciência Geográfica**
Ensino - Pesquisa - Método
Ano XXX - Vol. XXX - **N.º 1** - Janeiro/Dezembro de 2026
ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461
Publicação anual voltada ao ensino, à pesquisa e método em Geografia e áreas afins.

Órgão oficial de divulgação da
ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS SEÇÃO LOCAL BAURU - SP

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS:
Presidente Nacional: Prof. Dr. **Charlles da França Antunes**
Diretor Seção Local Bauru: Prof. Dr. **José Aparecido dos Santos**

Editores:
Álvaro José de Souza (*In Memoriam*), Cláudio Eduardo de Castro, Elian Alabi Lucci, José Misael Ferreira do Vale *(In Memoriam)*, Lourenço Magnoni Júnior, Ruy Moreira e Wellington dos Santos Figueiredo.

Comitê Editorial:
Álvaro José de Souza *(In Memoriam)*, Adnilson de Almeida Silva, André Luiz Nascentes Coelho, Andréa Aparecida Zacharias, Antônio Francisco Magnoni, Cláudio Eduardo de Castro, Cristiano Nunes Alves, Edson Belo Clemente de Souza, Elian Alabi Lucci, Elvis Christian Madureira Ramos, Flavio Gatti, Jorge Luis Paes de Oliveira Costa, José Mauro Palhares, José Misael Ferreira do Vale *(In Memoriam)*, Lourenço Magnoni Júnior, Lucivânio Jatobá, Maria da Graça Mello Magnoni, Patrícia Helena Mirandola Garcia, Ruy Moreira e Wellington dos Santos Figueiredo.

Revisores:
José Mauro Palhares, Lourenço Magnoni Júnior, Maria da Graça Mello Magnoni e Wellington dos Santos Figueiredo.

Jornalista Responsável:
Antônio Francisco Magnoni - MTB - 19280

Conselho Editorial/Editorial Board:
Prof. Dr. Lourenço Magnoni Júnior (Centro Paula Souza/Lins – SP – Brasil) - Editor-chefe

Membros/Members:
Profª. Drª. Adriana Dorfman (UFRGS/Porto Alegres – RS – Brasil)
Drª Alineaurea Florentino Silva (Embrapa Semiárido/Petrolina – PE – Brasil)
Prof. Dr. André Luiz Nascentes Coelho (UFES/Vitória – ES – Brasil)
Profª. Drª. Andréa Aparecida Zacharias (UNESP/Ourinhos – SP – Brasil)
Prof. Dr. Adnilson de Almeida Silva (UNIR/Porto Velho – RO – Brasil)
Prof. Dr. Alexandre Luiz Rauber (UNIFAP/Macapá – AP – Brasil)
Prof. Dr. Antônio Francisco Magnoni (UNESP/Bauru – SP – Brasil)
Prof. Dr. Antonio José Teixeira Guerra (UFRJ/Rio de Janeiro – RJ – Brasil)
Profª. Drª. Belén Pérez Pérez (UGR/Granada – Espanha)
Prof. Dr. Cláudio Eduardo de Castro (UEMA/São Luís – MA – Brasil)
Prof. Dr. Cláudio Artur Mungói (Universidade Eduardo Mondlane/Maputo – Moçambique)
Prof. Dr. Cristiano Nunes Alves (UEMA/São Luís – MA – Brasil)
Prof. Dr. Diamantino Pereira (USP/São Paulo – SP – Brasil)
Prof. Dr. Douglas Santos (Aposentado PUC/São Paulo – SP – Brasil)
Prof. Dr. Edson Belo Clemente de Souza (UEPG/Ponta Grossa – PR – Brasil)
Prof. Dr. Eugénio Calei Lucamba (ISCED/Huambo - Angola)
Prof. Dr. Elvio Rodrigues Martins (USP/São Paulo – SP – Brasil)
Prof. Dr. Elvis Christian Madureira Ramos (UFMS/Corumbá – MS – Brasil)
Prof. Dr. Genylton Odilon Rego da Rocha (UFPA/Belém – PA – Brasil)
Profª. Dr.ª Helena Copetti Callai (UNIJUÍ/Ijuí – RS – Brasil)
Profª. Drª. Izabel Castanha Gil (Centro Universitário de Adamantina/Adamantina – SP – Brasil)
Prof. Dr. José Antônio Herrera (UFPA/Altamira – PA – Brasil)
Prof. Dr. José Falcão Sobrinho (UVA/Sobral – CE – Brasil)
Prof. Dr. José Mauro Palhares (UNIFAP/Oiapoque – AP – Brasil)
Prof. Dr. Jorge Luiz Barcellos da Silva (UNIFESP/ São Paulo – SP – Brasil)
Prof. Dr. Jorge Olcina Cantos (Associação Espanhola de Geografia-AGE/Universidade de Alicante-UA/Alicante – Espanha)
Prof. Dr. Jésus Manuel González Pérez (Associação Espanhola de Geografia-AGE/UIB/Palma - Espanha
Profª. Dr.ª Lana de Souza Cavalcanti (UFGO/Goiânia – GO – Brasil)

POLÍTICA E OBJETIVOS DA REVISTA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

A Revista CIÊNCIA GEOGRÁFICA - Ensino, Pesquisa e Método é uma publicação eletrônica editada pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Seção Bauru – SP com a finalidade de divulgar a atuação profissional e intelectual de geógrafos, professores de Geografia da Educação Básica e Superior, estudantes de Pós-Graduação em Geografia e de Ciências afins. Dentre seus objetivos estão:

1 - Estimular a produção técnico-científica e didático-pedagógica dos sócios da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Bauru – SP e de pesquisadores da Geografia Brasileira ou de ciências afins;

2 - Divulgar as ciências brasileiras no plano internacional e evidenciar as ciências mundiais ao conhecimento nacional;

3 - Promover a difusão e a popularização da Ciência e Tecnologia no âmbito da Geografia ou de Ciências afins;

4 - Estabelecer, em caráter permanente, articulações orgânicas entre a pesquisa universitária de Geografia e Ciências afins com as salas de aula dos Sistemas de Ensino Fundamental, Médio, Técnico e Superior.

As edições online da Revista CIÊNCIA GEOGRÁFICA estão abertas para publicar todas as tendências acadêmicas e científicas críticas que estão em pauta na Geografia e nas diversas Áreas de Conhecimento da Educação Escolar Brasileira contemporânea. O objetivo central da Revista Eletrônica da AGB/Seção Bauru - SP é ampliar o alcance das Pesquisas e do Ensino de Geografia e suas Ciências conexas. As páginas online estão disponíveis para divulgar todas as ações que aproximem a Ciência Geográfica brasileira dos cidadãos que desejam a construção de um mundo mais justo, solidário, democrático e participativo.

Prof. Dr. Lourenço Magnoni Júnior (Centro Paula Souza/Lins – SP – Brasil)
Prof. Dr. Luciano Fernandes Lourenço (Universidade de Coimbra – Portugal)
Prof. Dr. Lucivânio Jatobá (UFPE/Recife – PE – Brasil)
Profª. Drª. Lucy Ribeiro Ayach - (UFMS/Aquidauana – MS – Brasil)
Prof. Dr. Márcio Balbino Cavalcante (Professor de Geografia do Estado da Paraíba e da Rede Municipal de Educação de João Pessoa – PB – Brasil)
Profª. Drª. Maria da Graça Mello Magnoni (UNESP/Bauru – SP – Brasil)
Profª. Drª. María Ester González (Universidad de Concepción (Concepción – Chile)
Prof. Dr. Nelson Rego (UFRGS/Porto Alegre – RS – Brasil)
Prof. Dr. Nestor Andre Kaercher UFRGS/Porto Alegre – RS – Brasil)
Profª. Drª. Patrícia Helena Mirandola Garcia (UFMS/Três Lagoas – MS – Brasil)
Prof. Dr. Roberto Serrano-Notivoli (UNIZAR/ Zaragoza – Espanha)
Profª. Drª. Silvia Aparecida de Sousa Fernandes (UNESP/Marília – SP – Brasil)
Profª. Drª. Sonia Maria Vanzella Castellar (USP/São Paulo – SP – Brasil)
Prof. Dr. Túlio Barbosa (UFU/Uberlândia – MG – Brasil)
Prof. Dr. Wellington dos Santos Figueiredo (Centro Paula Souza/Cabrália Paulista – SP – Brasil)
Prof. Dr. Wilson Martins Lopes Júnior (UFF/Angra dos Reis – RJ – Brasil)
Prof. Dr. Zeno Soares Crocetti (UNILA/Foz do Iguaçu – PR – Brasil)

Indexada em/*Indexed in/Abstract in*:
IBCIT (ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461), Latindex, Diadorim, Gloogle Acadêmico, LivRe e DOI (*Digital Object Identifier*).

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS SEÇÃO LOCAL BAURU - SP
CNPJ 00.407.524/0001-00
Rua Pedro Oliveira Tavares, 2-148 – Jardim Colonial – Bauru – SP – CEP 17047-595
Fone: (14) 99711-1450
E-mail: agb@agbbauru.org.br
Site: https://www.agbbauru.org.br

Normatização bibliográfica: Nilton de Araújo Júnior
Edição: Nilton de Araujo Junior (CNPJ 49.135.556/0001-84)
Imagem da Capa: Nilton de Araujo Junior, ilustração digital autoral desenvolvida com assistência de inteligência artificial generativa.
*** As opiniões expressadas pelos autores são de sua inteira responsabilidade.**

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. Para ver uma cópia desta licença, visite: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR. Direitos para esta edição foram cedidos pelos autores e organizador. Qualquer parte ou a totalidade do conteúdo desta publicação pode ser reproduzida ou compartilhada, desde que se lhe atribua o devido crédito pela criação original. Obra sem fins lucrativos e com distribuição gratuita. O conteúdo dos artigos publicados é de inteira responsabilidade de seus autores, não representando a posição oficial da Revista Ciência Geográfica.

Ficha catalográfica elaborada por:

DIVISÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO - UNESP - Botucatu

Ciência Geográfica - Ensino - Pesquisa - Método
(Seção Bauru / Associação dos Geógrafos Brasileiros / Editora Saraiva) - Bauru / São Paulo - SP
Ano I - n.º 1 (1995)
Ano XXX. Vol. XXX – Nº 1 – Janeiro-Dezembro/2026
Anual
ISSN Online: 2675-5122 – ISSN-L: 1413-7461
1. Geografia - Periódicos - Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Bauru / Editora Saraiva

ISSN Online: 2675-5122
ISSN-L: 1413-7461

CIÊNCIA Geográfica

ANO XXIX - VOL. XXX, Nº 1 - ENSINO - PESQUISA - MÉTODO - JANEIRO/DEZEMBRO - 2026

Geographic Science Journal

YEAR XXIX - VOL. XXX, # 1 - TEACHING - RESEARCH - METHOD - JANUARY/DECEMBER - 2026

Revista Ciencia Geografica

AÑO XXIX - VOL. XXX, # 1 - DOCENCIA - INVESTIGACIÓN - MÉTODO - ENERO/DICIEMBRE - 2026

Sumário - Index - Índice

Carta ao Leitor / Letter to the Reader / Carta al Lector **6**

Artigos - Articles - Artículos

Enseñanza de la Geografía económica y política desde un enfoque territorial situado: propuestas pedagógicas para la Provincia del Chaco y su posible aplicabilidad en Brasil **9**
Ensino de Geografia econômica e política a partir de uma abordagem territorial situada: propostas pedagógicas para a Província do Chaco e sua possível aplicabilidade no Brasil
Teaching economic and political Geography from a situated territorial approach: pedagogical proposals for the Province of Chaco and their possible applicability in Brazil
Fernando Ariel Bonfanti

A relação sociedade/natureza no ensino de Geografia **21**
The relationship between society and nature in the teaching of Geography
La relación entre la sociedad y la naturaleza en la enseñanza de la Geografía
Jorge Luiz Barcellos da Silva • Elvio Rodrigues Martins • Cecília Cardoso Teixeira de Almeida

Tranças afro e territorialidades estéticas: corpo e cultura **34**
Afro braids and aesthetic territorialities: body and culture
Trenzas afro y territorialidades estéticas: cuerpo y cultura
Fernando de Matos e Silva • Silvana Afonso Costa • José Mauro Palhares

Da independência à crise urbana: circuitos de produção, cooperação e captura política do desenvolvimento urbano em Porto Príncipe (Haiti) **51**
From independence to urban crisis: production circuits, cooperation and political capture of urban development in Port-au-Prince (Haiti)
De l'indépendance à la crise urbaine: circuits de production, coopération , et capture politique du développement urbain à Port-au-Prince
Zeno Soares Crocetti • Bachelard Noel

De l'indépendance à la crise urbaine: circuits de production, coopération , et capture politique du développement urbain à Port-au-Prince **69**
Da independência à crise urbana: circuitos de produção, cooperação e captura política do desenvolvimento urbano em Porto Príncipe (Haiti)
From independence to urban crisis: production circuits, cooperation and political capture of urban development in Port-au-Prince (Haiti)
Zeno Soares Crocetti • Bachelard Noel

Remanescentes florestais na raia divisória São Paulo-Mato Grosso do Sul, Brasil: uma análise fitossociológica por meio da representação gráfica das pirâmides de vegetação **88**
Forest remnants on the raia divisória São Paulo-Mato Grosso do Sul, Brazil: a phytosociological analysis through the graphic representation of vegetation pyramids
Restos forestales en la raia divisória São Paulo y Mato Grosso do Sul, Brasil: un análisis fitosociológico mediante la representación gráfica de pirámides de vegetación
Diogo Laércio Gonçalves • Messias Modesto dos Passos

Em meio tshiji (chão) e wenu (rio): histórico de luta e migração do líder indígena Zé Urias Manchineri **110**
In the middle of tshiji (ground) and wenu (river): historic of struggle and migration of the indigenous leader Zé Urias Manchineri
En medio de tshiji (tierra) y wenu (río): historia de lucha y migración del líder indígena Zé Urias Manchineri
Alessandra Severino da Silva Manchinery • Suzanna Dourado da Silva • Maria de Jesus Morais • Adnilson de Almeida Silva

Vinícola Beloto e o vinho da uva Jacques: a manutenção da tradição pelo aprimoramento técnico **125**
Beloto Winery and the Jacques grape wine: maintaining tradition through technical improvement
Bodega Beloto y el vino de la uva Jacques: el mantenimiento de la tradición a través del perfeccionamiento técnico
Eli Fernando Tavano Toledo • Angelita Santos Marinho Vasconcellos

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): esforço de gestão de crise do modo de produção capitalista **144**
Sustainable Development Goals (SDGs): a crisis management effort of the capitalist mode of production
Objetivos De Desarrollo Sostenible (ODS): un esfuerzo de gestión de crisis del modo de producción capitalista
Antônio Carlos Ribeiro Araújo Júnior

Imperativo espacial & configuração exossomática: o discurso da antropotopia **164**
Spatial imperative & exosomatic configuration: the discourse of anthropopathy
Imperativo espacial & configuración exosomática: el discurso de la antropopatía
Carlos Santos

Modelagem da fragilidade ambiental emergente como subsídio ao manejo e conservação de solos na Bacia do Rio Pardo–SP **174**
Emerging environmental fragility modeling as a subsidy for soil management and conservation in the Rio Pardo Basin–SP
Modelado de la fragilidad ambiental emergente como apoyo al manejo y conservación de suelos en la Cuenca del Río Pardo-SP
Matheus Vargas de Oliveira • Edson Luís Piroli

Territorialidades do capital e políticas educacionais: uma análise normativa e orçamentária dos povos e comunidades tradicionais em Pernambuco **188**
Capital territorialities and educational policies: a normative and budgetary analysis of traditional peoples and communities in Pernambuco
Territorialidades del capital y políticas educativas: un análisis normativo y presupuestario de los pueblos y comunidades tradicionales en Pernambuco
Anderson Gois Marques da Cunha • Katharine Ninive Pinto Silva

Ecoturismo e governança territorial na fronteira Rondônia–Bolívia **210**
Ecotourism and territorial governance at the Rondônia–Bolivia border
Ecoturismo y gobernanza territorial en la frontera Rondônia–Bolivia
Marcos Lino Montalvão • Luciana Riça Mourão Borges

O retorno do espaço geográfico como força do agir: notas a partir de Milton Santos **226**
The return of geographic space as a force of action: notes from Milton Santos
El retorno del espacio geográfico como fuerza de acción: notas a partir de Milton Santos
Valdeir de Oliveira Prestes

Alfabetização cartográfica no Ensino Fundamental II: uma análise a partir da BNCC no município de Andirá – Paraná **238**
Cartographic literacy in Secondary Education: an analysis based on BNCC in the municipality of Andirá – Paraná
Alfabetización cartográfica en la Educación Secundaria: un análisis a partir del BNCC en el municipio de Andirá – Paraná
Carlos Fabrício Torejani • Alan Alves Alievi

O PIBID como espaço de formação docente em Geografia: práticas, mobilidade urbana e consciência negra **256**
PIBID as a space for teacher training in Geography: practices, urban mobility and black consciousness
PIBID como espacio para la formación docente em Geografia: prácticas, movilidad urbana y conciencia negra
Paulo Henrique de Souza • Neusa Cristina Chaves • Gian Silva Oliveira • Taissa Marcela de Souza Melo

Fragmentación electoral y polarización política: implicancias para la representación y la participación ciudadana **276**
Fragmentação eleitoral e polarização política: implicações para a representação e a participação cidadã
Electoral fragmentation and political polarization: implications for representation and citizen participation
Angel Aronés Cisneros • Miguel Gonzales Olivos • César Adrian Labeguerre Nakada • José Daniel Almeida Fernández

Estudio del estrés hídrico en El Salvador: un análisis por medio de la teledetección durante el período 2012-2022 ..... **295**
Estudo do estresse hídrico em El Salvador: uma análise por meio do sensoriamento remoto durante o período 2012-2022
Assessment of water stress in El Salvador: a remote sensing-based analysis (2012-2022)
David Emmanuel Salguero Miranda • Camila Alejandra Tobías López • Marcia Aparecida Procopio da Silva Scheer • José Mauro Palhares • Alexandre Luiz Rauber

Vulnerabilidade da pesca artesanal caiçara em áreas de preservação ambiental no Sudeste do Brasil: cultura em risco **316**
Vulnerability of caiçara artisanal fisheries in environmental preservation areas in Southeastern Brazil: culture at risk
Vulnerabilidad de la pesca artesanal caiçara en áreas de preservación ambiental en el Sudeste de Brasil: cultura en riesgo
José Marcio dos Santos • Fábio Fernandes Villela • Juanita Trigo Nasser • Joan Gabriel Perdomo Vasquez

Cartografia fenomenológica dos corpos-territórios sobreviventes à tentativa de feminicídio mediada por Inteligência Artificial **334**
Phenomenological cartography of body-territories surviving attempted femicide mediated by Artificial Intelligence
Cartografía fenomenológica de los cuerpos-territorios sobrevivientes a la tentativa de feminicidio mediada por Inteligencia Artificial
Danúbia Zanotelli Soares • Maria das Graças Silva Nascimento Silva

Entre a diversidade e o preconceito: experiências estudantis no ensino médio em uma Escola Pública de Alfenas - MG **354**
Between diversity and prejudice: student experiences in high school at a Public School in Alfenas - MG
Entre la diversidad y el prejuicio: experiencias estudantiles em la educación secundaria en una Escuela Pública de Alfenas - MG
Natalia Negretti Figueiredo • Denis Messias de Souza • Camilly Souza do Nascimento Vicente • Linamara Roberta Ribeiro • Paulo Henrique de Souza

Participação política das mulheres na Nova Alta Paulista **369**
Women's political participation in the Nova Alta Paulista region
Participación política de las mujeres en la región de Nova Alta Paulista
Paulo Sergio da Silva • Carolina Reguvich

CARTA AO LEITOR

É com grande satisfação que apresentamos a edição 1/2026 da Revista Ciência Geográfica, reafirmando nosso compromisso com a produção, difusão e a popularização do conhecimento científico voltado à compreensão das múltiplas dinâmicas que constituem o espaço geográfico contemporâneo.

Nesta edição, reunimos um conjunto diversificado de pesquisas que evidenciam a amplitude temática e metodológica da Geografia e de áreas afins. Os artigos aqui publicados promovem reflexões sobre questões ambientais, sociais, políticas, econômicas, culturais e educacionais, demonstrando a capacidade da ciência geográfica de interpretar fenômenos complexos em diferentes escalas e contextos territoriais.

Os leitores encontrarão estudos que discutem a vulnerabilidade de comunidades tradicionais frente às políticas de preservação ambiental, as lutas e territorialidades dos povos indígenas, os desafios do desenvolvimento urbano em contextos latino-americanos, as transformações políticas e eleitorais, bem como análises sobre governança territorial, ecoturismo, sustentabilidade e os objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A educação geográfica também ocupa lugar de destaque nesta edição, por meio de trabalhos que abordam a alfabetização cartográfica, a formação docente, o ensino da Geografia econômica e política, as relações sociedade-natureza e as experiências escolares voltadas à valorização da diversidade e da inclusão. Tais contribuições reforçam o papel estratégico da educação na construção de uma sociedade crítica e consciente de suas responsabilidades socioespaciais.

Destacam-se ainda pesquisas voltadas à conservação ambiental, ao manejo de recursos naturais, à análise da fragilidade ambiental e à preservação de remanescentes florestais, evidenciando a crescente preocupação da comunidade científica com os desafios impostos pelas mudanças ambientais e pela necessidade de promover formas mais sustentáveis de ocupação e uso do território.

Ao reunir autores de diferentes instituições e países, esta edição fortalece o diálogo interdisciplinar e internacional, ampliando as possibilidades de intercâmbio científico e contribuindo para o avanço do pensamento geográfico contemporâneo.

Agradecemos aos autores e autoras, pareceristas e colaboradores que tornaram possível esta publicação. Esperamos que os artigos aqui apresentados inspirem novas pesquisas, debates e reflexões, contribuindo para o fortalecimento da Geografia como ciência e disciplina comprometida com a compreensão crítica da realidade e com a construção de sociedades mais justas, sustentáveis e democráticas.

Desejamos a todos uma excelente leitura.

Os Editores

LETTER TO THE READER

It is with great satisfaction that we present Issue 1/2026 of "Revista Ciência Geográfica", reaffirming our commitment to the production, dissemination, and socialization of scientific knowledge aimed at understanding the multiple dynamics that shape contemporary geographic space.

In this issue, we bring together a diverse set of studies that highlight the thematic and methodological breadth of Geography and related fields. The articles published here promote reflections on environmental, social, political, economic, cultural, and educational issues, demonstrating the capacity of geographic science to interpret complex phenomena across different scales and territorial contexts.

Readers will find studies that examine the vulnerability of traditional communities in relation to environmental conservation policies, the struggles and territorialities of Indigenous peoples, the challenges of urban development in Latin American contexts, political and electoral transformations, as well as analyses of territorial governance, ecotourism, sustainability, and the Sustainable Development Goals.

Geographic education also occupies a central place in this issue through studies addressing cartographic literacy, teacher education, the teaching of economic and political Geography, society–nature relations, and school experiences aimed at promoting diversity and inclusion. These contributions reinforce the strategic role of education in building a critical society that is aware of its socio-spatial responsibilities.

This issue also highlights research focused on environmental conservation, natural resource management, environmental fragility analysis, and the preservation of forest remnants, reflecting the growing concern within the scientific community regarding the challenges posed by environmental change and the need to promote more sustainable forms of territorial occupation and land use.

By bringing together authors from different institutions and countries, this issue strengthens interdisciplinary and international dialogue, expanding opportunities for scientific exchange and contributing to the advancement of contemporary geographic thought.

We thank the authors, reviewers, and collaborators who made this publication possible. We hope that the articles presented here will inspire new research, debates, and reflections, contributing to the strengthening of Geography as a science and discipline committed to the critical understanding of reality and to the construction of more just, sustainable, and democratic societies.

We wish everyone an excellent reading experience.

The Editors

CARTA AL LECTOR

Con gran satisfacción presentamos la edición 1/2026 de la "Revista Ciência Geográfica", reafirmando nuestro compromiso con la producción, difusión y socialización del conocimiento científico orientado a la comprensión de las múltiples dinámicas que configuran el espacio geográfico contemporáneo.

En esta edición reunimos un conjunto diverso de investigaciones que evidencian la amplitud temática y metodológica de la Geografía y de campos afines. Los artículos aquí publicados promueven reflexiones sobre cuestiones ambientales, sociales, políticas, económicas, culturales y educativas, demostrando la capacidad de la ciencia geográfica para interpretar fenómenos complejos en distintas escalas y contextos territoriales.

Los lectores encontrarán estudios que analizan la vulnerabilidad de comunidades tradicionales frente a las políticas de conservación ambiental, las luchas y territorialidades de los pueblos indígenas, los desafíos del desarrollo urbano en contextos latinoamericanos, las transformaciones políticas y electorales, así como análisis sobre gobernanza territorial, ecoturismo, sostenibilidad y los Objetivos de Desarrollo Sostenible.

La educación geográfica también ocupa un lugar central en esta edición, a través de trabajos que abordan la alfabetización cartográfica, la formación docente, la enseñanza de la Geografía económica y política, las relaciones sociedad-naturaleza y las experiencias escolares orientadas a la valorización de la diversidad y la inclusión. Estas contribuciones refuerzan el papel estratégico de la educación en la construcción de una sociedad crítica y consciente de sus responsabilidades socioespaciales.

Asimismo, se destacan investigaciones orientadas a la conservación ambiental, al manejo de recursos naturales, al análisis de la fragilidad ambiental y a la preservación de remanentes forestales, evidenciando la creciente preocupación de la comunidad científica frente a los desafíos impuestos por los cambios ambientales y por la necesidad de promover formas más sostenibles de ocupación y uso del territorio.

Al reunir autores de diferentes instituciones y países, esta edición fortalece el diálogo interdisciplinario e internacional, ampliando las posibilidades de intercambio científico y contribuyendo al avance del pensamiento geográfico contemporáneo.

Agradecemos a los autores, autoras, evaluadores y colaboradores que hicieron posible esta publicación. Esperamos que los artículos aquí presentados inspiren nuevas investigaciones, debates y reflexiones, contribuyendo al fortalecimiento de la Geografía como ciencia y disciplina comprometida con la comprensión crítica de la realidad y con la construcción de sociedades más justas, sostenibles y democráticas.

Deseamos a todos una excelente lectura.

Los Editores

DOI: https://doi.org/10.18817/26755122.30.1.2026.4596

ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA ECONÓMICA Y POLÍTICA DESDE UN ENFOQUE TERRITORIAL SITUADO: PROPUESTAS PEDAGÓGICAS PARA LA PROVINCIA DEL CHACO Y SU POSIBLE APLICABILIDAD EN BRASIL

ENSINO DE GEOGRAFIA ECONÔMICA E POLÍTICA A PARTIR DE UMA ABORDAGEM TERRITORIAL SITUADA: PROPOSTAS PEDAGÓGICAS PARA A PROVÍNCIA DO CHACO E SUA POSSÍVEL APLICABILIDADE NO BRASIL

TEACHING ECONOMIC AND POLITICAL GEOGRAPHY FROM A SITUATED TERRITORIAL APPROACH: PEDAGOGICAL PROPOSALS FOR THE PROVINCE OF CHACO AND THEIR POSSIBLE APPLICABILITY IN BRAZIL

Fernando Ariel Bonfanti[1]
0000-0003-1302-8945
fbonfanti@hum.unne.edu.ar

CIÊNCIA Geográfica
Ano XXX - Vol. XXX - (1): Janeiro/Dezembro - 2026
ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461
www.agbbauru.org.br

1 Profesor en Geografía por la Universidad Nacional del Nordeste (Argentina) y Magíster en Gobierno y Economía Política, Universidad Nacional de San Martín (Argentina). Profesor Adjunto en la cátedra Geografía Económica y Política General. Departamento de Geografía - Facultad de Humanidades-Universidad Nacional del Nordeste (Argentina). ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1302-8945. E-mail: fbonfanti@hum.unne.edu.ar.

Artigo recebido em fevereiro de 2026 e aceito para publicação em abril de 2026.

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMEN: El presente artículo describe la enseñanza de la Geografía Económica y Política desde un enfoque territorial situado, tomando como caso empírico la provincia del Chaco (Argentina) y evaluando su aplicabilidad en el contexto educativo brasileño. El trabajo se inscribe en el campo de la didáctica de la geografía y parte del supuesto de que los procesos económicos y políticos adquieren mayor significatividad pedagógica cuando se abordan a partir del territorio vivido, en diálogo con escalas regionales, nacionales y globales. Desde un enfoque cualitativo, descriptivo-analítico y comparativo, se integran aportes de la geografía crítica, la geografía económica y la pedagogía crítica para fundamentar propuestas de trabajo de campo como estrategia fundamental orientadas al nivel universitario. Los resultados evidencian que el enfoque territorial situado favorece la comprensión de las desigualdades socioespaciales, fortalece el pensamiento crítico y presenta alta transferibilidad a contextos educativos brasileños, particularmente en regiones periféricas con problemáticas estructurales similares.

Palabras clave: Geografía económica y política. Enfoque territorial situado. Trabajo de campo. Desigualdades socioespaciales. Educación superior.

RESUMO: O presente artigo analisa o ensino da Geografia Econômica e Política a partir de uma abordagem territorial situada, tomando como caso empírico a província do Chaco (Argentina) e discutindo sua aplicabilidade no contexto educacional brasileiro. Inserido no campo da didática da Geografia, o estudo parte do pressuposto de que os processos econômicos e políticos adquirem maior relevância pedagógica quando abordados a partir do território vivido, articulado às escalas regional, nacional e global. Com base em uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo-analítico e comparativo, o trabalho integra contribuições da geografia crítica, da geografia econômica e da pedagogia crítica, fundamentando propostas de trabalho de campo como estratégia central no ensino superior. Os resultados indicam que a abordagem territorial situada contribui para a compreensão das desigualdades socioespaciais, fortalece o pensamento crítico e apresenta potencial de transferência para contextos educacionais brasileiros, especialmente em regiões periféricas marcadas por problemáticas estruturais semelhantes.

Palavras-chave: Geografia econômica e política. Abordagem territorial situada. Trabalho de campo. Desigualdades socioespaciais. Ensino superior.

ABSTRACT: This article analyzes the teaching of Economic and Political Geography from a situated territorial approach, taking the province of Chaco (Argentina) as an empirical case and discussing its applicability in the Brazilian educational context. Situated within the field of Geography education, the study assumes that economic and political processes gain greater pedagogical relevance when addressed from the lived territory, articulated with regional, national, and global scales. Based on a qualitative, descriptive-analytical, and comparative approach, the paper integrates contributions from critical geography, economic geography, and critical pedagogy, supporting fieldwork proposals as a central strategy in higher education. The findings indicate that the situated territorial approach contributes to the understanding of socio-spatial inequalities, strengthens critical thinking, and shows potential transferability to Brazilian educational contexts, especially in peripheral regions marked by similar structural challenges.

Keywords: Economic and political geography. Situated territorial approach. Fieldwork. Socio-spatial inequalities. Higher education.

INTRODUCCIÓN

La enseñanza de la Geografía Económica y Política en los niveles secundario y universitario enfrenta, en la actualidad, el desafío de superar enfoques descriptivos y fragmentados que dificultan la comprensión crítica de los procesos socioeconómicos y políticos contemporáneos. En muchos casos, los contenidos curriculares se presentan desvinculados de las realidades territoriales concretas de los estudiantes, lo que limita su potencial formativo y su contribución a la construcción de una ciudadanía crítica. Frente a este escenario, el enfoque territorial situado emerge como una alternativa pedagógica relevante, en tanto permite articular los contenidos disciplinares con problemáticas locales y regionales, sin perder de vista las dinámicas estructurales del sistema económico y político global.

Este enfoque favorece la comprensión de cómo las estructuras productivas, las redes de intercambio y las políticas públicas se expresan de manera diferenciada en cada territorio, generando oportunidades y desafíos específicos. Al situar el análisis en contextos reales, la geografía económica no solo aporta herramientas para interpretar la complejidad del espacio, sino que también fortalece la formación crítica de los estudiantes, quienes pueden relacionar los contenidos con su propia realidad social y económica. Dentro de este enfoque, el trabajo de campo es una técnica concreta que puede formar parte del mismo ya que aporta evidencia directa y experiencias vivenciales; éstas permiten que los estudiantes comprendan cómo los procesos económicos y políticos se manifiestan en su propio entorno, evitando una enseñanza abstracta y desconectada.

La provincia del Chaco constituye un caso particularmente significativo para este tipo de abordaje, debido a su estructura productiva primaria, sus persistentes e históricas desigualdades socioeconómicas y su inserción periférica en el sistema regional y nacional argentino.

En este trabajo en particular y queriendo hacer una comparación con la enseñanza de esta disciplina en el vecino país de Brasil, el análisis de la aplicabilidad de estas propuestas resulta pertinente por la centralidad que adquiere el enfoque territorial en los lineamientos curriculares brasileños contemporáneos, especialmente a partir de la Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que si bien no regula directamente la educación superior, sí influye en la formación docente universitaria en Brasil a través de la Base Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), que obliga a las carreras de Pedagogía y licenciaturas a alinear sus planes de estudio con las competencias y habilidades definidas para la educación básica; y por la existencia de similitudes estructurales entre el Chaco Argentino y regiones brasileñas como el Nordeste, vinculadas a condiciones socioeconómicas desiguales, a patrones productivos primarios de base extractiva, a problemáticas ambientales comunes y a dinámicas territoriales caracterizadas por procesos de marginalización.

De acuerdo a esto, los principales objetivos del artículo son, en primer lugar, analizar y fundamentar el enfoque territorial situado como perspectiva teórico-metodológica para la enseñanza de la Geografía Económica y Política, examinando su contribución a la comprensión crítica de los procesos económicos y políticos a partir de la articulación entre dimensiones conceptuales, prácticas y experiencias territoriales. En segundo lugar, diseñar y analizar propuestas pedagógicas contextualizadas para el nivel superior en la provincia del Chaco, basadas en metodologías activas (como estudios de caso, cartografía participativa y trabajo de campo) y estrategias de innovación didáctica, a fin de valorar su potencial de transferibilidad y aplicabilidad en el contexto educativo brasileño.

REFERENCIAL TEÓRICO

El enfoque territorial situado implica diseñar la enseñanza desde la realidad del territorio, incluso sin salir del aula, usando estadísticas locales, mapas, testimonios y estudios de caso. Se apoya en la idea de que el análisis geográfico debe partir de los territorios concretos en los que se desarrollan las prácticas económicas y políticas.

Haesbaert (2011) profundiza esta mirada al proponer el concepto de multiterritorialidad, señalando que los actores sociales – empresas transnacionales, Estados, comunidades locales – producen y habitan múltiples territorios simultáneamente, aunque con capacidades profundamente desiguales de apropiación y control. Desde este enfoque, el territorio es entendido como: un espacio de apropiación material (infraestructura, recursos, localización productiva), un espacio de regulación política (normativas, políticas públicas, fronteras), y un espacio de disputa simbólica y social (identidades, resistencias, memorias).

La dimensión política del enfoque territorial situado se apoya en los aportes de Raffestin (1993), quien define el territorio como el resultado de relaciones sociales mediadas por el poder. Desde esta óptica, toda organización económica del espacio implica decisiones políticas que favorecen determinados actores y excluyen a otros.

El enfoque territorial situado se sustenta en los aportes de la geografía crítica, la geografía económica, la geografía política y la pedagogía crítica. Desde la geografía crítica, Milton Santos concibe el territorio como una construcción social resultante de la interacción entre sistemas de objetos y sistemas de acciones, atravesada por relaciones de poder y desigualdades estructurales (Santos, 2000). Esta concepción resulta central para la enseñanza de la Geografía Económica y Política, en tanto permite comprender que los procesos económicos y políticos se materializan de forma diferenciada en el espacio.

David Harvey (2007, 2014) aporta una lectura crítica del capitalismo contemporáneo al analizar la producción desigual del espacio y el rol del Estado en la regulación territorial del capital. Estos aportes permiten problematizar, en el aula, la relación entre economía, poder, políticas públicas y territorio, eje central de la Geografía Política.

Desde una perspectiva latinoamericana, Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006) y Ana Clara Torres Ribeiro (2012) enfatizan la importancia del territorio como espacio de disputas, resistencias y construcción de alternativas al modelo hegemónico de desarrollo. Esta dimensión resulta central en la formación universitaria, ya que permite comprender que las configuraciones económicas no son neutrales, sino el resultado de correlaciones de fuerzas que generan procesos de inclusión y exclusión territorial.

En el campo de la didáctica de la geografía, Yves Lacoste (1976) sostiene que el conocimiento geográfico es inherentemente político y que su enseñanza debe orientarse a la formación de sujetos críticos. En consonancia, Paulo Freire (1997, 2005) propone una pedagogía problematizadora, basada en el diálogo y en la contextualización del conocimiento, que constituye un pilar fundamental para el enfoque territorial situado. Además, sostiene que la educación debe partir de la realidad concreta de los sujetos para promover una conciencia crítica (Freire, 1970).

Por otra parte, Arroyo (2012) enfatiza que los sujetos educativos están profundamente marcados por los territorios que habitan.

Finalmente, el concepto de multiescalaridad, desarrollado por Neil Smith (2002) y retomado

por autores como Doreen Massey (2005), permite articular el análisis del territorio local con procesos regionales y globales, evitando visiones reduccionistas del espacio geográfico.

La mirada de Milton Santos (2000) también es fundamental en este sentido, pues el autor brasilero analiza cómo la globalización se materializa de forma desigual en los territorios locales, a la vez que rechaza la dicotomía local/global, afirmando que lo local es una expresión concreta de procesos globales.

En este sentido, el análisis del Chaco argentino y su comparación con el Nordeste brasileño permite observar cómo la inserción periférica en la división internacional del trabajo produce configuraciones específicas de especialización productiva, dependencia y vulnerabilidad estructural.

METODOLOGÍA

El trabajo adopta un enfoque cualitativo, con un diseño descriptivo-analítico y comparativo desde una perspectiva territorial. La elección de este enfoque se fundamenta en la necesidad de comprender procesos pedagógicos y territoriales en su complejidad contextual, en coherencia con los aportes de la geografía crítica y la pedagogía crítica.

Se realizó un análisis documental de planes de estudio, diseños curriculares y normativas educativas vigentes en el nivel universitario de la provincia del Chaco, así como de documentos curriculares brasileños, en particular la Base Nacional Comum Curricular (BNCC) y lineamientos vinculados a la formación docente.

Asimismo, se diseñaron propuestas pedagógicas para ser desarrolladas en contextos educativos del Chaco, considerando las actividades a implementar, los contenidos abordados, las escalas de análisis, estrategias didácticas empleadas y producciones elaboradas por los estudiantes. Este proceso incluyó la revisión de experiencias de campo, el mapeo temático y el estudio de casos específicos.

El análisis la información se organizó a partir de categorías teóricas vinculadas al territorio, la multiescalaridad, la desigualdad socioespacial y la formación ciudadana. Finalmente se realizó un ejercicio comparativo para evaluar la potencial transferibilidad de dichas propuestas al contexto brasileño, atendiendo a similitudes estructurales, marcos curriculares y enfoques territoriales.

Cabe señalar que no se propone una comparación simétrica entre ambos contextos, sino un análisis contextual y analítico centrado en principios pedagógicos y posibilidades de transferencia.

Propuestas pedagógicas para la enseñanza de la Geografía Económica y Política desde un enfoque territorial situado

Las siguientes propuestas están diseñadas para ser implementadas en el sistema universitario, con adecuaciones en la profundidad conceptual, el nivel de autonomía del estudiante y el tipo de producción final.

Se presentan seis propuestas que parten del análisis del territorio chaqueño en diálogo comparativo con el Nordeste brasileño, entendiendo ambos como territorios periféricos en el marco del capitalismo latinoamericano.

Propuesta 1: El territorio como construcción económica y política

Desde el enfoque territorial situado, el territorio se aborda como resultado de procesos históricos concretos que configuran relaciones de poder específicas.

El análisis del Chaco permite tanto identificar formas particulares de intervención estatal, como reconocer procesos históricos de apropiación de tierras, y analizar configuraciones productivas específicas.

Aquí es fundamental hacer un análisis de la cartografía histórica del Chaco (para ver su evolución), identificar actores locales concretos y proponer a los alumnos un debate guiado sobre el rol del Estado en la organización territorial (se puede efectuar una relación entre procesos nacionales y dinámicas provinciales) en el cual tengan que efectuar lecturas de textos teóricos (Santos, Harvey) y elaboración de informes críticos.

La contribución educativa de esta propuesta es que permite comprender cómo las categorías teóricas (territorio, Estado, acumulación) adquieren materialidad en una formación socioespacial específica.

Propuesta 2: Estructura productiva y desigualdades territoriales

Lo interesante aquí es analizar la estructura productiva no como dato estadístico aislado, sino como expresión concreta de una inserción subordinada en la división territorial del trabajo.

Aquí se pretende analizar la especialización primaria del Chaco (con datos estadísticos de producción, empleo, exportaciones); problematizar la dependencia de mercados externos y lograr una comparación dinámica con el Nordeste brasileño.

La estrategia didáctica situada gira en torno al trabajo con datos provinciales específicos, la elaboración de cartografía temática regional (utilizando SIG) con su correspondiente interpretación crítica desde la teoría del desarrollo desigual.

La principal contribución educativa es que el estudiantado pueda comprender la periferización como proceso vivido territorialmente, no como concepto abstracto.

Propuesta 3: Geografía política, políticas públicas y producción territorial situada

En este caso la temática a abordar se vincula con conceptos como Estado, políticas públicas y territorio, donde el principal objetivo es comprender el impacto territorial de las políticas públicas económicas y sociales sobre el territorio chaqueño.

Desde el enfoque territorial situado se pueden estudiar programas regionales específicos; evaluar en forma crítica las transformaciones materiales en infraestructura y uso del suelo, y analizar tensiones entre diseño normativo y efectos territoriales reales. Se puede fácilmente efectuar un debate sobre inclusión/exclusión espacial.

Esta temática permite entender cómo el Estado produce territorialidad en contextos periféricos concretos.

Propuesta 4: Multiescalaridad y globalización

La multiescalaridad no se presenta como esquema teórico abstracto, sino como herramienta para explicar cómo procesos globales impactan diferencialmente en territorios específicos, por ello los temas fundamentales a tratar aquí son cadenas globales de valor agroexportadoras, los flujos de capital vinculados a commodities y las transformaciones locales que pueden generar en la provincia del Chaco.

La estrategia didáctica en este eje tiene que ver con la reconstrucción de una cadena productiva con anclaje provincial y la elaboración de esquemas que vinculen escala global, nacional y local.

La idea central es que los estudiantes pueden percibir (y comprender) que la globalización no es homogénea, sino territorialmente diferenciada (análisis crítico del capitalismo global).

Propuesta 5: Conflictos territoriales y actores sociales

En este caso, el enfoque territorial situado enfatiza actores concretos como ser el Estado provincial, empresas agroindustriales, productores locales (agropecuarios, hortícolas) y pueblos originarios. Se pueden identificar y analizan conflictos por la tierra y recursos en casos específicos del Chaco.

Se proponen actividades relacionadas con estudio de casos; trabajo con fuentes periodísticas y académicas, y una simulación de mesas de diálogo en la que los estudiantes puedan asumir roles y debatir.

Con esta propuesta se intenta que los estudiantes logren visibilizar el territorio como espacio de disputa real y no solo como categoría analítica.

Propuesta 6: Comparación territorial situada Argentina–Brasil

El enfoque comparado no busca homogeneizar, sino identificar diferencias históricas y políticas en territorios periféricos de Argentina y Brasil, así como las regularidades estructurales que poseen los mismos. En este eje, la comparación Chaco–Nordeste brasileño se presenta como estrategia para producir conocimiento latinoamericano situado. Esto permite superar miradas nacionales cerradas y fortalecer una perspectiva regional crítica.

EL TRABAJO DE CAMPO COMO OPERACIONALIZACIÓN DEL ENFOQUE TERRITORIAL

En el marco del enfoque territorial situado, el trabajo de campo constituye una estrategia metodológica central para la enseñanza de la Geografía Económica y Política a nivel universitario, ya que permite la articulación de los marcos teóricos con la observación directa de los procesos socioespaciales. De esta manera, ayuda a superar los enfoques abstractos y favorece la comprensión de la economía como un proceso social territorialmente diferenciado.

Desde una perspectiva pedagógica crítica, el trabajo de campo promueve la formación de sujetos capaces de interpretar el territorio como una construcción social atravesada por relaciones de poder y desigualdades estructurales. Asimismo, fortalece habilidades analíticas como la observación sistemática, el registro territorial, la realización de entrevistas y el análisis multiescalar.

Pensar la enseñanza de la Geografía implica considerar propuestas pedagógicas y recursos que vinculen a los estudiantes con sus espacios cotidianos. Trabajar la escala local permite desarrollar una serie de habilidades como la observación, el registro, el análisis, la comparación y la representación que son puestas en valor en las salidas de campo y que asumen una importancia decisiva en el análisis espacial. Por otra parte, permite recuperar conocimientos previos, vivencias y percepciones que los estudiantes tienen de un espacio que les resulta conocido y en el que desarrollan distintas actividades que pueden incluir la residencia, la circulación, el esparcimiento (Volonté, et.al., 2025).

En el nivel universitario, estas prácticas cumplen además una función formativa clave, al introducir a los estudiantes en metodologías propias de la investigación geográfica, tales como la observación sistemática, el registro territorial, la realización de entrevistas a actores locales y el

análisis multiescalar. De este modo, el trabajo de campo articula docencia, investigación y extensión, fortaleciendo una formación integral.

En el contexto del Chaco, estas prácticas permiten examinar los circuitos productivos, las dinámicas de circulación de la riqueza, las desigualdades socioespaciales y las formas de territorialización del poder económico. La observación de las infraestructuras, los espacios productivos y las economías locales facilita la transición de la economía medida a la economía vivida. Las mismas permiten articular docencia, investigación y extensión, fortaleciendo una formación integral.

De forma comparativa, en las regiones del Nordeste brasileño, el trabajo de campo ocupa un lugar central en la formación geográfica, al permitir el análisis situado de las desigualdades regionales, los modelos productivos y los efectos territoriales de las políticas públicas. En ambos casos, la incorporación sistemática del trabajo de campo refuerza la articulación entre escalas y consolida una perspectiva latinoamericana para la enseñanza de la Geografía Económica y Política.

PROPUESTAS DE TRABAJO DE CAMPO EN CONTEXTOS PERIFÉRICOS DE ARGENTINA Y BRASIL

Las propuestas que se presentan a continuación se enmarcan en un enfoque territorial situado, que concibe el territorio como una construcción social atravesada por relaciones de poder, sistemas productivos y dinámicas multiescalares (Santos, 2000; Haesbaert, 2004). Desde una perspectiva pedagógica crítica, inspirada en Paulo Freire (1970), el aprendizaje se entiende como un proceso dialógico anclado en la realidad vivida y orientado a la problematización del contexto territorial.

A continuación se incluyen propuestas específicas de trabajo de campo para la enseñanza de la Geografía Económica y Política. Todas comparten el mismo esquema metodológico: observación directa del territorio, entrevistas semiestructuradas, cuestionarios de percepción estudiantil, análisis documental, cartografía temática y social, registros de campo y análisis multiescalar (local-regional-global).

Expansión del agronegocio y reconfiguración territorial

La expansión de la agroindustria constituye un proceso central de reconfiguración territorial en Sudamérica, asociado a modelos de producción orientados a la exportación, la concentración de la tierra y la subordinación de las economías regionales a las dinámicas globales. Esta línea de trabajo de campo se centra en el análisis de sus impactos territoriales, un problema común tanto en la provincia del Chaco como en el noreste de Brasil.

En el Chaco, el proceso se expresa en el avance de la frontera agrícola sobre territorios históricamente ocupados por comunidades campesinas e indígenas, en particular por el monocultivo de soja y la ganadería intensiva. Se propone estudiar las zonas rurales y periurbanas vinculadas a estas actividades, observando las transformaciones en el uso del suelo, la infraestructura productiva y las relaciones entre los actores locales. En el Nordeste brasileño, especialmente en la región de MATOPIBA, el trabajo de campo permite analizar dinámicas similares vinculadas a la inserción de estos territorios en los circuitos agroexportadores globales.

Las actividades incluyen el análisis de los usos del suelo, entrevistas con productores, comunidades afectadas y actores institucionales, así como la observación de infraestructuras

productivas y logísticas. Desde una perspectiva pedagógica, este eje nos permite abordar conceptos como la frontera productiva, los circuitos espaciales de producción, la dependencia y la desigualdad territorial. Todo esto permite percibir el territorio usado como expresión concreta de la globalización, evidenciando cómo los sistemas técnicos y normativos globales se imponen de manera desigual en territorios periféricos, en términos de Santos (2000) favorece una comprensión crítica de la territorialización del capitalismo global.

Conflictos socioambientales y extractivismo

Esta propuesta se centra en los conflictos socioambientales derivados del modelo productivo dominante, particularmente en relación con la deforestación, el acceso al agua y la degradación ambiental.

En la provincia del Chaco, estos procesos están vinculados a la expansión forestal y agroindustrial, generando impactos diferenciales en las comunidades campesinas e indígenas, sobre todo en el noroeste del territorio. En el Nordeste brasileño, el extractivismo se expresa en la minería, los monocultivos extensivos y la explotación de recursos hídricos, especialmente en territorios con alta vulnerabilidad social. En ambos casos, se identifican patrones de desigualdad territorial que permiten un análisis comparativo situado.

El trabajo de campo se orienta a la identificación de conflictos específicos mediante la observación directa de las zonas intervenidas, entrevistas con actores locales (comunidades afectadas, organizaciones sociales, representantes institucionales) y el análisis de los discursos sobre desarrollo y sostenibilidad. Asimismo, se propone el desarrollo de una cartografía temática para reconstruir la ubicación de los conflictos y las escalas en las que se toman las decisiones económicas.

Desde una perspectiva pedagógica, este eje permite abordar conceptos como el extractivismo, el conflicto territorial, los bienes comunes, desigualdad socioambiental y la multiescalaridad, promoviendo una comprensión crítica de las disputas territoriales y la reflexión sobre las relaciones entre economía, poder y ambiente en contextos periféricos de América del Sur. En consonancia con Haesbaert (2004), estas dinámicas muestran la superposición de territorialidades y la confrontación entre los intereses globales y las estrategias locales de resistencia y adaptación.

Economía regional, trabajo y desigualdades territoriales

Esta línea de trabajo de campo se centra en el análisis de la economía regional y las formas de inserción laboral en contextos periféricos como el norte argentino y el nordeste brasileño. Estas economías son altamente vulnerables a los cambios en los mercados nacionales e internacionales, lo que se traduce en empleo precario, informalidad y brechas socioespaciales persistentes. Analizar estas dinámicas desde una perspectiva territorial permite visibilizar cómo la desigualdad no se distribuye de manera homogénea, sino que se produce y reproduce en territorios concretos.

En la provincia del Chaco, la estructura productiva se caracteriza por la dependencia de las actividades primarias, una diversificación limitada y una alta informalidad laboral, especialmente en los sectores rurales y periurbanos. En el Nordeste brasileño, si bien existen polos industriales y de servicios dinámicos, aún existen extensas áreas con economías basadas en actividades primarias y servicios de baja calidad. La coexistencia de enclaves dinámicos y territorios empobrecidos permite realizar comparaciones significativas.

El trabajo de campo propone el estudio de actividades productivas, la observación de las condiciones laborales en distintos sectores (agrícola, industrial, servicios), entrevistas con trabajadores y actores locales (pequeños productores, cooperativas e instituciones locales), así como el análisis de indicadores socioeconómicos y la elaboración de mapas temáticos sobre empleo e informalidad. Desde una perspectiva pedagógica, este eje permite abordar conceptos como economía regional, mercado laboral, especialización productiva e informalidad. En este caso, el enfoque territorial situado contribuye al desarrollo de competencias analíticas y reflexivas, al incentivar que los estudiantes interpreten la desigualdad no como un fenómeno abstracto, sino como una construcción social y espacialmente localizada; es decir, estas actividades permiten evidenciar cómo las desigualdades territoriales no son meramente locales, sino el resultado de procesos históricos y económicos de escala mayor, reforzando una lectura multiescalar del territorio (Santos, 2000).

Infraestructura, Integración Regional y poder territorial

Esta propuesta analiza el papel de la infraestructura en la integración regional y en la organización del poder territorial. Desde la perspectiva de la geografía económica y política, las infraestructuras (viales, energéticas, logísticas y de comunicación) no se conciben como elementos neutrales, sino como dispositivos que estructuran flujos, jerarquizan espacios y condicionan las posibilidades de desarrollo.

En la provincia del Chaco, los proyectos vinculados a corredores bioceánicos (Ferrocarril Belgrano Cargas, Puerto de Barranqueras), redes viales (Ruta Nacional N°14) y logística han reorganizado los flujos productivos hacia determinados mercados y fortalecido la especialización económica, generando tensiones socioambientales y una distribución desigual de beneficios. En el Nordeste brasileño, la expansión de las infraestructuras portuarias (Suape, Pecém), energéticas y de transporte responde a estrategias de integración nacionales e internacionales, con impactos territoriales diferenciados.

El trabajo de campo se centra en la observación de obras estratégicas, nodos logísticos y cambios en el uso del suelo, complementados con entrevistas a actores institucionales (para reconstruir los discursos en torno al desarrollo, la integración y el impacto territorial de las infraestructuras), el uso de herramientas cartográficas y el análisis de documentos de planificación regional. Desde una perspectiva pedagógica, este eje permite abordar conceptos como la integración regional, los corredores de desarrollo y el poder territorial, favoreciendo una lectura multiescalar de los procesos de organización espacial (Santos, 2000), sobre todo porque allí interactúan el Estado, el mercado y los actores locales, configurando procesos de integración que no siempre benefician de manera equitativa a las poblaciones locales. Es aquí donde el enfoque territorial situado promueve una enseñanza de la geografía económica y política orientada a una reflexión crítica.

Territorio, Identidades y resistencias locales

Este eje se centra en las identidades territoriales y las formas de resistencia a los procesos de reconfiguración espacial. Desde la geografía crítica, el territorio se entiende como una producción social atravesada por relaciones de poder, donde se inscriben prácticas, memorias y sentidos colectivos. En este marco, las identidades territoriales emergen de la interacción histórica entre comunidades y espacios, configurando formas específicas de apropiación, pertenencia y defensa del territorio.

Las resistencias locales frente a procesos de reconfiguración territorial —como la expansión del agronegocio, el extractivismo o la implantación de grandes infraestructuras— constituyen expresiones concretas de disputas por el sentido y el uso del espacio.

En la provincia del Chaco, las identidades territoriales están vinculadas a las comunidades indígenas (Wichi, Moqoit), campesinas y sectores populares urbanos afectados por la expansión productiva y la comercialización del territorio. En el Nordeste brasileño, se observan dinámicas similares en comunidades rurales, quilombolas e indígenas que se enfrentan a proyectos extractivos o de infraestructura, desarrollando estrategias de defensa y reterritorialización.

El trabajo de campo se orienta a la identificación de prácticas territoriales, relevamiento de espacios significativos para la identidad local, la realización de entrevistas con líderes comunitarios, organizaciones sociales, y el registro de narrativas mediante mapas participativos y visitas guiadas, herramientas que permiten visibilizar dimensiones simbólicas y políticas del territorio que suelen quedar excluidas de los análisis económicos tradicionales.

Desde el punto de vista pedagógico, el potencial de este eje posibilita se encuentra en el abordaje de conceptos clave como territorio, identidad, poder y resistencia promoviendo una comprensión situada de los conflictos territoriales. Permite recuperar saberes locales y experiencias históricamente subalternizadas, en línea con la pedagogía crítica de Freire (1970), que enfatiza la necesidad de reconocer a los sujetos como productores de conocimiento y no como meros receptores. Asimismo, estas experiencias refuerzan la noción de multiterritorialidad (Haesbaert, 2004), al mostrar cómo los sujetos habitan simultáneamente múltiples escalas y territorios, articulando lo local con procesos regionales y globales.

CONSIDERACIONES FINALES

El análisis desarrollado permite afirmar que las propuestas pedagógicas basadas en un enfoque territorial situado fortalecen significativamente la enseñanza de la Geografía Económica y Política al promover una comprensión multiescalar de los procesos económicos y políticos. Al partir de problemáticas concretas del territorio chaqueño, los estudiantes logran articular dinámicas locales con estructuras regionales y globales, favoreciendo una lectura crítica del espacio geográfico.

La integración sistemática del trabajo de campo y de metodologías activas consolida la articulación entre teoría y realidad empírica, superando enfoques descriptivos y abstractos. Este enfoque no solo potencia aprendizajes significativos, sino que también contribuye a la formación de sujetos capaces de problematizar las desigualdades socioespaciales y las relaciones de poder que estructuran los territorios.

La dimensión comparativa con el Nordeste brasileño evidencia que el enfoque territorial constituye un eje pedagógico compartido en contextos periféricos de América del Sur. Las similitudes estructurales entre ambos territorios permiten sostener la potencial transferibilidad de las propuestas desarrolladas, al tiempo que refuerzan la necesidad de construir marcos didácticos regionales situados.

En este sentido, el trabajo de campo se configura como una instancia estratégica no solo de innovación pedagógica, sino también de producción de conocimiento territorialmente situado. La experiencia analizada demuestra que es posible consolidar una perspectiva latinoamericana en la enseñanza de la Geografía Económica y Política, orientada a la formación de profesionales críticos, comprometidos con la interpretación y transformación de las realidades socioespaciales de la región.

REFERENCIAS

ARROYO, M. G. Outros sujeitos, outras pedagogias. Vozes. 2012.
Brasil. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. http://basenacionalcomum.mec.gov.br/
FREIRE, P. **Pedagogía del oprimido**. Siglo XXI Editores. 1970.
FREIRE, P. **Pedagogía de la autonomía**. Siglo XXI. 1997.
FREIRE, P. **Pedagogía del oprimido** (30.ª ed.). Siglo XXI. 2005.
HAESBAERT, R. **El mito de la desterritorialización:** Del "fin de los territorios" a la multiterritorialidad (M. Canossa, Trad.). Siglo XXI Editores. 2011.
HARVEY, D. **Espacios del capital**. Akal. 2007.
HARVEY, D. **Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo**. Traficantes de Sueños. 2014.
LACOSTE, Y. **La geografía:** un arma para la guerra. Anagrama. 1976.
MASSEY, D. **For space**. SAGE Publications. https://openlibrary.org/books/OL3312821M/For_space? 2005.
PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Civilização Brasileira. 2006.
RAFFESTIN, C. **Por una geografía del poder**. Herder. 1993.
RIBEIRO, A. C. T. Território usado e humanismo concreto. En: C. A. da Silva, J. A. Bernardes, R. C. Arruzzo; A. C. T. Ribeiro (Eds.). **Formas em crise:** Utopias necessárias. Arquimedes Edições. 2012.
SANTOS, M. **Por una otra globalización:** Del pensamiento único a la consciencia universal. Gedisa. 2000.
SMITH, N. Geography, difference and the politics of scale. En: J. Doherty, E. Graham & M. Malek (Eds.). **Postmodernism and the Social Sciences** (pp. 57–79). St. Martin's Press / Macmillan Academic and Professional. 1992.
VOLONTÉ, A.; JUNQUERA, M. J.; MARTÍN, M. C. El trabajo de campo como estrategia para la integración teórico práctica. Una experiencia de trabajo interdisciplinario. **Revista Huellas**, 29 (1). https://doi.org/10.19137/huellas-2025-2908. 2025.

DOI: https://doi.org/10.18817/26755122.30.1.2026.4597

A RELAÇÃO SOCIEDADE/NATUREZA NO ENSINO DE GEOGRAFIA[1]

THE RELATIONSHIP BETWEEN SOCIETY AND NATURE IN THE TEACHING OF GEOGRAPHY

LA RELACIÓN ENTRE LA SOCIEDAD Y LA NATURALEZA EN LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA

Jorge Luiz Barcellos da Silva[2]
0000-0001-5135-6363
jorge.barcellos@unifesp.br

Elvio Rodrigues Martins[3]
0000-0002-2438-0736
elmartins@usp.br

Cecília Cardoso Teixeira de Almeida[4]
0009-0000-0321-503X
cilicardoso@uol.com.br

CIÊNCIA Geográfica
Ano XXX - Vol. XXX - (1): Janeiro/Dezembro - 2026
ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461
www.agbbauru.org.br

1 Este artigo da continuidade ao trabalho intitulado A Relação Sociedade/Natureza no Ensino de Geografia: a necessidade de articulação dos conteúdos apresentado no XVI Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 2025.

2 Professor Doutor, no Departamento de Educação e no Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE/UNIFESP. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5135-6363. E-mail: jorge.barcellos@unifesp.br.

3 Professor Doutor, no Departamento de Geografia e no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana PPGH/USP. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2438-0736. E-mail: elmartins@usp.br.

4 Geógrafa (USP), Pós doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE/UNIFESP. ORCID: https://orcid.org/0009-0000-0321-503X. E-mail: cilicardoso@uol.com.br.

Artigo recebido em maio de 2026 e aceito para publicação em junho de 2026.

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: Este artigo discute a centralidade da relação sociedade/natureza na articulação dos conteúdos de Geografia no ensino fundamental e médio. Parte-se da análise crítica dos processos de formação de geógrafos e professores de Geografia, marcados pela especialização e pela fragmentação entre subáreas, o que tem dificultado a construção de uma compreensão integrada da disciplina e enfraquecido sua tradução pedagógica na escola básica. Com base em reflexão teórico-conceitual, sustenta-se que a relação sociedade/natureza constitui um fundamento estruturante do conhecimento geográfico e um eixo decisivo para superar a dissociação entre Geografia física e Geografia humana no ensino. Argumenta-se que a articulação dos conteúdos a partir desse princípio favorece uma abordagem mais consistente e contundente dos fenômenos de ordem geográfica e, portanto, contribui para a formação da consciência geográfica dos estudantes. Conclui-se que o fortalecimento dos fundamentos epistemológicos da Geografia se coloca como condição indispensável para qualificar o ensino da disciplina e reafirmar sua especificidade no currículo escolar.

Palavras-chave: Relação sociedade/natureza. Ensino de Geografia. Articulação de conteúdos. Consciência geográfica.

ABSTRACT: This article discusses the central role of the society/nature relationship in articulating Geography contents in elementary and secondary education. It is based on a critical analysis of the training processes of geographers and Geography teachers, which have been marked by increasing specialization and fragmentation among subfields, thereby hindering an integrated understanding of the discipline and weakening its pedagogical translation in basic education. Drawing on a theoretical-conceptual reflection, the article argues that the society/nature relationship constitutes a structuring foundation of geographical knowledge and a decisive axis for overcoming the dissociation between physical and human geography in teaching. It also contends that organizing contents around this principle supports a more consistent approach to geographical phenomena and contributes to the development of students' geographical awareness. The article concludes that strengthening the epistemological foundations of Geography is essential for improving the teaching of the discipline and reaffirming its specificity within the school curriculum.

Keywords: Society/nature relationship. Geography teaching. Content articulation. Geographical awareness.

RESUMEN: Este trabajo se inscribe en el contexto de los debates que rodean la enseñanza de la geografía en los niveles de primaria y secundaria en la escuela básica. La reflexión deriva de la observación crítica de uno de los aspectos que ha tomado la formación del geógrafo y del profesor de geografía en los últimos años. Los procesos formativos de los geógrafos y profesores de geografía no han tenido éxito en la articulación de los contenidos de las diferentes áreas que configuran la ciencia geográfica. Se trata de una tradición que persiste. Y esto tiene repercusiones notables en el ámbito de las prácticas de la geografía y la enseñanza de la geografía. En la enseñanza superior, gran parte del trabajo de los geógrafos se basa en diferentes grados de especialización y fragmentación de sus contenidos. Al desglosarse los contenidos, en la mayoría de los casos, al convertirse en temas de la ciencia geográfica, conservan el objeto de su interés de forma independiente de las demás áreas que

abarca la disciplina. Se presentan con fundamentos ausentes, despojando la comprensión geográfica en discusión. La exposición más detallada de estas ideas nos obliga a reconocer que los aspectos esenciales presentes en la relación sociedad/naturaleza son elementos puntuales ineludibles. A través de ellos, los contenidos de geografía en la escuela adquieren la articulación necesaria y revelan la importancia que tienen en la formación de la conciencia geográfica de los estudiantes.

Palabras clave: Relación sociedade y la naturaliza. Enseñanza de la Geografía. Articulación de contenidos. Conciencia geográfica.

INTRODUÇÃO

Este trabalho insere-se no debate acerca do ensino de Geografia nos níveis fundamental e médio. A reflexão aqui proposta resulta da análise crítica de um dos rumos assumidos, nos últimos anos, pela formação do geógrafo e do professor de Geografia. Nesse âmbito, o foco recai sobre os conteúdos que conferem especificidade à disciplina no processo formativo dos estudantes da escola básica.

Os processos formativos de geógrafos e professores de Geografia não têm logrado articular de modo consistente os conteúdos das diferentes áreas que compõem a ciência geográfica. Trata-se de um impasse persistente, cujo agravamento recente tem produzido efeitos significativos tanto nas práticas geográficas quanto no ensino de Geografia.

No ensino superior, grande parte da produção geográfica tem se estruturado a partir de diferentes graus de especialização e fragmentação dos conteúdos. Nesse processo, os temas da ciência geográfica tendem a ser desenvolvidos de modo relativamente autônomo em relação às demais áreas da disciplina, o que enfraquece seus fundamentos e compromete a compreensão integrada dos fenômenos geográficos em análise.

Na mesma direção, muitos professores em formação encontram dificuldades para reconhecer e formular intervenções pedagógicas propriamente identificadas como ensino de Geografia. Questões acerca do lugar da geomorfologia, da geografia agrária, da pedologia, da geografia urbana, da geografia política, da geologia ou da hidrografia no ensino escolar tornam-se recorrentes, revelando incertezas quanto à articulação desses conteúdos no interior da disciplina. Em geral, tais conteúdos permanecem distribuídos segundo a clássica divisão entre geografia física, geografia humana e geografia econômica, estrutura amplamente criticada por seu caráter enumerativo e pouco formativo. Além de limitar a compreensão das diferentes realidades que o ensino de Geografia deve contemplar, esse problema também alcança docentes já atuantes na escola básica, especialmente nos processos de formação continuada. Ao final de seus percursos formativos, muitos professores ainda apresentam dificuldades em relação aos fundamentos epistemológicos da área, de modo que perguntas como *o que é Geografia* e qual a importância de seu ensino deixam de ocupar um lugar estruturante na formulação das intervenções pedagógicas.

Uma possível explicação para esse quadro reside no modo como grande parte das pesquisas acadêmicas em Geografia – incluídas aqui aquelas voltadas ao ensino da disciplina – se configuram. Tais formulações, embora situadas no âmbito da produção do conhecimento geográfico, repercutem direta ou indiretamente sobre o que se ensina e se prática na escola.

Muitas dessas pesquisas caracterizam-se por elevado grau de particularização e fragmentação. Ancoradas em movimentos de crescente verticalização temática, elas pouco indicam, em seus

fundamentos teóricos, a necessidade de diálogo com outras subáreas da ciência geográfica. Como resultado, o intercâmbio entre geografia humana e geografia física se enfraquece, limitando a possibilidade de refletir sobre uma relação decisiva para a disciplina: a relação sociedade/natureza. É precisamente esse aspecto que consideramos central tanto para a prática dos geógrafos quanto, de modo particular, para a atuação dos professores que ensinam Geografia.

Já na segunda metade dos anos de 1986, Armando Correa da Silva já nos alertava:

> Há várias tendências recentes do pensamento geográfico e o *meu receio é que essas tendências se tornem várias geografias; e aumentem a fragmentação do conhecimento.* Então, eu constato a *inexistência de um discurso teórico geral;* e, como decorrência disso, *ocorre a fragmentação do conhecimento* (Silva, 1986, p. 117, grifo nosso).

Ou seja, que discurso teórico atravessaria todas as subáreas que consistem o universo da disciplina? Considerando a natureza temática específica da geografia urbana, da geografia agrária, da geografia política, da geografia cultural, da geografia econômica, possuiriam estas diferentes subáreas um discurso teórico geral mínimo que permitiria o a interação entre elas? E as demais disciplinas, como a sociologia, a antropologia, a climatologia, a geomorfologia a hidrografia, em que termos teóricos elas teriam interface com a ciência geográfica frente a esse discurso teórico geral mencionado por Armando Correa da Silva.

Mas o que seria possível problematizar no que tange os fundamentos da ciência geográfica, pensando nos processos de formação de geógrafos e de professores de geografia?

Consideramos ser necessário reconhecer, inicialmente que, embora a geografia brasileira tenha experimentado uma alteração quantitativa e qualitativa nos tensionamentos em relação as práticas profissionais docentes, justamente decorrente da fragmentação instalada na disciplina, são possíveis de averiguar duas consequências, a saber: a primeira, e o pouco ou nenhum discernimento entre os conteúdos que fazem parte da formação do profissional de geografia (o geógrafo), daqueles que devem constituir o teor a ser ministrado no ensino de geografia nas etapas do Ensino Fundamental e Ensino Médio; a segunda consequência, diz respeito à fragilidade da consciência e da argumentação desses profissionais em prol das razões que dão sentido e deste modo, asseguram e defendem a importância do ensino de geografia na escola básica.

De modo correlato, é preciso admitir que, apesar dos processos de renovação da Geografia brasileira ao longo das últimas quatro décadas, os fundamentos da disciplina e suas práticas – expressos tanto nas formulações curriculares quanto nos conteúdos efetivamente trabalhados em sala de aula – ainda permanecem marcados por temas que poderiam ser ministrados, sem maiores distinções, por profissionais de outras áreas, como sociólogos ou biólogos. Tal quadro continua a suscitar questionamentos recorrentes acerca da especificidade do ensino de Geografia na escola básica.

Nesse sentido, consideramos fundamental retomar as problematizações e proposições voltadas à construção de um discurso teórico geral para a Geografia, conforme indicado por Armando Correa da Silva (1986). Tal movimento recoloca em primeiro plano a necessidade de explicitar os fundamentos do que é a Geografia, condição indispensável para sustentar, qualificar e orientar as práticas de seu ensino na escola básica.

Dito isso, este trabalho propõe problematizar o ensino de Geografia na escola, em especial a perspectiva, cada vez mais recorrente em aulas, livros didáticos e atlas escolares, que o identifica

com a apresentação prévia de categorias como espaço, paisagem e lugar. Em oposição a esse encaminhamento, sustentamos que o ensino de Geografia não deve partir de conceitos formulados a priori para, em seguida, buscar exemplos que apenas confirmem sua validade.

Entendemos que a organização do trabalho pedagógico a partir dessa lógica evidencia uma insuficiência já assinalada na formação do geógrafo e do professor de Geografia. Tal limitação se manifesta tanto nos cursos de graduação quanto em diferentes processos de formação continuada, além de repercutir em orientações curriculares, como se observa, por exemplo, na Base Nacional Comum Curricular (2017).

METODOLOGIA

Apresenta-se, a seguir, um estudo de caráter inicial voltado à reflexão sobre os fundamentos da Geografia. O percurso teórico aqui desenvolvido toma como eixo a relação sociedade/natureza no ensino de Geografia, entendida como princípio capaz de articular conteúdos e de recolocar em debate aspectos centrais da tradição geográfica. Parte-se do pressuposto de que essa tradição abriga um legado teórico que pode ser retomado, problematizado e ampliado à luz das exigências colocadas pelo ensino escolar.

Nessa direção, a reflexão proposta busca contribuir para o fortalecimento da compreensão sobre o que é a Geografia e sobre a importância de seu ensino, explicitando os fundamentos que orientam a discussão desenvolvida nas seções seguintes.

REFERENCIAL TEÓRICO

No interior da tradição do pensamento ocidental, formularam-se distintas concepções de Geografia, ora orientadas por perspectivas monistas, ora dualistas ou pluralistas, ora voltadas à primazia de determinados aspectos, ora à busca de um princípio mais geral de organização do conhecimento geográfico. Entre essas formulações, a concepção espacial adquire especial relevância, tanto por sua força explicativa quanto pelas possibilidades que oferece para pensar o ensino de Geografia na educação básica.

A concepção espacial, ou tradição espacial, fundamenta-se na atenção à posição dos objetos no espaço, sejam eles naturais ou socialmente produzidos, individuais ou coletivos. Nesse sentido, ela atribui centralidade à pergunta "onde?", isto é, à investigação das razões e determinações que explicam a localização dos fenômenos no mundo. A partir dessa indagação, a análise geográfica passa a considerar não apenas o *ente* localizado, mas também suas relações com os demais elementos presentes no lugar, mobilizando informações sobre posição, distância, densidade, direção e distribuição enquanto dimensões constitutivas da interpretação espacial.

A importância dessa preocupação com a posição e a localização pode ser reconhecida também à luz da História e da Arqueologia. "O esforço de reconstituição da sociedade grega antiga apoiou-se em registros minuciosos sobre distâncias entre lugares, contornos litorâneos e pontos de referência, constituindo um acervo que, posteriormente, contribuiria para a formação da *Geographia* de Ptolomeu, no segundo século de nossa era" (Pattison, 1977, p. 102). Esse legado evidencia que a atenção à localização não constitui apenas um procedimento técnico, mas um elemento formador da própria tradição do pensamento geográfico.

Além disso, a compreensão dos ensejos que originam localizações, abre alas não apenas para a determinação e exposição dos demais aspectos espaciais como também para expectativas entorno de sua representação gráfica, através das possibilidades que a cartografia inaugura. Outra de suas derivações estabelece no dado que, aquilo que se localiza sofre modificações e, portanto, tem dinamismo. As transformações por que passam os lugares podem ser registradas e comparadas, permitindo relatar sua história de evolução e de alterações por que passam formações sociais inteiras e seus lugares, dando pistas e ainda manifestando as formas através das quais se reproduziram, permaneceram e até feneceram.

A "tradição espacial" a que se refere Pattison (1977, p. 102) apoia-se, entre outros aspectos, nas noções de movimento e de ordenação geométrica do espaço. Sob essa perspectiva, torna-se possível aproximar a Geografia produzida no âmbito da pesquisa científica daquela ensinada na escola básica, uma vez que ambas compartilham o propósito de reconhecer as diferenças entre lugares, investigar as relações entre seus elementos constitutivos e, por essa via, apreender a totalidade que os articula.

Desse movimento deriva a consolidação da ideia de espaço como objeto privilegiado da Geografia. Ainda assim, importa reconhecer que o espaço constitui apenas uma entre várias categorias do conhecimento geográfico – ao lado de região, lugar e território, entre outras – e que a espacialidade, por sua vez, não se apresenta como problemática exclusiva da disciplina.

Sem avançar, no momento, nesse debate, interessa-nos sublinhar que o interesse pelos temas da Geografia no ensino escolar pode caminhar em estreita relação com a pesquisa geográfica, na medida em que ambos se alimentam de uma mesma perspectiva: a espacialidade constitutiva dos lugares. Isso não elimina, contudo, a necessidade de distinguir os modos de tratamento do conhecimento em cada contexto. Para compreender o lugar vivido pelos indivíduos e pelas formações sociais, é indispensável considerar, tanto na pesquisa quanto na docência, a forma de abordagem, a linguagem mobilizada, o grau de aprofundamento do conteúdo e a escala analítica adotada.

Essa convergência entre ensino e pesquisa recoloca a universidade em uma posição estratégica como instância mediadora, produtora e difusora de conhecimento. Ao assumir esse papel, a instituição reafirma seu compromisso com a elaboração de interpretações fidedignas aos ditames de que constituem a vida social e sobre a diversidade de formas pelas quais ela se realiza espacialmente.

Entretanto, uma tal vinculação implica um grande esforço profissional, por parte dos envolvidos, na direção de estabelecer conscientemente, uma formação universitária sólida e de qualidade. Se por um lado, se faz necessário identificar criticamente os enunciados de teorias já consagradas, assim como, incorporar (ou não) as inovações trazidas pelas ferramentas tecnológicas disponíveis, de outro lado, o imperativo de reconhecer, estimular e consolidar a retomada dos fundamentos chave da geografia para o desenvolvimento de uma teoria e prática científicas aliadas à vida cotidiana. Em outras palavras, comungar tradição e inovação na direção de trazer sentido e significado aos estudos de geografia em quaisquer períodos de formação.

Afinal de contas, conhecer geografia é conhecer a si, ao(s) outro(s), falar sobre nós, indivíduos em sociedade criando e valendo-se ao mesmo tempo das condições determinadas em cada momento e lugar; uma herança material e imaterial de modos de vida em plena dinâmica.

Nessa perspectiva, espaço e espacialidade conduzem a categorias como lugar, paisagem, território, região e habitat, todas constitutivas da linguagem geográfica e da análise dos modos de vida social historicamente situados. No entanto, sua tradução para o ensino de Geografia exige um cuidado

fundamental: não se deve iniciar o processo de ensino pela apresentação abstrata dessas categorias para, apenas posteriormente, alcançar a realidade concreta do vivido. O movimento pedagógico mais fecundo é o inverso, isto é, parte-se da investigação e da interpretação do mundo circundante e das realidades mais amplas para, então, fazer emergir as categorias como instrumentos de compreensão da objetividade histórica produzida pela ação humana.

Uma das decorrências dessa análise espacial é a compreensão da cidade. Habitat predominante na contemporaneidade, ela expressa o engenho humano em suas relações de dependência, mediação e determinação sobre a vida que se reproduz também no campo. Pensar a gênese da cidade implica, portanto, investigar as vivências urbanas e seus efeitos na constituição da subjetividade individual e social.

A cidade, enquanto espaço de coexistência cotidiana entre indivíduos e grupos sociais, também revela que as dinâmicas urbanas são produzidas pelas próprias práticas que nelas se realizam. Ainda assim, tais práticas nem sempre são vividas como parte consciente da produção do urbano, de modo que a cidade frequentemente se apresenta aos seus habitantes de forma apartada, como realidade estranhada em relação aos próprios sujeitos que a produzem e nela vivem.

Não há lugares idênticos entre si e, do mesmo modo, as cidades, embora compartilhem certos traços, constituem realidades singulares e distinguíveis. É nesse horizonte que se inscreve a tradição dos estudos de área, cuja origem remonta aos escritos da Antiguidade clássica. Em chave análoga à da concepção espacial, essa tradição mantém vínculos tanto com a pesquisa quanto com a docência, ainda que, na contemporaneidade, se apresente frequentemente revestida por linguagens matemático-estatísticas e por modelos geométricos de análise.

Retomando a Antiguidade clássica, destaca-se Estrabão, cuja obra reuniu vasto conjunto de informações sobre a natureza dos lugares, seus caracteres e diferenciações. Como observa Pattison (1977, p. 104), "Estrabão exibe atributos interessantes da tradição de estudos de área, aos quais dificilmente se pode dar demasiada ênfase". Isso permite reconhecer que sua contribuição se vinculou menos à formulação sistemática de um saber propriamente geográfico do que à consolidação de padrões descritivos e literários de sua época, ainda que esses registros permaneçam relevantes para a compreensão dos modos de vida.

Foi precisamente a leitura que Richard Hartshorne realizou, em *The Nature of Geography* (1939), desses escritos antigos que trouxe à tona aspectos particularmente relevantes da tradição geográfica, entre eles a dificuldade de situar, de modo consistente, a relação entre o todo e a parte – questão que permanece desafiadora até os dias atuais.

Esse problema decorre, entre outros fatores, do fato de que, na vida prática, na experiência cotidiana e no vivido, constituem-se formas de prática e de elaboração teórica cujo entendimento tende a se apresentar de maneira fragmentária. Tal fragmentação relaciona-se à heterogeneidade dos papéis e funções desempenhados nas múltiplas esferas da vida social, bem como à superficialidade com que, em geral, se apreendem e se compreendem os fenômenos no cotidiano.

Contudo, é justamente por meio dessas vivências fragmentadas e, por vezes, inconsistentes que se estabelece o contato com o mundo exterior e com os outros. É nesse plano da experiência que se torna possível perceber tanto aquilo que distingue os semelhantes entre si quanto as similitudes que atravessam suas diferenças.

Nessa direção, apreender a realidade em movimento exige tomar a totalidade como horizonte analítico. Diferentemente da ideia de todo, a totalidade corresponde à unidade de múltiplas

relações historicamente determinadas, constituída por articulações escalares, recortes e mediações que remetem, continuamente, a outras dimensões igualmente constitutivas do real. Daí decorre a centralidade da reflexão sobre as formas de reconstituição da realidade tanto no pensamento cotidiano quanto no conhecimento científico, discussão que remete, tradicionalmente, ao campo da teoria do conhecimento, da gnosiologia e da epistemologia.

A pergunta pelo "onde?" remete, necessariamente, ao "quando?", ao introduzir na análise geográfica a dimensão histórica que lhe é constitutiva. Toda Geografia traz em si um conteúdo histórico, assim como todo processo histórico se realiza em condições espaciais determinadas. Nessa direção, Richard Hartshorne e Carl Sauer assinalam que a relação entre os estudos de área e a história particular de cada uma delas decorre do caráter ideográfico compartilhado por ambas, isto é, da atenção ao que cada realidade guarda de singular em meio às semelhanças e homogeneidades que também a atravessam (Hartshorne, 1939).

Sob essa perspectiva, os estudos de área – também reconhecidos como corológicos – oferecem contribuição relevante à docência no ensino fundamental e médio, na medida em que, assim como a pesquisa geográfica, buscam apreender os processos que se desenvolvem nos diferentes lugares, seus movimentos de formação, permanência e ruptura, "seja ele um bairro ou uma nação" (Hartshorne, 1939, p. 104). Desse modo, reforça-se a aproximação entre investigação científica e ensino escolar no interior do raciocínio geográfico.

Nesse ponto, torna-se pertinente retomar o debate sobre o imperativo da especialização que atravessa a prática do geógrafo, do professor de Geografia e da própria ciência geográfica. Em sentido contrário à lógica das especialidades, o princípio hologeico formulado por Ratzel (1990) concebe a Geografia como estudo da inteireza do mundo. Tal perspectiva permite compreender a realidade geográfica como uma trama constituída pelas articulações entre totalidade, todo e parte, recolocando em evidência a importância das escalas na análise geográfica.

Desse modo, torna-se necessário explicitar o significado de categorias como totalidade, e a relação entre todo e parte, no interior de uma reflexão voltada à formação escolar e universitária. O esclarecimento desses termos é fundamental para qualificar a compreensão geográfica de pesquisadores, docentes e discentes, considerando suas diferentes atribuições, escalas de atuação e exigências formativas.

Portanto, a noção espacial e os estudos de área não constituem, a rigor, duas teorias ou duas tradições distintas da Geografia, mas desdobramentos de uma mesma matriz analítica. É dessa matriz que emerge a possibilidade de apreender similitudes e distinções, sempre em função do recorte escalar adotado. O sentido da análise geográfica depende, assim, dessa escolha, seja quando se privilegia a relação entre o homem e a Terra, seja quando se focalizam os estudos regionais.

Nessa direção, o princípio que orienta nossa reflexão parte da ideia de que a geografia humana resulta da apropriação, pela sociedade, daquilo que convencionalmente se denomina geografia física. Embora essa designação seja hoje amplamente difundida, Hartshorne (1939) já manifestava reservas em relação a ela e, acompanhando a sugestão de Sidney William Wooldridge e André Alix, propunha a expressão geografia natural. Avançando um passo além, optamos aqui pela formulação geografia da natureza, por entendermos que a própria natureza possui uma geografia e que a geografia humana emerge da transformação dessa base.

Cabe ressaltar, contudo, que o sentido de apropriação envolvido nessa formulação está apenas

parcialmente explicitado. Em rigor, toda apropriação articula, de modo indissociável, uma dimensão objetiva e uma dimensão subjetiva. Ao reconhecer essa unidade, conclui-se que toda geografia é inseparável da ação humana e da construção histórica do mundo. Não haveria, portanto, uma geografia intocada pela ação dos homens, correspondente à chamada geografia física, e outra transformada, identificada como geografia humana. O que existe é uma única Geografia, integralmente humana, precisamente porque é produzida no interior da práxis social.

Nessa mesma direção, torna-se necessário questionar a distinção usual entre primeira e segunda natureza. A suposição de uma dualidade entre sociedade e natureza, ou mesmo as tentativas de formular sua unidade como relação entre entes previamente separados, corresponde a uma forma historicamente determinada de construir e compreender o mundo. Mais adequado seria admitir que toda geografia emerge no interior dessa construção histórica e a ela pertence. Em outros termos, essa apropriação simultaneamente objetiva e subjetiva pode ser compreendida como práxis, isto é, como processo por meio do qual as formações sociais produzem o mundo e produzem a si mesmas.

Sem perder de vista essa complexidade, e em favor de uma exposição didática, nos deteremos, ainda que provisoriamente, nos aspectos objetivos implicados nessa questão. Retomamos, assim, a formulação segundo a qual a geografia humana resulta da apropriação da geografia física, ou, em outros termos, de uma geografia da natureza que lhe serve de base. Já por esse caminho se evidencia o quanto é improcedente buscar compreender a geografia de uma realidade determinada abstraindo a natureza ou desconsiderando a ação da sociedade sobre ela.

Essa constatação nos permite reconsiderar um equívoco recorrente na história da ciência geográfica. A unidade entre geografia física e geografia humana não se resolve, a nosso ver, por meio de um simples esforço interdisciplinar entre subáreas da disciplina, nem pela tentativa de recompor formalmente dois ramos que historicamente se separaram. Antes de se constituir como campo disciplinar dotado de discurso próprio, a Geografia já se apresenta como fundamento da existência de toda e qualquer sociedade, em articulação indissociável com a história. Por essa razão, a unidade que se busca não reside prioritariamente na forma da disciplina, mas no conteúdo que a constitui.

Desse modo, propomos um deslocamento do olhar a fim de reencontrar a unidade da Geografia por outra via. A disciplina e a ampla diversidade de conhecimentos que a compõem encontram seu princípio de unidade no processo que dá origem à geografia de toda e qualquer realidade: a relação sociedade/natureza. É dessa relação que emerge a geografia, o que reafirma a proposição anteriormente apresentada. O caminho, portanto, está indicado; resta percorrê-lo em seus traços essenciais e incontornáveis.

Nessa mesma direção, Richard Hartshorne parece chegar a uma formulação convergente com a que aqui propomos. Para o autor, era inadmissível que a Geografia permanecesse dividida entre geografia humana e geografia física. Tal posição pode ser observada na passagem a seguir:

> é absurdo, em face dessa situação, considerar a geografia Humana como separada da geografia Física. O Homem pertence à terra, é terrestre, como Ritter acentuou ao falar em "die irdish erfüllten Räume der Erdoberfläche"[5]. *Qualquer obra material do homem, quer seja uma casa, plantada no chão, uma fazenda ou uma cidade, constitui uma combinação de elementos naturais e culturais* (Hartshorne, 1978, p.71, grifo nosso).

A passagem destacada em itálico remete diretamente ao argumento que aqui sustentamos. O foco desloca-se da divisão interna da disciplina para os elementos concretos da realidade – cidades, fazendas, casas –, evidenciando que tais formas resultam da interação entre sociedade e natureza. Nesse sentido, a referência à combinação entre elementos naturais e culturais expressa, em Hartshorne, uma via de compreensão dessa relação. São esses fenômenos de superfície, como assinala Jean Brunhes (1962), que compõem o campo da geografia humana.

À primeira vista, propor a observação da relação sociedade/natureza nas condições contemporâneas de desenvolvimento das forças produtivas pode parecer um despropósito. Como apreendê-la com maior precisão em realidades predominantemente urbanas, nas quais frequentemente se supõe que tal relação teria se atenuado ou mesmo desaparecido? Em muitos casos, o avanço das técnicas e a expansão do meio técnico alimentam a impressão de que essa perspectiva teria perdido sua pertinência. É nesse sentido que Georges Friedmann observava:

> Em uma palavra, a evolução da percepção no novo meio parece marchar cada vez mais na direção da eliminação dos elementos que representam diretamente as coisas do mundo inanimado e animado, as manifestações naturais da vida, para significar uma rede crescente de seres fabricados, e, por isso, de relações mecânicas e energéticas (Friedmann, 1969, p. 48).

Paradoxalmente, é justamente nessas realidades que a relação sociedade/natureza se intensifica. Compreender esse processo não apenas permite apreender a formação da geografia, mas também fornece elementos decisivos para a reflexão sobre a chamada questão ambiental. Tal questão remete, em nosso entendimento, às condições de existência e de sobrevivência dos seres vivos, em uma trama de interdependência na qual a vida de uns se vincula à vida de outros. Nessa perspectiva, a geografia humana diz respeito ao habitar e, portanto, às condições ecológicas da existência humana. Discutir Geografia implica, assim, refletir sobre a ecologia e, em certa medida, compreendê-la como ecologia humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro aspecto a ser destacado, embora possa parecer evidente, é que toda e qualquer sociedade se relaciona com a natureza. Como assinala Ratzel, "há uma ligação evidente que une a criatura humana à Terra" (1990, p. 73). Uma formulação dessa ordem, contudo, exige explicitação: em que consiste essa ligação? A resposta nos conduz a um segundo ponto fundamental: a relação entre sociedade e natureza se estabelece, em primeiro lugar, em função da sobrevivência. É nesse sentido que Vidal de La Blache observa:

> Cada grupo encontrou, no meio especial onde deveria assegurar a sua vida, tanto auxiliares como obstáculos: os processos a que recorreu por via de uns e outros representam outras tantas soluções locais do problema da sobrevivência (La Blache, 1954, p. 35).

Nessa mesma direção, Marx e Engels (1982) enfatizam a condição primeira de toda existência humana e, portanto, da própria história: a necessidade de assegurar os meios de sobrevivência. Tal exigência remete à satisfação de necessidades elementares, como comer, beber e habitar. Ratzel chega a constatação semelhante ao afirmar que: "Em meio a muitas variações que se sobrepõem, as

relações entre sociedade e território continuam sendo sempre determinadas pelas suas necessidades de habitação e alimentação" (Ratzel, 1990, p. 74).

São essas necessidades primordiais – comer, beber e habitar – que tornam possível a própria história. Elas também estão na base da constituição da geografia, uma vez que sua satisfação exige a apropriação da natureza e, com ela, a definição de um *onde*. Em outros termos, constitui-se uma topia, um lócus no qual esse processo se realiza concretamente.

Diante dessa constatação – de que a sobrevivência impõe a relação com a natureza e de que essa relação se realiza por meio da satisfação das necessidades – emergem dois outros aspectos fundamentais para a compreensão da relação sociedade/natureza: o biológico e o econômico.

O aspecto biológico refere-se à condição animal dos seres humanos e ao conjunto de carecimentos elementares que dela decorrem, como comer, beber e habitar. Tais necessidades, contudo, não se realizam de forma isolada: elas conduzem à sociabilidade e evidenciam que a sobrevivência é, desde o início, um fato social. É nesse ponto que se introduz a dimensão econômica. Ao apropriar-se da natureza para satisfazer suas necessidades, os seres humanos estabelecem relações entre si, organizam sua ação de modo coletivo e instituem a produção como forma social de mediação com o mundo. A sobrevivência, nesse sentido, realiza-se por meio das relações sociais de produção.

Esses processos correspondem à dimensão objetiva da existência social. Entretanto, toda apropriação objetiva é acompanhada por uma dimensão subjetiva igualmente constitutiva. Na medida em que produzem suas condições de vida, também elaboram sentidos, conhecimentos, linguagens e concepções sobre si mesmos, sobre os outros e sobre o mundo que constroem. A dimensão econômica, portanto, não esgota o processo de apropriação. Este envolve, simultaneamente, produção material e produção de significado. É nesse entrelaçamento entre objetividade e subjetividade que se define a práxis como fundamento da constituição do humano.

É nesse ponto que a unidade entre sociedade e natureza se torna mais nítida. A forma pela qual cada sociedade organiza a satisfação de suas necessidades e estabelece suas relações sociais de produção define, simultaneamente, a fonte de sua sobrevivência e o modo como concebe a natureza. O solo, por exemplo, pode ser entendido como objeto de fertilidade, segundo critérios pedológicos, ou como solo sagrado, destinado aos deuses; a natureza pode ser concebida como recurso a ser mobilizado no processo produtivo ou como princípio originário da vida. Em cada uma dessas possibilidades, delineia-se uma forma específica de relação entre os indivíduos e entre estes e o mundo, relação que estrutura não apenas a sobrevivência, mas a totalidade da existência social. Se o meio que nos cerca – condição de nossa sobrevivência biológica – é designado como natureza, essa própria nomeação, bem como o conceito que a sustenta, emerge sob determinadas condições históricas de reprodução das relações sociais de produção. Não se trata apenas do nome atribuído ao conceito, mas da verdade social que ele expressa. É nesse processo que se constituem formas de conhecimento. Na modernidade, tais formas tendem a ser organizadas segundo a oposição entre o científico e o cultural, dicotomia tradicional e problemática, mas ainda amplamente dominante.

Nessas condições, torna-se possível explicitar de modo mais nítido a unidade que constitui a Geografia, entendida aqui a partir da proposição segundo a qual a geografia humana representa a apropriação da geografia física. Esse movimento analítico começa pela investigação das razões pelas quais os entes geográficos se localizam onde se localizam. O ato da produção cria topias, assim como o fazem, em articulação com ele, outras esferas da economia política, como a circulação, a troca e o consumo.

Importa, portanto, indagar os fundamentos dessa ordem tópica. Trata-se de investigar o caráter determinante da localização de cada ente e de suas relações recíprocas, observando como se configuram sua distribuição, o significado das distâncias e a dimensão escalar que cada sociedade ocupa na trama dos diferentes lugares em que se insere. Para tornar esse argumento mais concreto, apresentamos alguns exemplos.

Se tomarmos como exemplo a produção agrária, a localização de cultivos como laranja, soja ou hortaliças pode, à primeira vista, parecer determinada por fatores naturais, como clima, solo, relevo ou mesmo o tipo de rocha que sustenta a camada pedológica. Esses elementos, sem dúvida, são relevantes. Contudo, a natureza adquire significado apenas no interior de cada formação social historicamente determinada. Isso significa que o solo, por si só, não é simplesmente fértil nem sagrado: sua qualificação depende do modo como cada sociedade se relaciona com a natureza. Quando essa relação é orientada prioritariamente pela obtenção de renda ou lucro, a fertilidade passa a ser medida pela capacidade de determinado cultivo produzir valor. Nessas condições, a localização da produção define-se pela articulação entre condições naturais favoráveis e possibilidade de geração de renda, o que remete à noção de renda da terra. Do mesmo modo, a distância entre o lugar da produção e o lugar do consumo também se organiza segundo essa mesma determinação.

A partir desse conjunto de determinações, configura-se uma geografia agrária específica, expressa na localização das diferentes atividades produtivas – agricultura e pecuária –, bem como das infraestruturas que viabilizam a circulação da produção, como rodovias, estradas vicinais, portos, aeroportos e vias férreas. A essa rede articulam-se ainda os espaços de armazenamento, depósito e comercialização, tais como centros distribuidores, supermercados e feiras públicas.

Se voltarmos para a geografia das cidades, onde o industrial tende a predominar sobre o agrário, permanece decisiva a indagação acerca do papel da natureza na definição do perfil geográfico urbano. Cumpre perguntar em que medida ela condiciona ou dificulta a circulação, a localização de moradias, de estabelecimentos industriais e comerciais e a própria conformação do espaço urbano. Do mesmo modo, é preciso considerar como a geomorfologia e a hidrografia interferem no valor do solo urbano enquanto mercadoria e em que medida as políticas públicas são orientadas para transpor ou reconfigurar tais condicionantes naturais. A atuação do Estado, por meio do planejamento urbano – frequentemente articulada aos interesses dominantes – responde a essas exigências por meio de intervenções como a construção de túneis, a implantação de linhas subterrâneas de transporte e o enterramento de rios, em função da circulação de capitais, mercadorias e força de trabalho.

Evidentemente, sobretudo nessas configurações geográficas, a problemática ambiental assume grande relevo. Isso não significa, contudo, que a natureza deva ser incorporada aos estudos de geografia urbana, como por vezes ocorre em trabalhos dedicados à geomorfologia e à hidrografia urbanas. O exemplo apresentado por Ab'Saber, ao tratar do sítio urbano da cidade de São Paulo, evidencia de modo eloquente essa perspectiva ampliada.

> As ferrovias seguiam as zonas de transição entre as planícies aluviais e as colinas mais suaves, superpondo-se, muitas vezes, nos principais terraços fluviais que a região de São Paulo apresenta. Essas áreas baixas e mal drenadas, que muito tempo permaneceram abandonadas, isolado as principais colinas urbanizadas, constituem, hoje, o sítio básico do parque industrial brasileiro. Nota-se, imediatamente, que a maior porcentagem dos bairros residenciais coincide com os diversos níveis das colinas... (Ab'Saber, 2007, p. 103).

Como já assinalado, as sociedades marcadas por uma geografia predominantemente urbana podem sugerir, à primeira vista, uma diminuição da relevância da relação sociedade/natureza. Tal interpretação, contudo, constitui um equívoco. Em nenhuma outra circunstância essa relação se mostrou tão intensa quanto nas condições contemporâneas da produção em escala industrial, que exige volumes crescentes de matérias-primas e converte elementos da natureza em novos materiais de produção (da prospecção de petróleo até a exploração de minerais estratégicos, como as terras raras). Do mesmo modo, a demanda por geração de energia incide diretamente sobre a geografia, como se observa na construção de usinas hidrelétricas, que represam rios e alteram de forma significativa a configuração física preexistente.

Desse contexto, por fim, cabe ao professor de Geografia enfrentar o desafio de percorrer realidades extremamente diversas – África, Ásia, Américas, entre outras –, tarefa cujas dificuldades nem sempre são suficientemente contempladas em seu próprio processo de formação. Compreender como diferentes sociedades se relacionaram e interagiram com distintos quadros naturais, constituindo a partir deles suas geografias específicas, permanece como exigência central do ensino da disciplina. Afastar-se dessa perspectiva implica reeditar conteúdos apresentados de forma fragmentada, tornando o ensino de Geografia menos significativo e, certamente, menos capaz de mobilizar o interesse dos estudantes.

NOTA

5 Tradução: "os espaços terrestres da superfície da Terra". Hartshorne se refere ao ensaio de Ritter "Sobre o Elemento Histórico na Ciência Geográfica", de 1833.

REFERÊNCIAS

AZIZ, AB'SÁBER. **Geomorfologia do Sítio Urbano de São Paulo**. São Paulo: Atelier Editorial, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/. Acesso em 8 outubro 2019.

BRUNHES, JEAN. **Geografia Humana.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962

FRIEDMANN, GEORGE. **7 Estudos Sobre o Homem e a Técnica**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

HARTSHORNE, RICHARD. **The Nature of Geography** – a critical survey of current thought in the light of the past. Pennsylvania: Association Lancaster, 1939.

HARTSHORNE, RICHARD. **Propósitos e Natureza da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1978.

LA BLACHE, P. Vidal de. **Princípios de Geografia Humana**. Lisboa: Edições Cosmos, 1954.

MARX, K., ENGELS, F. **Ideologia Alemã.** Lisboa: Edições Progresso, 1982.

PATTISON, Willian D. As Quatro Tradições da Geografia. **Boletim de Geografia Teorética**, v. 7, p. 101-110. 1977.

RATZEL, FRIEDRICH. Antropogeografia. *In:* **Ratzel**, Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 59, São Paulo: Editora Ática, 1990.

SILVA, ARMANDO CORRÊA DA. **De quem é o Pedaço?** São Paulo: Hucitec. 1986.

DOI: https://doi.org/10.18817/26755122.30.1.2026.4598

TRANÇAS AFRO E TERRITORIALIDADES ESTÉTICAS: CORPO E CULTURA

AFRO BRAIDS AND AESTHETIC TERRITORIALITIES: BODY AND CULTURE

TRENZAS AFRO Y TERRITORIALIDADES ESTÉTICAS: CUERPO Y CULTURA

Fernando de Matos e Silva[1]
0009-0001-0131-3506
fernando.garramx@gmail.com

Silvana Afonso Costa[2]
0009-0003-7563-2301
p.sil.geo@gmail.com

José Mauro Palhares[3]
0000-0001-9311-1049
jmpalhares@gmail.com

CIÊNCIA Geográfica
Ano XXX - Vol. XXX - (1): Janeiro/Dezembro - 2026
ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461
www.agbbauru.org.br

1 Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR. ORCID: https://orcid.org/0009-0001-0131-3506. E-mail: fernando.garramx@gmail.com.
2 Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. ORCID: https://orcid.org/0009-0003-7563-2301. E-mail: p.sil.geo@gmail.com.
3 Doutor em Geografia. Professor da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9311-1049. E-mail: jmpalhares@gmail.com.

Artigo recebido em abril de 2026 e aceito para publicação em junho de 2026.

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: Este artigo analisa as tranças afro como práticas culturais que articulam corpo, estética e territorialidade, considerando sua inserção nas dinâmicas urbanas contemporâneas. Partindo de uma perspectiva afro-diaspórica, discute-se o corpo como espaço de disputas simbólicas e políticas, no qual a estética assume papel central na produção de identidades e regimes de visibilidade. As tranças são abordadas não apenas como expressão estética, mas como práticas que carregam memória, resistência e reinvenção cultural. A pesquisa evidencia que essas práticas produzem territorialidades ao marcar presença nos espaços urbanos, tensionando padrões hegemônicos e revelando desigualdades na aceitação social. Ao mesmo tempo, sua circulação em contextos midiáticos e de consumo aponta para processos ambivalentes de valorização e apropriação. Conclui-se que as tranças operam de forma dinâmica e relacional, contribuindo para a construção de novas formas de existência, pertencimento e reconhecimento no espaço urbano contemporâneo, e por isso, vai além de um ato estético, sendo sobretudo, um ato político.

Palavras-chave: Tranças afro. Territorialidade. Corpo. Estética. Identidade. Espaço urbano.

ABSTRACT: This article analyzes Afro braids as cultural practices that articulate body, aesthetics, and territoriality within contemporary urban dynamics. From an Afro-diasporic perspective, the body is discussed as a space of symbolic and political disputes, in which aesthetics plays a central role in the production of identities and regimes of visibility. Braids are approached not only as an aesthetic expression but as practices that carry memory, resistance, and cultural reinvention. The study shows that these practices produce territorialities by marking presence in urban spaces, challenging hegemonic standards and revealing inequalities in social acceptance. At the same time, their circulation in media and consumption contexts points to ambivalent processes of valorization and appropriation. It is concluded that braids operate dynamically and relationally, contributing to the construction of new forms of existence, belonging, and recognition in contemporary urban space, thus going beyond an aesthetic act to become, above all, a political act.

Keywords: Afro braids. Territoriality. Body. Aesthetics. Identity. Urban space.

RESUMEN: Este artículo analiza las trenzas afro como prácticas culturales que articulan cuerpo, estética y territorialidad, considerando su inserción en las dinámicas urbanas contemporáneas. Desde una perspectiva afrodiaspórica, se discute el cuerpo como un espacio de disputas simbólicas y políticas, en el cual la estética desempeña un papel central en la producción de identidades y regímenes de visibilidad. Las trenzas se abordan no solo como una expresión estética, sino como prácticas que contienen memoria, resistencia y reinvención cultural. La investigación evidencia que estas prácticas producen territorialidades al marcar presencia en los espacios urbanos, tensionando patrones hegemónicos y revelando desigualdades en la aceptación social. Al mismo tiempo, su circulación en contextos mediáticos y de consumo apunta a procesos ambivalentes de valorización y apropiación. Se concluye que las trenzas operan de manera dinámica y relacional, contribuyendo a la construcción de nuevas formas de existencia, pertenencia y reconocimiento en el espacio urbano contemporáneo, y, por ello, van más allá de un acto estético, siendo sobre todo un acto político.

Palabras clave: Trenzas afro. Territorialidad. Cuerpo. Estética. Identidad. Espacio urbano.

INTRODUÇÃO

É inevitável começar pelo corpo, mas não como evidência imediata. Não como algo dado. O corpo, aqui, aparece quase como um campo em disputa, um lugar onde certas marcas insistem em permanecer, enquanto outras são continuamente apagadas… ou tentam ser. E isso já desloca um pouco o problema: não se trata apenas de estética, embora à primeira vista possa parecer.

As tranças afro entram nesse cenário de modo curioso. Não exatamente como objeto, ou não só. Elas são gesto, técnica, memória incorporada. Um fazer que atravessa gerações sem necessariamente se fixar em um único significado. Em alguns momentos, parecem afirmar identidade; em outros, operam como resistência silenciosa. Ou talvez nem tão silenciosa assim. Gomes (2019) traz que os salões afro se tornaram verdadeiros projetos sociais, visto que a estética corporal negra é inseparável do plano político e econômico de afirmação étnica, e ter isso em mente, é providencial para seguirmos na discussão.

Há um risco em tratar essas práticas como símbolos estáveis. Stuart Hall, por exemplo, insiste que identidade não é algo fixo, mas um processo, sempre em construção, sempre deslocado (Hall, 2006). Isso muda um pouco a forma de olhar para as tranças: menos como representação de uma essência e mais como enunciação, algo que acontece no tempo, no corpo, no espaço. Tanto que King (2015, p.8) define a que o cabelo:

> pode dar informações sobre as origens, pertencimentos a grupos sociais e hábitos de uma pessoa, aproximando ou afastando indivíduos enquanto elementos de identidade corporal. Eles possuem uma grande capacidade de expressão simbólica, vinculados a um contexto sociocultural (King, 2015, p. 8).

Talvez o problema não esteja apenas na tentativa de fixar significados, mas nas próprias condições que definem quais significados podem ser reconhecidos como legítimos. Nesse sentido, a discussão pode ser aproximada do que Sueli Carneiro (2005) denomina epistemicídio,

> um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo (Carneiro, 2005, p. 97).

Isso não opera apenas no plano abstrato. Ele se materializa em formas de visibilidade, em critérios do que pode ou não aparecer como válido. Nesse sentido, a discussão pode ser ampliada a partir da noção de amefricanidade proposta por Gonzalez (1988, p. 76), que "incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada". Isso envolve compreender as experiências culturais negras nas Américas não como ruptura, mas como processos históricos de continuidade e recriação. A partir dessa perspectiva, práticas como as tranças deixam de ser apenas expressões isoladas e passam a ser entendidas como parte de uma formação cultural situada, marcada por deslocamentos, permanências e reconfigurações. E é justamente nesse ponto que o espaço começa a deixar de ser apenas cenário.

E o espaço… ele começa a aparecer aqui de maneira ainda meio difusa. Porque essas práticas não acontecem no vazio. Elas se dão em territórios concretos, mas também simbólicos. A rua, o salão, a casa, cada um desses lugares reorganiza o sentido do que está sendo feito. Ou talvez intensifique certas camadas que já estavam ali. O ponto é que nesse espaço, passamos a trazer significado, pois é ali onde vamos projetar nossa personalidade e nos ligarmos por limites emocionais (Helph, 2020).

Não é só sobre cabelo. Isso parece óbvio, mas talvez precise ser dito, e repetido, de outro modo. Há uma dimensão política que atravessa essas práticas, mesmo quando elas não se anunciam explicitamente como tal. Achille Mbembe fala sobre a inscrição do poder nos corpos, sobre como o corpo negro historicamente foi alvo de regimes de controle e normatização (Mbembe, 2018). Pensar as tranças nesse contexto desloca a discussão: elas deixam de ser apenas estética e passam a operar como intervenção. Por isso é sempre importante resgatar que não enxergamos somente como fator estético em sua totalidade, mas como algo que vai pra além disso. Sobre resistência.

Mas também não é apenas resistência. Ou… talvez seja, mas não de forma única. Há prazer, há escolha, há invenção. Reduzir tudo a um gesto político consciente pode simplificar demais algo que é mais vivido. Este artigo parte justamente dessa tensão. Nesse sentido, o objetivo do presente artigo é analisar como as tranças afro operam como território estético e cultural no contexto urbano contemporâneo, considerando suas relações com o corpo, a identidade, a memória e as formas de ocupação simbólica dos espaços.

A proposta é analisar as tranças afro como práticas culturais que articulam corpo, estética e territorialidade, considerando as dinâmicas contemporâneas que atravessam espaços urbanos. Não se trata de buscar uma origem pura ou um significado fixo, mas de acompanhar como esses elementos se reorganizam em diferentes contextos, produzindo sentidos que nem sempre se estabilizam.

Autores e autoras da diáspora africana, dos estudos culturais e das discussões sobre espaço urbano serão mobilizados não para fechar a questão, mas para tensioná-la. Talvez, no fundo, a pergunta não seja exatamente "o que significam as tranças afro?", mas "o que elas fazem?". E onde. E com quem. Ou ainda, o que passa a ser possível a partir delas.

METODOLOGIA

A pesquisa se insere no campo das abordagens qualitativas, orientando-se pela necessidade de compreender práticas culturais a partir de seus significados, suas tensões e suas formas de inscrição no espaço social. Como aponta Minayo (2014), a investigação qualitativa permite analisar fenômenos que envolvem dimensões simbólicas, históricas e culturais, o que se mostra adequado ao estudo das tranças afro enquanto prática que articula corpo, estética e territorialidade.

Do ponto de vista dos procedimentos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir da análise de obras e produções científicas já consolidadas (Gil, 2019). Entretanto, essa base não é mobilizada apenas de forma descritiva, mas como parte de um movimento interpretativo, no qual diferentes autores são colocados em relação para a construção do problema investigado.

Nesse processo, o trabalho se aproxima de uma perspectiva fenomenológica, não como aplicação rigorosa de um método específico, mas como orientação de leitura. Isso se manifesta na atenção dada à experiência, ao corpo e ao espaço vivido, compreendidos não como elementos isolados, mas como dimensões interligadas da existência social. Conforme Relph (2020), a compreensão do espaço passa

pela experiência subjetiva e pelos significados que os sujeitos atribuem aos lugares que habitam. Essa chave de leitura permite analisar as tranças não apenas como forma estética, mas como prática situada, que se constrói na relação entre corpo e espaço.

Ao mesmo tempo, a pesquisa dialoga com a perspectiva geográfica da territorialidade, especialmente a partir das contribuições de Milton Santos (2006), para quem o território não se limita à dimensão física, mas incorpora usos, práticas e significados sociais. Nesse sentido, as tranças são compreendidas como práticas que não apenas acontecem no espaço urbano, mas que participam ativamente de sua produção simbólica, contribuindo para a construção de territorialidades estéticas.

Assim, a metodologia adotada pode ser compreendida como uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, com orientação interpretativa, ancorada em uma leitura fenomenológica do espaço vivido e em uma abordagem geográfica da territorialidade. Essa articulação permite analisar as tranças afro como práticas culturais complexas, que se constituem na relação entre corpo, estética e espaço urbano contemporâneo.

Nesse movimento interpretativo, importa ressaltar que os autores mobilizados ao longo do trabalho não operam a partir de um mesmo horizonte teórico, nem compartilham necessariamente as mesmas bases metodológicas. Há, antes, uma aproximação construída a partir das tensões entre essas perspectivas. Enquanto autores como Stuart Hall (2006) e Paul Gilroy (2001) contribuem para pensar a identidade em sua dimensão processual, marcada por deslocamentos e mediações culturais, outros, como Milton Santos (2006) e Edward Relph (2020), deslocam o olhar para a experiência espacial e para a produção do território como prática vivida.

Já as contribuições de Lélia Gonzalez (1988), Sueli Carneiro (2005) e Ochy Curiel (2007) tensionam esse campo ao introduzirem uma leitura situada, marcada pelas dinâmicas de raça, gênero e colonialidade, questionando os próprios critérios de legitimidade do conhecimento. Não se trata, portanto, de buscar uma síntese entre essas abordagens, mas de colocá-las em relação, permitindo que suas diferenças produzam um campo analítico mais complexo. É justamente nesse entrecruzamento que se torna possível compreender as tranças afro não como objeto estável, mas como prática que emerge da articulação entre corpo, identidade, saber e território.

CORPO, ESTÉTICA E IDENTIDADE NA PERSPECTIVA AFRO-DIASPÓRICA

O corpo, talvez seja preciso começar de novo por ele, mas de outro modo. Não como ponto de partida estável, nem como suporte neutro onde a cultura simplesmente se inscreve. Isso parece insuficiente. O corpo, na experiência afro-diaspórica, carrega algo que escapa a essa ideia de superfície. Ele é memória, mas não apenas no sentido simbólico… há uma materialidade nessa memória, uma insistência que atravessa gestos, posturas, modos de se apresentar, e até aquilo que, à primeira vista, poderia parecer apenas escolha estética. Mas chamar de "escolha" também simplifica.

Há uma tensão aqui. Entre agência e estrutura, talvez. Entre aquilo que se decide e aquilo que já está, de alguma forma, decidido antes mesmo da decisão aparecer como possibilidade. Frantz Fanon, ao refletir sobre o corpo negro em contextos coloniais, sugere que esse corpo não entra no mundo como presença neutra, ele é imediatamente capturado por uma rede de significações que o antecede (Fanon, 2008). E isso pesa. Pesa no modo como se é visto, mas também no modo como se passa a se ver. Ou seja, o corpo não é apenas percebido, ele é produzido nessa relação.

E então a estética deixa de ser um campo superficial. Ela se adensa. Pensar estética, aqui, não é falar de beleza no sentido clássico, nem de padrões universais, que, aliás, nunca foram universais. Tanto que Fanon (2008, p. 160) ainda traz: "Na Europa, o preto, seja concreta, seja simbolicamente, representa o lado ruim da personalidade. Enquanto não compreendermos esta proposição, estaremos condenados a falar em vão do "problema negro".

Talvez seja mais produtivo entender a estética como um regime de visibilidade, um conjunto de códigos que define o que pode ser visto, como pode ser visto, e o que deve ser rejeitado. Jacques Rancière fala de uma "partilha do sensível", uma organização do perceptível que distribui lugares, vozes, presenças (Rancière, 2005). Se isso faz sentido, e parece fazer, então a estética não está separada da política. Ela é uma das suas formas.

No caso da diáspora africana, essa partilha foi historicamente marcada por exclusões muito específicas. Por isso se faz primordial lembrar que "A política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo" (Rancère, 2005, p. 16-17).

Certos traços, certos corpos, certos cabelos foram sistematicamente associados ao desvio, ao excesso, ao que deveria ser corrigido. Não é exatamente novidade dizer isso, mas talvez seja importante insistir: esses critérios não desapareceram. Eles se reorganizaram.

E é aqui que o cabelo, que depois vai reaparecer de forma mais direta nas tranças, começa a ganhar densidade analítica. O cabelo crespo, por exemplo, não é apenas uma característica biológica. Ele se torna signo. Um signo carregado de historicidade. Nilma Lino Gomes observa que, no contexto brasileiro, o cabelo negro frequentemente opera como um dos principais marcadores de identidade racial, sendo alvo tanto de estigmatização quanto de ressignificação (Gomes, 2006). Há, portanto, um campo de disputa concentrado ali, no fio, na textura, no volume.

Essa disputa não se limita à aparência em si. Ela atravessa também a legitimidade dos próprios referenciais que estão sendo mobilizados. Nesse sentido, pode ser compreendida à luz do que Carneiro (2005) denomina epistemicídio, no qual determinadas formas de saber e expressão são sistematicamente desqualificadas. E isso não permanece apenas no plano simbólico: ele se projeta nas formas como esses corpos circulam, são percebidos e, sobretudo, nos espaços em que podem ou não ser reconhecidos.

Mas essa disputa não acontece apenas no nível do discurso. Ela atravessa práticas cotidianas. Alisar, trançar, raspar, deixar natural, cada uma dessas ações pode ser lida de múltiplas formas, dependendo do contexto, do momento, das condições sociais envolvidas. E talvez seja justamente isso que dificulta qualquer leitura única.

Às vezes, o mesmo gesto significa coisas diferentes. Ou melhor, ele não "significa", ele faz. Produz efeitos. Reorganiza percepções. Stuart Hall, novamente, ajuda a deslocar o olhar quando propõe que a identidade deve ser pensada como algo em constante processo de formação, nunca concluído, sempre em relação (Hall, 2006). Isso impede que se trate a identidade afro-diaspórica como algo homogêneo ou essencial. Há deslocamentos, contradições, negociações. Há momentos de afirmação mais explícita, outros de ambiguidade… e isso não necessariamente enfraquece a identidade. Talvez seja justamente o que a constitui. Ainda assim, há algo que persiste.

Uma espécie de continuidade, não linear, não pura, mas que atravessa diferentes contextos da diáspora. Paul Gilroy, ao falar do Atlântico Negro, sugere que a experiência afro-diaspórica não pode

ser compreendida a partir de fronteiras nacionais rígidas, mas sim como uma rede de trocas culturais, de circulações, de reinvenções constantes (Gilroy, 2001). Isso desloca a discussão do "onde" para o "como". Como certas práticas se mantêm, se transformam, se reconfiguram.

E o corpo continua sendo central nesse processo. Porque é nele que essas circulações se materializam. Não como cópias de um original perdido, essa ideia de origem pura parece cada vez menos sustentável, mas como recriações situadas. O corpo diaspórico, nesse sentido, não é apenas herdeiro de uma tradição; ele é produtor de novas formas de existência.

Mas talvez seja preciso interromper um pouco essa linha de pensamento. Porque há um risco de romantização aqui. De transformar o corpo negro em espaço de resistência constante, quase heroica. E isso pode apagar outras dimensões, o cansaço, a violência cotidiana, as imposições que não se escolhe enfrentar, mas que simplesmente estão lá.

Achille Mbembe aponta, de outra maneira, para essa ambivalência ao discutir como o corpo negro foi historicamente reduzido a objeto de exploração e controle, mas também como ele escapa, reinventa, desloca essas tentativas de captura (Mbembe, 2018). Não há uma síntese confortável. Há tensão. E talvez seja nessa tensão que a estética afro-diaspórica se constitui.

Não como resposta definitiva, mas como campo de possibilidades. Às vezes contraditórias. Às vezes difíceis de nomear. Em certos momentos, mais alinhadas com discursos de afirmação identitária; em outros, mais dispersas, mais cotidianas, menos declaradamente políticas, embora isso não as torne menos significativas.

O corpo, então, não resolve o problema. Ele o expõe. Ele torna visível aquilo que, em outros níveis, poderia permanecer mais difuso: as hierarquias, os desejos, os incômodos, as negociações silenciosas. A estética, por sua vez, não aparece como camada superficial que recobre esse corpo, mas como parte constitutiva dele, como modo de existência. E talvez seja aqui que o capítulo comece a se fechar… ou não exatamente.

Porque ainda fica algo em aberto: até que ponto essas práticas estéticas, que serão aprofundadas a seguir, especialmente no caso das tranças afro, conseguem deslocar efetivamente os regimes de visibilidade que as atravessam? Ou será que, em certos contextos, acabam sendo reabsorvidas por esses mesmos regimes?

Não há resposta pronta.

Mas a pergunta permanece, meio suspensa.

TRANÇAS AFRO COMO PRÁTICA CULTURAL E FORMA DE EXPRESSÃO TERRITORIAL

Talvez agora seja inevitável aproximar mais o olhar. Sair um pouco das formulações mais amplas, corpo, estética, identidade, e entrar naquilo que, de certo modo, concretiza tudo isso: a prática. O fazer. As mãos que dividem o cabelo, que puxam, entrelaçam, apertam, soltam… e repetem. As tranças não começam como imagem. Antes disso, elas são processo.

E esse processo é longo. Às vezes demorado de um jeito quase ritualístico. Horas sentada, o corpo imóvel enquanto a cabeça é trabalhada. Há dor, às vezes. Há conversa. Há silêncio também. O tempo ali parece outro. Talvez seja nesse tempo que algo se transmite que não está totalmente nas palavras. Mas isso ainda está meio difuso.

Porque falar das tranças como prática cultural exige recuar um pouco, ou atravessar, melhor dizendo, para além do presente imediato. Há registros históricos que apontam para o uso de tranças em diversas sociedades africanas, não apenas como estética, mas como linguagem social: indicando pertencimento étnico, idade, estado civil, posição social (Byrd; Tharps, 2014). Mas dizer isso assim, de forma direta, quase dá a impressão de que havia um sistema fixo, estável… e talvez não fosse tão simples. Ainda assim, havia sentido.

Mas talvez esse sentido não deva ser compreendido apenas como símbolo visível. Ele também pode ser pensado como linguagem, na medida em que práticas culturais produzem e organizam formas de conhecimento. Nesse ponto, a reflexão de Gonzalez (1988, p. 78) se torna especialmente relevante ao afirmar que "toda linguagem é epistêmica". Isso permite deslocar a leitura das tranças para além da estética, entendendo-as como formas de saber que atravessam experiências históricas específicas. E talvez seja justamente por isso que esse sentido não desaparece com a diáspora, mas se transforma, se desloca e se reinscreve em novos contextos.

Ele se fragmenta, se desloca, se reinventa em condições completamente diferentes, muitas vezes sob violência extrema. Durante o período da escravidão, por exemplo, práticas relacionadas ao cabelo foram, em muitos contextos, reprimidas ou desestruturadas. O ponto é que até para além dessa ótica, Gomes (2003) destaca que:

> O cabelo é um dos elementos mais visíveis e destacados do corpo. Em todo e qualquer grupo étnico ele é tratado e manipulado, todavia a sua simbologia difere de cultura para cultura. Esse caráter universal e particular do cabelo atesta a sua importância como símbolo identitário (Gomes, 2003, p. 174).

E mesmo assim, de alguma forma, persistiram. Persistir, aqui, não significa permanecer igual. Significa adaptar-se. Às vezes quase imperceptivelmente. Nesse movimento, as tranças podem ser compreendidas como práticas que tensionam processos históricos de deslegitimação de saberes. Ao reinscrever referências culturais no corpo, elas operam também como enfrentamento ao que Carneiro (2005) denomina epistemicídio. E talvez seja justamente por isso que sua presença nunca é neutra: ela reorganiza percepções, produz reconhecimento e passa a interferir diretamente nos espaços em que esses corpos se inscrevem.

Nesse sentido, essas práticas podem ser compreendidas como parte de um processo histórico mais amplo, no qual saberes e expressões culturais negras não apenas resistem, mas se reconfiguram continuamente nas Américas. Gonzalez (1988, p. 76) aponta que "a categoria de amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural", o que permite entender essas permanências não como simples continuidade, mas como reinvenção. E talvez seja justamente nesse movimento que se explicam também as tensões que aparecem mais adiante, quando determinadas práticas passam a ser negadas, ajustadas ou substituídas por outras consideradas mais aceitáveis.

E com o passar dos anos, ainda assim, mulheres preferiam alisar o cabelo com a perspectiva de que o "bonito" seria percebido apenas se fosse algo similar ao que era tido como uma característica da branquitude. Tanto que Hooks (2005) afirma que:

> O alisamento era claramente um processo no qual as mulheres negras estavam mudando a sua aparência para imitar a aparência dos brancos. Essa necessidade de ter a aparência mais parecida possível à dos brancos, de ter um visual inócuo, está relacionada com um desejo de triunfar no mundo branco (Hooks, 2005, p. 2).

As tranças, nesse contexto, passam a operar em camadas. Em alguns momentos, como forma de cuidado, algo cotidiano, necessário. Em outros, como estratégia de preservação de referências culturais. No início do século XV, em diversas sociedades da África Ocidental, o cabelo desempenhava um papel comunicativo, sendo utilizado como meio de transmissão de mensagens, identidades e códigos sociais. Além da África, outros povos se encaixam nessa lógica:

> incluindo os wolof, mende, mandingo e iorubá - eram as pessoas que enchiam os navios negreiros que navegavam para o "Novo Mundo". Dentro dessas culturas, o cabelo era parte integrante de um complexo sistema de linguagem, (...) usados para indicar o estado civil, a idade, a religião, a identidade étnica, a riqueza e a posição de uma pessoa dentro da comunidade (Byrd; Tharps, 2014, p. 2).

Em outras culturas, a trança reforça uma ideia mais intrínseca de uma vivência, indo para além de fatores estéticos, mas não os tratando como menos importantes. O ponto é que, enquanto para o contexto afro-brasileiro, a trança surge como condutora de um fio espacial que vai formar uma territorialidade, em culturas como da etnia Himba:

> tem na posição e quantidade das tranças um marcador da idade. Os meninos usam uma trança pra frente, quando jovens, usam uma trança para trás, e depois do casamento podem utilizar panos cobrindo o cabelo, esse pano só é retirado em algum funeral. Já as mulheres, antes da puberdade usam duas tranças. Eles também usam uma pasta chamada otize, em todo corpo e também no cabelo, criando longas e grossas mechas que se assemelham aos penteados rastafari, ou locs (Silva, 2003, p. 70).

Nisso, percebe-se como a trança comunica muito mais do que beleza estética. Nessa etnia, consiste em mostrar a vida de uma pessoa, através da trança. Aqui já não entramos no aspecto voltado à reafirmação de uma identidade, mas sim da identidade em sua totalidade, já que os Himbas têm isso como parte de sua cultura, muito enraizada.

E é aqui que o espaço começa a entrar de forma mais evidente. Não apenas como cenário, mas como componente ativo. As tranças acontecem em lugares específicos. Salões de beleza, varandas, quintais, calçadas, quartos improvisados, cada um desses espaços produz uma atmosfera diferente. O salão, por exemplo, pode ser um espaço de circulação, de troca, de construção coletiva de referências estéticas. Um território, talvez. Não no sentido formal, geográfico, mas como espaço vivido, apropriado, marcado por práticas e relações.

Milton Santos fala do território como algo que ultrapassa a dimensão física, incorporando usos, significados, práticas sociais (Santos, 2006). Pensar as tranças a partir disso desloca novamente a análise: elas não são apenas feitas em um território, elas ajudam a produzi-lo. E produzem também uma certa visibilidade.

Ou melhor, reconfiguram a visibilidade. Porque o que está em jogo não é simplesmente "ser visto", mas como se é visto. As tranças, quando ocupam o espaço urbano, na rua, na escola, no trabalho,

tensionam padrões estéticos que historicamente foram naturalizados como neutros. E isso pode gerar reconhecimento, mas também estranhamento. Às vezes admiração. Às vezes incômodo. Depende.

Talvez seja importante, neste ponto, interromper um pouco a abstração e olhar mais diretamente para as formas. Para aquilo que aparece. Porque as tranças são, também, imagem. E essa dimensão visual não é secundária. Pelo contrário.

As chamadas box braids, por exemplo, criam uma espécie de volume organizado, linhas que caem em direções relativamente previsíveis, mas que se movimentam com o corpo. Já as tranças nagô, ou cornrows, aderem ao couro cabeludo, desenhando padrões que podem ser simples ou extremamente elaborados. Há também combinações, variações, inserções de cores, acessórios, fios sintéticos. Cada escolha altera não apenas a aparência, mas a relação com o espaço.

Figura 1. Box braids

Fonte: Acervo dos autores.

Porque certas tranças chamam mais atenção. Outras passam mais discretamente. Algumas são associadas a determinados grupos, estilos e movimentos culturais. Outras escapam dessas classificações mais rígidas. E isso não é fixo, muda com o tempo, com o contexto, com quem usa. Ou seja, a estética aqui não é estática. Ela se move. E, ao se mover, produz territorialidades.

Sodré (2002) reforça isso ao trazer que:

> território do corpo, relacionado com o espaço pessoal, como o próprio corpo e o espaço adjacente - esta é uma delimitação invisível do espaço que acompanha o indivíduo, sendo capaz de se expandir ou contrair-se de acordo com a situação e caracterizando-se, portanto, pela flexibilidade (Sodré, 2002, p. 39).

A essa perspectiva soma-se a noção de "cuerpo-territorio", elaborada por Ochy Curiel (2007), que trata o corpo da mulher racializada como um território político, no qual se entrelaçam dimensões históricas, afetivas e identitárias.

Talvez seja preciso insistir um pouco nessa ideia. Territorialidade, nesse caso, não significa posse formal de um espaço, mas uma forma de ocupação simbólica. Um modo de inscrever presença. Quando corpos com tranças circulam pela cidade, eles não apenas transitam, eles marcam. Criam referências visuais que podem ser reconhecidas por outros, que podem gerar identificação, pertencimento. Ou até conflito.

Há espaços onde essas estéticas são mais aceitas, mais valorizadas. Outros onde ainda são vistas como inadequadas, "fora do lugar". Isso revela que o território urbano não é homogêneo. Ele é atravessado por normas, algumas explícitas, outras nem tanto. E o corpo trançado entra nesse jogo.

Às vezes como afirmação. Às vezes como negociação. Principalmente se entrarmos no aspecto identitário, onde, ao mesmo tempo em que procuro onde se busca trazer valores culturais com práticas que reforçam a valorização estética do sujeito, busca-se também equilibrar demandas da sociedade, resgatando o que Hall (2011, p. 52) aborda sobre identidade, dizendo que "não é um núcleo fixo, mas uma produção em constante mudança".

É curioso perceber como, em certos contextos contemporâneos, as tranças passam também a circular em circuitos de moda, de consumo e de mídia. Celebridades, influenciadores, campanhas publicitárias, tudo isso contribui para ampliar a visibilidade dessas práticas. Mas essa ampliação não é neutra. Ela pode gerar reconhecimento, mas também processos de esvaziamento de sentido, de apropriação. Ou talvez não seja tão simples assim.

Porque, ao mesmo tempo, essa circulação pode abrir novas possibilidades de existência para essas estéticas. Pode deslocar padrões. Pode produzir novas formas de territorialidade. O problema talvez não esteja na circulação em si, mas nas condições em que ela ocorre.

Quem pode usar tranças sem sofrer sanções sociais? Em quais espaços isso é permitido, valorizado ou penalizado? Essas perguntas continuam atravessando a prática, mesmo quando ela parece amplamente difundida. E ainda há o nível mais íntimo.

A relação de quem usa tranças com o próprio corpo. Com o espelho. Com a sensação de se reconhecer, ou não. Isso não aparece sempre de forma explícita, mas está ali. A partir da perspectiva decolonial, o corpo pode ser compreendido como um espaço de produção de sujeitos e de disputas de poder, no qual práticas estéticas, como o uso de tranças, assumem um caráter político ao reconfigurar formas de existência historicamente subalternizadas (Rangel; Francisco; Santos, 2022).

Porque as tranças, enquanto prática cultural, parecem resistir a definições muito rígidas. Elas são, ao mesmo tempo, herança e invenção. Cotidiano e afirmação. Estética e política, de forma declarada. Elas fazem coisas diferentes em contextos diferentes. E talvez seja justamente essa capacidade de deslocamento, de operar em múltiplos níveis ao mesmo tempo, que as torna tão centrais para pensar as relações entre corpo, cultura e território.

Se as tranças produzem territorialidades, como essas territorialidades se sustentam no tempo? Elas se consolidam, se dissipam, se transformam em outra coisa? Ou coexistem, de forma fragmentada, em diferentes pontos da cidade? Talvez isso comece a aparecer com mais clareza quando o olhar se deslocar para as dinâmicas urbanas mais amplas. Mas isso já é outro movimento.

TERRITORIALIDADES ESTÉTICAS E DINÂMICAS URBANAS CONTEMPORÂNEAS

Talvez agora o movimento não seja exatamente avançar, mas deslocar um pouco o foco. Não sair das tranças, nem do corpo, mas observar como tudo isso se distribui na cidade. Ou melhor, como a cidade responde. Porque ela responde, mesmo quando parece indiferente.

O urbano, nesse caso, não é apenas cenário. Isso já foi insinuado antes, mas aqui começa a ficar menos insinuado. Há uma espécie de negociação contínua acontecendo, quase imperceptível às vezes, entre corpos que carregam certas estéticas e espaços que nem sempre estão prontos a recebê-las.

Essa leitura diferenciada dos corpos não se restringe ao plano simbólico, mas se projeta de maneira concreta nas dinâmicas do mercado de trabalho. Uma reportagem do Alma Preta evidencia que candidatas negras com cabelo natural ou com tranças ainda são frequentemente percebidas como menos profissionais em processos seletivos, quando comparadas àquelas que utilizam o cabelo alisado, o que revela a persistência de padrões estéticos racializados na definição do que é considerado adequado ou aceitável em determinados espaços (Alma Preta, 2022).

No entanto, essa mesma estética que é alvo de desvalorização em certos contextos também se afirma como prática econômica e forma de ocupação territorial em outros. O projeto nacional "Tranças no Mapa" identificou uma presença significativa de trancistas em centros urbanos, especialmente em territórios majoritariamente negros, evidenciando que essas práticas não apenas circulam, mas estruturam redes de trabalho, renda e pertencimento (Alma Preta, 2026).

Essa ambivalência entre rejeição e valorização, evidencia que as tranças não possuem um significado fixo, sendo constantemente reconfiguradas conforme os contextos sociais em que se inserem. Mais do que uma contradição pontual, esse movimento revela como diferentes espaços urbanos operam a partir de lógicas distintas de reconhecimento, nas quais uma mesma prática pode ser incorporada, tensionada ou rejeitada, dependendo das relações sociais que estruturam esses contextos.

David Harvey fala da cidade como produto de relações sociais em constante transformação, atravessadas por disputas de poder, acesso e visibilidade (Harvey, 2012). Isso parece um pouco distante à primeira vista, mas quando se olha para práticas cotidianas, essa ideia começa a ganhar uma materialidade inesperada. Porque nem todo espaço urbano reage da mesma forma.

Há lugares onde as tranças passam quase despercebidas. Ou melhor, são incorporadas, absorvidas, transformadas em algo que não causa ruído. Em outros, elas ainda produzem tensão. Olhares que se demoram mais do que o necessário. Comentários, às vezes sutis, às vezes não. Pequenas interrupções no fluxo do cotidiano.

E talvez seja justamente essa irregularidade que define essas territorialidades estéticas. Elas não se estabelecem como blocos contínuos, mas como pontos, de maior ou menor densidade, de maior ou menor aceitação. Um salão afro em um bairro periférico, por exemplo, pode funcionar como um núcleo de afirmação estética e cultural. Já um ambiente corporativo no centro da cidade pode operar sob outras regras, muitas vezes não explicitadas, mas fortemente sentidas.

Milton Santos (2006) já sugeria que o espaço urbano é composto por diferentes "camadas de racionalidade", coexistindo de forma desigual. Talvez seja possível pensar as tranças dentro dessas camadas: em alguns circuitos, elas circulam com facilidade; em outros, encontram resistência. E essa resistência nem sempre se apresenta como proibição direta. Às vezes ela aparece como desconforto, como expectativa silenciosa de adequação. E aqui o corpo volta. Ele sempre volta.

Porque é nele que essas tensões se inscrevem. Não de forma abstrata, mas concreta. No modo como alguém escolhe usar tranças em determinados contextos. Na decisão de mantê-las ou retirá-las antes de uma entrevista de emprego. No cálculo, muitas vezes não verbalizado, do que é possível sustentar naquele espaço.

Talvez seja aqui que a ideia de territorialidade precise ser ligeiramente ajustada. Não apenas como ocupação simbólica do espaço, mas como capacidade de permanecer nele sem ter que se apagar. Ou sem se ajustar demais.

Achille Mbembe (2018), ao discutir os modos contemporâneos de controle sobre os corpos, sugere que o poder não opera apenas pela repressão direta, mas também por formas mais sutis de regulação e de enquadramento. Isso ressoa aqui. Porque o que está em jogo não é apenas a presença das tranças no espaço urbano, mas as condições dessa presença.

Ao mesmo tempo, há um movimento de ampliação da visibilidade dessas estéticas. Redes sociais, campanhas publicitárias, produções culturais… tudo isso tem contribuído para deslocar certos padrões. As tranças aparecem mais. Circulam mais. São, em muitos casos, celebradas. Mas essa celebração não é neutra.

Esse movimento pode ser observado de forma mais concreta no ambiente digital, onde a circulação dessas estéticas ganha intensidade e novas camadas de significado. Uma reportagem das Nações Unidas no Brasil destaca que, apenas entre 2016 e 2017, houve um crescimento de 309% nas buscas pelo termo “cabelo afro” no Google, evidenciando um aumento expressivo do interesse público em torno dessas pautas (ONU BRASIL, 2018).

Assim, ainda que não se trate de uma ocupação territorial no sentido físico, essas dinâmicas digitais podem ser compreendidas como extensões simbólicas das territorialidades estéticas, nas quais práticas como o uso de tranças passam a circular e produzir reconhecimento em escala ampliada. No entanto, essa ampliação da visibilidade não se distribui de forma homogênea, nem elimina as assimetrias que estruturam a leitura social desses corpos. Ao contrário, ela evidencia que os mesmos elementos estéticos podem ser apropriados, valorizados ou rejeitados de maneira distinta, dependendo de quem os utiliza e em quais contextos se inscrevem, o que recoloca a discussão no plano das estruturas sociais que organizam essas diferenças (ONU BRASIL, 2018).

Stuart Hall já alertava que a incorporação de elementos culturais marginalizados pelos circuitos dominantes pode ocorrer de forma ambivalente, ao mesmo tempo em que reconhece, também reconfigura e, por vezes, esvazia certos sentidos (Hall, 2006). Talvez seja isso que esteja acontecendo em alguns contextos urbanos contemporâneos. As tranças entram na lógica da moda. Do consumo. Da tendência. E isso abre possibilidades. Amplia repertórios, desloca referências, cria outras formas de pertencimento. Mas também produz novas tensões. Porque nem todos que usam tranças ocupam o mesmo lugar social. Nem todos são lidos da mesma forma.

O mesmo penteado pode ser valorizado em um corpo e questionado em outro. Isso já foi dito de outras formas, mas talvez precise ser repetido. Não exatamente repetido… reencenado.

Porque a cidade, nesse sentido, não é apenas o lugar onde essas diferenças aparecem. Ela participa ativamente da sua produção. Organiza fluxos, define centralidades, estabelece o que é considerado apropriado ou não em determinados contextos.

Corpos com tranças ocupando espaços onde antes eram raros. Escolas, universidades, ambientes profissionais. Pequenas presenças que, somadas, começam a produzir outra paisagem. Não de forma homogênea, nem linear, mas como um acúmulo de deslocamentos.

Essa presença no ambiente escolar não se dá de forma abstrata, mas pode ser observada em práticas concretas que evidenciam como essas estéticas são vividas e tensionadas desde a educação básica. Uma reportagem do portal Lunetas descreve, por exemplo, o projeto "Meu cabelo é um ato político", desenvolvido em uma escola de Maracanaú (CE), no qual alunas negras organizaram apresentações de dança, exposições fotográficas e rodas de conversa voltadas ao enfrentamento do racismo capilar (Lunetas, 2020).

Em outro caso, a criação do clube "Naturalmente Cacheadas" surgiu após uma pesquisa interna indicar que cerca de 30% das estudantes negras já haviam sido alvo de piadas relacionadas aos seus cabelos, revelando que essas experiências atravessam o cotidiano escolar de forma significativa (Lunetas, 2020). Esses movimentos funcionam como estratégias de enfrentamento, mas também como espaços de construção identitária, nos quais o cabelo afro deixa de ser tratado apenas como alvo de estigmatização e passa a ser afirmado como referência cultural, estética e política.

Nesse sentido, tais iniciativas dialogam diretamente com a proposta da Lei nº 10.639/2003 (Brasil, 2003), ao promoverem a valorização da cultura afro-brasileira no ambiente escolar, não apenas no plano curricular, mas também nas práticas cotidianas. Mais do que episódios isolados, esses projetos indicam que a presença das tranças e do cabelo afro nas escolas participa de um processo mais amplo de reinscrição de referências negras nos espaços de formação, tornando visível uma memória cultural que não aparece como resíduo do passado, mas como prática viva que continua produzindo pertencimento, reconhecimento e disputa no presente.

Essa paisagem, no entanto, não deve ser entendida apenas como uma mudança recente ou superficial. Ela pode ser compreendida como expressão de uma presença histórica que se reinscreve continuamente no espaço urbano. Gonzalez (1988, p. 79) sugere que esse processo "nos transforma no que somos hoje: amefricanos", indicando que essas formas culturais não são residuais, mas constitutivas. E talvez seja justamente por isso que essas territorialidades não se estabilizam facilmente: porque carregam em si um movimento contínuo de transformação, deslocamento e reconfiguração.

Porque essas territorialidades estéticas não se estabilizam facilmente. Elas se formam, se desfazem, se reorganizam. Às vezes se fortalecem em determinados contextos, enquanto enfraquecem em outros. Às vezes coexistem de forma fragmentada, quase invisível, até que, em algum momento, se tornam mais evidentes.

O que parece persistir é uma relação instável entre corpo, estética e espaço, marcada por processos descontínuos e complexos de territorialização. Longe de se configurar como uma estrutura fixa, essa relação se reorganiza continuamente, reaparecendo em diferentes escalas e intensidades, na medida em que os sujeitos transitam por múltiplos territórios. Nesse sentido, mais do que uma fixação espacial, trata-se de uma dinâmica marcada pela fluidez e pelo movimento, na qual práticas estéticas circulam, são reinterpretadas e reterritorializadas (Haesbaert, 2004), o que pode ser aproximado da noção de desterritorialização em Deleuze e Guattari (1995), compreendida como um processo contínuo de deslocamento e reconfiguração dos territórios e dos sentidos que neles se inscrevem. E talvez seja justamente essa instabilidade que torna difícil encerrar o capítulo de forma conclusiva. Porque, no fundo, a questão não é apenas onde as tranças estão na cidade. Mas como elas circulam. Como são vistas. E o que acontece quando elas passam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho evidencia que as tranças afro não podem ser compreendidas como um elemento meramente estético, mas como práticas culturais complexas que articulam corpo, identidade e território em múltiplas escalas. Ao longo do texto, demonstrou-se que o corpo negro, longe de ser um suporte neutro, constitui-se como espaço de inscrição de disputas históricas, simbólicas e políticas, nas quais a estética desempenha papel central na produção de visibilidades e invisibilidades.

Nesse contexto, as tranças emergem como práticas que operam simultaneamente como herança cultural, forma de expressão identitária e mecanismo de reconfiguração espacial. Elas produzem territorialidades ao marcar presença nos espaços urbanos, tensionando normas estéticas hegemônicas e revelando a desigualdade na distribuição do reconhecimento social. Ao mesmo tempo, sua circulação contemporânea em circuitos de consumo e mídia evidencia processos ambivalentes, nos quais coexistem valorização, apropriação e ressignificação.

A partir disso, conclui-se que as territorialidades estéticas associadas às tranças são dinâmicas, instáveis e continuamente reconfiguradas, não se fixando em significados únicos. Elas se constituem na circulação, nas relações e nas negociações cotidianas entre sujeitos e espaços. Mais do que localizar onde as tranças estão, torna-se fundamental compreender como elas operam, quais efeitos produzem e de que forma contribuem para ampliar possibilidades de existência e reconhecimento no espaço urbano contemporâneo.

É importante reconhecer que a própria análise não se encerra aqui. Há ainda algumas dimensões que permanecem em aberto e que poderiam ser exploradas em investigações futuras. Entre elas, chama atenção o papel das redes sociais na reconfiguração contemporânea dessas práticas, especialmente quando se observa a forma como as tranças passam a circular também em circuitos de consumo.

Se, por um lado, essas plataformas ampliam a visibilidade e favorecem a construção de referências estéticas e identitárias, por outro, também parecem tensionar certos sentidos que historicamente acompanharam essas práticas. Não se trata exatamente de afirmar que ocorre uma perda de significado, mas talvez de reconhecer que esses significados passam a se reorganizar em outros regimes de circulação.

Nesse movimento, permanece a questão: até que ponto essa ampliação contribui para processos de valorização e reconhecimento, e em que medida também pode produzir formas de esvaziamento ou reapropriação? Essa é uma discussão que ainda parece em aberto, e que pode oferecer caminhos relevantes para compreender as transformações mais recentes nas relações entre corpo, estética e territorialidade no espaço urbano contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ALMA PRETA. **Conheça a história da discriminação do cabelo crespo no Brasil.** 2022. Disponível em: https://almapreta.com.br/sessao/cultura/conheca-a-historia-da-discriminacao-do-cabelo-crespo-no-brasil/. Acesso em: 25 de abril de 2026.

ALMA PRETA. **Mapeamento de trancistas negras é lançado nacionalmente.** 2026. Disponível em: https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/mapeamento-de-trancistas-negras-e-lancado-

nacionalmente/. Acesso em: 25 de abril de 2026.
BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.
BYRD, Ayana D.; THARPS, Lori L. **Hair story**: untangling the roots of Black hair in America. New York: St. Martin's Press, 2014.
CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
CURIEL, Ochy. **Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista**. Nómadas (Colômbia), n. 26, p. 92–101, abr. 2007.
DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs:** capitalismo e esquizofrenia. v. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**: modernidade e dupla consciência. Rio de Janeiro: 34, 2001.
GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan./jun. 2003.
GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2019.
GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz**: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.
HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. *In:* RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (org.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.
HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
HOOKS, Bell. 2005. Lia Maria dos Santos (trad.). Alisando o nosso cabelo. **Revista Gazeta de Cuba** – Union de escritores y artista de Cuba, tradução, 1-8p. Disponível em: https://www.geledes.org.br/alisando-o-nosso-cabelo-por-bell-hooks/#axzz3ZBBwtIph. Acesso em: 18 mar. 2026.
LUNETAS. **Racismo nas escolas**: meninas negras enfrentam preconceito e transformam realidade. 2020. Disponível em: https://lunetas.com.br/racismo-nas-escolas/. Acesso em: 25 de abril de 2026.
MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.
MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
MOTA, Carla. **Eu podia viver aqui** (uma visita a uma tribo Himba) | Namíbia. Viajar entre Viagens, 2015. Disponível em: https://www.viajarentreviagens.pt/namibia/eu-podia-viver-aqui-himbas/. Acesso em: 19 mar. 2026.

ONU BRASIL. **Uso do cabelo afro é ato político, dizem blogueiras e especialistas em beleza**. 2018. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/79699-uso-do-cabelo-afro-%C3%A9-ato-pol%C3%ADtico-dizem-blogueiras-e-especialistas-em-beleza. Acesso em: 25 abr. 2026.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: 34, 2005.

RANGEL, Néstor Eliécer Moreno; FRANCISCO, Camila Rodrigues; SANTOS, Bruno Vieira dos. Antropologia da dominação, lesbianidade feminista decolonial e a re-direitização da sociedade: uma entrevista com Ochy Curiel. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 64, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8668861>. Acesso em 19 mar. 2026.

RELPH, Edward C. As bases fenomenológicas da geografia. **Geografia**, [S. l.], v. 4, n. 7, p. 01–25, 2020. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/14763. Acesso em: 18 mar. 2026.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2006.

SILVA, Layla Maryzandra Costa. Trançando territórios e saberes tradicionais**. Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, 2023.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro: Imago; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.

DOI: https://doi.org/10.18817/26755122.30.1.2026.4599

DA INDEPENDÊNCIA À CRISE URBANA: CIRCUITOS DE PRODUÇÃO, COOPERAÇÃO E CAPTURA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO URBANO EM PORTO PRÍNCIPE (HAITI)

FROM INDEPENDENCE TO URBAN CRISIS: PRODUCTION CIRCUITS, COOPERATION AND POLITICAL CAPTURE OF URBAN DEVELOPMENT IN PORT-AU-PRINCE (HAITI)

DE L' INDÉPENDANCE À LA CRISE URBAINE: CIRCUITS DE PRODUCTION, COOPÉRATION, ET CAPTURE POLITIQUE DU DÉVELOPPEMENT URBAIN À PORT-AU-PRINCE

Zeno Soares Crocetti[1]
0000-0003-0608-5079
geocrocetti@gmail.com

Bachelard Noel[2]
0000-0002-4000-7042
b.noel.2021@aluno.unila.edu.br

CIÊNCIA Geográfica
Ano XXX - Vol. XXX - (1): Janeiro/Dezembro - 2026
ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461
www.agbbauru.org.br

1 Universidade Federal da Integração Latino-Americana - Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território - Foz do Iguaçu/Paraná/Brasil. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0608-5079. E-mail: geocrocetti@gmail.com.
2 Universidade Federal da Integração Latino-Americana - Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território - Foz do Iguaçu/Paraná/Brasil. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4000-7042. E-mail: b.noel.2021@aluno.unila.edu.br.

Artigo recebido em fevereiro de 2026 e aceito para publicação em maio de 2026.

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: A pesquisa investiga os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação na cidade de Porto Príncipe, capital do Haiti, procurando explicitar de que modo sua configuração contemporânea contribui para a reprodução da crise urbana e para a fragilização do desenvolvimento territorial. Parte-se de uma abordagem geográfica crítica, ancorada sobretudo em Milton Santos, Georges Anglade e David Harvey, que permite articular a formação histórica do território haitiano às estratégias recentes de inserção subordinada nas cadeias globais de valor. Argumenta-se que a trajetória haitiana, desde a independência de 1804, foi marcada por sucessivas formas de dominação externa – dívida colonial, ocupação militar, programas de "ajuda" condicionada – e pela atuação de elites internas de perfil essencialmente rentista, que bloquearam a constituição de um projeto nacional de urbanização e de desenvolvimento produtivo. Nesse quadro, a metrópole de Porto Príncipe consolidou-se como nó central de um sistema econômico fragmentado, no qual coexistem enclaves do circuito superior voltados à exportação (zonas francas e serviços financeiros), um vasto circuito inferior urbano – baseado em mercados populares, informalidade e estratégias de sobrevivência – e a expansão recente de circuitos criminais que capturam frações do território e de fluxos econômicos. Conclui-se que a crise dos circuitos espaciais de produção e dos círculos de cooperação é fundamentalmente política e historicamente produzida, e que sua superação exige uma profunda reorientação do Estado haitiano em direção à soberania nacional, à descentralização territorial e à reconstrução de bases produtivas e institucionais capazes de sustentar um desenvolvimento urbano mais justo e sustentável.

Palavras-chave: Porto Príncipe. Circuitos espaciais de produção. Círculos de cooperação. Crise urbana. Desenvolvimento territorial.

ABSTRACT: This research investigates the spatial circuits of production and the circles of cooperation in the city of Port-au-Prince, the capital of Haiti, seeking to explain how its contemporary configuration contributes to the reproduction of the urban crisis and the weakening of territorial development. It starts from a critical geographical approach, anchored primarily in the work of Milton Santos, Georges Anglade, and David Harvey, which allows for the articulation of the historical formation of Haitian territory with recent strategies of subordinate insertion into global value chains. It argues that Haiti's trajectory since independence in 1804 has been marked by successive forms of external domination – colonial debt, military occupation, conditional "aid" programs – and by the actions of essentially rent-seeking internal elites, who have blocked the constitution of a national project of urbanization and productive development. In this context, the metropolis of Port-au-Prince has consolidated itself as the central node of a fragmented economic system, in which enclaves of the upper circuit geared towards export (free trade zones and financial services), a vast urban lower circuit – based on popular markets, informality, and survival strategies – coexist with the recent expansion of criminal circuits that capture fractions of the territory and economic flows. It is concluded that the crisis of spatial circuits of production and circles of cooperation is fundamentally political and historically produced, and that overcoming it requires a profound reorientation of the Haitian state towards national sovereignty, territorial decentralization, and the reconstruction of productive and institutional bases capable of sustaining a more just and sustainable urban development.

Keywords: Port-au-Prince. Spatial circuits of production. Circles of cooperation. Urban crisis. Territorial development.

RÉSUMÉ: La recherche examine les circuits spatiaux de production et les cercles de coopération dans la ville de Port-au-Prince, capitale d'Haïti, en cherchant à expliquer comment leur configuration contemporaine contribue à la reproduction de la crise urbaine et à la fragilisation du développement territorial. Elle part d'une approche géographique critique, s'appuyant principalement sur Milton Santos, Georges Anglade et David Harvey, qui permet d'articuler la formation historique du territoire haïtien aux stratégies récentes d'insertion subordonnée dans les chaînes de valeur mondiales. Nous soutenons que le parcours haïtien, depuis l'indépendance en 1804, a été marqué par des formes successives de domination extérieure – dette coloniale, occupation militaire, programmes d'« aide » conditionnelle – et par l'action d'élites internes au profil essentiellement rentiers, qui ont bloqué la constitution d'un projet national d'urbanisation et de développement productif. Dans ce contexte, la métropole de Port-au-Prince s'est consolidée comme le nœud central d'un système économique fragmenté, dans lequel coexistent des enclaves du circuit supérieur axées sur l'exportation (zones franches et services financiers), un vaste circuit urbain inférieur – basé sur les marchés populaires, l'informalité et les stratégies de survie – et l'expansion récente de circuits criminels qui capturent des fractions du territoire et des flux économiques. On peut en conclure que la crise des circuits spatiaux de production et des cercles de coopération est fondamentalement politique et historiquement produite, et que sa résolution exige une réorientation profonde de l'État haïtien vers la souveraineté nationale, la décentralisation territoriale et la reconstruction de bases productives et institutionnelles capables de soutenir un développement urbain juste et durable.

Mots-clés: Port-au-Prince. Circuits spatiaux de production. Cercles de coopération. Crise urbaine. Développement territorial.

INTRODUÇÃO

A reestruturação produtiva e financeira mundial instaurada a partir da década de 1990, sob hegemonia das políticas neoliberais e da liberalização comercial, redefiniu de maneira profunda as economias latino-americanas, reorganizando circuitos produtivos, padrões de investimento e formas de uso do território.

No caso haitiano, esses processos se superpõem a uma longa duração marcada por dependência externa, centralização política e ausência de um projeto de urbanização integrado, produzindo uma crise estrutural que se expressa de forma aguda na capital, Porto Príncipe.

O novo regime de acumulação – apoiado em finanças desreguladas, abertura comercial assimétrica e mecanismos de endividamento – impôs aos países periféricos uma inserção subordinada nas cadeias globais de valor, ao mesmo tempo em que fragilizou a capacidade estatal de planejar o desenvolvimento urbano e produtivo.

Em grande parte da América Latina, observaram-se intensas reestruturações técnico-produtivas, desverticalização de cadeias, deslocamento territorial de capitais e redução de empregos industriais, com impactos diretos sobre a configuração dos circuitos espaciais de produção e dos círculos de cooperação. No Haiti, essas dinâmicas assumem contornos específicos, articulando-se a uma formação territorial marcada por dívida colonial, ocupação militar, elites rentistas e sucessivas intervenções externas.

Entre os casos mais representativos dessa crise estrutural encontra-se Porto Príncipe, cuja base produtiva é frágil, fortemente dependente de importações e sustentada por uma combinação de zonas

francas voltadas à exportação e um vasto circuito inferior de economia urbana informal. Trata-se de um espaço urbano profundamente desestruturado, em que os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação se apresentam fragmentados, seletivos e, em muitos casos, capturados por lógicas predatórias e atividades ilícitas. A urbanização da capital haitiana, longe de resultar de um planejamento territorial consistente, decorre de decisões políticas e econômicas que favoreceram a concentração de funções estatais, serviços e fluxos de mercadorias na metrópole, sem a correspondente provisão de infraestrutura e serviços públicos.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa ancora-se na concepção de espaço geográfico como conjunto articulado de fixos e fluxos, formulada por Milton Santos (1979), e na noção de circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação como chaves para compreender a divisão territorial do trabalho e a dinâmica da economia urbana nos países periféricos.

A essas contribuições somam-se as análises de Georges Anglade (1974) sobre a formação do espaço haitiano, a centralização em Porto Príncipe e o papel dos circuitos de comercialização na coesão – e na desigualdade – territorial do país, bem como as reflexões de David Harvey (2012a) a respeito da relação entre desenvolvimento capitalista, crises e urbanização. Ao articular esses referenciais, o artigo interpreta a crise urbana de Porto Príncipe como expressão de um processo histórico de subordinação política e econômica, no qual o território é constantemente reorganizado para atender a interesses externos e de uma elite local não comprometida com a construção de uma economia nacional.

A pergunta que orienta a pesquisa pode ser formulada nos seguintes termos: em que medida a configuração dos circuitos espaciais de produção e dos círculos de cooperação em Porto Príncipe reflete uma captura politica, compromete o desenvolvimento socioeconômico e aprofunda a crise urbana haitiana?

A hipótese central é que a crise dos circuitos e dos círculos de cooperação não é apenas um efeito colateral de desastres naturais ou de deficiências técnicas de planejamento, mas resulta de decisões políticas deliberadas que consolidaram um modelo de dois eixos paralelos: uma economia criminal, e uma economia dependente de enclave, centrado em zonas francas exportadoras, informalidade massiva e captura privada de rendas fundiárias e comerciais. Nessa perspectiva, a desestruturação dos circuitos produtivos e cooperativos é, antes de tudo, política e historicamente produzida, e só pode ser revertida mediante uma reorientação do projeto de Estado e de uso do território.

Metodologicamente, o trabalho combina revisão bibliográfica sobre teorias dos circuitos espaciais de produção, círculos de cooperação e crise da urbanização, com ênfase em Milton Santos, Maria Laura Silveira, Moraes, Anglade e Harvey, à análise de dados socioeconômicos e demográficos produzidos por organismos nacionais e internacionais, como o Institut Haïtien de Statistique et d'Informatique (IHSI), o Banco Mundial e o Banco Central do Haiti.

Essas informações secundárias são articuladas a observações de campo e ao exame de mapas, imagens de satélite, fotografias e estatísticas construídas com apoio de ferramentas como QGIS e Google Earth, permitindo caracterizar a configuração territorial de Porto Príncipe, seus circuitos produtivos e suas dinâmicas de cooperação.

O texto está organizado em quatro seções, além desta introdução. A primeira apresenta os fundamentos teóricos dos circuitos espaciais de produção, dos círculos de cooperação e das crises de urbanização nos países periféricos. A segunda discute o processo histórico de formação territorial do Haiti e de Porto Príncipe, destacando a centralização política, as intervenções externas e as escolhas de política econômica que moldaram o espaço urbano.

A terceira analisa empiricamente os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação na área metropolitana de Porto Príncipe, enfatizando a coexistência de zonas francas, circuito inferior urbano, informalidade e economia criminosa. Por fim, apresentamos as considerações finais, nas quais se ressaltam os limites do modelo vigente e as condições políticas e institucionais necessárias para a reestruturação dos circuitos produtivos e cooperativos.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Teoria dos Circuitos Espaciais de Produção

Na tradição da geografia crítica brasileira, os circuitos espaciais de produção constituem um instrumento central para compreender como a produção, a circulação e o consumo se territorializam, articulando fixos e fluxos em diferentes escalas (Santos, 1996).

Milton Santos (1996) define o espaço geográfico como um "conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e de sistemas de ações", recusando qualquer leitura estática do território. Nessa perspectiva, o circuito espacial de produção expressa o encadeamento de etapas pelas quais passam os produtos, desde a obtenção das matérias-primas até o consumo final, articulando empresas, trabalhadores, instituições públicas e mercados em redes de fluxos materiais e imateriais.

Os circuitos espaciais são compostos, de forma esquemática, por quatro dimensões interdependentes: o circuito de produção, o circuito de circulação, o circuito de consumo e o meio té cnico-científico-informacional.

O circuito de produção envolve as atividades de extração, transformação industrial e distribuição inicial, mobilizando diferentes agentes econômicos em múltiplas escalas territoriais. O circuito de produção compreende os fluxos de mercadorias, capitais, informações e pessoas, apoiados em infraestruturas de transporte, comunicação e redes financeiras, que permitem que os produtos se movam entre lugares e escalas.

O circuito de consumo, por sua vez, é condicionado por fatores culturais, sociais e econômicos, e é crescentemente mediado por estratégias de marketing e por formas sofisticadas de gestão da demanda.

O meio técnico-científico-informacional representa a base de técnicas, conhecimentos e sistemas de informação que reorganiza a produção, acelera a circulação e redefine a densidade relativa dos lugares na divisão territorial do trabalho.

Ao examinar as formas contemporâneas de acumulação, Santos (1996) sublinha que os processos produtivos são cada vez mais segmentados territorialmente, o que exige substituir a noção de "circuitos regionais de produção" pela de "circuitos espaciais de produção", capazes de captar encadeamentos que atravessam fronteiras nacionais e articulam territórios distantes.

Moraes (1985) chama atenção para o fato de que esses circuitos operam sob a mundialização do espaço geográfico e a globalização das relações sociais de produção, o que torna indispensável discutir a divisão espacial do trabalho em múltiplas escalas. Nesse contexto, o espaço não é simples cenário, mas o próprio resultado da interação entre circuitos produtivos e estratégias de comando de empresas e Estados.

Moraes (1985) distingue, ainda, dois circuitos que coexistem nas economias periféricas: um *circuito superior*, intensivo em capital, tecnologia, informação e conexões globais, e um *circuito*

inferior, marcado por baixo capital fixo, informalidade, precariedade de normas e forte dependência de bens importados.

Essa distinção, retomada e aprofundada por Santos (1979), permite entender como a urbanização periférica combina enclaves modernos, altamente conectados aos fluxos globais, com vastas áreas de pobreza urbana em que a sobrevivência depende de pequenas atividades comerciais, serviços informais e redes familiares.

No caso haitiano, esse dualismo assume forma extrema, com zonas francas exportadoras articuladas a cadeias globais de vestuário coexistindo com um circuito inferior urbano que envolve mercados populares, comércio ambulante e microempreendimentos inseridos em um ambiente de forte instabilidade política e violência.

Georges Anglade (2008) desloca esse debate para o contexto específico do Haiti, desenvolvendo uma teoria dos circuitos que articula espaço, Estado e nação em um território marcado pela pobreza e por uma urbanização em crise. Para esse autor, os circuitos são "canais" pelos quais se realizam a produção e a circulação de mercadorias – principalmente alimentos, commodities primárias, bens locais e importados – e também os diferentes ganhos tributários e formas de apropriação de renda. O país se materializa a partir da articulação entre *bourgs-jardins,* mercados locais e a cidade-centro, Port-au-Prince, formando redes que garantem, ao mesmo tempo, a coesão territorial mínima e a reprodução das desigualdades sociais.

Esses circuitos, como destaca Anglade (2008), funcionam como redes de tributação e acumulação, nas quais o Estado e os grupos dominantes extraem rendas, moldando o espaço através de pressões fiscais, controle dos fluxos e concentração de atividades em determinadas regiões.

Anglade (2008) argumenta que o circuito se ergue como uma regra ativa de coesão territorial e de produção do espaço, convergindo continuamente para uma cidade-centro – no caso haitiano, Porto Príncipe –, que concentra funções políticas e econômicas.

O movimento dos circuitos assume duas direções principais: do rural para o urbano, por meio da coleta e transporte de produtos agrícolas; e do urbano para o rural, com a difusão de produtos manufaturados, bens importados e normas administrativas. Ao relacionar subcentros populacionais (*bourgs-jardins*) e mercados locais à metrópole, essa organização territorial reforça a centralização econômica e política, ao custo de uma crescente vulnerabilidade das regiões periféricas.

Em sociedades capitalistas e semicapitalistas baseadas na renda fundiária urbana e rural, no crédito usurário e na extração de mais-valia, tais circuitos tendem a intensificar a polarização social e espacial, criando polos de concentração de riqueza e vastas áreas de pobreza.

Baseando-se nas contribuições de Marx, Santos, Anglade e outros autores, torna-se evidente que os processos econômicos e sociais que estruturam os circuitos produtivos afetam diretamente o espaço urbano, que é ao mesmo tempo reflexo e agente desses circuitos. As cidades são moldadas pela forma como se organizam as cadeias de produção, circulação e consumo: distritos financeiros, bairros industriais, zonas residenciais de alto padrão e favelas expressam, no território, as desigualdades de renda, poder político e acesso à infraestrutura.

A teoria dos circuitos espaciais de produção permite, assim, interpretar a produção do espaço urbano em Porto Príncipe como resultado de uma combinação entre enclaves produtivos voltados ao mercado externo, um extenso circuito inferior de sobrevivência e circuitos criminais que se apropriam de frações do território e de fluxos econômicos ilegais.

Círculos de Cooperação na Economia

Enquanto os circuitos espaciais de produção dizem respeito, sobretudo, aos fluxos materiais de mercadorias, capitais e pessoas, os círculos de cooperação referem-se aos fluxos imateriais que regulam e coordenam o funcionamento desses circuitos. Santos e Silveira (2010) definem os círculos de cooperação como o conjunto de normas, rotinas, decisões, informações, conhecimentos e formas de coordenação que articulam empresas, instituições, trabalhadores e consumidores, assegurando a continuidade do aparelho produtivo.

Trata-se, portanto, da "inteligência do capital", que se manifesta em convenções técnicas, regras de crédito, políticas públicas, contratos e dispositivos de governança que atravessam o território.

Os círculos de cooperação permitem que atores dispersos – em diferentes regiões e países – mantenham conexões estáveis, apesar da distância geográfica. Ferreira e Zanotelli (2020) enfatizam que esses círculos envolvem tanto fluxos materiais quanto imateriais, articulando empresas, instituições de ensino e pesquisa, organismos públicos, bancos, consultorias e organizações da sociedade civil.

De maneira semelhante, Aracri *et al.* (2022) definem os círculos de cooperação como fluxos de ordem imaterial – ações, decisões, ordens, informações, ideias e conhecimentos – que se mantêm entre ramos e instituições de um setor, tornando possível a coordenação de cadeias produtivas complexas.

Nos países periféricos, a seletividade desses círculos é um elemento fundamental: determinados segmentos econômicos contam com fortes redes de cooperação (como zonas francas exportadoras e sistemas financeiros), enquanto outros permanecem isolados ou submetidos a formas precárias de coordenação.

Quadro 1. Tipos de circuitos em Porto Príncipe

Tipo de circuito	Base territorial principal	Principais atores	Características e impactos socioespaciais
Circuito superior exportador (zonas francas)	Zonas francas e parques industriais em Delmas, Cité Soleil, Tabarre, Carrefour.	Empresas transnacionais, Estado (DZF, CNZF, BRH), bancos.	Produção têxtil para exportação, isenções fiscais, baixa agregação de valor interno, fracos encadeamentos com economia local.
Circuito superior de serviços financeiros e de telecomunicações	Centro de Porto Príncipe, Turgeau, Bois Verna, Pétion-Ville.	Bancos, operadoras de telecomunicações, grandes empresas.	Controle de fluxos de capital e informação; forte inserção global; concentração de renda e serviços em áreas de maior renda.
Circuito inferior urbano informal	Mercados populares, ruas principais, bairros periféricos e favelas.	Vendedores ambulantes, pequenos comerciantes, famílias.	Alto grau de informalidade, baixa proteção social, uso intensivo do espaço público, importância central na sobrevivência cotidiana.
Circuitos criminais	Bairros controlados por gangues, rotas de contrabando e tráfico.	Gangues armadas, intermediários políticos, segmentos empresariais.	Apropriação violenta do território, extração de rendas ilegais, deslocamentos forçados e aprofundamento da insegurança urbana.
Circuitos de cooperação internacional	Sedes de ONGs, organismos multilaterais, projetos pontuais em bairros específicos.	Organismos internacionais, ONGs, Estado, comunidades locais.	Recursos externos seletivos, projetos fragmentados, fortalecimento de círculos de cooperação exógenos e dependência de agendas externas.

Fonte: Elaborado pelos autores.

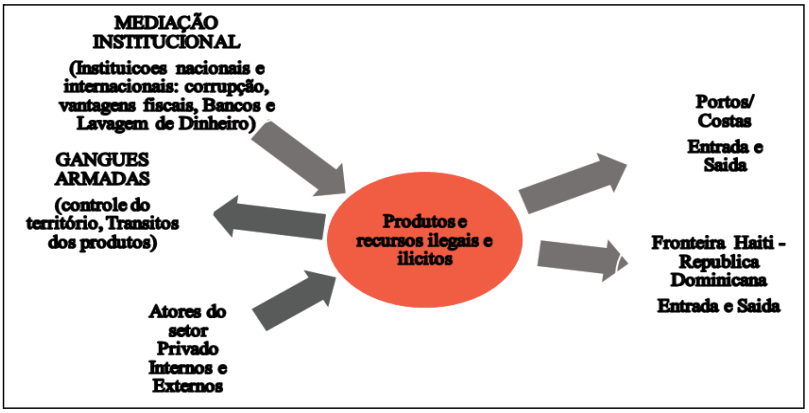
No campo das cooperativas e de outras experiências econômicas associativas, os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação podem revelar padrões específicos de uso do território, divisão territorial do trabalho, especializações produtivas e fluxos de informação e crédito.

Unidades de serviços educacionais, financeiros, de assistência técnica, empresas coligadas, poder público e entidades representativas formam redes que trocam mercadorias, informações, serviços e recursos. Entretanto, em contextos como o haitiano, esses círculos de cooperação tendem a ser frágeis ou assimétricos, frequentemente subordinados a agendas de doadores internacionais, ONGs e organismos multilaterais, o que limita a capacidade de construção de um projeto endógeno de desenvolvimento.

Na área metropolitana de Porto Príncipe, a análise dos círculos de cooperação permite identificar, de um lado, circuitos estreitos e relativamente densos entre grandes bancos, instituições financeiras internacionais, empresas de telecomunicações e zonas francas, e de outro, redes fragmentadas de cooperativas populares, associações comunitárias e pequenos produtores, com baixa capacidade de coordenação e acesso limitado a crédito, tecnologia e informação.

Além disso, nos últimos anos, emergiu um tipo de "círculo de cooperação" perverso, ligado à economia criminosa: gangues armadas, intermediários políticos e segmentos empresariais estabelecem relações de interesse mútuo que garantem o controle territorial de bairros, a proteção de determinadas rotas de circulação de mercadorias e a extração de rendas por meio de violência, vendas de drogas, armas, e outros produtos ilegais.

Figura 1. Representação do circuito criminal na cidade de Porto-Principe



Fonte: Elaborado pelos autores.

A Figura 1 representa o funcionamento dos circuitos criminais na cidade de Porto Príncipe, envolvendo múltiplos atores, incluindo instituições públicas, agentes do setor privado (interno e externo) e gangues armadas. No centro desse circuito encontra-se a realização e circulação de produtos e recursos financeiros ilegais e ilícitos, em torno dos quais se articulam diversos fluxos que integram instituições formais e informais, bem como outros fluxos que entram ou saem do país pelas fronteiras entre Haiti e República Dominicana, pelos portos e pelas costas. As ações violentas das gangues armadas contribuem para a manutenção de um ambiente de instabilidade favorável à execução das atividades criminais, garantindo o trânsito e a circulação desses bens e capitais. Esses círculos paralelos corroem as instituições públicas, distorcem os circuitos produtivos e tornam o território ainda mais vulnerável.

Teoria sobre a Crise do Processo de Urbanização

Milton Santos (1996) argumenta que a urbanização nos países subdesenvolvidos, como o Brasil, ocorreu de forma acelerada, desorganizada e subordinada a um modelo de desenvolvimento que privilegia o crescimento econômico em detrimento do bem-estar social. Segundo o autor, a urbanização periférica não reproduz o caminho dos países centrais, onde a expansão urbana foi acompanhada de industrialização e de investimentos em infraestrutura, mas configura um "meio técnico" incompleto, em que a densidade de equipamentos e serviços é seletiva e funcional às necessidades do capital (Santos, 1996).

Essa urbanização corporativa e globalizada aprofundou a segregação socioespacial, o crescimento da economia informal e a crise ambiental urbana, ao mesmo tempo em que esvaziou a capacidade das regiões de comandar o que nelas acontece.

Santos e Silveira (2010) mostram que a nova divisão territorial do trabalho, associada aos avanços da ciência e da técnica, à circulação acelerada de informações e à expansão do capitalismo sobre áreas periféricas, consolida especializações produtivas regionais e fragmenta o território. Enquanto certos pontos são fortemente integrados aos circuitos superiores da economia – abrigando indústrias, serviços avançados e centros de decisão –, vastas áreas se tornam espaços de reserva de mão de obra, zonas de despejo de resíduos ou territórios de informalidade.

A urbanização periférica, assim, é inseparável das políticas econômicas que redefinem o papel dos Estados nacionais, deslocam decisões para esferas supranacionais e fragilizam a capacidade de planejamento urbano.

Anglade (2008), analisando o caso haitiano, enfatiza que a urbanização desordenada em países empobrecidos é impulsionada por migrações rural-urbanas intensas, concentração de serviços e oportunidades nas cidades e ausência de políticas públicas eficazes de ordenamento territorial.

No Haiti, esse processo assumiu a forma de uma centralização extrema em Porto Príncipe, onde se concentraram funções estatais, comércio externo e serviços básicos, sem que houvesse investimentos proporcionais em infraestrutura, habitação e transporte. Essa combinação produziu uma metrópole que é, simultaneamente, centro político e econômico, e espaço de crise crônica, com elevadas taxas de informalidade, favelização e violência.

David Harvey (2012b), por sua vez, destaca a relação intrínseca entre desenvolvimento capitalista, crises e processo de urbanização. As crises capitalistas não são eventos isolados, mas fenômenos recorrentes que se deslocam entre setores (imobiliário, financeiro, industrial, bancário) e regiões geográficas ao longo do tempo, como forma de "resolver" temporariamente as contradições da acumulação.

A urbanização aparece, então, como um mecanismo privilegiado de absorção de excedentes de capital, por meio da expansão de infraestruturas, construção de habitações e reconfiguração de espaços urbanos. Ao analisar o caso norte-americano, Harvey (2012b) mostra como a suburbanização e outras formas de reestruturação urbana serviram para reorganizar o território e recompor a rentabilidade do capital em momentos de crise.

Aplicada ao Haiti, essa perspectiva permite compreender como intervenções externas, programas de "reconstrução" e investimentos em zonas francas agem como tentativas de recomposição de circuitos de acumulação em um contexto de crise permanente, ao mesmo tempo em que reforçam a dependência econômica e a subordinação política. No caso de Porto Príncipe, a urbanização não

planejada e a multiplicação de assentamentos precários não são apenas resultado de carência técnica, mas expressão de um modelo de desenvolvimento que tolera – e, em certa medida, *produz* – um espaço urbano desestruturado, conveniente a determinados interesses econômicos e geopolíticos. A crise urbana haitiana, assim, deve ser entendida como crise dos circuitos espaciais de produção e dos círculos de cooperação, produzida historicamente pela combinação de políticas internas excludentes, dívida colonial, ocupações militares e neoliberalização da economia.

BREVE HISTÓRICO ECONÔMICO E URBANO DE PORTO PRÍNCIPE

O Haiti constitui um caso singular na história mundial, como primeira República negra e resultado de uma revolução antiescravagista, antirracista e anticolonial que culminou na independência de 1804. Todavia, essa conquista política não se traduziu em um projeto de urbanização planejada e sustentável, capaz de construir uma base de infraestruturas e serviços que deram suporte ao corpo social. Desde os primeiros anos do Estado independente, a fragilidade institucional, as rivalidades entre elites e a pressão externa limitaram a possibilidade de uma política territorial coerente.

Quadro 2. Marcos históricos e efeitos sobre circuitos espaciais de produção em Porto Príncipe

Marco histórico	Medida / evento central	Efeitos sobre circuitos de produção e círculos de cooperação	Referência principal
Independência e Constituição de 1805	Proclamação da independência e Constituição sob Dessalines, com projeto de Estado forte e descentralização territorial	Tentativa de construção de circuitos produtivos nacionais articulados a um Estado soberano; fortalecimento inicial de círculos de cooperação estatais	JANVIER (2018)
Assassinato de Dessalines (1806) e fragmentação	Ruptura do projeto de Dessalines e divisão do país em regiões rivais	Descontinuidade do plano territorial, enfraquecimento de circuitos produtivos internos e fortalecimento de elites regionais rentistas	JANVIER (2018)
Código Rural de 1826	Institucionalização de formas de servidão camponesa e restrição da mobilidade rural-urbana	Bloqueio da formação de circuitos internos dinâmicos; manutenção de uma base agrícola explorada e pouco integrada à urbanização planejada	JANVIER (2018)
Imposição da dívida à França (1825)	Tratado que obriga o Haiti a pagar 150 milhões de francos à antiga metrópole	Drenagem de recursos fiscais, limitação de investimentos em infraestrutura urbana e reforço da dependência externa e da orientação exportadora	JOACHIM (1975); JANVIER (2018)
Ocupação estadunidense (1915–1934)	Controle político, militar e financeiro do país pelos EUA.	Centralização em Porto Príncipe, reorganização de rotas e infraestruturas segundo interesses externos, redefinição de circuitos comerciais e fiscais.	LUCIEN (2018)
Terremoto de 2010	Desastre natural que destrói parte significativa da infraestrutura urbana.	Reconfiguração de circuitos produtivos e de circulação; deslocamentos populacionais; abertura para novas dinâmicas de especulação e de "ajuda" externa.	ANDRADE (2016); SAINTÉ (2018)
Intensificação das zonas francas e políticas neoliberais (1990–2024)	Adoção de políticas de liberalização, incentivos a zonas francas e integração a acordos comerciais.	Consolidação de enclaves do circuito superior voltados ao exterior, desarticulação dos encadeamentos internos e fragilização fiscal do Estado.	WORLD BANK; TRADING ECONOMICS; BRH (2012)
Escalada recente da violência armada e controle de gangues	Expansão de grupos armados controlando bairros e rotas de circulação.	Formação de circuitos criminais e círculos de cooperação perversos, que substituem ou corroem as instituições públicas e reorganizam o uso do território.	ANDRADE (2016); LUCIEN (2018)

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Constituição de 1805, elaborada sob a liderança de Dessalines, expressava uma visão de fortalecimento do Estado e de descentralização territorial, com a criação de divisões militares, construção de centros escolares e tribunais e incentivo à agricultura e ao comércio como bases da prosperidade nacional. Entretanto, o assassinato de Dessalines em 1806 e a subsequente fragmentação política interromperam esse projeto, abrindo espaço para a formação de regiões antagônicas, com projetos de desenvolvimento conflitantes e uma urbanização desarticulada.

O chamado "Código Rural" de 1826, por exemplo, consolidou a servidão do campesinato, restringindo a mobilidade da população pobre e aprofundando a exclusão social.

O Código Rural de 1826 é o mais cruel, o mais imperdoável dos erros ou crimes de Boyer. Nele, ele constitui a servidão do camponês, timidamente iniciada em 1821; ele interrompe o crescimento econômico do país, esteriliza a nação (Janvier, 2018, p. 172).

A imposição, pela França, ao Haiti, em 1825, de uma dívida de 150 milhões de francos, frequentemente qualificada como "resgate da independência", constitui um marco decisivo, frequentemente interpretado como uma forma precoce de neocolonialismo financeiro (Joachim, 1975). O pagamento dessa indenização drenou recursos que poderiam ter sido destinados à construção de infraestruturas urbanas, reforçando o conservadorismo fundiário e a orientação exportadora voltada para o mercado externo. A unificação temporária da ilha sob o governo de Boyer não se traduziu em investimentos urbanos consistentes; ao contrário, a necessidade de honrar a dívida consolidou um modelo de exploração do campesinato e de negligência em relação à construção de uma base urbano-industrial.

A questão da restituição dessa dívida, formalmente reivindicada pelo governo de Jean-Bertrand Aristide em 2003, permaneceu marginalizada por décadas no debate internacional. Apenas no início de 2025 o tema voltou a ganhar maior visibilidade. Em abril de 2025, pela primeira vez, o presidente francês Emmanuel Macron reconheceu publicamente como injusta a indenização imposta ao Haiti em 1825 e seus impactos históricos sobre o desenvolvimento do país. Contudo, apesar desse reconhecimento simbólico, ainda não foram implementadas medidas concretas de restituição financeira ou reparação colonial.

No século XX, a ocupação estadunidense (1915-1934) reconfigurou os circuitos produtivos e a organização territorial do Haiti, centralizando o poder econômico e administrativo em Porto Príncipe e subordinando o país a interesses estratégicos externos (Lucien, 2008). Empresas estrangeiras foram favorecidas com concessões, enquanto obras de infraestrutura e rotas foram planejadas para garantir a circulação de mercadorias e capitais em benefício dessas corporações. Empréstimos onerosos e o controle do sistema financeiro por bancos norte-americanos reduziram ainda mais a autonomia do Estado haitiano, limitando sua capacidade de conduzir uma política urbana soberana.

Ao longo das décadas seguintes, sucessivas intervenções externas, programas internacionais de assistência e alianças entre elites locais e atores internacionais, geraram instabilidade crônica, limitaram sua soberania e reforçaram um padrão de centralização em Porto Príncipe, sem que isso implicasse o fortalecimento dos circuitos produtivos internos (Johnston, 2024). A capital tornou-se o principal nó de circulação de mercadorias, pessoas e serviços, mas sem um plano de urbanização integradora, o que resultou em favelização massiva, degradação ambiental e crescente vulnerabilidade a desastres. O terremoto de 2010 apenas intensificou uma crise já em curso, destruindo infraestruturas, deslocando populações e abrindo espaço para novas formas de apropriação especulativa do território.

Nesse percurso histórico, a configuração dos circuitos espaciais de produção e dos círculos de cooperação em Porto Príncipe foi continuamente moldada por decisões políticas que privilegiaram a extração de rendas, a manutenção de elites rentistas e a subordinação a interesses externos, em detrimento da construção de uma base produtiva diversificada e de uma urbanização socialmente orientada. A crise urbana atual é, portanto, inseparável dessa longa duração, em que o território é usado como suporte para acumulação desigual e não como fundamento de um projeto de desenvolvimento nacional.

Fundação da cidade de Porto Príncipe e evolução geográfica

A fundação de Porto Príncipe, em meados do século XVIII, obedeceu a objetivos estratégicos da colonização francesa, combinando defesa militar, acesso ao mar e facilitação do comércio externo. O local escolhido possuía vantagens geográficas que permitiam a instalação de um porto e a articulação de rotas terrestres e marítimas, garantindo aos colonos controle sobre fluxos de açúcar, café e outras mercadorias destinadas à Europa (Théodat, 2013). Desde sua origem, portanto, a cidade foi concebida como instrumento de exploração colonial e de comando sobre o território circundante.

Figura 2. Localização da cidade de Porto Príncipe

Fonte: Elaborado pelos autores com uso de Google Earth.

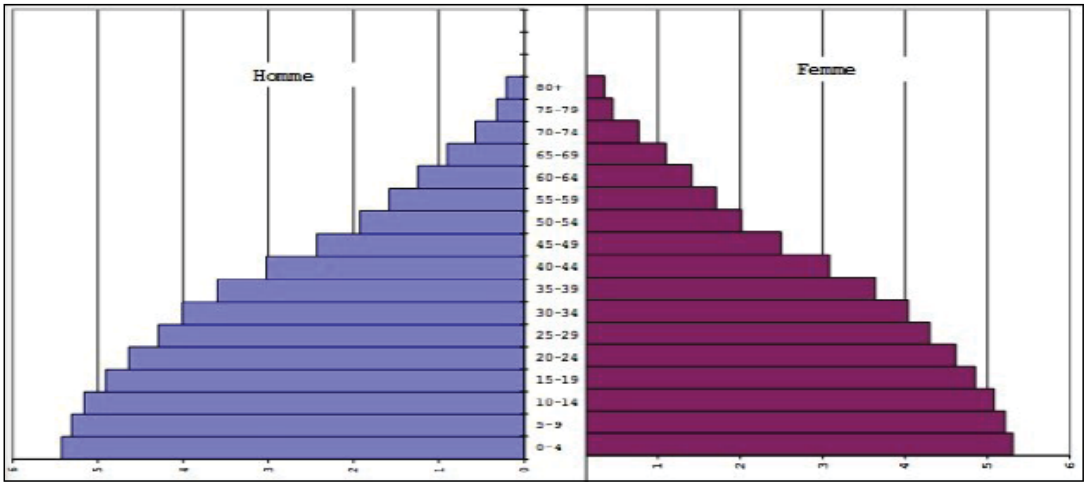
Com o tempo, Porto Príncipe substituiu Cap-Haïtien como capital, concentrando funções políticas, administrativas e econômicas e consolidando-se como principal centro da rede urbana haitiana. No período pós-independência, essa centralização foi mantida, ainda que em um contexto de instabilidade política e de limites à capacidade de investimento estatal. Do ponto de vista administrativo, a cidade é hoje capital nacional do Departamento Oeste, inserida em uma divisão territorial que inclui dez departamentos (IHSI, 2024).

A área metropolitana de Porto Príncipe integra comunas como Delmas, Cité Soleil, Carrefour, Tabarre e Pétion-Ville, que apresentam características ambientais semelhantes, mas níveis muito

distintos de renda, infraestrutura e serviços. Em 2024, o Departamento Oeste abrigava mais de 4 milhões de habitantes, dos quais cerca de 2,67 milhões residiam na área metropolitana (IHSI, 2024), sinalizando um crescimento demográfico contínuo que pressiona o espaço urbano e os sistemas de transporte, saneamento e habitação.

A pirâmide etária revela uma população haitiana predominantemente jovem, o que indica um potencial demográfico importante, mas também evidencia o risco de ampliação do desemprego e da violência em um contexto de baixa capacidade de inclusão produtiva.

Figura 3. Pirâmide populacional do Haiti (2024)



Fonte: IHSI,2024.

A distribuição da população no espaço urbano tornou-se ainda mais desigual nos últimos anos, em função do avanço de gangues armadas e de deslocamentos forçados de famílias que abandonam áreas litorâneas e bairros tradicionais em busca de relativa segurança em regiões mais altas ou em abrigos improvisados. Esses movimentos reforçam a fragmentação socioespacial e aprofundam as desigualdades no acesso a trabalho, serviços e infraestrutura, além de introduzir novas linhas de segregação ligadas ao controle armado dos bairros. A aparente ausência de planejamento esconde, assim, uma racionalidade política que tolera a manutenção de um espaço urbano vulnerável, conveniente à reprodução de determinadas lógicas econômicas e de dominação territorial.

Quando analisada à luz dos circuitos espaciais de produção e dos círculos de cooperação, a evolução geográfica de Porto Príncipe mostra uma metrópole construída para concentrar fluxos e decisões, mas sem um projeto de coesão territorial e de integração produtiva. As escalas municipal, comunal e metropolitana revelam uma economia urbana organizada em torno de enclaves formais e vastos territórios informais, nos quais a precariedade habitacional e a carência de serviços se articulam à fragilidade dos circuitos de cooperação institucionais.

CIRCUITOS ESPACIAIS DE PRODUÇÃO E CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO NA CIDADE DE PORTO PRÍNCIPE

A economia haitiana apresenta um dos mais baixos PIB per capita do mundo, com sucessivas crises políticas, desastres naturais e fragilidade institucional comprometendo a capacidade de geração de riqueza. Embora haja registros recentes de aumento no PIB per capita, de US$ 1.411,1 em 2015 para US$ 2.981,46 em 2024 (Trading Economics, 2024), esse crescimento não se converteu em melhorias substantivas de bem-estar ou em dinamismo econômico estrutural.

Porto Príncipe concentra a maior parte das atividades econômicas formais do país, sobretudo nos setores de serviços e comércio, mas essa centralização ocorre em paralelo à expansão de um vasto circuito inferior urbano.

A área central e bairros como Turgeau, Bois Verna e Bourdon, bem como as comunas de Delmas e Pétion-Ville, constituem o núcleo econômico metropolitano, onde se localizam instituições financeiras, empresas de telecomunicações, hotéis, agências de turismo e sedes de grandes empresas. Esse núcleo configura um espaço fortemente integrado a fluxos globais de informação e capital, operando como parte do circuito superior da economia haitiana. Ao mesmo tempo, as atividades industriais permanecem limitadas e tecnologicamente defasadas, concentradas em zonas francas e parques industriais, como Sonapi, localizados principalmente em Delmas, Cité Soleil, Tabarre e Carrefour.

As zonas francas, reguladas por estruturas estatais específicas e ancoradas em acordos internacionais de livre comércio, funcionam como enclaves produtivos orientados para a exportação, oferecendo isenções fiscais e facilidades aduaneiras. A inserção do Haiti nessas cadeias globais de vestuário, entretanto, gera pouco valor agregado interno, uma vez que os produtos são destinados quase exclusivamente ao mercado externo, e o Estado perde receitas importantes devido às renúncias fiscais. O Banco Central, ao exigir reservas obrigatórias e oferecer juros favorecidos para o financiamento desses empreendimentos, reforça um padrão de política monetária voltado a atrair investimentos externos (BRH, 2012), ainda que isso não se traduza em diversificação produtiva ou fortalecimento de circuitos internos de cooperação.

Para além do circuito superior, a economia da região metropolitana é dominada pelo circuito inferior, constituído por feiras livres, mercados informais, comércio ambulante e pequenas prestações de serviços, que representam a principal alternativa de sobrevivência para a maior parte da população economicamente ativa que era estimada a cerca de 5,2 milhões de pessoas em 2024 (Banco Mundial, 2026). A elevada taxa de desemprego juvenil e a ausência de políticas públicas eficazes de geração de emprego e renda empurram muitos jovens para atividades ilícitas e para a integração em redes de gangues armadas, quando não migram para o exterior. Eventos como o terremoto de 2010 e a escalada recente de violência armada reconfiguraram os fluxos comerciais e os espaços de informalidade, deslocando mercados e intensificando a anarquia urbana e a precarização dos espaços públicos.

No plano macroeconômico, o país apresenta um déficit comercial estrutural, com importações muito superiores às exportações. Em 2024, as importações somaram US$ 440 milhões, enquanto as exportações foram de apenas US$ 65 milhões (Trading Economics, 2025), resultando em um déficit comercial estrutural e revela um papel subordinado do Haiti na divisão internacional do trabalho, e uma forte dependência de bens importados para o consumo interno. A relação comercial assimétrica com a República Dominicana, marcada por exportações dominicanas crescentes e exportações

haitianas insignificantes, reforça essa vulnerabilidade. O controle territorial de portos e fronteiras por elites econômicas nacionais, em articulação com atores externos, mantém o Haiti em condição de vulnerabilidade e facilita o desenvolvimento de circuitos criminosos baseados em contrabando, narcotráfico e comércio de mercadorias não declaradas.

As principais famílias empresariais haitianas – frequentemente citadas como exemplo de uma elite econômica concentrada – não construíram uma base industrial robusta nem investiram em infraestruturas produtivas que pudessem dinamizar os circuitos internos de produção e cooperação. Pelo contrário, têm atuado de forma rentista, apropriando-se de rendas fundiárias, explorando privilégios fiscais e, em alguns casos, mantendo vínculos com grupos armados que controlam territórios estratégicos. Essa dinâmica bloqueia a emergência de uma burguesia nacional comprometida com um projeto de desenvolvimento e reforça a predominância de uma economia fragmentada, informal e, em grande medida, predatória.

Dessa forma, os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação em Porto Príncipe encontram-se desestruturados, polarizados entre enclaves formais orientados ao exterior, circuito inferior de sobrevivência e circuitos criminais que capturam frações do território e fluxos econômicos. A crise urbana não pode ser explicada apenas por carências técnicas ou choques exógenos, mas aparece como resultado de uma arquitetura política e econômica que produz e reproduz a precariedade como forma de gestão do espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou as crises e os desafios que envolvem os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação na cidade de Porto Príncipe, evidenciando como a crise urbana haitiana é, antes de tudo, um fenômeno político e historicamente produzido. Ao articular as referências de Santos, Anglade e Harvey à trajetória territorial do Haiti, mostrou-se que a configuração atual da capital resulta de uma combinação de dívida colonial, ocupações militares, neoliberalização da economia e predomínio de elites rentistas.

Verificou-se que o projeto de nação delineado por Dessalines em 1805 – que articulava descentralização territorial, controle estatal dos recursos naturais e fortalecimento das bases produtivas internas – foi interrompido por sucessivas contrarrevoluções, abrindo caminho para um modelo centrado na exportação de produtos primários, na captura de rendas fundiárias e na dependência financeira. A imposição da dívida à França, a ocupação norte-americana e as intervenções mais recentes aprofundaram a subordinação externa, redefinindo os circuitos produtivos e transformando Porto Príncipe em um nó central de uma economia desestruturada.

Na escala urbana, a cidade se apresenta como um espaço de extrema concentração de funções estatais e econômicas, mas com circuitos espaciais de produção precarizados, fragmentados e submetidos a fortes assimetrias. As zonas francas e enclaves de serviços avançados integram o Haiti a cadeias globais de valor, porém sem gerar encadeamentos significativos com o território nacional, enquanto o circuito inferior urbano se expande como mecanismo de sobrevivência em meio à pobreza. A economia criminosa, apoiada em circuitos paralelos de cooperação entre elites, intermediários políticos e gangues armadas, apropria-se de parcelas do território e converte a violência em instrumento de acumulação.

O Estado haitiano, enfraquecido, simbólico e submetido a múltiplas pressões externas, perdeu grande parte de sua capacidade de planejar e coordenar o desenvolvimento urbano e econômico, permitindo que decisões cruciais sobre o uso do território sejam tomadas por atores privados, agências internacionais e grupos armados. Essa desestruturação institucional corrói os círculos de cooperação públicos e aprofunda a desarticulação dos circuitos produtivos, produzindo um ambiente urbano em que a precariedade não é um acidente, mas um elemento constitutivo da ordem vigente.

A situação de Porto Príncipe, contudo, não deve ser lida como fatalidade geográfica ou cultural, mas como produto de escolhas políticas e econômicas que podem ser confrontadas. A reestruturação dos circuitos espaciais de produção e dos círculos de cooperação exige uma ruptura com a lógica rentista e dependente que orientou a formação territorial do Haiti, implicando uma profunda reorientação do Estado em direção à soberania nacional, à descentralização territorial e à reconstrução das bases produtivas e institucionais. A solução da crise é, portanto, eminentemente política: supõe a emergência de forças sociais e políticas capazes de disputar o controle do Estado, redefinir o uso do território e instituir novas formas de cooperação que coloquem a vida coletiva e a justiça socioespacial no centro do projeto de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ARACRI, Luis Angelo dos Santos. Circuitos espaciais da produção, círculos de cooperação e a modernização do setor agrícola brasileiro. **Revista Tamoios**, v. 18, n. 1, p. 47-59, jan.-jun. 2022.

ANDRADE, Adriano Bittencourt. Dinâmica urbana de espaços em crise: Porto Príncipe/Haiti. **Mercator**, Fortaleza, v. 15, n. 4, p. 15-26, out.-dez. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mercator/a/trqJsSfS5HrhTKyMxKshHBG/. Acesso em: 15 fev. 2026.

ANGLADE, Georges. **Atlas critique d'Haïti**. Montréal: CIDIHCA, 2008.

ANGLADE, Georges. **L'espace haïtien.** Montréal: Presses de l'Université du Québec, 1974.

BANCO MUNDIAL. **Chomage des jeunes** (% de la population ative agee de 15-24 ans) (estimation modélisée OIT) – Haiti, 2026. Disponível em: https://donnees.banquemondiale.org/indicateur/SL.UEM.1524.ZS?locations=HT Acesso em: 15 fev. 2026.

BANQUE DE LA RÉPUBLIQUE D'HAÏTI (BRH). **Rapport annuel 2011-2012.** Port-au-Prince: Banque de la République d'Haïti, 2012. Disponível em: https://www.brh.ht

FERREIRA, Alane; ZANOTELLI, Cláudio. **Os círculos de cooperação e o circuito espacial da produção na economia globalizada.** Vitória: EDUFES, 2020.

GOULET, Jean. **L'organisation des services urbains**: réseaux et stratégies dans les bidonvilles de Port-au-Prince. Thèse (Doctorat en Etudes Urbaines) – Université du Québec à Montréal, Montréal, 2007. Disponível em: https://archipel.uqam.ca/10011/1/D1457.pdf. Acesso em : 15 fev. 2026.

HARVEY, David. David Harvey na FAU USP – A urbanização e as crises. **PosFAUUSP**, v. 19, n. 32, p. 10-24, 2012a. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/posfau/article/download/52452/56444. Acesso em: 15 fev. 2026.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2012b.

IHSI – Institut Haïtien de Statistique et d'Informatique. **Estimations désagrégées de la population haitienne en 2024**. Delmas, Haiti: Direction des Statistiques Démographiques et Sociales (DSDS); (IHSI), jul. 2024.

JANVIER, Louis Joseph. **Les constitutions d'Haiti (1801-1885)**. London, United Kingdom: Forgotten Books, 2018.

JOACHIM, Jean. **Le sous-développement et la dépendance en Haïti.** Port-au-Prince: Éditions Caraïbes, 1975

JOHNSTON, Jake. **Aid State**: elite panic, disaster capitalism, and the battle to control Haiti. New York: St. Martin's Press, 2024.

JOSEPH, Wisnel; SILVA, Gerardo Alberto. Análise da urbanização de Porto Príncipe no Haiti e suas relações com o meio ambiente. In: XX ENANPUR 2023. **Anais**... Belém, 23-26 maio 2023. Disponível em: https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/08/st04-11.pdf. Acesso em: 15 fev. 2026.

LE NOUVELLISTE. **Les exportations dominicaines vers Haïti en 2024:** une relation commerciale à sens unique. Le Nouvelliste, 12 fev. 2025. Disponível em: https://lenouvelliste.com/article/253238/les-exportations-dominicaines-vers-haiti-en-2024-une-relation-commerciale-a-sens-unique. Acesso em: 15 fev. 2026.

LUCIEN. G. E. Racines historiques du désastre du 12 janvier 2010 à Port-au Prince. In: In : GOULET, J. (Ed.). **Perspectives de développement de l'aire métropolitaine de Port-au-Prince, horizon 2030 –** Programme de Recherche dans le Champ de l'Urbain FED/2015. Montréal, CA: Université du Quebec à Montreal, 2018. p. 360-478.

MILIAN, Johan; TAMRU, Bezunesh. Port-au-Prince, ville du risque? Un mythe au prisme d'une urbanisation vulnérable. **Études Caribéennes**, Ed. Université des Antilles, v. 39-40, abr.-ago. 2018. Disponível em: http://journals.openedition.org/etudescaribeennes/11464. Acesso em: 15 fev. 2026.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação no espaço. Tradução nossa do texto original "Los circuitos espaciales de la producción y los círculos de acumulación en el espacio". In: YANES, L.; LIBERALLI, A. (orgs.). **Aportes para el estudio del espacio socioeconómico**. Buenos Aires: El Colóquio, 1989.

OEA – Organização dos Estados Americanos. **Assessment of Economic Opportunities in Jérémie**. Washington, D.C.: OEA, 2013.

SAINTÉ, Guerby. O Estado e a política da urbanização: nova perspectiva para o desenvolvimento socioeconômico da cidade de Porto Príncipe. **Anais das Semanas de Geografia da Unicamp**, 2018, p. 109-117. Disponível em: https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/semanageounicamp/article/download/3418/3283. Acesso em: 15 fev. 2026.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 1996.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 1993.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1966.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 1979.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 24. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SILVA, Armando Corrêa da. **Geografia e espaço**: a crítica da geografia em tempos de globalização. São Paulo: Contexto, 2012.

THÉODAT, Jean-Marie. Port-au-Prince en sept lieues**. Outre-Terre**, v. 1, n. 35-36, p. 123-150, fev. 2013.
TRADING ECONOMICS. Haiti – GDP per capita PPP. **Trading Economics**, 2024. Disponível em: https://tradingeconomics.com/haiti/gdp-per-capita-ppp. Acesso em: 15 fev. 2026
TRADING ECONOMICS. Haiti – Exportações do Haiti. **Trading Economics**, 2025. Disponível em: https://pt.tradingeconomics.com/haiti/exports. Acesso em: 15 fev. 2026.
WORLD BANK GROUP. Haiti – Overview. **World Bank**, S.d. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/country/haiti/overview. Acesso em: 15 fev. 2026.

DOI: https://doi.org/10.18817/26755122.30.1.2026.4600

DE L' INDÉPENDANCE À LA CRISE URBAINE: CIRCUITS DE PRODUCTION, COOPÉRATION, ET CAPTURE POLITIQUE DU DÉVELOPPEMENT URBAIN À PORT-AU-PRINCE

DA INDEPENDÊNCIA À CRISE URBANA: CIRCUITOS DE PRODUÇÃO, COOPERAÇÃO E CAPTURA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO URBANO EM PORTO PRÍNCIPE (HAITI)

FROM INDEPENDENCE TO URBAN CRISIS: PRODUCTION CIRCUITS, COOPERATION AND POLITICAL CAPTURE OF URBAN DEVELOPMENT IN PORT-AU-PRINCE (HAITI)

Zeno Soares Crocetti[1]
0000-0003-0608-5079
geocrocetti@gmail.com

Bachelard Noel[2]
0000-0002-4000-7042
b.noel.2021@aluno.unila.edu.br

CIÊNCIA Geográfica
Ano XXX - Vol. XXX - (1): Janeiro/Dezembro - 2026
ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461
www.agbbauru.org.br

1 Universidade Federal da Integração Latino-Americana - Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território - Foz do Iguaçu/Paraná/Brasil. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0608-5079. E-mail: geocrocetti@gmail.com.
2 Universidade Federal da Integração Latino-Americana - Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território - Foz do Iguaçu/Paraná/Brasil. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4000-7042. E-mail: b.noel.2021@aluno.unila.edu.br.

Artigo recebido em fevereiro de 2026 e aceito para publicação em maio de 2026.

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RÉSUMÉ: La recherche examine les circuits spatiaux de production et les cercles de coopération dans la ville de Port-au-Prince, capitale d'Haïti, en cherchant à expliquer comment leur configuration contemporaine contribue à la reproduction de la crise urbaine et à la fragilisation du développement territorial. Elle part d'une approche géographique critique, s'appuyant principalement sur Milton Santos, Georges Anglade et David Harvey, qui permet d'articuler la formation historique du territoire haïtien aux stratégies récentes d'insertion subordonnée dans les chaînes de valeur mondiales. Nous soutenons que le parcours haïtien, depuis l'indépendance en 1804, a été marqué par des formes successives de domination extérieure – dette coloniale, occupation militaire, programmes d'« aide » conditionnelle – et par l'action d'élites internes au profil essentiellement rentiers, qui ont bloqué la constitution d'un projet national d'urbanisation et de développement productif. Dans ce contexte, la métropole de Port-au-Prince s'est consolidée comme le nœud central d'un système économique fragmenté, dans lequel coexistent des enclaves du circuit supérieur axées sur l'exportation (zones franches et services financiers), un vaste circuit urbain inférieur – basé sur les marchés populaires, l'informalité et les stratégies de survie – et l'expansion récente de circuits criminels qui capturent des fractions du territoire et des flux économiques. On peut en conclure que la crise des circuits spatiaux de production et des cercles de coopération est fondamentalement politique et historiquement produite, et que sa résolution exige une réorientation profonde de l'État haïtien vers la souveraineté nationale, la décentralisation territoriale et la reconstruction de bases productives et institutionnelles capables de soutenir un développement urbain juste et durable.

Mots-clés: Port-au-Prince. Circuits spatiaux de production. Cercles de coopération. Crise urbaine. Développement territorial.

RESUMO: A pesquisa investiga os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação na cidade de Porto Príncipe, capital do Haiti, procurando explicitar de que modo sua configuração contemporânea contribui para a reprodução da crise urbana e para a fragilização do desenvolvimento territorial. Parte-se de uma abordagem geográfica crítica, ancorada sobretudo em Milton Santos, Georges Anglade e David Harvey, que permite articular a formação histórica do território haitiano às estratégias recentes de inserção subordinada nas cadeias globais de valor. Argumenta-se que a trajetória haitiana, desde a independência de 1804, foi marcada por sucessivas formas de dominação externa – dívida colonial, ocupação militar, programas de "ajuda" condicionada – e pela atuação de elites internas de perfil essencialmente rentista, que bloquearam a constituição de um projeto nacional de urbanização e de desenvolvimento produtivo. Nesse quadro, a metrópole de Porto Príncipe consolidou-se como nó central de um sistema econômico fragmentado, no qual coexistem enclaves do circuito superior voltados à exportação (zonas francas e serviços financeiros), um vasto circuito inferior urbano – baseado em mercados populares, informalidade e estratégias de sobrevivência – e a expansão recente de circuitos criminais que capturam frações do território e de fluxos econômicos. Conclui-se que a crise dos circuitos espaciais de produção e dos círculos de cooperação é fundamentalmente política e historicamente produzida, e que sua superação exige uma profunda reorientação do Estado haitiano em direção à soberania nacional, à descentralização territorial e à reconstrução de bases produtivas e institucionais capazes de sustentar um desenvolvimento urbano mais justo e sustentável.

Palavras-chave: Porto Príncipe. Circuitos espaciais de produção. Círculos de cooperação. Crise urbana. Desenvolvimento territorial.

ABSTRACT: This research investigates the spatial circuits of production and the circles of cooperation in the city of Port-au-Prince, the capital of Haiti, seeking to explain how its contemporary configuration contributes to the reproduction of the urban crisis and the weakening of territorial development. It starts from a critical geographical approach, anchored primarily in the work of Milton Santos, Georges Anglade, and David Harvey, which allows for the articulation of the historical formation of Haitian territory with recent strategies of subordinate insertion into global value chains. It argues that Haiti's trajectory since independence in 1804 has been marked by successive forms of external domination – colonial debt, military occupation, conditional "aid" programs – and by the actions of essentially rent-seeking internal elites, who have blocked the constitution of a national project of urbanization and productive development. In this context, the metropolis of Port-au-Prince has consolidated itself as the central node of a fragmented economic system, in which enclaves of the upper circuit geared towards export (free trade zones and financial services), a vast urban lower circuit – based on popular markets, informality, and survival strategies – coexist with the recent expansion of criminal circuits that capture fractions of the territory and economic flows. It is concluded that the crisis of spatial circuits of production and circles of cooperation is fundamentally political and historically produced, and that overcoming it requires a profound reorientation of the Haitian state towards national sovereignty, territorial decentralization, and the reconstruction of productive and institutional bases capable of sustaining a more just and sustainable urban development.

Keywords: Port-au-Prince. Spatial circuits of production. Circles of cooperation. Urban crisis. Territorial development.

INTRODUCTION

La restructuration productive et financière mondiale mise en place à partir des années 1990, sous l'hégémonie des politiques néolibérales et de la libéralisation commerciale, a profondément redéfini les économies latino-américaines, en réorganisant les circuits productifs, les modèles d'investissement et les modes d'utilisation du territoire.

Dans le cas haïtien, ces processus se superposent à une longue période marquée par la dépendance extérieure, la centralisation politique et l'absence d'un projet d'urbanisation intégré, produisant une crise structurelle qui s'exprime de manière aiguë dans la capitale, Port-au-Prince.

Le nouveau régime d'accumulation – fondé sur une finance dérégulée, une ouverture commerciale asymétrique et des mécanismes d'endettement – a imposé aux pays périphériques une insertion subordonnée dans les chaînes de valeur mondiales, tout en affaiblissant la capacité de l'État à planifier le développement urbain et productif.

Dans presque tous les pays de l'Amérique latine, on a observé d'intenses restructurations techniques et productives, une déverticalisation des chaînes, un déplacement territorial des capitaux et une réduction des emplois industriels, avec des impacts directs sur la configuration des circuits spatiaux de production et des cercles de coopération. En Haïti, ces dynamiques prennent des contours

spécifiques, s'articulant autour d'une formation territoriale marquée par la dette coloniale, l'occupation militaire, les élites rentières et les interventions extérieures successives.

Parmi les cas les plus représentatifs de cette crise structurelle figure Port-au-Prince, dont la base productive est fragile, fortement dépendante des importations et soutenue par une combinaison de zones franches orientées vers l'exportation et un vaste circuit inférieur d'économie urbaine informelle. Il s'agit d'un espace urbain profondément déstructuré, où les circuits spatiaux de production et les cercles de coopération sont fragmentés, sélectifs et, dans de nombreux cas, capturés par des logiques prédatrices et des activités illicites. L'urbanisation de la capitale haïtienne, loin d'être le résultat d'un aménagement du territoire cohérent, découle de décisions politiques et économiques qui ont favorisé la concentration des fonctions étatiques, des services et des flux de marchandises dans la métropole, sans la mise en place correspondante d'infrastructures et de services publics.

D'un point de vue théorique, la recherche s'appuie sur la conception de l'espace géographique comme un ensemble articulé de fixes et de flux, formulée par Milton Santos (1979), et sur la notion de circuits spatiaux de production et de cercles de coopération comme clés pour comprendre la division territoriale du travail et la dynamique de l'économie urbaine dans les pays périphériques.

À ces contributions s'ajoutent les analyses de Georges Anglade (1974) sur la formation de l'espace haïtien, la centralisation à Port-au-Prince et le rôle des circuits de commercialisation dans la cohésion – et l'inégalité – territoriale du pays, ainsi que les réflexions de David Harvey (2012a) sur la relation entre développement capitaliste, crises et urbanisation. En articulant ces références, l'article interprète la crise urbaine de Port-au-Prince comme l'expression d'un processus historique de subordination politique et économique, dans lequel le territoire est constamment réorganisé pour répondre aux intérêts extérieurs et à ceux d'une élite locale qui n'est pas engagée dans la construction d'une économie nationale.

La question qui guide l'étude peut être formulée comme suit: dans quelle mesure la configuration des circuits spatiaux de production et des cercles de coopération à Port-au-Prince reflète-t-elle une capture politique, compromet le développement socioéconomique et aggrave-t-elle la crise urbaine haïtienne?

L'hypothèse centrale est que la crise des circuits et des cercles de coopération ne constitue pas seulement un effet collatéral des catastrophes naturelles ou des insuffisances techniques en matière de planification, mais qu'elle résulte de décisions politiques délibérées ayant consolidé un modèle structuré autour de deux axes parallèles : d'une part, une économie criminelle ; d'autre part, une économie dépendante de type enclave, centrée sur les zones franches d'exportation, l'informalité massive ainsi que la captation privée des rentes foncières et commerciales. Dans cette perspective, la déstructuration des circuits productifs et coopératifs est avant tout politique et historiquement produite, et ne peut être inversée que par une réorientation du projet d'État et de l'utilisation du territoire.

Sur le plan méthodologique, ce travail combine une revue bibliographique sur les théories des circuits spatiaux de production, des cercles de coopération et de la crise de l'urbanisation, en mettant l'accent sur Milton Santos, Maria Laura Silveira, Moraes, Anglade et Harvey, avec l'analyse de données socio-économiques et démographiques produites par des organismes nationaux et internationaux, tels que l'Institut Haïtien de Statistique et d'Informatique (IHSI), la Banque Mondiale et la Banque Centrale d'Haïti.

Ces informations secondaires sont articulées autour d'observations sur le terrain et de l'examen de cartes, d'images satellites, de photographies et de statistiques construites à l'aide d'outils tels que

QGIS et Google Earth, permettant de caractériser la configuration territoriale de Port-au-Prince, ses circuits de production et ses dynamiques de coopération.

Le texte est organisé en trois sections, en plus de cette introduction. La première présente les fondements théoriques des circuits spatiaux de production, des cercles de coopération et des crises d'urbanisation dans les pays périphériques. La deuxième aborde le processus historique de formation territoriale d'Haïti et de Port-au-Prince, en mettant l'accent sur la centralisation politique, les interventions extérieures et les choix de politique économique qui ont façonné l'espace urbain.

La troisieme partie analyse, empiriquement les circuits spatiaux de production et les cercles de coopération dans la zone métropolitaine de Port-au-Prince, en mettant l'accent sur la coexistence des zones franches, du circuit urbain inférieur, de l'informalité et de l'économie criminelle. Enfin, se présente les considérations finales, qui soulignent les limites du modèle actuel et les conditions politiques et institutionnelles nécessaires à la restructuration des circuits de production et de coopération.

FONDEMENTS THÉORIQUES

Théorie des Circuits Spatiaux de Production

Dans la tradition de la géographie critique brésilienne, les circuits spatiaux de production constituent un instrument central pour comprendre comment la production, la circulation et la consommation se territorialisent, articulant des fixes et des flux à différentes échelles (Santos, 1996).

Milton Santos (1996) définit l'espace géographique comme un «ensemble indissociable, solidaire et également contradictoire, de systèmes d'objets et de systèmes d'actions», refusant toute lecture statique du territoire. Dans cette perspective, le circuit spatial de production exprime l'enchaînement des étapes par lesquelles passent les produits, depuis l'obtention des matières premières jusqu'à la consommation finale, articulant les entreprises, les travailleurs, les institutions publiques et les marchés dans des réseaux de flux matériels et immatériels.

Les circuits spatiaux sont composés, de manière schématique, de quatre dimensions interdépendantes: le circuit de production, le circuit de circulation, le circuit de consommation et le milieu technico-scientifique-informationnel.

Le circuit de production englobe les activités d'extraction, de transformation industrielle et de distribution initiale, mobilisant différents agents économiques à plusieurs échelles territoriales. Le circuit de production comprend les flux de marchandises, de capitaux, d'informations et de personnes, soutenus par des infrastructures de transport, de communication et des réseaux financiers, qui permettent aux produits de circuler entre différents lieux et à différentes échelles.

Le circuit de consommation, quant à lui, est conditionné par des facteurs culturels, sociaux et économiques, et est de plus en plus influencé par des stratégies de marketing et des formes sophistiquées de gestion de la demande.

Le milieu technico-scientifique-informationnel représente la base des techniques, des connaissances et des systèmes d'information qui réorganisent la production, accélèrent la circulation et redéfinissent la densité relative des lieux dans la division territoriale du travail.

En examinant les formes contemporaines d'accumulation, Santos (1996) souligne que les processus de production sont de plus en plus segmentés territorialement, ce qui exige de remplacer la

notion de « circuits régionaux de production » par celle de « circuits spatiaux de production », capables de saisir les enchaînements qui traversent les frontières nationales et articulent des territoires éloignés.

Moraes (1985) attire l'attention sur le fait que ces circuits fonctionnent dans le cadre de la mondialisation de l'espace géographique et des relations sociales de production, ce qui rend indispensable de discuter de la division spatiale du travail à plusieurs échelles. Dans ce contexte, l'espace n'est pas un simple décor, mais le résultat même de l'interaction entre les circuits de production et les stratégies de commandement des entreprises et des États.

Moraes (1985) distingue également deux circuits qui coexistent dans les économies périphériques : un *circuit supérieur*, intensif en capital, en technologie, en information et en connexions mondiales, et un *circuit inférieur*, caractérisé par un faible capital fixe, l'informalité, la précarité des normes et une forte dépendance vis-à-vis des biens importés.

Cette distinction, reprise et approfondie par Santos (1979), permet de comprendre comment l'urbanisation périphérique combine des enclaves modernes, fortement connectées aux flux mondiaux, avec de vastes zones de pauvreté urbaine où la survie dépend de petites activités commerciales, de services informels et de réseaux familiaux.

Dans le cas haïtien, ce dualisme prend une forme extrême, avec des zones franches exportatrices articulées autour de chaînes mondiales de confection coexistant avec un circuit urbain inférieur qui comprend des marchés populaires, le commerce ambulant et des micro-entreprises insérées dans un environnement de forte instabilité politique et de violence.

Georges Anglade (2008) transpose ce débat dans le contexte spécifique d'Haïti, en développant une théorie des circuits qui articule l'espace, l'État et la nation dans un territoire marqué par la pauvreté et une urbanisation en crise. Pour cet auteur, les circuits sont des « canaux » par lesquels s'effectuent la production et la circulation des marchandises – principalement des denrées alimentaires, des matières premières, des biens locaux et importés – ainsi que les différents gains fiscaux et formes d'appropriation des revenus. Le pays se matérialise à partir de l'articulation entre *les bourgs-jardins,* les marchés locaux et la ville centrale, Port-au-Prince, formant des réseaux qui garantissent à la fois une cohésion territoriale minimale et la reproduction des inégalités sociales.

Ces circuits, comme le souligne Anglade (2008), fonctionnent comme des réseaux de taxation et d'accumulation, dans lesquels l'État et les groupes dominants tirent des revenus, façonnant l'espace par le biais de pressions fiscales, du contrôle des flux et de la concentration des activités dans certaines régions.

Anglade (2008) soutient que le circuit s'érige en règle active de cohésion territoriale et de production de l'espace, convergeant continuellement vers une ville-centre – dans le cas haïtien, Port-au-Prince –, qui concentre les fonctions politiques et économiques.

Le mouvement des circuits prend deux directions principales : du rural vers l'urbain, par la collecte et le transport de produits agricoles ; et de l'urbain vers le rural, par la diffusion de produits manufacturés, de biens importés et de normes administratives. En reliant les sous-centres de population (*bourgs-jardins*) et les marchés locaux à la métropole, cette organisation territoriale renforce la centralisation économique et politique, au prix d'une vulnérabilité croissante des régions périphériques.

Dans les sociétés capitalistes et semi-capitalistes basées sur les revenus fonciers urbains et ruraux, le crédit usuraire et l'extraction de plus-value, ces circuits tendent à intensifier la polarisation sociale et spatiale, créant des pôles de concentration de richesse et de vastes zones de pauvreté.

En s'appuyant sur les contributions de Marx, Santos, Anglade et d'autres auteurs, il apparaît clairement que les processus économiques et sociaux qui structurent les circuits de production affectent directement l'espace urbain, qui est à la fois le reflet et l'agent de ces circuits. Les villes sont façonnées par la manière dont s'organisent les chaînes de production, de circulation et de consommation : les quartiers financiers, les quartiers industriels, les zones résidentielles haut de gamme et les favelas expriment, sur le territoire, les inégalités de revenus, de pouvoir politique et d'accès aux infrastructures.

La théorie des circuits spatiaux de production permet ainsi d'interpréter la production de l'espace urbain à Port-au-Prince comme le résultat d'une combinaison entre des enclaves productives tournées vers le marché extérieur, un vaste circuit inférieur de survie et des circuits criminels qui s'approprient des fractions du territoire et des flux économiques illégaux.

Cercle de Coopération dans L'économie

Alors que les circuits spatiaux de production concernent principalement les flux matériels de marchandises, de capitaux et de personnes, les cercles de coopération font référence aux flux immatériels qui régulent et coordonnent le fonctionnement de ces circuits. Santos et Silveira (2010) définissent les cercles de coopération comme l'ensemble des normes, routines, décisions, informations, connaissances et formes de coordination qui articulent les entreprises, les institutions, les travailleurs et les consommateurs, assurant la continuité de l'appareil productif.

Il s'agit donc de « l'intelligence du capital », qui se manifeste dans les conventions techniques, les règles de crédit, les politiques publiques, les contrats et les dispositifs de gouvernance qui traversent le territoire.

Les cercles de coopération permettent à des acteurs dispersés – dans différentes régions et différents pays – de maintenir des liens stables malgré la distance géographique. Ferreira et Zanotelli (2020) soulignent que ces cercles impliquent à la fois des flux matériels et immatériels, reliant des entreprises, des établissements d'enseignement et de recherche, des organismes publics, des banques, des cabinets de conseil et des organisations de la société civile.

De la même manière, Aracri *et al.* (2022) définissent les cercles de coopération comme des flux de nature immatérielle – actions, décisions, ordres, informations, idées et connaissances – qui se maintiennent entre les branches et les institutions d'un secteur, rendant possible la coordination de chaînes de production complexes.

Dans les pays périphériques, la sélectivité de ces cercles est un élément fondamental : certains segments économiques disposent de réseaux de coopération solides (tels que les zones franches d'exportation et les systèmes financiers), tandis que d'autres restent isolés ou soumis à des formes de coordination précaires.

Tableau 1. Types de circuits à Port-au-Prince

Type de circuit	Base territoriale principale	Principaux acteurs	Caractéristiques et impacts socio-spatiaux
Circuit supérieur exportateur (zones franches)	Zones franches et parcs industriels à Delmas, Cité Soleil, Tabarre, Carrefour.	Entreprises transnationales, État (DZF, CNZF, BRH), banques.	Production textile pour l'exportation, exonérations fiscales, faible valeur ajoutée interne, faibles liens avec l'économie locale.
Circuit supérieur des services financiers et des télécommunications	Centre de Port-au-Prince, Turgeau, Bois Verna, Pétion-Ville.	Banques, opérateurs de télécommunications, grandes entreprises.	Contrôle des flux de capitaux et d'informations ; forte insertion mondiale; concentration des revenus et des services dans les zones à revenus élevés.
Circuit inférieur urbain informel	Marchés populaires, rues principales, quartiers périphériques et favelas.	Vendeurs ambulants, petits commerçants, familles.	Haut degré d'informalité, faible protection sociale, utilisation intensive de l'espace public, importance centrale dans la survie quotidienne.
Circuits criminels	Quartiers contrôlés par des gangs, routes de contrebande et de trafic.	Gangs armés, intermédiaires politiques, segments du monde des affaires.	Appropriation violente du territoire, perception illégale de loyers, déplacements forcés et aggravation de l'insécurité urbaine.
Circuits de coopération internationale	Sièges d'ONG, organismes multilatéraux, projets ponctuels dans des quartiers spécifiques.	Organismes internationaux, ONG, État, communautés locales.	Ressources externes sélectives, projets fragmentés, renforcement des cercles de coopération exogènes et dépendance vis-à-vis des agendas externes.

Source: Élaboré par les auteurs.

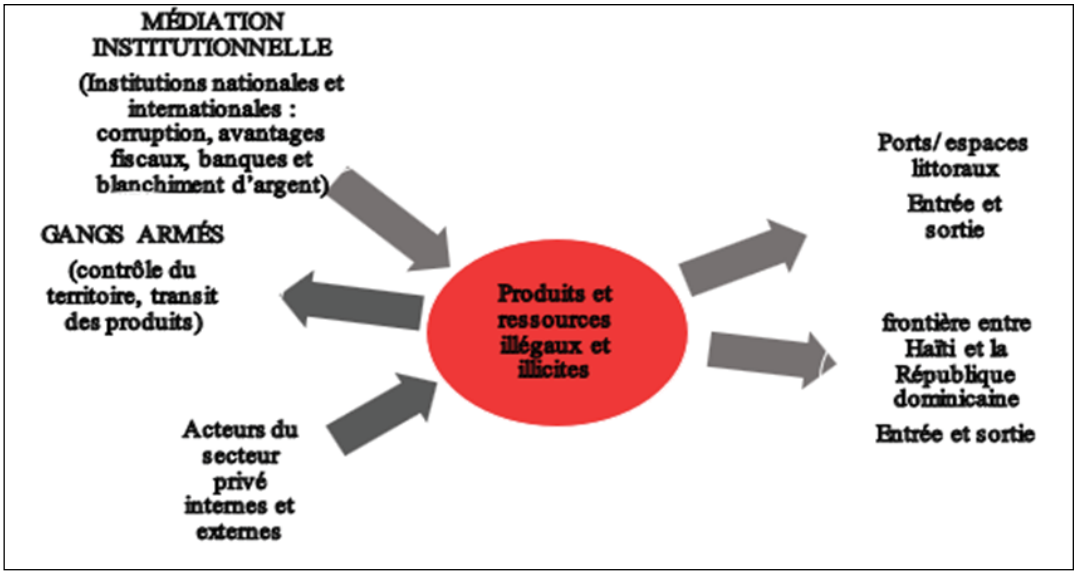
Dans le domaine des coopératives et d'autres expériences économiques associatives, les circuits spatiaux de production et les cercles de coopération peuvent révéler des modèles spécifiques d'utilisation du territoire, de division territoriale du travail, de spécialisations productives et de flux d'informations et de crédit.

Les unités de services éducatifs, financiers, d'assistance technique, les entreprises affiliées, les pouvoirs publics et les entités représentatives forment des réseaux qui échangent des marchandises, des informations, des services et des ressources. Cependant, dans des contextes tels que celui d'Haïti, ces cercles de coopération ont tendance à être fragiles ou asymétriques, souvent subordonnés aux agendas des bailleurs de fonds internationaux, des ONG et des organismes multilatéraux, ce qui limite la capacité à construire un projet de développement endogène.

Dans la zone métropolitaine de Port-au-Prince, l'analyse des cercles de coopération permet d'identifier, d'une part, des circuits étroits et relativement denses entre les grandes banques, les institutions financières internationales, les entreprises de télécommunications et les zones franches, et d'autre part, des réseaux fragmentés de coopératives populaires, d'associations communautaires et de petits producteurs, avec une faible capacité de coordination et un accès limité au crédit, à la technologie et à l'information.

En outre, ces dernières années, un type de « cercle de coopération » pervers, lié à l'économie criminelle, a vu le jour : des gangs armés, des intermédiaires politiques et des segments du monde des affaires établissent des relations d'intérêt mutuel qui garantissent le contrôle territorial des quartiers, la protection de certaines routes de circulation des marchandises et l'extraction de revenus par la violence.

Figure 1. Représentation du circuit criminel dans la ville de Port-au-Prince



Source: Élaboré par les auteurs.

.

Ce Figure 1 représente le fonctionnement des circuits criminels à Port-au-Prince, impliquant de multiples acteurs, notamment des institutions publiques, des acteurs du secteur privé (nationaux et étrangers) et des bandes armées. Au cœur de ce circuit se trouve la création et la circulation de biens et de ressources financières illicites, autour desquelles s'articulent divers flux. Ces flux intègrent les institutions formelles et informelles, ainsi que d'autres flux entrant ou sortant du pays par les frontières entre Haïti et la République dominicaine, par les ports et le long du littoral. Les actions violentes des bandes armées contribuent au maintien d'un climat d'instabilité propice à la perpétration d'activités criminelles, garantissant le transit et la circulation de ces biens et capitaux. Ces cercles parallèles corrompent les institutions publiques, faussent les circuits de production et rendent le territoire encore plus vulnérable.

Théorie Sur La Crise du Processus D'urbanisation

Milton Santos (1996) soutient que l'urbanisation dans les pays sous-développés, comme le Brésil, s'est déroulée de manière accélérée, désorganisée et subordonnée à un modèle de développement qui privilégie la croissance économique au détriment du bien-être social. Selon l'auteur, l'urbanisation périphérique ne reproduit pas le cheminement des pays centraux, où l'expansion urbaine s'est accompagnée d'une industrialisation et d'investissements dans les infrastructures, mais constitue un « milieu technique » incomplet, dans lequel la densité des équipements et des services est sélective et fonctionnelle aux besoins du capital (Santos, 1996).

Cette urbanisation corporative et mondialisée a aggravé la ségrégation socio-spatiale, la croissance de l'économie informelle et la crise environnementale urbaine, tout en vidant les régions de leur capacité à contrôler ce qui s'y passe.

Santos et Silveira (2010) montrent que la nouvelle division territoriale du travail, associée aux progrès de la science et de la technique, à la circulation accélérée de l'information et à l'expansion du capitalisme dans les zones périphériques, consolide les spécialisations productives régionales et fragmente le territoire.

Alors que certains points sont fortement intégrés aux circuits supérieurs de l'économie – abritant des industries, des services de pointe et des centres de décision –, de vastes zones deviennent des réserves de main-d'œuvre, des zones de déversement de déchets ou des territoires d'informalité.

L'urbanisation périphérique est donc indissociable des politiques économiques qui redéfinissent le rôle des États nationaux, déplacent les décisions vers des sphères supranationales et affaiblissent la capacité de planification urbaine.

Anglade (2008), analysant le cas haïtien, souligne que l'urbanisation désordonnée dans les pays pauvres est alimentée par d'intenses migrations rurales-urbaines, la concentration des services et des opportunités dans les villes et l'absence de politiques publiques efficaces d'aménagement du territoire.

En Haïti, ce processus a pris la forme d'une centralisation extrême à Port-au-Prince, où se sont concentrés les fonctions étatiques, le commerce extérieur et les services de base, sans investissements proportionnels dans les infrastructures, le logement et les transports. Cette combinaison a donné naissance à une métropole qui est à la fois un centre politique et économique et un espace de crise chronique, avec des taux élevés d'informalité, de favélisation et de violence.

David Harvey (2012b), quant à lui, souligne la relation intrinsèque entre le développement capitaliste, les crises et le processus d'urbanisation. Les crises capitalistes ne sont pas des événements isolés, mais des phénomènes récurrents qui se déplacent entre les secteurs (immobilier, financier, industriel, bancaire) et les régions géographiques au fil du temps, afin de résoudre temporairement les contradictions de l'accumulation.

L'urbanisation apparaît alors comme un mécanisme privilégié d'absorption des excédents de capital, par le biais de l'expansion des infrastructures, de la construction de logements et de la reconfiguration des espaces urbains. En analysant le cas américain, Harvey (2012b) montre comment la suburbanisation et d'autres formes de restructuration urbaine ont servi à réorganiser le territoire et à rétablir la rentabilité du capital en période de crise.

Appliquée à Haïti, cette perspective permet de comprendre comment les interventions extérieures, les programmes de « reconstruction » et les investissements dans les zones franches agissent comme des tentatives de recomposition des circuits d'accumulation dans un contexte de crise permanente, tout en renforçant la dépendance économique et la subordination politique. Dans le cas de Port-au-Prince, l'urbanisation non planifiée et la multiplication des quartiers précaires ne sont pas seulement le résultat d'un manque de compétences techniques, mais l'expression d'un modèle de développement qui tolère – et, dans une certaine mesure, *produit* – un espace urbain déstructuré, propice à certains intérêts économiques et géopolitiques. La crise urbaine haïtienne doit donc être comprise comme une crise des circuits spatiaux de production et des cercles de coopération, produite historiquement par la combinaison de politiques internes exclusives, de la dette coloniale, des occupations militaires et de la néolibéralisation de l'économie.

BREF HISTORIQUE ÉCONOMIQUE ET URBAIN DE PORT-AU-PRINCE

Haïti constitue un cas unique dans l'histoire mondiale, en tant que première république noire, résultat d'une révolution anti-esclavagiste, antiraciste et anticolonialiste qui a abouti à l'indépendance en 1804. Cependant, cette conquête politique ne s'est pas traduite par un projet d'urbanisation planifié et durable, capable de construire une base d'infrastructures et de services qui soutiennent le corps

social. Depuis les premières années de l'État indépendant, la fragilité institutionnelle, les rivalités entre les élites et les pressions extérieures ont limité la possibilité d'une politique territoriale cohérente.

Tableau 2. Étapes historiques et effets sur les circuits spatiaux de production à Port-au-Prince

Événement historique	Mesure / événement central	Effets sur les circuits de production et les cercles de coopération	Référence principale
Indépendance et Constitution de 1805	Proclamation de l'indépendance et Constitution sous Dessalines, avec un projet d'État fort et de décentralisation territoriale	Tentative de construction de circuits de production nationaux articulés autour d'un État souverain; renforcement initial des cercles de coopération étatiques	JANVIER (2018)
Assassinat de Dessalines (1806) et fragmentation	Rupture du projet de Dessalines et division du pays en régions rivales	Discontinuité du plan territorial, affaiblissement des circuits de production internes et renforcement des élites régionales rentières	JANVIER (2018)
Code rural de 1826	Institutionnalisation des formes de servitude paysanne et restriction de la mobilité rurale-urbaine	Blocage de la formation de circuits internes dynamiques ; maintien d'une base agricole exploitée et peu intégrée à l'urbanisation planifiée	JANVIER (2018)
Imposition de la dette à la France (1825)	Traité obligeant Haïti à payer 150 millions de francs à l'ancienne métropole	Drainage des ressources fiscales, limitation des investissements dans les infrastructures urbaines et renforcement de la dépendance extérieure et de l'orientation vers l'exportation	JOACHIM (1975) ; JANVIER (2018)
Occupation américaine (1915-1934)	Contrôle politique, militaire et financier du pays par les États-Unis.	Centralisation à Port-au-Prince, réorganisation des routes et des infrastructures selon les intérêts extérieurs, redéfinition des circuits commerciaux et fiscaux.	LUCIEN (2018)
Tremblement de terre de 2010	Catastrophe naturelle détruisant une partie importante des infrastructures urbaines.	Reconfiguration des circuits de production et de circulation ; déplacements de population ; ouverture à de nouvelles dynamiques de spéculation et d'« aide » extérieure.	ANDRADE (2016) ; SAINTÉ (2018)
Intensification des zones franches et des politiques néolibérales (1990-2024)	Adoption de politiques de libéralisation, d'incitations aux zones franches et d'intégration dans des accords commerciaux.	Consolidation des enclaves du circuit supérieur tournées vers l'extérieur, désarticulation des chaînes internes et fragilisation fiscale de l'État.	BANQUE MONDIALE ; TRADING ECONOMICS ; BRH (2012)
Escalade récente de la violence armée et contrôle des gangs	Expansion des groupes armés contrôlant les quartiers et les voies de circulation.	Formation de circuits criminels et de cercles de coopération pervers, qui remplacent ou sapent les institutions publiques et réorganisent l'utilisation du territoire.	ANDRADE (2016) ; LUCIEN (2018)

Source: Élaboré par les auteurs.

La Constitution de 1805, élaborée sous la direction de Dessalines, exprimait une vision de renforcement de l'État et de décentralisation territoriale, avec la création de divisions militaires, la construction d'écoles et de tribunaux et la promotion de l'agriculture et du commerce comme bases de la prospérité nationale. Cependant, l'assassinat de Dessalines en 1806 et la fragmentation politique qui s'ensuivit ont interrompu ce projet, ouvrant la voie à la formation de régions antagonistes, avec des projets de développement conflictuels et une urbanisation désarticulée.

Le «Code rural» de 1826, par exemple, a consolidé l'asservissement des paysans, restreignant la mobilité de la population pauvre et aggravant l'exclusion sociale.

> Le Code rural de 1826 est la plus cruelle, la plus impardonnable des erreurs ou des crimes de Boyer. Il y consacre l'asservissement des paysans, timidement amorcé en 1821 ; il interrompt la croissance économique du pays, stérilise la nation (Janvier, 2018, p. 172).

L'imposition à Haïti par la France, en 1825, d'une dette de 150 millions de francs, souvent qualifiée de «rançon de l'indépendance», constitue un tournant décisif, fréquemment interprété comme une forme précoce de néocolonialisme financier (Joachim, 1975). Le paiement de cette indemnité a drainé des ressources qui auraient pu être consacrées à la construction d'infrastructures urbaines, renforçant ainsi le conservatisme foncier et l'orientation exportatrice vers le marché extérieur. L'unification temporaire de l'île sous le gouvernement de Boyer ne s'est pas traduite par des investissements urbains cohérents ; au contraire, la nécessité d'honorer la dette a consolidé un modèle d'exploitation de la paysannerie et de négligence à l'égard de la construction d'une base urbaine et industrielle.

La question de la restitution de cette ranson, officiellement réclamée par le gouvernement de Jean-Bertrand Aristide en 2003, est restée marginalisée pendant des décennies dans le débat international. Ce n'est qu'au début de l'année 2025 que le sujet a retrouvé une plus grande visibilité. En avril 2025, pour la première fois, le président français Emmanuel Macron a publiquement reconnu l'injustice de la ranson imposée à Haïti en 1825 et ses conséquences historiques sur le développement du pays. Cependant, malgré cette reconnaissance symbolique, aucune mesure concrète de restitution financière ou de réparations coloniales n'a encore été mise en œuvre.

Au XXe siècle, l'occupation américaine (1915-1934) a reconfiguré les circuits de production et l'organisation territoriale d'Haïti, centralisant le pouvoir économique et administratif à Port-au-Prince et subordonnant le pays à des intérêts stratégiques extérieurs (Lucien, 2008). Les entreprises étrangères ont été favorisées par des concessions, tandis que les travaux d'infrastructure et les itinéraires ont été planifiés pour garantir la circulation des marchandises et des capitaux au profit de ces sociétés. Des prêts onéreux et le contrôle du système financier par les banques américaines ont encore réduit l'autonomie de l'État haïtien, limitant sa capacité à mener une politique urbaine souveraine.

Au cours des décennies suivantes, des interventions extérieures successives, des programmes d'assistance internationale et des alliances entre les élites locales et les acteurs internationaux ont généré une instabilité chronique, limité sa souveraineté et renforcé un modèle de centralisation à Port-au-Prince, sans que cela n'implique le renforcement des circuits productifs internes (Johnston, 2024). La capitale est devenue le principal nœud de circulation des marchandises, des personnes et des services, mais sans plan d'urbanisation intégrateur, ce qui a entraîné une bidonvilisation massive, une dégradation de l'environnement et une vulnérabilité croissante aux catastrophes. Le tremblement de terre de 2010 n'a fait qu'intensifier une crise déjà en cours, détruisant les infrastructures, déplaçant les populations et ouvrant la voie à de nouvelles formes d'appropriation spéculative du territoire.

Au cours de cette évolution historique, la configuration des circuits spatiaux de production et des cercles de coopération à Port-au-Prince a été continuellement façonnée par des décisions politiques qui ont privilégié l'extraction de rentes, le maintien d'élites rentières et la subordination à des intérêts extérieurs, au détriment de la construction d'une base productive diversifiée et d'une urbanisation à orientation sociale. La crise urbaine actuelle est donc indissociable de cette longue durée, au cours de laquelle le territoire est utilisé comme support à une accumulation inégale et non comme fondement d'un projet de développement national.

Fondation De La Ville De Port-Au-Prince Et Évolution Géographique

La fondation de Port-au-Prince, au milieu du XVIIIe siècle, répondait aux objectifs stratégiques de la colonisation française, combinant défense militaire, accès à la mer et facilitation du commerce extérieur. Le site choisi présentait des avantages géographiques qui permettaient l'installation d'un port et l'articulation des routes terrestres et maritimes, garantissant aux colons le contrôle des flux de sucre, de café et d'autres marchandises destinées à l'Europe (THÉODAT, 2013). Depuis son origine, la ville a donc été conçue comme un instrument d'exploitation coloniale et de contrôle du territoire environnant.

Figure 2. Localisation de la ville de Port-au-Prince

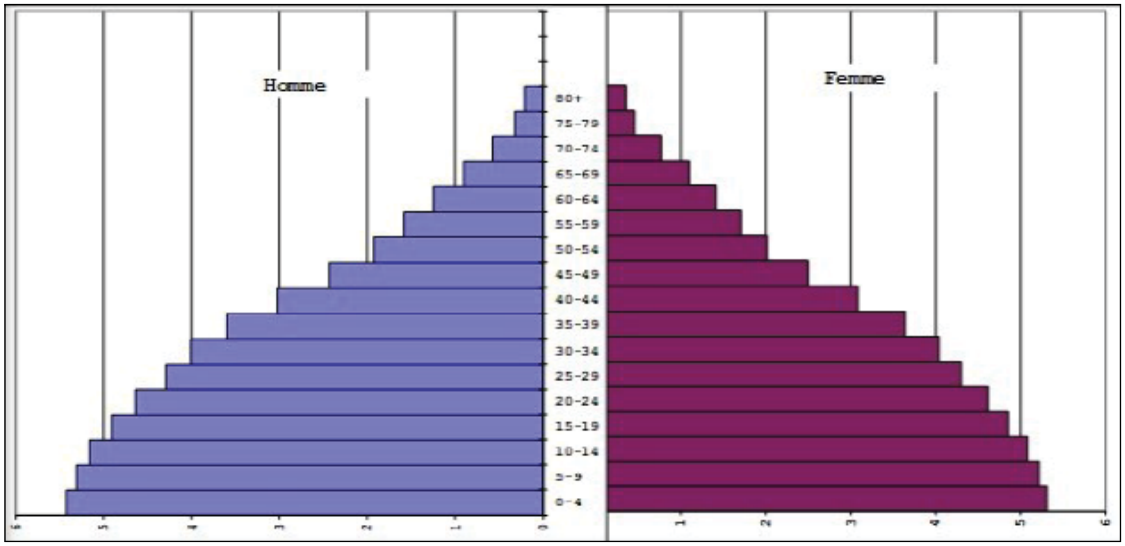
Source: Élaboré par les auteurs.

Au fil du temps, Port-au-Prince a remplacé Cap-Haïtien comme capitale, concentrant les fonctions politiques, administratives et économiques et s'imposant comme le principal centre du réseau urbain haïtien. Après l'indépendance, cette centralisation s'est maintenue, malgré un contexte d'instabilité politique et des limites à la capacité d'investissement de l'État. D'un point de vue administratif, la ville est aujourd'hui la capitale nationale du département de l'Ouest, qui fait partie d'une division territoriale comprenant dix départements (IHSI,2024).

La zone métropolitaine de Port-au-Prince comprend des communes telles que Delmas, Cité Soleil, Carrefour, Tabarre et Pétion-Ville, qui présentent des caractéristiques environnementales similaires, mais des niveaux très différents en termes de revenus, d'infrastructures et de services. En 2024, le département de l'Ouest comptait plus de 4 millions d'habitants, dont environ 2,67 millions résidaient dans la zone métropolitaine (IHSI, 2024), ce qui témoigne d'une croissance démographique continue qui exerce une pression sur l'espace urbain et les systèmes de transport, d'assainissement et de logement.

La pyramide des âges révèle une population majoritairement jeune, ce qui indique un potentiel démographique important, mais met également en évidence le risque d'augmentation du chômage et de la violence dans un contexte de faible capacité d'inclusion productive.

Figure 3. Pyramide des âges de la population d'Haiti (2024)



Source: IHSI, 2024.

La répartition de la population dans l'espace urbain est devenue encore plus inégale ces dernières années, en raison de l'avancée des gangs armés et des déplacements forcés de familles qui abandonnent les zones côtières et les quartiers traditionnels à la recherche d'une sécurité relative dans des régions plus élevées ou dans des abris de fortune. Ces mouvements renforcent la fragmentation socio-spatiale et aggravent les inégalités en matière d'accès à l'emploi, aux services et aux infrastructures, tout en introduisant de nouvelles lignes de ségrégation liées au contrôle armé des quartiers. L'apparente absence de planification cache ainsi une rationalité politique qui tolère le maintien d'un espace urbain vulnérable, propice à la reproduction de certaines logiques économiques et de domination territoriale.

En analysant à la lumière des circuits spatiaux de production et des cercles de coopération, l'évolution géographique de Port-au-Prince montre une métropole construite pour concentrer les flux et les décisions, mais sans projet de cohésion territoriale et d'intégration productive. Les échelles municipale, communale et métropolitaine révèlent une économie urbaine organisée autour d'enclaves formelles et de vastes territoires informels, dans lesquels la précarité du logement et le manque de services s'articulent à la fragilité des circuits de coopération institutionnels.

CIRCUITS SPATIAUX DE PRODUCTION ET CERCLE DE COOPÉRATION DANS LA VILLE DE PORT-AU-PRINCE

L'économie haïtienne affiche l'un des PIB par habitant les plus bas au monde, avec des crises politiques successives, des catastrophes naturelles et une fragilité institutionnelle qui compromettent sa capacité à générer de la richesse. Bien que l'on observe récemment une augmentation du PIB par habitant, qui est passé de US$ 1.411,1 en 2015 à US$ 2.981,46 en 2024 (Trading Economics,

2024), cette croissance ne s'est pas traduite par une amélioration substantielle du bien-être ou par un dynamisme économique structurel.

Port-au-Prince concentre la majeure partie des activités économiques formelles du pays, en particulier dans les secteurs des services et du commerce, mais cette centralisation s'accompagne de l'expansion d'un vaste circuit urbain inférieur.

Le centre-ville et des quartiers tels que Turgeau, Bois Verna et Bourdon, ainsi que les communes de Delmas et Pétion-Ville, constituent le cœur économique métropolitain, où se trouvent les institutions financières, les entreprises de télécommunications, les hôtels, les agences de tourisme et les sièges des grandes entreprises. Ce noyau constitue un espace fortement intégré aux flux mondiaux d'information et de capitaux, fonctionnant comme une partie du circuit supérieur de l'économie haïtienne. Dans le même temps, les activités industrielles restent limitées, technologiquement retardés et arcahïques, concentrées dans des zones franches et des parcs industriels, tels que Sonapi, situés principalement à Delmas, Cité Soleil, Tabarre et Carrefour.

Les zones franches, réglementées par des structures étatiques spécifiques et ancrées dans des accords internationaux de libre-échange, fonctionnent comme des enclaves productives orientées vers l'exportation, offrant des exonérations fiscales et des facilités douanières. L'intégration d'Haïti dans ces chaînes mondiales de production de vêtements génère toutefois peu de valeur ajoutée interne, car les produits sont destinés presque exclusivement au marché extérieur et l'État perd d'importantes recettes en raison des exonérations fiscales. En exigeant des réserves obligatoires et en offrant des taux d'intérêt préférentiels pour le financement de ces entreprises, la Banque centrale renforce une politique monétaire visant à attirer les investissements étrangers (BRH, 2012), même si cela ne se traduit pas par une diversification de la production ou un renforcement des circuits de coopération internes.

Au-delà du circuit supérieur, l'économie de la région métropolitaine est dominée par le circuit inférieur, constitué de marchés libres, de marchés informels, de commerce ambulant et de petits services, qui représentent le principal moyen de survie pour la majeure partie de la population économiquement active, estimée à environ 5,2 millions de personnes en 2024 (Banque Mondiale, 2026). Le taux de chômage élevé chez les jeunes et l'absence de politiques publiques efficaces en matière de création d'emplois et de revenus poussent de nombreux jeunes vers des activités illicites et vers l'intégration dans des réseaux de gangs armés, lorsqu'ils ne migrent pas à l'étranger. Des événements tels que le tremblement de terre de 2010 et la récente escalade de la violence armée ont reconfiguré les flux commerciaux et les espaces d'informalité, déplaçant les marchés et intensifiant l'anarchie urbaine et la précarisation des espaces publics.

Sur le plan macroéconomique, le pays présente un déficit commercial structurel, les importations étant largement supérieures aux exportations. En 2024, les importations ont atteint 440 millions de dollars américains, tandis que les exportations n'ont atteint que US$ 65 millions (Trading Economics, 2025), ce qui se traduit par un déficit commercial structurel et révèle le rôle subordonné d'Haïti dans la division internationale du travail, ainsi qu'une forte dépendance à l'égard des biens importés pour la consommation intérieure. La relation commerciale asymétrique avec la République dominicaine, caractérisée par des exportations dominicaines en hausse et des exportations haïtiennes insignifiantes, renforce cette vulnérabilité. Le contrôle territorial des ports et des frontières par les élites économiques nationales, en coordination avec des acteurs extérieurs, maintient Haïti dans une situation de vulnérabilité et facilite le développement de circuits criminels basés sur la contrebande, le trafic de drogue et le commerce de marchandises non déclarées.

Les principales familles d'entrepreneurs haïtiens – souvent citées comme exemple d'une élite économique concentrée – n'ont pas construit une base industrielle solide ni investi dans des infrastructures productives susceptibles de dynamiser les circuits internes de production et de coopération. Au contraire, elles ont agi de manière rentiste, s'appropriant les revenus fonciers, exploitant les privilèges fiscaux et, dans certains cas, entretenant des liens avec des groupes armés qui contrôlent des territoires stratégiques. Cette dynamique empêche l'émergence d'une bourgeoisie nationale engagée dans un projet de développement et renforce la prédominance d'une économie fragmentée, informelle et, dans une large mesure, prédatrice.

Ainsi, les circuits spatiaux de production et les cercles de coopération à Port-au-Prince sont déstructurés, polarisés entre des enclaves formelles orientées vers l'extérieur, un circuit inférieur de survie et des circuits criminels qui capturent des fractions du territoire et des flux économiques. La crise urbaine ne peut s'expliquer uniquement par des lacunes techniques ou des chocs exogènes, mais apparaît comme le résultat d'une architecture politique et économique qui produit et reproduit la précarité comme forme de gestion de l'espace.

CONSIDÉRATIONS FINALES

Cette recherche a analysé les crises et les défis qui entourent les circuits spatiaux de production et les cercles de coopération dans la ville de Port-au-Prince, mettant en évidence que la crise urbaine haïtienne est avant tout un phénomène politique et historiquement produit. En articulant les références de Santos, Anglade et Harvey à la trajectoire territoriale d'Haïti, il a été démontré que la configuration actuelle de la capitale résulte d'une combinaison de dette coloniale, d'occupations militaires, de néolibéralisation de l'économie et de prédominance des élites rentières.

Il a été constaté que le projet de nation esquissé par Dessalines en 1805 – qui articulait la décentralisation territoriale, le contrôle étatique des ressources naturelles et le renforcement des bases productives internes – a été interrompu par des contre-révolutions successives, ouvrant la voie à un modèle centré sur l'exportation de produits primaires, la capture des rentes foncières et la dépendance financière. L'imposition de la rançon française de 1825, l'occupation américaine et les interventions plus récentes ont approfondi la subordination extérieure, redéfinissant les circuits de production et transformant Port-au-Prince en un nœud central d'une économie déstructurée.

À l'échelle urbaine, la ville se présente comme un espace d'extrême concentration des fonctions étatiques et économiques, mais avec des circuits spatiaux de production précaires, fragmentés et soumis à de fortes assymétries. Les zones franches et les enclaves de services avancés intègrent Haïti dans les chaînes de valeur mondiales, mais sans générer de liens significatifs avec le territoire national, tandis que le circuit urbain inférieur se développe comme un mécanisme de survie au milieu de la pauvreté. L'économie criminelle, soutenue par des circuits parallèles de coopération entre les élites, les intermédiaires politiques et les gangs armés, s'approprie des portions du territoire et transforme la violence en instrument d'accumulation.

L'État haïtien, affaibli, symbolique et soumis à de multiples pressions extérieures, a perdu une grande partie de sa capacité à planifier et coordonner le développement urbain et économique, permettant ainsi à des acteurs privés, des agences internationales et des groupes armés de prendre des décisions cruciales sur l'utilisation du territoire. Cette déstructuration institutionnelle érode les cercles

de coopération publique et aggrave la désarticulation des circuits productifs, créant un environnement urbain où la précarité n'est pas un accident, mais un élément constitutif de l'ordre établi.

La situation de Port-au-Prince ne doit toutefois pas être interprétée comme une fatalité géographique ou culturelle, mais comme le résultat de choix politiques et économiques qui peuvent être remis en question. La restructuration des circuits spatiaux de production et des cercles de coopération exige une rupture avec la logique rentière et dépendante qui a guidé la formation territoriale d'Haïti, impliquant une réorientation profonde de l'État vers la souveraineté nationale, la décentralisation territoriale et la reconstruction des bases productives et institutionnelles. La solution à la crise est donc éminemment politique : elle suppose l'émergence de forces sociales et politiques capables de disputer le contrôle de l'État, de redéfinir l'utilisation du territoire et d'instaurer de nouvelles formes de coopération qui placent la vie collective et la justice socio-spatiale au centre du projet de développement.

RÉFÉRENCES

ARACRI, Luis Angelo dos Santos. Circuitos espaciais da produção, círculos de cooperação e a modernização do setor agrícola brasileiro. **Revista Tamoios**, v. 18, n. 1, p. 47-59, jan.-jun. 2022.

ANDRADE, Adriano Bittencourt. Dinâmica urbana de espaços em crise: Porto Príncipe/Haiti. **Mercator**, Fortaleza, v. 15, n. 4, p. 15-26, out.-dez. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mercator/a/trqJsSfS5HrhTKyMxKshHBG/. Acesso em: 15 fev. 2026.

ANGLADE, Georges. **Atlas critique d'Haïti**. Montréal: CIDIHCA, 2008.

ANGLADE, Georges. **L'espace haïtien.** Montréal: Presses de l'Université du Québec, 1974.

BANCO MUNDIAL. **Chomage des jeunes** (% de la population ative agee de 15-24 ans) (estimation modélisée OIT) – Haiti, 2026. Disponível em: https://donnees.banquemondiale.org/indicateur/SL.UEM.1524.ZS?locations=HT. Acesso em: 15 fev. 2026.

BANQUE DE LA RÉPUBLIQUE D'HAÏTI (BRH). **Rapport annuel 2011-2012.** Port-au-Prince: Banque de la République d'Haïti, 2012. Disponível em: https://www.brh.ht

FERREIRA, Alane; ZANOTELLI, Cláudio. **Os círculos de cooperação e o circuito espacial da produção na economia globalizada.** Vitória: EDUFES, 2020.

GOULET, Jean. **L'organisation des services urbains**: réseaux et stratégies dans les bidonvilles de Port-au-Prince. Thèse (Doctorat en Etudes Urbaines) – Université du Québec à Montréal, Montréal, 2007. Disponível em: https://archipel.uqam.ca/10011/1/D1457.pdf. Acesso em : 15 fev. 2026.

HARVEY, David. David Harvey na FAU USP – A urbanização e as crises. **PosFAUUSP**, v. 19, n. 32, p. 10-24, 2012a. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/posfau/article/download/52452/56444. Acesso em: 15 fev. 2026.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2012b.

IHSI – Institut Haïtien de Statistique et d'Informatique. **Estimations désagrégées de la population haitienne en 2024**. Delmas, Haiti: Direction des Statistiques Démographiques et Sociales (DSDS); (IHSI), jul. 2024.

JANVIER, Louis Joseph. **Les constitutions d'Haiti (1801-1885)**. London, United Kingdom: Forgotten Books, 2018.

JOACHIM, Jean. **Le sous-développement et la dépendance en Haïti.** Port-au-Prince: Éditions Caraïbes, 1975

JOHNSTON, Jake. **Aid State**: elite panic, disaster capitalism, and the battle to control Haiti. New York: St. Martin's Press, 2024.

JOSEPH, Wisnel; SILVA, Gerardo Alberto. Análise da urbanização de Porto Príncipe no Haiti e suas relações com o meio ambiente. In: XX ENANPUR 2023. **Anais**[...] Belém, 23-26 maio 2023. Disponível em: https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/08/st04-11.pdf. Acesso em: 15 fev. 2026.

LE NOUVELLISTE. **Les exportations dominicaines vers Haïti en 2024:** une relation commerciale à sens unique. Le Nouvelliste, 12 fev. 2025. Disponível em: https://lenouvelliste.com/article/253238/les-exportations-dominicaines-vers-haiti-en-2024-une-relation-commerciale-a-sens-unique. Acesso em: 15 fev. 2026.

LUCIEN. G. E. Racines historiques du désastre du 12 janvier 2010 à Port-au Prince. In: In : GOULET, J. (Ed.). **Perspectives de développement de l'aire métropolitaine de Port-au-Prince, horizon 2030 –** Programme de Recherche dans le Champ de l'Urbain FED/2015. Montréal, CA: Université du Quebec à Montreal, 2018. p. 360-478.

MILIAN, Johan; TAMRU, Bezunesh. Port-au-Prince, ville du risque? Un mythe au prisme d'une urbanisation vulnérable. **Études Caribéennes**, Ed. Université des Antilles, v. 39-40, abr.-ago. 2018. Disponível em: http://journals.openedition.org/etudescaribeennes/11464. Acesso em: 15 fev. 2026.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação no espaço. Tradução nossa do texto original "Los circuitos espaciales de la producción y los círculos de acumulación en el espacio". In: YANES, L.; LIBERALLI, A. (orgs.). **Aportes para el estudio del espacio socioeconómico**. Buenos Aires: El Colóquio, 1989.

OEA – Organização dos Estados Americanos. **Assessment of Economic Opportunities in Jérémie**. Washington, D.C.: OEA, 2013.

SAINTÉ, Guerby. O Estado e a política da urbanização: nova perspectiva para o desenvolvimento socioeconômico da cidade de Porto Príncipe. **Anais das Semanas de Geografia da Unicamp**, 2018, p. 109-117. Disponível em: https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/semanageounicamp/article/download/3418/3283. Acesso em: 15 fev. 2026.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 1996.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 1993.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1966.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 1979.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 24. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SILVA, Armando Corrêa da. **Geografia e espaço**: a crítica da geografia em tempos de globalização. São Paulo: Contexto, 2012.

THÉODAT, Jean-Marie. Port-au-Prince en sept lieues**. Outre-Terre**, v. 1, n. 35-36, p. 123-150, fev. 2013.

TRADING ECONOMICS. Haiti – GDP per capita PPP. **Trading Economics**, 2024. Disponível em: https://tradingeconomics.com/haiti/gdp-per-capita-ppp. Acesso em: 15 fev. 2026

TRADING ECONOMICS. Haiti – Exportações do Haiti. **Trading Economics**, 2025. Disponível em: https://pt.tradingeconomics.com/haiti/exports. Acesso em: 15 fev. 2026.
WORLD BANK GROUP. Haiti – Overview. **World Bank**, S.d. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/country/haiti/overview. Acesso em: 15 fev. 2026.

DOI: https://doi.org/10.18817/26755122.30.1.2026.4601

REMANESCENTES FLORESTAIS NA RAIA DIVISÓRIA SÃO PAULO-MATO GROSSO DO SUL, BRASIL: UMA ANÁLISE FITOSSOCIOLÓGICA POR MEIO DA REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DAS PIRÂMIDES DE VEGETAÇÃO

FOREST REMNANTS ON THE RAIA DIVISÓRIA SÃO PAULO-MATO GROSSO DO SUL, BRAZIL: A PHYTOSOCIOLOGICAL ANALYSIS THROUGH THE GRAPHIC REPRESENTATION OF VEGETATION PYRAMIDS

RESTOS FORESTALES EN LA RAIA DIVISÓRIA SÃO PAULO Y MATO GROSSO DO SUL, BRASIL: UN ANÁLISIS FITOSOCIOLÓGICO MEDIANTE LA REPRESENTACIÓN GRÁFICA DE PIRÁMIDES DE VEGETACIÓN

Diogo Laércio Gonçalves[1]
0000-0002-0647-6283
diogo.goncalves@unesp.br

Messias Modesto dos Passos[2]
0000-0002-0360-7612
mmpassos86@gmail.com

CIÊNCIA Geográfica
www.agbbauru.org.br
ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461
Ano XXX - Vol. XXX - (1): Janeiro/Dezembro - 2026

1 Professor Assistente Doutor, Departamento de Geografia e Planejamento, FCTE/UNESP, Ourinhos-SP. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0647-6283. E-mail: diogo.goncalves@unesp.br.
2 Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia, FCT/UNESP, Presidente Prudente - SP. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0360-7612. E-mail: mmpassos86@gmail.com.

Artigo recebido em maio de 2026 e aceito para publicação em junho de 2026.

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: O presente trabalho tem como intuito principal fazer uma análise da estrutura vertical da cobertura vegetal de alguns remanescentes florestais pela representação de modelos gráficos de pirâmides de vegetação na Raia Divisória São Paulo-Mato Grosso do Sul, Brasil, por meio de levantamentos fitossociológicos feitos ao longo da área, na transição dos biomas: Mata Atlântica-Cerrado. A metodologia inclui trabalhos de campo onde foram analisados em três lotes distintos da Raia os parâmetros de: abundância/dominância e sociabilidade de acordo com Braun-Blanquet (1951). Neste contexto, a análise da estrutura vertical da vegetação, foi realizada a partir da composição dos estratos vegetais distribuídos em quatro grupos principais: arbóreo, arbustivo, herbáceo-rasteiro. Inicialmente foram analisados dois lotes no município de Teodoro Sampaio, no Estado de São Paulo, próximo ao Parque Estadual Morro do Diabo. Posteriormente, foram feitas análises nos municípios de Rosana e Anaurilândia na transição entre os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, respectivamente. Para a identificação das espécies, utilizou-se o apoio técnico da Companhia Energética de São Paulo (CESP), que disponibilizou a equipe de mateiros que realizam trabalhos de reflorestamento e coleta de sementes para o Horto Florestal de Rosana. As informações colhidas em campo foram catalogadas na ficha biogeográfica, contando com a composição das espécies por estrato, e as informações referentes à presença de serrapilheira, o tipo de clima, solo e estrutura litológica, além dos aspectos antrópicos dentro e no entorno do lote que compõem a dinâmica deste conjunto. Por fim, os dados foram compilados por meio de representação gráfica em pirâmides de vegetação feitas no software CorelDraw, utilizando a metodologia de Bertrand (1966). A partir desta análise, pretende-se contribuir para o entendimento da estrutura da paisagem e do grau de antropização no geocomplexo em questão.

Palavras-chave: Remanescentes Florestais. Levantamentos Fitossociológicos. Pirâmides de Vegetação. Análise da Paisagem.

ABSTRACT: This study aims to analyze the vertical structure of vegetation cover in some remaining forest fragments using graphic models of vegetation pyramids in the Raia Divisória São Paulo-Mato Grosso do Sul, Brazil, through phytosociological surveys conducted along the area, in the transition zone between the Atlantic Forest and Cerrado biomes. The methodology includes fieldwork where the parameters of abundance/dominance and sociability, according to Braun-Blanquet (1951), were analyzed in three distinct plots of the border region. In this context, the analysis of the vertical structure of the vegetation was carried out based on the composition of the vegetation strata distributed in f main groups: arboreal, shrubby, and herbaceous-creeping. Initially, two plots were analyzed in the municipality of Teodoro Sampaio, in the State of São Paulo, near the Morro do Diabo State Park. Subsequently, analyses were carried out in the municipalities of Rosana and Anaurilândia, in the transition zone between the states of São Paulo and Mato Grosso do Sul, respectively. For species identification, technical support was provided by the São Paulo Energy Company (CESP), which offered a team of foresters who carry out reforestation and seed collection work for the Rosana Forest Nursery. The information gathered in the field was cataloged in a biogeographical record, including the species composition by stratum, and information regarding the presence of leaf litter, climate type, soil and lithological structure, as well as anthropogenic aspects within and around the plot that make up the dynamics of this area. Finally, the data were compiled through graphic representation in vegetation pyramids made in CorelDraw software, using the methodology of Bertrand (1966). From

this analysis, it is intended to contribute to the understanding of the landscape structure and the degree of anthropization in the geocomplex in question.

Keywords: Forest Remnants, Phytosociological Surveys, Vegetation Pyramids, Landscape Analysis.

RESUMEN: Este estudio tiene como objetivo analizar la estructura vertical de la cubierta vegetal en algunos fragmentos de bosque remanentes utilizando modelos gráficos de pirámides de vegetación en la Raia Divisória São Paulo-Mato Grosso do Sul, Brasil, através de muestreos fitosociológicos realizados a lo largo del área, en la zona de transición entre los biomas de Bosque Atlántico y Cerrado. La metodología incluye trabajo de campo donde los parámetros de abundancia/dominancia y sociabilidad, según Braun-Blanquet (1951), fueron analizados en tres parcelas distintas de la región fronteriza. En este contexto, el análisis de la estructura vertical de la vegetación se llevó a cabo con base en la composición de los estratos de vegetación distribuidos en cuatro grupos principales: arbóreo, arbustivo y herbáceo-rastrero. Inicialmente, se analizaron dos parcelas en el municipio de Teodoro Sampaio, en el estado de São Paulo, cerca del Parque Estatal Morro do Diabo. Posteriormente, se realizaron análisis en los municipios de Rosana y Anaurilândia, en la zona de transición entre los estados de São Paulo y Mato Grosso do Sul, respectivamente. Para la identificación de especies, se contó con el apoyo técnico de la Compañía de Energía de São Paulo (CESP), que proporcionó un equipo de silvicultores que realizan trabajos de reforestación y recolección de semillas para el Vivero Forestal de Rosana. La información recopilada en el campo se catalogó en un registro biogeográfico, que incluye la composición de especies por estrato, información sobre la presencia de hojarasca, tipo de clima, estructura edáfica y litológica, así como aspectos antropogénicos dentro y alrededor de la parcela que conforman la dinámica de esta área. Finalmente, los datos se compilaron mediante representación gráfica en pirámides de vegetación realizadas con el software CorelDraw, utilizando la metodología de Bertrand (1966). A partir de este análisis, se pretende contribuir a la comprensión de la estructura del paisaje y el grado de antropización en el geocomplejo en cuestión.

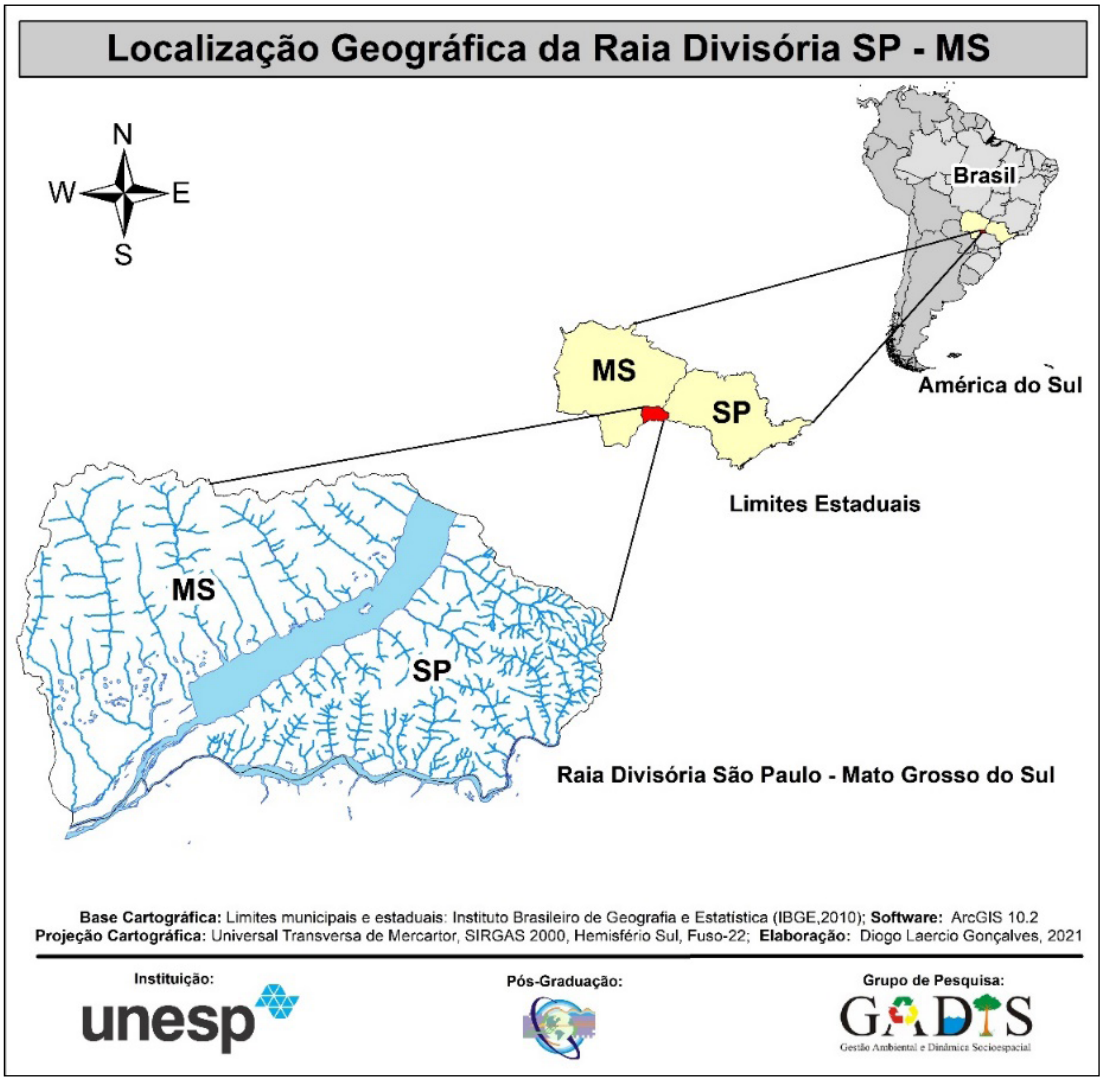
Palabras clave: Restos forestales. estudios fitossociológicos. Pirámides de vegetación. Análisis del paisaje.

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A produção do espaço geográfico e a transformação da paisagem caminham juntos ao longo da história. Não obstante, a ação antrópica acelera estes impactos sobre o ambiente natural, mudando estes cenários ao introduzir suas culturas, áreas urbanas, grandes obras da engenharia moderna etc. Neste ínterim, as paisagens naturais são lentamente "sufocadas" e "isoladas" pelo "desenvolvimento" da sociedade, restringindo-se em apenas alguns enclaves fragmentados.

Geograficamente, a área da Raia Divisória (Figura 1) está localizada em uma faixa de transição de dois grandes domínios morfoclimáticos brasileiros, sendo estes: Mares de Morro e Cerrado. Esta proposta de classificação feita por Ab'Saber (2003) leva em consideração que a fisionomia das paisagens é o resultado direto da interação entre os elementos naturais, em especial: o clima, o relevo e a vegetação (ou seja, a soma dos elementos bióticos e abióticos), em consonância com a proposta do modelo geossistêmico de Sochava, adaptado posteriormente por Bertrand (1968). Sendo assim, as formações vegetais e sua distribuição são os resultados diretos destas interações.

Figura 1. Localização da Raia Divisória SP-MS



Fonte: Gonçalves (2020)

Todavia, levando em consideração apenas os fatores bióticos, especialmente as formações vegetais, utilizaremos a classificação mais usual dos biomas brasileiros proposta pelo IBGE, na qual a área de Raia é caracterizada pela presença de dois biomas: Mata Atlântica e Cerrado. A Mata Atlântica caracteriza-se como o terceiro maior bioma do território brasileiro, ocupando cerca de 13% do território nacional entre a costa leste sudeste e sul do país, além do leste do Paraguai e nordeste da Argentina na bacia do Prata. Sua distribuição abriga as totalidades das porções paulista e paranaense, além de parte expressiva do território sul-mato-grossense, sendo o bioma mais expressivo desta região.

Por se tratar de uma área de Mata Atlântica de Interior, apresenta como principal fitofisionomia as Florestas Estacionais Semideciduais. Este tipo de floresta anteriormente classificada como Tropical Subcaducifólia, tem como principal conceito ecológico a ocorrência de clima estacional que determina a semideciduidade da folhagem da cobertura florestal (IBGE, 2012).

Na planície do leito regular do rio Paraná no Mato Grosso do Sul, a presença de sistemas edáficos de primeira ocupação caracterizado pelas Formações Pioneiras com Influência Fluvial e/ou Lacustre (Pa). Este tipo de vegetação ocupa áreas rejuvenescidas de recente deposição aluvial em áreas de

planícies (IBGE, 2012). De acordo com o IBGE (2012), esta designação genérica aplica-se a qualquer área de planície, uma vez que a vegetação que ocupa uma área de solo constantemente rejuvenescido, nem sempre indica que está a caminho da sucessão para o clímax da região ao seu redor.

A transição da Mata Atlântica para o Cerrado é marcada pela presença peculiar de uma vegetação que congrega espécies de ambos os biomas. Ab'Saber (2003), ao analisar os grandes domínios brasileiros destaca que as áreas transicionais agrupam as características entre estes, afetando a distribuição da vegetação, os tipos de solo e sua distribuição e, até mesmo, as feições do relevo regional. Já para o IBGE (2012), as faixas transicionais constituem-se em áreas de tensão ecológica onde as floras se interpenetram formando transições florísticas ou contatos edáficos.

As áreas restritas pela classificação da vegetação brasileira ao bioma do Cerrado, figuram-se apenas na porção sul-mato-grossense. Conhecido popularmente como a Savana Brasileira, o Cerrado é o segundo principal bioma do país atingindo boa parte do Brasil Central além de algumas áreas da Região Sul, Sudeste e Nordeste do país, caracterizando-se por vegetação xeromorfa que ocorre sob distintos tipos de clima (IBGE,2012). Na Raia Divisória, o Cerrado apresenta dois subgrupos, sendo Savana Florestada ou Cerradão (Sd), ou Savana Arborizada (Sa).

Dos fragmentos florestais remanescentes na Raia Divisória, as porções de Savana Floresta (Sd) são mais expressivas, sendo fisionomicamente confundida com as Florestas Estacionais, especialmente pelo fato do contato próximo com o bioma da Mata Atlântica, apresentando sinúsias lenhosas de meso e microfanerófitos com altura média superando a faixa dos 10 metros (IBGE, 2012).

Para este trabalho, considerando este mosaico paisagístico formado por diversos geocomplexos que constituem a área delimitada, chamaremos de Raia Divisória, a porção bem delimitada envolvendo: parte do sudoeste do estado de São Paulo e do sudeste do estado do Mato Grosso do Sul, formada por um conjunto de bacias hidrográficas no alto curso do rio, tendo como epicentro os municípios de Rosana no Estado de São Paulo e de Anaurilândia no Mato Grosso do Sul, devido sua localização geográfica na qual se constitui numa região de contato imediato entre os dois estados.

O intuito principal é fazer uma análise da estrutura vertical da cobertura vegetal de alguns remanescentes florestais pela representação de modelos gráficos de pirâmides de vegetação na Raia Divisória São Paulo-Mato Grosso do Sul, Brasil, por meio de levantamentos fitossociológicos feitos ao longo da área, na transição dos biomas: Mata Atlântica-Cerrado. Estes resultados fazem parte de uma pesquisa de doutorado intitulada: Políticas Ambientais na Raia Divisória SP-PR-MS: estudo das áreas potenciais para a criação de corredores ecológicos[3].

REFERENCIAL TEÓRICO

Do ponto de vista geográfico, o estudo da vegetação remonta desde os primórdios da ciência, nas análises realizadas nas expedições de Alexander Von Humboldt. Entretanto, foi através da Geomorfologia Climática ou bioclimática na França, que estes estudos ganharam maior destaque na ciência geográfica. O estudo da interação solo e vegetação, juntamente com a dos seres vivos (fauna), conduziram a geografia física a criação de uma nova disciplina específica, intitulada *biogeografia*.

No tocante à ecologia, o conjunto flora-fauna é denominado *biocenose,* enquanto os elementos abióticos, representam o *biótopo***.** As comunidades superiores, notadamente representadas pelas grandes formações vegetais, recebe a alcunha de *bioma***.** Tansley (1934), por sua vez, analisa a composição

do meio biótico e abiótico como componentes de um sistema, denominando-o de *ecossistema*. Para o autor, a vegetação representa um elemento de importância primária dentro do organismo-complexo ou bioma. Este peso se impõe à medida que consideramos a dependência completa direta ou indireta da fauna sobre as plantas. Isto não quer dizer que os animais não possam ter efeitos importantes sobre à vegetação, uma vez que estes podem alterar sua estrutura primária.

Para a geografia, a combinação dos elementos da paisagem envolve, concomitantemente, os fatores de origem natural subdivididos em: potencial ecológico (clima, relevo, hidrografia) e exploração biológica (vegetação, solo, fauna), além dos fatores de origem antrópica (uso do solo, retirada/modificação da cobertura vegetal original e etc.), formando assim um grande complexo biogeográfico (Elhai, 1968), ou geossistema (Sochava, 1977 ou Bertrand, 1968).

Dentro dos componentes do geossistema, a vegetação se destaca como elemento primordial. Bertrand (1966), cita que a vegetação representa muito mais do que uma simples "cobertura protetora" do solo ao analisar a relação vegetação-erosão, representa múltiplos aspectos mais ou menos instáveis, que nos permite uma investigação botânica, florística ou ecológica mais complexa.

Já para Lacoste e Salanon (1969), vegetação serve como um sensor que nos adverte sobre as mudanças em determinado geossistema permitindo a partir da sua fisionomia a composição florística além do reconhecimento de áreas cujo caracteres de povoamento e condições ecológicas são praticamente homogêneas. Neste contexto, podemos influir que a dinâmica da paisagem não deve ser compreendida sem a evolução histórica das formações vegetais.

Destarte, a composição florística de uma comunidade vegetal geralmente se associa às características climáticas, aos solos e aos sistemas hidrográficos regionais. Além disso, partir do estudo da comunidade vegetal podem ser extraídas diversas conclusões sobre o habitat e desenvolvimento e ocorrência de determinadas espécies da fauna. De acordo com Braun-Blanquet, (1951 (1979), p.3):

> Las comunidades vegetales están fijas en un determinado lugar y ello las convierte em el marco natural de las biocenosis compuestas por plantas y animales. Los animales están menos ligados a un determinado lugar y dependen, por tanto, menos de las influencias del medio ambiente que la vegetación, la cual abandonada a sí misma va siguiendo unas tendencias de desarrollo determinadas por el clima que la aproximan progresivamente a una comunidad final determinada por el clima (tendencia a la clímax). El hecho de que la vida animal dependa directa o indirectamente de la vegetal hace que los animales y sus comunidades deban acomodarse dentro de lo posible em el marco fijo de las comunidades vegetales que les proporcionan protección y alimento (Braun-Blanquet, 1951 (1979) p. 3).

Desta maneira, para o estudo da estrutura das comunidades vegetais, recorremos ao ramo da biossociologia, conhecida como *sociologia vegetal* ou *fitossociologia.* Este ramo se caracteriza pela descrição e classificação das comunidades vegetais e da estrutura vertical da vegetação de acordo com sua estratificação e demais critérios da composição florística representados pelos parâmetros de: abundância/dominância e sociabilidade. Os dois primeiros indicam a equivalência do grau de superfície coberta pelas plantas, enquanto o último indica o grau de agrupamento das plantas. (Braun-Blanquet, 1951; Passos, 2003).

Passos (2003) salienta que dentro do estudo paisagem, a vegetação se traduz em componente indispensável, sendo um dos fatores chave para a compreensão da ação antrópica, uma vez que estas são as mais atingidas ao serem suprimidas para dar lugar a atividades agropecuárias (pastagem e agricultura).

Lacoste e Salanon (1969) advertem que a vegetação atua como uma espécie de sensor indicando possíveis mudanças de determinado geossistema a partir da análise de sua fisionomia e composição florística, reconhecendo as áreas cujo caracteres de povoamento e condições ecológicas são relativamente homogêneas.

Uma das formas de se representar a vegetação por meio dos levantamentos fitossociológicos é a construção de pirâmides de vegetação (Bertrand, 1966). Trata-se de um gráfico estrutural e dinâmico que leva em consideração os aspectos fisionômicos: altura, densidade, estratificação e composição florística, bem como os aspectos dinâmicos como o estado de equilíbrio e o senso de evolução. Desta forma, esta representação simples e didática, permite à título de comparação avaliar as formações vegetais em determinados geocomplexos e mosaicos de paisagem.

Para Bertrand (1966 p. 136):

> La pyramide de végétation donne de la formation végétale une image, certes grossière, mais cependant significative. A la fois structurale et dynamique, elle facilite grandement les comparaisons d'une formation à l'autre. En dépit de sa conception rudimentaire, elle permet de mieux définir le complexe géographique dans lequel s'insère la formation végétale et de déboucher sur des explications synécologiques au sens le plus large de ce terme. (Bertrand, 1966 p. 136)

A fitossociologia fornece tanto para a ecologia como para a geografia por meio da biogeografia ferramentas importantes do ponto de vista teórico-metodológico, através de práticas de campo e modelos gráficos (a exemplo das pirâmides de vegetação) que contribuem para o entendimento da estrutura da paisagem e do grau de antropização no meio ambiente em questão. Destarte, a análise interdisciplinar entre as ciências do ramo natural e social tem sido o ponto de convergência frente à gama de fatores evidenciados nos últimos anos sob a égide do paradigma ambiental.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método fitossociológico, constitui-se em algumas etapas fundamentais caracterizadas por: o reconhecimento prévio da composição do geocomplexo em estudo (solo, rocha-mãe, clima, relevo e etc.) através de mapas, imagens orbitais ou aerofotografias; o inventário das comunidades (distribuição das espécies, abundância-dominância e sociabilidade, composição dos estratos vegetais); o grau de interferência/influência antrópica no lote analisado e a sistematização dos dados em fichas de campo, que posteriormente podem ser transformadas em modelos gráficos como as pirâmides de vegetação.

A estratificação vegetal é importante para a definir a distribuição das espécies catalogadas na ficha de campo, uma vez que cada estrato pode representar classes de vegetação distintas (Braun-Blanquet, 1951). Desta forma, considera-se no plano vertical os estratos vegetais distribuídos em quatro grupos principais denominados: *arbóreo, arbustivo, herbáceo* e *muscinal* (musgos). Em determinados casos, estes grupos superiores podem ser subdivididos em unidades menores (ex: arbóreo inferior ou arborescente, subarbustivo, herbáceo-rasteiro etc.). Para estabelecer o grau de superfície coberta pelas plantas, utiliza-se dois índices combinados: o primeiro diz respeito a cada espécie que se encontra em um número mais ou menos elevados de indivíduos o que lhe confere uma determinada densidade (*abundância*), já o segundo é como estes mesmos indivíduos ocupam esta superfície (*dominância*). A partir disto, temos uma escala global proposta por Braun-Blanquet

(1951), que estima os níveis de abundância/dominância e de sociabilidade sendo estes representados nos Quadros 1 e 2.

Quadro 1. Percentuais de abundância/dominância

Abundância/ Dominância	
+	planta esparsa com um valor de cobertura muito pequeno (raros exemplares)
1	abundante, mas com um baixo valor de cobertura (não superando 10%)
2	muito abundante, mas com baixa cobertura (entre 10% a 25%)
3	cobrindo entre 25% a 50%
4	cobrindo entre 50% a 75%
5	cobrindo acima de 75%

Fonte: Braun-Blanquet (1951), Lacoste e Salanon (1973) e Passos (2003). Elaboração: Diogo Laércio Gonçalves (2020)

Quadro 2. Relações de Sociabilidade

Sociabilidade	
+	Planta rara ou isolada
1	Indivíduos isolados
2	Agrupados em 2 ou 3
3	Crescimento em grupos
4	Crescimento em pequenas colônias; manchas densas pouco extensas.
5	População contínua; manchas densas

Fonte: Braun-Blanquet (1951), Lacoste e Salanon (1973) e Passos (2003). Elaboração: Diogo Laércio Gonçalves (2020)

De acordo com o autor, o cálculo estimado do grau de cobertura das espécies pelo conjunto abundância-dominância, fornece dados importantes do ponto de vista fitossociológico, haja visto que determinadas espécies influenciam no grau de disponibilidade de água de acordo com a superfície coberta influenciando por exemplo no efeito *splash* e protegendo o solo da precipitação.

A preparação para os levantamentos, consiste na escolha prévia das áreas indicadas por meio de imagens de satélite atuais. Com a coleta das coordenadas de cada local escolhido, é feita a validação em campo e a descrição da composição florística presente nos lotes analisados. No campo, os lotes são escolhidos de acordo com a disponibilidade de acesso, principalmente no caso de áreas privadas. Seguindo a metodologia de Bertrand (1966), escolhe-se um terreno que represente o estado médio da formação vegetal em estudo delimitando um raio de 10 metros dentro do lote.

Para a identificação das espécies em campo, contamos com o apoio de dois mateiros que prestavam serviços à Companhia Energética de São Paulo (CESP) dentro do Viveiro de Mudas de Porto Primavera, na coleta de sementes de dois Bancos Ativos de Germoplasma, criados pela CESP para o reflorestamento de áreas na região, como medida compensatória a construção da hidrelétrica, com espécies de Cerrado e Mata Atlântica.

A identificação e classificação das espécies, é registrada na ficha biogeográfica, que estima os níveis de abundância/dominância e de sociabilidade dos Quadros 1 e 2. Com o preenchimento das informações em campo por meio da ficha biogeográfica, utilizou-se a metodologia descrita em Bertrand (1966) que consiste na elaboração de um modelo de representação para os dados de abundância/dominância e sociabilidade, através da construção de pirâmides de vegetação.

Trata-se de um gráfico estrutural e dinâmico que leva em consideração os aspectos fisionômicos: altura, densidade, estratificação e composição florística, bem como os aspectos dinâmicos como o estado de equilíbrio e o senso de evolução. Desta forma, esta representação simples e didática, permite à título de comparação avaliar as formações vegetais em determinados geocomplexos e mosaicos de paisagem.

A representação da pirâmide de vegetação também deve incluir outros componentes do geossistema, tais como a litologia da área e o tipo de solo, além de possíveis inclinações em decorrência da estrutura do relevo local. Soma-se a isto, a ficha biogeográfica de análise (onde são estabelecidas as porcentagens de abundância/dominância e relações de sociabilidade, destacadas anteriormente) a análise da ação antrópica dentro e/ou no entorno do lote levantado.

Sua construção é composta por três etapas: a primeira é a criação da base onde serão inseridas as representações do perfil vertical e estrutura litológica do terreno além do solo e espessura da camada orgânica de húmus ou serrapilheira. Em seguida, é elaborado a composição dos estratos seguindo a ordem presente na ficha biogeográfica do menor para o maior. A espessura do estrato é definida a partir dos níveis de Abundância/Dominância de cada estrato, já a cor representante indica a Sociabilidade de cada estrato.

No final, insere-se as informações gerais do lote baseadas na cartografia temática da área de estudo já levantada, tais como: litologia, solo, clima, geomorfologia, inclinação do terreno, altitude, domínio bioclimático, coordenadas geográficas, além de imagem de satélite da área para a visualização aérea do lote em geral. A construção gráfica de todas as etapas foi realizada no *software Corel Draw*, específico para desenho vetorial.

Ao todo foram analisados três lotes nos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, sendo dois próximos ao Parque Estadual Morro do Diabo, um na margem paulista e outro na margem sul-mato-grossense do reservatório da UHE Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera). Para a identificação das espécies em campo, contamos com o apoio de dois mateiros que prestavam serviços a Companhia Energética de São Paulo (CESP) dentro do Viveiro de Mudas de Porto Primavera, na coleta de sementes de dois Bancos Ativos de Germoplasma, criados pela CESP para o reflorestamento de áreas na região, como medida compensatória a construção da hidrelétrica, com espécies de Cerrado e Mata Atlântica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A sequência de levantamentos fitossociológicos é fruto de trabalhos de campo realizados em pontos distintos da Raia Divisória. Procurou-se elencar neste sentido, aspectos distintos da vegetação raiana representados nas observações de campo através da análise da estrutura vertical da vegetação em fichas biogeográficas e pirâmides de vegetação.

O primeiro lote foi registrado em uma área de Formação Pioneira com influência fluvial e/ou lacustre em área de várzea do rio Paranapanema no município de Teodoro Sampaio-SP próximo ao Parque Estadual Morro do Diabo, mas especificamente na área de exploração de argila da Cerâmica

Vera Cruz. Como comentado anteriormente, esta região da Raia abriga tanto do lado paulista como no paranaense, extensas áreas de exploração de argila dada pela presença expressiva de Argissolos Vermelho-Amarelo Eutrófico (PVAe). A Cerâmica Vera Cruz, por sua vez, é apenas uma das cerâmicas presentes no município de Teodoro Sampaio, além das outras presentes no lado paranaense nos municípios de Jardim Olinda, Paranapoema e Inajá.

Por se tratar de uma área de exploração de argila, a ação antrópica tanto na área como no entorno é constante. Há uma estrada carreadora dentro do lote, provavelmente fruto de uma área aterrada para atingir outros pontos de exploração de argila ao longo dos alagados de várzea formados pela dinâmica do rio Paranapanema. Ademais, notou-se a presença de barcos, áreas de queimadas (fogueiras) e lixo próximas à beira do rio, provavelmente pela ação de pescadores ou banhistas no entorno, onde há uma pousada que recebe turistas frequentemente (Pousada Pouso da Garça).

A altitude no ponto é próxima à cota do rio Paranapanema neste trecho, com 254 metros. Ressalta-se que neste ponto o Paranapanema possui um dos poucos trechos de leito regular na Raia estando à jusante da UHE Taquaruçu. De maneira geral, a composição florística do lote apresenta pouca diversidade de espécies distribuídas apenas nos estratos: herbáceo-rasteiro, subarbustivo e arbustivo. Trata-se de uma vegetação primária típica de terrenos recentes com constante influência fluvial e/ou lacustre, especialmente pelo dinâmica sazonal do rio Paranapanema.

Devido à ausência dos estratos arborescente e arbóreo, não há a ocorrência de húmus (serrapilheira) no lote. Além disso, dado o grau de antropização no lote, a vegetação apresenta-se de forma ruderal. A maior diversidade de espécies é dada pelo estrato herbáceo-rasteiro, especialmente pela presença do *Brachiaria* (Capim Brachiaria) e *Eichhornia crassipes* (Aguapé), cobrindo entre 10 a 25% do lote, com crescimento em grupos, pequenas colônias ou manchas densas pouco extensas, encontrando-se em progressão (Figura 2).

Figura 2. Mosaico de imagens da estrutura interna e arredores do lote nº 01. (A) Área da Cerâmica Vera Cruz com depósito de lenhas ao lado. (B) Trecho de várzea onde o rio Paranapanema adentra formando pequena lagoa. (C) Estrada carreadora em área de aterro da Cerâmica Vera Cruz. (D) Visão geral do lote.

Fonte: Acervo dos autores.

O estrato subarbustivo, também apresenta características parecidas com o anterior, destacando-se pela presença expressiva de espécies como: *Indigofera tinctoria* (Anil) e *Panicum maximum* (Capim Colonião). A sociabilidade do estrato é marcada pelo crescimento em grupos, população contínua e manchas densas. Já a abundância/dominância no lote tem a mesma representatividade do estrato herbáceo-rasteiro (entre 10 a 25%).

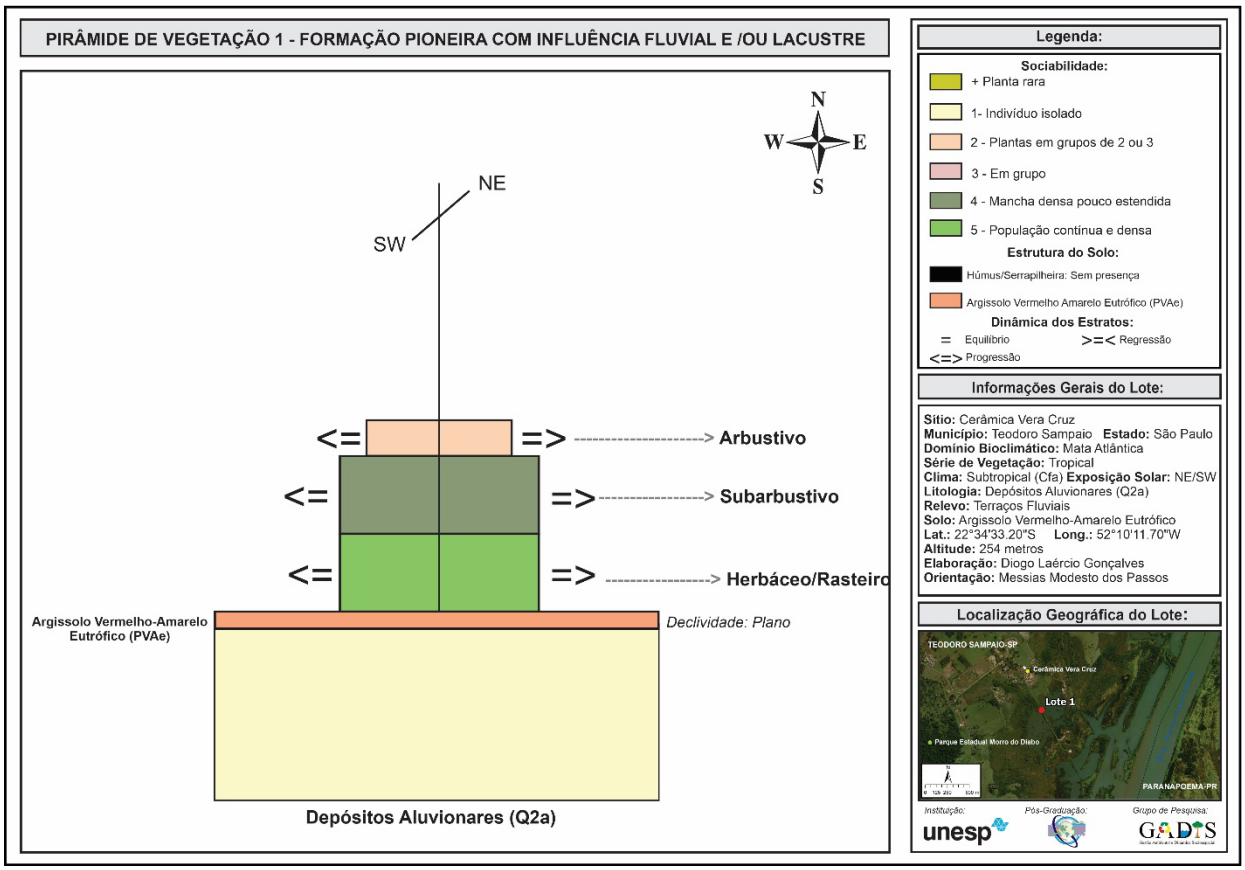
No estrato arbustivo, temos a menor diversidade florística com apenas três espécies catalogadas, sendo estas: *Melia azedarach* (Santa Bárbara), *Peschiera fuchsiaefoila* (Leiteiro) e *Trema micrantha* (Candiúva). A abundância/dominância do estrato não representa mais do que 10% em relação ao lote, enquanto a sociabilidade é marcada por indivíduos isolados não ultrapassando 5 metros de altura. Apresentaremos a seguir, a distribuição das espécies por estrato catalogadas na ficha biogeográfica (Quadro 3) e pela representação por meio de pirâmide de vegetação (Figura 3)

Quadro 3. Ficha Biogeográfica do lote nº 1.

FICHA BIOGEOGRÁFICA					**Lote Nº 01**
Formação: Formação Pioneira com influência fluvial e/ou lacustre	**Domínio Bioclimático:** Mata Atlântica				
Sítio: Cerâmica Vera Cruz	**Série de Vegetação**: Tropical				
Município: Teodoro Sampaio/SP	**Coordenadas Geográficas:**				
	Lat.: 22°34'33.20"S		**Long.:** 52°10'11.70"W		
Espécies Vegetais por: Estratos:	**Nº de indivíduos**	**Altitude (m) Aprox.:**	**Espécies :**		**Estratos**
			A/D	**S**	**A/D**
Arbóreo: (> 10 metros)					
Ausência deste estrato					
Arborescente: (6 a 10 metros)					
Ausência deste estrato					
Arbustivo: (3 a 6 metros)					
Melia azedarach (Santa Bárbara)	3	5 m	1	1	**<=1=> Progressão**
Peschiera fuchsiaefoila (Leiteiro)	5	5 m	1	1	
Trema micrantha (Candiúva)	1	4 m	+	+	
Subarbustivo: (1 a 3 metros)					
Psidium guajava (Goiaba)	10	3 m	3	3	**<= 2 => Progressão**
Indigofera tinctoria (Anil)	40	2,5 m	1	5	
Panicum maximum (Capim Colonião)	40	2,5 m	1	5	
Herbáceo-rasteiro: (0,5 cm a 1 metro)					
Brachiaria (Capim Brachiaria)	Indeterminado	30 cm	4	4	**<=2=> Progressão**
Eichhornia crassipes (Aguapé)	Indeterminado	30 cm	3	3	
Vernonia polysphaera (Assa-peixe)	3	1 m	+	1	
Indigofera tinctoria (Anil)	10	1 m	1	2	
FATORES BIOGEOGRÁFICOS:					
Húmus/Serrapilheira: Solo sem presença de serrapilheira					
Altitude: 254 metros	**Declividade:** Plano		**Exposição Solar:** NE/SW		
Clima: Tropical Brasil Central Subquente Úmido	**Precipitação média anual**: 1400 a 1500 mm				
Rocha-Mãe: Depósitos Aluvionares (Q2a)	**Solo:** Argissolo Vermelho-Amarelo Eutrófico (PVAe)				**Erosão:** Não
Ação Antrópica: Presença de carreador (estrada), área de retirada de argila por parte das cerâmicas da região. Notou-se a presença de barcos e áreas de queimadas (fogueiras) e lixo próximas à beira do rio, provavelmente pela ação de pescadores locais. A própria formação vegetal dá indícios de antropização. Área provavelmente aterrada pelas cerâmicas.					
Dinâmica de Conjunto: O lote apresenta uma competição entre as espécies, especialmente nos estratos rasteiro e subarbustivo. A presença de um carreador (estrada) é um segmentador do lote. Pelas características do local, trata-se provavelmente de uma área aterrada. Dado o grau de antropização no lote, a vegetação apresenta-se de forma ruderal.					

Fonte: Organizado pelos autores.

Figura 3. Pirâmide de Vegetação do lote nº 1.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Os dois próximos lotes, foram analisados em áreas de reflorestamento da CESP em medida compensatória pela instalação da UHE Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera) em pontos distintos do vale do rio Paraná. O primeiro está situado no Estado do Mato Grosso do Sul no município de Anaurilândia, enquanto o segundo, na porção paulista, no município de Rosana. Em cada uma das localidades, a CESP por meio da sua equipe de Meio Ambiente implementou junto a área de reflorestamento, um Banco Ativo de Germoplasma (BAG) (Figura 4), como parte do Programa de Conservação da Flora.

A coleta de sementes para a composição do BAG foi realizada nos anos de 1998 e 1999 meses antes do enchimento do lago em áreas que seriam posteriormente submersas, tanto do Mato Grosso do Sul como de São Paulo. De acordo com os dados fornecidos pela CESP, no total foram coletadas 30 progênies de cada espécie, distribuídas em blocos casualizados de 8 plantas por parcela, repetidas por três vezes, o que somados significam 720 árvores de cada espécie.

Figura 4. Mosaico de imagens dos BAG's nos arredores dos lotes nº 03 (MS) e 04 (SP). (A) Placa indicativa do BAG MS. (B) Colheita de sementes no BAG MS. (C) Placa indicativa do BAG SP. (D) Colheita de sementes no BAG SP

Fonte: Acervo dos autores.

No tocante à diversidade florística de cada BAG, o lado paulista é composto por 32 espécies distribuídas em 21,6 hectares, sendo formado em novembro de 2000, com espécies de Mata Atlântica, enquanto o lado sul-mato-grossense possui 31 espécies (anteriormente 33), em uma área de 18 hectares, sendo formado em setembro de 2001 e contendo espécies tanto da Mata Atlântica quanto do Cerrado, como podemos observar no Quadro 4.

O lote nº 02 fica ao lado do BAG Sul-mato-grossense, sendo uma área de reflorestamento iniciada em 2001 pela CESP. A área em questão é de acesso restrito e sua entrada é condicionada ao acompanhamento da equipe da CESP que realiza semanalmente a coleta de sementes no BAG ao lado, encaminhando para a equipe do Centro de Produção de Mudas (Horto Florestal), localizado no distrito de Primavera em Rosana. Próximo à única estrada que conduz ao acesso do lote, existe uma propriedade rural cuja principal atividade é a pecuária extensiva e, portanto, o uso da terra é destinado predominantemente à pastagem.

Quadro 4. Espécies de reflorestamento dos BAGs da área de entorno da UHE Engenheiro Sérgio Motta

BAG – SÃO PAULO		**BAG – MATO GROSSO DO SUL**	
Espécies		**Espécies**	
1.	*Anadenanthera colubrina (*Angico)	1.	*Cydonia oblonga* (Marmelo)
2.	*Astronium graveolens* (Guaritá)	2.	*Annona crassiflora* (Marolo)
3.	*Cariniana estrellensis* (Jequitibá branco)	3.	*Apuleia leiocarpa* (Garapa)
4.	*Cedrella fissilis* (Cedro)	4.	*Balfourodendron riedelianum* (Guatambu)
5.	*Cedrela odorata (*Cedro-do-brejo)	5.	*Astronium fraxinifolium* (Gonçalo-alves)
6.	*Pouteria torta* (Grão de galo)	6.	*Platonia insignis* (Bacuri)
7.	*Enterolobium Contortisiliquum* (Tamboril)	7.	*Campomanesia xanthocarpa* (Gabiroba)
8.	*Eugenia uniflora* (Pitanga)	8.	*Eugenia robustovenosa* (Araça-grande)
9.	*Ficus insipida* (Figueira-branca)	9.	*Dillenia indica* (Maça-de- pacu)
10.	*Gallesia integrifolia* (Pau d'alho)	10.	*Cupania vernalis* (Camboatã)
11.	*Genipa americana* (Jenipapo)	11.	*Dipteryx alata* (Baru)
12.	*Helietta apiculata* (Osso de burro)	12.	*Eriotheca pubescens* (Paineira-do- cerrado)
13.	*Rumex acetosa* (Azedinha)	13.	*Myrcia rostrata* (Guamirim)
14.	*Hymenaea courbaril* (Jatobá)	14.	*Gochnatia polymorpha* (Candeia)
15.	*Inga laurina* (Ingá-miúdo)	15.	*Hancornia speciosa* (Mangaba)
16.	*Inga cinnamomea* (Ingá-açu)	16.	*Jacaranda Cuspidifolia* (Jacaranda-caroba)
17.	*Luehea candicans* (Açoita cavalo)	17.	*Mabea fistulifera* (Canudo-de-pito)
18.	*Maclura tinctoria* (Taiúva)	18.	*Machaerium paraguariense* (Cateretê)
19.	*Myracrodruon urundeuva* (Aroeira)	19.	*Machaerium stipitatum* (Sapuva)
20.	*Myrocarpus frondosus* (Cabreúva)	20.	*Pouteria caimito* (Abio)
21.	*Ormosia arborea* (Olho-de-cabra)	21.	*Psidium guineense* (Araçá-mirim)
22.	*Patagonula americana* (Guajuvira)	22.	*Qualea parviflora* (Pau-terra)
23.	*Psidium cattleianum* (Araça)	23.	*Palicourea marcgravii* (Cafezinho)
24.	*Platypodium elegans* (Jacarandá do campo)	24.	*Ximenia americana* (Limãozinho)
25.	*Garcinia gardneriana* (Bacupari)	25.	*Solanum lycocarpum* (Lobeira)
26.	*Ruprechtia laxiflora* (Ruprechia)	26.	*Jatrofa Multifida* (Mercúrio)
27.	*Sapindus saponaria* (Sabão de soldado)	27.	*Tabebuia ochracea* (Ipê-do-cerrado)
28.	*Sideroxylon obtusifolium* (Quixabeira)	28.	*Handroanthus albus* (Ipê-amarelo)
29.	*Handroanthus impetiginosus* (Ipê-roxo)	29.	*Tabebuia roseoalba* (Ipê-branco)
30.	*Handroanthus umbellatus* (Ipê-amarelo-do-brejo)	30.	*Terminalia argentea* (Capitão-do-campo)
31.	*Tapirira Guianensis* (Peito de pomba)	31.	*Zanthoxylum sp* (Mamica-de-porca)
32.	*Vitex megapotamica* (Tarumã)		

Fonte: Centro de Produção de Mudas (Horto Florestal) da UHE Eng. Sérgio Motta (Porto Primavera).

Devido ao acesso restrito ao local, a atividade antrópica tanto no lote como nos arredores é relativamente baixa, sendo seu desenvolvimento acompanhado constantemente pela CESP desde sua implementação em 2001. Em seu conjunto, o lote apresenta dinâmica estável, com progressão nos estratos: arbóreo e subarbustivo. A composição florística do lote, remete a uma área ecótono entre os biomas da Mata Atlântica e Cerrado, pensada propositalmente pela equipe da CESP no momento do reflorestamento incluindo tanto as espécies presentes no BAG, quanto outras típicas destes biomas (Figura 5).

Figura 5. Mosaico de imagens da estrutura interna e arredores do lote nº 2. (A) Propriedade Rural ao lado do lote. (B) Estrada de acesso restrito da CESP. (C) Visão interna do lote nos estratos: arbustivo, subarbustivo e herbáceo-rasteiro. (D) Visão interna do lote nos estratos: arbóreo e arborescente

Org.: os autores

A maior parte das espécies são de Mata Atlântica, especialmente no estrato arbóreo onde temos: *Anadenanthera colubrina* (Angico-Branco) e *Peltophorum dubium* (Canafístula), além de espécies recorrentes nos dois biomas como: *Albizia hasslerii* (Farinha Seca) e *Acacia polyphylla* (Monjoleiro). O estrato arbóreo apresenta-se bem desenvolvido com espécies atingindo até 18 metros de altura aproximadamente, e cobrindo mais de 50% do lote com sociabilidade distribuída entre dois ou três indivíduos, apresentando-se em progressão (Quadro 5).

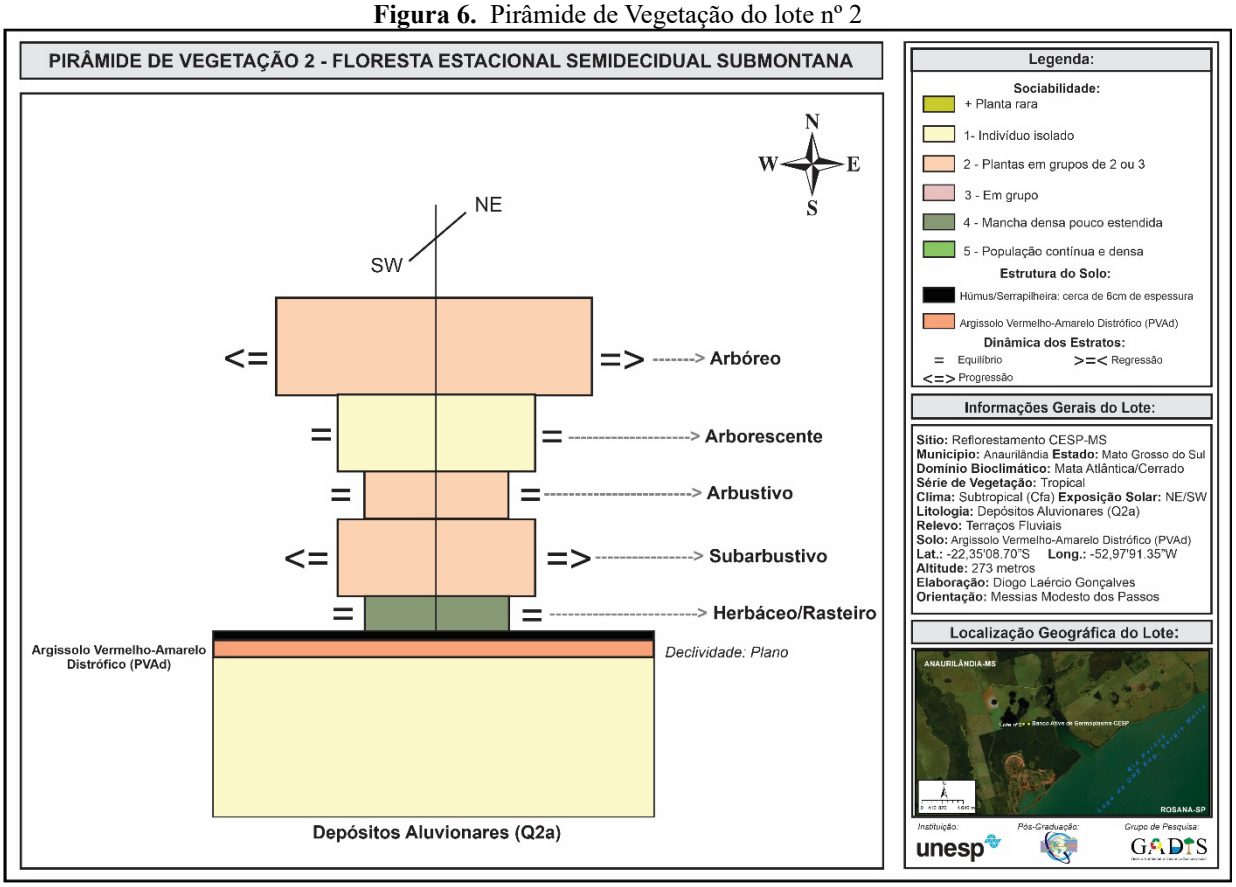
No estrato arbustivo, a diversidade florística e dinâmica do estrato é muito próxima ao anterior, diferindo-se apenas pela presença de espécies como: *Gochnatia polymorpha* (Candeia) e *Zanthoxylum sp.* (Mamica-de-Porca), além de apresentar maior grau de sociabilidade com indivíduos agrupados entre dois ou três. Em alguns exemplares deste estrato, foi possível observar a presença de cupins (Figura 6).

Quadro 5. Ficha Biogeográfica do lote nº 3

FICHA BIOGEOGRÁFICA					Lote N° 02
Formação: Floresta Estacional Semidecidual	**Domínio Bioclimático:** Mata Atlântica/Cerrado				
Sítio: Reflorestamento CESP - MS	**Série de Vegetação**: Tropical				
Município: Anaurilândia/MS	**Coordenadas Geográficas:**				
	Lat.: -22,35'08.70"S		**Long**.: -52,97'91.35"W		
Espécies Vegetais por: Estratos:	**N° de indivíduos**	**Altitude (m) Aprox.:**	**Espécies:**		**Estratos**
			A/D	S	A/D
Arbóreo: (>10 metros)					
Peltophorum dubium (Canafístula)	1	16 m	+	1	**<= 4 => Progressão**
Albizia hasslerii (Farinha Seca)	8	18 m	2	2	
Acacia polyphylla (Monjoleiro)	1	13 m	+	1	
Anadenanthera colubrina (Angico-Branco)	3	15 m	1	2	
Tabebuia heptaphylla (Ipê-Roxo)	1	12 m	+	1	
Arborescente: (6 a 10 metros)					
Peltophorum dubium (Canafístula)	9	7 m	2	2	**= 2 = Equilíbrio**
Nectandra saligna (Canelinha)	1	6 m	+	1	
Mabea fistulifera (Canudo-de-Pito)	1	10 m	+	1	
Arbustivo: (3 a 6 metros)					
Mabea fistulifera (Canudo-de-Pito)	6	5 m	1	2	**= 1 = Equilíbrio**
Gochnatia polymorpha (Candeia)	5	4 m	1	2	
Zanthoxylum sp. (Mamica-de-Porca)	3	4 m	1	1	
Subarbustivo: (1 a 3 metros)					
Nectandra saligna (Canelinha)	8	2 a 3 m	2	2	**<= 2 => Progressão**
Cereus jamacaru (Mandacaru)	1	3 m	+	+	
Citrus × limonia (Limão-Rosa ou Cravo)	2	3 m	1	1	
Trichilla catiguá (Catiguá)	2	1 m	1	1	
Ricinus communis (Carrapateiro ou Mamona)	13	1 até 1,5 m	2	3	
Rheedia gardnerina (Limãozinho)	1	3 m	+	+	
Herbáceo-rasteiro: (0,5 cm a 1 metro)					
Trichilla catiguá (Catiguá)	7	30 cm	2	2	**<= 1 => Progressão**
Panicum maximum (Capim Colonião)	Indeterminado	0 a 1 m	3	4	
FATORES BIOGEOGRÁFICOS:					
Húmus/Serrapilheira: Ocorrência significativa com cerca de 6 cm de espessura, bastante folhas e pequenos galhos em decomposição					
Altitude: 273 m	**Declividade:** Plano		**Exposição Solar:** NE - SW		
Clima: Tropical Brasil Central Quente Úmido	**Precipitação média anual**: 1400 a 1500 mm				
Rocha-Mãe: Depósitos Aluvionares (Q2a)	**Solo:** Argissolo Vermelho-Amarelo Distrófico (PVAd)				**Erosão:** não
Ação Antrópica: baixa ação antrópica no lote em si, área vedada e com acesso restrito apenas para o trabalho da equipe de meio ambiente da CESP. Há uma estrada de acesso para a equipe de trabalho próxima ao local. Do outro lado da estrada, há uma propriedade rural com predomínio de pastagem (pecuária extensiva). Ao lado do lote também há um Banco Ativo de Germoplasma (BAG), com espécies típicas de Mata Atlântica e Cerrado, mantido pela CESP, com coletas de semente feitas periodicamente pela equipe do Horto Florestal.					
Dinâmica de Conjunto: No seu conjunto o lote apresenta dinâmica estável, com progressão nos estratos: arbóreo e subarbustivo. Trata-se de uma área de reflorestamento de quase 20 anos criada no ano de 2001 como medida compensatória ao enchimento do lago da UHE Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera). Agrega em sua maioria espécie de Mata Atlântica e algumas de Cerrado, a exemplo do *Cereus jamacaru* (Mandacaru), caracterizando-se em uma área de transição entre os dois biomas brasileiros. Entre as espécies frutíferas, destaca-se a presença do *Citrus × limonia* (Limão-Rosa ou Cravo). Com relação aos animais vistos na região do lote, destaca-se os mamíferos como: a *Hydrochoerus hydrochaeris* (Capivara), *Tayassu pecari* (Queixada ou Porco-do-Mato) e a *Tapirus terrestres* (Anta). Também há uma pequena lagoa em um dos afluentes do Córrego do Cateto próximo ao lote com a presença de aves nativas e répteis como o *Caiman latirostris* (Jacaré-do-papo-amarelo).					

Fonte: Herbário Virtual, disponível em http://reflora.jbrj.gov.br. Consultoria em campo: Celso Machado (Geógrafo/ CESP). Organizado pelos autores.

Figura 6. Pirâmide de Vegetação do lote nº 2



Fonte: Elaborado pelos autores.

Já o estrato subarbustivo é o que contém maior diversidade florística (6 espécies), bem como do número de indivíduos (27). O destaque é pela presença da espécie frutífera *Citrus* × *limonia* (popularmente conhecida como Limão-Rosa ou Cravo) típica do Cerrado, além do *Ricinus communis* (Carrapateiro ou Mamona), agrupando-se na mesma configuração do estrato arbustivo, porém, com baixa abundância/dominância não superando 10% do lote. Diferentemente do estrato anterior, a dinâmica do subarbustivo encontra-se em progressão.

Por último, o estrato herbáceo-rasteiro apresentou-se com baixa abundância/dominância, entretanto, com dinâmica em equilíbrio e sociabilidade dos indivíduos distribuídas em manchas densas pouco estendidas em especial da espécie *Panicum maximum* (Capim Colonião), que se alastrou pelo lote muito provavelmente pela proximidade com a área de pastagem da propriedade rural ao lado, porém, sem prejudicar o desenvolvimento das demais espécies.

A presença de húmus (serrapilheira) é significativa com cerca de 6 cm de espessura, sendo composta por folhas e pequenos galhos em decomposição. Atualmente, todo o complexo da UHE Engenheiro Sérgio Motta, incluindo o viveiro de mudas e os bancos ativos de germoplasma, são de controle da Auren Energia, desde a privatização da CESP, iniciada em 2018.

O último lote, localiza-se na área de reflorestamento da CESP na margem paulista do rio Paraná, ao lado do BAG e próximo à antiga área de escritórios da UHE Engenheiro Sérgio Motta em Rosana. Assim como no lote anterior, o acesso à área é restrito para a equipe de meio ambiente da CESP, onde o desenvolvimento do reflorestamento é acompanhado constantemente bem como é feita a coleta de

sementes semanalmente no BAG localizado ao lado do lote. Apesar da diferença de apenas um ano com relação à área de reflorestamento da margem sul-mato-grossense, o lote em geral possui maior diversidade florística, bem como progressão em todos os estratos analisados (Figura 7).

Figura 7. Mosaico de imagens da estrutura interna e arredores do lote nº 04. (A) Estrada de acesso restrito da CESP. (B) Queimada na área do BAG ao lado do lote. (C) Visão interna do lote nos estrato herbáceo-rasteiro. (D e E) Visão interna do lote nos estratos: arbóreo e arborescente

Fonte: Acervo dos autores.

A ação antrópica no lote também é baixa, e assim como no lote anterior, as adjacências conta com áreas de pastagem para pecuária extensiva. Notou-se algumas marcas de patas e fezes deixadas pelos bovinos, o que indica que, eventualmente, algum tipo de animal de criação escapa e transite sobretudo nas estradas carreadoras de uso exclusivo. Ademais, observou-se a presença de alguns focos de queimadas no entorno, especialmente na área do BAG, fato este que chamou atenção dos técnicos da CESP que ficaram de apurar quais foram as causas deste incidente .

Quanto à composição dos estratos (Quadro 6), percebe-se uma grande diversidade florística típica de Floresta Estacional Semidecidual especialmente nos estratos superiores. A diversidade em questão é dada pela distribuição maior da área de reflorestamento do que a anterior. Na parcela observada, o estrato arbóreo apresenta-se em progressão com espécies atingindo até 15 metros de altura destacando-se pela presença da espécie *Anadenanthera macrocarpa* (Angico-Branco). O estrato ocupa a maior parte do lote com sociabilidade das espécies agrupando-se em dois ou três indivíduos.

No estrato arborescente, a diversidade de espécies também se faz presente contendo algumas mais recorrentes a exemplo da *Luehea candicans* (Açoita-Cavalo) e *Acrocomia aculeata* (Macaúba ou Coco-de-Espinho). Esta última, uma espécie de palmeira muito comum na região, cujo fruto é constituído por pequenos cocos agrupados em cachos. Seu uso é destinado tanto para consumo humano, como para a extração de seu óleo para uso industrial. A abundância/dominância do estrato figura entre 25% a 50% do total do lote, enquanto a sociabilidade dos indivíduos é determinada pelo crescimento em grupos.

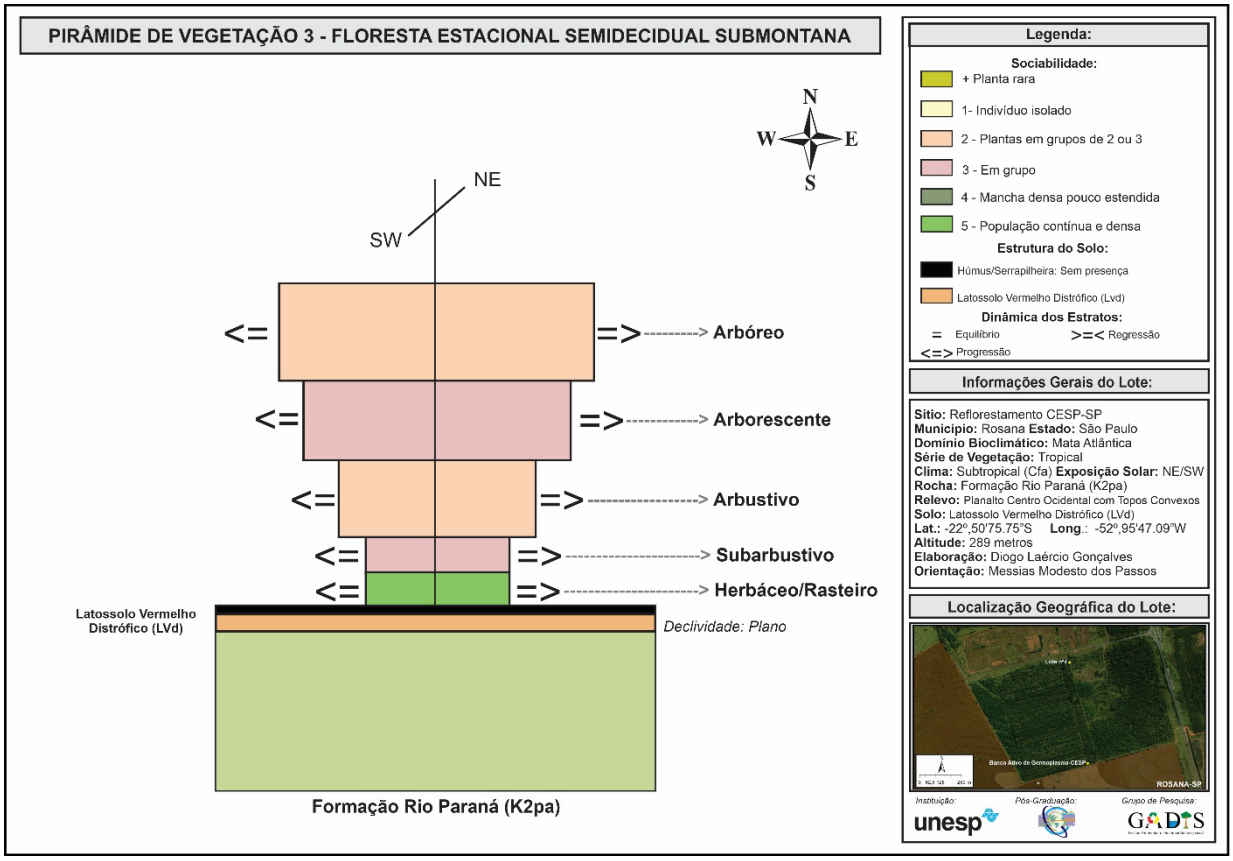
Já no estrato arbustivo, a espécie mais recorrente foi a *Trichilla catiguá* (Catiguá) com espécies até 6 metros de altura além da *Chorisia speciosa* (Paineira) e da *Inga uruguensis* (Ingá-Açu). A abundância/dominância do estrato, no entanto, apresentou-se com baixa cobertura no lote em si (entre 10% a 25%), com espécies agrupadas em grupos de dois ou três indivíduos. Enquanto isto, o estrato subarbustivo conta com menos diversidade de espécies, contendo apenas a *Luehea candicans* (Açoita-Cavalo) e Allophylus edulis (Chal-Chal), ambas distribuídas em grupos, mas com baixo valor de cobertura, não superando 10% do lote (Figura 8).

Quadro 6. Ficha Biogeográfica do lote nº4

FICHA BIOGEOGRÁFICA					**Lote Nº 04**
Formação: Floresta Estacional Semidecidual	**Domínio Bioclimático:** Mata Atlântica				
Sítio: Reflorestamento CESP	**Série de Vegetação**: Tropical				
Município: Rosana/SP	**Coordenadas Geográficas:**				
	Lat.: -22°,50'75.75"S		**Long.**: -52°,95'47.09"W		
Espécies Vegetais por: Estratos:	**Nº de indivíduos**	**Altitude (m) Aprox.:**	**Espécies:** A/D	**Espécies:** S	**Estratos** A/D
Arbóreo: (>10 metros)					
Anadenanthera macrocarpa (Angico-Branco)	7	12 a 15 m	2	2	**<= 4 => Progressão**
Albizia hasslerii (Farinha-Seca)	2	15 m	1	1	
Peltophorum dubium (Canafístula)	2	14 m	1	1	
Ficus insipida (Figueira-Branca)	1	13 m	+	+	
Erythrina crista-galli (Suinã)	1	12 m	+	+	
Arborescente: (6 a 10 metros)					
Enterolobium contortisiliquum (Tamboril)	1	7 m	+	+	**<= 3 => Progressão**
Myracrodruon urundeuva (Aroeira)	3	7 m	1	1	
Peltophorum dubium (Canafístula)	4	7 a 8 m	1	1	
Luehea candicans (Açoita-Cavalo)	20	7 a 8 m	2	3	
Acrocomia aculeata (Macaúba)	6	9 m	2	2	
Arbustivo: (3 a 6 metros)					
Ficus mexiae (Figueira-Preta)	1	5 m	+	+	**<= 2 => Progressão**
Gallesia integrifólia (Pau-d'alho)	1	4 m	+	+	
Sparatosperma leucathum (Carimã)	1	6 m	+	+	
Trichilla catiguá (Catiguá)	8	6 m	2	2	
Chorisia speciosa (Paineira)	2	5 m	1	1	
Inga uruguensis (Ingá-Açu)	2	5 m	1	1	
Subarbustivo: (1 a 3 metros)					
Luehea candicans (Açoita-Cavalo)	11	1 a 2 m	2	3	**<= 1 => Progressão**
Allophylus edulis (Chal-Chal)	10	2 a 3 m	2	3	
Herbáceo-rasteiro: (0,5 cm a 1 metro)					
Cissampelos andromorpha (Cissampelo)	Indeterminado	10 a 30 cm	2	4	**<= 1 => Progressão**
Panicum maximum (Capim Colonião)	Indeterminado	0 até 1 m	3	4	
Anadenanthera macrocarpa (Angico-Branco)	1	1 m	+	+	
FATORES BIOGEOGRÁFICOS:					
Húmus/Serrapilheira: Ocorrência significativa com cerca de 10 cm de espessura com bastante folhas e pequenos galhos em decomposição					
Altitude: 289 m	**Declividade:** Plano		**Exposição Solar:** NE - SW		
Clima: Tropical Brasil Central Quente Úmido	**Precipitação média anual**: 1400 a 1500 mm				
Rocha-Mãe: Formação Rio Paraná (Kpa)	**Solo:** Latossolo Vermelho-Distrófico (LVd)		**Erosão:** não		
Ação Antrópica: Assim como no lote nº 3, a área possui baixa ação antrópica por se tratar de uma área de reflorestamento com enclaves de vegetação nativas endêmicas. Nas adjacências do lote, também há um Banco Ativo de Germoplasma (BAG), criado pela CESP em 2000, com mais de 30 espécies nativas da Mata Atlântica. Embora não tenha criação de gado no local, observou-se marcas e fezes deixadas pelos bovinos, o que indica que eventualmente algum tipo de animal de criação, escapa e transite sobretudo nas estradas carreadoras de uso exclusivo da CESP					
Dinâmica de Conjunto: No geral, o lote apresenta dinâmica estável com progressão em todos os estratos, com exceção do herbáceo-rasteiro. Destaca-se o predomínio do *Anadenanthera macrocarpa* (Angico-Branco) no estrato arbóreo e do *Luehea candicans* (Açoita-Cavalo) no estrato arborescente e no subarbustivo juntamente com o *Allophylus edulis (Chal-Chal). Há uma diversidade maior se comparado ao lote anterior, embora muitas espécies apresentadas neste lote também figurem no outro. Outra espécie de destaque é Acrocomia aculeata* (Macaúba), muito recorrente nesta região. No que se refere ao estrato herbáceo rasteiro, observou-se a ocorrência maciça da liana *Cissampelos andromorpha*. Durante o período observado, não houve a presença de mamíferos, apenas de pequenas aves.					

Fonte: Herbário Virtual, disponível em http://reflora.jbrj.gov.br. Consultoria em campo: Celso Machado (Geógrafo/CESP). Organizado pelos autores.

Figura 8. Pirâmide de Vegetação do lote nº 3



Fonte: Elaborado pelos autores.

O estrato herbáceo-rasteiro por sua vez, conta com a presença significativa da espécie trepadeira *Cissampelos andromorpha* (Cissampelo), sendo indeterminado a quantidade de indivíduos distribuindo-se em manchas densas, porém, com baixo valor de cobertura com relação a totalidade do lote. Assim como no lote anterior, devido à proximidade da área de pastagem observou-se a presença do *Panicum maximum* (Capim Colonião). A presença de húmus (serrapilheira) foi mais expressiva do que o lote anterior, com cerca de 10 cm de espessura com folhas e galhos em decomposição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da flora local, especificamente nos fragmentos florestais dispostos ao longo da Raia Divisória São Paulo e Mato Grosso do Sul, através de levantamentos fitossociológicos e sua representação gráfica disposta pelas pirâmides de vegetação, nos mostra um panorama característico do complexo geográfico e paisagístico no qual este tipo de vegetação se insere, permitindo análises e discussões mais profundas acerca do atual estágio desta vegetação e as perturbações existentes no seu entorno em decorrência da ação antrópica.

Desta forma, este trabalho se presta não só para uma análise da paisagem na Raia Divisória como também numa perspectiva geral, apresentar a aplicação desta metodologia e suas potencialidades no estudo dos geofacies e geocomplexos.

Anteriormente à sua ocupação, a região da Raia Divisória ocupava uma das maiores reservas de Mata Atlântica interiorizada. Entretanto, nas últimas décadas, boa parte da vegetação foi suprimida, dando lugar principalmente para a pastagem e algumas culturas temporárias em especial, a cana-de-açúcar.

Outro fator de extrema relevância nesta ligação, se dá pela construção da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta, concluída em 1999 pela Companhia Energética de São Paulo (CESP), alagando uma área de 2.250 km², sendo a maior parte no território sul-mato-grossense. Estas notórias transformações ocorridas nos últimos anos, implicaram não só na diminuição da cobertura vegetal para o setor agropecuário, como também ameaçando o futuro da fauna e flora local, em razão da fragmentação dos habitats.

Como resultado deste processo boa parte da vegetação foi suprimida, dando lugar para a pastagem e culturas temporárias em especial, a cana-de-açúcar. Atualmente, a Mata Atlântica na Raia encontra-se disposta em pequenos fragmentos florestais ao longo da região, além da maior reserva florestal da área: o Parque Estadual Morro do Diabo com 338,5 km². Na porção sul-mato-grossense, o Cerrado é representado especificamente pelas reservas legais existentes em propriedades rurais e das Áreas de Preservação Permanente (APP) ao longo dos cursos d'água afluentes do rio Paraná, em consonância com o Código Florestal Brasileiro.

Algumas experiências de reflorestamento ocorreram, especificamente nas últimas duas décadas, como obras compensatórias à construção da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (popularmente conhecida como Porto Primavera) em Rosana, subsidiadas pela extinta Companhia Energética de São Paulo (CESP), no qual se concentra a análise dos levantamentos fitossociológicos dos dois últimos lotes em Rosana no Estado de São Paulo e Anaurilândia no Mato Grosso do Sul. Soma-se a isto, ações de secretarias de meio ambiente dos municípios paulistas e sul-mato-grossenses, projetos ambientais de Organizações Não-Governamentais (ONGs), bem como a própria adequação ao Código Florestal Brasileiro por parte dos proprietários de imóveis rurais de ambos os estados.

Neste contexto, espera-se que a partir desta metodologia de análise da paisagem a partir da estrutura vertical da vegetação remanescente, possamos oferecer os subsídios necessários para o entendimento da fisiologia da paisagem e do grau de antropização no geocomplexo em questão, trazendo o debate para uma efetiva implementação de um planejamento ambiental que, somados à participação da comunidade local, possam conduzir ao desenvolvimento sustentável na Raia Divisória, de forma descentralizada e participativa.

NOTA

3 Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/194383

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, A. N. **Os Domínios da Natureza no Brasil:** potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BERTRAND, G. Pour une étude géographique de la végétation - **Revue géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest**, v. 37, n. 2, p. 129-144, 1966.

BERTRAND, G. Paysage et géographie physique globale: esquisse méthodologique. **Révue**

Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest, Toulouse, v. 39, n. 3, p. 249-272, 1968.

BRAUN-BLANQUET, J. **Fitosociologia:** bases para el estudio de las comunidades vegetales (Pflanzensoziologie: Grundzüge der Vegetationskunde, 1951) – Tradução: H. Blume Ediciones: Rosario, Madrid, 1979.

ELHAI, Henri. **Biogeographie** – Serie Géographie, Paris-França, Librairie Armand Colin, 1968.

GONÇALVES, D. L. **Políticas Ambientais na Raia Divisória SP-PR-MS:** estudo das áreas potenciais para a criação de corredores ecológicos. 2020. 303 f. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente-SP, 2020.

GONÇALVES, D. L. **Uso e ocupação das terras no baixo curso do rio Paranapanema:** conflitos e potencialidades da aplicação do Código Florestal. 2016. 202 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente-SP, 2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual Técnico da Vegetação Brasileira-** Manuais Técnicos em Geociências nº 1- 1ª edição, Rio de Janeiro-RJ, 1992

LACOSTE, A.; SALANON, R. **Eléments de Biogéographie et d'écologie** - Université Nathan Information Formation, França, 1969.

PASSOS, M. M. dos. **Biogeografia e Paisagem.** 2 ed**.** Maringá:[s.n.], 2003.

SOCHAVA, V. B. **O estudo de Geossistemas.** Método em Questão, Universidade de São Paulo, Instituto de Geografia, 1977.

DOI: https://doi.org/10.18817/26755122.30.1.2026.4602

EM MEIO TSHIJI (CHÃO) E WENU (RIO): HISTÓRICO DE LUTA E MIGRAÇÃO DO LÍDER INDÍGENA ZÉ URIAS MANCHINERI

IN THE MIDDLE OF TSHIJI (GROUND) AND WENU (RIVER): HISTORIC OF STRUGGLE AND MIGRATION OF THE INDIGENOUS LEADER ZÉ URIAS MANCHINERI

EN MEDIO DE TSHIJI (TIERRA) Y WENU (RÍO): HISTORIA DE LUCHA Y MIGRACIÓN DEL LÍDER INDÍGENA ZÉ URIAS MANCHINERI

Alessandra Severino da Silva Manchinery[1]
0000-0003-0808-7748
amanchinery@gmail.com

Suzanna Dourado da Silva[2]
0000-0002-3084-9529
suzannadourado@gmail.com

Maria de Jesus Morais[3]
0000-0002-8053-3549
maria.morais@ufac.br

Adnilson de Almeida Silva[4]
0000-0003-2555-0861
adnilson@unir.br

Ano XXX - Vol. XXX - (1): Janeiro/Dezembro - 2026
ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461
CIÊNCIA Geográfica
www.agbbauru.org.br

1 Indígena do Povo Manchinery. Bacharela em Geografia pela Universidade Federal do Acre (UFAC) e licenciada em Geografia pelo Centro Universitário FAVENI, Mestra e Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Geografia, Natureza e Territorialidades Humanas – GENTEH/UNIR. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0808-7748. E-mail: amanchinery@gmail.com.
2 Pós-doutoranda em Geografia no Instituto de Geografia da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM). Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Geografia, Natureza e Territorialidades Humanas (GENTEH), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado e Doutorado) da Universidade Federal de Rondônia. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3084-9529. E-mail: suzannadourado@gmail.com.
3 Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Ceará – UFC, Bacharela em 1994, Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina -UFSC, Doutora em Geografia pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre – UFAC. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8053-3549. E-mail: maria.morais@ufac.br.
4 Licenciado e Mestre em Geografia/UNIR. Doutor em Geografia/Universidade Federal do Paraná. Professor no Departamento e Programa de Pós-Graduação em Geografia/UNIR. Líder do GENTEH/UNIR. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2555-0861. E-mail: adnilson@unir.br.

Artigo recebido em fevereiro de 2026 e aceito para publicação em maio de 2026.

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: O artigo em questão narra a trajetória de vida e luta do líder-cacique Zé Urias Manchineri, nascido no período da II Guerra Mundial, no Seringal Petrópolis – Colocação Novo Destino no estado do Acre. Aos nove anos começou a trabalhar com a extração de látex para ajudar sua mãe. Foi também ensinado a ser pajé ainda novo, incentivado pelos seus mestres a conhecer a cosmologia do Povo Manchineri, suas medicinas, cantorias e todo processo de pajelança que puderam lhe ensinar. Os Manchineri são residentes na Terra Indígena Mamoadate – AC/BR, Peru e Bolívia. Como metodologia utilizou-se a história oral, pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo em acervos de algumas organizações indígenas. Para fundamentar este artigo, dividiu-se em quatros momentos. O primeiro traz uma discussão mais teórica sobre os vários modos de migrar. O segundo momento relata a história de vida de Zé Urias dentro da colocação e seu aprendizado para ser pajé. O terceiro é sobre a criação e contribuição das organizações na Amazônia Brasileira. E por último discorre sobre a Coordenação das Organizações da Amazônia Brasileira – COIAB.

Palavras-chave: História. Migração. Zé Urias Manchineri.

ABSTRACT: The article in question narrates the life and struggle story of the chief-leader Zé Urias Manchineri, born in the period of World War II, in the Seringal Petrópolis – Colocação Novo Destino in the state of Acre. At the age of nine he started to work with latex extraction to help his mother. He was also taught to be a shaman at a young age, encouraged by his masters to know the cosmology of the Manchineri People, their medicines, singing and all the process of pajelança that they could teach him. The Manchineri are residents of the Mamoadate Indigenous Land – AC/BR, Peru and Bolivia. The methodology used was oral history, bibliographic research and field research in the collections of some indigenous organizations. To substantiate this article, it was divided into four moments. The first brings a more theoretical discussion about the various ways of migrating. The second moment relates the life story of Zé Urias within the placement and his learning to be a shaman. The third is about the creation and contribution of organizations in the Brazilian Amazon. And finally, he talks about the Coordination of Organizations of the Brazilian Amazon – COIAB.

Keywords: History. Migration. Zé Urias Manchineri.

RESUMEN: El artículo en cuestión narra la historia de vida y lucha del jefe Zé Urias Manchineri, nacido en el período de la II Guerra Mundial, en el Seringal Petrópolis – Colocación del Novo Destino en el estado de Acre. A la edad de nueve años comenzó a trabajar con la extracción de látex para ayudar a su madre. También se le enseñó a ser chamán a una edad temprana, alentado por sus maestros a conocer la cosmología del Pueblo Manchineri, sus medicinas, el canto y todo el proceso de pajelança que podían enseñarle. Los Manchienri son residentes de la Tierra Indígena Mamoadate – AC/BR, Perú y Bolivia. La metodología utilizada fue la historia oral, la investigación bibliográfica y la investigación de campo en las colecciones de algunas organizaciones indígenas. Para fundamentar este artículo, se dividió en cuatro momentos. El primero trae una discusión más teórica sobre las diversas formas de migrar. El segundo momento relata la historia de vida de Zé Urías dentro de la colocación y su aprendizaje a ser chamán. El tercero es sobre la creación y contribución de organizaciones en la Amazonía brasileña. Y finalmente, habla de la Coordinación de Organizaciones de la Amazonia Brasileña – COIAB.

Palabras clave: Historia. Migración. Zé Urias Manchineri.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No Brasil a luta indígena é marcada por vários desdobramentos de resistência, mas também manchada pelo genocídio e etnocídio dos povos originários em todas regiões brasileiras. No estado do Acre não foi e não é diferente, devido ao processo de colonização do Brasil sendo devastador para as populações tradicionais, em especial para os indígenas. No Acre, os povos indígenas conviveram cerca de 100 anos de escravidão, ocultamento e esquecimento – entre os anos 1880 e 1980. Nesta porção nacional, povos indígenas foram não somente forçados a viver todos os tipos de violência, mas muitos destes sofreram verdadeiros etnocídios.

Durante o período de explosão do ciclo da borracha na Amazônia, no final do século XIX, essas populações foram expulsas com violência de suas terras e obrigadas a trabalhar na extração do látex, ou como mateiros e mesmo como peões dos patrões seringalistas.

No processo de exploração da borracha, os indígenas eram considerados barreiras para a exploração dos patrões branco, e com isso se iniciava um modelo de genocídio, matar para não interferir. No entanto, muitos povos reagiram em defesa de suas vidas, contra a ocupação de suas terras tradicionais, e com isso sofreram várias consequências, como mortes, perdas de suas culturas e da língua materna. Havia vários métodos de represália, já que os donos dos seringais os consideram obstáculos em seus caminhos para que conseguissem expandir e conquistar mais capital.

Assim muitos donos dos barracões contratavam pessoas para "caçar os índios", ou pagavam outros indígenas para 'farejar' novas aldeias, e ao encontrá-los, promoviam verdadeiras chacinas, ao tempo em que expandiam-se as colocações e as áreas de domínio dos territórios seringalistas.

Nos anos 1970 começou a luta para a demarcação de suas terras tradicionais, ano este que em seus primórdios não havia terras demarcadas, pois, muitos indígenas trabalhavam para os patrões seringalistas de maneira braçal e sem um salário digno, sendo submetido a várias negligências trabalhistas. Eram forçados a trabalhar como mateiros, seringueiros. No entanto, os indígenas sonhavam com um movimento de libertação e conquista de seus direitos, assim iniciaram-se as primeiras reuniões e ajuntamentos com os indigenistas da época, os quais atuavam como defensores e também buscavam defender a floresta.

Diante de tais questões o artigo objetivou relatar aqui a história de luta e resistência do líder indígena "Zé Urias Manchineri", bem como seu processo migratório em meios a vertentes de acontecimentos na vida diante de vários obstáculos para sobreviver e se juntar aos outros líderes para construir o movimento indígena no estado do Acre (BR).

OS VÁRIOS MODOS DE MIGRAR

As migrações dos povos indígenas na Pan-Amazônia constituem-se em histórias de lutas, resistências e re-existências, embora pouco estudadas, elas remontam desde a ocupação do solo brasileiro e logo não são fatos recentes e nem isolados. As motivações para a migração se fundamentam como elemento cotidiano devido à sazonalidade, a busca por alimentos como a caça e a pesca, assim como a reconfiguração de suas terras ocorre, devido em parte, aos conflitos estabelecidos com outros povos e grupos.

Migrar tem sido um ato comum, mas também de resistência, de muitas famílias de Manchineri residentes na tríplice fronteira Brasil, Peru e Bolívia. Assim os Manchineri estão localizados na Terra

Indígena Mamoadate, Cabeceira do Rio Acre (BR), e em comunidades nativas do Peru e Bolívia. A extensa ocupação de suas terras remete ao longo processo de lutas contas as invasões de madeireiros e os antigos seringalistas.

Entende-se que a migração é um "fato social completo" e uma condição social: a condição de ser e/imigrante é a interligação entre os universos sociais de origem e de destino. Assim, há o 'emigrante', aquele que saiu de sua própria sociedade, e há o 'imigrante', aquele que chegou à uma terra de estranhos: o paradoxal é que ambos são a mesma e única pessoa. O migrante carrega então, uma dupla condição: o de ser ao mesmo tempo e/imigrante, mas como não se pode estar em dois lugares ao mesmo tempo, sua existência individual e social é ambiguamente vivida para o grupo do qual integra, o que caracteriza sua condição de emigrante é sua ausência corporal, o que implica a não participação na vida imediata do seu grupo (Sayad, 1998, p. 243).

As condições que dão início à migração são diferentes das que a perpetuam no tempo. As redes sociais conferem estabilidade aos fluxos. Ela torna-se autossuficiente no decorrer do tempo, é por meio delas que os futuros migrantes tomam conhecimento das oportunidades de trabalho existentes e recebem auxílio no deslocamento e alojamento. São essas relações sociais primárias com os emigrantes anteriores que alimentam as redes. Estes são fatores fundamentais para determinar quem vai migrar, como vai escolher o destino e obter trabalho, onde vai se estabelecer, dentre outros fatores que envolvem o processo migratório (Truzzi, 2008).

Ressalta-se que os laços de parentesco e amizade são as mais importantes bases das redes, pois é nelas que se firmam as migrações. Os imigrantes não se dispersam aleatoriamente pelo mundo, mas seguem os passos daqueles que os precederam, levam a concentração destes em determinados destinos, atraídos por facilidades como os laços sociais. Os pontos de saída tampouco são distribuídos igualmente no território.

No caso da migração indígena ela é de dois "padrões": as locais, quando o indivíduo se desloca a espaços geograficamente contíguos, que pode lhe ser familiar ou não e, as circulares, quando o indivíduo se desloca para lugares por um determinado intervalo de tempo e depois retorna à sua origem (Truzzi, 2008). E alguns nem retornam à sua terra de origem como é o caso de alguns membros da família do Senhor José Severino, também conhecido como "Zé Urias".

As redes migratórias são teias de relações sociais interligadas, mantida por um conjunto de expectativas mútuas e de comportamentos determinados, que apoia o movimento de pessoas, bens e informações, que une migrantes e não-migrantes, que liga comunidades de origem a lugares específicos das sociedades de destino (Soares, 2002, p.21).

As migrações causam dinâmicas sociais nas fronteiras, e mostram que as mesmas são espaços de múltiplas trocas, seja econômica, cultural, social ou política. É um espaço de estranhamentos e de afirmação de identidades, seja elas, nacionais e étnicas; elas são um lugar do conflito e da alteridade entre "nós" e os "outros", elas são as fronteiras.

Assim , o modo de migrar de Seu Zé Urias logo remete à uma forte resistência para cumprir com seu papel de líder perante os entraves do momento em que estava. Sua construção é baseada em sua trajetória e experiência em vários momentos de paradigmas governamentais em solo brasileiro.

HISTÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA DO SENHOR ZÉ URIAS

Relata-se aqui uma história de luta, mas também de resistência do líder indígena José Severino da Silva, conhecido em solo acreano como Zé Urias Manchineri. Nasceu em 1942 no Seringal Petrópolis, colocação Novo Destino no Rio Iaco, sob jurisdição do município de Sena Madureira. Aos nove anos começou a cortar seringa para ajudar sua mãe Petrônia Maimara Manchineri nas despesas de casa. Em entrevista no ano de 2023, Zé Urias afirma que:

> Naquela época era muito duro para os Manchineri, pois estes estavam sob a tutela escravagistas dos patrões brasileiros. Tínhamos que cortar seringa para poder ganhar o alimento do dia-a-dia, já que éramos impedidos de plantar, coletar e pescar, e de todo modo praticar minha cultura, como também manter nossa alimentação tradicional. Se de um lado os homens Manchineri trabalhavam como mateiros, seringueiros e empreiteiros, as mulheres Manchineri ficavam submetidas aos trabalhos domésticos e sem pagamento. Embora em período nebuloso para os Manchineri, fui educado para ser pajé, por qual passei dois anos de dieta adequada, aprendendo no ritmo da Kamalampi (ayahuasca) para receber as músicas e as medicinas de cura dos antigos. Assim aprendi com meu tio sobre os cuidados da medicina Manchineri (Entrevista concedida à Alessandra Manchinery).

Nesta aprendizagem incluía-se a alimentação saudável de modo tradicional. Ao aprender teve que respeitar a alimentação adequada aos ensinamentos, e nunca comer a comida 'misturada', era tudo separado; primeiro comia-se a carne, depois os demais ingredientes, e assim sucessivamente, também não se alimentava com a comida de uma mulher em fase de menstruação, pois em sua cultura acredita que ao beber o Kamalampi a visão se torna tudo vermelho, ou seja, somente se vê sangue.

Quando alguém estava doente dona Petrônia Maimara, defumava com fumaça de Tabaco e soprava no corpo para que começasse o processo de cura, assim se aprendeu o processo de defumação, pois é necessário viver e ver para aprender. Também existem as folhas usadas para doenças do corpo como a Patxa que é um chá usado para quem tem gastrite, este chá só é passado pelos conhecedores mais antigos do saber Manchineri, visto que precisa ser resguardado, para que não se torne como o Kamalampi (ayahuasca) levado para o mundo sem autorização dos ancestrais indígenas, em que muitos têm acesso sem o devido conhecimento e comercializam como um produto massificado. Cumpre lembrar, que o líder Zé Urias é procedente de uma família de pajés, cujos ensinamentos são retransmitidos por várias gerações.

Zé Urias (2023) descreve que em sua velhice resolveu novamente tomar o Kamalampi (ayahuasca), pois ainda vai deixar seus ensinamentos a quem for escolhido para dar continuidade a sua cultura e modo de vida. Quando este bebeu o Kamalampi, sentiu as forças dos seus ancestrais, foi quando veio seu neto Himlu (Palmito) em sua visão, que é conhecida por cosmologia dos povos indígenas, seu neto tem quatro anos, quando completar cinco anos, entrará no processo de aprendizado dos pajés, assim como foi mostrado no ensinamento do Kamalampi. Assim, este é o dever de Zé Urias em repassar os saberes das pajelanças e das medicinais sempre vivenciadas pelos anciões, por isso deve-se passar todo o processo de cultura cosmológica aos que mais novos e que são revelados pelo espírito das florestas e águas.

No entanto, durante muito tempo Zé Urias, trabalhou como seringueiro, mateiro e empreiteiro nos seringais e colocações. Entre os anos de 2011 e 2012 quando foram realizadas as primeiras entrevistas com esta liderança, ele afirmou que foi uma vida muito sofrida, que para contar e não

serem enganados pelos patrões seringalistas, os indígenas de seu povo riscavam nas árvores com as foices como um meio de manter suas anotações relativas à produção de borracha, assim determinavam também a quantidade de dias de trabalho realizado.

Neste sentido, devido aos episódios vividos por ele, havia certos obstáculos em não quer contar sua trajetória de vida, pois isto remetia às lembranças e memórias de um passado de exploração e parte de dizimação de seu povo; finalmente relatou por entender que era necessário deixar registrado para que não apenas seus parentes soubessem, mas também os não indígenas e as gerações atuais e futuras.

Com a chegada na Fundação Nacional do Índio – FUNAI (em 1967 e sucedida pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas em 2023 com a mesma sigla), começou o processo de luta e rompimento com as explorações dos indígenas que ali viviam. A FUNAI iniciou o trabalho de todo o processo de informação e conscientização dos quais o Manchineri e Jaminawa deveriam lutar.

Embora seja pajé, Zé Urias também assumiu a postura de cacique, e já nos anos 1960 a 1970 começou a se movimentar em busca da conquista da terra. Assim, Zé Urias na entrevista realizada em 2023, afirma que:

> Começávamos a entender que a terra nos pertencia, era um direito a ser conquistado. Assim em busca de garantir a defesa da conquista da Terra indígena, começo a me deslocar para as colocações e seringais mais próximos, indo principalmente vender farinha e feijão nos portos de Sena Madureira. Com a luta de indigenistas, Manchineri e Jaminawa, garantimos a demarcação da terra indígena Mamoadate em 1975. Primeira T.I. demarcada no Estado Acre. Eu Zé Urias como sou conhecido entres as lideranças indígenas no Estado do Acre, também fui uns dos principais fundadores da extinta UNI – União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas. Criada na década de 1980 no contexto de luta pela demarcação das terras e conquista dos direitos indígenas. Também fui uns dos fundadores da COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, fundada no dia 19 de abril de 1989, é a maior organização indígena regional do Brasil, que surgiu por iniciativa de lideranças de organizações indígenas existentes na época, e como resultado do processo de luta política dos povos indígenas pelo reconhecimento e exercício de seus direitos, em um cenário de transformações sociais e políticas ocorridas no Brasil após a Constituição Federal de 1988.

Diante de tais lutas, fixou residência com sua família em Rio Branco em 1983, devido às causas explicitadas acima, as quais remetem a um histórico de luta e representação dentro do movimento indígena local, regional e nacional. Ressalta-se que apesar das várias circunstâncias, ele continua a exercer seu papel primordial de pajé e cacique entre os Manchineri na aldeia e entre os residentes na cidade. Com isto tem garantido o fortalecimento da cultura ancestral do povo Manchineri, mas também como ancião no movimento indígena; ativamente continua na luta indígena, visto que compõem a Organização de Manchineri residentes em contexto Urbano/MATPHA, em esta entidade busca coletivamente desenvolver ações que atendem os povos indígenas no estado do Acre.

Como se vê sua luta tem sido intensa, mas que tem apresentado resultados importantes como a demarcação de terras para seu povo e apoio para outras etnias que também reivindicam direitos de cidadania.

DA CONTRIBUIÇÃO E CRIAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Aqui é narrada a história de luta do líder Zé Urias Manchineri mediante sua contribuição na fundação de algumas organizações indígenas na Amazônia. Após a conquista histórica da demarcação da Terra Indígena Mamoadate, este se firma efetivamente em contexto urbano na cidade de Rio Branco, na busca por direitos e para constituir as primeiras organizações indígenas no estado do Acre. Este processo de conquista tem várias contribuições importante de outros caciques daquele momento.

Em 1977 na cidade de Cuiabá, estado do Mato Grosso, foram realizadas as primeiras reuniões para fundar a UNI, na época a principal liderança fomentadora dessa ideia pertencia ao povo Terena. Isto inspirou, como objetivo, para construir organização semelhante no estado do Acre, conforme afirmou Zé Urias, em entrevista em 2023. Decorridos 10 anos, foi realizado o III Encontro Nacional de Seringueiros e I Encontro dos Povos da Floresta, ocorrido no Ginásio Coberto da cidade de Rio Branco - AC, o líder estava presente juntamente com Airton Krenak e demais lideranças (Figura 1), os quais levaram e levantaram suas vozes na reivindicação para conquista por direitos.

Pelo valor histórico enquanto organização indígena de representação microrregional amazônica e atuação política de âmbito local e regional, sobretudo na Amazônia acriana começou a se formatação para a criação da primeira organização indígena no estado do Acre, a União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas – UNI. Sua fundação deve-se à existência e lutas de vários caciques e líderes indígenas entre os anos de 1980 a 1990. Zé Urias era um deles, entretanto, com o passar dos anos muitos dos fundadores da entidade não mais pertence à dimensão terrena, visto que adentraram outros universos além da vida.

Figura 1. III Encontro Nacional dos Seringueiros e I Encontro Nacional dos Povos da Floresta

Fonte: Acervo CPI/AC (1987).

A criação formal da UNI deu-se em 1991, com objetivo de se trabalhar na área política e representações no desenvolvimento de atividades que garantissem a sobrevivência dos povos indígenas. Dentre as ações da entidade, teve um programa de saúde chamado UNI-FUNASA, que abrangeu as populações localizadas nos municípios acrianos de Feijó, Tarauacá, Cruzeiro do Sul e ainda Pauini, no Amazonas. Trabalhou-se projetos relacionados à educação, formação de saúde, formação de agentes de saúde indígenas para atuarem como integrantes da política desenvolvida pela UNI. Também lutavam pelo atendimento básico das comunidades indígenas, aperfeiçoamento e o reconhecimento dos postos indígenas de saúde pelo Estado.

A UNI teve grande papel na execução de uma metodologia de autodemarcação realizada na Terra Indígena Kulina (Madija) do qual o líder Zé Urias esteve presente, e que também publicaram um livro sobre esse processo de demarcação, o que demonstrou o amadurecimento da organização pelo reconhecimento de sua capacidade e responsabilidade na organização, administração e realização técnica. Em virtude de tal protagonismo, a UNI passou a ser chamada pela FUNAI para acompanhar e fiscalizar os processos de demarcação que ocorriam em sua área de sua influência.

Assim o movimento indígena demonstrou avanços significativo e qualitativo em sua governança organizativa de lutas e conquistas. A realização da VIII Assembleia Indígena do Acre e Sul do Amazonas contou com a participação de 142 lideranças, as quais travaram discussões profundas sobre a estratégia de organização regional e nacional pela defesa da identidade étnica-cultural e avanços na luta pela autonomia. A UNI se seus representantes lutavam e definiram como objetivos:

1. Defender os direitos dos Povos Indígenas do Acre e sul do Amazonas;
2. Fortalecer e organizar a luta dos Povos Indígenas do Acre e sul do Amazonas, em defesa das terras, do meio ambiente e da cultura;
3. Apoiar e promover as iniciativas dos Povos Indígenas na luta pela autonomia;
4. Representar os Povos Indígenas desta região;
5. Promover a formação multidisciplinar de lideranças indígenas;
6. Conduzir a defesa dos direitos indígenas;
7. Construir mecanismos que permitam interferir nas políticas públicas;
8. Implementar programas que visem buscar definir linhas de uma política de desenvolvimento para as comunidades;
9. Fortalecer as organizações locais;
10. Levantar, sistematizar e divulgar a cultura, a realidade dos Povos e os resultados dos programas da UNI.

Deste modo, a UNI se destacou nas construções e conquista dos direitos indígenas, com uma política voltada e feita por várias lideranças indígenas do estado do Acre, sendo que a participação de Zé Urias Manchineri foi fundamental no andamento histórico desta organização.

Esta luta pela melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas passa pela conquista da cidadania e, para tal, requer informação, formação e principalmente participação de um número cada vez maior de atores. Parte-se da premissa de que a conscientização das comunidades ocorre por meio de processos formativos e participação de lideranças, agentes de saúde, professores, estudantes, além de outros, nas diversas ações práticas e envolvimentos dos mesmos nas discussões junto à sociedade não indígena. Neste sentido, a compreensão deste mundo relacionado com as populações indígenas dará condições para a busca e conquista da autonomia, de modo a se caracterizar como protagonismo indígena.

Após a formalização da UNI, em 1992, na Bahia (Figura 2), Zé Urias Manchineri junto com lideranças dos Terena e Potiguara se envolveram na luta pela demarcação de Terras Indígenas e pela vida; esta época era conturbada com intensa violência contra os povos originários, cuja situação não é muito diferente da atual, principalmente a verificada nos últimos seis anos, em que muitos das instituições governamentais em âmbito nacional, regional e local buscaram de todos os modos deslegitimar, descaracterizar e afrontar as culturas indígenas.

Assim, predomina a intensa luta pela autonomia e reconhecimento de seus direitos. Mas também em busca por financiamento a favor da causa indígenas com instituições nacionais e internacionais como a inglesa Oxford que apoiam os povos originários em suas lutas para assegurar a garantia de seus territórios, de sua integridade física, da sobrevivência, da garantia de suas culturas e modos de vida.

Naquele ano as lideranças trabalharam incansavelmente em busca de recursos para que se reunissem e discutissem a frente das ações que dessem resultados e respostas aos problemas que enfrentavam e que afetava diretamente os povos indígenas. Muitos líderes deixavam suas famílias na aldeia para enfrentarem aqueles que se colocam contrário aos indígenas. Assim pela busca da autonomia, muitos sofreram e passaram fome, mas se fizeram presentes nas frentes de lutas.

Figura 2. Demarcação das Terras Indígenas – Bahia

Fonte: Acervo CIMI – ACRE (1992).

Em Rio Branco, com conquista dos primeiros espaços físicos da UNI, os indígenas de vários povos traziam farinha, arroz, feijão, mandioca e banana. A esposa do senhor Zé Urias cozinhava para os caciques que chegavam para as reuniões estratégicas para fortalecer o movimento que aos poucos tomava corpo e passava a ser reconhecido.

O abastecimento era realizado coletivamente os povos presentes, os quais doavam os alimentos. Esta colaboração foi importante, pois além de fortalecê-los, permitia-se o estabelecimento de alianças de resistência frente a um país de matriz colonialista e que historicamente tem negado os direitos a seus primeiros habitantes, os povos originários.

A COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA – COIAB

Em 1978 lutavam pela desocupação de exploração de madeira no rio Xingu nas terras indígenas do povo Kaiapó, quando de maneira rápida sofreram tentativas de assassinato por defenderem as terras dos 'parentes indígenas'. As lideranças lutavam contra todos os tipos de invasores, não se tinha apoio do governo brasileiro, naquele tempo o apoio vinha todo do exterior e com muita luta se conseguiu apoio de outras nações.

Destarte, todo o processo de resistência e incansável luta para a criação da COIAB é descrita por Cruz (2018, p. 44-45):

> Segundo depoimento de Manoel Moura e José Urias, apresentado na Primeira Assembleia Geral das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (realizado em Manaus, de 17 a 21 de abril de 1989, com dezessete organizações indígenas presentes, vinte três povos indígenas e cinquenta e dois representantes indígenas, de cinco Estados - Amazonas, Rondônia, Amapá, Acre e Roraima), foi realizado em Itacoatiara (AM) um encontro de lideranças indígenas, com apoio do Conselho Indigenista Missionário, para organizar o movimento indígena na região Amazônica. Avaliação dos participantes da Primeira Assembleia sobre o que lhes foi apresentado por Manuel Moura (Tukano) e José Urias (Manchineri) foi a de que, apesar do movimento ter crescido nas "bases" (com a criação de organizações locais e com ações de lutas de âmbito também local), não conseguiram êxito na organização de forma mais ampla - "O que se pensava fazer em 3 meses, para criar uma 'Coordenadoria da Bacia Amazônica', já está custando 3 anos (Relatório da Primeira Assembleia Geral das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, também intitulada Primeira Assembleia da COIAB, 1989).

No entanto, conforme Cruz (2018) afirma, que no Relatório da Primeira Assembleia Geral das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, nos trabalhos de grupos das lideranças participantes um dos principais problemas relatados foi a tentativa do Estado, por meio da FUNAI, de desarticular o movimento e as organizações indígena da região amazônica existentes, para tanto, usou-se a estratégia de cooptação de lideranças (oferecimento de cargos, por exemplo) ou então, quando estas não aceitavam a tal proposta, usavam de ameaças quanto ao uso de possíveis atos de violência contra as lideranças. Como resultado dos trabalhos em grupos, ficou decidido que deveriam funcionar em Manaus uma *Comissão Permanente* para trabalho de articulação das diferentes organizações indígenas da Amazônia (p. 44). Assim, foi eleita seus primeiros representantes.

Dessa Comissão Permanente foram eleitos Manuel Moura, representante da Uni-Amazonas; Pedro Mendes, representante do Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT); Jaci José de Souza, representante

do Conselho Indígena de Roraima (CIR); Sebastião Maia Ferreira, representante da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN); Alírio Mendes, representante da Organização Geral dos Professores Ticuna Bilingue (OGPTB). Foi decido que o mandato da Comissão seria de quatro anos.

Já na Segunda Assembleia Geral das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, realizada em Manaus, de 16 a 19 de abril de 1990, com 165 participantes, foi discutida a questão das eleições para Coordenação da COIAB e foi aprovada a permanência da Coordenação. No entanto, um de seus componentes, Sebastião Maia Ferreira foi substituído por José Urias (representante da UNI-AC) (Cruz, 2018, p. 45). Daí seu Zé Urias se fixa na cidade de Manaus como um dos coordenadores da COIAB.

Nota-se que organizar a COIAB deu-se por intermédio de muita luta, sobretudo das bases que compõem a Amazônia brasileira.

No entanto, na Terceira Assembleia Geral da COIAB, realizada em Manaus de 17 a 22 de abril de 1992, foi discutida e aprovada um novo Estatuto, que redefiniu a estrutura interna da organização que funcionaria com uma equipe de Coordenação, um Conselho Fiscal e uma Coordenação Executiva. A Coordenação seria composta de representantes eleitos na "base" a partir das principais organizações regionais. A Assembleia Geral confirmaria a equipe de Coordenação e elegeria o Conselho Fiscal e a Coordenação Executiva da COIAB, esta trabalharia em Manaus. De acordo com as informações do Boletim Informativo n. 11 (maio de 1992), esta nova estrutura de funcionamento pretendia superar as grandes dificuldades de comunicação e isolamento dos povos de organizações indígenas da Amazônia e favorecer a participação de todas as organizações, de modo a estimular aquelas que tinham menor experiência (Cruz, 2018, p. 45).

O mesmo Boletim informa que a iniciativa de definir esta estrutura tinha como propósito fazer da COIAB uma organização realmente representativa que fosse mantida pelas suas bases e cujas linhas de ação seriam traçadas a partir da vontade política e da participação direta dos povos e organizações de toda Amazônia brasileira. Participaram desta Terceira Assembleia mais de 180 líderes indígenas de toda a Amazônia brasileira, os quais representavam 45 povos e 32 organizações (regionais e locais) provenientes dos estados do Amazonas, Pará, Roraima, Amapá, Rondônia, Mato Grosso e Acre, além de representantes do Sul do Brasil (Cruz, 2018, p. 45).

O mandato da nova Coordenação da COIAB seria por quatro anos. Foram indicados como Coordenadores por suas regiões:

> Orlando Baré (FOIRN), Amarildo Tukano (FOIRN), Pedro Mendes (CGTT), Clóvis Rufino (CIVAJA), Midas dos Santos (UNI-TEFÉ), Antenor Karitiana (Articulação -RO), José Urias (UNI-ACRE), João Sateré (CGTSM), Paulo Galipi (Amapá), Claudio Mura (CIM). Para Coordenação Executiva foram eleitos pela Assembleia Geral: Coordenador Geral - Orlando Melgueiro da Silva (Baré, FOIRN); Coordenador Regional - João Ferreira de Souza (Sateré-Mawé, CGTSM); Coordenador Administrativo - José Severino da Silva (Manchineri, UNI-ACRE); Coordenador de Educação, Saúde e Subsistência - Pedro Mendes (Tikuna, CGTT); Coordenador de Comunicação, Divulgação e Imprensa -Amarildo Machado Tukano (FOIRN). Como Coordenação de Rodízio ficaram: Cláudio Mura, Antenor Karitiana, Paulo Roberto Galibi, Clóvis Rufino, Midas Mayoruna. Foram eleitos para o Conselho Fiscal: Lúcio Menezes (Sateré-Mawé); André Cruz (Kambeba); Orlando Katukina (Katukina), Cecílio Mura (Mura), Messias Batista (Sateré-Mawé) e Darcy Comapa (Marubo). Foi deliberado que o Conselho Fiscal faça reunião duas vezes por ano, conjuntamente a Coordenação nos encontros de avaliação. O mesmo Boletim Informativo n° 11 (1992), traz dados sobre uma

> grande mobilização realizada em Brasília, no final do mês de abril, logo após a Terceira Assembleia Geral da COIAB. Cento e trinta e um líderes indígenas da Amazônia Brasileira participaram desta mobilização em Brasília, entre os mais de trezentos e cinquenta líderes indígenas de todo o país. Esta mobilização foi organizada por uma equipe de articulação indígena que vinha se reunindo regularmente desde junho 1991, composta por membros da COIAB, da articulação Leste/Nordeste, da UNI/Sul e do Comitê Terena (Cruz, 2018, p. 46)[5].

É importante ressaltar que a toda essa mobilização diziam respeito ao Estatuto dos Indígenas, os povos precisavam legislar seus direitos e subsidiar suas defesas dentro do Congresso Nacional, de modo a pautar seus direitos e participação como povos indígenas na Comissão que diz respeito a esse Estatuto.

Em 1998, Zé Urias sofreu um ataque de violência por parte de pessoas que eram contra os direitos indígenas dentro do Congresso Nacional. Naquele ano Zé Urias coordenava o Conselho e Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – CAPOIB, que hoje tem como sigla APIB. Por meio desta organização, esse líder foi um dos organizadores do Brasil 500 anos realizado na cidade de Cabrália, estado da Bahia. Em seu relato, ele afirma que "tiverem anos para se organizar e conseguir recursos para mobilizar todo o Brasil, tiveram várias reuniões com caciques, alguns que já não estão mais neste plano". A organização "fez a junção de todas as organizações brasileiras, no combate contra o forte anti indigenismo, pautaram suas lutas nas defesas de suas terras tradicionais, demarcações por reconhecimento e defesas de seus direitos".

Para registrar seu posicionamento, seu Zé Urias ficou por diversas ocasiões em frente ao relógio que marcava os dias que faltavam para completar os 500 anos (Figura 3). Ao seguir para o estado da Bahia, ficou na cidade de Cabrália, onde se reunia com vários povos indígenas daquele estado, para dar os encaminhamentos de suas petições e reinvindicações.

No dia das comemorações que marcava os 500 anos, foram para a Marcha com outros povos, ocasião em que foram perseguidos com bombas, helicópteros e até a Marinha estava sobre o mar contra a maior mobilização indígena que já havia acontecido até naquele momento. Muitos indígenas foram perseguidos, presos ou atingidos por bombas. Nasceu ali uma concentração mais forte, mas também, um novo modelo histórico de reivindicação.

Naquela mesmo dia e ano, Zé Urias, teve sua casa invadida pela polícia, a qual procurava manifestantes não indígenas para prender. Sua família e filhos estavam presentes, fato esse que levou seu Zé Urias a solicitar membros das organizações, jornalistas defensores das causas indígenas a fim de reforçar a denúncia contra a polícia local e sobretudo o governante de ocasião.

Assim conta-se aqui um pouco da trajetória de luta de Zé Urias Manchineri, e sua participação em algumas esferas das organizações indígenas, regionais e nacional, bem como nas várias mobilizações em defesa das causas dos povos originários.

Figura 3. Na cidade de Cabrália – BA, para cumprir a agenda da CAPOIB nas manifestações do Brasil 500 anos

Fonte: Acervo de Alessandra Manchinery (2000).

Aos 81 anos de idade ainda se faz presente nas lutas indígenas, com o mesmo entusiasmo de quando era mais jovem. Prova disto, foi sua presença durante o Acampamento Terra Livre realizado na cidade de Brasília em 2023, onde pode manifestar suas preocupações quanto à condução da política indigenista no Brasil, sobretudo, no que se refere à negação de direitos aos povos indígenas, especialmente ao marco regulatório em tramitação no Congresso Nacional, que, se aprovado, será um grande retrocesso frente às poucas conquistas obtidas.

O Acampamento Terra Livre (ATL) é um encontro anual que reúne povos indígenas de diferentes regiões do Brasil para discutir questões relacionadas a demandas territoriais, culturais e ambientais dos povos indígenas. Neste encontro de 2023, Zé Urias (Figura 4) se fez presente como membro da Organização de Manchineri em Contexto Urbano – MATPHA.

Figura 4. Acampamento Terra Livre - ATL

Fonte: Acervo MAPTHA (2023).

Deste modo, seu Zé Urias tem a nítida clareza que a luta continua, talvez mais intensa do que no passado, com maiores desafios, os quais não atingem somente os povos indígenas, mas a todos os seres vivos do Planeta, como é o caso das mudanças globais relacionadas ao clima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao apresentar a história de luta do senhor Zé Urias, liderança, cacique e pajé do povo Manchineri, é também motivo de homenagem à uma pessoa que durante toda sua vida tem se dedicado incansavelmente na defesa dos povos indígenas da Amazônia brasileira, sobretudo, daqueles que encontram-se no estado do Acre. Assim, a homenagem a ele é reconhecer também a luta das demais lideranças e povos indígenas que arriscavam suas vidas, que recebem ameaças, ataques, violências, pressões constantes e até mesmo tombam em defesa de seus territórios.

Descrever a história do seu Zé Urias, é sentir o pisar do chão, da terra, do solo, com a firmeza e ter a certeza que a luta não foi, não é, e não será em vão, visto que o conhecimento transmitido por este líder, o qual enche de esperanças os mais novos, com isto prospecta novos outros desafios.

Zé Urias ensina que navegar nas águas dos rios traz situações inesperadas. Ora turbulentas, ora calmarias. Em meio à sede em se saciar das águas ou banhar-se nos rios exige-se completa atenção. Assim é a vida. E a sua tem sido marcada pela construção de lutas, batalhas, idas e voltas, as quais possibilitaram a criação de importantes organizações indígenas na Amazônia, sobretudo no Acre, como aliança em pró das causas e dos povos originários.

Deste modo, o presente artigo, singularmente procurou descrever sua contribuição na luta do movimento indígena amazônico, desde a tenra idade em que como aprendiz em seu processo de

formação tornou-se pajé, liderança, cacique, ancião, guardião da cultura, ponto de centralidade para seu povo e uma grande referência no estado do Acre, que mesmo aos 81 anos de idade traz na alma o entusiasmo de ser indígena e a disposição para a luta com objetivo de conquistar e assegurar direitos. Enfim, seu Zé Urias com seu histórico de vivências busca um mundo melhor, mais justo e equilibrado para toda a humanidade.

Vida longa ao seu Zé Urias e a todos os povos indígenas!!

NOTA

5 Conselho Indígena do Vale do Javarí (CIVAJA); Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM); Conselho Indígena Mura (CIM).

REFERÊNCIAS

CRUZ, Andrezinho Fernandes. **"Representantes" indígenas no Estado brasileiro**: análise da trajetória participativa da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira nas esferas do indigenismo estatal. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Manaus: PPGAS/UFAM. 2018, 156f. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6966. Acesso em 20 jan 2023.

SAYAD, A. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SOARES, Weber. Para além da concepção metafórica de rede sociais: fundamentos teóricos da circunscrição topológica da migração internacional. **Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Ouro Preto: ABEP, 4 a 8.11.2022. p.1-27. Disponível em: http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1093/1057. Acesso em 10 mai 2023.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**. São Paulo. v. 20, n.1, 2008, p.199-217. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/240771344_Redes_em_processos_migratorios. Acesso em 10 jun 2023.

Pesquisa em Instituições Indígenas

CPI-ACRE. **Acervo**. Comissão de Povos Indígenas do Acre – CPI/Acre

CIMI-ACRE. **Acervo**. Conselho Indígena Missionário – CIMI – Rio Branco-Acre

MATPHA. **Acervo**. Organização de Manchineri em Contexto Urbano – MATPHA – Rio Branco-Acre.

Entrevista

MANCHINERI, José Severino da Silva – Zé Urias Manchineri. **Entrevista concedida à Alessandra Severino da Silva Manchineri**. Rio Branco, 23 agosto de 2023.

DOI: https://doi.org/10.18817/26755122.30.1.2026.4603

VINÍCOLA BELOTO E O VINHO DA UVA JACQUES: A MANUTENÇÃO DA TRADIÇÃO PELO APRIMORAMENTO TÉCNICO

BELOTO WINERY AND THE JACQUES GRAPE WINE: MAINTAINING TRADITION THROUGH TECHNICAL IMPROVEMENT

BODEGA BELOTO Y EL VINO DE LA UVA JACQUES: EL MANTENIMIENTO DE LA TRADICIÓN A TRAVÉS DEL PERFECCIONAMIENTO TÉCNICO

Eli Fernando Tavano Toledo[1]
0000-0001-6480-2561
eli.toledo@ifsp.edu.br

Angelita Santos Marinho Vasconcellos[2]
0009-0000-5589-023X
angelita_smv@hotmail.com

CIÊNCIA Geográfica
Ano XXX - Vol. XXX - (1): Janeiro/Dezembro - 2026
ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461
www.agbbauru.org.br

1 Professor Dr. EBTT do IFSP - Campus Avaré. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6480-2561. E-mail: eli.toledo@ifsp.edu.br.
2 Licencianda em Geografia no IFSULDEMINAS - Campus Poços de Caldas. ORCID: https://orcid.org/0009-0000-5589-023X. E-mail: angelita_smv@hotmail.com.

Artigo recebido em abril de 2026 e aceito para publicação em junho de 2026.

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: O estudo objetiva analisar o vinho Caterina (Vinícola Beloto) como expressão da articulação entre tradição e inovação na vitivinicultura de Andradas (MG). A pesquisa foca na uva Jacques, variedade central na identidade local, e utiliza os conceitos de "Gênero de Vida" de Max Sorre e Vidal de La Blache como base teórica. Adota-se abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e entrevista com o produtor. Discute-se como a técnica da dupla poda ressignifica essa uva histórica, resultando no primeiro vinho de mesa brasileiro elaborado com esse manejo. Os resultados indicam que a iniciativa permite obter vinhos de maior qualidade técnica sem romper com a herança territorial, promovendo uma continuidade cultural mediada pela tecnologia. Conclui-se que o projeto fortalece a identidade de Andradas ao integrar memória e inovação, evidenciando novas possibilidades de valorização para variedades históricas no cenário contemporâneo.

Palavras-chave: Geografia do vinho. Vitivinicultura. Patrimônio cultural. Uva Jacques. Dupla poda.

ABSTRACT: This study aims to analyze the Caterina wine (Beloto Winery) as an expression of the link between tradition and innovation in the viticulture of Andradas (MG). The research focuses on the Jacques grape, a central variety in local identity, and utilizes the concepts of "Genre de Vie" (Way of Life) by Max Sorre and Vidal de La Blache as its theoretical framework. A qualitative approach was adopted, based on a literature review and an interview with the producer. It discusses how the double pruning technique gives new meaning to this historical grape, resulting in the first Brazilian table wine produced with this management method. The results indicate that the initiative allows for the production of wines with higher technical quality without breaking with the territorial heritage, promoting cultural continuity mediated by technology. The study concludes that the project strengthens the identity of Andradas by integrating memory and innovation, highlighting new possibilities for the valuation of historical varieties in the contemporary scene.

Keywords: Geography of wine. Viticulture. Cultural heritage. Jacques grape. Double pruning.

RESUMEN: El estudio tiene como objetivo analizar el vino Caterina (Bodega Beloto) como expresión de la articulación entre tradición e innovación en la vitivinicultura de Andradas (MG). La investigación se centra en la uva Jacques, variedad central en la identidad local, y utiliza los conceptos de "Género de Vida" de Max Sorre y Vidal de La Blache como base teórica. Se adopta un enfoque cualitativo, fundamentado en una revisión bibliográfica y una entrevista con el productor. Se discute cómo la técnica de la doble poda dota de un nuevo significado a esta uva histórica, dando como resultado el primer vino de mesa brasileño elaborado con este manejo. Los resultados indican que la iniciativa permite obtener vinos de mayor calidad técnica sin romper con la herencia territorial, promoviendo una continuidad cultural mediada por la tecnología. Se concluye que el proyecto fortalece la identidad de Andradas al integrar memoria e innovación, evidenciando nuevas posibilidades de valorización para variedades históricas en el escenario contemporáneo.

Palabras clave: Geografía del vino. Vitivinicultura. Patrimonio cultural. Uva Jacques. Doble poda.

INTRODUÇÃO

O município de Andradas, localizado no Sul de Minas Gerais, possui uma rica tradição vitivinícola que compõe parte de sua identidade cultural. Entre as variedades cultivadas, a uva Jacques se destaca como patrimônio imaterial do município, representando o saber-fazer transmitido entre gerações (Lei Municipal nº 1.429, de 17 de fevereiro de 2006). A Vinícola Beloto, criada em 1928, surge como símbolo dessa continuidade, aliando tradição e modernidade por meio da produção do Vinho Caterina, o primeiro vinho de mesa brasileiro elaborado com a técnica da dupla poda. Assim, este texto tem como objetivo analisar como a produção do Vinho Caterina integra tradição e inovação, valorizando o patrimônio cultural e o desenvolvimento local a partir da experiência da família Beloto.

A análise da revalorização da uva Jacques na Vinícola Beloto pode ser compreendida à luz do pensamento de Max Sorre (1984), especialmente a partir dos conceitos de Gênero de Vida e Ecologia Humana. O Gênero de Vida, na tradição da Geografia Clássica, constitui um conceito central para a compreensão da produção do espaço geográfico, sendo definido como o conjunto articulado de práticas materiais e imateriais que estruturam a relação entre sociedade e natureza. Em Vidal de La Blache (2012, *apud* Haesbert; Pereira; Ribeiro, 2012), esse conceito expressa a capacidade das sociedades de mobilizar, de forma seletiva e histórica, as potencialidades do meio, configurando paisagens específicas. Em Max Sorre, tal noção é aprofundada ao incorporar a dimensão ecológica e técnica, compreendendo o Gênero de Vida como um sistema adaptativo complexo, no qual as práticas produtivas, as inovações técnicas e as condições ambientais interagem continuamente. Desse modo, o Gênero de Vida revela-se como uma construção histórica, técnica e geográfica, simultaneamente estável e mutável, que sintetiza a dialética entre permanências e transformações no espaço.

Tradicionalmente associada a sistemas produtivos de tecnificação bem marcada no tempo e voltada ao consumo local e regional, a uva Jacques expressa uma permanência no espaço geográfico da Serra do Caracol, localizada na Região Vulcânica do Planalto de Poços de Caldas (Serra da Mantiqueira), evidenciando a adaptação histórica de grupos sociais às condições naturais regionais (Ellert, 1959). Contudo, a incorporação da técnica da dupla poda, desenvolvida pela EPAMIG - Caldas, introduz uma nova mediação entre sociedade e meio, na qual a técnica não substitui o meio, mas o reinterpreta. Tal inovação promove a colheita no inverno, em condições climáticas mais desafiadoras, eleva significativamente a qualidade da uva e possibilita a inserção da produção em mercados mais exigentes.

Nesse processo, o espaço geográfico deixa de ser apenas tradicional e passa a se constituir também como tecnificado e especializado, revelando uma reconfiguração do Gênero de Vida vitivinícola. Assim, observa-se não uma ruptura, mas uma continuidade transformada, na qual a técnica permite a ressignificação de uma variedade que foi essencial, mas com o tempo e mudanças de consumo foi marginalizada, inserindo-a a possíveis mercados consumidores mais exigentes e de maior valor agregado. Sem dúvida, a existência do Vinho Caterina constitui uma ponte entre o passado vitivinícola de Andradas e a reafirmação de uma memória de pertencimento, materializada em um produto que incorpora uma técnica testada e aplicada por agentes e trabalhadores do próprio espaço geográfico.

METODOLOGIA

O presente artigo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na articulação entre levantamento bibliográfico e pesquisa empírica. O levantamento bibliográfico teve como objetivo contextualizar a formação histórica da vitivinicultura no município de Andradas, a importância cultural da uva Jacques e os aspectos técnico-científicos relacionados à produção vitivinícola no Brasil, com ênfase na técnica da dupla poda, desenvolvida pela Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), unidade de Caldas (MG). Para tanto, foram analisados livros, artigos científicos, publicações técnicas e documentos institucionais, com destaque para o *Dossiê de Registro do Modo de Fazer Vinho de Uva Jacques*, documento fundamental para a compreensão do valor histórico, simbólico e identitário dessa variedade no município.

Como procedimento complementar, realizou-se uma entrevista semiestruturada com Rogério Beloto, sócio-proprietário da Vinícola Beloto, localizada no município de Andradas (MG), responsável pela produção do Vinho Caterina, elaborado a partir da uva Jacques com a aplicação da técnica da dupla poda. A entrevista foi realizada no dia 5 de dezembro de 2025, nas dependências da própria vinícola, e teve como objetivo compreender as motivações, percepções e desafios envolvidos na adoção dessa técnica, bem como sua relação com a tradição vitivinícola local.

As informações obtidas por meio da entrevista foram analisadas de forma interpretativa e articuladas ao referencial teórico mobilizado na pesquisa, buscando estabelecer um diálogo entre o conhecimento técnico-científico e a experiência empírica do produtor.

O grupo de trabalho faz parte do projeto de pesquisa e extensão "A busca da Indicação Geográfica dos Vinhos de Andradas e Caldas", amparado pelo MEC-SETEC, IFES e IFSP - no Edital 12/2025 - Promoção das Indicações Geográficas.

A VITIVINICULTURA DE ANDRADAS

A compreensão da vitivinicultura em Andradas exige, antes de tudo, um breve retorno à sua formação histórica. A localidade, originalmente chamada São Sebastião do Jaguary, foi elevada à vila em 1888, passando então a se denominar Caracol, nome inspirado na Serra do Caracol, cuja cadeia montanhosa curvilínea lembrava o movimento de um caracol. Posteriormente, em 1928, com sua elevação à categoria de cidade, o nome foi alterado para Andradas em homenagem ao então presidente do estado de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (Andradas, 2022). Apesar da mudança, o antigo nome Caracol permanece vivo na memória social local, sendo frequentemente mencionado em registros e narrativas sobre as origens do município.

A formação da vitivinicultura em Andradas constitui a base para sua consolidação como a "Terra do Vinho" e como importante destaque vinícola de Minas Gerais (Andradas, 2022; G1, 2025). Esse processo inseriu-se em um movimento mais amplo de expansão do cultivo de uvas no Sudeste brasileiro desde o século XIX. Em Minas Gerais, os parreirais prosperaram especialmente no sul do estado, onde, como afirma Souza (2019), os vinhedos se desenvolveram de modo significativo nos municípios de Baependi, Campanha, Caldas e Caracol[3].

O marco inicial da vitivinicultura local remonta a 29 de fevereiro de 1888, quando segundo Souza (2019, p. 2), o Coronel José Francisco de Oliveira introduziu vinte variedades de parreiras

provenientes da França. Entre elas, destacava-se a uva Jacques, cujo plantio incluía cerca de 487 pés. Como explica o autor, os experimentos conduzidos pelo coronel obtiveram êxito, de modo que ele rapidamente começa a produção de vinhos. Esse pioneirismo impulsionou a difusão das videiras para propriedades vizinhas, favorecendo a consolidação da vitivinicultura como uma atividade econômica de relevância regional. Já em 1911, a então Vila do Caracol se destacava como a segunda maior produtora de vinho do estado de Minas Gerais, com "49.500 litros de vinhos" (Souza, 2019, p. 2), ficando atrás apenas do município de Ouro Fino.

A imigração italiana desempenhou papel fundamental nesse desenvolvimento. Os imigrantes, muitos oriundos do norte da Itália, trouxeram consigo conhecimentos empíricos sobre o cultivo da videira e a produção artesanal de vinho. Andradas (2022), sintetiza esse processo ao afirmar que o cultivo da uva é uma herança do século XIX, "aprimorada pelos imigrantes italianos" (p. 9), que fabricavam vinho nos porões de suas chácaras e difundiam práticas vitivinícolas no cotidiano local. Ainda segundo o documento, Andradas se tornou "a zona vinícola mais importante do Estado de Minas Gerais" (p. 9), chegando, nos anos 1960, a produzir mais da metade de todo o vinho mineiro. A forte presença da imigração presença contribuiu não apenas para a expansão do cultivo, mas também para a consolidação de vinícolas familiares, muitas das quais evoluíram para empreendimentos de maior escala nas décadas seguintes.

O fluxo migratório para a região Sudeste entre os séculos XIX e XX foi significativo, impulsionado pelo ciclo cafeeiro e pelo surto industrial, com destaque para o município de São Paulo. Tal dinâmica demográfica atuou como um fator de transferência técnica para diversas atividades em todos os setores da geografia econômica paulista (Mamigonian, 2000).

Outro marco importante na história vitivinícola do município foi a criação da Subestação de Enologia, instituída pelo Decreto nº 826 de 1938. A unidade, vinculada ao Ministério da Agricultura, passou a funcionar em 1942 com modernos laboratórios e equipe técnica especializada. Essa estrutura tornou Andradas "a segunda zona de produção em instalações no Brasil" (Andradas, 2022, p. 51). A Subestação, além de realizar análises e controle da qualidade dos vinhos, desenvolveu pesquisas para adaptação de variedades, buscando melhorar a produção local: um incentivo alinhado à política da época de "diversificação da produção regional e nacional" (Andradas, 2022, p. 51).

A consagração definitiva da identidade vinícola de Andradas se intensifica com o início das festividades ligadas ao setor. Inspirada pela Festa da Uva de Caldas, criada em 1951, a cidade realizou em 1954 a sua primeira Festa do Vinho, concebida com o propósito de divulgar os vinhos locais e atrair visitantes. Como observam Souza, Funari e Carlan (2025, p. 126), o evento rapidamente se tornou um dos principais atrativos do Sul de Minas, impulsionando a produção vitivinícola e reforçando a imagem do município como "Terra do Vinho". Ainda segundo os autores supracitados, a profunda importância econômica e simbólica que o vinho adquire para Andradas pode ser evidenciada em diversos marcos e elementos urbanos, entre eles a construção do Pavilhão do Vinho: um edifício imponente erguido no final da década de 1960 para sediar oficialmente os festejos e materializar, no espaço urbano, o peso dessa tradição.

Dessa forma, a história da vitivinicultura em Andradas, mais que centenária, resulta da combinação de diversos fatores, como o pioneirismo técnico, a presença e o saber-fazer dos imigrantes italianos, os incentivos governamentais e a valorização cultural expressam em eventos e marcos urbanos. Esse conjunto de elementos ajuda a compreender por que a uva Jacques se enraizou tão profundamente na identidade local, tornando-se um dos principais símbolos do município.

O MODO DE FAZER VINHO DE UVA JACQUES COMO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO

A consolidação de Andradas como a "Terra do Vinho" está intrinsecamente associada ao cultivo da uva Jacques (também grafada como Jacquez ou Vitis bourquina), variedade que demonstrou elevada adaptação às condições edafoclimáticas locais. Como já afirmado, introduzida no município no final do século XIX, essa espécie tornou-se predominante, sustentando por décadas a produção de vinhos de mesa e desempenhando papel central na estruturação da vitivinicultura andradense. A paisagem produtiva da região, marcada pelo vigor desta casta, reflete essa trajetória histórica (Figura 1). Sua importância é amplamente reconhecida, uma vez que, conforme destacado no Dossiê de Registro do Modo de Fazer Vinho de Uva Jacques: "foi a partir do cultivo dessa uva e da produção de vinho feito com ela que Andradas se tornou historicamente a terra do vinho" (Andradas, 2022, p. 60).

Figura 1. Parreiral da variedade Jacques na propriedade da Família Beloto

Fonte: Acervo da família Beloto (2026).

Ao longo da primeira metade do século XX, a uva Jacques não apenas ocupou posição de destaque na economia local, mas também estruturou um modo de fazer profundamente enraizado na cultura andradense, consolidando práticas produtivas, saberes tradicionais e formas de organização social vinculadas à vitivinicultura. Essa centralidade permanece evidente nas décadas seguintes, especialmente nos anos 1960, período em que a atividade vitivinícola constituía a base da economia municipal. Nesse sentido, Rossi e Frederico (2025, p. 201) destacam que "o município de Andradas, localizado no sul do estado de Minas Gerais, possui uma tradição secular de produção de uva e vinhos de mesa", tradição essa fortemente alicerçada no cultivo da uva Jacques. A manutenção dessa cultura deve-se à memória e ao trabalho contínuo de famílias de viticultores que, por gerações, preservam o manejo da Jacques, como as famílias Beloto, Bertoli, Basso, Muterle, Marcon e

Pastre. Registros de memória oral reforçam que essa variedade não se limitava aos vinhos de mesa convencionais, sendo também a base para a elaboração do histórico 'vinho tipo madeira' andradense: prática tradicionalmente conduzida pela família Bertoli em Andradas e mantida viva na memória de produtores que acompanham essa trajetória desde os tempos de seus antepassados.

A expressividade dessa variedade pode ser dimensionada pela extensão das áreas cultivadas no período, uma vez que, segundo o dossiê de registro, "4 mil hectares de terra estavam destinados ao cultivo de uva Jacques" (Andradas, 2022, p.83). O vinho de mesa produzido no município era elaborado exclusivamente a partir dessa variedade, configurando uma produção em larga escala que chegou a representar mais da metade do vinho produzido no estado de Minas Gerais. Tal volume produtivo sustentava dezenas de adegas e vinícolas, evidenciando a relevância econômica e territorial da vitivinicultura para Andradas.

Entretanto, a partir da segunda metade do século XX, a vitivinicultura tradicional passou por um processo gradual e significativo de declínio. Esse movimento foi marcado por transformações no paladar do consumidor, que passou a demonstrar preferência por variedades como a bordô (espécie Vitis labrusca), bem como pela intensificação da concorrência com os vinhos oriundos do Sul do país, especialmente em função das mudanças na infraestrutura da malha rodoviária, que passaram a facilitar o escoamento em larga escala da produção vitivinícola da região Sul em direção ao Sudeste. Tal dinâmica impactou diretamente o mercado paulista, historicamente o principal destino dos vinhos produzidos em Andradas, intensificando a concorrência e pressionando os preços dos vinhos andradenses. Esse cenário de retração produtiva, associado à redução das áreas cultivadas, gerou uma preocupação concreta quanto à continuidade do cultivo da uva Jacques e à preservação dos saberes tradicionais a ela associados. O documento ressalta que a produção passou a ocorrer, em grande parte, voltada ao consumo próprio ou à comercialização limitada, o que intensificou o receio de desaparecimento dessa prática cultural historicamente constitutiva da identidade andradense (Andradas, 2022).

Além do reconhecimento do patrimônio imaterial, a importância da vitivinicultura em Andradas também se expressa por meio da preservação de outros bens culturais materiais e imateriais diretamente relacionados a essa atividade. Entre eles, destacam-se a Adega Izidro Gonçalves, o Campo Experimental Estação Enologia e a Festa do Vinho. Esses bens, em conjunto, reforçam a dimensão patrimonial do vinho em Andradas, articulando práticas produtivas, espaços simbólicos e celebrações coletivas. Sobretudo, evidenciam a relevância da uva Jacques para a vitivinicultura andradense, uma vez que foi essa variedade que moldou historicamente a cultura vitivinícola do município (Toledo; Vasconcellos, 2024; Vasconcellos; Toledo, 2024).

A TÉCNICA DA DUPLA PODA NA VITIVINICULTURA BRASILEIRA

A técnica da dupla poda, também denominada manejo para colheita de inverno, fundamenta-se na execução de duas intervenções de poda em um único ciclo anual. O propósito central é a manipulação do período de maturação, deslocando a vindima para os meses de inverno. Desenvolvida e validada no Brasil pela Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig) em Caldas-MG (município que também possui forte tradição na vitivinicultura), essa metodologia permitiu a viabilização de vinhos finos em regiões antes consideradas inaptas para a vitivinicultura de alta gama (Toledo *et al*., 2024).

Esta abordagem surge como uma resposta estratégica às limitações climáticas de diversas regiões brasileiras. Conforme aponta a Epamig (2020), o deslocamento da colheita para o período

de inverno seco no Sudeste foi o fator que viabilizou uma maturação plena das uvas no campo. No modelo tradicional, a vindima coincide com o verão, estação marcada por índices pluviométricos elevados que favorecem a incidência de doenças fúngicas e comprometem a sanidade dos frutos. Nesse sentido, Toledo *et al.* (2024) reforçam que a técnica otimiza a produção de uvas viníferas ao permitir um controle fitossanitário mais rigoroso e elevar o padrão qualitativo da matéria-prima.

Para além de um simples ajuste de calendário, a técnica da dupla poda consolidou uma verdadeira revolução técnico-científica com repercussões em escala nacional. Historicamente, a vitivinicultura brasileira foi orientada, de forma predominante, para o cultivo da espécie Vitis labrusca, em razão de sua maior rusticidade e elevada produtividade sob as condições edafoclimáticas do território brasileiro. Contudo, conforme assinalam Regina *et al.* (2006), "em razão de suas características organolépticas, [a Vitis labrusca] não se presta à elaboração de vinhos finos".

Conforme os autores supracitados, a viabilização de novos projetos vitícolas, possibilitada pela adoção da técnica da dupla poda, permitiu a introdução bem-sucedida de diferentes cultivares de Vitis vinifera, popularmente conhecidas como uvas europeias. Essas variedades distinguem-se das uvas americanas por apresentarem um perfil sensorial mais adequado à elaboração de vinhos de guarda e de alta gama. Entretanto, até então, seu cultivo em Minas Gerais era limitado pela elevada sensibilidade fitossanitária dessas plantas às condições de clima tropical úmido.

Tecnicamente, o manejo envolve duas etapas distintas: uma primeira poda realizada no inverno, de caráter não produtivo, na qual se recomenda a eliminação de todos os cachos formados para sugerir o acúmulo de reservas, e uma segunda poda no verão, que atua como a poda produtiva propriamente dita. Esse processo promove a inversão do ciclo fenológico da videira, sincronizando a maturação com o inverno (Regina *et al.,* 2006; Toledo *et al*., 2024).

Quadro 1. Comparação entre ciclo tradicional e ciclo de dupla poda

Atributo	Ciclo tradicional	Ciclo de dupla poda (colheita de inverno)
Poda de inverno	Única e produtiva.	1ª Poda: formação (eliminação de cachos).
Poda de verão	Poda verde (manutenção).	2ª Poda: produtiva (indução da frutificação).
Época da colheita	Verão (janeiro/fevereiro).	Inverno (junho a agosto).
Desafio climático	Alta pluviosidade e riscos fitossanitários.	Seca severa (necessidade de irrigação).
Condição qualitativa	Maturação afetada pelas chuvas.	Amplitude térmica: maior acúmulo de açúcares.
Compostos fenólicos	Pode ser comprometida pelo excesso de chuva.	Favorecida pelo clima seco e noites frias.

Fonte: Fonseca (2024), organizado pelos autores.

A consolidação desse manejo deve-se ao pioneirismo da Epamig-Caldas, cujas pesquisas intensivas em fazendas experimentais transformaram o panorama vitivinícola nacional. A difusão dessa técnica a partir da Epamig-Caldas não apenas aprimorou a qualidade dos vinhos produzidos no Sudeste e outras regiões brasileiras, como também promoveu uma reconfiguração técnica e territorial da vitivinicultura brasileira, consolidando o prestígio dos vinhos de colheita de inverno.

Destarte a viabilidade técnica da dupla poda no território de Andradas fundamenta-se na superação do maior obstáculo à viticultura de qualidade no Sudeste brasileiro: a coincidência entre o período de maturação e as altas precipitações do verão.

Conforme Regina *et al.* (2007), a inversão do ciclo produtivo permite que a colheita ocorra durante o inverno, quando o clima é caracterizado por uma baixa pluviosidade e uma elevada amplitude térmica. No Sul de Minas, as condições climáticas nesse período assemelham-se às de grandes regiões vitivinícolas mundiais, com dias ensolarados que garantem a atividade fotossintética e noites frias que preservam a acidez e favorecem o acúmulo de compostos fenólicos.

No caso da variedade Jacques, quando se faz o procedimento da dupla poda, esse deslocamento fenológico possibilita que a uva alcance a maturação plena sob condições de tempo seco, reduzindo a degradação da cor e a incidência de doenças fúngicas típicas do período estival. Assim, o terroir de Andradas-MG no inverno oferece o suporte físico indispensável para que a uva Jacques expresse um potencial enológico superior, consolidando a integração entre a inovação tecnológica e as características geográficas da região.

A INOVAÇÃO TÉCNICA NA PRODUÇÃO DA UVA JACQUES - FAMÍLIA BELOTO

A trajetória da família Beloto está profundamente associada ao processo de formação da vitivinicultura no município de Andradas, no sul de Minas Gerais. A Adega Beloto foi fundada em 1928, na Chácara Santa Clara, situada no bairro rural Jaguari, local que preserva, até os dias atuais, importantes características arquitetônicas e estruturais originais da vinícola, como dornas, barris e barricas de madeira. Inserida na zona rural do município, a vinícola sempre manteve uma produção voltada predominantemente para vinhos de mesa, além da elaboração de rótulos mais elaborados, comercializados sob a marca Colônia. Mais recentemente, a vinícola vem ampliando seu portfólio, passando a trabalhar também com a produção de vinhos finos, elaborados a partir de uvas da espécie Vitis vinifera, com destaque para a cultivar Syrah.

No que se refere à sua localização espacial, a Vinícola Beloto encontra-se inserida na área rural do município de Andradas. A Figura 2 apresenta a localização da vinícola no contexto municipal, evidenciando sua posição em relação à área urbana e às principais vias de acesso.

Figura 2. Localização da Vinícola Beloto no Município de Andradas

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Google Earth (2026).

A origem da vinícola remonta ao processo de imigração italiana, marcado pela trajetória de Pietro Bellotto e Catharina Tonon, naturais da região de Treviso, que se estabeleceram inicialmente em São João da Boa Vista e, posteriormente, tiveram descendentes fixados em Andradas. Foi nesse contexto que Ferdinando Bellotto e sua esposa Gilda Kemp adquiriram terras na Chácara Santa Clara, na década de 1920, onde passaram a cultivar café e a uva Jacques, prática comum entre descendentes de italianos no município. Em 1928, a construção de um pavilhão maior marcou a consolidação da Vinícola Beloto. Conforme ilustrado na Figura 3, que apresenta uma fotografia antiga da família Beloto, incluindo a avó Catharina, é possível observar elementos que remetem à memória e à tradição familiar associadas à atividade vitivinícola. O envolvimento contínuo das diferentes gerações da família na atividade vitivinícola evidencia a transmissão intergeracional do saber-fazer, elemento central da identidade produtiva e cultural da vinícola (Andradas, 2022).

Segundo Rogério Belotto, em entrevista semiestruturada realizada no âmbito desta pesquisa, a uva Jacques está presente na histórica do município de Andradas e encontra-se diretamente associada ao processo de imigração italiana na região. O entrevistado afirma que "a uva Jacques acompanha toda a história de Andradas, e de todas as famílias italianas que vieram da Itália e se instalaram em Andradas", ressaltando que, embora a cultivar já estivesse presente de forma pontual entre agricultores locais, foi a imigração italiana que impulsionou de maneira significativa sua expansão no município. De acordo com o produtor, os imigrantes, munidos de conhecimentos técnicos e práticas agrícolas oriundos da tradição europeia, "impulsionaram ainda mais os parreirais de uva Jacques em Andradas", especialmente a partir do final do século XIX, por volta de 1893.

Figura 3. Fotografia antiga da família Beloto, com destaque para a avó Catharina

Fonte: Acervo da família Beloto (2026).

A fala do produtor permite compreender a centralidade da uva Jacques não apenas como um elemento econômico, mas como expressão de um Gênero de Vida vitivinícola historicamente constituído no território de Andradas. Ao afirmar que "a uva Jacques acompanha toda a história de Andradas", evidencia-se a permanência de práticas e valores culturais que remetem à concepção de Vidal de La Blache (2012, *apud* Haesbaert; Pereira; Ribeiro, 2012) sobre a capacidade das sociedades de mobilizar, de forma seletiva, as potencialidades do meio na construção de paisagens específicas. Em diálogo com essa perspectiva, a abordagem de Max Sorre (1984) amplia a análise ao incorporar a dinâmica técnica; nela, o Gênero de Vida é visto como um sistema adaptativo onde as inovações, como a dupla poda, ressignificam a relação dialética entre sociedade e natureza. Assim, a vitivinicultura local não é determinada pelo meio, mas sim uma construção histórica que se materializa na identidade territorial e no aprimoramento técnico do vinho de inverno.

Esse processo resultou, nas décadas seguintes, na consolidação da vitivinicultura local. Rogério Belotto relata que "por volta de 1920, 1930, já se tinha uma boa produção dessa uva", período em que os agricultores não apenas produziam para o consumo próprio, mas também comercializavam o excedente. Os vinhos elaborados com a uva Jacques eram armazenados em barricas e enviados para o estado de São Paulo, evidenciando a inserção de Andradas em circuitos regionais de comercialização. Além de sua aptidão para a vinificação, o entrevistado destaca as qualidades da uva para consumo in natura, afirmando que ela apresenta "uma doçura e uma acidez, um sabor balanceado", além de despertar forte sentimento de nostalgia, já que "quem experimentou, hoje quando sabe que aqui tem, vem de longe buscar a uva Jaques".

A relevância dessa variedade no território andradense pode ser observada também pela sua expressiva escala de cultivo ao longo do século XX. Em entrevista, Rogério Belotto relembra que, entre as décadas de 1960 e 1970, Andradas chegou a contar com cerca de "700 mil pés de uva Jacques", informação que, segundo ele, tem como base dados do Ministério da Agricultura e Pecuária, havendo ainda propriedades que preservam parreiras remanescentes desse período.

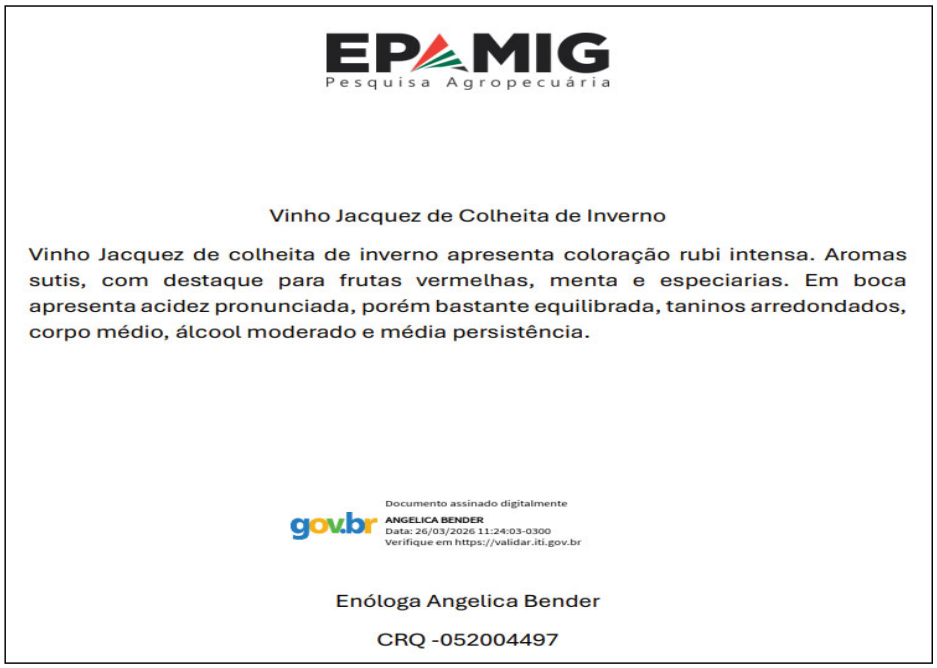
Entretanto, a partir da década de 1980, iniciou-se um processo de retração do cultivo da uva Jacques, intensificado com a virada do século e a introdução das variedades viníferas. Rogério Belotto explica que muitos produtores passaram a substituir os parreirais tradicionais, especialmente com a difusão da técnica da dupla poda aplicada às uvas europeias. Diante desse cenário e das mudanças no perfil do consumidor, que passou a demandar vinhos mais elaborados, a família Belotto se viu diante do desafio de inovar sem romper com sua identidade. Segundo o entrevistado, "a gente pensava: precisamos inovar com vinhos finos também, mas não podemos perder a nossa característica, que é a uva Jaques".

Cabe relembrar que no ciclo tradicional de cultivo, com a colheita ocorrendo no verão chuvoso do Sudeste brasileiro, a Jacques raramente atingia a maturação ideal. Marcado por uma acidez agressiva e uma rusticidade adstringente resultantes dessas chuvas constantes, o tradicional vinho da uva Jacques foi, com a evolução das exigências do mercado ao longo do tempo, considerado cada vez menos agradável ao paladar, o que acabou consolidando o seu antigo estigma de bebida inferior. Para tentar corrigir essa acidez excessiva e tornar a bebida palatável, a prática comum era a chaptalização agressiva (adição de muito açúcar). Isso selou o destino da uva: ela tornou-se sinônimo do "vinho de garrafão", visto pelos avaliadores como uma bebida excessivamente doce e unidimensional.

Foi a partir dessa reflexão que surgiu a proposta de aplicar a técnica da dupla poda à uva Jacques, experiência iniciada de forma prática em 2022. Rogério Belotto relata que os primeiros testes

apresentaram dificuldades, com brotações irregulares e baixa produtividade, mas já indicavam um potencial qualitativo diferenciado. Em 2023, a vinícola obteve uma colheita de aproximadamente "800 kg de uva Jaques", caracterizada por uma concentração de açúcares mais elevada e acidez equilibrada, condições consideradas ideais para a fermentação. O produtor destaca que "quando elaborei o vinho, foi um vinho com uma qualidade diferenciada", resultado posteriormente confirmado por análises técnicas realizadas pela EPAMIG, conduzidas às cegas, nas quais o vinho foi amplamente elogiado. Os resultados dessas avaliações são apresentados na Figura 4, conforme a análise sensorial elaborada pela enóloga responsável, bem como na Figura 5, que corresponde ao certificado de análise físico-química emitido pela Casa Geraldo, evidenciando, de forma complementar, a qualidade técnica do produto obtido.

Figura 4. Certificado de análise sensorial do vinho de uva Jacques


EPAMIG
Pesquisa Agropecuária

Vinho Jacquez de Colheita de Inverno

Vinho Jacquez de colheita de inverno apresenta coloração rubi intensa. Aromas sutis, com destaque para frutas vermelhas, menta e especiarias. Em boca apresenta acidez pronunciada, porém bastante equilibrada, taninos arredondados, corpo médio, álcool moderado e média persistência.

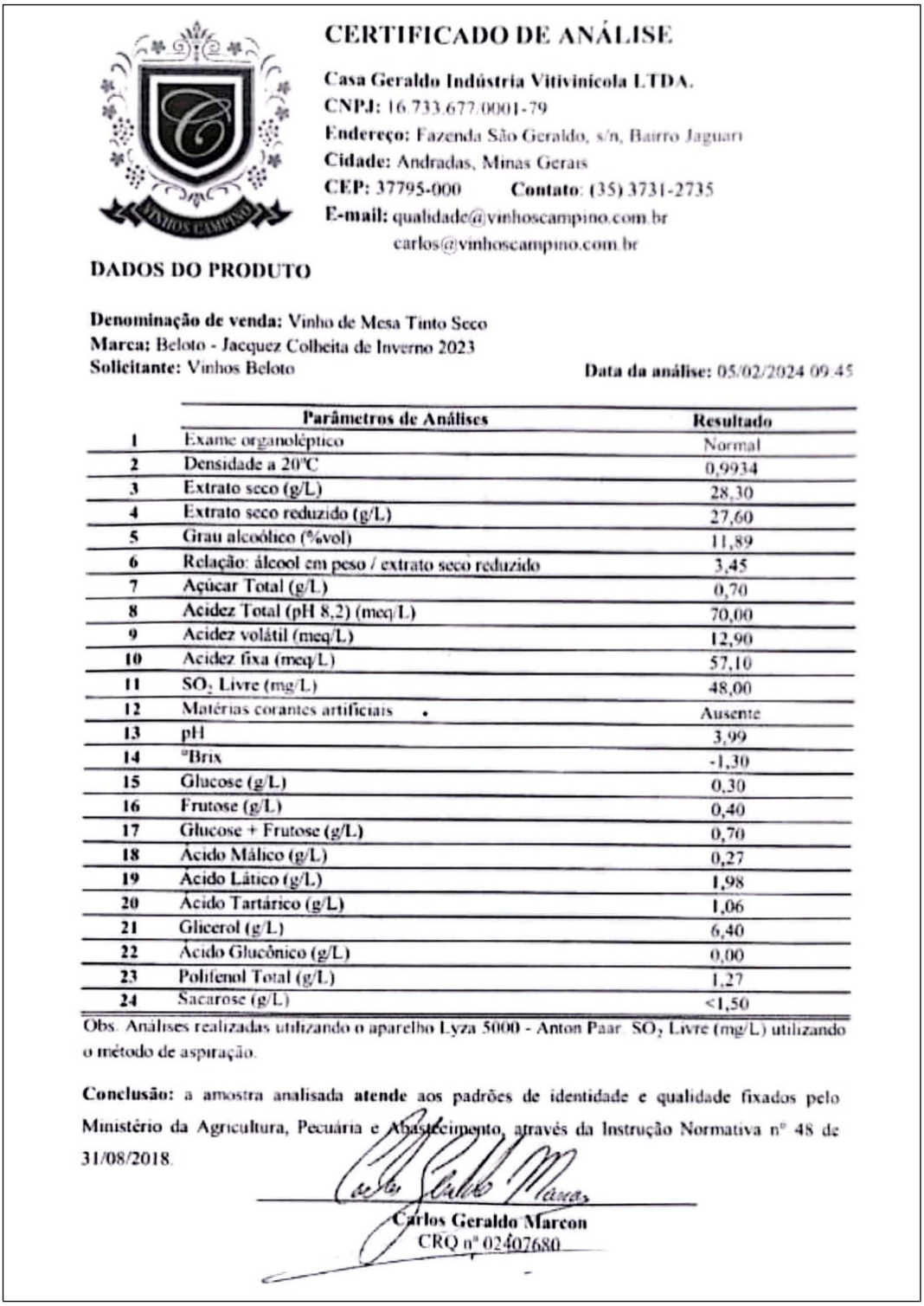
gov.br Documento assinado digitalmente
ANGELICA BENDER
Data: 26/03/2026 11:24:03-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Enóloga Angelica Bender

CRQ -052004497

Fonte: Acervo da família Belotto (2026).

Figura 5. Certificado de análise físico-química do vinho de uva Jacques



CERTIFICADO DE ANÁLISE

Casa Geraldo Indústria Vitivinícola LTDA.
CNPJ: 16.733.677/0001-79
Endereço: Fazenda São Geraldo, s/n, Bairro Jaguari
Cidade: Andradas, Minas Gerais
CEP: 37795-000 **Contato**: (35) 3731-2735
E-mail: qualidade@vinhoscampino.com.br
carlos@vinhoscampino.com.br

DADOS DO PRODUTO

Denominação de venda: Vinho de Mesa Tinto Seco
Marca: Beloto - Jacquez Colheita de Inverno 2023
Solicitante: Vinhos Beloto **Data da análise:** 05/02/2024 09:45

	Parâmetros de Análises	Resultado
1	Exame organoléptico	Normal
2	Densidade a 20ºC	0,9934
3	Extrato seco (g/L)	28,30
4	Extrato seco reduzido (g/L)	27,60
5	Grau alcoólico (%vol)	11,89
6	Relação: álcool em peso / extrato seco reduzido	3,45
7	Açúcar Total (g/L)	0,70
8	Acidez Total (pH 8,2) (meq/L)	70,00
9	Acidez volátil (meq/L)	12,90
10	Acidez fixa (meq/L)	57,10
11	SO_2 Livre (mg/L)	48,00
12	Matérias corantes artificiais	Ausente
13	pH	3,99
14	ºBrix	-1,30
15	Glucose (g/L)	0,30
16	Frutose (g/L)	0,40
17	Glucose + Frutose (g/L)	0,70
18	Ácido Málico (g/L)	0,27
19	Ácido Lático (g/L)	1,98
20	Ácido Tartárico (g/L)	1,06
21	Glicerol (g/L)	6,40
22	Ácido Glucônico (g/L)	0,00
23	Polifenol Total (g/L)	1,27
24	Sacarose (g/L)	<1,50

Obs. Análises realizadas utilizando o aparelho Lyza 5000 - Anton Paar. SO_2 Livre (mg/L) utilizando o método de aspiração.

Conclusão: a amostra analisada **atende** aos padrões de identidade e qualidade fixados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através da Instrução Normativa nº 48 de 31/08/2018.

Carlos Geraldo Marcon
CRQ nº 02407680

Fonte: Acervo da família Belotto (2026).

Os documentos técnicos acima validam de forma robusta a inovação pioneira da Vinícola Beloto em Andradas, ao aplicar com rigor científico uma uva historicamente fundamental para a região. O Certificado de Análise da Casa Geraldo (figura 4b) confirma que o "Vinho de Mesa Tinto Seco - Jacquez Colheita de Inverno 2023" cumpre rigorosamente os padrões de identidade e qualidade

estabelecidos pelo MAPA, apresentando um perfil seco e límpido com álcool moderado (11,89%), baixa glicose residual (0,30 g/L) e polifenóis adequados (1,27 g/L) para um vinho de mesa tinto. Complementando esta validação laboratorial, a Nota Técnica da EPAMIG (Figura 4), assinada pela enóloga Angélica Bender, fornece a descrição sensorial que atesta o sucesso da técnica de dupla poda aplicada a esta uva tradicional.

Longe da rusticidade do passado, este vinho de colheita de inverno apresenta coloração rubi intensa, complexidade aromática que une frutas vermelhas a notas sutil de especiarias e, crucialmente, menta (que pode ser lida em conjunto com a acidez volátil observada na análise química de 12,90 meq/L, equilibrada dentro dos limites), revelando um paladar equilibrado com taninos arredondados e corpo médio. Este resgate e elevação da uva Jacques, apoiados por estes documentos científicos e sensoriais, transformam um símbolo histórico de Andradas em um produto contemporâneo de qualidade certificada.

Além da qualidade técnica, o Vinho Caterina assume forte dimensão simbólica e afetiva. Rogério Belotto afirma que a uva Jacques "faz parte de toda a história de Andradas" e que foi ela que sustentou economicamente sua família ao longo das gerações: "dependemos da uva Jaques a vida inteira e temos muito amor por ela". O nome do vinho homenageia a matriarca da família, reforçando o vínculo entre memória, território e produção. Essa homenagem refere-se à avó Catarina, apresentada anteriormente na Figura 3. Para o produtor, o vinho agrega valor não apenas pelo método produtivo, mas pela história que carrega, uma vez que "a pessoa compra o vinho pela história", o que se revela como um diferencial no contexto do enoturismo contemporâneo, aspecto também evidenciado na Figura 6, que apresenta cachos da uva Jacques, reforçando sua materialidade e relevância para a identidade vitivinícola local.

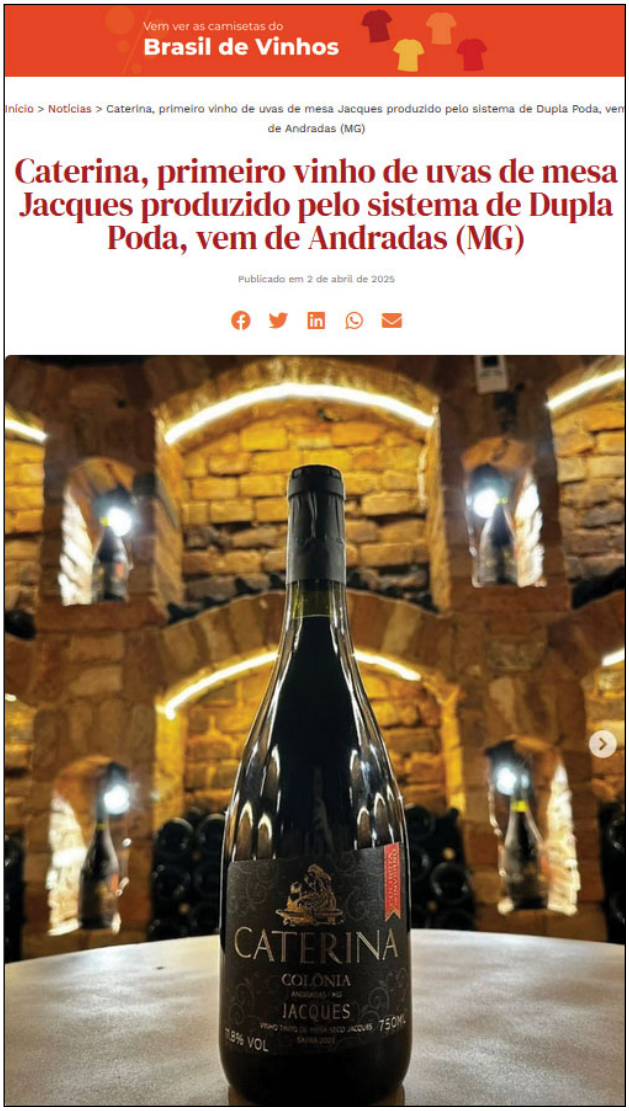
Figura 6. Cachos da Uva Jacques na propriedade da família Beloto

Fonte: Acervo da família Belotto, 2026.

O Vinho Caterina materializa a convergência entre a inovação técnico-científica e a preservação do patrimônio vitivinícola de Andradas. Ao aplicar a técnica da dupla poda à uva Jacques, variedade que é reconhecida como patrimônio cultural do município, o projeto da Vinícola Beloto contribui diretamente para a salvaguarda e valorização desse saber-fazer tradicional.

Como evidenciado em reportagem recente (Figura 7), o rótulo destaca-se pelo pioneirismo ao unir essa casta específica ao sistema de colheita de inverno. Essa busca pela excelência foi referendada pela trajetória da família Beloto que, com mais de 80 anos de tradição, conquistou uma premiação no 3º Concurso Brasileiro de Vinhos de Mesa em 2025. O prêmio concedido ao "Caterina tinto seco 2023", demonstrado na Figura 8 é um marco histórico: trata-se do primeiro vinho de uva Jacques elaborado via dupla poda a receber tal distinção, o que atesta a qualidade superior alcançada pelo método.

Figura 7. Registro de reportagem do portal Brasil de Vinhos destacando o pioneirismo do vinho Caterina na utilização do sistema de dupla poda com uvas Jacques em Andradas (MG)



Fonte: Brasil de Vinhos (2025).

Figura 8. Certificado do prêmio recebido pelo vinho Caterina no concurso brasileiro de vinhos de mesa em 2025

Fonte: Acervo dos autores (2025).

Em um cenário onde a vitivinicultura brasileira expande sua presença em mercados exigentes e o enoturismo assume papel estratégico, esta experiência demonstra que a inovação não rompe com a tradição, mas atua como instrumento de sua continuidade. Embora Andradas seja um polo histórico na produção de vinhos de mesa, a evolução do perfil do consumidor exigiu novas estratégias produtivas. Nesse contexto, a adoção da dupla poda permitiu não apenas elevar o padrão sensorial da bebida, mas também ressignificar a uva Jacques. A variedade, que perdia espaço no campo, retoma seu protagonismo, reforçando o valor simbólico e a identidade cultural da região.

Conforme relatado por Rogério Belotto, os visitantes da vinícola se encantam com a história associada ao Vinho Caterina, adquirindo-o não apenas por suas qualidades sensoriais, mas pela memória, pela trajetória familiar e pela história do município que cada taça carrega, configurando-se como o principal diferencial do rótulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste trabalho evidenciou que a trajetória da vitivinicultura em Andradas constitui um processo histórico profundamente enraizado na formação territorial e cultural do município, tendo como eixo estruturante o cultivo da uva Jacques. Introduzida ainda no século XIX e amplamente difundida ao longo do século XX, essa variedade consolidou-se como elemento central da identidade local, sustentando práticas produtivas, saberes tradicionais e formas de sociabilidade vinculadas à cultura do vinho.

Entretanto, as transformações ocorridas na segunda metade do século XX, especialmente a mudança no perfil do consumidor e a intensificação da concorrência com outras regiões vitivinícolas,

contribuíram para a retração do cultivo dessa variedade e para o enfraquecimento da vitivinicultura tradicional. Nesse contexto, emergem iniciativas que buscam articular preservação patrimonial e inovação técnica, entre as quais se destaca a experiência da Vinícola Beloto.

Nesse sentido, a experiência do Vinho Caterina, conduzida pela Vinícola Beloto e ancorada na incorporação da técnica da dupla poda, evidencia não apenas uma inovação produtiva, mas também a reativação de um sentimento de pertencimento regional e a atualização de um Gênero de Vida vitivinícola, conforme concebido por Paul Vidal de La Blache e Max Sorre. Ao mobilizar uma variedade historicamente enraizada no cotidiano local e reinterpretá-la por meio da técnica, os agentes envolvidos não apenas elevam a qualidade do produto, mas também reafirmam práticas, saberes e identidades que estruturam a relação entre sociedade e meio. Trata-se, portanto, de um processo no qual a técnica não rompe com a tradição, mas a reconfigura, permitindo que o território se mantenha vivo enquanto expressão de uma herança cultural dinâmica, capaz de articular permanências e transformações no espaço geográfico.

O Vinho Caterina representa um marco simbólico e técnico nesse processo ao aplicar a técnica da dupla poda, originalmente difundida para uvas viníferas, à variedade Jacques, historicamente associada à produção de vinhos de mesa. Tal iniciativa demonstra que a inovação tecnológica não implica, necessariamente, ruptura com a tradição, uma vez que atua como mecanismo de ressignificação e continuidade do patrimônio vitivinícola local. Ao elevar o padrão qualitativo do produto sem abandonar a casta emblemática do município, a experiência analisada reafirma o potencial de integração entre o conhecimento científico e o saber-fazer tradicional.

Além de seus resultados técnicos, o rótulo evidencia a importância das dimensões simbólicas e afetivas na vitivinicultura contemporânea. A valorização da memória familiar, da trajetória dos imigrantes italianos e da identidade territorial associada à uva Jacques contribui para a construção de um produto que transcende sua materialidade, inserindo-se também no campo do patrimônio cultural e do enoturismo.

Dessa forma, conclui-se que a experiência da Vinícola Beloto revela um caminho possível para territórios vitivinícolas tradicionais diante dos desafios contemporâneos: a articulação entre tradição e inovação como estratégia de valorização territorial. Ao ressignificar uma variedade historicamente marginalizada nos mercados de maior prestígio, o Vinho Caterina não apenas contribui para a preservação do patrimônio imaterial de Andradas, mas também amplia as possibilidades de desenvolvimento local, demonstrando que a permanência de práticas tradicionais pode coexistir com processos de modernização produtiva.

NOTA

3 Denominação então vigente para a atual cidade de Andradas.

REFERÊNCIAS

ANDRADAS. **Modo de fazer vinho de uva Jacques:** Dossiê de registro. Andradas: ICMS Patrimônio Cultural, 2022.

BRASIL DE VINHOS. **Caterina, primeiro vinho de uvas de mesa Jacques produzido pelo**

sistema de dupla poda, vem de Andradas (MG). 2025. Disponível em: https://brasildevinhos.com.br/caterina-primeiro-vinho-de-mesa-produzido-pelo-sistema-de-dupla-poda-vem-de-andradas-mg. Acesso em: 26 mar. 2026

ELLERT, R. (1959). **Contribuição à Geologia do Maciço Alcalino de Poços de Caldas**. Boletim Da Faculdade De Filosofia Ciências E Letras, Universidade De São Paulo. Geologia, 18, 5-60.

EPAMIG. **Informe Agropecuário**: Vinhos de colheita de inverno. Belo Horizonte: EPAMIG, v. 41, n. 312, 2020. 104 p.

FONSECA, Raquel Poleto. Dupla poda está mudando a viticultura brasileira. **Revista ADEGA**, UOL, São Paulo, 2024. Disponível em: https://revistaadega.uol.com.br/artigo/dupla-poda-esta-mudando-a-viticultura-brasileira.html.Acesso em: 10 jan. 2026.

LA BLACHE, Paul Vidal de. Os gêneros de vida na geografia humana. *In:* HAESBERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO G. (Orgs.). **Vidal, Vidais:** textos de geografia humana, regional e política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

MAMIGONIAN, Armen. Teorias sobre a industrialização brasileira. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis: UFSC, n. 2, maio 2000. 51 p. (s). ISSN 1519-4639. Disponível em: https://cadernosgeograficos.paginas.ufsc.br/files/2016/02/Cadernos-Geogr%C3%A1ficos-UFSC-N%C2%BA-02-Teorias-sobra-a-industrializa%C3%A7%C3%A3o-brasileira-.-Maio-de-2000.pdf. Acesso em: 6 maio 2026.

REGINA, M. A.; AMORIM, D. A.; FAVERO, A. C.; MOTA, R. V.; RODRIGUES, D. J. Novos pólos vitícolas para produção de vinhos finos em Minas Gerais. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 27, n. 234, p. 111-118, 2006.

ROSSI, Isabella Martineli; FREDERICO, Samuel. Cesta de Bens e Serviços Territoriais e desenvolvimento da vitivinicultura no município de Andradas (MG). **Estudos Geográficos:** Revista Eletrônica de Geografia, Rio Claro, v. 23, n. 2, p. 200-229, 2025.

SORRE, Maximillien. Fundamentos da Geografia humana. *In:* MEGALE, Januário Francisco. Max **Sorre:** Geografia. Tradução: Januário F. Megale; Maria Cecília França; Moacir Marques.
São Paulo: Ática, 1984, p.87-98.

SORRE, Maximillien. **A noção de gênero de vida e sua evolução**. *In:* MEGALE, Januário Francisco. **Max Sorre Geografia**. Tradução: Januário F. Megale; Maria Cecília França; Moacir Marques. São Paulo: Ática, 1984, p.99-123.

SOUZA, Ricardo Luiz de; FUNARI, Pedro Paulo Abreu; CARLAN, Claudio Umpierre. A indústria vinícola em Andradas, a Festa do Vinho e sua patrimonialização. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 17, n. 33, p. 1–?, jul./dez. 2025. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/29739. ISSN 2177-4129.Acesso em: 23 dez. 2025.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Indústria vinícola em Andradas, imigração italiana e economia do vinho na primeira metade do século XX. *In:* SEMINÁRIO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA EM MINAS GERAIS, 9., 2019, Andradas. [Palestra...]. Belo Horizonte: Ponte entre Culturas, **Revista da Imigração Italiana em Minas Gerais,** 2019. 18 p. Disponível em: http://www.ponteentreculturas.com.br/revista/2019/Industria_vin%C3%ADcola_em_Andradas.pdf. Acesso em: 08 dez. 2025.

TOLEDO, Eli Fernando Tavano; VASCONCELLOS, Angelita Santos Marinho. Geografia cultural e a indicação geográfica: uma aproximação teórica. *In:* WORKSHOP DE GEOGRAFIA CULTURAL: SENTIDOS E REPRESENTAÇÕES DA COMIDA E ALIMENTOS: AS GEOGRAFIAS

AUDIOVISUAIS E DOS SABORES, 6. **Anais**[...], Alfenas: UNIFAL-MG, 2024. p. 165–184.
TOLEDO, Eli Fernando Tavano; BENDER, Angelica; VASCONCELLOS, Angelita Santos Marinho; VILELA, Luciano; SOUZA, Claudia Rita de; MOTA, Renata Vieira da. **A importância da Epamig – Caldas para a vitivinicultura do Brasil**. 2024. Disponível em: https://www.epamig.br/download/artigo-a-importancia-da-epamig-caldas-para-a-vitivinicultura-do-brasil/. Acesso em: 08 jan. 2026.
VASCONCELLOS, Angelita Santos Marinho; TOLEDO, Eli Fernando Tavano. **O circuito espacial de produção na vitivinicultura**: estudo de caso de Andradas e Caldas. *In:* JORNADA DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA E CICLO DE PALESTRAS TECNOLÓGICAS, 12; 15, São Roque, SP: Instituto Federal de São Paulo, 2024.

DOI: https://doi.org/10.18817/26755122.30.1.2026.4605

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS): ESFORÇO DE GESTÃO DE CRISE DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS (SDGS): A CRISIS MANAGEMENT EFFORT OF THE CAPITALIST MODE OF PRODUCTION

OBJETIVOS DE DESARROLLO SOSTENIBLE (ODS): UN ESFUERZO DE GESTIÓN DE CRISIS DEL MODO DE PRODUCCIÓN CAPITALISTA

Antônio Carlos Ribeiro Araújo Júnior[1]
0000-0003-0756-1612
aj_geo@hotmail.com

CIÊNCIA Geográfica
Ano XXX - Vol. XXX - (1): Janeiro/Dezembro - 2026
ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461
www.agbbauru.org.br

1 Professor adjunto do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRR. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0756-1612. E-mail: aj_geo@hotmail.com.

Artigo recebido em abril de 2026 e aceito para publicação em junho de 2026.

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), instituídos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, articula crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental. Todavia, a literatura crítica tem evidenciado limites estruturais dessa proposta, sobretudo quando analisada à luz das contradições do modo de produção capitalista. Assim, tem-se como objetivo analisar criticamente os ODS, a partir das contribuições do marxismo, da ecologia política e do ecossocialismo. Metodologicamente, trata-se de uma revisão teórico-crítica, baseada em literatura acadêmica e dados empíricos de organismos como a ONU e o IPCC. Argumenta-se que os ODS, não enfrentam as causas estruturais da crise ecológica, sendo limitados por sua compatibilidade com a lógica de acumulação capitalista. Destaca-se ainda a centralidade do Sul Global, especialmente da Amazônia brasileira, como território de intensificação das contradições socioambientais. Conclui-se que a superação dos limites dos ODS requer transformações estruturais profundas, conforme proposto pelo ecossocialismo.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. ODS. Ecologia política. Ecossocialismo. Capitaloceno.

ABSTRACT: The Sustainable Development Goals (SDGs), established by the United Nations (UN) in 2015, articulate economic growth, social inclusion, and environmental protection. However, critical literature has highlighted structural limitations of this proposal, especially when analyzed in light of the contradictions of the capitalist mode of production. Thus, the objective is to critically analyze the SDGs, based on contributions from Marxism, political ecology, and ecosocialism. Methodologically, this is a theoretical-critical review, based on academic literature and empirical data from organizations such as the UN and the IPCC. It is argued that the SDGs do not address the structural causes of the ecological crisis, being limited by their compatibility with the logic of capitalist accumulation. The centrality of the Global South, especially the Brazilian Amazon, as a territory of intensified socio-environmental contradictions is also highlighted. It is concluded that overcoming the limitations of the SDGs requires profound structural transformations, as proposed by ecosocialism.

Keywords: Sustainable development. SDGs. Political ecology. Ecosocialism. Capitalocene.

RESUMEN: The Sustainable Development Goals (SDGs), established by the United Nations (UN) in 2015, articulate economic growth, social inclusion, and environmental protection. However, critical literature has highlighted structural limitations of this proposal, especially when analyzed in light of the contradictions of the capitalist mode of production. Thus, the objective is to critically analyze the SDGs, based on contributions from Marxism, political ecology, and ecosocialism. Methodologically, this is a theoretical-critical review, based on academic literature and empirical data from organizations such as the UN and the IPCC. It is argued that the SDGs do not address the structural causes of the ecological crisis, being limited by their compatibility with the logic of capitalist accumulation. The centrality of the Global South, especially the Brazilian Amazon, as a territory of intensified socio-environmental contradictions is also highlighted. It is concluded that overcoming the limitations of the SDGs requires profound structural transformations, as proposed by ecosocialism.

Palabras clave: Desarrollo sostenible. ODS. Ecología política. Ecosocialismo. Capitaloceno.

INTRODUÇÃO

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) emergem como um dos principais instrumentos normativos globais voltados à reorientação das estratégias de desenvolvimento no século XXI. Aprovados no âmbito da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), os ODS constituem um conjunto de 17 objetivos e 169 metas que buscam enfrentar desafios como pobreza, desigualdade social, mudanças climáticas e degradação ambiental (ONU, 2015).

Tal agenda representa uma tentativa de síntese entre crescimento econômico e sustentabilidade, refletindo uma concepção de desenvolvimento que procura conciliar interesses frequentemente contraditórios.

Contudo, essa proposta tem sido amplamente questionada por correntes críticas que apontam a impossibilidade de compatibilizar crescimento econômico contínuo com os limites ecológicos do planeta. Segundo o IPCC (2023), o atual modelo de desenvolvimento tem levado a um aumento contínuo das emissões de gases de efeito estufa (GEE), evidenciando a insuficiência das políticas globais de mitigação. Nesse sentido, os ODS podem ser interpretados mais como um esforço de gestão da crise do que como uma solução efetiva.

A crítica da ecologia política destaca que o conceito de desenvolvimento sustentável, tal como incorporado pelos ODS, tende a ocultar relações de poder e desigualdades estruturais. Leff (2006) argumenta que o discurso da sustentabilidade frequentemente é apropriado por instituições hegemônicas, resultando em soluções tecnocráticas que não questionam o modelo econômico dominante.

A partir da tradição marxista, essa crítica ganha profundidade ao evidenciar que a crise ambiental é inerente à lógica de acumulação capitalista. Em O Capital, Marx (2013) introduz a noção de ruptura metabólica, referindo-se à separação entre sociedade e natureza causada pela produção capitalista. Essa ruptura implica a exaustão dos recursos naturais e a degradação das condições de reprodução da vida.

Kohei Saito (2021) retoma essa perspectiva ao argumentar que Marx desenvolveu, especialmente em seus escritos tardios, uma crítica ecológica consistente, reconhecendo a finitude dos recursos naturais. Para Saito, a crise ambiental contemporânea é expressão dessa contradição fundamental entre capital e natureza.

Além disso, o conceito de Capitaloceno, proposto por Moore (2015), contribui para deslocar o debate do plano abstrato da humanidade para o sistema histórico específico do capitalismo. Segundo o autor, a crise ecológica não é resultado da ação humana em geral, mas, de um modo particular de organização social baseado na exploração da natureza como recurso barato.

No contexto do Sul Global, essas contradições se intensificam. Países como o Brasil enfrentam pressões simultâneas por crescimento econômico e conservação ambiental, frequentemente mediadas por interesses externos. A Amazônia, em particular, torna-se um espaço de disputa entre diferentes projetos de desenvolvimento.

Dessa forma, este artigo propõe uma análise crítica dos ODS, buscando compreender seus limites e desafios a partir de uma perspectiva que articula marxismo, ecologia política e ecossocialismo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa-quantitativa de caráter exploratório e analítico, fundamentada na revisão teórica crítica e na sistematização de dados secundários provenientes de organismos internacionais e instituições nacionais.

Quadro síntese ODS

A construção do quadro sintético sobre o desempenho dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Figura 1) no Brasil, foi baseado em uma abordagem qualitativa interpretativa, fundamentada na análise de relatórios institucionais e literatura crítica.

Figura 1. Representação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Fonte: https://gtagenda2030.org.br/ods/.

Foram utilizados dados da Organização das Nações Unidas (ONU), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), os quais foram articulados com a literatura da ecologia política crítica.

A classificação dos ODS em categorias como "retrocesso", "parcial" e "avanço" não se restringe a indicadores quantitativos, mas, incorpora uma análise estrutural das dinâmicas socioeconômicas, conforme proposto por autores como David Harvey (2016), Joan Martínez-Alier (2011) e Arturo Escobar (2018), permitindo uma leitura crítica das contradições do desenvolvimento sustentável no contexto brasileiro.

Construção de índice sintético sobre ODS

O objetivo metodológico central desta seção consiste na construção de um índice sintético capaz de expressar, de forma integrada, o desempenho do Brasil em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conforme estabelecidos pela Agenda 2030.

A base empírica do estudo foi composta por relatórios da Organização das Nações Unidas (ONU), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), os quais fornecem indicadores atualizados sobre dimensões sociais, econômicas e ambientais. A partir desses documentos, procedeu-se à análise interpretativa das tendências associadas a cada um dos 17 ODS no contexto brasileiro, considerando avanços, estagnações e retrocessos observados ao longo da última década.

Com base nessa análise, cada ODS foi classificado mais especificamente em uma das quatro categorias analíticas: (i) avanço, (ii) parcial, (iii) baixo avanço e (iv) retrocesso.

Essa categorização não se restringe a uma leitura estritamente quantitativa dos indicadores, pois, incorpora uma interpretação crítica das dinâmicas estruturais que condicionam o desempenho nacional, conforme proposto pela ecologia política. Nesse sentido, a classificação reflete não apenas resultados empíricos, como também tendências socioeconômicas e ambientais mais amplas.

Para possibilitar a construção de um índice sintético, as categorias qualitativas foram convertidas em valores numéricos ordinais, adotando-se a seguinte escala: avanço (3), parcial (2), baixo avanço (1) e retrocesso (0). Essa conversão permite operacionalizar a análise sem perder a hierarquia de desempenho entre os diferentes objetivos.

O índice foi calculado por meio de uma média ponderada simples, considerando peso igual para todos os ODS, conforme a Equação 1:

$$\text{Índice} = \frac{\sum (n_i \, . \, p_i)}{N} \qquad (1)$$

Onde:
n_i = ao número de ODS em cada categoria;
p_i = ao peso atribuído à categoria; e
N = ao total de objetivos (17).

A escolha de uma escala ordinal de 0 a 3 fundamenta-se na necessidade de garantir simplicidade analítica, transparência metodológica e replicabilidade. Tal abordagem é recorrente em estudos que envolvem a construção de índices compostos simplificados, especialmente quando se busca integrar múltiplas dimensões em uma única medida sintética. No entanto, reconhece-se que essa simplificação implica limitações, uma vez que reduz a complexidade dos fenômenos analisados.

Do ponto de vista teórico, a construção do índice dialoga com a perspectiva da ecologia política, a qual enfatiza a dimensão estrutural das crises socioambientais.

Autores como David Harvey (2016) destacam que os indicadores de desenvolvimento refletem dinâmicas de acumulação capitalista, enquanto Joan Martínez-Alier (2011) evidencia a existência de conflitos ecológico-distributivos que não são plenamente capturados por métricas agregadas.

Ademais, Arturo Escobar (2014) argumenta que a quantificação do desenvolvimento envolve escolhas epistemológicas e políticas, o que reforça o caráter interpretativo do índice proposto.

No que se refere à validade, o índice apresenta validade interna ao refletir de forma coerente a classificação qualitativa previamente estabelecida, bem como validade de conteúdo, ao incorporar múltiplas dimensões dos ODS (social, econômica e ambiental). Contudo, sua validade externa é limitada, uma vez que o índice não foi construído para fins de comparação internacional direta, mas, sim, como ferramenta de análise crítica do caso brasileiro.

Entre as principais limitações metodológicas, destacam-se: (i) a atribuição de pesos iguais a todos os ODS, o que desconsidera a possível hierarquia entre diferentes dimensões do desenvolvimento; (ii) a simplificação inerente à conversão de dados qualitativos em valores numéricos; (iii) a dependência de dados secundários, sujeitos a variações metodológicas entre as fontes; e (iv) a impossibilidade de capturar desigualdades regionais internas ao país. Além disso, o índice não contempla a interdependência entre os ODS, tratando-os como unidades analíticas independentes.

Apesar dessas limitações, o índice sintético proposto constitui uma ferramenta útil para a análise integrada do desempenho dos ODS no Brasil, permitindo identificar tendências gerais e evidenciar contradições estruturais. Sua principal contribuição reside na articulação entre dados empíricos e interpretação crítica, possibilitando uma leitura que ultrapassa abordagens puramente descritivas e incorpora elementos da economia política e da ecologia crítica.

Os valores utilizados no cálculo do índice sintético de desempenho dos ODS no Brasil derivam de uma classificação qualitativa previamente construída, baseada na análise de relatórios oficiais e literatura crítica.

1. *Base empírica dos dados*

A classificação dos 17 ODS foi realizada a partir da interpretação de:

- Relatórios da ONU sobre progresso dos ODS;
- Avaliações nacionais do IPEA;
- Dados ambientais do IPCC;
- Indicadores socioeconômicos brasileiros recentes.

Essas fontes permitiram identificar tendências como:

- Avanços (ex.: energia renovável);
- Estagnação (ex.: educação, saúde);
- Retrocessos (ex.: pobreza, desmatamento).

2. *Processo de categorização*

Cada um dos 17 ODS foi enquadrado em uma das quatro categorias analíticas:

Quadro 1. Categorização das variáveis

Categoria	Significado
Avanço	Progresso consistente em direção as metas
Parcial	Progresso limitado ou desigual
Baixo avanço	Pouca evolução estrutural
Retrocesso	Piora dos indicadores

Fonte: Araújo Júnior (2026).

A partir dessa classificação, obteve-se a seguinte distribuição:

- 1 ODS classificado como Avanço;
- 6 ODS como Parcial;
- 4 ODS como Baixo avanço;
- 6 ODS como Retrocesso.

Esses números são os valores brutos usados no cálculo. Sendo que, para permitir a construção de um índice sintético, foi necessário transformar categorias qualitativas em valores numéricos, demonstrados no Quadro 2.

Quadro 2. Escala de pesos por categoria

Categoria	Peso atribuído
Avanço	3
Parcial	2
Baixo avanço	1
Retrocesso	0

Fonte: Araújo Júnior (2026).

A escolha da escala de 0 a 3 decorre da necessidade de converter categorias qualitativas em valores quantitativos ordinais, preservando a hierarquia de desempenho entre os ODS. Essa estrutura segue uma lógica simples:

- 0 representa ausência ou deterioração;
- 3 representa o melhor desempenho observado;
- Os valores intermediários expressam níveis graduais de progresso.

Ou seja, trata-se de uma escala ordinal progressiva, onde a distância entre os níveis é interpretativa, não absoluta.

Importante frisar que a utilização de uma escala de 0 a 3 é comum em estudos que envolvem:

- Índices compostos simplificados;
- Avaliações qualitativas convertidas em métricas;
- Análises comparativas com múltiplas dimensões.

Essa escolha apresenta vantagens:

✓Simplicidade analítica - Facilita o cálculo e a replicabilidade do índice;
✓Transparência - Permite que o leitor compreenda claramente como o índice foi construído;
✓Padronização - Todos os ODS recebem o mesmo peso, evitando distorções iniciais.

Além disso, como o número de categorias são quatro, a escala 0–3 é a forma mais direta de representar essa classificação sem criar artificialmente subdivisões.

Essa lógica é comum em índices compostos e segue uma hierarquia de desempenho, servindo de estrutura para realização do cálculo. Ao final, obtém-se o índice, que é uma média ponderada simples, onde:

- Cada ODS tem o mesmo peso (1/17);
- O valor final representa o desempenho médio do país.

O índice pode ser expresso na Equação 2:

$$\text{Índice sintético} = \frac{\sum (\text{quantidade} \times \text{peso})}{\text{Total de ODS}} \quad (2)$$

Como mencionado anteriormente, para reforçar o rigor científico e evitar críticas metodológicas, é importante reconhecer limites:

- Não capta diferenças internas dentro de cada ODS;
- Assume pesos iguais entre objetivos distintos;
- Simplifica processos complexos e multidimensionais.

LIMITES E CONTRADIÇÕES DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) NO CONTEXTO GLOBAL

A análise dos ODS demanda uma abordagem teórica que ultrapasse leituras normativas e incorpore perspectivas críticas sobre as relações entre economia, poder e natureza. Nesse sentido, a tradição marxista, articulada à ecologia política, constitui um campo analítico fundamental para compreender os limites estruturais do desenvolvimento sustentável.

Karl Marx, especialmente em O Capital (Livro I), identifica que o modo de produção capitalista rompe o metabolismo entre sociedade e natureza, ao transformar os ciclos naturais em processos subordinados à lógica da acumulação. Ao afirmar que a agricultura capitalista esgota simultaneamente o trabalhador e o solo, Marx evidencia que a crise ecológica não é um fenômeno externo ao capitalismo, mas, uma de suas expressões constitutivas (Marx, 2013).

Essa interpretação é aprofundada no Livro III, quando Marx discute os limites naturais da produção e a tendência do capital em ignorar tais restrições. A busca incessante por valoração conduz à superexploração dos recursos naturais, criando uma contradição entre a temporalidade do capital e os ritmos ecológicos (Marx, 2017).

Nesse sentido, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, representa um dos mais ambiciosos pactos multilaterais da contemporaneidade. Composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, sua proposta central é articular crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental em escala global. No entanto, a despeito de sua relevância institucional, a efetividade dos ODS tem sido crescentemente questionada tanto por evidências empíricas quanto por críticas teóricas provenientes de diferentes correntes do pensamento social, econômico e ecológico.

Segundo relatório recente da ONU, apenas 35% das metas apresentam progresso satisfatório, enquanto uma parcela significativa encontra-se estagnada ou em retrocesso, especialmente após os impactos da pandemia de COVID-19 e das crises geopolíticas recentes (ONU, 2025). Esses dados revelam um hiato estrutural entre o discurso normativo e a prática concreta da governança global, sugerindo que os ODS operam mais como diretrizes aspiracionais do que como instrumentos efetivos de transformação, em resumo, um esforço de gestão de crise.

Essa limitação empírica encontra respaldo nas críticas formuladas por autores como David Harvey (2016), que argumenta que o capitalismo contemporâneo é intrinsecamente contraditório,

pois, depende da expansão contínua da acumulação de capital. Nesse sentido, a proposta de conciliar crescimento econômico com sustentabilidade ambiental – eixo central dos ODS – revela-se estruturalmente problemática. Para Harvey (2016), as crises ecológicas não são anomalias, mas, expressões inerentes da lógica capitalista.

Essa perspectiva é aprofundada por Jason W. Moore (2015), que propõe compreender o capitalismo como uma "ecologia-mundo", na qual a exploração da natureza e do trabalho humano constitui uma unidade inseparável. Assim, os ODS, ao não questionarem essa lógica sistêmica, acabam por reproduzir as condições que geram a crise ambiental. De modo convergente, John Bellamy Foster (2020) resgata o conceito marxista de "falha metabólica" para demonstrar que o capitalismo rompe os ciclos naturais, intensificando a degradação ambiental.

José Eli da Veiga (2010) acrescenta que o conceito de desenvolvimento sustentável, embora amplamente difundido, permanece marcado por ambiguidades conceituais e limitações operacionais, sendo frequentemente apropriado por discursos institucionais que não promovem mudanças estruturais. Essa crítica dialoga com Arturo Escobar (2018) e Enrique Leff (2006), que denunciam o caráter eurocêntrico e tecnocrático do paradigma do desenvolvimento, enfatizando a necessidade de alternativas epistemológicas que valorizem a diversidade cultural e ecológica.

Neste contexto, a formulação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) está ancorada em uma longa trajetória histórica do conceito de desenvolvimento, cuja consolidação ocorre sobretudo no pós-Segunda Guerra Mundial, articulada à expansão do capitalismo industrial e à institucionalização de organismos multilaterais. Nesse sentido, o desenvolvimento não deve ser compreendido como uma categoria neutra ou puramente técnica, mas, como um constructo histórico, político e ideológico, profundamente vinculado à lógica de modernização ocidental (Escobar, 2018).

Arturo Escobar (2014) argumenta que o discurso do desenvolvimento produziu uma divisão global entre "desenvolvidos" e "subdesenvolvidos", legitimando intervenções econômicas, políticas e culturais nos países do Sul Global. Os ODS, embora reformulados sob a linguagem da sustentabilidade, mantêm essa matriz discursiva, ao estabelecer metas universais que, em grande medida, desconsideram as especificidades territoriais e epistemológicas.

Essa crítica é reforçada por Enrique Leff (2006), que aponta que o conceito de desenvolvimento sustentável permanece preso à racionalidade econômica dominante, incapaz de integrar plenamente as dimensões ecológicas e culturais.

No campo da economia política, David Harvey (2016) oferece uma das críticas mais contundentes ao paradigma do desenvolvimento ao demonstrar que o capitalismo é estruturado por contradições internas, sendo a expansão contínua da acumulação de capital uma de suas características centrais. Para o autor, qualquer proposta de desenvolvimento que não enfrente essa lógica tende a reproduzir crises socioambientais. Assim, os ODS, ao incorporarem o crescimento econômico como objetivo central, operam dentro dos limites do próprio sistema que gera desigualdade e degradação ambiental.

Essa análise encontra forte ressonância na abordagem de Jason W. Moore (2015), que propõe a noção de "capitalismo como ecologia-mundo". Para Moore, o capitalismo não pode ser entendido apenas como um sistema econômico, mas, como uma forma histórica de organizar a relação entre sociedade e natureza. Nesse sentido, a exploração da natureza não é um efeito colateral e sim um elemento constitutivo do sistema. A ideia de desenvolvimento sustentável, portanto, ao não questionar essa base estrutural, tende a mascarar as dinâmicas de expropriação ecológica.

John Bellamy Foster (2020) complementa essa perspectiva ao recuperar o conceito marxista de "falha ou ruptura metabólica" (metabolic rift), que descreve a ruptura entre os ciclos naturais e os processos de produção capitalista. Segundo Foster (2020), o capitalismo rompe os equilíbrios ecológicos ao intensificar a extração de recursos e a geração de resíduos, criando uma crise sistêmica que não pode ser resolvida por ajustes incrementais. Os ODS, ao privilegiarem soluções tecnológicas-tecnicistas e mecanismos de mercado, não enfrentam essa ruptura estrutural.

José Eli da Veiga (2010) oferece uma crítica importante ao apontar que o desenvolvimento sustentável se tornou um conceito "plástico", amplamente aceito, todavia, pouco operacionalizado de forma consistente. Para o autor, a multiplicidade de interpretações do conceito permite sua apropriação por diferentes atores, incluindo aqueles que defendem a manutenção do modelo econômico vigente. Nesse sentido, os ODS podem ser interpretados como um compromisso político amplo, porém, pouco incisivo em termos de transformação estrutural.

A crítica ao paradigma do desenvolvimento também se articula com a perspectiva da ecologia política. Joan Martínez-Alier (2011) destaca que os conflitos ambientais estão diretamente relacionados à distribuição desigual de custos e benefícios do desenvolvimento. Segundo o autor, populações marginalizadas frequentemente suportam os impactos negativos da degradação ambiental, enquanto os benefícios econômicos são apropriados por grupos dominantes. Os ODS, ao não enfrentarem explicitamente essas assimetrias, tendem a reproduzir padrões de injustiça ambiental.

Carlos Walter Porto-Gonçalves (2012) aprofunda essa análise ao evidenciar que o desenvolvimento está intrinsecamente ligado a processos de territorialização e disputa por recursos naturais. Para o autor, a imposição de modelos de desenvolvimento ignora as dinâmicas locais e os modos de vida de populações tradicionais, gerando conflitos socioambientais. Essa crítica revela que os ODS, ao adotarem uma abordagem global e padronizada, podem invisibilizar essas tensões territoriais.

Do ponto de vista ético e filosófico, Leonardo Boff (2012) argumenta que a crise ambiental contemporânea é também uma crise civilizatória, resultante de uma relação instrumental e predatória com a natureza. Para o autor, a sustentabilidade não pode ser reduzida a indicadores ou metas, mas, deve envolver uma transformação profunda dos valores que orientam a sociedade. Essa perspectiva evidencia um limite importante dos ODS, que tendem a operar em uma lógica tecnocrática, baseada em métricas e indicadores, sem necessariamente promover mudanças culturais significativas.

A crítica ao desenvolvimento também é reforçada por abordagens mais recentes, como a de Kohei Saito (2022), que propõe uma revisão do pensamento marxista à luz da crise ecológica. Para Saito, o capitalismo verde e as propostas de crescimento sustentável são insuficientes, pois, mantêm a lógica produtivista. O autor defende a necessidade de um paradigma de decrescimento, baseado na redução do consumo material e na reorganização das relações sociais e ecológicas.

Essas análises teóricas encontram respaldo nos dados empíricos apresentados por organismos internacionais. Relatórios da ONU indicam que, apesar dos avanços institucionais, as desigualdades globais persistem e os impactos ambientais continuam se intensificando (ONU, 2025). No caso das mudanças climáticas, os dados do IPCC demonstram que as emissões de gases de efeito estufa (GEE) seguem em níveis elevados, evidenciando a incapacidade do modelo atual de desenvolvimento em promover uma transição efetiva para a sustentabilidade.

No contexto brasileiro, o IPEA (2024) aponta que a implementação dos ODS enfrenta desafios estruturais relacionados à desigualdade socioeconômica, à fragilidade institucional e à dependência de

modelos econômicos baseados na exploração de recursos naturais. Esses fatores reforçam a ideia de que os ODS, embora relevantes como instrumento de planejamento, são insuficientes para enfrentar as causas profundas da crise socioambiental.

Dessa forma, a crise do paradigma do desenvolvimento não se limita a uma questão conceitual, mas, envolve dimensões estruturais, políticas e epistemológicas. Os ODS, ao se inserirem nesse paradigma, sem questioná-lo profundamente, acabam por reproduzir suas contradições. A superação desses limites exige não apenas ajustes nas políticas públicas, como também uma reconfiguração mais ampla das relações entre economia, sociedade e natureza.

CONTRADIÇÃO ESTRUTURAL ENTRE CRESCIMENTO ECONÔMICO E LIMITES PLANETÁRIOS

A tensão entre crescimento econômico e sustentabilidade ambiental constitui um dos pontos mais críticos e menos resolvidos no interior da Agenda 2030. Diferentemente de uma simples incoerência programática, trata-se de uma contradição estrutural que atravessa o próprio núcleo do modelo civilizatório contemporâneo. Ao mesmo tempo em que os ODS defendem a expansão econômica como condição para a redução da pobreza e a promoção do bem-estar (especialmente no ODS 8), também reconhecem a necessidade de reduzir impactos ambientais e conter o aquecimento global (ODS 13), sem, contudo, estabelecer mecanismos claros de compatibilização entre esses objetivos.

Essa contradição é amplamente debatida por autores que problematizam a noção de crescimento econômico como indicador central de progresso. Para Jason W. Moore (2015), o crescimento não pode ser entendido apenas como aumento quantitativo da produção, mas, como expressão de um regime histórico de apropriação de energia e matéria, que depende da contínua incorporação de "naturezas baratas". Nesse sentido, o crescimento econômico implica necessariamente a intensificação da pressão sobre os ecossistemas, tornando improvável a dissociação absoluta entre crescimento e degradação ambiental.

John Bellamy Foster (2020) reforça essa interpretação ao argumentar que a expansão capitalista está associada à aceleração dos fluxos metabólicos entre sociedade e natureza, resultando em desequilíbrios ecológicos cumulativos. Para o autor, a ideia de "crescimento sustentável" não encontra respaldo nas dinâmicas biofísicas do planeta, uma vez que os limites ecológicos são progressivamente tensionados por padrões de produção e consumo intensivos em recursos.

A literatura crítica também tem questionado a viabilidade do chamado "desacoplamento" entre crescimento econômico e impactos ambientais. Embora organismos internacionais frequentemente defendam que avanços tecnológicos e ganhos de eficiência possam reduzir a intensidade material da economia, estudos apontam que esse desacoplamento, quando ocorre, é relativo e insuficiente em escala global. Nesse sentido, Kohei Saito (2022) argumenta que o desacoplamento absoluto – isto é, a redução simultânea do uso total de recursos e das emissões em um contexto de crescimento econômico – não tem sido empiricamente verificado de forma consistente.

Essa constatação é corroborada por dados recentes. Relatórios vinculados ao Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) indicam que, apesar de melhorias em eficiência energética, as emissões globais de dióxido de carbono continuam em níveis elevados, impulsionadas pelo crescimento da demanda energética e pela expansão de economias emergentes. Além disso, o aumento da temperatura média global, que ultrapassou 1,5 °C em relação ao período

pré-industrial no ano de 2024 (Copernicus, 2024), evidencia que os esforços atuais são insuficientes para conter a crise climática.

A Organização das Nações Unidas (ONU, 2024; 2025) também reconhece que o progresso em relação aos ODS tem sido desigual e, em muitos casos, contraditório. O crescimento econômico registrado em diversas regiões não tem sido acompanhado por melhorias proporcionais nos indicadores ambientais, o que sugere que os ganhos econômicos continuam dissociados de uma transição ecológica efetiva. Essa dinâmica evidencia que o crescimento, tal como atualmente estruturado, permanece dependente de cadeias produtivas intensivas em carbono e de padrões de consumo insustentáveis.

No plano teórico, Michael Löwy (2014) interpreta essa contradição como expressão da incompatibilidade entre a lógica expansiva do capital e os limites ecológicos do planeta. Para o autor, a superação dessa tensão exige uma ruptura com o paradigma do crescimento ilimitado, o que implica repensar profundamente as bases da organização econômica. Naomi Klein (2015) complementa essa análise ao demonstrar que as respostas institucionais à crise climática têm sido moldadas por interesses corporativos, resultando em soluções que preservam a lógica de mercado, como os mecanismos de compensação de carbono, sem reduzir efetivamente as emissões globais.

Outro aspecto relevante dessa contradição refere-se à distribuição desigual dos impactos ambientais. Joan Martínez-Alier (2011) destaca que o crescimento econômico global está associado a uma intensificação dos conflitos ecológicos distributivos, nos quais os custos ambientais são frequentemente externalizados para populações vulneráveis e territórios periféricos. Nesse sentido, a busca por crescimento pode aprofundar desigualdades socioambientais, contrariando os próprios princípios de equidade defendidos pelos ODS.

No contexto das economias periféricas, essa contradição assume contornos ainda mais complexos. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2024) aponta que países como o Brasil enfrentam o desafio de conciliar crescimento econômico com conservação ambiental em um cenário de forte dependência de atividades extrativas e agroexportadoras. Essa dependência limita as possibilidades de transição para modelos produtivos menos intensivos em recursos, reforçando a inserção subordinada desses países na divisão internacional do trabalho.

Além disso, a própria estrutura dos indicadores econômicos contribui para a reprodução dessa contradição. O Produto Interno Bruto (PIB), amplamente utilizado como medida de crescimento, não contabiliza adequadamente os custos ambientais e sociais da produção. Enrique Leff (2006) critica essa racionalidade econômica por reduzir a natureza a um conjunto de recursos quantificáveis, ignorando sua complexidade ecológica. Assim, o crescimento econômico pode coexistir com a degradação ambiental sem que isso seja refletido nos indicadores tradicionais.

Do ponto de vista ético e político, essa contradição coloca em questão a própria viabilidade do desenvolvimento sustentável como projeto global. Leonardo Boff (2012) argumenta que a insistência no crescimento como objetivo central reflete uma visão antropocêntrica e utilitarista da natureza, incompatível com a construção de uma sociedade sustentável. Para o autor, é necessário substituir a lógica do crescimento pela lógica do cuidado e da suficiência.

Em síntese, a contradição entre crescimento econômico e limites planetários não pode ser resolvida por meio de ajustes técnicos ou políticas incrementais. Trata-se de um conflito estrutural que exige a redefinição dos fundamentos do desenvolvimento. Os ODS, ao tentarem conciliar objetivos potencialmente incompatíveis sem enfrentar suas causas profundas, acabam por reproduzir essa tensão, limitando sua capacidade de promover uma transformação efetiva rumo à sustentabilidade.

LIMITES POLÍTICOS, DESIGUALDADES GLOBAIS E CRÍTICAS DECOLONIAIS AOS ODS

A análise dos limites dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) não pode prescindir de uma compreensão aprofundada das estruturas de poder que organizam o sistema internacional. Ainda que a Agenda 2030 se apresente como um pacto global universal, sua implementação ocorre em um contexto marcado por profundas desigualdades econômicas, assimetrias políticas e disputas geopolíticas que condicionam – e frequentemente restringem – sua efetividade.

Nesse sentido, Thomas Pogge (2010) argumenta que a persistência da pobreza global não decorre de falhas internas dos países periféricos e sim de uma ordem institucional internacional que reproduz desigualdades estruturais. Para o autor, regras comerciais, fluxos financeiros e regimes de propriedade intelectual favorecem sistematicamente os países centrais e as grandes corporações, limitando a capacidade dos países do Sul Global de promover um desenvolvimento autônomo. Os ODS, ao não questionarem essas estruturas, operam dentro de um quadro institucional que perpetua as condições que buscam superar.

Essa crítica é aprofundada por Noam Chomsky (2017), ao destacar que a governança global é fortemente influenciada por interesses geopolíticos e econômicos das grandes potências. Segundo o autor, agendas multilaterais frequentemente refletem compromissos mínimos, resultantes de negociações que evitam confrontar diretamente os interesses dominantes. Nesse contexto, os ODS tendem a assumir um caráter normativo frágil, dependente da vontade política dos Estados e de atores econômicos que nem sempre estão comprometidos com transformações estruturais.

Os dados empíricos corroboram essa leitura. Relatórios recentes da Organização das Nações Unidas indicam que as desigualdades globais permanecem elevadas, tanto entre países quanto no interior deles, e que a erradicação da pobreza extrema até 2030 está ameaçada (ONU, 2025). Além disso, a distribuição desigual de recursos financeiros e tecnológicos compromete a capacidade de implementação dos ODS, especialmente nos países em desenvolvimento, que enfrentam restrições fiscais e dependência externa.

No caso brasileiro, análises do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2024) evidenciam que a implementação dos ODS é atravessada por desafios estruturais, como desigualdades regionais, fragilidade institucional e conflitos entre políticas econômicas e ambientais. A dependência de setores primários exportadores, como o agronegócio e a mineração, reforça uma inserção internacional baseada na exploração intensiva de recursos naturais, o que dificulta a transição para modelos mais sustentáveis.

Essa dimensão político-econômica articula-se diretamente com as críticas provenientes da ecologia política e das abordagens decoloniais. Arturo Escobar (2014) argumenta que o desenvolvimento, mesmo em sua versão "sustentável", continua sendo um projeto civilizatório de matriz ocidental, que universaliza padrões específicos de organização econômica e social. Ao estabelecer metas globais homogêneas, os ODS tendem a desconsiderar a diversidade de experiências históricas, culturais e territoriais, reproduzindo uma lógica de imposição epistemológica.

Enrique Leff (2006) reforça essa crítica ao afirmar que a racionalidade ambiental exige a superação da lógica econômica dominante, baseada na mercantilização da natureza. Para o autor, a sustentabilidade não pode ser alcançada sem uma transformação profunda das formas de conhecimento e das práticas sociais, o que implica reconhecer a pluralidade de saberes e modos de vida. Nesse

sentido, os ODS apresentam um limite epistemológico importante, ao privilegiarem indicadores quantitativos e abordagens tecnicistas e tecnocráticas.

Carlos Walter Porto-Gonçalves (2012) contribui para essa análise ao evidenciar que os conflitos socioambientais são, em grande medida, conflitos territoriais, envolvendo disputas pelo controle e uso dos recursos naturais. Esses conflitos são frequentemente invisibilizados pelas narrativas globais do desenvolvimento sustentável, que tendem a enfatizar consensos em detrimento das tensões. Assim, a implementação dos ODS pode, em determinados contextos, reforçar processos de expropriação territorial, especialmente quando associada a grandes projetos de infraestrutura ou exploração de recursos.

A dimensão ética dessa problemática é destacada por Leonardo Boff (2012), que argumenta que a crise ambiental contemporânea reflete uma crise mais ampla de valores, associada à predominância de uma racionalidade instrumental e utilitarista. Para o autor, a construção de uma sociedade sustentável exige uma mudança civilizatória, baseada em princípios como o cuidado, a solidariedade e o respeito à diversidade da vida. Essa perspectiva evidencia que os ODS, ao se estruturarem predominantemente em metas e indicadores, podem não alcançar as transformações culturais necessárias.

Adicionalmente, Eve Ensler (2019) chama atenção para as dimensões subjetivas e simbólicas da crise ecológica, frequentemente negligenciadas pelas abordagens institucionais. Segundo a autora, a relação entre sociedade e natureza é mediada por valores, afetos e imaginários, que não podem ser reduzidos a métricas quantitativas. Essa crítica amplia o escopo da análise, indicando que os limites dos ODS não são apenas políticos e econômicos, mas, também, culturais e existenciais.

Outro aspecto relevante refere-se ao papel das corporações transnacionais na implementação dos ODS. Embora frequentemente apresentadas como parceiras na promoção do desenvolvimento sustentável, essas empresas operam segundo lógicas de maximização de lucro que podem entrar em conflito com os objetivos ambientais e sociais. Naomi Klein (2015) argumenta que a crescente influência do setor privado nas agendas globais contribui para a adoção de soluções baseadas no mercado, que tendem a preservar as estruturas existentes.

Por fim, é importante destacar que a governança dos ODS carece de mecanismos vinculantes que garantam sua implementação. A adesão aos objetivos é voluntária, e não há sanções efetivas para o não cumprimento das metas. Essa característica limita a capacidade da Agenda 2030 de promover mudanças estruturais, especialmente em um contexto de competição econômica global e de interesses divergentes entre os Estados.

Dessa forma, os limites políticos, geopolíticos e epistemológicos dos ODS revelam que sua efetividade está condicionada por estruturas de poder que ultrapassam o âmbito das políticas públicas nacionais. A articulação entre críticas da economia política, da ecologia política e das abordagens decoloniais evidencia que a Agenda 2030, embora relevante como instrumento de coordenação global, não é suficiente para enfrentar as raízes profundas das desigualdades socioambientais.

A superação desses limites exige não apenas o aperfeiçoamento dos mecanismos de governança, como também uma transformação mais ampla das relações de poder, dos modelos de desenvolvimento e das formas de conhecimento que orientam a ação humana no planeta.

ODS E O SUL GLOBAL: BRASIL E ECOLOGIA POLÍTICA

A análise dos ODS no Sul Global evidencia a persistência de dinâmicas históricas de exploração e desigualdade. A Amazônia brasileira constitui um caso emblemático dessas contradições, sendo simultaneamente um espaço de conservação ambiental e de expansão capitalista, sendo importante, para tanto mostrar, no Quadro 3, a forma como as ODS estão presentes no território brasileiro

Quadro 3. Situação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil

ODS	Tema	Situação no Brasil	Tendência	Principais problemas
1	Erradicação da pobreza	Não cumprido	Retrocesso	Aumento da pobreza e vulnerabilidade
2	Fome zero	Não cumprido	Retrocesso	Retorno ao mapa da fome
3	Saúde e bem-estar	Parcial	Estagnação	Desigualdade regional no mapa da fome
4	Educação de qualidade	Parcial	Estagnação	Baixo desempenho educacional
5	Igualdade de gênero	Parcial	Lento avanço	Violência e desigualdade salarial
6	Água e saneamento	Não cumprido	Lento avanço	Déficit estrutural de saneamento
7	Energia limpa	Em avanço	Positivo	Dependência de hidrelétricas
8	Trabalho decente	Não cumprido	Retrocesso	Precarização e informalidade
9	Indústria e inovação	Baixo avanço	Estagnação	Baixo investimento em tecnologia
10	Redução das desigualdades	Não cumprido	Retrocesso	Alta concentração de renda
11	Cidades sustentáveis	Parcial	Estagnação	Urbanização desigual
12	Consumo responsável	Baixo avanço	Estável	Baixa reciclagem e economia circular
13	Ação climática	Parcial	Oscilante	Políticas ambientais inconsistentes
14	Vida na água	Baixo avanço	Estável	Poluição marinha e costeira
15	Vida terrestre	Não cumprido	Retrocesso	Desmatamento na Amazônia, mineração ilegal.
16	Paz e justiça	Parcial	Estagnação	Violência estrutural
17	Parcerias globais	Parcial	Estável	Dependência externa

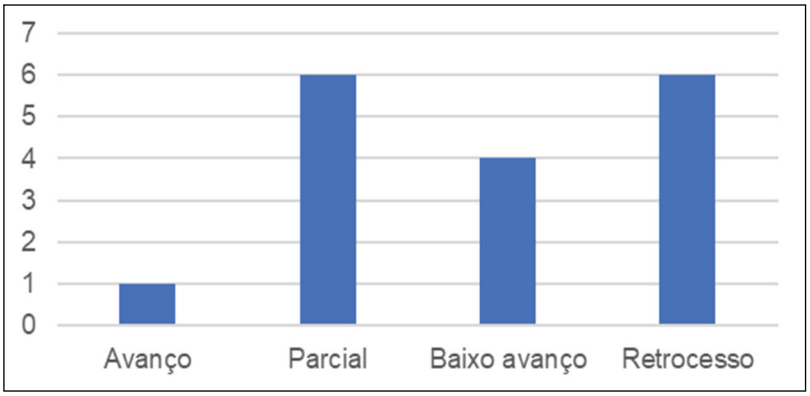
Fonte: Elaboração própria com base em dados da Organização das Nações Unidas (ONU), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Relatórios do IPCC e literatura da ecologia política crítica.

Esse quadro evidencia que o Brasil apresenta predominância de retrocessos e estagnação, especialmente nos ODS sociais (1, 2, 10) e ambientais (13, 15). Isso reforça a crítica de que:

- Os ODS não têm sido suficientes para reverter desigualdades estruturais;
- Há forte contradição entre crescimento econômico e sustentabilidade;
- O Brasil expressa a condição periférica do capitalismo global.

O Gráfico 1 representa a distribuição quantitativa dos avanços e limites relacionados a implantação e desenvolvimento das ODS no Brasil.

Gráfico 1. Distribuição do desempenho dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil



Fonte: Elaboração própria com base em ONU (2022), IPEA (2021) e IPCC (2023).

Considerando a distribuição de desempenho das ODS, foi possível, a partir da metodologia proposta, categorizar este desempenho para o Brasil por meio de um índice de sintético adotando a fórmula (Eq. 3):

$$\text{Índice sintético} = \frac{\sum (\text{quantidade} \times \text{peso})}{\text{Total de ODS}} \quad (3)$$

Sabendo-se que:

- Avanço → 1 ODS → peso 3
- Parcial → 6 ODS → peso 2
- Baixo avanço → 4 ODS → peso 1
- Retrocesso → 6 ODS → peso 0

Substituindo na fórmula (Eq. 4):

$$\text{Índice sintético} = \frac{(1 \times 3) + (6 \times 2) + (4 \times 1) + (6 \times 0)}{17}$$

$$\text{Índice sintético} = \frac{19}{17} \approx \mathbf{1,12} \quad (4)$$

Com base na adoção da escala de pesos 0 a 3 o resultado do índice sintético sendo aproximadamente **1,12** aponta 3 situações, (i) predomínio de desempenho baixo a intermediário; (ii) forte presença de retrocesso estrutural e (iii) avanços pontuais não suficientes para alterar o quadro geral.

Situações como o avanço do desmatamento, impulsionado por atividades como agronegócio e mineração, refletem a lógica de acumulação descrita por David Harvey (2016) como espoliação, onde territórios são incorporados ao mercado global por meio da expropriação de comunidades locais.

Joan Martínez-Alier (2011) interpreta esses processos como conflitos ecológico-distributivos, nos quais os custos ambientais recaem sobre populações vulneráveis, enquanto os benefícios são apropriados por grandes corporações.

A crítica de Arturo Escobar (2018) é fundamental ao destacar que o desenvolvimento imposto à Amazônia desconsidera cosmologias e modos de vida locais. Isso resulta em políticas que não apenas falham em preservar o meio ambiente, como também ameaçam a diversidade cultural.

Além disso, a noção de Capitaloceno, de Jason W. Moore (2015), permite compreender a Amazônia como uma fronteira de expansão do capitalismo global, onde a natureza é convertida em recurso econômico.

Do ponto de vista ecossocialista, Michael Löwy (2014) propõe a construção de alternativas baseadas na gestão coletiva dos recursos naturais e na valorização de práticas sustentáveis locais.

A incorporação dessas perspectivas revela que os ODS, em sua forma atual, são insuficientes para enfrentar as complexas dinâmicas socioambientais da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão desenvolvida ao longo deste trabalho permite compreender que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) devem ser analisados menos como um conjunto neutro de metas técnicas e mais como expressão de um determinado momento histórico do capitalismo global e de suas tentativas de responder, ainda que de forma limitada, à intensificação das crises socioambientais.

Ao reunir, em um mesmo arcabouço, objetivos econômicos, sociais e ambientais, a Agenda 2030 evidencia uma ambição integradora; contudo, essa mesma ambição revela tensões internas e intencionalidades que dificultam sua materialização concreta.

A análise do paradigma do desenvolvimento demonstrou que os ODS se inscrevem em uma tradição que, historicamente, associa progresso à expansão econômica, ainda que sob novas roupagens discursivas. Nesse sentido, a incorporação da sustentabilidade ao discurso do desenvolvimento não implicou uma ruptura com suas bases estruturais, mas, sim uma reconfiguração que busca compatibilizar demandas ambientais com a continuidade do crescimento.

Essa tentativa de conciliação, longe de resolver as contradições existentes, tende a deslocá-las, produzindo uma agenda que reconhece os limites ecológicos e não enfrenta de maneira efetiva as dinâmicas que os tensionam.

A contradição entre crescimento econômico e limites planetários, explorada ao longo do texto, revela-se como um dos principais entraves à efetividade dos ODS. Não se trata apenas de uma incompatibilidade teórica, e sim de uma tensão empiricamente verificável, na medida em que os avanços econômicos continuam associados à intensificação do uso de recursos naturais e à manutenção de padrões produtivos insustentáveis. Assim, a persistência de indicadores ambientais negativos, mesmo em contextos de expansão econômica, evidencia que os instrumentos atualmente mobilizados não são suficientes para promover a transição necessária.

No campo da ação climática, essa contradição se torna ainda mais evidente. A distância entre os compromissos assumidos e os resultados observados indica que as estratégias adotadas têm priorizado adaptações incrementais em detrimento de transformações estruturais.

Esse descompasso revela que, embora haja reconhecimento da gravidade da crise climática, as respostas institucionais permanecem condicionadas por limites políticos e econômicos que restringem sua eficácia. Como consequência, observa-se a consolidação de um cenário no qual a gestão da crise substitui sua superação.

A análise dos limites políticos e das desigualdades globais reforça a ideia de que a implementação dos ODS ocorre em um ambiente profundamente assimétrico. As diferenças de capacidade estatal, acesso a recursos e inserção na economia global condicionam de maneira decisiva os resultados alcançados, tornando a universalidade da Agenda 2030 mais normativa do que efetiva.

Além disso, a ausência de mecanismos coercitivos e a dependência de compromissos voluntários reduzem o potencial transformador dos ODS, que acabam por se apoiar em arranjos institucionais frágeis e, muitas vezes, subordinados a interesses econômicos dominantes.

A incorporação das críticas decoloniais e da ecologia política amplia essa leitura ao evidenciar que os desafios da sustentabilidade não podem ser compreendidos apenas em termos de gestão ambiental, mas, envolvem disputas por território, poder e conhecimento. A padronização de metas globais tende a obscurecer a diversidade de contextos e a invisibilizar conflitos locais, nos quais se expressam as contradições do desenvolvimento. Com isso, a sustentabilidade proposta pelos ODS pode, em determinados casos, coexistir com processos de exclusão e expropriação, revelando sua inserção em uma lógica mais ampla de reprodução das desigualdades.

Outro aspecto relevante diz respeito à dimensão epistemológica da Agenda 2030. A centralidade de indicadores e métricas, embora fundamental para o monitoramento, revela uma concepção de sustentabilidade fortemente orientada por parâmetros quantitativos, que nem sempre captam a complexidade das relações entre sociedade e natureza. Essa limitação sugere que a crise socioambiental não pode ser plenamente enfrentada sem a incorporação de outras formas de conhecimento e de outras racionalidades, capazes de reconhecer a pluralidade de experiências e de valores que constituem os territórios.

Diante desse conjunto de elementos, torna-se evidente que os ODS operam em um campo de ambivalência. Por um lado, representam um avanço importante ao consolidar uma agenda global que reconhece a interdependência entre questões sociais, econômicas e ambientais. Por outro, sua capacidade de promover mudanças estruturais é limitada pelo fato de permanecerem inseridos no mesmo paradigma que contribuiu para a emergência da crise que pretendem enfrentar. Essa ambivalência não deve ser interpretada como uma falha isolada, e sim como expressão das condições históricas e políticas que moldam a governança global contemporânea.

A síntese das análises realizadas permite afirmar que a superação dos limites dos ODS não depende apenas de seu aprimoramento técnico ou de sua ampliação institucional, como também de uma reconfiguração mais profunda das bases que orientam o desenvolvimento. Isso implica questionar a centralidade do crescimento econômico, repensar os padrões de produção e consumo e reconhecer a necessidade de formas mais justas e sustentáveis de organização social. Trata-se, portanto, de um desafio que ultrapassa o escopo da Agenda 2030, exigindo mudanças que atingem o próprio fundamento das relações entre sociedade, economia e natureza.

Por fim, é importante destacar que, apesar de suas limitações, os ODS constituem um espaço relevante de disputa e construção política. Sua existência abre possibilidades para a articulação de diferentes atores e para a formulação de alternativas que tensionem seus próprios limites.

Nesse sentido, o futuro da Agenda 2030 não está determinado apenas por suas diretrizes formais, mas, pela capacidade de mobilização social e política em torno de projetos que ampliem seu alcance e aprofundem seu conteúdo transformador. Assim, mais do que um ponto de chegada, os ODS devem ser compreendidos como parte de um processo em aberto, no qual se disputam os sentidos do desenvolvimento e as possibilidades de construção de um futuro sustentável.

REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. Petrópolis: Vozes, 2012.

Relatório nacional voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: IPEA, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br. Acesso em: 17 abr. 2026.

CHOMSKY, Noam. **Quem manda no mundo?** Curitiba: Crítica, 2017.

COPERNICUS. **Climate Change Service**. European Commission. Disponível em: https://climate.copernicus.eu/copernicus-2024-first-year-exceed-15degc-above-pre-industrial-level. Acesso em: 09 maio 2026.

ESCOBAR, Arturo. **Designs for the Pluriverse**: Radical Interdependence, Autonomy, and the Making of Worlds. Durham: Duke University Press, 2018.

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la Tiera**: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Universidad Autónoma Latinoamericana UNAULA, 2014.

FOSTER, John Bellamy. **The return of nature**: socialism and ecology. New York: Monthly Review Press, 2020.

HARVEY, David. **17 Contradições e o Fim do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **Monitoramento do desmatamento da floresta amazônica brasileira (PRODES)**. São José dos Campos: INPE, 2023. Disponível em: http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes. Acesso em: 17 abr. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **ODS no Brasil**: metas nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: IPEA, 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/ods. Acesso em: 17 abr. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **ODS 13**: Ação contra a mudança global do clima, 2019 Disponível em: https://www.ipea.gov.br/ods/ods13.html. Acesso em: 17 abr. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Agenda 2030**: avaliação do progresso das principais metas globais – ODS 13. Brasília: Ipea, 2024. DOI: http://dx.doi.org/10.38116/ri2024ODS13. Acesso em: 17 abr. 2026.

IPCC. Climate Change 2023: **Synthesis Report**. DOI: https://doi.org/10.59327/IPCC/AR6-9789291691647. Acesso em: 17 abr. 2026.

KLEIN, Naomi. **Isso muda tudo**: capitalismo vs. clima. Barcarena-Portugal: Editorial Presença, 2015.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LÖWY, Michael. **Ecossocialismo**. São Paulo: Cortez, 2014.

MARX, Karl. **O Capital: Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital: Livro III**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2011.

MOORE, Jason W. **Capitalism in the web of life**: Ecology and the Accumulation of Capital. Londres: Verso Books, 2015.

ONU. **Agenda 2030**, 2015.

ONU. **Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2025**. Disponível em: https://brasil.un.org. Acesso em: 17 abr. 2026.

ONU. **2024 foi o ano mais quente já registrado**. Disponível em: https://brasil.un.org. Acesso em: 17 abr. 2026.

POGGE, Thomas. **Pobreza Mundial e Direitos Humanos**: Responsabilidades e Reformas Cosmopolitas. Cambridge: Polity Press, 2010.

SAITO, Kohei. **O ecossocialismo de Karl Marx**: Capitalismo, Natureza e a Crítica Inacabada à Economia Política. São Paulo: Boitempo, 2021.

SAITO, Kohei. **O capital no antropoceno**. São Paulo: Boitempo, 2022.

UNITED NATIONS (ONU). **Transforming our world**: the 2030 Agenda for Sustainable Development. New York: UN, 2015. Disponível em: https://sdgs.un.org/2030agenda. Acesso em: 17 abr. 2026.

UNITED NATIONS (ONU). **The Sustainable Development Goals Report 2022**. New York: UN, 2022. Disponível em: https://unstats.un.org/sdgs/report/2022/. Acesso em: 17 abr. 2026.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

DOI: https://doi.org/10.18817/26755122.30.1.2026.4606

IMPERATIVO ESPACIAL & CONFIGURAÇÃO EXOSSOMÁTICA: O DISCURSO DA ANTROPOTOPIA

SPATIAL IMPERATIVE & EXOSOMATIC CONFIGURATION: THE DISCOURSE OF ANTHROPOPATHY

IMPERATIVO ESPACIAL & CONFIGURACIÓN EXOSOMÁTICA: EL DISCURSO DE LA ANTROPOPATÍA

Carlos Santos[1]
0000-0001-7353-2962
herodoto@unir.br

Ano XXX - Vol. XXX - (1): Janeiro/Dezembro - 2026
ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461
CIÊNCIA Geográfica
www.agbbauru.org.br

1 Professor titular aposentado da Universidade Federal de Rondônia, Departamento de Geografia, onde atuou na área de Geografia Humana. Autor de livros e artigos concernentes à sua área de atuação. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7353-2962. E-mail: herodoto@unir.br.

Artigo recebido em janeiro de 2026 e aceito para publicação em maio de 2026.

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: Este texto aborda o papel do imperativo espacial na produção das espacialidades humanas. Busca demonstrar que não é possível descartar o caráter espacial das ações humanas, dado que elas são procedimentos exossomáticos humanos, e, como tais, só se realizam quando se espacializam na arquitetura dos artefatos construídos. Desse modo, embora o espaço não possa ser objeto teórico de construção epistemológica, pelo fato de ser uma categoria e não um conceito, ele surge enquanto dimensão da extensão e volume da materialidade, tanto da natural quanto da modelada pela ação humana, revelado pela espacialidade elaborada quando da confecção dos objetos ou avaliada na magnitude dos acidentes naturais.

Palavras-chave: Ação Exossomática. Configuração Exossomática. Antropotopia.

ABSTRACT: This text addresses the role of the spatial imperative in the production of human spatialities. It seeks to demonstrate that it is not possible to disregard the spatial character of human actions, given that they are exosomatic human procedures, and, as such, are only realized when they are spatialized in the architecture of constructed artifacts. Thus, although space cannot be a theoretical object of epistemological construction, because it is a category and not a concept, it emerges as a dimension of the extension and volume of materiality, both natural and modeled by human action, revealed by the spatiality elaborated during the making of objects or evaluated in the magnitude of natural accidents.

Keywords: Exosomatic Action. Exosomatic Configuration. Anthropotopy.

RESUMEN: Este texto aborda el papel del imperativo espacial en la producción de espacialidades humanas. Busca demostrar que no es posible ignorar el carácter espacial de las acciones humanas, dado que son procedimientos humanos exosomáticos y, como tales, solo se realizan cuando se espacializan en la arquitectura de los artefactos construidos. Así, aunque el espacio no puede ser un objeto teórico de construcción epistemológica, por ser una categoría y no un concepto, emerge como una dimensión de la extensión y el volumen de la materialidad, tanto natural como modelada por la acción humana, revelada por la espacialidad elaborada durante la creación de objetos o evaluada en la magnitud de los accidentes naturales.

Palabras clave: Acción exosomática. Configuración exosomática. Antropotopía.

INTRODUÇÃO

Benno Werllen (1993), no capítulo inicial de seu livro, após considerar que o debate filosófico levou à conclusão de que não há como sustentar a ideia substantiva sobre o espaço, conclui que, não sendo este um objeto apropriado de pesquisa, o mesmo não existe como algo materialmente concreto, nem tampouco como um consistente objeto teórico. Seguindo essa diretriz epistemológica, Werllen acusa Hettner de ter mal interpretado Kant ao transformar o termo *corográfico*, usado por Kant, que conota descrição, em *corológico*, que implica explicação, dando assim à Geografia o *status* de "ciência espacial". Dado que Hettner propõe a Geografia como *Raumwissenschaft,* Ciência Espacial ou Ciência do

Espaço, uma vez que se constitui como "conhecimento dos espaços terrestres solidamente determinado do ponto de vista histórico" (Hettner, p. 121, 1927, *apud* Arantes, p. 118, 2012).

Então, diante da impossibilidade de tratar o espaço como objeto, Werllen propõe a ação como eixo explicativo do discurso geográfico, ao ponderar que o espaço não é um objeto e nem um *a priori*, mas um quadro de referência para as ações. Desse modo, ele faz a seguinte definição de espaço (Werllen, 1993, p. 3):

> "Espaço" não é um conceito empírico, mas sim [um conceito] formal e classificatório. É um quadro de referência para os componentes físicos das ações e uma gramática para problemas e possibilidades relacionados à execução da ação no mundo físico[2] (Werllen, 1993, p. 3, tradução nossa).

Tal quadro de referência equivale às dimensões do referido (os componentes físicos) que é a materialidade. Esta é o que de fato existe em suas diversas modalidades e que constitui a realidade que nos envolve e nos inclui porquanto dela também fazemos parte, e que, em última instância, é um campo quântico (Greene, 2001, 2005). Portanto, espaço, junto com o tempo, constituem, ambos, dimensões da materialidade, conforme Szamosi (1986). Assim, epistemologicamente falando, espaço e tempo não possuem *status* ontológico, porquanto se afiguram como categorias e não como conceitos (Santos, 2025d), ou seja, são propriedades da materialidade, não existem de modo autônomo.

Então, podemos definir o mencionado quadro de referência como a dimensionalidade de um dado local, por exemplo, uma porção da crosta terrestre definida pelas coordenadas cartográficas. É esse *lócus* que é passível da ação humana no seu viés exossomático, isto é, o agir que visa a confecção de artefatos a partir do conteúdo natural do local, – utensílios que funcionam como recursos espaciais. O ato de produzir objetos significa obedecer ao imperativo de espacialização que condiciona a realização da ação exossomática humana. Dessa forma, surge um complexo de aparatos espaciais que caracterizam a fundação do lugar. Então, temos a ação exossomática humana promovendo a transição do *lócus* aos topos, – procedimento que podemos denominar de *antropotopia*[3]. É importante observar que, no processo de elaboração, pela ação exossomática humana, do lugar a partir do local, não há a ocupação de espaço, de vez que sendo uma dimensão espaço não é algo concreto a ser ocupado. O que há é a agregação da materialidade humana à substância do local, constituindo a antropização do conteúdo do local.

Sendo espaço uma dimensão da materialidade, manifesto na extensão e volume da mesma, o espaço geográfico passa a ser uma ficção (Santos, 2025b). Da mesma forma, fica invalidada a expressão "produção de espaço" (Lefebvre, 2006). O que pode ser passível de produção são as espacialidades, pois elas são construídas na medida em que os artefatos são elaborados nas escalas de altura/altitude, comprimento/longitude e largura/latitude, com o acréscimo da temporalidade/fuso, por conta da durabilidade de suas utilidades, tornando-os construtos quadridimensionais, objetos cronotópicos, autênticos recursos espaciais. Assim, de modo geral, a espacialidade quer em seu modo natural (a superfície terrestre, por exemplo), ou expressa na arquitetura dos objetos, é ela que revela o espaço enquanto possibilidade de manuseio e de uso antrópicos desses meios. Portanto, é a espacialidade em sua magnitude/corporeidade que revela a dimensão espaço e não o contrário, enquanto é a aferição de sua dinâmica/temporalidade que revela a dimensão tempo.

Imperativo Espacial e Ação Exossomática Humana

Utilizando um arsenal teórico sociológico ancorado em nomes como Marx, Husserl, Durkheim, Pareto, Weber, Parsons, Popper, Schutz, Bourdieu, Lefebvre e outros, mas principalmente em Schutz, Werllen (1993) busca bases para construir uma teoria do que ele chama de geografia social (invés de geografia humana) que tenha por objeto a ação humana. No âmbito estritamente sociológico parece não haver como, ao longo da discussão que Werllen faz, perceber que descartar totalmente o espaço ignora que há uma espacialidade que viabiliza as ações humanas. Então, a ação humana que visa a produção de artefatos implica considerar que se trata de um ato exossomático, isto é, a estensividade humana nos objetos, que passam a funcionar como próteses. E, nessa condição, os objetos são ações em curso, portanto, a dialética proposta por Milton Santos (1996), ações *versus* objetos, não se sustenta. A contraposição se dá entre as próprias ações em concorrência entre si, visando se tornarem realizações de fato ao se espacializarem. Assim, vem à tona o imperativo espacial pelo qual a ação exossomática humana só se realiza quando se espacializa. O imperativo da espacialização indica que não é o espaço o objeto da ação exossomática mas sim a espacialidade, – melhor dizendo, a espacialidade exossomática humana. É a tarefa de explicá-la que importa.

Do exposto acima, duas expressões surgem fortemente: exossomatismo e imperativo espacial. São expressões que estão intricadamente imbricadas. O exossomatismo, termo derivado por Georgescu-Roenge (1971, 1976, 2012), com base no conceito de exossomático criado por Lotka (1945), que define o humano como um ente que tem seu processo de adaptação/evolução, referente às condições ambientais, pautado pela construção de artefatos/próteses, diferente dos demais animais que se adaptam/evoluem através de órgãos naturais. Procedimentos que Popper (1971) chama de exossomia, no caso dos humanos, e de endossomia com relação aos demais animais. Assim, ao se tornarem entes eminentemente exossomáticos, os humanos agem moldando seu ambiente visando resolver suas necessidades fundamentais.

A ação exossomática humana, como já mencionado, só se realiza quando se espacializa na arquitetura dos construtos projetados no ambiente. Essa imprescindibilidade de espacialização é que cria o imperativo espacial. Então, há um caráter espacial a ser considerado no agir humano. Ele surge enquanto dimensão da magnitude da materialidade tornando-a uma espacialidade natural. Essa dimensionalidade está aberta ao manuseio e uso da ação humana. Dessa abertura surge o espaço enquanto possibilidade de intervenção humana, que se dá se espacializando na formatação de objetos construídos para funcionarem como recursos. Em síntese, o imperativo da espacialização é a *condicio sine qua non* da realização da ação exossomática humana, resultando na construção/produção das espacialidades antrópicas.

Em síntese, o encadeamento de ambas as expressões acima discutidas evidencia o mecanismo do discurso antropotópico, o cerne da antropotopia: a ação exossomática humana, por força do imperativo espacial, é obrigada a espacializar-se para sua plena realização. Ao espacializar-se a ação exossomática humana cria/produz espacialidade(s), ficando, portanto, patente que a ocorrência é sempre de produção de espacialidade(s) e não de espaço(s). Ressalte-se que essa produção é de espacialidades humanas a partir de insumos naturais disponíveis na espacialidade natural da crosta planetária. Em suma, tem-se produtos exossomáticos humanos que são espacialidades/extensos/próteses/cronotopos/recursos espaciais. Enfim, laços topológicos imprescindíveis para a progressão da humanitude humana.

A LUGARIZAÇÃO EXOSSOMÁTICA: DO LOCAL-PLANETA AO LUGAR-MUNDO

A ação exossomática humana absorve a expressão "processos sociais", cuja dinâmica aloca funções que geram estruturas que se manifestam em formas espaciais, conforme esquema proposto por Milton Santos (1984), de forte influência lefebvriana. Aqui, esse esquema é interpretado como sendo um procedimento exossomático humano de construção de espacialidades em dadas localidades, que pode ser definido como um processo de lugarização humana, visando a produção do lugar. Lugar que em seu âmbito abriga expressões como paisagem (aspectos), território (delimitação), população (agência) e congêneres. Portanto, por conta de seu caráter geográfico, a princípio, posto que pode ser produzido em ambientes extraterrestres, por exemplo, lugar se torna uma integral de conceitos e categorias têmporo-espaciais, manifestando um diferencial cronotópico de identidade sócio-cultural com um endereço unívoco. Lugar é um fundamento existencial humano. Lugar é uma espacialidade cujas fronteiras são barreiras que guardam e ao mesmo tempo são portais que aguardam, isto é, são limites que protegem o conteúdo e concomitantemente permeabilizam informações com o contexto externo facultando adaptações. Em tempo, claro que a referida ação exossomática serve tanto para explicar a produção de um lugar no nosso ou em outro planeta como também para definir o lugar de algo, banalmente falando, no âmbito do próprio lugar.

O exossomatismo, do qual decorre a ação exossomática humana, é um conceito complexo dado o seu caráter de assimetria relacional, conotando relações de poder nos moldes de Foucault (1976), que vão além da capacidade humana de moldar ambientes instrumentalizando insumos naturais, abrange também assimetrias sociais expressas por hierarquias, heteronomias, classes sociais, castas, supremacismos étnicos e, por fim, pelos modos de produção. Tudo isso são mediações sócio culturais para a consecução dos aparatos ambientais. Enquanto modo de produção, o exossomatismo se apresenta hoje em sua forma mais avassaladora e totalizante de atuação que é o sistema capitalista, o qual impõe a síndrome da mercadorização a tudo, induzindo um mundo reificado (Lukács, 1989). Além de permear/balizar o jogo geopolítico no contexto internacional.

A moldagem exossomática espacial/ambiental constitui o modo de produção de espacialidades humanas, isto é, o processo de lugarização do local/planeta, como mencionado acima, que vai de um simples lugarejo ao lugar/mundo, como a espacialidade mais sofisticada. Então, vislumbramos o exossomatismo como motor do processo civilizacional, lembrando Toynbee (1986) com seu mecanismo conceitual de explicação histórica (de inspiração ratzeliana): desafio e resposta. Ou seja, as civilizações afloram quando o ser humano, em resposta a desafios circunstanciais/ambientais, desloca funções do corpo e da psique para fora de si, estendendo-se em próteses, tais como artefatos, instituições e símbolos que implicam extensos corporais (Santos, 1984, 1986) tipo: ferramentas → prolongamento da mão; escrita → prolongamento da memória; leis → prolongamento da consciência moral; algoritmos → prolongamento da cognição. Em suma, a criação de um mundo à imagem e semelhança humana. De modo cabal, o significado mais profundo de exossomatismo é a capacidade humana de mobilizar recursos pertinentes para a consecução de certo objetivo/meta, – comportamento que deveria guiar o desenvolvimento humano. Mobilização/produção de recursos, via comportamento exossomático, que só se efetiva, realizando-se de fato, quando se espacializa, constituindo o processo mais fundamental de sobrevivência e existência humanas que é a produção de lugaridades, as quais, além de incluir os lugares, são a essência das espacialidades humanas. Portanto, o exossomatismo humano implica necessariamente lugaridades.

O MUNDO NA BERLINDA: O LUGAR DO HUMANO PARA O HUMANO DO LUGAR

A caminhada é feita por caminhos que são abertos pelo próprio caminhar em sua empreitada de desbravar trilhas insuspeitas, e tais caminhos, uma vez estabelecidos, encaminham o caminhar. Assim, a elaboração mental de soluções só se efetiva quando é concretizada em artefatos. Como afirma o conhecido neurocientista brasileiro Miguel Nicolelis, o cérebro, que ele considera "o verdadeiro criador de tudo" (Nicolelis, 2020), precisa de um corpo, – dado que o pensar algo requer a ação exossomática do corpo para que tal intento seja objetificado em um construto. Portanto, mesmo que estabeleça conexões com próteses robóticas remotas, como demonstrou Nicolelis & Cicurel (2015), a mente e seu cérebro precisam se situar em um corpo habitando algum lugar. Porquanto, é no momento em que a ação se espacializa na arquitetura de um artefato que o que foi gestado pelo cérebro e exossomatizado pelo corpo se realiza de fato e, uma vez expressado construtamente, abre a possibilidade de se ir além, isto é, de se inovar e aperfeiçoar. Então, assoma a imprescindibilidade da ação exossomática humana como modo de realização efetiva do intento cerebral/mental de construção de meios que garantam a sobrevivência e o existir. Mas, onde estão os insumos para a produção dos recursos para tanto?

Assim como o cérebro precisa de um corpo, o corpo precisa de um lugar. Então, cérebro e corpo unificados em um ente humano empreendem a colonização de um dado local, cujos insumos são formatados em recursos espaciais que constituem um ambiente que é o lugar. Portanto, ao agregar sua materialidade informada à materialidade bruta de um dado local o ser humano exerce seu poder exossomático de moldar espacialidades à sua imagem e semelhança. Desse modo, como já mencionado, se tem não uma ocupação de espaço mas a produção de espacialidades, de vez que estas são a manifestação da dimensão espacial da materialidade dos insumos utilizados, resultando da agregação da substancialidade humana à materialidade de um dado local. Não há espaço a ser ocupado, como já mencionado, porquanto trata-se da dimensão da magnitude da materialidade em sua extensão e volume, sendo uma propriedade da mesma, não existindo, portanto, o espaço de modo independente da mesma. Em suma, há efetivamente uma espacialidade natural da qual podem ser extraídas espacialidades antrópicas.

Configura-se, enfim, o processo de transformação do local em lugar, enquanto meio complexo de recursos espaciais, que, no limite, evidencia a transição do local-planeta em lugar-mundo. Situação que pode ser denominada de lugarização do ambiente planetário, cuja análise fica a cargo da proposta de uma nova abordagem chamada de antropotopia, cujo foco é a produção exossomática do mundo a partir de insumos do planeta. De vez que é o mundo, em sua trama marcada por relações sócio ambientais assimétricas, que se tornou um cadinho de ameaças existenciais tanto aos humanos quanto às demais espécies, que exige um exame rigorosamente crítico. Para além da falácia salvacionista do planeta, é da ecologia social em sua mundanidade, em seu rebatimento ambiental, que se tem de cuidar. Pois, de vez que ser humano ainda é um processo, a síndrome das relações assimétricas socioambientais compromete a maturidade humana. A seletividade na acessibilidade aos recursos espaciais precariza o desenvolvimento humano, impedindo que o lugar-mundo se torne um cadinho de humanitude, isto é, um lugar que permita que o outro seja a medida de humanidade de alguém reciprocamente.

Posto que o ente humano é um ser exossomático, comporta-se estendendo sua corporeidade em artefatos construídos para atuarem como próteses. Desse modo, o grau de humanidade/humanitude do humano, dado que o humano ainda está sendo, depende de seu acesso a tais dispositivos. Afinal,

o ente humano vale pela sua singularidade, e, em consequência, sua sobrevivência e seu pleno existir dependem da possibilidade de expressão de sua informacionalidade singular, que é fruto de sua idiossincrasia humana, veiculada pela mundanidade. Porém, lamentavelmente, o processo de cons-re-construção do mundo tem se dado via uma articulação social chancelada pela heteronomia: um tecido de relações sociais marcadas profundamente pela assimetria, implicando exclusão social e depredação ambiental. Urge, de modo imperioso, repensar o caráter das relações sociais vigentes: toda a biologia que habita o planeta está em sério risco.

CRISE SOCIOAMBIENTAL: A SUBVERSÃO DA ADAPTAÇÃO

A exacerbação da ação exossomática humana, transformada em técnica, e a cultura desta ampliada em tecnologia, aplicada sem o cuidado simbiótico com o meio ambiente, levou a relação humana com o planeta a um impasse ecológico. Diante dos efeitos negativos que tal tecnologia tem trazido ao convívio do humano com o planeta, a ponto de colocar em risco sua sobrevivência enquanto espécie, junto com as demais espécies orgânicas, impõe-se uma redefinição ontológica da técnica, isto é, o surgimento de um paradigma ecológico a ser considerado. O fetichismo tecnológico guiado pelo culto à eficiência na produção de lucro cegou a percepção da fonte desse descalabro existencial: a lógica da assimetria nas relações sociais e sua projeção causal na depredação socioambiental. Então, é o mundo construído exossomaticamente de modo socialmente assimétrico que se tem que discutir.

O planeta é um evento natural que, no caso do nosso, já existe a cerca de cinco bilhões de anos e vai continuar por outros tantos, portanto, foge da nossa alçada "salvá-lo". O planeta não precisa de nós, nós é que precisamos dele. Deixado a si mesmo ele se recuperaria dos danos a ele infringidos. As ameaças à existência humana vêm do mundo, e este é uma construção humana. Em recente evento da COP30, ocorrida no Brasil em Belém no Pará, ainda se insistia no velho chavão dos movimentos ditos ecológicos das décadas setenta e oitenta do século passado em proclamar o salvacionismo do planeta. O *lobby* capitalista se recusa a ver o óbvio!!! Principalmente o fomentado pela matriz energética fóssil.

O quadro acima é consequência do quanto o ente humano, resultante da adaptabilidade às injunções ambientais do planeta onde surgiu, deixou de ser um animal adaptado e passou a se comportar de modo predatório, animado pelo fascínio do domínio que o exercício exossomático hipertrofiado lhe deu, subvertendo com isso o cordão umbilical que o liga à natureza. Urge renormalizar essa ligação. Embora o impulso exossomático seja inerente à condição humana e, portanto, não podendo ser extirpado, ele precisa ser redirecionado para o comportamento simbiótico. Uma mudança radical na redefinição ontológica da técnica se impõe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Simondon (p. 236, 1964 [1958]; p. 212, 2005a [1958]): "A adaptação cria o *ambiente* e o *ser* em relação ao ambiente, os [possíveis] caminhos do ser" (itálico nosso). A ontogênese humana criou certamente o seu ambiente que é o mundo, a espacialidade humana mais sofisticada, mundo construído exossomaticamente a partir de insumos do planeta aplicando toda uma tecnicidade desenvolvida na base de que *fazer sempre abre a possibilidade de fazer melhor* (embora a adoção da obsolescência programada deturpe esse procedimento). O aprendizado do fazer enseja a eficiência do

fazendo que pode propiciar ao que é feito a sua eficácia. Tal processo estabelece o confronto entre o artificial e o natural.

Porquanto a ação exossomática humana enquanto ação técnica tem permeado e marcado a jornada humana no planeta em sucessivas etapas civilizacionais desde a confecção de instrumentos líticos, Idade da Pedra, passando pelas primeiras civilizações, Mesopotâmia, Vale do Nilo, Vale do Rio Amarelo e Vale do Indo, todas na Idade do Bronze, em seguida no Oriente Próximo, na Índia Antiga, na China Antiga e na Grécia Antiga, que transitaram para a Idade do Ferro, e já na modernidade os processos de siderurgia e de metalurgia na nossa Civilização do Aço, paralelos ao processamento do petróleo, inaugurando a era da mecânica de combustão, em substituição a de vapor, e do uso generalizado do plástico. Mais recentemente, entramos na Era Atômica com o uso da fissão do urânio para a confecção de artefatos bélicos, mas também para a construção de usinas nucleares. A preocupação ecológica e os riscos ambientais estão incentivando uma nova Era Atômica agora baseada na fusão nuclear, utilizando isótopos de hidrogênio e de hélio para a construção de reatores. É a aurora de uma nova matriz energética para dar conta da completa eletrificação dos meios de produção, de transporte e de consumo doméstico, facultando, por sua vez, a utilização de elementos como o lítio para a tecnologia de armazenamento de energia.

Diante dos avanços científicos atuais e das consequentes tecnologias que abarcam automação, robotização, algoritmos auto programáveis (IAs), edição de genes, biônica, e congêneres, colocam-se as questões/cenários: estaria o humano enquanto meio de autoconsciência da natureza (Reclus, 1985) expandindo-a em novas dimensões e a criar possíveis formas artificiais de autoconsciência às quais passaria o bastão existencial? Ou estaríamos trocando a ditadura dos genes, conforme Dawkins (2007), pelo autoritarismo tirânico dos algoritmos?

Não ocorrendo os cenários elencados acima, resta ao humano encarar a tarefa de encaminhar a maturidade de seu processo de humanização, posto que se trata de um ente ainda se tornando *in totum* humano. Livre do fardo de garantir sua sobrevivência, tarefa delegável às máquinas, poderia finalmente plenamente existir, expressando completamente sua bagagem informacional, guardada em sua singularidade individual, por meio de um ambiente pedagógico que lhe estimule a afirmação da própria individualidade. Em tempo, a cultura do individualismo, a postura individualista, é nociva/perniciosa e deve ser condenada e combatida, mas a afirmação da(s) individualidade(s) é plenamente salutar e imprescindível. Dessa afirmação surgem os contributos personais que fazem a riqueza da diversidade sociocultural.

Fazendo, então, o arremate do que foi discutido neste texto, enfocando a ação exossomática humana em sua forçosa realização na configuração de recursos espaciais, por conta do imperativo espacial, propõe-se a antropotopia como abordagem adequada para explicar criticamente a transformação do local em lugar, no limite, do local-planeta ao lugar-mundo. Transformação que deve buscar o modo simbiótico de lidar com o ambiente planetário através da exorcização da assimetria social, e sua projeção ambiental, pela cultura de uma humanitária socialização que possa fomentar uma ampla e irrestrita acessibilidade aos recursos produzidos, em função da gradação humana do humano. O foco, enfim, quanto ao descalabro ambiental deve ser no agente, mas quanto ao acesso ao complexo de recursos espaciais a atenção precisa recair sobre a(s) espacialidade(s)/lugaridade(s).

NOTAS

2 ‘Space’ is not an empirical but a formal and classificatory concept. It is a frame of reference for the physical components of actions and a grammalogue for problems and possibilities related to the performance of action in the physical world (Werllen, 1993, p. 3).
3 Conceito que apresentamos pela primeira vez no VII Encontro Nacional da ANPEGE, na Seção de Comunicações, ocorrido em setembro de 2007, na Universidade Federal Fluminense, em Niterói-RJ, em um texto intitulado ANTROPOTOPIA: Uma Teoria da Espacialidade Humana (Repensando a Geografia).

REFERÊNCIAS

DAWKINS, Richard. **O gene egoísta.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
FOUCAULT, M**. Histoire de la sexualité, 1.** La volonté de savoir. Paris, Gallimard, 1976.
GEORGESCU-ROEGEN, N. **The Entropy Law and the Process Economic**. Harvard University Press: 1971.
GEORGESCU-ROEGEN, N. **Energy and economic myths.** Nova York, 1976, Permagon.
GEORGESCU-ROEGEN, N. **O decrescimento:** entropia, ecologia, economia. São Paulo: Senac São Paulo, 2012.
GREENE, B. **O Universo elegante**. Supercordas, dimensões ocultas e a busca de uma teoria definitiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
GREENE, B. **O tecido do Cosmo.** O espaço, o tempo e a textura da realidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
HETTNER, A. Die Geographie, ihre Geschichte, ihr Wesen und ihre Methoden. Breslau: Ferdinand Hirt, 1927. *apud* ARANTES, L. A profusão das teorias espaciais e a fusão do espaço geográfico: Alfred Hettner e o projeto corológico. **GEOgraphia**, Niterói, v. 13, n. 25, p. 106–135, 2012. Disponível em https://doi.org/10.22409/GEOGRAPHIA2011.V13I25.A13618. Acessado em 20/03/2026.
LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l’espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.
LOTKA, A. J. The law of evolution as a maximal principle. **Human Biology**. Detroit: Wayne University Press, v. 17, n. 3, p. 167–194, 1945.
LUKÁCS, G. **História e consciência de classe:** estudos de dialética marxista. Rio de Janeiro: Elfos Ed.; Porto, Portugal, Publicações Escorpião, 1989.
NICOLELIS, M.; CICUREL, R. **O Cérebro Relativístico:** Como ele funciona e por que ele não pode ser simulado por uma máquina de Turing. Natal, Montreux, Durham, São Paulo: Kios Press, 2015.
NICOLELIS, M. **O Verdadeiro Criador de Tudo.** Como o cérebro humano esculpiu o Universo como nós o conhecemos. São Paulo: Planeta, 2020.
POPPER, K. **Conhecimento Objetivo.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
RECLUS, E. O homem e a terra. In: **Elisée Reclus**. ANDRADE, M. C. de (Org). São Paulo: Ed. Ática, 1985. (Col. Grandes Cientistas Sociais.)
SANTOS, C. O Conceito de Extenso: a Construção Ideológica do Espaço Geográfico. In: **Anais do 4º Congresso Brasileiro de Geógrafos,** Livro 2, Vol. 2, São Paulo, AGB, 1984, pp. 323-34.

SANTOS, C. O Conceito de Extenso: a construção ideológica do espaço geográfico. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. de. **A Construção do Espaço.** São Paulo: Editora Nobel, 1986.
SANTOS, C. **Antropotopia:** a lugarização humana do planeta*:* a produção do mundo. Chisinau-Moldávia: Novas Edições Acadêmicas, 2021.
SANTOS, C. Antropotopia: Superando o Mito do Espaço Geográfico. **Boletim Alfenense de Geografia**. Alfenas. v. 5, n.9, p. 30-55, 2025b.
SANTOS, C. Tempo e Espaço: Uma Saga Epistêmica. Conceitos ou Categorias? **Ciência Geográfica** - Bauru - Ano XXIX - Vol. XXIX - (3): Janeiro/Dezembro, p. 1397-1408, 2025d.
SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1984.
SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
SIMONDON, G. **L'individu et sa genèse physico-biologique**. Paris: PUF, 1964 [1958].
SIMONDON, G. **L'individuation à la lumière des notions de formes et d'information.** Grenoble: Jérôme Millon, 2005a [1958].
SZAMOSI, Gésa. **Tempo e espaço:** as dimensões gêmeas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
TOYNBEE, A. J. **Um Estudo de História.** Editora Universidade de Brasília, 1986; São Paulo: Martins Fontes 1986.
WERLLEN, B. **Society, Action and Space:** An Alternative Human Geography. London: Routledge, 1993.

DOI: https://doi.org/10.18817/26755122.30.1.2026.4607

MODELAGEM DA FRAGILIDADE AMBIENTAL EMERGENTE COMO SUBSÍDIO AO MANEJO E CONSERVAÇÃO DE SOLOS NA BACIA DO RIO PARDO–SP

EMERGING ENVIRONMENTAL FRAGILITY MODELING AS A SUBSIDY FOR SOIL MANAGEMENT AND CONSERVATION IN THE RIO PARDO BASIN–SP

MODELADO DE LA FRAGILIDAD AMBIENTAL EMERGENTE COMO APOYO AL MANEJO Y CONSERVACIÓN DE SUELOS EN LA CUENCA DEL RÍO PARDO-SP

Matheus Vargas de Oliveira[1]
0009-0003-4135-4606
matheus.vargas@unesp.br

Edson Luís Piroli[2]
0000-0002-3350-2651
edson.piroli@unesp.br

CIÊNCIA Geográfica
Ano XXX - Vol. XXX - (1): Janeiro/Dezembro - 2026
ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461
www.agbbauru.org.br

1 Geógrafo. Mestre em Ciências. ORCID: https://orcid.org/0009-0003-4135-4606. E-mail: matheus.vargas@unesp.br.
2 Livre Docente em Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento. Professor da UNESP. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3350-2651. E-mail: edson.piroli@unesp.br.

Agradecimentos: À Universidade Estadual Paulista (UNESP) e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia pelo suporte institucional e acadêmico que viabilizou a dissertação de mestrado que deu origem a este artigo.

Artigo recebido em abril de 2026 e aceito para publicação em junho de 2026.

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: O presente estudo objetivou a análise da fragilidade ambiental emergente da Bacia Hidrográfica do Rio Pardo, para identificar áreas suscetíveis à degradação e subsidiar o planejamento territorial. Empregou-se uma abordagem integrada com geotecnologias e Análise Multicritério (AMC), utilizando o método do Processo Hierárquico Analítico (AHP) para ponderar os fatores declividade, precipitação, geologia, solos e uso da terra. A integração ocorreu via Combinação Linear Ponderada (CLP) em ambiente SIG. Os resultados indicaram que a maior parte da bacia apresenta fragilidade baixa (40,58%) e média (35,92%). A classe de fragilidade muito baixa abrange 12,35% da área. Já as áreas de alta fragilidade correspondem a 10,99% do território, e a classe muito alta representa apenas 0,16%, estando ambas associadas a setores de maior declividade e à intensificação do uso da terra com atividades agropecuárias, especialmente nas zonas de cabeceiras e de recarga hídrica. Conclui-se que a modelagem é uma ferramenta estratégica para a tomada de decisão, fornecendo subsídios técnicos para orientar políticas de conservação do solo e mitigação dos riscos de estresse hídrico.

Palavras-chave: Fragilidade ambiental. Análise Multicritério. AHP. Recursos hídricos.

ABSTRACT: This study aimed to analyze the emergent environmental fragility of the Rio Pardo Watershed to identify areas susceptible to degradation and support territorial planning. An integrated approach using geotechnologies and Multicriteria Analysis (MCA) was employed, using the Analytic Hierarchy Process (AHP) method to weight the factors of slope, precipitation, geology, soils, and land use. The integration occurred via Weighted Linear Combination (WLC) in a GIS environment. The results indicated that the majority of the watershed presents low (40.58%) and medium (35.92%) fragility. The very low fragility class covers 12.35% of the area. Conversely, the high fragility areas correspond to 10.99% of the territory, and the very high class represents only 0.16%; both are associated with sectors of steeper slopes and agricultural land use intensification, especially in headwater and groundwater recharge zones. It is concluded that modeling is a strategic tool for decision-making, providing technical support to guide soil conservation policies and mitigate water stress risks.

Keywords: Environmental fragility. Multicriteria Analysis. AHP. Water resources.

RESUMEN: El presente estudio tuvo como objetivo el análisis de la fragilidad ambiental emergente de la Cuenca Hidrográfica del Río Pardo, para identificar áreas susceptibles a la degradación y subsidiar la planificación territorial. Se empleó un enfoque integrado con geotecnologías y Análisis Multicriterio (AMC), utilizando el método del Proceso Analítico Jerárquico (AHP) para ponderar los factores de pendiente, precipitación, geología, suelos y uso de la tierra. La integración se realizó mediante Combinación Lineal Ponderada (CLP) en un entorno SIG. Los resultados indicaron que la mayor parte de la cuenca presenta fragilidad baja (40,58%) y media (35,92%). La clase de fragilidad muy baja abarca el 12,35% del área. Por otro lado, las áreas de alta fragilidad corresponden al 10,99% del territorio, y la clase muy alta representa apenas el 0,16%, estando ambas asociadas a sectores de mayor pendiente y a la intensificación del uso de la tierra con actividades agropecuarias, especialmente en las zonas de cabeceras y de recarga hídrica. Se concluye que el modelado es una herramienta estratégica para la toma de decisiones, proporcionando subsidios técnicos para orientar políticas de conservación del suelo y mitigación de los riesgos de estrés hídrico.

Palabras clave: Fragilidad ambiental. Análisis Multicriterio. AHP. Recursos hídricos.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a intensificação das atividades humanas tem ampliado os conflitos entre a manutenção dos processos naturais e a crescente demanda por recursos. A combinação entre a urbanização acelerada, o aumento populacional e a expansão agroindustrial exercem pressões severas sobre os sistemas ambientais (Traficante *et al.*, 2017). Modelos de ocupação desordenados e desconectados da aptidão do solo aceleram processos degradacionais, com destaque para a erosão e o consequente comprometimento quali-quantitativo dos recursos hídricos. No contexto brasileiro, essas ameaças à segurança hídrica são agravadas por vulnerabilidades na governança ambiental e pela insuficiência de ações integradas de manejo sustentável da terra (De Lima, 2016).

Um reflexo direto dessa vulnerabilidade é observado na Bacia Hidrográfica do Rio Pardo (BHRP). A unidade apresenta importância estratégica no contexto regional devido à presença de polos agroindustriais, ao desenvolvimento urbano crescente e à dependência da água superficial para o abastecimento público de cidades importantes e de população superior a 300 mil pessoas. Entretanto, nas últimas décadas, a BHRP tem evidenciado importantes sinais de estresse hídrico. Como exemplo, cita-se o episódio crítico registrado em novembro de 2021, quando o leito do Rio Pardo apresentou mínima histórica na região de Ourinhos, o que comprometeu o abastecimento de cerca de 100 mil habitantes e configurou o maior colapso hídrico documentado em sua história (Piroli, 2022).

Para prever e mitigar cenários críticos como esse, o planejamento ambiental exige abordagens sistêmicas que considerem simultaneamente a dinâmica biofísica e as formas de apropriação do espaço. Nesse contexto, a bacia hidrográfica consolida-se como a unidade territorial e de gestão ideal (Donadio; Galbiatti; Paula, 2005). Mais do que uma mera área de captação natural (Tucci; Bertoni, 2003), a bacia atua como um ente sistêmico complexo, onde ocorrem os balanços de entrada e saída de água, sedimentos e energia (Porto; Porto, 2008). Por integrar tais fluxos, essa unidade espacial explicita as relações de causa e efeito entre a suscetibilidade do meio físico e os impactos da ação antrópica (Piroli, 2002), sendo a referência fundamental para conter o avanço da degradação dos solos e proteger os mananciais.

A integração de dados geoespaciais em Sistemas de Informação Geográfica (SIG) permite a construção de camadas analíticas que representam os condicionantes naturais e antrópicos das bacias hidrográficas, aprimorando a disponibilidade de informações aos gestores (Morales; Valente, 2025). O avanço dessas tecnologias impulsionou o uso da Análise Multicritério (AMC) na avaliação da fragilidade ambiental, visto que o diagnóstico resulta do efeito combinado de múltiplos fatores. Nesse contexto, a associação entre SIG e AMC configura-se como uma ferramenta essencial para a tomada de decisões em cenários de conflito entre a conservação e o uso econômico da terra, permitindo a ponderação simultânea de critérios segundo sua importância relativa (França *et al.*, 2022).

Entre as abordagens multicritério, destaca-se o Processo Hierárquico Analítico (AHP), amplamente adotado em estudos ambientais por sua flexibilidade e confiabilidade científica (Saaty, 1980). O método estrutura problemas complexos em níveis hierárquicos e transforma avaliações empíricas em valores numéricos ponderados por meio de matrizes de julgamentos pareados (Das Uttam; Behera, 2024). Essa sistemática é valiosa para integrar percepções técnicas sobre a fragilidade de fatores biofísicos e antrópicos, como o grau de proteção conferido pela cobertura vegetal (Madal; Prakash; Modal, 2025). Além disso, a validade do modelo é assegurada pela verificação da Razão de Consistência (RC), para evitar vieses interpretativos e garantir o rigor estatístico (Dos Santos; Da Cruz, 2013).

A espacialização dos pesos derivados do AHP é feita via álgebra de mapas, com destaque para a técnica de Combinação Linear Ponderada (CLP). A CLP possibilita a integração de múltiplos fatores em um índice sintético através da soma ponderada, permitindo uma leitura sistêmica e aplicada da suscetibilidade do território (Malczewski, 2004). Dessa forma, a convergência entre AMC e SIG promove avanços na análise da fragilidade ambiental, consolidando instrumentos de inteligência territorial capazes de subsidiar políticas públicas voltadas à proteção de áreas críticas, à prevenção de riscos e ao manejo sustentável dos recursos naturais (Pautz *et al.*, 2023).

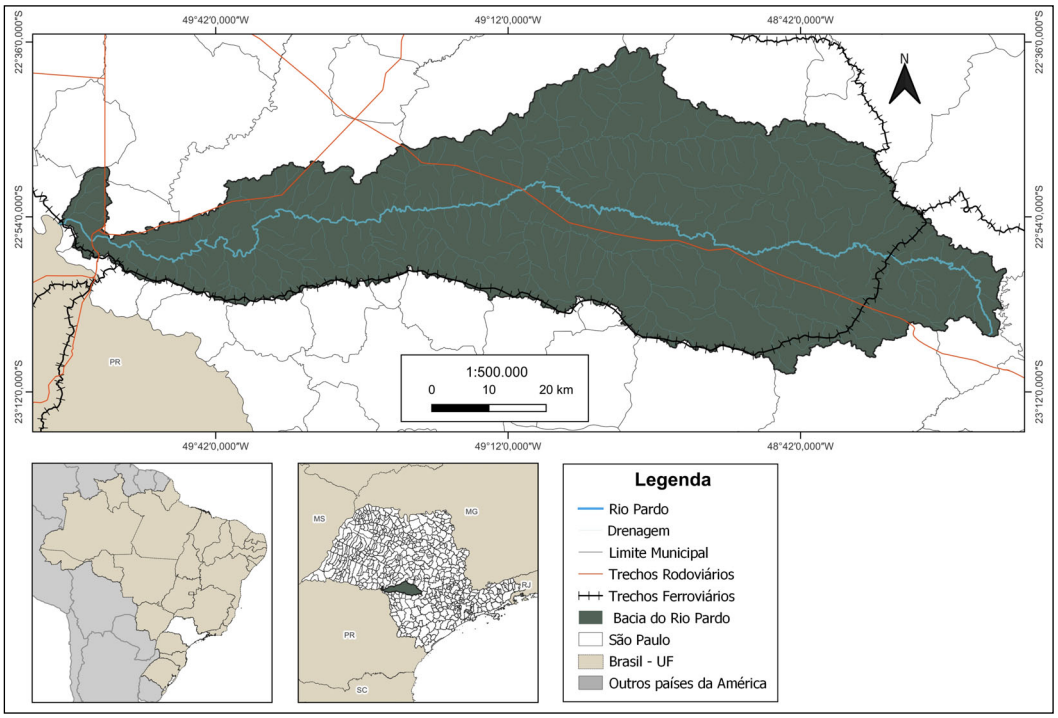
Diante deste cenário, o presente estudo teve como objetivo analisar a fragilidade ambiental da BHRP utilizando geotecnologias e análise multicritério, visando fornecer subsídios técnicos para o planejamento territorial e a segurança hídrica regional. Para tanto, buscou-se organizar um banco de dados geoespacial integrando as variáveis ambientais e antrópicas da bacia, mapear os graus de fragilidade emergente e examinar a influência das práticas de ocupação na intensificação de processos degradacionais e seus impactos nos recursos hídricos.

MATERIAL E MÉTODOS

Caracterização da área de estudo

A BHRP situa-se na porção centro-sudoeste do estado de São Paulo, abrangendo uma área total de 4.808,99 km² (Piroli, 2022). O rio principal possui extensão aproximada de 264,25 km, apresentando um gradiente altimétrico que varia de 993,56 m na região de cabeceiras (no município de Pardinho) a 341,27 m em sua foz (no município de Salto Grande), fator que condiciona a energia fluvial e a suscetibilidade a processos erosivos. A unidade compreende 20 municípios paulistas, que integram a Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos, UGRHI-17 - Médio Paranapanema (Figura 1).

Figura 1. Mapa de localização da BHRP



Fonte: Elaborado por Matheus Vargas de Oliveira (2025).

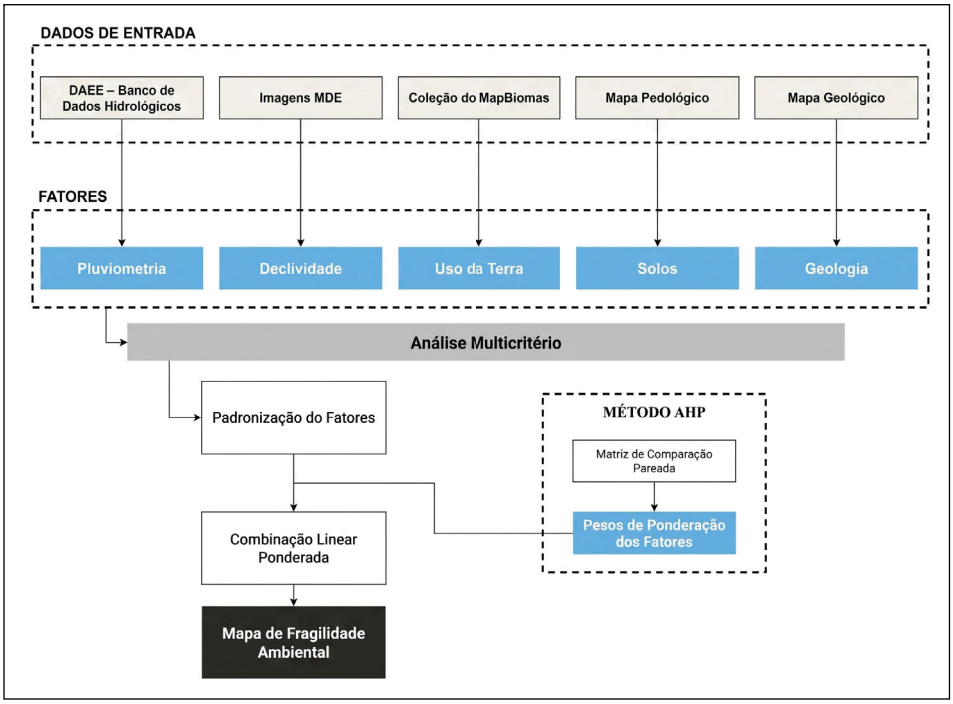
Geomorfologicamente, conforme Ross e Moroz (1996), a área está inserida na Unidade Morfoestrutural da Bacia Sedimentar do Paraná, englobando o Planalto Centro-Ocidental e o Planalto Residual de Botucatu. Essa base física, associada a uma dupla estacionalidade climática (caracterizada por verões chuvosos e invernos secos) condiciona a predominância da Floresta Estacional Semidecidual e de encraves de Cerrado, identificados sobretudo na região central da unidade (Kronka, 2005).

Elaboração da base de dados

A base de dados geoespaciais foi estruturada a partir de fontes oficiais para assegurar a consistência cartográfica. Os limites hidrográficos foram obtidos junto à ANA (2019, 2020), enquanto a malha político-administrativa dos municípios da bacia seguiu a base do IBGE (2024). Para o meio físico, utilizou-se o Modelo Digital de Elevação ALOS World 3D (30m) da JAXA (2014), séries históricas de precipitação (2000-2022) do DAEE, o Mapa Pedológico (Rossi, 2017) e o Mapa Geológico (Perrotta *et al.*, 2006) do Estado de São Paulo. Os dados de uso e cobertura da terra foram extraídos da Coleção 9.0 do MapBiomas (2023).

O processamento cartográfico, envolvendo georreferenciamento, reclassificação temática e álgebra de mapas, foi conduzido no software QGIS (versão 3.28.11). Adotou-se o sistema de referência SIRGAS 2000/UTM zone 22S (EPSG: 31962). Os cálculos estatísticos e a estruturação da matriz de comparação pareada do método AHP foram operacionalizados em planilhas eletrônicas, conforme o fluxo metodológico sintetizado na Figura 2.

Figura 2. Fluxograma metodológico utilizado para a modelagem da fragilidade ambiental emergente



Fonte: Elaborado por Matheus Vargas de Oliveira (2025).

Metodologia de análise

A modelagem da fragilidade ambiental fundamentou-se na metodologia proposta por Ross (1994, 2012), que avalia o equilíbrio dinâmico das paisagens a partir da interação entre os fluxos de energia da Terra. A análise integrou variáveis físicas (declividade, solos e geologia), bióticoantrópicas (uso e cobertura da terra) e climáticas (pluviometria), consideradas determinantes para a compreensão das dinâmicas de degradação e conservação da BHRP.

Para a espacialização dos fatores, a pluviometria foi desenvolvida por meio da interpolação dos dados das estações meteorológicas utilizando o método *Inverse Distance Weighting* (IDW), resultando na geração das isoietas de precipitação média anual. A declividade, por sua vez, foi derivada do Modelo Digital de Elevação (ALOS World 3D). Os valores altimétricos foram processados para gerar um raster de inclinação expresso em porcentagem, o qual foi reclassificado segundo as classes de relevo propostas pela Embrapa.

O fator uso e cobertura da terra originou-se dos dados matriciais do MapBiomas (Coleção 9.0). As imagens foram convertidas do formato raster para o vetorial, viabilizando a vetorização, a reclassificação das tipologias de ocupação e a atribuição de seus respectivos graus de proteção ao solo. Por fim, os dados de pedologia e geologia foram recortados e adaptados a partir dos mapas estaduais, isolando as classes e formações ocorrentes na bacia.

Concluída a etapa de pré-processamento, os PIs (Planos de Informação) foram submetidos à normalização temática. Cada fator foi discretizado em cinco níveis de fragilidade, com notas variando de 1 (Muito Baixa) a 5 (Muito Alta) (Tabela 1). Essa escala ordinal permitiu converter grandezas distintas, como a declividade (%) e a pluviometria (mm), em uma métrica comum para a análise multicritério.

Tabela 1. Notas e classes de fragilidade

Nota	Classe de Fragilidade
1	Muito baixo
2	Baixo
3	Médio
4	Alto
5	Muito Alto

Fonte: Ross (1994, 2012). Adaptado por Matheus Vargas de Oliveira (2026).

Para garantir a compatibilidade espacial necessária à álgebra de mapas, as bases em formato vetorial foram convertidas para o modelo matricial (*rasterização*) com resolução espacial de 30 metros. Simultaneamente, as camadas originalmente em formato raster foram submetidas à reclassificação por tabela, assegurando a uniformidade entre os fatores.

Para a atribuição dos pesos relativos aos condicionantes, aplicou-se o AHP. A estruturação iniciou-se com a elaboração de uma matriz quadrada de comparação pareada, na qual os cinco critérios foram avaliados dois a dois, sob o princípio da reciprocidade matemática. Os julgamentos fundamentaram-se na escala de Saaty (1980), que varia de 1 (igual importância) a 9 (extrema importância) (Tabela 2). Após a normalização da matriz, calculou-se a média aritmética de cada linha para a obtenção do

autovetor de prioridades, cujos valores normalizados correspondem aos pesos finais de cada fator ambiental utilizados na álgebra de mapas.

Tabela 2. Escala de valores para a comparação pareada

Escala de Importância	Definição na comparação pareada
1	Dois fatores são igualmente importantes para o objetivo.
3	Um fator é moderadamente importante sobre outro para o objetivo.
5	Um fator é fortemente importante sobre outro para o objetivo.
7	Um fator é muito fortemente importante sobre outro para o objetivo.
9	Um fator é extremamente importante sobre outro para o objetivo.
2, 4, 6, 8	Valores intermediários.

Fonte: Saaty (1980).

Considerando que a ponderação envolve julgamentos comparativos, a validação do modelo exige a verificação da coerência das avaliações (SAATY, 2005). Para isso, determina-se inicialmente o autovalor máximo ($\lambda_{máx}$) a partir do produto entre a matriz original e o autovetor. A coerência matemática dos julgamentos é atestada pelo Índice de Consistência (IC), expresso pela Equação 1:

$$IC = \frac{(\lambda_{max} - n)}{(n-1)} \quad (1)$$

onde n representa o número de critérios avaliados no modelo. Por fim, a robustez estatística dos pesos é validada pelo cálculo da Razão de Consistência (RC), que relaciona o IC calculado com um Índice Randômico (IR) predefinido, conforme a Equação 2:

$$RC = \frac{IC}{(IR)} \quad (2)$$

O IR corresponde ao valor de consistência esperado para matrizes de mesma ordem geradas aleatoriamente. Para a matriz deste estudo, composta por 5 critérios (n = 5), o IR adotado foi de 1,12 (SAATY, 1980). A matriz de pesos e os julgamentos multicritério são considerados logicamente consistentes e aptos para a integração espacial quando a RC atinge um valor inferior ou igual a 0,10.

A integração final dos PIs foi realizada através da CLP, técnica que permite a análise integrada de múltiplos critérios mediante a aplicação dos pesos obtidos no AHP. O procedimento foi executado na ferramenta *Raster Calculator* do QGIS, onde cada plano de informação reclassificado foi multiplicado pelo seu respectivo peso e os resultados foram somados pixel a pixel, seguindo a lógica da Equação 3:

$$Fragilidade = \Sigma\,(wi * Fi) \quad (3)$$

Onde wi representa o peso relativo do critério e Fi corresponde às notas de fragilidade atribuídas. O modelo matricial resultante, com 30 metros de resolução, foi posteriormente poligonizado e

submetido à ferramenta *Dissolver* para unificação das classes homólogas, permitindo a mensuração precisa das áreas em km² e porcentagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

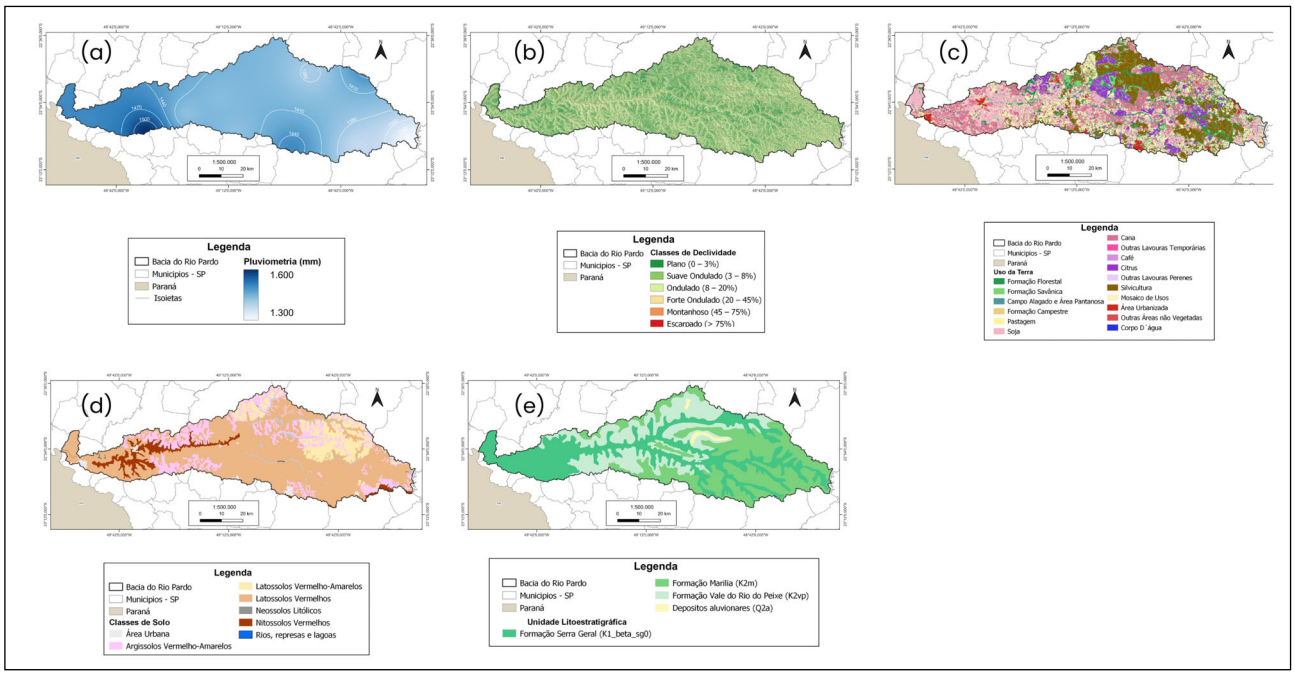
Os fatores de análise

A dinâmica pluviométrica da BHRP (Figura 3a) é marcada por uma precipitação média anual de 1.417,06 mm, apresentando clara estacionalidade com verões chuvosos, com destaque para dezembro e janeiro (que registram 188,29 mm e 267,07 mm, respectivamente), e invernos secos, com mínimas em julho (49,29 mm) e agosto (46,43 mm). A topografia da bacia caracteriza-se por um relevo de baixa a média declividade. Segundo a classificação da Embrapa, o relevo suave-ondulado (3% a 8% de inclinação) ocupa a maior extensão, representando 44,78% da área total, seguido de perto pelo relevo plano (0% a 3%), com 34,98%. As áreas de maior inclinação da superfície, enquadradas nas classes ondulada (8% a 20%) e forte-ondulada (20% a 45%), abrangem 18,48% e 1,66% do território, restringindo-se a setores específicos, sobretudo à montante (Figura 3b).

No que se refere a base litoestratigráfica, a BHRP é sustentada prioritariamente por três unidades geológicas, a Formação Serra Geral, que domina 38,19% do território, seguida pelas Formações Marília (34,53%) e Vale do Rio do Peixe (26,34%). Essa estrutura geológica condiciona diretamente a formação das classes pedológicas predominantes (Figura 3e). O mapa de solos (Figura 3d) revela o amplo predomínio dos Latossolos Vermelhos (LV21), que ocupam a maior parcela da bacia com 63,93% de sua extensão. Na sequência, destacam-se os Argissolos Vermelho-Amarelos (16,45%) e os Latossolos Vermelho-Amarelos (11,82%). Em conjunto, essas três classes representam mais de 92% da área total, configurando um substrato caracterizado por solos profundos e altamente intemperizados.

A distribuição do uso e cobertura da terra reflete a forte vocação agrossilvipastoril e a pressão antrópica sobre o território. As atividades agropecuárias, principalmente as agrícolas são as grandes protagonistas da paisagem, lideradas por áreas com cultivo de cana-de-açúcar (17,98%), seguidas pela silvicultura (17,17%), por áreas com mosaicos de usos (17,11%) e por lavouras temporárias de soja (13,46%). O cultivo perene, com destaque para as áreas com citrus, abrange 6,37% da bacia, enquanto as áreas de pastagem correspondem a 5,32%. Em contrapartida, os remanescentes de vegetação natural, representados majoritariamente pela Formação Florestal, cobrem 13,17% da área de estudo, limitando-se frequentemente a fragmentos esparsos ou Áreas de Preservação Permanente (APP) ao longo da rede de drenagem. As áreas urbanizadas, embora com altos impactos locais, ocupam 1,89% do total da bacia (Figura 3c).

Figura 3. Fatores utilizados na determinação da fragilidade ambiental emergente. Pluviosidade (a), Declividade (b), Uso da terra (c), Solos (d) e Geologia (e)



Fonte: Elaborado por Matheus Vargas de Oliveira (2026).

Ponderação Multicritério e Validação

Após a padronização de Roos, a definição da importância relativa dos fatores foi realizada por meio do AHP. A estruturação do método iniciou-se com a construção de uma matriz recíproca de comparação pareada, utilizando a escala fundamental de Saaty (1980), na qual os critérios foram avaliados dois a dois quanto à sua influência sobre a degradação ambiental (Tabela 3).

Tabela 3. Matriz de comparação pareada

Critérios	Pluviometria	Declividade	Uso da terra	Pedologia	Geologia
Pluviometria	1,00	3,00	3,00	5,00	7,00
Declividade	0,33	1,00	1,00	3,00	5,00
Uso da terra	0,33	1,00	1,00	2,00	4,00
Pedologia	0,20	0,33	0,50	1,00	3,00
Geologia	0,14	0,20	0,25	0,33	1,00

Fonte: Elaborado por Matheus Vargas de Oliveira (2026).

A partir desta matriz, procedeu-se à normalização dos dados e à verificação da confiabilidade matemática dos julgamentos. O cálculo do autovalor principal ($\lambda_{máx}$) resultou em 5,10, valor muito próximo ao número de critérios analisados no modelo (n = 5). A aplicação desse resultado gerou uma Razão de Consistência (RC) de 0,023, sendo este índice significativamente inferior ao limite de

tolerância de 0,10 (Saaty, 1980). Assim, confirmou-se a consistência lógica da matriz, atestando a ausência de contradições nos julgamentos realizados.

Com a matriz validada, extraiu-se o vetor de prioridades. O fator pluviosidade assumiu o maior grau de influência (47,05%), resultado esperado por sua atuação direta como agente climático desencadeador dos processos morfodinâmicos. Na sequência, a declividade configurou o segundo fator mais relevante (20,70%), operando como o principal acelerador da energia pluvial. Terrenos mais inclinados reduzem o tempo de infiltração da água e aumentam exponencialmente o transporte de sedimentos, corroborando as evidências destacadas por França (2018) e Matos (2020) sobre a forte correlação do relevo com os processos erosivos e a instabilidade das vertentes. Atuando como modulador dessas forças motoras, o uso da terra (17,94%) define o grau de proteção ou exposição do substrato. Conforme discutido por Traficante (2016), este fator ganha destaque na modelagem ambiental por condicionar as consequências antrópicas na dinâmica erosiva, influenciando diretamente a resposta da paisagem às chuvas e à topografia.

Por fim, a pedologia (9,70%) e a geologia (4,60%) receberam os menores pesos percentuais por comporem a base estrutural predominantemente estática do sistema. Embora o solo seja o elemento físico diretamente erodido, a sua vulnerabilidade intrínseca raramente gera degradação severa de forma isolada. Conforme apontam Bertoni e Lombardi Neto (2012), a erosão acelerada é resultado de uma sinergia de fatores, onde a erodibilidade natural do solo é potencializada pela supressão da cobertura vegetal e pelo manejo inadequado do terreno perante a energia erosiva do clima. Tal comportamento explica o peso atribuído, visto que a suscetibilidade pedológica se manifesta com maior intensidade apenas quando ativada pela ação conjunta dos outros componentes, como precipitações elevadas, declividades significativas e manejos inadequados, que operam como os vetores dinâmicos de sua degradação. A geologia, de modo análogo, exerce uma influência indireta sobre os processos erosivos, cujos efeitos se refletem de maneira secundária na modelagem por meio da estruturação das formas de relevo e da origem dos solos.

Com as ponderações estabelecidas, a integração espacial dos cinco fatores condicionantes foi realizada por meio de álgebra de mapas, conforme estruturado na Equação 4:

$$Fragilidade = (Pl * 0{,}471) + (De * 0{,}207) + (Uso * 0{,}179) + (So * 0{,}097) + (Ge * 0{,}046) \quad (4)$$

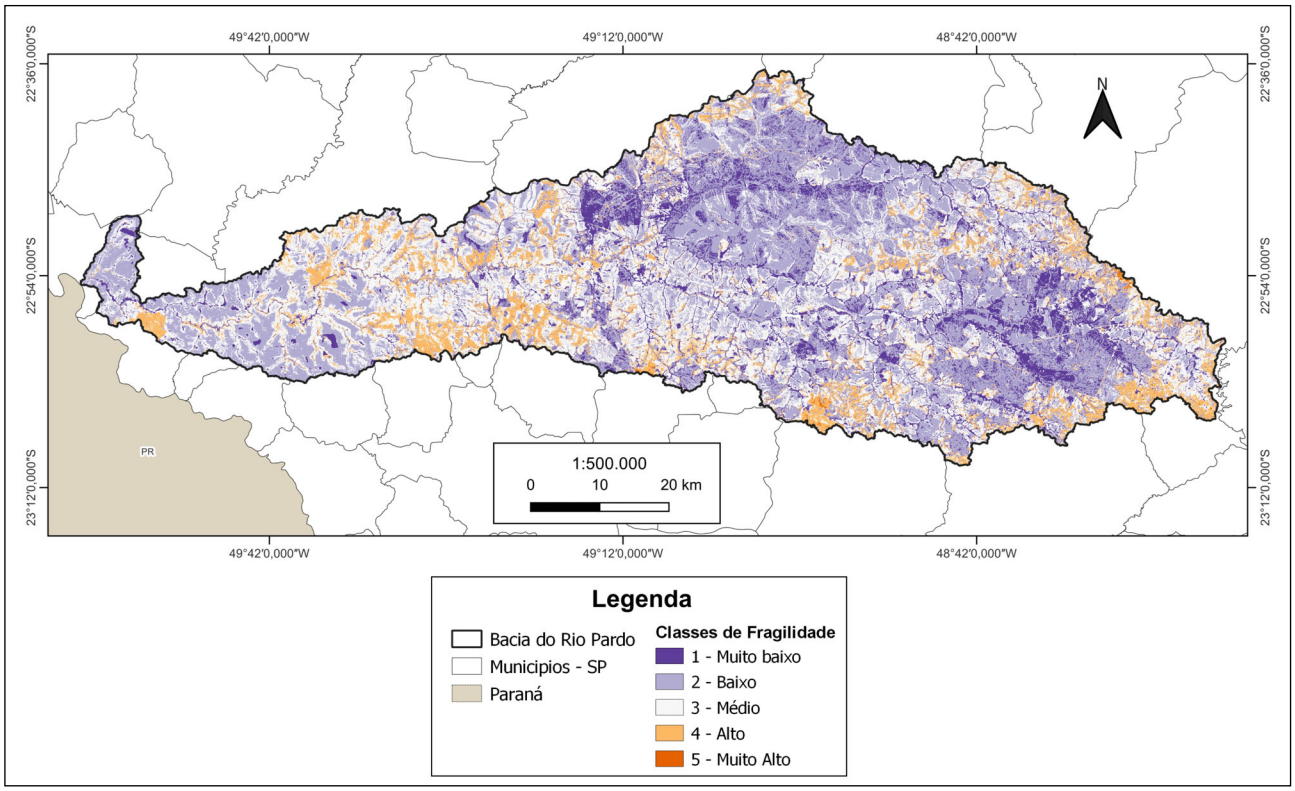
Este cruzamento matricial resultou no modelo de fragilidade ambiental emergente na BHRP, em que *Pl* representa o fator pluviométrico padronizado e *De* corresponde à declividade, *Uso* é o fator de uso e ocupação, *So* é o fator solos e *Ge* e o fator geológico.

Fragilidade Ambiental Emergente

Os cinco fatores condicionantes resultaram no mapa-síntese de fragilidade ambiental emergente (Figura 4), permitindo a quantificação das áreas de suscetibilidade da BHRP. Os resultados evidenciaram que a bacia apresenta uma condição geral de estabilidade relativa, com aproximadamente 76,5% de sua área enquadrada nas classes de fragilidade baixa (40,58%) e média (35,92%). Destaca-se também a classe de fragilidade muito baixa, que abrange 12,35% da bacia, ao passo que a classe muito alta manteve baixíssima representatividade espacial (0,16%). O ponto crítico de atenção para

o planejamento, no entanto, reside nos 10,99% do território classificados com fragilidade alta. Essas áreas críticas não se distribuem de forma homogênea, concentrando-se predominantemente nos setores de maior energia de relevo ou submetidos a usos mais intensivos da terra.

Figura 4. Mapa de fragilidade ambiental emergente da BHRP



Fonte: Elaborado por Matheus Vargas de Oliveira (2025).

Sob a ótica do ordenamento territorial, a maior concentração dessa alta fragilidade localiza-se na porção a montante da bacia (municípios de Pardinho, Botucatu, Pratânia e Itatinga), área estratégica por abrigar as principais zonas de recarga e cabeceiras de drenagem. Nesses setores, a suscetibilidade natural do relevo ondulado a fortemente ondulado e a presença de solos mais vulneráveis à erosão (como os Argissolos e Neossolos Litólicos) entram em conflito direto com a expansão de lavouras como soja e cana-de-açúcar. Conforme destacado por Crepani *et al.* (2001) e França (2018), a remoção da cobertura vegetal primária nestas áreas declivosas quebra a estabilidade das vertentes. Sem a interceptação foliar e a proteção radicular, a energia pluvial traduz-se em escoamento superficial acelerado (Matos, 2020), potencializando o transporte de sedimentos e inviabilizando a recarga profunda dos aquíferos.

Em contrapartida, nas porções centrais e a jusante da bacia, onde as condições topográficas são naturalmente mais amenas, identificou-se a fragilidade correlacionada com as áreas urbanas, especialmente em municípios como Avaré e Ourinhos. Nestes locais, a acelerada impermeabilização do solo, aliada à ocupação de planícies de inundação e à canalização de córregos, altera drasticamente o hidrograma local (TUCCI, 2005). Essa dinâmica comprova que, mesmo sobre um meio físico de baixa fragilidade natural, o uso inadequado eleva o risco ambiental a níveis críticos. O reflexo direto dessa combinação, erosão acelerada a montante e enxurradas urbanas a jusante, é o assoreamento da

calha do Rio Pardo, onde os sedimentos suprimem o volume de armazenamento hídrico, aumentam os custos de tratamento e potencializam episódios de estresse de abastecimento da população.

Diante deste diagnóstico, a mitigação da fragilidade na BHRP exige a adoção de práticas de manejo territorial adaptadas às especificidades de cada setor (Piroli, 2022). Para as áreas a montante, impõe-se a recuperação florestal obrigatória, além das Áreas de Preservação Permanente (APPs), a implementação rigorosa do plantio direto e o terraceamento em nível nas propriedades agrícolas. No ambiente urbano, são emergenciais políticas de infraestrutura verde, como a ampliação de áreas permeáveis e a criação de bacias de detenção pluvial. Tais ações reforçam que a gestão da fragilidade e a garantia da segurança hídrica não podem ser conduzidas de forma fragmentada, demandando uma governança ambiental integrada que transcenda os limites político-administrativos dos municípios da bacia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modelagem da fragilidade ambiental emergente da BHRP evidenciou que embora grande parte do território apresente condição de estabilidade relativa, parcelas críticas da paisagem demandam intervenção imediata. O mapeamento revelou que os setores de maior suscetibilidade se concentram predominantemente nas porções a montante, onde a conjugação de relevos mais ondulados com a intensificação das práticas agropecuárias compromete diretamente as zonas de recarga e nascentes.

Simultaneamente, o adensamento urbano demonstrou que a impermeabilização inadequada do solo e a ocupação das margens fluviais em cidades de maior porte, potencializam processos erosivos e o assoreamento dos corpos d'água. Essa dinâmica atesta que a pressão antrópica desordenada atua como um catalisador da degradação, ameaçando a regularização das vazões e a segurança hídrica de toda a bacia.

A integração de SIG com a AMC, por meio do método AHP e da CLP, demonstrou ser uma abordagem metodológica viável para o diagnóstico territorial. A espacialização dessas variáveis fornece um instrumento técnico de inteligência geográfica capaz de subsidiar políticas públicas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 6 e 11), focadas na gestão integrada de recursos hídricos e na redução de riscos socioambientais.

Conclui-se assim, que a mitigação do estresse hídrico na BHRP depende intrinsecamente da adoção de manejo sistêmico que priorize ações preventivas e conservacionistas nas áreas à montante, associadas ao rigoroso ordenamento da expansão do uso da terra nos setores rurais e urbanizados.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANA). **Plano Integrado de Recursos Hídricos da Unidade de Gestão de Recursos Hídricos Paranapanema**. Brasília, DF: ANA, 2015. Disponível em: https://metadados.snirh.gov.br/geonetwork/srv/api/records/45d66f15-0605-4167-ac08-b24a6cdc2879. Acesso em: 28 ago. 2025.

BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. **Conservação do solo**. 8. ed. São Paulo: Ícone, 2012.

COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO MÉDIO PARANAPANEMA (CBH-MP). **Plano de bacia da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Médio Paranapanema (UGRHI-17)**. São Paulo: CBH-MP, 2017.

CREPANI, E. *et al*. **Sensoriamento remoto e geoprocessamento aplicados ao zoneamento**

ecológico-econômico e ao ordenamento territorial. São José dos Campos: INPE, 2001.
DAS, U.; BEHERA, B. Geospatial assessment of ecological vulnerability of fragile Eastern Duars Forest integrating GIS-based AHP, CRITIC and AHP-TOPSIS models. **Geomatics, Natural Hazards and Risk**, v. 15, n. 1, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1080/19475705.2024.2330529. Acesso em: 18 nov. 2025.
DE LIMA, G. A. *et al*. Bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão: estudo de caso Ribeirão Isidoro. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL, 7., 2016, Campina Grande. **Anais** [...]. Campina Grande: IBEAS, 2016.
DONADIO, N. M. M.; GALBIATTI, J. A.; PAULA, R. C. de. Qualidade da água de nascentes com diferentes usos do solo na bacia hidrográfica do Córrego Rico, São Paulo, Brasil. **Engenharia Agrícola**, v. 25, p. 115-125, 2005.
DOS SANTOS, L. F.; DA CRUZ, R. B. C. O uso do método AHP na tomada de decisão para seleção de lajes de edifícios comerciais. **Engenharia, Estudo e Pesquisa ABPE**, v. 13, n. 1, p. 39-52, 2013.
FRANÇA, L. C. J. **Fragilidade Ambiental Potencial da Bacia Hidrográfica do Rio Jequitinhonha, Minas Gerais, Brasil**. 2018. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2018.
FRANÇA, L. C. J. *et al*. Environmental Fragility Zoning Using GIS and AHP Modeling: Perspectives for the Conservation of Natural Ecosystems in Brazil. **Conservation**, v. 2, n. 2, p. 349-366, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.3390/conservation2020024. Acesso em: 18 nov. 2025.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Malhas territoriais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html. Acesso em: 24 ago. 2025.
JAPAN AEROSPACE EXPLORATION AGENCY (JAXA). **ALOS Global Digital Surface Model (DSM) "ALOS World 3D-30m" (AW3D30) Ver.3.2/3.1 Product Description**. [S. l.]: JAXA EORC, 2021.
KRONKA, F. J. N. *et al*. **Inventário florestal da vegetação natural do Estado de São Paulo**. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente / Instituto Florestal, 2005.
MALCZEWSKI, J. GIS-based land-use suitability analysis: a critical overview. **Progress in Planning**, v. 62, n. 1, p. 3-65, 2004.
MANDAL, B.; GOSWAMI, K. P.; MONDAL, S. Modelling environmental fragility in an industrial landscape: An integrated remote sensing–GIS framework for sustainable planning in Brahmani–Dwarka Interfluve. **Geosystems and Geoenvironment**, v. 5, n. 1, p. 100460, 2026. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.geogeo.2025.100460. Acesso em: 18 nov. 2025.
MATOS, A. C. M. **Identificação da fragilidade ambiental potencial através de análise multicritérios e técnicas de geoprocessamento: município de Patos de Minas/MG**. 2020. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologia Ambiental) - Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2020.
MORALES, M. V.; VALENTE, R. A. Mapping environmental fragility in human-modified landscapes using fuzzy logic and continuous data spatialization. **Journal for Nature Conservation**, v. 86, p. 126932, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.jnc.2025.126932. Acesso em: 18 nov. 2025.
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, DF: ONU Brasil, 2022. Disponível em: https://odsbrasil.gov.br/. Acesso em: 21 nov. 2023.

PAUTZ, C. *et al*. Mapping the environmental vulnerability of a lagoon using fuzzy logic and the AHP method. **Water**, v. 15, n. 11, p. 2102, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.3390/w15112102.

PERROTTA, M. M. *et al*. **Mapa Geológico do Estado de São Paulo, escala 1:750.000**. São Paulo: Programa Geologia do Brasil - PGB; CPRM, 2006.

PIROLI, E. L. **Geoprocessamento na determinação da capacidade e avaliação do uso da terra do município de Botucatu-SP**. 2002. Tese (Doutorado em Agronomia) - Universidade Estadual Paulista, Botucatu, 2002.

PIROLI, E. L. **Água e bacias hidrográficas**: planejamento, gestão e manejo para enfrentamento das crises hídricas. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

PORTO, M. F. A.; PORTO, R. L. L. Gestão de bacias hidrográficas. **Estudos Avançados**, v. 22, n. 63, p. 43-60, 2008. Disponível em: https://revistas.usp.br/eav/article/view/10292. Acesso em: 27 ago. 2025.

QGIS DEVELOPMENT TEAM. **QGIS Geographic Information System**. Versão 3.28.11. Open Source Geospatial Foundation Project, 2025. Disponível em: http://www.qgis.org. Acesso em: 27 ago. 2025.

ROSS, J. L. S. Análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais e antropizados. **Revista do Departamento de Geografia**, n. 8, p. 63-74, 1994.

ROSS, J. L. S. Landforms and environmental planning: potentialities and fragilities. **Revista do Departamento de Geografia**, v. esp., p. 38-51, 2012.

ROSS, J. L. S.; MOROZ, I. C. Mapa geomorfológico do estado de São Paulo. **Revista do Departamento de Geografia**, n. 10, p. 41-58, 1996.

ROSSI, M. **Mapa pedológico do Estado de São Paulo: revisado e ampliado**. São Paulo: Instituto Florestal, 2017. v. 1.

SAATY, T. L. **The analytic hierarchy process**: planning, priority setting, resource allocation. New York: McGraw-Hill International, 1980.

SAATY, T. L. **Theory and Applications of the Analytic Network Process**: Decision Making with Benefits, Opportunities, Costs, and Risks. Pittsburgh: RWS Publications, 2005.

SÃO PAULO (Estado). Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). **Banco de Dados Hidrológicos**. Seção Hidrologia. São Paulo: DAEE, [2025]. Disponível em: https://hidrologia.spaguas.sp.gov.br/Default.aspx?dadosorigem=Pluviom%C3%A9tricos&ugrhi. Acesso em: 18 nov. 2025.

SOUZA, C. M. *et al*. Reconstructing Three Decades of Land Use and Land Cover Changes in Brazilian Biomes with Landsat Archive and Earth Engine. **Remote Sensing**, v. 12, n. 17, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.3390/rs12172735. Acesso em: 22 ago. 2025.

TRAFICANTE, D. P. **Fragilidade ambiental da APA Corumbataí-Botucatu-Tejupá (perímetro Botucatu, SP, Brasil) na bacia hidrográfica do Rio Capivara**. 2016. Tese (Doutorado em Agronomia) - Faculdade de Ciências Agronômicas, Universidade Estadual Paulista, Botucatu, 2016.

TRAFICANTE, D. P. *et al*. Fragilidade ambiental da bacia hidrográfica do Rio Capivara, Botucatu-SP. **Energia na Agricultura**, v. 32, n. 1, p. 88-95, 2017. Disponível em: https://revistas.fca.unesp.br/index.php/energia/article/view/2335. Acesso em: 28 ago. 2025.

TUCCI, C. E. M. **Gestão de águas pluviais urbanas**. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2005.

TUCCI, C. E. M.; BERTONI, J. C. **Inundações urbanas na América do Sul**. Porto Alegre: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2003.

DOI: https://doi.org/10.18817/26755122.30.1.2026.4608

TERRITORIALIDADES DO CAPITAL E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: UMA ANÁLISE NORMATIVA E ORÇAMENTÁRIA DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS EM PERNAMBUCO

CAPITAL TERRITORIALITIES AND EDUCATIONAL POLICIES: A NORMATIVE AND BUDGETARY ANALYSIS OF TRADITIONAL PEOPLES AND COMMUNITIES IN PERNAMBUCO

TERRITORIALIDADES DEL CAPITAL Y POLÍTICAS EDUCATIVAS: UN ANÁLISIS NORMATIVO Y PRESUPUESTARIO DE LOS PUEBLOS Y COMUNIDADES TRADICIONALES EN PERNAMBUCO

Anderson Gois Marques da Cunha[1]
0000-0003-0128-2911
agmcunha10@hotmail.com

Katharine Ninive Pinto Silva[2]
0000-0002-7293-4289
katharine.silva@ufpe.br

Ano XXX - Vol. XXX - (1): Janeiro/Dezembro - 2026
ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461
CIÊNCIA Geográfica
www.agbbauru.org.br

1 Doutorando em Educação (PPGEdu/UFPE) e Doutor em Administração (Propad/UFPE). Professor da graduação em Administração da Universidade de Pernambuco (UPE) e da Especialização em Gestão Financeira do Centro Universitário Frassinetti do Recife (UNIFAFIRE). Pesquisador doutoral do Grupo de Pesquisa em Gestão da Educação e Políticas do Tempo Livre – GESTOR (CNPq/UFPE). Recife, Pernambuco, Brasil. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0128-2911. E-mail: agmcunha10@hotmail.com.

2 Doutora em Educação (PPGE/UFBA) com pós-doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ). Professora permanente do Núcleo de Formação Docente no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (NFD/CAA/UFPE) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu/UFPE), na linha de Política Educacional, Planejamento e Gestão da Educação. Vice-líder do Grupo de Pesquisa em Gestão da Educação e Políticas do Tempo Livre – GESTOR (CNPq/UFPE). Recife, Pernambuco, Brasil. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7293-4289. E-mail: katharine.silva@ufpe.br.

Artigo recebido em abril de 2026 e aceito para publicação em junho de 2026.

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: O estudo teve como objetivo analisar as políticas educacionais voltadas para povos e comunidades tradicionais em Pernambuco, considerando seus aspectos normativos e de financiamento. De abordagem mista e viés exploratório, adotou-se a pesquisa bibliográfica com base na literatura dos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu/UFPE) e Administração (Propad/UFPE), além de dados do Plano Estadual de Educação (2015-2025) e do portal de transparência. As análises estatísticas e orçamentárias são respaldadas nos estudos de Silva *et al.* (2014), Stevenson (2001) e Kohama (2016). Os resultados revelam assimetrias nos repasses orçamentários e seletividade normativa, concentrada nos povos indígenas e quilombolas, gerando invisibilidade institucional de povos e comunidades tradicionais. O orçamento público tem atuado como regulador do território, na qual a distribuição dos recursos aprofunda as desigualdades socioespaciais no acesso à educação escolar contemporânea no Estado.

Palavras-chave: Financiamento da educação. Povos e comunidades tradicionais. Políticas públicas. Territorialidade. Desigualdades socioespaciais.

ABSTRACT: This study aimed to analyze educational policies targeting traditional peoples and communities in Pernambuco, considering their normative and financial aspects. With a mixed approach and exploratory bias, bibliographic research was conducted based on the literature of the Graduate Programs in Education (PPGEdu/UFPE) and Administration (Propad/UFPE), as well as data from the State Education Plan (2015–2025) and the transparency portal. Statistical and budgetary analyses were supported by the studies of Silva *et al.* (2014), Stevenson (2001), and Kohama (2016). The results reveal asymmetries in budget allocations and normative selectivity concentrated on Indigenous and Quilombola peoples, generating institutional invisibility for traditional peoples and communities. Public budgeting has operated as a territorial regulator, in which the distribution of resources deepens sociospatial inequalities in access to contemporary school education within the State.

Keywords: Education funding. Traditional peoples and communities. Public policies. Territoriality. Sociospatial inequalities.

RESUMEN: El estudio tuvo como objetivo analizar las políticas educativas dirigidas a los pueblos y comunidades tradicionales en Pernambuco, considerando sus aspectos normativos y de financiamiento. Con un enfoque mixto y sesgo exploratorio, se realizó una investigación bibliográfica basada en la literatura de los Programas de Posgrado en Educación (PPGEdu/UFPE) y Administración (Propad/UFPE), además de datos del Plan Estatal de Educación (2015–2025) y del portal de transparencia. Los análisis estadísticos y presupuestarios se respaldan en los estudios de Silva *et al.* (2014), Stevenson (2001) y Kohama (2016). Los resultados revelan asimetrías en las transferencias presupuestarias y selectividad normativa concentrada en los pueblos indígenas y quilombolas, generando invisibilidad institucional de los pueblos y comunidades tradicionales. El presupuesto público ha actuado como regulador del territorio, en el que la distribución de los recursos profundiza las desigualdades socioespaciales en el acceso a la educación escolar contemporánea en el Estado.

Palabras clave: Financiamiento de la educación. Pueblos y comunidades tradicionales. Políticas públicas. Territorialidad. Desigualdades socioespaciales.

INTRODUÇÃO

O Estado, no exercício de seu poder, assume a responsabilidade pelo bem-estar da sociedade, desempenhando papel central na mediação entre as demandas da sociedade e as dinâmicas do mercado (Coelho, 2014). A atuação estatal, no entanto, não é homogênea, sendo atravessada por contextos históricos, socioeconômicos e de ocupação de espaços e territórios. Isso tem demandado maior atenção dos formuladores e implementadores das políticas às especificidades de cada local, sobretudo ao se debruçarem sobre regiões consideradas mais periféricas, para que as políticas públicas possam, de fato, promover bem-estar social (Frey *et al.*, 2017).

Um fator determinante nessa busca foi o fortalecimento estatal sob a ótica de um "desenvolvimento renovado" (Sallum Jr., 2003, p. 36), no qual foi moldado por um processo sócio-histórico complexo e que desembocou na redemocratização brasileira. Isso viabilizou, por um lado, a descentralização das ações estatais para entes subnacionais, permitindo capilarização das políticas em territórios próximos dos centros e dos locais mais afastados destes núcleos mais desenvolvidos.

Por outro lado, essa modernização passou a incorporar a racionalidade neoliberal (Barbosa; Silva, 2023), e isso tem revelado novas formas de controle e disputas pelos espaços públicos. Daí surgem as lutas de classe, que emergem desse cenário na busca por equidade, valorização das identidades e participação efetiva na construção das próprias políticas. Esse movimento tem refletido contradições que são inerentes ao próprio projeto democrático nacional.

A atuação dessas classes dominantes tem dificultado a construção de um Estado mais justo socialmente, tornando necessário o resgate de uma ação pública cada vez mais ativa (Arretche, 2006; Skocpol, 1985). Urge a formulação de políticas inclusivas capazes de ampliar as capacidades estatais e fortalecer os indivíduos e a coletividade, especialmente no tocante aos grupos mais vulneráveis, para que possam enfrentar as barreiras que têm limitado o desenvolvimento e a ampliação de suas liberdades (Draibe; Riesco, 2011; Kerstenetzky, 2000; Sen, 2000).

Essas políticas abrangem diversas áreas, como ciência, tecnologia, saúde, segurança, educação, entre outras. Diante disso, o objetivo deste estudo foi analisar as políticas educacionais voltadas aos povos e comunidades tradicionais em Pernambuco, considerando seus aspectos normativos e orçamentários.

Parte-se da hipótese de que a forma com que os burocratas estatais formulam a política educacional no Plano Estadual de Educação de Pernambuco (PEE/PE) repercute diretamente na política de distribuição dos recursos orçamentários voltados às ações educacionais para os PCT.

As visões de mundo de tais burocratas carregadas de aparatos ideológicos (Althusser, 1980) podem conferir um caráter mais restritivo à efetivação das políticas educacionais, a menos que se ampliem as agendas e possibilidades no processo de elaboração e implementação das ações.

Para investigar dada hipótese e alcançar seu objetivo, o estudo enfatizou o levantamento documental do PEE/PE, de vigência original decenal de 2015 a 2025, com ênfase na quantificação de termos-chave que remetem aos PCT e a investigação dos repasses orçamentários do governo para ações educacionais com ênfase nos PCT. Esse último teve recorte longitudinal de 2008 a 2022 abrangendo ações e subações voltadas aos povos e comunidades tradicionais.

Nessa linha, estudos têm fortalecido a compreensão da educação como um direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988 (CF/1988) no contexto brasileiro (Brasil, 1988; Cury,

2002; Oliveira, 2024; Saviani, 2011, 2013; Silva, 2025), com destaque para as escolas enquanto espaços essenciais e multifacetados para sua efetivação. Contudo, apesar desse respaldo jurídico-normativo, persistem desafios à concretização e legitimidade de tal direito à educação (Cabrito, 2024).

Como lente teórica principal, adotou-se o materialismo histórico-dialético, que permite perceber que mesmo com as ações e a alocação de recursos, existem restrições impostas pela lógica neoliberal, que se baseiam em ajustes fiscais, Estado mínimo, ortodoxia econômica (Foster, 2013; Mascaro, 2015; Marx; Engels, 1998, 2022) e isso é reflexo dos interesses das classes dominantes nas tomadas de decisões políticas e econômicas. Isso foi complementado por contribuições da geografia crítica, da colonialidade do poder e de abordagens sobre políticas públicas e capacidades estatais.

Repensar a educação enquanto política pública sob a lente marxista faz entender o sujeito em sua ação social concreta, desvelando as abstrações e as contradições do processo educacional, o que possibilita uma análise com maior criticidade diante das realidades observadas (Silva; Hermida, 2021; Marx; Engels, 1998, 2022).

Assim, é sugerida a continuidade dos debates sobre os limites e as possibilidades das ações do Estado em relação às políticas públicas educacionais, valorizando a cultura e fortalecendo a identidade dos PCT em Pernambuco. Nesse sentido buscou-se problematizar como a construção normativa do PEE/PE e a distribuição orçamentária educacional têm contribuído para processos de invisibilização dos PCT em Pernambuco?

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Territorialidades tradicionais e disputas espaciais frente aos avanços do capital

Até os anos 80, o Brasil não atribuiu a devida importância aos PCT. Foi somente após a redemocratização que houve um esforço na atenção a esses povos, o qual foi formalizado durante o segundo mandato de Luís Inácio Lula da Silva. Por meio do Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, foi instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Esse dispositivo define os PCT como:

> grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica (Brasil, 2007, grifo dos autores).

Não se confundem povos originários com PCT, os primeiros referem-se aos indígenas, descendentes da Pindorama colonial. Os segundos, adotam "[...] conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição" e não se restringem aos povos indígenas (Brasil, 2007). Os PCT são regidos pela sustentabilidade, mantendo estrita relação com o meio ambiente, e combatendo o uso territorial indiscriminado, prezando por futuras gerações (Brasil, 2007; Ministério Público de Minas Gerais [MPMG], 2014).

Se, por um lado, o PNPCT se revela um importante avanço normativo em âmbito nacional e subnacional aos PCT, por outro, sua existência, por si só, não assegura a efetivação do direito à educação (Bobbio, 1992; Cury, 2002; Saviani, 2011, 2013), sobretudo no que se refere à qualidade

social da educação. Assim, dada qualidade transcende o viés economicista, centrado em resultados, alcançando o campo dos direitos, garantias e condições materiais para sua efetivação (Bertagna; Almeida, 2024; Silva; Nascimento, 2020).

A pluralidade das relações socio étnico-raciais e as lutas em defesa dos territórios tradicionais fortaleceram-se a partir de seu reconhecimento social, político e normativo de tais povos e comunidades. Essas tensões reafirmam sua legitimidade social e jurídica (MPMG, 2014), além de contribuírem para processos de formação de identidade e autorreconhecimento socioeconômico, geopolítico e cultural dos PCT. Tal dinâmica não se restringe a um único espaço territorial, podendo "[...] encontrar-se na confluência de dois, três ou mais municípios, estados ou mesmo países" (MPMG, 2014, p. 13).

Dentre os povos e comunidades tradicionais no Brasil destacam-se 28 povos, são eles:

> Andirobeiras; Apanhadores de Sempre-vivas; Caatingueiros; Catadores de Mangaba; Quilombolas, Extrativistas, Ribeirinhos, Caiçaras, Ciganos, Povos de terreiros, Cipozeiros, Castanheiras; Faxinalenses; Fundo e Fecho de Pasto; Geraizeiros; Ilhéus; Isqueiros; Morroquianos; Pantaneiros; Pescadores Artesanais; Piaçaveiros; Pomeranos; Quebradeiras de Coco Babaçu; Retireiros; Seringueiros; Vazanteiros; e Veredeiros. (França, 2022).

Apesar da catalogação de França (2022), para o recorte pernambucano, nem todos os povos identificados estão presentes em dado território, destacando-se, os caatingueiros, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, ilhéus, ciganos, povos de terreiros, comunidades de fundo e fecho de pasto, pescadores artesanais e povos indígenas (Campos, 2009; Instituto Sociedade, População e Natureza, [s.d])

Logo, enfatiza-se o papel da forma político-estatal (Mascaro, 2015) que deve respeitar o atravessamento geográfico para além da realidade político-administrativa da federação. Em Pernambuco, segundo a Secretaria de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Fernando de Noronha de PE (SEMAS), há representação dos PCT pelas comunidades remanescentes dos quilombos, povos indígenas, ciganos e povos de terreiro. Entretanto, no texto não há menção, por exemplo, a pescadores, caatingueiros e ribeirinhos, povos reconhecidos e que possuem grande relevância no desenvolvimento da região (SEMAS, 2023).

A construção histórica desses povos realiza-se em uma arena de interesses entre elites, invasoras das terras sob monopólio do capital, e representantes dos povos com pouco ou nenhum suporte educacional, ou conhecimentos sobre as leis vigentes e tampouco tinham recursos para sua permanência nos territórios (MPMG, 2014).

As batalhas contra a expropriação territorial e cerceamento sociocultural, visam garantir direitos inegociáveis como saúde e educação de qualidade, liberdade para usufruto dos meios produtivos e organizar-se em sociedade (Assis, 2014; De Santis Feltran, 2010; Guedes, 2016).

A dinâmica de território analisada neste estudo conecta-se diretamente aos pressupostos da crítica geográfica, que compreende o espaço como expressão das relações sociais, dos objetos, das ações e manifestações existenciais que refletem as estruturas que o produzem, tornando-se uma lente para a discussão das desigualdades socioespaciais (Santos, 2006, 2011; Harvey, 2009).

Conforme observa Oliveira *et al.* (2018), o discurso hegemônico do capital tende a invisibilizar os povos e comunidades tradicionais (PCT), ao classificá-los como obstáculos ao desenvolvimento e à modernização preconizados pelo sistema capitalista.

Nesse contexto, os PCT sofrem os efeitos da transição entre colonialismo histórico e colonialidade moderna (Assis, 2014; Quijano, 2015), marcada pela demonização de suas culturas e pela imposição

de limites estruturais que deslocam a educação para um campo de resistência e emancipação (Marx; Engels, 1998, 2022). Assim, o território se revela como arena de disputa, onde a lógica do capital busca homogeneizar e apagar diferenças, enquanto os povos tradicionais reafirmam sua presença e reivindicam o direito à diversidade cultural e socioespacial.

Esse processo foi intensificado pelas engrenagens de uma "modernização restauradora" do Estado (Barbosa; Silva, 2023, p. 12) que visou apassivar as lutas de classe, silenciar suas lideranças e suprimir os avanços sociais (Barbosa; Silva, 2023; Gramsci, 2002).

Esse movimento também se insere no contexto da "sociedade de risco" conforme apontado em Beck (2011), o que torna as políticas educacionais para PCT em um dimensionamento assimétrico. Configurando um cenário de restrições às liberdades e ao acesso, não fornecendo respaldo normativo em planos educacionais e principalmente fomento, o que vem a invisibilizar as diferentes culturas dos povos ao colocá-los em categorias gerais na ação do estado (Alves; Bittencourt; Hage, 2024; Buco; Zadra; Vandresen, 2013; Nunes, 2020).

Território, resistências e políticas educacionais para povos e comunidades tradicionais

Nas últimas décadas, externalidades impositivas das elites e expatriação dos esforços de mobilização distanciaram os PCT do cerne das políticas educacionais e do uso de seus territórios (Cruz; Albuquerque; Gomes, 2022; Haesbaert, 2007). Diante disso, grupos empresariais comoditizam a Educação (Adrião, 2018) com discursos das "filantropias de risco" (Tarlau; Moeller, 2020, p. 556) e sempre pautando suas ações nas esferas pública e privada, replicando a ideia de juízo de valores em contraposição (Bobbio, 2007) ao vislumbrarem seus lucros.

No âmbito sociopolítico, a Educação torna-se "[...] instrumento de participação política, a via efetiva para se implantar a democracia". (Saviani, 2020, p. 7), garantir acessos, agindo na manutenção cultural e na territorialidade dos povos. A territorialidade é compreendida neste estudo como as liberdades e as formas de acesso e uso dos espaços, envolvendo manifestação, ocupação, demarcação, controle de território e ações em prol de sua defesa e proteção, capazes de exercer uma transformação coletiva ou individual, conforme os estudos de Sousa, Zeni e Schneider (2021).

Tal noção reflete o resultado das políticas educacionais pois possibilita a adoção de comportamentos de seus agentes que demarcam os territórios que vão além das disposições econômicas, mas que resgatam as bases sociais e políticas. Isso é evidenciado quando há relevância das liberdades políticas e sociais. A negação destas repercute diretamente no não alcance do desenvolvimento (Sen, 2000; Kerstenetzky, 2000).

Os agentes da educação, as mobilizações sociais e o aparato estatal desempenham um papel fundamental em atuar de forma dialógica e ativa nas relações Estado-sociedade (Henao Guzmán, 2016). Ainda que o perfil do Estado adote posturas mais voltadas à racionalidade corporativa e favoreça uma postura mais defensiva e de resistência pelos povos nas periferias (Barbosa; Silva, 2023), tenta-se adotar uma postura ativa junto ao mercado e camadas sociais para tensionar o gerencialismo estatal.

Deste modo, essas comunidades são incluídas no cerne da representação política, na participação dos processos sociais, na liberdade de expressão e na proteção de direitos e garantias básicas universais (Sen, 2000; Kerstenetzky, 2000).

Na contramão disto, foi instaurado muitas vezes um diálogo segregador que marginaliza as lutas dos PCT perante grupos majoritários (Guedes, 2016). Estimula-se o apassivamento das lutas de

classe, sufocadas pelo grito abafado de suas relações (Gramsci, 2002; Modonesi, 2015), cooptado por uma "engenharia de 'alinhamento' [...] eliminando a diversidade" (Freitas, 2018, p. 81).

Logo, deve-se buscar a igualdade dos direitos e garantias da educação e uma construção social cidadã que reafirme a necessidade da superação das ideias do capital que engessam as raízes sociais das políticas, excluem e mimetizam as bases da desigualdade, impulsionadas no cerne das transformações do Estado brasileiro (Danigno, 2003).

A Lei nº 15.533, de 23 de junho de 2015, com dez anos de vigência, disciplina o plano estadual de educação – PEE em PE e traz no artigo 2º, inciso XXV alterado pela Lei nº 17.881, de 13 de julho de 2022, as bases da política estadual de valorização da vida nas escolas públicas estaduais - relevante instrumento jurídico de planejamento das políticas educacionais destinadas aos PCT, garantindo suas lutas democráticas e identitárias no embate aos "[...] alternativismos jurídicos progressistas" (Mascaro, 2018).

Deste modo, é relevante entender como dada construção que atravessa a política educacional, viabilizando direitos e liberdades de acessos aos territórios, e aos recursos necessários como fomento de um desenvolvimento democrático e mais equilibrado para povos (Kerstenetzky, 2000; Sen, 2000; Oliveira *et al.*, 2018).

METODOLOGIA

O estudo é aplicado, exploratório e de abordagem mista (Creswell; Creswell, 2022) ao integrar análise documental do Plano Estadual de Educação (PEE) e das leis voltadas às comunidades tradicionais com os aportes estatísticos orçamentários dos gastos educacionais para PCT em Pernambuco.

Quanto aos meios, utilizou-se a pesquisa bibliográfica (Creswell; Creswell, 2022), ancorada na literatura das disciplinas doutorais Estudos Avançados em Política Educacional, Planejamento e Gestão da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) e Estado e Contextos Periféricos do Programa de Pós-Graduação em Administração (Propad), ambas cursadas na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) entre 2023 e 2024.

A análise de dados orçamentários referentes às despesas educacionais com PCT em Pernambuco analisou programas e subações entre 2008 (ano com dados disponíveis na transparência estatal) e 2022 (marco final por se tratar de fim de ciclo governamental no estado).

O estado de Pernambuco foi selecionado por concentrar uma população estimada de 9.058.155 pessoas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2023) e uma extensão territorial de 98.067,877 km^2, abrigando um dos maiores Produtos Internos Brutos do eixo Norte-Nordeste (IBGE, 2023).

Os dados abertos da pesquisa são oriundos tanto de fontes secundárias a partir das bases de leis, tabelas e documentos do portal de transparência do governo do estado de Pernambuco (Pernambuco, 2025). A análise contou com registros de site institucional do estado que expressam os programas realizados, no período de análise, que fomentaram ações e programas voltados aos PCT.

A pesquisa utilizou análise documental ao PEE-PE, que compreendeu o período decenal de 2015 a 2025, sendo prorrogado a normativa para o ano de 2026. Nessa, foram consideradas a frequência e a distribuição de termos relacionados aos PCT pelo documento. Adicionalmente, a partir do Catálogo de Escolas da base do Ministério da Educação brasileiro, realizou-se análise territorial descritiva a partir da distribuição das escolas públicas em atividade com oferta PCT espalhadas nas mesorregiões do estado.

Para a análise orçamentária foi adotado o método utilizado nos estudos de Silva *et al.* (2014), o qual os dados das séries históricas das despesas foram corrigidos pelo indexador do IBGE Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, que mensura a inflação brasileira, considerando como ano-base 2022 (último da série de dados pesquisada).

Através do seu acumulado anual, prestigiou-se o fator comparabilidade com todos os dados em estudo (Silva *et al.*, 2014). Para tal seguiu-se a tabela da variação acumulada (%) do índice para o período em estudo (Tabela 1).

Tabela 1. Variação acumulada (%) do IPCA de 2008 a 2022

Ano	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**
IPCA (%)	4,31	5,91	6,50	5,84	5,91	6,41	10,67
Ano	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**
IPCA (%)	6,29	2,95	3,75	4,31	4,52	10,06	5,79

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do IBGE (2025).

Adotou-se como *benchmark* na análise quantitativa os estudos de Stevenson (2001), Silva *et al.* (2014) e Kohama (2016) que lastreiam a estatística descritiva e um constructo voltado a contabilidade e orçamento público. Nesta etapa foram consideradas variações percentuais e números-índice simples, que permitiram melhor comparabilidade dos dados e visam "[...] sintetizar modificações em variáveis econômicas durante um período de tempo" (Stevenson, 2001, p. 396).

Para analisar a variação das despesas educacionais do governo de Pernambuco direcionada aos PCT adotou-se como métricas estatísticas: a média aritmética simples ($\bar{x}$) margeada por:

$$\bar{x} = \sum_{i=1}^{n} x_i \quad (1)$$

O desvio-padrão amostral (S) lastreado pela Equação 2:

$$S = \frac{\sqrt{\sum_{i=1}^{n} (x-\bar{x})^2}}{n-1} \quad (2)$$

E o coeficiente de variação de Pearson (CVP) que mensura um quociente entre o desvio-padrão e média (Equação 3):

$$\text{CVP} = \frac{S}{\bar{x}} \quad (3)$$

O resultado do CVP foi expresso em valores percentuais (Stevenson, 2001). Além disto, recorrendo aos estudos de Kohama (2016) foi calculado o Quociente da Execução da Despesa (QED) como complemento da análise orçamentária (Equação 4):

$$\text{QED} = \frac{Despesa\ Empenhada}{Dotação\ Atualizada} \quad (4)$$

O quociente analisado apresenta a performance entre o valor que foi fixado e autorizado legalmente para o gasto relacionado ao governo empenhou no período. O indicador pode demonstrar a eficiência ou ineficiência no processo de planejamento e execução dos valores das despesas, delineando se houve economia ou não de despesa orçamentária para aquele período. Para auxiliar no cálculo de tais aplicações foi utilizado o Microsoft Excel versão 2305 (*build* 16501.20228) para agrupamento, sumarização de dados e plotagem gráfica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Territorialidades Tradicionais, invisibilização e disputas dos PCT em Pernambuco

No estado de Pernambuco existem aproximadamente 206 Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ), das quais 151 estão certificadas de acordo com o Decreto-lei nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 e as demais estão em processo de certificação. Um exemplo disto, foi o caso da Comunidade de Santa Maria da Boa Vista que iniciou o processo de certificação ainda em agosto de 2023, atualmente em análise (Brasil, 2003).

Durante o período de 2019 a 2023, sete visitas técnicas foram conduzidas para reconhecimento e certificação de comunidades em diversas localidades do estado, como Águas Belas, Garanhuns, João Alfredo, Mirandiba e Tamandaré. No entanto, mesmo com a efetivação da análise, ajustes são necessários devido a pendências documentais para concluir o processo (Fundação Cultural Palmares - FCP, 2022). Atualmente, com base em dados do IBGE, Pernambuco possui a quinta maior população quilombola brasileira, com em torno de 78.827 pessoas autodeclaradas.

Além disto, o estado de Pernambuco é lar da terceira maior população cigana no Nordeste brasileiro, englobando cerca de 20 mil pessoas distribuídas em 32 municípios, onde registra em torno de 36 famílias ciganas espalhadas pelo estado (Arruda, 2015; Nunes, 2020; SEMAS, 2023).

A disparidade nos dados evidencia a dificuldade de captar a realidade das comunidades ciganas, por exemplo, e isso se reproduz em outras comunidades, o que contribui para sua invisibilidade nas políticas educacionais. Isso reflete a *colonialidade do poder* (Quijano, 2005, 2010), que marginaliza os saberes e os modos de vida não hegemônicos, como também compromete, a formação de identidades coletivas autônomas, excluídas tanto do reconhecimento sociopolítico quanto do institucional.

A invisibilização em dados estatísticos dos PCT está longe de representar apenas uma limitação técnica estatal, mas manifesta as colonialidades discutidas por Quijano (2005, 2010), nas quais determinadas estruturas sociais permanecem deslegitimadas e sem reconhecimento institucionalizado.

E isso corrobora com Santos (2006), ao expressar as relações desiguais e de poder marcadas nos territórios. Um exemplo disso pode ser evidenciado na própria distribuição e alocação orçamentária para os PCT, com viés regulatório e que apreende uma seletividade socioespacial em suas priorizações.

A ausência de políticas mais específicas e atreladas à diversidade dos povos e comunidades tradicionais, tem contribuído para a cidadania regulada, o que realça o alerta feito por Dagnino (2003) referente às fragilidades em dadas construções democráticas em contextos mais periféricos.

Harvey (2009) e Nunes (2020) complementam dada discussão ao evidenciarem, respectivamente, as hierarquias sociais produzidas pelo capital como também pelo apagamento simbólico decorrente das estatísticas estatais. Nunes (2020) ainda alerta que esse fenômeno se intensificou durante o período

pandêmico. Assim, o constructo normativo direcionado aos PCT, aliado à distribuição desigual dos recursos públicos educacionais, fortalece mecanismos de invisibilização social e aprofunda desigualdades territoriais e educacionais.

No que diz respeito aos povos originários, as comunidades indígenas em Pernambuco representam a quarta maior população do país, totalizando 106.634 indivíduos distribuídos em 180 do total de 184 municípios no estado e Fernando de Noronha, com destaque para as etnias Atikum, Pankarú, Fulni-ô, Truká, Kanbiwá, Pankará, Aimoré, Tuxá e Xukuru (SEMAS, 2023; IBGE, 2022).

No que se refere aos povos de terreiro, apenas na Região Metropolitana do Recife (RMR) inseridos no município do Recife, são contabilizados 1.261 terreiros e 2.500 casas de axé em atividade, segundo dados da SEMAS (2023).

Essas comunidades exercem um papel central na preservação da religiosidade, da ancestralidade e da construção de uma identidade cultural regional. Integram o conjunto dos povos tradicionais, como caatingueiros, catadores de frutos (como a mangaba), pescadores artesanais, retireiros, ribeirinhos e vazanteiros, que compartilham da invisibilidade e ausência de políticas educacionais e normativas específicas em Pernambuco, contrariando o reconhecimento da diversidade e perpetuando lógicas de dominação racional (Alves; Bittencourt; Hage, 2024; Buco; Zadra; Vandersen, 2013; Nunes, 2020).

Isso confirma a crítica de Saviani (2009) sobre a universalização da educação, que adota um modelo homogêneo e desconsidera as especificidades das comunidades. E apesar de avanços normativos na educação nacional, a inconsistência de algumas políticas, no caso em análise em referência aos PCT, revelam assimetrias ao considerar aspectos do federalismo e da descentralização.

Territorialização normativa e seletividade das políticas educacionais no Plano Estadual de Educação de Pernambuco

Pelo catálogo de escolas, plataforma que traz dados oriundos do Censo Escolar do governo federal, ao realizar a análise territorial descritiva, observa-se que Pernambuco abriga 365 escolas públicas ativas sob classificação de localização diferenciada, que compreende as áreas de assentamento, remanescente de quilombos e terras indígenas. Destas, 202 escolas são de dependência municipal, onde 15 se concentram na RMR distribuídas nos municípios de Abreu e Lima (5), Cabo de Santo Agostinho (3), Ipojuca (2), Itapissuma (1), Jaboatão dos Guararapes (1) e São Lourenço da Mata (3) (Brasil, 2026).

As 163 escolas restantes, de dependência administrativa estadual, estão espalhadas pelas mesorregiões do estado de Pernambuco, onde destas 42 ofertam a modalidade do ensino médio (Brasil, 2026).

Para atender as necessidades educacionais dos povos e comunidades tradicionais que se utilizam destas entidades pelo estado, o PEE surge como um dispositivo que cria o arcabouço para nortear a criação e implementação de programas e ações em dadas escolas.

Por vigorar em consonância com a Constituição de 1988, que no artigo 214 recomenda sua instauração nas esferas federadas (Brasil, 1988), o PEE traz importante instrumento lastro da formulação de políticas aos PCT.

Entretanto, ao se debruçar sobre o conteúdo do PEE, considerando a frequência de termos, a incidência de expressões e sua distribuição textual ao longo do documento, percebeu-se predominância de referências aos povos indígenas (originários), seguidos pelas comunidades remanescentes de

quilombos (Tabela 2). Observa-se, ainda, que quase a totalidade dessas menções está concentrada no anexo único do plano, especificamente nas seções destinadas às metas e estratégias.

Tabela 2. Menção aos PCT no Plano Estadual de Educação de Pernambuco

Tipos de expressões	Nº de menções
"povos e comunidades tradicionais", "comunidades tradicionais", "populações tradicionais"	4
"indígena"; "indígenas"	41
"negro"; "negros"	5
"africana"; "afro-brasileira"; "afro-brasileiras"; "afrobrasileira"	10
"quilombola"; "quilombolas"	40
"ciganos"	6
Total de termos	**106**

Fonte: Elaborado pelos autores (2025) baseado em Pernambuco (2015).

Ao longo da observância das 20 metas e 359 estratégias, há referência aos PCT como população do ambiente rural, segregando o processo de escolarização para tais territórios (bem evidente na meta 1.15 do plano).

A única menção da expressão integral "povos e comunidades tradicionais" aparece no inciso XXV do artigo 2º que cita a "proteção e promoção dos direitos [...] dos povos indígenas e das pessoas oriundas de comunidades quilombolas, e demais povos e comunidades tradicionais [...]". (Pernambuco, 2015, grifo nosso). As ações educacionais concentram-se aos indígenas e quilombolas, os demais povos têm menção reduzida, muitas vezes referido a estes a expressão "outros". Isso é confirmatório do que é apontado nos estudos de Nunes (2020) e Buco, Zadra e Vandersen (2013) sobre a invisibilização dos povos.

Além disso, percebe-se uma hierarquização da própria política educacional, onde certas comunidades passam a ter maior peso de reconhecimento por quem formula a política e outros povos seguem à margem do planejamento estatal.

Analisando as ações do governo para os povos indígenas, ao longo dos últimos anos, percebe-se que as despesas da Secretaria de Educação e Esportes concentram-se na função [12] educação e na subfunção [423] assistência aos povos indígenas. O foco é o programa [915] que trata da ampliação do acesso e da operacionalização da educação básica da rede pública no meio rural, tendo como ação principal a [4318], que trata da operacionalização da rede de educação indígena. Naquela, consta o empenho orçamentário para capacitação profissional, despesas com pessoal (merendeiras, portaria) e insumos (alimentos da agricultura familiar, gás de cozinha, merendas), serviços de manutenção, e o Programa Investe Escola PE, de caráter suplementar, que visa melhorar a infraestrutura física e pedagógica das escolas.

Os povos quilombolas ficam a cargo da subfunção [368] educação básica e as duas ações principais [2329] que trata de expansão e melhoria da rede de educação e a [4320], que versa sobre a operacionalização da educação do campo e quilombola. Outros povos não aparecem nas ações orçamentárias de PE, de certo modo, tanto o aparato jurídico quanto a transparência das ações governamentais no período, desvelam a ênfase para indígenas e quilombolas apenas.

Isso confirma que, no processo de modernização estatal, as ações de governos têm favorecido determinados grupos, contribuindo para o apassivamento das lutas de tais povos e comunidades por meio da naturalização de sua invisibilização (Alves; Bittencourt; Hage, 2024; Barbosa; Silva, 2023; Gramsci, 2002).

Sendo assim, carece de maior articulação das políticas no PEE e no orçamento na inclusão de pescadores artesanais, ribeirinhos, caatingueiros, povos de terreiro, extrativistas, comunidades de fundo e fecho de pasto, ilhéus e ciganos a fim de ampliar o alcance de tais ações em prol dos PCT. Em relação à comunidade cigana, especificamente, a lei capta um esforço normativo direcionando apenas seis menções em todo o PEE, que são relacionadas à inclusão e à oferta da educação infantil, realização de Censo anual para população de zero a três anos e a identificação da situação educacional de tais povos.

Nesse sentido, urgem novos diálogos entre as formas social, política e jurídica para garantir capilaridade das políticas educacionais e infraestrutura de gestão para todos os PCT que fazem parte do estado de PE. E tais conexões entre Estado e sociedade, através das políticas educacionais são fomentadas a partir de um orçamento que viabiliza a execução e o cumprimento de tais diretrizes. Portanto, faz-se necessário entender para além da construção do aparato legal, mas sua evolução orçamentária no estado.

Financiamento público educacional e as desigualdades socioespaciais dos PCT

A seguir é apresentado um panorama sobre o crescimento real das despesas com Educação do estado de Pernambuco para os PCT. Para tal métrica foram utilizadas as despesas efetivamente pagas pelo ente público no período estudado.

Todas as despesas, seja nos gastos fixados pela legislação, como no empenho, liquidação e valores efetivamente pagos conferiram aumento real no período em estudo (2008 a 2022). Vale destacar o total investido que aumentou 470,13%, calculado a partir da métrica dos números-índices simples e considerando como base o ano de 2008 (Silva *et al.*, 2014; Stevenson, 2001) (Tabela 3).

Tabela 3. Análise estatística dos gastos com Educação dos PCT em Pernambuco no período 2008 a 2022

Métricas	Orçamento atualizado	Empenhado	Liquidado	Total Pago
Crescimento real	327,35%	328,58%	328,58%	470,13%
Média	58.583.042,74	47.753.244,48	47.753.244,48	49.498.848,58
Desvio Padrão	40.626.901,87	32.143.620,84	32.143.620,84	36.506.371,56
CVP	69,35%	67,31%	67,31%	73,75%

Fonte: Elaborado pelos autores (2025) a partir de Pernambuco (2025) e Silva *et al.* (2014).

Embora essa análise revele um crescimento real das despesas educacionais destinadas aos PCT no período, isso não significa redução das desigualdades socioespaciais. Com base em Harvey (2009), a ampliação dos investimentos públicos pode coexistir com a concentração territorial de tais recursos, em contextos marcados pela lógica do capital que subjetiva e generaliza as ações nos espaços.

Por sua vez, a partir de Santos (2006), compreende-se que o território é moldado pelas relações de poder, o que permite interpretar o orçamento educacional como um mecanismo de produção e

regulação do próprio território. Nessa perspectiva, reforça-se o argumento de Oliveira *et al.* (2018) de que determinadas políticas podem assumir um caráter de inclusão aparente, ao mesmo tempo em que reproduzem o apagamento quando alguns PCT são excluídos das prioridades do financiamento estatal.

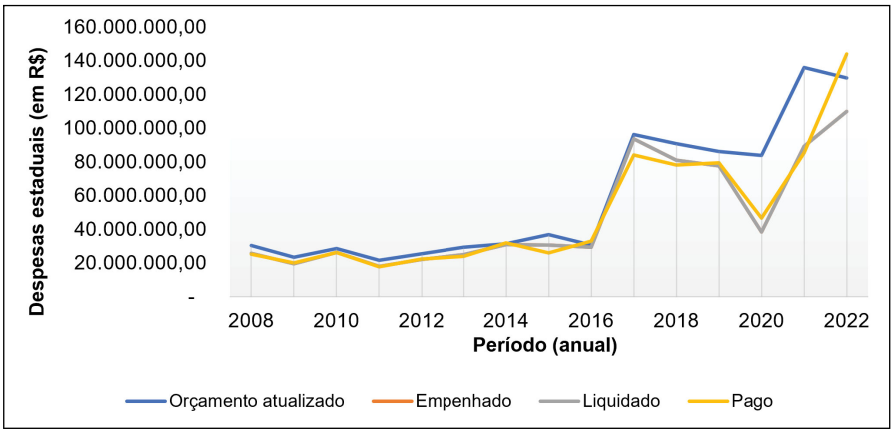
Ainda analisando o período, que culminou no crescimento mais proeminente das despesas, foi percebido que o ano que desempenhou elevação foi o de 2017, impulsionado pelo aumento nas despesas destinadas tanto aos indígenas (+42,50%) e principalmente aos remanescentes de quilombos (+13.597,83%). O ano de 2016 não tinha sido um bom ano de repasses de recursos para os quilombolas, já 2017 iniciam fortes ações na educação básica por parte do governo de Pernambuco a partir do programa [0915] que versa sobre a ampliação do acesso e operacionalização da educação básica na rede pública no meio rural.

As ações que mais se destacaram foram a [2329] de expansão e melhoria da educação do campo e quilombola e [4320] inserção da educação do campo e quilombola nos diversos níveis do ensino.

Dentre as despesas destacam-se os valores de energia elétrica em escolas de campo e quilombola, a contratação determinada de pessoal para prestigiar o programa Educação de Jovens e Adultos do Campo, despesas com transporte pelo Programa Estadual de Transporte Escolar (PETE) e outros repasses financeiros.

O valor médio efetivamente pago representou 84,49% do que foi fixado em lei, e trouxe alta variabilidade que pode ser evidenciada pelo desvio-padrão e confirmado pelo coeficiente de variação calculado, margeando alta dispersão relacionado aos seus valores em torno da média. Além dessa variação percentual, foi evidenciado como os gastos do estado, referentes à educação PCT, se desenvolveram entre 2008 e 2022 (Figura 1).

Figura 1. Evolução por tipo de gasto com políticas educacionais aos PCT em Pernambuco (2008 a 2022)

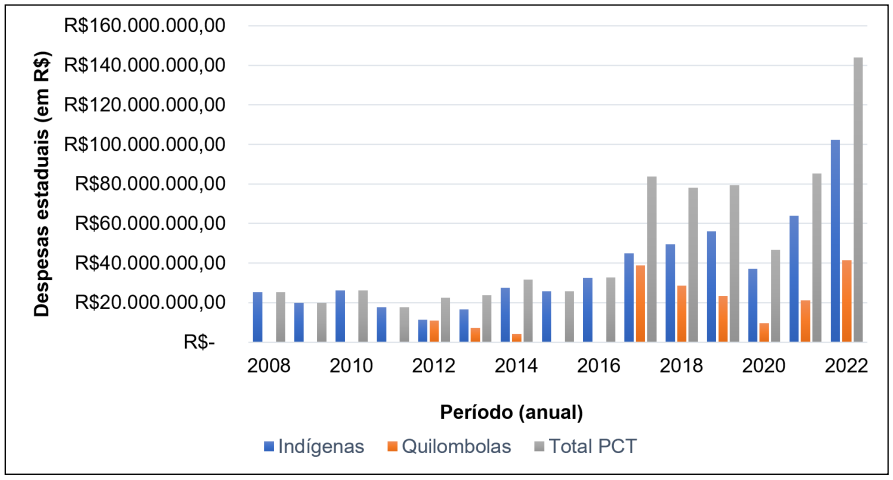


Fonte: Elaborado pelos autores (2025), baseado em Pernambuco (2025).

Foi observado que para todo o período as ações de educação foram canalizadas apenas para indígenas e quilombolas, não fica especificado quanto destes valores foram destinados para outros PCT.

Cabe destaque para os anos de 2008 a 2011 onde não houve ações voltadas à Educação para comunidades quilombolas, como também não há destaque orçamentário para outros povos e comunidades que também existem no território pernambucano como os ribeirinhos, pescadores artesanais, ilhéus, ciganos. Assim os repasses de recursos se concentram exclusivamente para povos originários (Figura 2).

Figura 2. Despesas com Educação por PCT em PE de 2008 a 2022 (ano-base: 2022)



Fonte: Elaborado pelos autores (2025), baseado em Pernambuco (2025).

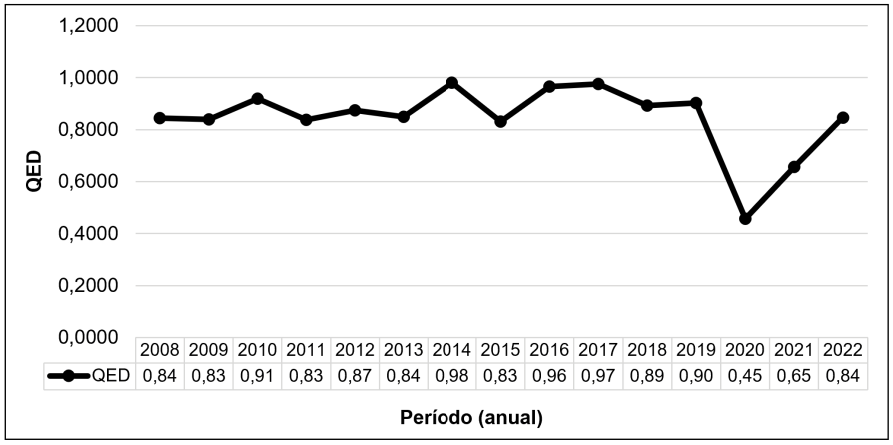
Os quilombolas começam a ser assistidos especificamente na Educação apenas em 2012, entretanto ao longo período analisado o destaque dos repasses orçamentários é para ações destinadas aos povos indígenas e sua ênfase é na ação [4318] operacionalização da rede de educação indígena.

Destacam-se as despesas destinadas à educação indígena no ano de 2022, onde a maior parte foi destinada ao fomento ao transporte escolar. Também teve capacitação de profissionais da rede de educação indígena, custeou despesas como gás de cozinha, merenda escolar por contrato de gestão, pagamento de salário de merendeiras, prestação de serviços de portaria, limpeza e conservação das escolas.

Outros valores foram destinados para infraestrutura das escolas e sua manutenção e compra de alimentos pelo Programa Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PEAAF). Foram incentivos os programas de monitorias para as escolas e do Programa Investe Escola Pernambuco prestando assistência financeira suplementar às escolas públicas estaduais com repasses direcionados por Unidades Executoras relacionados à infraestrutura pedagógica e física, participação comunitária e autogestão.

O resultado que a análise do Quociente de Execução da Despesa (QED) pautou a normalidade no período estudado (Figura 3), pois todos os valores calculados obtiveram índice menor que a unidade. Ou seja, a despesa empenhada pelo governo pernambucano para realizar as políticas de Educação junto aos PCT foi sempre menor que os gastos autorizados (fixados através dos instrumentos legais).

Figura 3. Quociente de Execução das Despesas (QED) da educação PCT em Pernambuco (2008 a 2022)



Fonte: Elaborado pelos autores (2025), baseado em Pernambuco (2025).

No ano de 2014, o estado operou muito próximo de 1,00, impulsionado pelo fato de que 86,76% do total das despesas educacionais destinadas aos PCT foram pagas aos povos indígenas. Tal cenário se repetiu em 2016, quando 99,11% dos recursos foram destinados às populações indígenas, enquanto apenas 0,63% foram direcionados aos remanescentes de quilombos, sem qualquer destinação às demais expressões de povos e comunidades tradicionais existentes no estado de Pernambuco.

Esse tratamento evidencia o fortalecimento de contradições estruturais na legitimação do acesso à educação no estado aos PCT (Marx; Engels, 2022), produzindo barreiras socioespaciais e desigualdades no acesso às políticas públicas por parte dessas comunidades.

Destaca-se o ano de 2020 e posterior a este, com uma economia em larga escala das despesas relacionadas à Educação dos PCT (uma queda de 49,33% em relação ao ano anterior), isto pode ser explicado pela crise pandêmica do COVID-19 que reduziram a arrecadação de tributos pelo ente central como também por ações de austeridade fiscal que incorporaram a lógica neoliberal (Barbosa; Silva, 2023; Foster, 2013; Gramsci, 2002; Marx; Engels, 2022), o que afetou direta e indiretamente as políticas educacionais.

A falta de ação efetiva do Estado tem desconsiderado os modos de vida, os saberes e as práticas culturais dos povos tradicionais, que, embora integrem o tecido social pernambucano, seguem em constante luta por reconhecimento e valorização (Buco; Zadra; Vandresen, 2013). Nesse sentido, reafirma-se os pensamentos de Bobbio (1992) e Cury (2002) ao convergirem sobre a relevância de tornar o direito à educação PCT exigível mediante sua inclusão no ordenamento jurídico, conferindo-lhe legalidade. E em se tratando de direitos oriundos de lutas e dos movimentos sociais historicamente constituídos, torná-los norma positiva, fortalece suas reivindicações e a própria implementação de políticas favoráveis para tal.

O movimento contrário a isso, alimenta um senso de negligência normativa ou dos repasses de recursos por parte do Estado, e isso compromete não apenas a continuidade de suas formas de existência, mas também fragiliza suas identidades, elemento central para a legitimação social e política dos povos.

Ao invisibilizar tais povos, o aparelho estatal não só tem contribuído para a erosão da cultura e dos saberes ancestrais, como também reforça uma hierarquização das desigualdades e o apagamento de iniciativas voltadas à construção de suas identidades, bem como agrava os riscos sociais que circundam os PCT (Beck, 2011; Harvey, 2009).

De certo modo, o esforço de pesquisa empreendido no campo educacional, demonstrou que a ausência de investimentos específicos no orçamento estadual para os PCT reflete a expressão implícita na formulação das diretrizes do PEE/PE, tendo como influência ideológica do Estado (Althusser, 1980) e um tratamento que fortalece as contradições estruturais no acesso à educação, a desterritorialização simbólica ou material dos povos e políticas universalizantes e muitas vezes descoladas da realidade concreta (Haesbaert, 2007; Marx; Engels, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo analisou as políticas educacionais voltadas aos PCT, no estado de Pernambuco, considerando as construções do Plano Estadual de Educação (PEE) e de orçamento público educacional direcionado a esses povos e comunidades. Os resultados evidenciaram que, embora tenham sido ampliados os investimentos públicos destinados à educação dos PCT, no período analisado, a distribuição dos recursos e a construção normativa do PEE manteve um padrão seletivo.

Percebe-se que a formulação e a implementação das políticas educacionais em Pernambuco têm se direcionado mais às populações indígenas e em segundo plano aos quilombolas, enquanto que povos e comunidades tradicionais também relevantes no espaço pernambucano como ciganos, ribeirinhos, comunidades de fundo e fecho de pasto, extrativistas, pescadores artesanais, ilhéus e caatingueiros seguem com baixa visibilidade nesse escopo legal, nas ações governamentais e nos repasses orçamentários do estado.

Esse diagnóstico do PEE permitiu identificar que a escrita formal da política educacional é atravessada por intervenções ideológicas e políticas, refletindo visões de mundo dos burocratas responsáveis por sua formulação e influenciando diretamente aquilo que é definido com priorização. Esse processo tem implicações também nos repasses orçamentários educacionais, revelando resquícios de invisibilização e baixa equidade na distribuição dos recursos públicos destinados à educação voltada aos PCT no estado de Pernambuco.

Para tal, a análise orçamentária educacional dos PCT indica que a relação entre o aspecto normativo do PEE e a ação de distribuição estatal dos recursos, opera como um mecanismo regulatório dos territórios. Tal controle, associado à gestão por resultados, tem reforçado desigualdades socioeconômicas no acesso à educação em Pernambuco.

As ações normativas e os investimentos em alguns grupos PCT revelam que a ampliação de financiamento em alguns períodos, não assegura a equidade educacional. Ainda assim, há assimetrias na formulação das políticas e na identificação das territorialidades dos PCT em Pernambuco.

A construção das políticas educacionais para PCT atravessa tensões entre garantia de direitos sociais e interesses econômicos, o que reflete limites históricos do processo democrático em contextos de maior vulnerabilidade.

Neste estudo, identificou-se que a lógica do capital, inserida na dinâmica do Estado democrático, constitui um elemento incorporado à análise do PEE/PE e do orçamento público educacional. Essa dinâmica fortalece processos de seletividade e de invisibilização das políticas destinadas aos PCT.

Desta forma, a carência de legitimação dos PCT em instrumentos normativos educacionais e nos orçamentários não se restringe apenas a uma lacuna técnica, mas realça tensões políticas, ideológicas diante das territorialidades que condicionam o acesso aos direitos e às garantias educacionais.

Como contribuição ao campo acadêmico, o estudo amplia os debates sobre orçamento público educacional, territorialidade, desigualdades sociais e formulação de políticas públicas educacionais. Nesse sentido, há um esforço em comunicar com o campo da educação, da gestão pública e outras áreas como a geografia crítica sobre novas ações para os PCT. Para a gestão pública, os resultados evidenciaram a necessidade de maior capacidade estatal na produção de dados, no monitoramento das ações e na formulação do orçamento dos PCT.

No cerne das políticas educacionais, o trabalho revela a necessidade de revisão do planejamento estadual no que diz respeito ao texto normativo do PEE. É preciso fortalecer os PCT, suas lutas pelo acesso à educação e a liberdade do uso dos espaços, pois eles têm sido historicamente marginalizados.

Considerando áreas correlatas como a geografia, reforça-se a compreensão crítica do território enquanto espaço de disputa e da materialização das desigualdades produzidas pelas relações de poder e pela seletividade de um estado que opera nas balizas da performance e do capital.

Como limitações deste estudo, destaca-se que a análise enfatizou o PEE/PE. E embora tal instrumento tenha sido selecionado por ser central nas diretrizes normativas das políticas educacionais pernambucanas, outros dispositivos poderiam ter trazido atravessamentos a essa política com uma análise conjunta.

A análise orçamentária foi desenvolvida pela evolução dos valores ao longo do tempo no orçamento educacional do estado de Pernambuco e referente às despesas, adotou-se o QED, proposto por Kohama (2016), considerando o confronto entre as despesas empenhadas e sua dotação atualizada. Poderia ser relevante incluir análises das fontes dos recursos, compreendendo um confronto entre receitas e despesas. Um impeditivo disto, é que o Portal da Transparência de Pernambuco não apresenta, para as receitas, o nível de detalhamento que consta para as despesas. Isso dificultou sua inclusão nas análises sobre a estrutura orçamentária das políticas educacionais destinadas aos PCT.

Sendo o orçamento investigado em acumulado anual, o Portal também não dispõe informações individualizadas por escolas, municípios, regiões administrativas, etapas de ensino, o que facilitaria um mapeamento mais completo por escola PCT ou por município no estado de Pernambuco.

De certo modo, a ausência de cobertura do PEE/PE e de orçamento com mais filtros considerando indígenas e quilombolas, e os PCT que existem no estado foi um restritor da identificação de fluxos financeiros destinados às escolas que atendem a esses grupos e de um mapeamento efetivo dessa distribuição por territórios.

Esse estudo não esgota os diálogos sobre as políticas educacionais e territorialidades tradicionais no estado de Pernambuco. Como sugestão para estudos futuros, sinaliza-se estudos comparativos entre diferentes nações, unidades federativas brasileiras e dependências administrativas, bem como investigações que contemplem outras normativas, outras localidades por região em diferentes etapas de ensino.

Por fim, a permanência de fragilidades no escopo normativo e orçamentário das políticas educacionais destinadas aos PCT em Pernambuco evidencia que o território continua sendo produzido sob uma lógica seletiva, que condiciona os acessos à educação por meio de disputas entre a ação estatal, as lutas pelos espaços e as racionalidades que são inerentes às territorialidades ainda regidas pelo capital.

NOTAS

3 O termo burocrata adotado neste estudo remete à concepção weberiana apresentada em *Economia e Sociedade*, na qual o agente do Estado atua inserido na estrutura organizacional pautada pelos aspectos de uma dominação racional-legal. A autoridade, neste caso, decorre da posição formal que ocupa e de sua competência técnica, sendo suas ações regidas por uma hierarquia funcional e por um conjunto de normas e regulamentos que conferem legitimidade ao seu exercício (Weber, 2009).

4 O recorte temporal do estudo referente ao orçamento inicia-se em 2008, primeiro ano com dados disponíveis de repasses no portal de transparência do estado de Pernambuco, e se estende até o ano de 2022, marco de encerramento de ciclo completo de governos. Essa delimitação forneceu lastro histórico tanto para contextualizar os achados quanto para compreender antecedentes e desdobramentos dos aspectos normativos do PEE e de financiamento educacional voltado aos povos e comunidades tradicionais.

5 O primeiro autor agradece à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE) pelo fomento concedido durante sua formação doutoral no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco (Propad/UFPE), período em que foram cursadas disciplinas cujas discussões também contribuíram para o desenvolvimento deste estudo.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado:** nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Brasília: Editora Paz e Terra, 2022.

ALVES, D. R.; BITTENCOURT, J.; HAGE, S. A. M. A educação do campo articulada aos projetos educativos dos povos ribeirinhos. **Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 12, p. e10347, 2024.

ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018. Disponível em: https://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/adriao.pdf Acesso em: 10 de mai. 2026.

ARRETCHE, M. T. S. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. *In:* Saraiva, E.; Ferrarezi, E. (Orgs.). **Políticas públicas:** coletânea. Brasília: Enap, 2006. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1263 Acesso em: 10 mar. 2026.

ARRUDA, T. Ciganos estão presentes em 21 municípios pernambucanos. **Diário de Pernambuco**, 22 de agosto de 2015. Disponível em: https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2015/08/ciganos-estao-presentes-em-21-municipios-pernambucanos.html Acesso em: 11 mar. 2026.

ASSIS, W. F. T. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, p. 613-627, 2014.

BARBOSA, J. M.; SILVA, J. A. A. Modernização-restauradora e transformismo na política do ensino médio pernambucano: estratégias de apassivamento da hegemonia empresarial. **Educação em Revista**, v. 39, p. e42109, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/scielopreprints.5064. Acesso em: 11 nov. 2025.

BECK, U. **Sociedade de risco:** rumo a outra modernidade (2ª ed.). São Paulo: Editora 34, 2011.

BERTAGNA, R. H.; ALMEIDA, L. C. A "qualidade empresarial" e a "qualidade social" na reforma

educacional: causas, consequências e disputas: Entrevista: Luiz Carlos de Freitas. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 13, n. 3, p. 1–15, 2024.

BOBBIO, N. **A Era dos direitos.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOBBIO, N. **Estado, governo e sociedade:** Para uma teoria geral da política (14ª ed.). São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 mai. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003.** 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 15 nov. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007.** 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 15 nov. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Catálogo das Escolas - INEP Data**. 2026. Disponível em: https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard Acesso em: 20 abr. 2026.

BUCO, ZADRA; VANDERSEN, Rede puxirão dos povos e comunidades tradicionais: Na construção da visibilidade social e na luta pelo reconhecimento dos territórios tradicionalmente ocupados. **Revista Capital Científico (RCCe)**, v. 11, n. 3, p. 1-17, 2013.

CABRITO, B. G. Políticas e o direito à educação superior: qual agenda? **Revista Cocar**, n. 29, 2024. Disponível em: https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/9234. Acesso em: 10 mai. 2026.

CALEGARE, M. G. A.; HIGUCHI, M. I. G.; BRUNO, A. C. S. Povos e comunidades tradicionais: das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 3, p. 115–134, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1414-753X2014000300008. Acesso em: 04 jan. 2026.

CAMPOS, A. **Comunidades de fundos de pasto resistem a pressões.** Reporter Brasil, 2009. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/2009/09/comunidades-de-fundos-de-pasto-resistem-a-pressoes/ Acesso em: 10 mai. 2026.

COELHO, R. C. **Estado, governo e mercado** (3ª ed.). Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília: CAPES: UAB. Disponível em: http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/145420. Acesso em: 10 fev. 2026.

CRESWELL, J.W.; CRESWELL, J.D. **Research Design:** Qualitative, Quantitative, and Mixed Approaches. 6th Ed. SAGE Publications, Inc, 2022.

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença**. Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 245–262, jul. 2002.

DAGNINO, E. Citizenship in Latin America: an introduction. **Latin American Perspectives**, v. 30, n. 2, p. 211-225, 2003. Disponível em: https://library.fes.de/libalt/journals/swetsfulltext/15924619.pdf. Acesso em: 03 mai. 2026.

DE SANTIS FELTRAN, G. (2010). Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. **Revista de Antropologia**, v. 53, n. 2, p. 565-610, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2010.37711. Acesso em: 15 nov. 2025.

DRAIBE, S. M.; RIESCO, M. Estados de bem-estar social e estratégias de desenvolvimento na América Latina: um novo desenvolvimentismo em gestação? **Sociologias**, v. 13, n. 27, p. 220–254,

2011. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000200009 Acesso em: 12 mar. 2026.
FOSTER, B. Educação e a crise estrutural do capital: o caso dos Estados Unidos. **Perspectiva**, v. 31, n. 1, p. 85-136, 2013.
FRANÇA, B. L. F. C. **Por que devemos falar sobre a valorização de Comunidades e Povos Tradicionais no Brasil?** FGV, 2022. Disponível em: https://portal.fgv.br/artigos/devemos-falar-sobre-valorizacao-comunidades-e-povos-tradicionais-brasil. Acesso em: 19 set. 2025.
FREITAS, L. C. **A reforma empresarial na educação:** nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
FREY, K.; OLIVEIRA, V. E.; XIMENES, S. B.; BITTENCOURT, L. N.; LOTTA, G. S. Políticas públicas em perspectiva comparada: proposta de um framework para a análise de experiências locais. **Revista do Serviço Público**, v. 68, n. 1, p. 9-36, 2017.
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Certificação Quilombola.** 2022. Disponível em: https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola. Acesso em: 01 mai. 2025.
GUEDES, A. D. Lutas por terra e território, desterritorialização e território como forma social. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 18, n. 1, p. 23, 2016. Disponível em: https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5102. Acesso em: 10 mai. 2026.
GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. *In:* CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia:** conceitos e temas. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
HARVEY, D. **Social Justice and the City.** The University of Georgia Press, Athens, Revised Edition, 2009.
HENAO GUZMÁN, J. P. El Estado en la sociedad, explicación de cómo la disposición de las burocracias determina los órdenes en países periféricos. **Panorama**, v. 9, n. 17, p. 104–122, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.15765/pnrm.v9i17.795. Acesso em: 15 fev. 2026.
IBGE. **Resultados do censo 2022 - dados do estado de Pernambuco.** 2023. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/panorama. Acesso em: 01 mai. 2025.
INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA - ISPN. **Mais sobre a caatinga.** s.d. Disponível em: https://ispn.org.br/biomas/caatinga/povos-e-comunidades-tradicionais-da-caatinga/. Acesso em: 10 mai. 2026.
KERSTENETZKY, C. L. Desigualdade e pobreza: lições de Sen. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, p. 113–122, 2000.
KOHAMA, H. **Contabilidade pública:** teoria e prática. 15ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.
MASCARO, A. L. **Estado e Forma Política.** São Paulo: Boitempo, 2015.
MASCARO, A. L. **Alysson Mascaro:** O marxismo e o direito. Margem Esquerda, N. 30. Blog da Boitempo, 2018. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2018/06/11/alysson-mascaro-o-marxismo-e-o-direito/. Acesso em: 10 mai. 2026.
MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. **Estudos Avançados**, v. 12, n. 34, p. 7-46, 1998. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9068. Acesso em: 15 abr. 2025.
MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2022.
MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS - MPMG. **Cartilha dos Povos Tradicionais:** Direito

dos povos e comunidades tradicionais. Disponível em: https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/Cartilha-Povos-tradicionais.pdf. Acesso em: 30 abr. 2025.

MODONESI, M. Pasividad y subalternidad. Sobre el concepto de revolución pasiva de Antonio Gramsci. **Revista Gramsciana**, v.1, n.36, 2015. Disponível em: https://massimomodonesi.files.wordpress.com/2016/12/gramscianamm.pdf. Acesso em: 4 mai. 2026.

NUNES, K. **Pandemia acentua invisibilidade dos povos ciganos que vivem em Pernambuco,** 2020. Disponível em: https://marcozero.org/pademia-acentua-invisibilidade-dos-povos-ciganos-que-vivem-em-pernambuco/. Acesso em: 03 mai. 2025.

OLIVEIRA, A. D.; CABRAL, C. A.; AZEVEDO, E. E. F. N.; CAETANO, E. Capitalismo, território e conflitos: a resistência dos povos e comunidades tradicionais no Brasil. **PerCursos**, Florianópolis, v. 19, n. 40, p. 186–220, 2018. Disponível em: https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724619402018186. Acesso em: 22 mar. 2026.

OLIVEIRA, G. M. Direito à Educação. In: SILVA, E. M. (Org.). Educação, Ciências e Suas Tecnologias. **Revista Educação Continuada**, São Paulo, SP, v.6, n.1, p. 6-18, jan. 2024.

PERNAMBUCO. **Lei nº 15.533 de 23 de junho de 2015.** Dispõe sobre o Plano Estadual de Educação de Pernambuco. 2015. Disponível em: https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=10998&tipo=TEXTOATUALIZADO. Acesso em: 10 abr. 2026.

PERNAMBUCO. **Portal de transparência do governo do estado de Pernambuco:** Planejamento e orçamento (despesas detalhadas). 2023. Disponível em: https://transparencia.pe.gov.br/despesas/menu-despesas/despesas-detalhadas/. Acesso em: 10 mai. 2025.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Buenos Aires, Argentina, 2005. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 02 fev. 2026.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. *In:* SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-130.

CRUZ, R. R.; ALBUQUERQUE, M. Z. A.; GOMES, E. T. A. Conflitos socioambientais no território da Rota Ecológica dos Milagres em Alagoas/Brasil. **Revista Ciência Geográfica**, v. 26, n. 01, p. 231–254, 2022. Disponível em: https://ppg.revistas.uema.br/index.php/cienciageografica/article/view/2880. Acesso em: 20 mar. 2026.

SALLUM JÚNIOR, B. Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 52, p. 35-55, 2003. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-69092003000200003 Acesso em: 15 mar. 2026.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª. ed. 2ª. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. *In:* SANTOS, M.; BECKER, B. (Orgs.). **Território, territórios:** Ensaio sobre o ordenamento territorial, p. 13-21. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SAVIANI, D. O direito à educação e a inversão de sentido da política educacional. **Revista Profissão Docente**, v. 11, n. 23, p. 45–58, jan./jul. 2011.

SAVIANI, D. Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual. **Educação & Sociedade**, v. 34, n. 124, p. 743–760, jul. 2013.

SAVIANI, D. A defesa da escola pública na perspectiva histórico-crítica em tempos de suicídio

democrático**. Nuances:** Estudos Sobre Educação, v. 31, n. 1, p. 3-22, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.32930/nuances.v31iesp.1.8279 Acesso em: 10 abr. 2026.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E DE FERNANDO DE NORONHA – SEMAS. **Comunidades Tradicionais.** 2023. Disponível em: https://semas.pe.gov.br/comunidades-tradicionais/. Acesso em: 02 mai. 2025.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, C. S. Direito à Educação em Tempos de Pandemia no Brasil, 2020: Revisão de Literatura. **Revista Científica FESA**, v. 3, n. 26, p. 160–182, 2025.

SILVA, F. C.; NASCIMENTO, J. S. O conceito de qualidade social e o ensino escolar. **Colóquios - Geplage - PPGED - CNPq**, n. 1, p. p.741–745, 2020.

SILVA, H. R.; HERMIDA, J. F. Os métodos de investigação e exposição em Marx e a pesquisa no campo educacional. **Germinal:** marxismo e educação em debate, v. 13, n. 3, p. 177–195, 2021.

SILVA, M. C.; TAVARES, A. L.; ARAÚJO, A. O.; SILVA, J. D. G. Análises de Balanços Públicos: Quociente do Resultado Orçamentário do Governo Federal (2000 – 2009). **Contabilidade Vista & Revista**, v. 24, n. 3, p. 15-34, 2014. Disponível em: https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/1271. Acesso em: 10 jan. 2026.

SKOCPOL, T. Bringing the State Back In: Strategies of Analysis in Current Research. *In:* Evans, P. B.; Rueschemeyer, D.; Skocpol, T. (Eds.). **Bringing the State Back In**, p. 3–38. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. Disponível em: https://doi.org/10.1017/CBO9780511628283. Acesso em: 10 dez. 2025.

SOUSA, A. L.; ZENI, L. A.; SCHNEIDER, D. R. Territorialidades e Contexto Urbano nos Estudos sobre a Relação Pessoa-Ambiente: Revisão Integrativa de Literatura. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 494–512, 2021.

STEVENSON, W. J. **Estatística Aplicada à Administração**. São Paulo: Harbra, 2001.

TARLAU, R.; MOELLER, K. O consenso por filantropia. Como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. **Currículo sem Fronteiras**, v. 20, n. 2, p. 553-603, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.35786/1645-1384.v20.n2.11. Acesso em: 15 mar. 2026.

WEBER, M. **Economia e Sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução: BARBOSA, R.; BARBOSA, K. E. Revisão técnica: COHN, G. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009 (reimpressão). 464 p.

DOI: https://doi.org/10.18817/26755122.30.1.2026.4609

ECOTURISMO E GOVERNANÇA TERRITORIAL NA FRONTEIRA RONDÔNIA–BOLÍVIA

ECOTOURISM AND TERRITORIAL GOVERNANCE AT THE RONDÔNIA–BOLIVIA BORDER

ECOTURISMO Y GOBERNANZA TERRITORIAL EN LA FRONTERA RONDÔNIA–BOLIVIA

Marcos Lino Montalvão[1]
0000-0002-4826-9063
marcoslino10@hotmail.com

Luciana Riça Mourão Borges[2]
0000-0002-7223-977X
luciana.borges@unir.br

CIÊNCIA Geográfica
Ano XXX - Vol. XXX - (1): Janeiro/Dezembro - 2026
ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461
www.agbbauru.org.br

1 Mestre e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (PPGG/UNIR), membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Estado e Territórios na Fronteira Amazônica (GEPE-Front). ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4826-9063. E-mail: marcoslino10@hotmail.com.
2 Doutora e Mestra em Geografia Humana pela USP, com período sanduíche na Université Sorbonne-Nouvelle (IHEAL/Paris 3, 2015-2016). Docente nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da UNIR; linha de pesquisa Território e Sociedade na Pan-Amazônia. Líder do GEPE-Front. Coordenadora do laboratório GEOPPAN. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7223-977X. E-mail: luciana.borges@unir.br.

Artigo recebido em abril de 2026 e aceito para publicação em junho de 2026.

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: O presente artigo aborda o ecoturismo, compreendido como uma prática socioespacial estruturada pela tríade: objetos técnicos, normas institucionais e fluxos sociais. O objetivo é analisar a distribuição espacial do Índice de Densidade Institucional do Ecoturismo (IDIE) nos municípios do estado de Rondônia com fronteira direta com a Bolívia, a fim de compreender sua configuração territorial. A metodologia adotou uma abordagem quanti-qualitativa, com o cálculo do IDIE para os nove municípios fronteiriços, permitindo a comparação entre unidades territoriais. Os resultados apontam uma configuração geográfica heterogênea e fragmentada, expressa em contrastes espaciais definidos. O Setor Norte apresenta Muito Baixa Densidade, enquanto o Setor Sul mostra um adensamento técnico-institucional, principalmente em Cabixi, que registra a maior densidade da série. Conclui-se que a consolidação do ecoturismo transfronteiriça depende de uma presença institucional de proximidade e capilarizada, capaz de sustentar a governança territorial em áreas de fronteira.

Palavras-chave: Dinâmica Territorial. Densidade Institucional. Ecoturismo. Amazônia.

ABSTRACT: This article addresses ecotourism, understood as a socio-spatial practice structured by the triad: technical objects, institutional norms, and social flows. The objective is to analyze the spatial distribution of the Ecotourism Institutional Density Index (IDIE) in the municipalities of the state of Rondônia bordering Bolivia, in order to understand its territorial configuration. The methodology adopted a quantitative-qualitative approach, calculating the IDIE for the nine border municipalities, allowing comparison between territorial units. The results indicate a heterogeneous and fragmented geographical configuration, expressed in defined spatial contrasts. The Northern Sector presents Very Low Density, while the Southern Sector shows a technical-institutional density, mainly in Cabixi, which registers the highest density in the series. It is concluded that the consolidation of cross-border ecotourism depends on a close and capillary institutional presence, capable of sustaining territorial governance in border areas.

Keywords: Territorial Dynamics. Institutional density. Ecotourism. Amazon.

RESUMEN: Este artículo aborda el ecoturismo, entendido como una práctica socioespacial estructurada por la tríada: objetos técnicos, normas institucionales y flujos sociales. El objetivo es analizar la distribución espacial del Índice de Densidad Institucional del Ecoturismo (IDIE) en los municipios del estado Rondônia fronterizos con Bolivia, para comprender su configuración territorial. La metodología empleada fue cuantitativa-cualitativa, calculando el IDIE para los nueve municipios fronterizos y permitiendo la comparación entre unidades territoriales. Los resultados indican una configuración geográfica heterogénea y fragmentada, expresada en marcados contrastes espaciales. El Sector Norte presenta una densidad muy baja, mientras que el Sector Sur muestra una densidad técnico-institucional, principalmente en Cabixi, que registra la mayor densidad de la serie. Se concluye que la consolidación del ecoturismo transfronterizo depende de una presencia institucional cercana y capilar, capaz de sustentar la gobernanza territorial en las zonas fronterizas.

Palabras clave: Dinámica territorial. Densidad institucional. Ecoturismo. Amazonía.

INTRODUÇÃO

A região fronteiriça Rondônia-Bolívia ainda se ressente do descompasso considerável entre a grande dimensão do espaço físico, a população fronteiriça e o diminuto investimento socioeconômico. Disso ressalta a magnitude da obra humana em realização nesse domínio da Natureza, onde tudo (a terra, a água e a floresta), embora abundante, encontra-se em reservas como mostram Goebel *et al.* (2024, 2025).

É compreensível que, em se tratando de análise da densidade institucional do ecoturismo, de uma área onde a natureza ainda se faz presente, haja unidades de conservação que exigem estruturas de gestão ambiental e iniciativas socioambientais. Na faixa de fronteira (Lei Federal nº 6.634 e Decreto Federal nº 85.064) com a Bolívia, o espaço hídrico, como apresentado por Caramello, Ximenes e Duarte (2022), distribui-se territorialmente, evidenciando áreas com maior ou menor capacidade de articulação territorial.

De igual modo, a abordagem hidrológica se aproxima das discussões sobre governança ambiental na Amazônia que Bertha Becker (2005) defendeu, nas quais o território resulta, como explica Porto-Gonçalves (2006), de interações entre múltiplos agentes e escalas de decisão.

Um dos entraves antepostos ao desenvolvimento da região fronteiriça, Rondônia-Bolívia é a restrição ao uso do território e a fragilidade infraestrutural pelos limites materiais à incorporação produtiva impostas pelo Estado. Condições que aparecem justapostas à baixa densidade técnica. Em interpretação a acepção de Milton Santos (2014), o alargamento dos espaços de conservação baliza as estratégias de ordenamento e as possibilidades de reorganização econômica na faixa de fronteira.

Além da heterogeneidade intra-amazônica, observa-se um distanciamento territorial e socioeconômico entre a fronteira amazônica e outras regiões fronteiriças brasileiras, situação que deve ser compreendida no contexto das múltiplas formas de territorialização e das disputas em torno do uso do espaço amazônico (Porto-Gonçalves, 2017). No caso do estado de Rondônia, esse quadro relaciona-se à posição no sudoeste da Amazônia e ao processo tardio de integração às redes nacionais de circulação, associado à dinâmica das frentes de ocupação e à expansão da fronteira econômica na região (Becker, 2005).

A territorialização turística na fronteira Brasil-Bolívia em Rondônia expressa a formação de um território turístico ainda incipiente, onde o espaço geográfico ainda se encontra em construção para o consumo de lazer, cultura e aventura. Orientado pela história da Madeira-Mamoré, pela cultura indígena e pela natureza amazônica de difícil acesso, esse território resulta da superposição entre o lugar de vida da população residente e o espaço fugaz de consumo dos turistas. A política da Funai para 2025/COP30 mostra a importância cultural desta região (Funai, 2025).

Rondônia vive um momento de ordenamento e reordenamento territorial. O desafio é transformar os recursos naturais em uma atividade econômica sustentável e inclusiva, que supere a falta de infraestrutura básica para o visitante. Nesse processo, a paisagem natural e histórica converte-se em produto turístico. Esse feito, mediante ao elencado por Costa e Rocha (2023), percebe-se que ao mesmo tempo em que emergem tensões entre as territorialidades locais e as expectativas dos visitantes, surgem novas demandas de estruturação do território que o turismo não se sobreponha às dinâmicas socioculturais da região.

A natureza fluvial na fronteira Rondônia/Bolívia, conquanto ainda permaneça como o principal fator característico socioeconômico desta região, tem sofrido pressões decorrentes do fluxo de pessoas

em seu empenho de sobrevivência e no contínuo esforço de ampliação de suas instalações. Nessa perspectiva, observa-se constante adaptação às condições morfológicas e hidrológicas e persistente esforço na implantação de uma técnica racional (Santos, 2014), capaz de atenuar contingências do meio natural e ampliar o processo econômico de acionamento do potencial de recursos fronteiriços.

A baixa fluidez territorial, derivada da fragilidade técnica e infraestrutural, moldaram as rugosidades desse espaço fronteiriço (Santos, 2014). Ao mesmo tempo em que esse cenário limitou a integração produtiva, favoreceu a conservação de biomas que hoje são reconhecidos como vetores de desenvolvimento por meio do ecoturismo (Weaver; Lawton, 2007; Buckley, 2022). Essa perspectiva reinterpreta a fronteira Brasil-Bolívia como um espaço de convergência para políticas públicas de sustentabilidade e cooperação binacional (Hall, 2019; Marques, 2026).

Quando consideradas em articulação com as áreas territoriais da Bolívia, essas porções passam a integrar um amplo espaço transfronteiriço, cuja relevância se expressa tanto na possibilidade de estruturação de uma fronteira turística quanto na consolidação de um eixo de integração entre os dois países. A presença de elementos naturais – rios, canais e lagoas – conferem à região uma notável diversidade paisagística, reforçando seu potencial para atividades vinculadas ao ecoturismo e evidenciando oportunidades para iniciativas de gestão compartilhada do território.

No processo integrador sobre o meio ambiente em nível global, consolidam-se modalidades turísticas orientadas à natureza (Buckley, 2008; Pinto, 2016; Kansra, 2024). Essa trajetória, cuja base conceitual clássica remonta a Ceballos-Lascuráin (1996), é reorientada contemporaneamente para o Turismo de Base Natural (NBT).

Como parte da estratégia para fortalecer o turismo nas regiões de fronteira, o Brasil e a Bolívia firmaram um acordo de cooperação turística durante uma agenda bilateral realizada em Brasília, no dia 16 de março de 2026. A iniciativa, conduzida pelo Ministério do Turismo do Brasil, visa ampliar o fluxo de visitantes, simplificar procedimentos de entrada e fomentar o desenvolvimento de roteiros integrados entre os dois países (Brasil, 2026).

A parceria entre Brasil e Bolívia é relevante para o estado de Rondônia, que compartilha uma extensa fronteira com território boliviano. Exemplo de fluxo social são as cidades-gêmeas Guajará-Mirim (RO) e Guayaramerín (Mendes; Santos, 2019; Lima *et al*., 2026). O acordo estabelece diretrizes conjuntas para a promoção e a infraestrutura turística, o instrumento bilateral complementa os diagnósticos e planos de ação que o governo brasileiro vem elaborando para o turismo fronteiriço na Região Norte, incluindo o edital específico para a fronteira de Rondônia com a Bolívia e o Peru.

Na faixa de fronteira entre Rondônia e a Bolívia, a tendência à valorização de atividades econômicas de baixo impacto ambiental se materializa como uma alternativa concreta de desenvolvimento territorial. É à luz das contribuições de Milton Santos (2014) e David Harvey (2005) que se compreende, neste território, o ecoturismo como uma prática socioespacial estruturada por três dimensões analíticas indissociáveis: os objetos técnicos (infraestruturas, equipamentos, sistemas de informação), as normas institucionais (legislações ambientais, políticas territoriais, acordos bilaterais) e os fluxos sociais (circulação de turistas, trabalhadores, capitais simbólicos e informacionais).

O espaço geográfico, como leciona Santos (2014) é um sistema heterogêneo composto por sistemas de objetos e sistemas de ações. Nesse sentido, o ecoturismo na fronteira Rondônia-Bolívia com suas inúmeras trilhas, pousadas e centros de visitação resulta em interação entre esses objetos técnicos e as ações intencionais de diferentes agentes (Estado, empresas, comunidades locais e

visitantes) que lhes conferem conteúdo social e histórico. A fluidez territorial depende da regulação normativa e da densidade técnica, da capacidade de cooperação transfronteiriça e da produção de um sentido de pertencimento que resista à lógica homogeneizadora da globalização.

O desenvolvimento entre Brasil e Bolívia, via expressa para mercadorias, a luz de Harvey (2005), para que o ecoturismo e o comércio gerem riqueza local, a gestão deve ser participativa e transfronteiriça. Pois, ao analisar os fluxos sociais se percebe que o capital opera por meio da compressão espaço-tempo, acelerando a circulação de mercadorias, pessoas e informações. Desta forma, garante-se que o lucro da velocidade do capital não resulte no apagamento das populações que guardam a identidade do lugar.

Essa compressão, com efeito, materializa-se na rápida transformação de paisagens em destinos turísticos, mediada por estratégias de marketing, certificações ambientais e redes digitais de avaliação. A partir do aporte teórico de Santos (2008, 2014) é possível compreender que esses fluxos são intencionais que podem reproduzir desigualdades históricas, expropriar populações tradicionais e gerar simulacros da natureza. Nesse sentido Stronza *et al.* (2019) leva a questionar se realmente o ecoturismo gera conservação ou se é apenas uma faceta da acumulação.

A articulação de teóricos como Milton Santos e David Harvey a pesquisadores como Porto-Gonçalves (2001, 2006, 2017) leva ao entendimento de que o ecoturismo na fronteira Rondônia e Bolívia é produzido por uma combinação complexa de materialidades, regulações e fluxos, cuja orientação política e social define se será um vetor de emancipação territorial ou mais uma faceta da acumulação por espoliação.

A fronteira entre Rondônia (Brasil) e a Bolívia, tradicionalmente reconhecida como limite político, é, neste estudo, compreendida como espaço de cooperação e valorização das paisagens compartilhadas (Pereira; Cury; Locatelli, 2017). Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo analisar a distribuição espacial do Índice de Densidade Institucional do Ecoturismo (IDIE) nos municípios de Rondônia com fronteira direta com a Bolívia, identificando padrões territoriais e assimetrias institucionais.

Os pontos levantados, sem aludir à dimensão territorial fronteiriça, contrapõem a contemporaneidade do aumento populacional que outrora era diminutiva, na região Amazônica. Este já não é mais o problema, agora, chama-se atenção a setores de produção e para o caráter incipiente das limitações regionais que se opõem ao fortalecimento do mercado de turismo. No entanto, a fronteira agrícola permanece forte em Rondônia (Ximenes *et al.*, 2025).

A relevância da pesquisa está associada à necessidade de compreender a organização institucional em áreas de fronteira internacional, onde há presença de cidades gêmeas, a circulação transfronteiriça como pontuado por Lira (2017) e Botella *et al.* (2021) que reforça a discussão técnica sobre como modelar esses fluxos em áreas rurais de fronteira. e, como mostram os dados apresentados por Caramello *et al.* (2024), a pressão sobre os recursos naturais exige maior integração entre políticas e atores territoriais.

A faixa de fronteira entre o estado de Rondônia e a Bolívia constitui um espaço estratégico da Amazônia Sul-ocidental, marcado por dinâmicas territoriais complexas, nas quais se articulam processos ambientais, institucionais e socioeconômicos. Nesse espaço fronteiriço, a presença de estruturas voltadas à gestão ambiental e ao ecoturismo ocorre de forma desarticulada. Essa dinâmica reflete as desigualdades históricas na organização do território (Cavalcante, 2011) e na capacidade institucional dos municípios fronteiriços (Coy, 1988; Cury, 2010).

Parte-se da hipótese de que a densidade institucional apresenta variação espacial significativa ao longo da fronteira. Um dos entraves é a estrutura governamental condicionada por fatores como extensão territorial, capacidade administrativa e trajetória de políticas públicas ambientais.

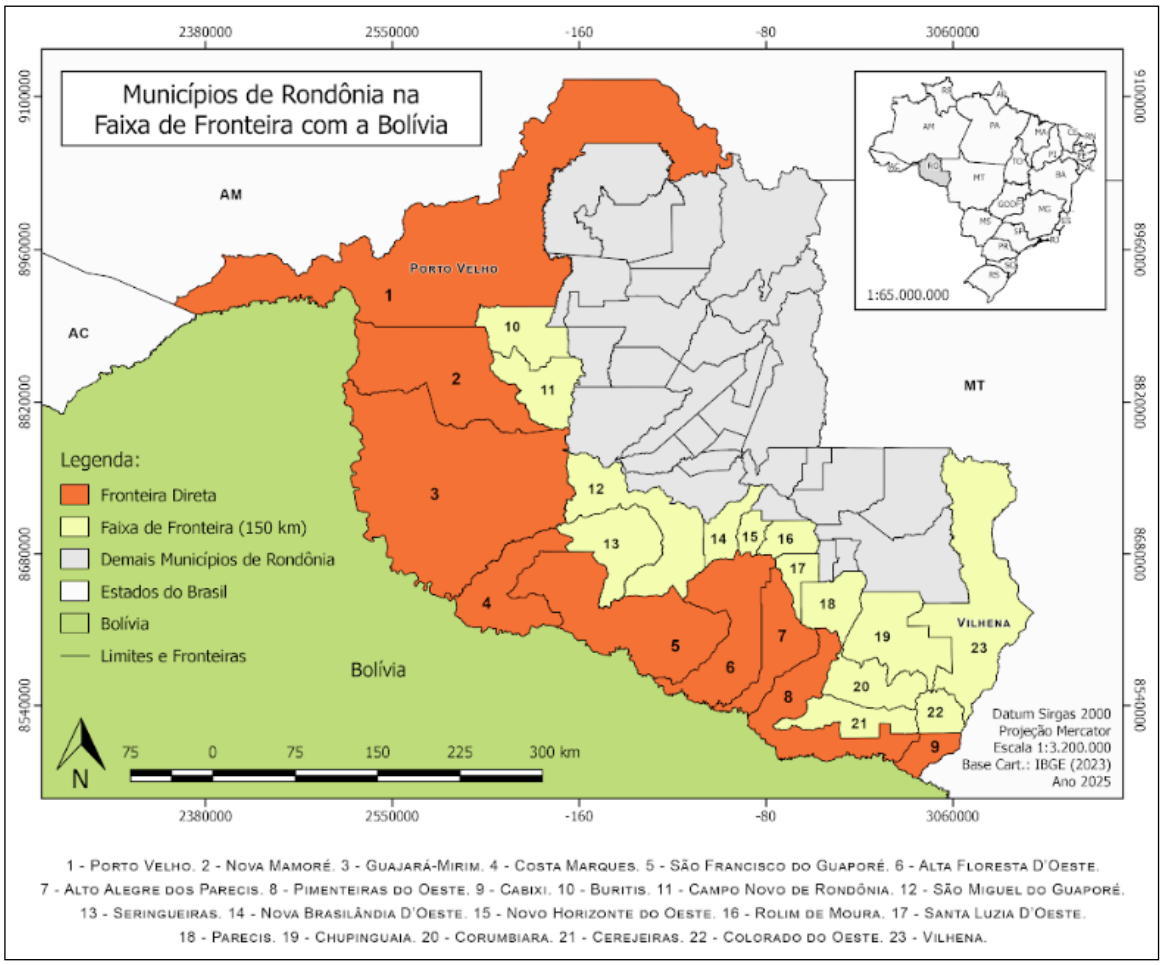
METODOLOGIA

Da delimitação da área de estudos

O recorte espacial que orienta o presente estudo compreende os municípios do estado de Rondônia situados na faixa de fronteira com a Bolívia, uma porção territorial de notável complexidade socioespacial e ambiental, cuja dinâmica é intrinsecamente influenciada pela sua condição transfronteiriça.

A seleção deste espaço ocorre pela relevância geopolítica e pelas potencialidades ecoturísticas que emergem da interação entre diferentes ecossistemas e contextos socioculturais. Com o intuito de proceder à devida delimitação e visualização georreferenciada da área em apreço, elaborou-se a representação cartográfica subsequente (Figura 1), que espacializa e categoriza os municípios objeto de análise.

Figura 1. Representação Cartográfica da Área de Pesquisa



Fonte: Elaborado pelos autores a partir do IBGE (2026).

Conforme se pode observar na representação cartográfica (Figura 1), a área de fronteira é composta por um conjunto heterogêneo de 23 municípios. A delimitação distingue, primeiramente, aqueles com "Fronteira Direta" (Porto Velho; Nova Mamoré; Guajará-Mirim; Costa Marques; São Francisco do Guaporé; Alta Floresta D'Oeste; Alto Alegre do Parecis; Pimenteiras do Oeste; Cabixi), cujo território toca a linha divisória internacional. Os demais municípios, na faixa amarela, encontram-se na Faixa de Fronteira de 150 km, conforme estabelecido pela Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, regulamentada pelo Decreto nº. 85.064/1980 (Brasil, 1980).

Objetivando analisar a governança territorial e a densidade institucional voltada ao ecoturismo na faixa de fronteira entre o estado de Rondônia (Brasil) e os departamentos de Beni e Santa Cruz (Bolívia), a presente investigação adotou uma abordagem quanti-qualitativa, fundamentada na análise espacial de indicadores de gestão ambiental e infraestrutura institucional. O recorte espacial compreende os 09 (nove) municípios rondonienses de fronteira direta: Porto Velho, Nova Mamoré, Guajará-Mirim, Costa Marques, São Francisco do Guaporé, Alta Floresta D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Pimenteiras do Oeste e Cabixi.

Da coleta e análise dos dados

Para a compreensão das assimetrias territoriais, procedeu-se à coleta de dados em fontes oficiais de gestão e conservação ambiental, com destaque para o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia (SEDAM-RO). Complementarmente, utilizaram-se as bases cartográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a delimitação das malhas municipais e da linha de fronteira internacional, em conformidade com o disposto na Lei nº. 6.634/1979 (Brasil, 1979).

A análise central da pesquisa baseou-se na elaboração e aplicação do Índice de Densidade Institucional do Ecoturismo (IDIE). Este índice é um indicador sintético que mensura a relação entre a soma das estruturas institucionais presentes e a área territorial (km²) de cada ente municipal, conforme a Equação (01):

$$IDIE = \frac{UC + GA + IS}{3} \qquad (01)$$

Onde:

- **UC:** Quantitativo de Unidades de Conservação;
- **GA:** Estruturas de Gestão Ambiental (secretarias, escritórios regionais, postos de fiscalização);
- **IS:** Iniciativas Socioambientais e projetos de ecoturismo identificados.

Para a viabilização deste cálculo, os dados brutos foram organizados e sistematizados conforme as variáveis descritas anteriormente. A Tabela 1 apresenta o inventário quantitativo das estruturas de governança (UC, GA e IS) e a extensão territorial de cada município da fronteira direta. Esta organização permite observar a gênese do índice e assegura a transparência metodológica necessária para a compreensão das densidades institucionais que serão espacializadas e discutidas nas seções subsequentes.

Tabela 1. Variáveis institucionais e cálculo do Índice de Densidade Institucional do Ecoturismo (IDIE) nos municípios da fronteira direta Rondônia–Bolívia

Município	Área km²	UC	GA	IS	Soma Institucional (UC+GA+IS)	IDIE
Porto Velho	34.082	6	4	5	15	0,00044
Nova Mamoré	10.071	3	2	3	8	0,00079
Guajará-Mirim	24.855	5	3	4	12	0,00048
Costa Marques	4.987	2	2	2	6	0,00120
São Francisco do Guaporé	10.959	2	2	2	6	0,00055
Alta Floresta d'Oeste	7.067	1	2	2	5	0,00071
Alto Alegre dos Parecis	3.958	1	1	2	4	0,00101
Pimenteiras do Oeste	6.014	2	1	1	4	0,00066
Cabixi	1.314	1	1	1	3	0,00228

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A sistematização e o tratamento estatístico dos dados foram realizados em ambiente de planilha eletrônica (Excel), onde os valores do IDIE foram calculados com precisão de cinco casas decimais para evitar perdas informacionais na diferenciação entre os municípios. Para a representação espacial e análise das assimetrias, utilizou-se o software QGIS 3.x. A espacialização dos dados ocorreu por meio de cartografia temática do tipo coroplética, aplicando-se o método de classificação estatística de Quebras Naturais (Natural Breaks - Jenks). Este método foi selecionado por permitir o agrupamento de municípios com valores de IDIE similares, minimizando a variância interna e evidenciando os contrastes institucionais reais ao longo da fronteira (Rogerson, 2012).

A base cartográfica foi projetada no Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS, 2000). Para conferir densidade analítica ao mapa, foram incluídos elementos de contexto transfronteiriço, como a hidrografia (rios Mamoré e Guaporé), a identificação das cidades gêmeas (Guajará-Mirim e Guayaramerín) e a toponímia dos municípios bolivianos limítrofes, permitindo uma leitura integrada da estrutura territorial da fronteira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A analise espacial do Índice de Densidade Institucional do Ecoturismo (IDIE) mostra uma configuração geográfica heterogênea ao longo da fronteira Rondônia–Bolívia. Geograficamente, essa afirmação indica que o ecoturismo na fronteira Rondônia–Bolívia não se organiza de forma contínua no território.

O Índice de Densidade Institucional do Ecoturismo (IDIE) expressa a presença e a concentração de instituições como órgãos públicos, associações, infraestrutura de apoio e mecanismos de gestão. Quando a análise espacial apresenta uma configuração heterogênea, significa que essa presença varia de lugar para lugar. Na prática, isso quer dizer que há áreas com alta densidade institucional, onde o ecoturismo é mais estruturado, com maior presença do Estado, organizações locais e infraestrutura.

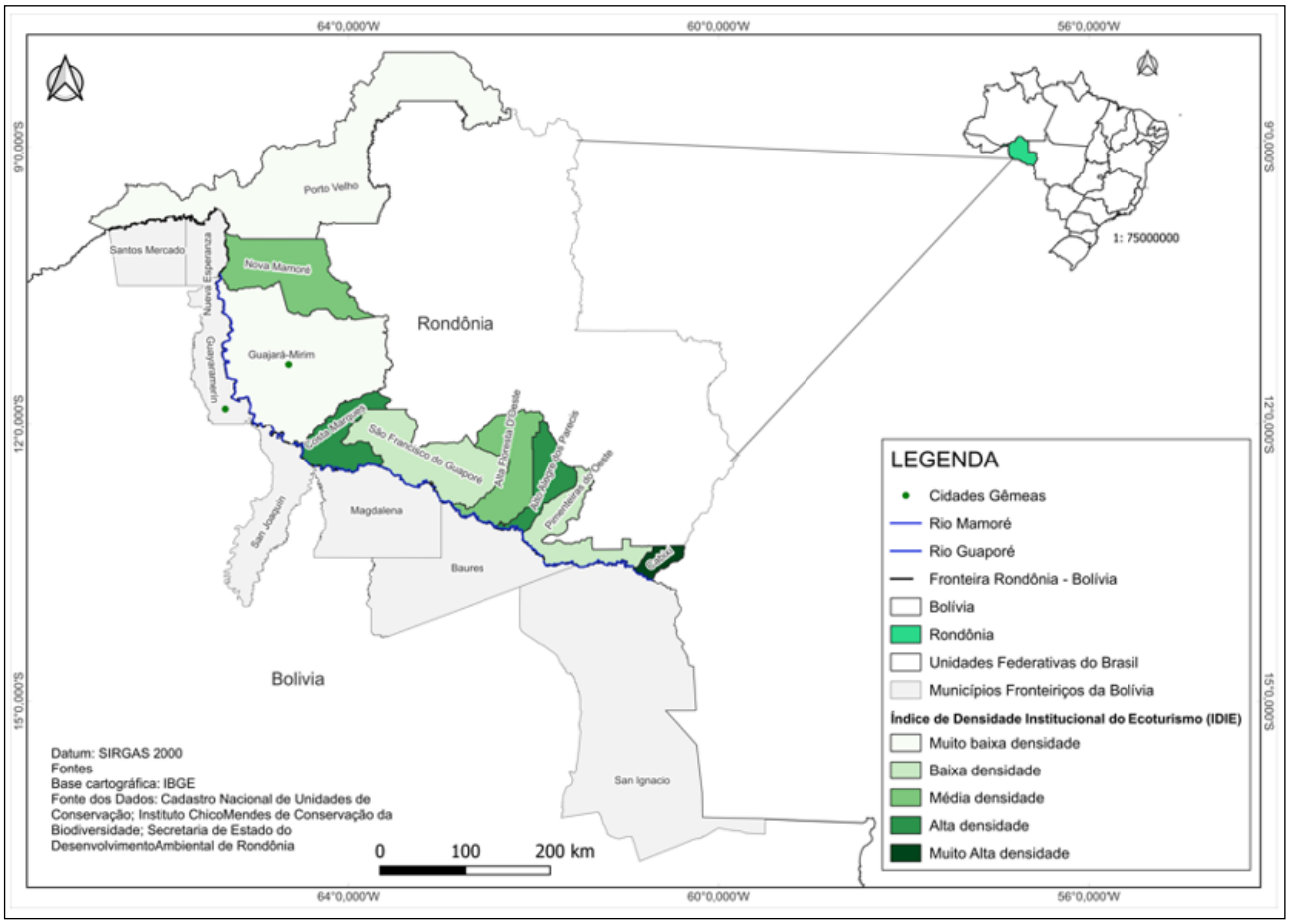
Também, há áreas com baixa densidade institucional**,** onde essa estrutura é frágil, até mesmo ausente, dificultando a organização e o controle das atividades.

A desigualdade espacial citada produz um território fragmentado, com espaços de maior capacidade de gestão cercados por extensas áreas pouco institucionalizadas. Em termos geográficos, trata-se de uma distribuição desigual de capacidades institucionais no espaço, que condiciona onde o ecoturismo consegue se consolidar e onde ele permanece incipiente ou vulnerável.

Conforme demonstrado na Tabela 1 (seção de Metodologia), existe uma correlação inversa entre a extensão territorial dos municípios e a densidade de sua governança ambiental. Este fenômeno é particularmente evidente no Setor Norte da área de estudo, compreendendo o eixo entre Porto Velho e Guajará-Mirim.

Essas disparidades são distribuídas de maneira diversa, segundo os municípios de fronteira direta com a Bolívia, conforme mostra o mapa de Distribuição espacial do IDIE representado na Figura 2:

Figura 2. Distribuição Espacial do Índice de Densidade Institucional do Ecoturismo (IDIE) na Fronteira Rondônia (Brasil) – Bolívia



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Embora Porto Velho concentre o maior número de estruturas institucionais do conjunto analisado (15 no total), o município registra o menor valor do Índice de Desenvolvimento Institucional Estadual

(IDIE) de toda a série histórica: 0,00044. Essa aparente contradição evidencia uma limitação clássica da ação estatal em grandes extensões territoriais, conforme discutido por Milton Santos (2014) e Neil Smith (2020). A escala territorial, nesse caso, reduz a eficácia operacional do Estado, mesmo quando há densidade institucional.

Em municípios de grandes extensões territoriais, a presença do Estado e das instituições de controle ambiental tende a se tornar rarefeita no território (Santos, 2014). Essa dispersão institucional dificulta a consolidação de uma governança capilarizada voltada ao ecoturismo, conforme argumenta Rogério Haesbaert (2004). No caso de Porto Velho, a vasta área territorial atua como um fator de dispersão, no qual a infraestrutura institucional não consegue acompanhar a magnitude da malha geográfica.

Assimetrias territoriais no setor norte da fronteira Rondônia–Bolívia: baixa densidade institucional e diluição da governança

Avançando para o sul deste eixo, o município de Guajará-Mirim (IDIE 0,00048) compartilha dessa fragilidade institucional, situando-se na classe de "Muito Baixa Densidade". Este dado é alarmante sob a ótica da Geografia Política das Fronteiras, visto que Guajará-Mirim constitui, junto a Guayaramerín (Bolívia), o principal nó de fluxos transfronteiriças da região. A Tabela 2, mostra com precisão estes dados.

Tabela 2. Recorte do IDIE para o Setor Norte da fronteira (Baixa Densidade)

Município	Soma Institucional (Absoluta)	Área (km2)	IDIE (Densidade)	Classificação
Porto Velho	15	34.082	0,00044	Muito Baixa
Guajará-Mirim	12	24.855	0,00048	Muito Baixa
Nova Mamoré	8	10.071	0,00079	Média

Fonte: Elaborado pelos autores a partir da pesquisa empírica realizada no período do estudo (2026).

A baixa densidade institucional no setor norte de Rondônia indica uma porosidade institucional crítica. Ou seja, existem lacunas na presença do Estado. Essas falhas permitem que problemas apareçam como o desmatamento ilegal, grilagem, conflitos por terra, exploração predatória, entre outras.

Embora existam Unidades de Conservação (parques e reservas) e cidades gêmeas, Costa Marques (RO) e o distrito boliviano de Buena Vista vinculado ao município de Magdalena, separados pelo rio Guaporé, o que, teoricamente seria bom para o turismo. O problema é o que quando se divide o número de instituições pelo tamanho enorme do território, o resultado é muito baixo. Uma ou duas instituições espalhadas por milhares de km² não conseguem atender as necessidades locais.

A consequência, além de não mediar os conflitos (ex.: posseiros versos. ambientalistas versos. empresários do turismo) fragiliza o desenvolvimento do ecoturismo sustentável de verdade, porque falta fiscalização, planejamento e aplicação de regras no dia a dia.

A distinção regional evidencia as contradições do uso do território. Enquanto em Cabixi a escala reduzida permite uma maior coesão das estruturas institucionais, o setor norte revela a fragilidade do controle estatal em grandes extensões. Como observa Santos (2014), a eficácia de um sistema técnico é indissociável da sua distribuição espacial; na macrocefalia de Porto Velho-Guajará-Mirim, a

ausência de postos avançados de gestão gera um 'espaço opaco', onde a norma jurídica não se traduz em prática territorial devido ao distanciamento entre o centro de decisão e a realidade da fronteira.

Os resultados indicam que a governança do ecoturismo nesta porção da fronteira deve ser analisada por dois fatores: quantidade de instituições e o arranjo espacial. Em consonância com a tese de Becker (2005) sobre a necessidade de uma nova institucionalidade para a Amazônia, a baixa densidade no norte de Rondônia compromete a gestão de recursos compartilhados, como os rios Mamoré e Madeira, evidenciando uma assimetria que desafia as políticas de integração regional propostas pelo governo federal e estadual.

O Setor Sul: concentração técnica e a primazia de Cabixi na Densidade Institucional

Em oposição ao cenário de dispersão observado no Setor Norte, a porção meridional da fronteira rondoniense – compreendendo os municípios de Pimenteiras do Oeste e Cabixi – revela os índices mais elevados de densidade institucional da série estudada. Conforme espacializado na Figura 2 (Mapa do IDIE), este setor configura um "oásis de governança" proporcional, onde a reduzida extensão territorial potencializa a eficácia das estruturas de gestão ambiental e do ecoturismo.

O município de Cabixi surge como o principal destaque regional, atingindo o IDIE de 0,00228, valor classificado como "Muito Alta Densidade". O fenômeno observado em Cabixi é o que a geografia regional denomina de adensamento técnico-institucional. Embora o município possua um número absoluto de instituições inferior ao da capital (Tabela 1), sua diminuta área territorial (1.314 km²) garante que cada unidade de gestão ou projeto socioambiental tenha um raio de influência significativamente maior sobre o território fronteiriço.

Tabela 3. Recorte do IDIE para o Setor Sul da fronteira (Alta Densidade)

Município	Soma Institucional (Absoluta)	Área (km2)	IDIE (Densidade)	Classificação
Cabixi	3	1.314	0,00228	Muito Alta
Alto Alegre dos Parecis	4	3.958	0,00101	Alta
Pimenteiras do Oeste	4	6.014	0,00066	Média

Fonte: Elaborado pelos autores a partir da pesquisa empírica realizada no período do estudo (2026).

A análise da Tabela 3 permite inferir que a governança territorial no Sul é mais coesa. Pimenteiras do Oeste, por exemplo, embora possua um IDIE moderado (0,00066), mantém uma articulação institucional que, somada à de Cabixi, cria um corredor de proteção e fomento ao ecoturismo no Vale do Guaporé, conforme já apontado por Montalvão e Borges (2025). Esta configuração territorial sugere que, na fronteira Rondônia-Bolívia, a eficácia das políticas públicas de ecoturismo está menos vinculada à robustez administrativa das sedes municipais e mais atrelada à capacidade de cobertura institucional por quilômetro quadrado.

Portanto, o contraste entre o Setor Norte (macrocefálico e disperso) e o Setor Sul (microcefálico e denso) expõe a necessidade de um reordenamento das estratégias de gestão ambiental em Rondônia. O sucesso relativo de Cabixi aponta que o ecoturismo de fronteira depende de uma presença institucional de proximidade, capaz de mediar à relação entre a conservação dos recursos naturais e o uso público do território de forma capilarizada.

Em síntese, os resultados evidenciam que a fronteira Rondônia–Bolívia é marcada por uma profunda assimetria institucional, onde a escala municipal atua como o principal divisor de águas na eficiência da gestão territorial. O contraste entre o "vazio de densidade" no Setor Norte (Eixo Porto Velho–Guajará-Mirim) e o adensamento técnico observado no Setor Sul (Eixo Cabixi–Pimenteiras) revela que a governança do ecoturismo na Amazônia rondoniense não sofre de uma carência absoluta de órgãos, mas de uma crise de capilaridade.

Enquanto a macrocefalia territorial da capital dilui o poder de gestão, a microcefalia dos municípios do sul permite uma presença institucional de proximidade, essencial para a consolidação de destinos turísticos sustentáveis. Portanto, a análise do IDIE demonstra que, para além da criação de novas Unidades de Conservação ou estruturas administrativas, o fortalecimento do ecoturismo de fronteira exige um reordenamento espacial das políticas públicas, priorizando a desconcentração técnica para mitigar as vulnerabilidades identificadas nos principais nós de fluxos internacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do Índice de Densidade Institucional do Ecoturismo (IDIE) nos nove municípios de fronteira direta entre Rondônia e a Bolívia permitiu evidenciar que a governança territorial trouxe dados importantes para uma boa governança. Essa porção da Amazônia Sul-ocidental não obedece a uma lógica homogênea ou continuamente distribuída, mas sim a uma configuração espacial heterogênea e fragmentada em sua zona de fronteira, em especial.

Os resultados obtidos confirmam a hipótese inicial de que a densidade institucional apresenta variação espacial significativa ao longo da fronteira. O problema da gestão do ecoturismo nessa região mostra que há ausência de estruturas institucionais. A realidade apresentada é de distribuição desigual e na consequente crise de capilaridade.

Constatou-se que o Setor Norte, composto pelos municípios de Porto Velho, Guajará-Mirim e Nova Mamoré, apresenta os menores índices da série. Eles são classificados como "Muito Baixa Densidade". Esse fenômeno se explica pela correlação inversa entre extensão territorial e eficácia da ação estatal. Em síntese a conclusão é de que um território muito grande mais a mesma quantidade de instituições é igual a eficácia estatal diluída o que leva a baixa densidade institucional que equivale ao ecoturismo fragilizado.

Porto Velho, conquanto concentre o maior número absoluto de instituições (15 no total), registra o IDIE mais baixo (0,00044) justamente em razão de sua vasta área territorial (34.082 km²), que atua como fator de dispersão e diluição da governança. Esse quadro é particularmente preocupante em Guajará-Mirim, principal nó de fluxos transfronteiriços com a Bolívia, onde a baixa densidade institucional (0,00048) compromete a capacidade de mediação de conflitos, fiscalização e planejamento voltado ao ecoturismo sustentável.

Em oposição, o Setor Sul aponta a maior densidade institucional da série (0,00228), classificada como "Muito Alta Densidade". Resultado do fenômeno que a geografia regional denomina de adensamento técnico-institucional. A reduzida extensão territorial de Cabixi (1.314 km²) permite que suas estruturas de gestão ambiental exerçam um raio de influência significativamente maior sobre o território fronteiriço, criando um enclave de governança que contrasta frontalmente com a rarefação institucional observada ao norte.

Por razão dos dados confrontados entre Setor Sul e Setor Norte há indícios de que a eficácia das políticas públicas de ecoturismo na fronteira Rondônia-Bolívia está menos vinculada à robustez administrativa das sedes municipais. Isso resulta em uma maior concentração à capacidade de cobertura institucional por quilômetro quadrado.

Geograficamente a pesquisa demonstrou que a eficácia de um sistema técnico-institucional é indissociável da sua distribuição espacial. Na macrocefalia territorial de Porto Velho-Guajará-Mirim, a ausência de postos avançados de gestão gera um espaço opaco. Nesse espaço a norma jurídica não se traduz em prática territorial devido ao distanciamento entre o centro de decisão e a realidade da fronteira.

Este estudo confirma a tese de Bertha Becker sobre a necessidade de uma nova institucionalidade para a Amazônia. Mesmo passado mais de duas décadas ainda há déficit geoinstitucional. Pois, nos resultados expostos evidenciam que a baixa densidade no norte de Rondônia compromete a gestão de recursos compartilhados, como os rios Mamoré e Madeira, desafiando as políticas de integração regional propostas pelos governos federal e estadual.

Conclui-se, que a consolidação do ecoturismo transfronteiriço (Rondônia-Bolívia) depende de uma presença institucional de proximidade e capilarizada, capaz de sustentar a governança territorial em áreas de fronteira. Fato é que já existe Unidades de Conservação e estruturas administrativas, mas, não é o suficiente.

Nos resultados em tela, identificou-se a necessidade de fortalecimento do ecoturismo nessa região o que exige um reordenamento territorial das políticas públicas. Uma a forma de resolver estas situações é priorizar a desconcentração técnica e a implantação de postos avançados de gestão. Com reordenamento territorial nos principais nós de fluxos internacionais as possibilidades de aproveitamento espacial para o ecoturismo, a economia local e a preservação dos recursos naturais, facilitaram a vida da população local.

Recomenda-se, ainda, que futuros estudos aprofundem a análise da articulação binacional com os departamentos bolivianos de Beni e Santa Cruz, bem como investiguem os mecanismos de participação comunitária e as territorialidades locais que resistem à lógica homogeneizadora da globalização, à luz do debate entre acumulação por espoliação e emancipação territorial.

REFERÊNCIAS

BECKER, B. K. **Amazônia:** geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 172 p.

BOTELLA, P.; GORA, P.; SOSNOWSKA, M.; KARSZNIA, I.; QUEROL, S. C. Modelling mobility and visualizing people's flow patterns in rural areas for future infrastructure development as a good transnational land-governance practice. ***arXiv***, 2021. DOI: https://doi.org/10.48550/arXiv.2103.01777

BRASIL. **Lei nº 6.634**, de 2 de maio de 1979. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira. Brasília, DF: Presidência da República, 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6634.htm. Acesso em: 23 abr. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 85.064**, de 26 de agosto de 1980. Regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira. Brasília, DF: Presidência da República, 1980. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D85064.htm. Acesso em: 23 abr. 2026.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Brasil e Bolívia assinam acordo de cooperação turística durante**

agenda bilateral em Brasília. Brasília, 16 mar. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/brasil-e-bolivia-assinam-acordo-de-cooperacao-turistica-durante-agenda-bilateral-em-brasilia. Acesso em: 23 abr. 2026.

BUCKLEY, R. **Ecotourism:** principles and practices. Wallingford: CABI Publishing, 2008. 378 p.

BUCKLEY, R C. Sensory and Emotional Components in Tourist Memories of Wildlife Encounters. **Sustainability**, v. 14, n. 8, 2022. Disponível em: https://www.mdpi.com/2071-1050/14/8/4460. Acesso em: 23 abr. 2026.

CARAMELLO, N.; ANDRADE, N. L. R.; CARNIATTO, I.; HANAI, F. Y. Desafios para o desenvolvimento do turismo sustentável, gestão da água e educação ambiental: um diálogo entre pesquisadores e comunidades na Amazônia brasileira. *In:* COLÓQUIO INTERNACIONAL USOS E PATRIMÔNIOS DA ÁGUA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA, 1., 2024, Évora. **Anais**... Comunicação apresentada em evento científico. Évora: Universidade de Évora, 2024.

CARAMELLO, N.; XIMENES, C. C.; DUARTE, M. L. Espacialização das classes de uso do solo na bacia do Rio Branco – RO. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 23, n. 90, 2022. DOI: http://doi.org/10.14393/RCG239061528.

CAVALCANTE, F. R. C. **Análise da desigualdade regional no Estado de Rondônia à luz da teoria institucionalista de Douglas North**. 2011. 464 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufpa.br/handle/2011/2984. Acesso em: 23 abr. 2026.

CEBALLOS-LASCURÁIN, H.. **Tourism, ecotourism and protected areas**. Gland: IUCN, 1996. 301 p.

COSTA, H. A.; ROCHA, R. R. N. Turismo e território-rede: aproximações teóricas. **Geotemas**, Pau dos Ferros, v. 13, 2023.

COY, M. Desenvolvimento regional na periferia amazônica. Organização do espaço, conflitos de interesses e programas de planejamento dentro de uma região de "fronteira". O caso de Rondônia. *In:* AUBERTIN, C. (org.) **Fronteiras**. Brasília: Editora UnB, 1988. 250p. p. 167-194.

CURY, Mauro José Ferreira. **Territorialidades transfronteiriças do Iguassu (TTI)**: interconexões, interdependências e interpenetrações nas cidades da Tríplice Fronteira – Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (AR). 2010. 233 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Curitiba, 2010. Disponível em: https://hdl.handle.net/1884/24222. Acesso em: 23 abr. 2026.

FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas. **COP30**: Funai defende etnoturismo com autonomia e protagonismo das comunidades indígenas. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2025/cop-30-funai-defende-etnoturismo-com-autonomia-e-protagonismo-das-comunidades-indigenas. Acesso em: 23 abr. 2026.

GOEBEL, L. G. A. et al. Multi-faceted decline of vertebrate diversity in an endemism zone of the Brazilian Amazon. **Journal for Nature Conservation**, 2025. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1617138125000196. Acesso em 19 mar. 2026.

GOEBEL, L. G. A.; BOGONI, J. A.; LONGO, G. R.; PALMEIRIM, A. F.; FERMIANO, E. C.; SILVA, D. J.; IGNÁCIO, Á. R. A.; SANTOS-FILHO, M. Non-volant mammals of Jaru Biological Reserve, Rondônia, Amazon, Brazil. **Biodiversidade Brasileira**, 2024. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1617138125000196. Acesso em: 19 mar. 2026.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Ed. 13. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 396 p.

HALL, C. M. Constructing sustainable tourism development. **Journal of Sustainable Tourism**, 2019. DOI: https://10.4324/9781003140542-12.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. 252 p.

KANSRA, P.; OBEROI, S.; SINGH, N.; CHOI, H.. Role of innovation, policy, social media, and environmental munificence for sustainable ecotourism development in Punjab, India. **Sustainability**, v. 16, n. 21, p. 9359, 2024. DOI: https://doi.org/10.3390/su16219359.

LIMA, T. L.; SILVA, J. C.; BARBOSA, X. C. Amefricanidade na fronteira brasil-bolívia: um olhar para o fenômeno nas cidades gêmeas de Guajará-Mirim (BR) e Guayaramerín (BO). **Revista de Geopolítica - ReGEO**, 17(1), e1419, 2026. DOI: https://doi.org/10.56238/revgeov17n1-157.

LIRA, J. R. O. Mobilidade espacial na fronteira e a formação de espaços de vida na Amazônia. **Geografares**, 24/2017. Disponível em: https://journals.openedition.org/geografares/8334#quotation. Acesso em: 12 mar. 2026.

MARQUES, C. N.; CARAMELLO, N. D. A.; HANAI, F. Y.; CARNIATTO, I. Turismo em território extrativista: Um estudo na comunidade São Francisco do Rio Iratapuru (AP). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 19, n. 1, 2026. DOI: https://doi.org/10.34024/nyb6ka71.

MENDES, E. L.; SANTOS, Z. G. C. O lugar do imigrante boliviano em Guajará-Mirim (RO). **Presença Geográfica**, 2019. DOI: https://doi.org/10.36026/rpgeo.v6i1.4246.

MONTALVÃO, M. L.; BORGES, L. R. M. O ecoturismo no corredor ecológico binacional Guaporé/Itenez-Mamoré em tempo de pandemia. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 18, n. 8, e145, 2025. DOI: https://doi.org/10.55905/revconv.18n.8-145.

PEREIRA, W. A.; CURY, M. J. F.; LOCATELLI, M. Rondônia: as complexidades territoriais, espaciais e políticas. In: CURY, M.J.F. (Org.). **Territórios e Territorialidades na Amazônia**. Curitiba: CRV, 2017. 210 p.

PINTO, P. M. Ecoturismo na fronteira Pan-Amazônica: possibilidades de gestão local em áreas protegidas do Brasil, Colômbia e Peru. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, *[S. l.]*, v. 9, n. 6, 2016. DOI: 10.34024/rbecotur.2016.v9.6591.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2001. 380 p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 11 ed. 482 p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia:** encruzilhada civilizatória. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. 111 p.

ROGERSON, P. A. **Métodos Estatísticos para Geografia:** Um Guia para o Estudante. Porto Alegre: Bookman, 2012. 970 p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2014. 340 p.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2008. 176 p.

SMITH, N. **Uneven development: nature, capital and the production of space**. London: Verso, 2020. 346 p. E-book (Kindle). ISBN 978-1-78960-167-1.

STRONZA, A.; HUNT, C.; FITZGERALD, L. Ecotourism for conservation? **Annual**

Review of Environment and Resources, v. 44, 2019. DOI: https://doi.org/10.1146/annurev-environ-101718-033046.

WEAVER, D. B.; LAWTON, L. J. Twenty years on: The state of contemporary ecotourism research. **Tourism Management**, v. 28, n. 5, p. 1168–1179, 2007. DOI: https://doi.org/10.1016/j.tourman.2007.03.004.

XIMENES, C. C.; PALHARES, J. M.; SOARES, D. Z.; MACHADO, S. M. T.; MONTALVÃO, M. L.; OLIVEIRA, Y. L. Dinâmica da fronteira agrícola em Rondônia: padrões de uso e ocupação do solo no município de Rio Crespo. **Revista de Geopolítica - ReGEO**, v. 16, n. 4, e650, 2025. DOI: https://doi.org/10.56238/revgeov16n4-016.

DOI: https://doi.org/10.18817/26755122.30.1.2026.4610

O RETORNO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO COMO FORÇA DO AGIR: NOTAS A PARTIR DE MILTON SANTOS

THE RETURN OF GEOGRAPHIC SPACE AS A FORCE OF ACTION: NOTES FROM MILTON SANTOS

EL RETORNO DEL ESPACIO GEOGRÁFICO COMO FUERZA DE ACCIÓN: NOTAS A PARTIR DE MILTON SANTOS

Valdeir de Oliveira Prestes[1]
0000-0002-4971-4341
v289245@dac.unicamp.br

CIÊNCIA Geográfica
Ano XXX - Vol. XXX - (1): Janeiro/Dezembro - 2026
ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461
www.agbbauru.org.br

1 Economista. Mestre em Geografia. Doutorando em Desenvolvimento Econômico, na área de concentração em Desenvolvimento Regional e Urbano, Instituto de Economia (IE), Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4971-4341. E-mail: v289245@dac.unicamp.br.

Agradecimentos: À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento durante o período de pesquisa de doutoramento. A Maria Adélia Aparecida de Souza, ao Francisco Pereira de Farias, ao Sergio Soares Braga, a Giovanni de Macedo e a Fernanda Veras, pela leitura atenta e pelas sugestões para o aprimoramento do texto.

Artigo recebido em janeiro de 2026 e aceito para publicação em maio de 2026

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: O artigo analisa a concepção de espaço geográfico na obra de Milton Santos, com o objetivo de compreender como as transformações históricas do Estado e do capitalismo tensionam e atualizam as categorias analíticas da Geografia. Parte-se da premissa de que o espaço geográfico constitui uma instância social formada pela relação indissociável entre sistemas de objetos e sistemas de ações. Com base na análise interpretativa de obras centrais do pensador brasileiro, discute-se o processo das categorias de formação socioespacial, uso do território, território usado e lugar. Argumenta-se que a proposta miltoniana redefine o papel do espaço geográfico na análise das formações sociais, ao incorporá-lo como mediação para a compreensão das dinâmicas históricas e das tensões pelo uso do território. Conclui-se que o espaço geográfico, compreendido como totalidade em movimento, permanece como categoria central para a análise das transformações socioespaciais no capitalismo contemporâneo.

Palavras-chave: Pensamento brasileiro. Milton Santos. Espaço Geográfico.

ABSTRACT: The article analyzes the conception of geographic space in the work of Milton Santos, with the aim of understanding how the historical transformations of the State and capitalism tension and update the analytical categories of Geography. It is based on the premise that geographic space constitutes a social instance formed by the inseparable relationship between systems of objects and systems of actions. Based on an interpretative analysis of the central works of the Brazilian thinker, the paper discusses the development of the categories of socio-spatial formation, use of territory, used territory, and place. It is argued that the Miltonian proposal redefines the role of geographic space in the analysis of social formations by incorporating it as a mediation for understanding historical dynamics and the tensions surrounding the use of territory. It concludes that geographic space, understood as a totality in movement, remains a central category for the analysis of socio-spatial transformations in contemporary capitalism.

Keywords: Brazilian thought. Milton Santos. Geographic Space.

RESUMEN: El artículo analiza la concepción del espacio geográfico en la obra de Milton Santos, con el objetivo de comprender cómo las transformaciones históricas del Estado y del capitalismo tensionan y actualizan las categorías analíticas de la Geografía. Se parte de la premisa de que el espacio geográfico constituye una instancia social formada por la relación indisociable entre sistemas de objetos y sistemas de acciones. Con base en el análisis interpretativo de obras centrales del pensador brasileño, se discute el desarrollo de las categorías de formación socioespacial, uso del territorio, territorio usado y lugar. Se argumenta que la propuesta miltoniana redefine el papel del espacio geográfico en el análisis de las formaciones sociales, al incorporarlo como mediación para la comprensión de las dinámicas históricas y de las tensiones por el uso del territorio. Se concluye que el espacio geográfico, entendido como totalidad en movimiento, permanece como una categoría central para el análisis de las transformaciones socioespaciales en el capitalismo contemporáneo.

Palabras clave: Pensamiento brasileño. Milton Santos. Espacio Geográfico.

INTRODUÇÃO

"O método é uma arma política e social" (Sartre, 1966).

O espaço geográfico constituiu matéria central do trabalho de Milton Santos até o fim da vida dele. A busca pela definição como objeto de método permaneceu constante ao longo das pesquisas e da trajetória intelectual do autor (Lelis, 2024), assim como a consolidação enquanto objeto de uma disciplina do conhecimento, no caso, a Geografia. Nesse percurso, sobressaem-se *Economia Espacial: Críticas e Alternativas* (2003 [1979]); *Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*, cuja primeira edição data de 1978; *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional* (1998); e *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*, publicada em 1996, na qual o autor define que "o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá" (Santos, 1996, p. 39)[2].

Historicamente, até meados dos anos 1970, a apreensão do espaço era associada a uma concepção estrutural, fixa e plana, advinda e influenciada pela linguagem e pelo pensamento estruturalista, na vertente neoclássica, em que, segundo Machado (2006), o historicismo presente nas análises tendia a privilegiar o tempo. Diante desse contexto, torna-se necessário compreender o campo epistemológico, no avanço da noção e concepção de espaço, a qual o pensador brasileiro de origem baiana, Milton Almeida dos Santos, dedicou a vida intelectual, transformando-o e redefinindo-o como objeto da disciplina.

No ínterim desse debate, Prestes (2024), em leitura, assinala que a Geografia passou a pertencer ao ôntico, uma vez que o objeto de estudo é um *ente* determinado, leia-se: o uso do território. Por outro lado, na perspectiva miltoniana, o espaço geográfico, enquanto instância, é abstrato; a materialidade é dada pelo processo histórico, por meio dos diferentes usos do território. Assim, nessa mediação, o objeto da Geografia merece especial atenção, na medida em que, ao longo do pensamento geográfico, cada disciplina do conhecimento tem um e somente um objeto de estudo, e foi isso que Milton Santos estudou a vida toda.

Nesse processo teórico-metodológico que Milton Santos se atinha, com rigor, à compreensão de que o objeto é inerente ao movimento, à vitalidade que constitui o espaço geográfico, o qual, uma vez assumido, impõe a constante atualização de conceitos e categorias como parte constitutiva da teoria e do método do conhecimento diante das modificações históricas da realidade. Parte-se aqui, em termos gerais, da premissa de que, em *meio* às crises do capital em múltiplas instâncias[3], as transformações socioespaciais impõem a necessidade de atualizar teorias para compreender o espaço geográfico como ferramenta científica e política da realidade concreta, sobretudo, diante do chamado "retorno do território", cada vez mais presente nas profundezas das crises. Assim, essa reflexão interpela também a Economia e as demais disciplinas das ciências humanas, pois o esforço de Milton foi justamente alertar para isso, tanto entre geógrafos, que ainda hoje resistem a essa perspectiva, quanto entre os demais cientistas sociais.

Na operação metodológica, a construção deste trabalho lança-se na interpretação particular e singela das leituras e na análise interpretativa das obras publicadas de Santos, isto é, da leitura que o autor fará neste trabalho de pesquisa sobre a obra de Milton Santos. O processo analítico dos textos foi realizado, com vistas a rastrear a compreensão do espaço geográfico e a relação entre Estado capitalista, leitura que se faz indispensável, na medida em que contribui para suprir insuficiências presentes nas reflexões de autores, no geral das Ciências Sociais, que não tratam da totalidade que é o espaço geográfico.

No presente texto, o objetivo foi refletir sobre a concepção de espaço geográfico na obra de Milton Santos, a fim de compreender como as transformações históricas do Estado, no interior do capitalismo, tensionam e atualizam as categorias analíticas. Considera-se, em uma das variadas sínteses, o objeto em mutação, ou seja, a totalidade em constante processo de transformação espacial ou, mais especificamente, as totalizações que emergem da dinâmica do próprio Estado-nação e das formações sociais, sendo que, na reflexão e na leitura de Santos (1978, p. 224), "os Estados-Nações, formações sociais e totalidades legais e legítimas são também a unidade geográfica de estudo". Deste modo, o Estado capitalista relaciona-se à constituição pelo uso de um território específico (o território nacional) e, portanto, ao próprio espaço geográfico, ainda que estes não sejam sinônimos.

Estruturalmente, o texto organiza-se, além desta introdução, em duas seções. A primeira, intitulada "A Formação Capitalista no Território Usado", discorre, em perspectiva histórica, sobre as dinâmicas socioespaciais, retratando o território usado brasileiro, produto geográfico do processo histórico. Em sequência, na segunda seção, operacionaliza-se o modo como conceitos e categorias foram emergindo ao longo da trajetória dos livros e escritos de Milton Santos, na Atualização do Espaço Geográfico. Por fim, apresentam-se, em aberto, as considerações finais, com a proposição de novas questões, acompanhadas das referências.

A FORMAÇÃO CAPITALISTA NO TERRITÓRIO USADO

Para Bernardes (2020), Milton Santos desenvolveu proposta teórico-metodológica revolucionária, cuja contribuição conferiu notoriedade às Ciências Sociais, em destaque à Geografia. Essa atualização se escreve, sobretudo, no modo como o autor elevou a categoria espaço geográfico a outro nível analítico e reflexivo, ao recusá-la como palco inerte, como sugerido pelas leituras conservadoras e clássicas da Economia, Geografia e Ciência Política, entre outros campos do conhecimento, nas quais as *dimensões cartesianas* se impõem e distribuem ações e objetos de forma estática em uma tábula rasa.

O pensador brasileiro concebe o espaço geográfico como uma *instância social* e totalidade em movimento, para além de visão restrita à estrutura, distinguindo-se, assim, do predomínio teórico-metodológico oriundo do Centro do Mundo, bem como do estruturalismo rígido então vigente. Essa distinção se estabelece em relação a pensadores e correntes teóricas que buscaram definir a estrutura, como Saussure (1916), Lévi-Strauss (1949), Perroux (1949), Gurvitch (1950), Piaget (1968), a teoria da Gestalt ou Teoria da Estrutura, assim como no estruturalismo latino-americano, no método Histórico-Estrutural de certa rigidez mais formal, aditivado pelo expoente Celso Furtado. Este último, escreve sobre o espaço:

> "Descontinuidades entre países: hacia una teoría de las estructuras espaciales": el estudio de las estructuras espaciales ha demostrado que ni la dis tribution geografica del ingreso en un pais, ni las pautas de bienestar de la poblacion en diversas subzonas, pueden en alguna forma explicar se por la teoria funcional de la distribut ion del ingresso (Furtado, 1969, p. 43).

Ademais, frisa-se que, em razão da objetividade deste texto, não se adentrará no tratamento do espaço como categoria filosófica[4] em sentido, mas em na concepção como espaço humano e social presente na obra de Milton Santos, evidenciando a diferença entre o modo como a categoria opera na ciência que diverge de outra que opera como abstrato na filosofia[5]. Trata-se, portanto, de categoria

de análise social e, consequentemente, histórica. Nesse processo, observa-se avanço significativo no campo *epistemológico* do conhecimento geográfico, nos anos 1970[6], não descolada da política, especialmente no Brasil, ao articular espaço e tempo sem reduzi-los a uma simples identidade tempo-espaço, mas compreendendo-os em unidade dinâmica (Lelis, 2024).

É nesse horizonte que, em um primeiro momento, considera-se o embasamento teórico-metodológico e, sem perder de vista as exigências do tempo e do espaço intrínsecos, opera-se com a categoria de Formação Econômica e Social (FES), preocupação recorrente entre diferentes intelectuais, ou Formação Socioespacial (FSE), trabalhada por Milton Santos. Derivada, inicialmente, de Karl Marx e, posteriormente, sistematizada por Vladimir Ilyich Ulyanov Lênin (Machado, 2006; Espíndola, 2022), destacam Sousa e Prestes (2024, p. 249) que a categoria "FES" foi retomada no Brasil: "Pensar o Brasil foi uma tarefa a que se dedicaram vários autores e intérpretes: Caio Prado Jr., Chico Oliveira, Nelson Sodré, José Chasin, Florestan Fernandes, Celso Furtado etc.", acrescentando, aqui, o próprio avanço teórico-metodológico de Milton Santos com a Formação Socioespacial – FSE.

Milton Santos, por sua vez, desloca e realoca essa tradição, ao propor a categoria de Formação Socioespacial, incorporando implicitamente o espaço geográfico à análise histórica e enfatizando o geográfico como processo constitutivo das totalizações das formações sociais. Enfatiza-se que tanto Caio Prado Júnior quanto Celso Furtado discutiram o problema da "nossa" formação brasileira: embora ambos tenham escrito sobre história econômica e analisado a formação social brasileira, o primeiro parte de um método histórico, leia-se, materialismo histórico, enquanto o segundo o faz pela lente da economia política. Ao introduzir a Formação Socioespacial, Milton Santos acrescenta à leitura o espaço geográfico não apenas como suporte, mas como mediação para compreensão da formação territorial brasileira, colocando a disciplina em outro relevo teórico-metodológico.

Nesse sentido, sem desconsiderar o tempo histórico da análise, problematiza-se que a unidade entre continuidade e descontinuidade constitui parte indissociável da dinâmica do processo histórico da formação brasileira, o qual não pode se realizar senão no espaço e pelo espaço (Santos, 1977; 1979). A transição da formação social encontra-se condicionada pela totalidade do espaço (Santos, 1978), isto é, pelos dados que dependem diretamente da formação social vigente, os quais, ao se transformarem, alteram as formas e funções da estrutura posta, permanentemente tensionadas pela dinâmica social, pelos conteúdos históricos e conflitos de classe e identidades. Assim, na contribuição do espaço geográfico, conceituado por Milton Santos, a "força do agir" encontra-se exatamente nas disputas pelo uso do território, produto do processo histórico logo materializado no território usado.

Destaca-se, ainda, dentro da analogia de Moreira (1978), que a formação espacial tem a própria estrutura e as leis da formação econômico-social. Já a proposta do espaço geográfico como "instância social" (assim como a economia e a política), esse "indissociável sistema de objetos e sistema de ações", impõe-se a tudo e a todos; ou seja, como natureza mesma dos processos sociais, nada pode ser dissociado do espaço geográfico. Contudo, é preciso atenção: Milton afirma que "espaço geográfico" e território são sinônimos. Considera-se que há diferentes leituras miltonianas, pois o território usado seria a *historicização* da instância social (concretizado nas formações sociais), isto é, do espaço geográfico que, ao estudar as paisagens, o faz também por meio dos processos históricos, da História[7]. Deste modo, haveria linha tênue na sinonímia entre espaço geográfico e território, no qual a formação capitalista se expressa como tensão entre a formação socioespacial, em disputa pela atualização dos usos do território.

ATUALIZAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO: *NOVOS* CONCEITOS E *NOVAS* CATEGORIAS

Para Milton Santos, a região, o lugar, as redes e as escalas (geográficas) constituem recortes espaciais no edifício metodológico, proposto em A Natureza do Espaço (1996). Neste sentido, a região não é simplesmente objeto empírico dado, mas princípio de leitura do espaço: subespaço definido a partir do uso do território e das funções exercidas pela sociedade em determinado momento histórico, podendo, inclusive, orientar regionalizações voltadas a usos futuros, como ocorrem nas divisões administrativas do Estado. Assim, a região é compreendida como "o lócus de determinadas funções da sociedade total em um momento dado" e como expressão da presença de capitais fixos e de determinadas funções técnicas que condicionam o funcionamento econômico (Santos, 1985; 1988). Portanto, não é a regionalização que produz a região, ao contrário, é a própria dinâmica regional que fundamenta as regionalizações, revelando o caráter histórico e político.

Outra tradição teórica no campo da ciência, distinta dessa perspectiva, encontra-se na geografia clássica, formulada por Blache (Tableau géographique de la France, 1903) e, posteriormente, retomada por Gomes (1995), para a qual a região aparece como objeto privilegiado da Geografia e finalidade analítica da disciplina. Nessa abordagem, a região tende a ser concebida como unidade de estudo relativamente autônoma, diferindo do entendimento de Milton Santos, em que ela é parte constitutiva do movimento da totalidade socioespacial. Conforme argumenta Santos (1998, p. 17):

> Num estudo regional, deve-se tentar detalhar sua composição enquanto organização social, política, econômica e cultural, abordando-lhe os fatos concretos, para reconhecer como a área se insere na ordem econômica internacional, levando em conta o preexistente e o novo, para captar o elenco de causas e consequências do fenômeno (Santos, 1988, p. 17).

Souza (1991), em ensaio crítico, aprofunda esta discussão, ao examinar a teoria e a prática da região a partir de reconstituição metodológica dos estudos que propõem distintas divisões regionais do Brasil. Para a autora, trabalhos posteriores, como *Regionalização: tema geográfico e político: o caso paulista* (2017), evidenciam as limitações do conceito de região. Diante disso, coloca-se a questão: se, para autores clássicos, como Blache (1903) e Benko (1998), entre outros, a ciência regional é inseparável do conceito de região em seu tempo, como pensar essa ciência e a outorga do desenvolvimento regional hoje, quando a própria região se transforma ou mesmo entra em crise, como sugerem alguns geógrafos (Santos, 1988; Souza, 1991)? Considerando-se, ainda, que a própria "Economia Regional" toma emprestado da Geografia o conceito de região.

À guisa de síntese, ao tratar do espaço geográfico, é necessário considerar a indissociabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações, conforme propõe Milton Santos (Santos, 1996). Para realizar essa tarefa, o autor apresenta quatro categorias de análise: forma, função, estrutura e processo, que devem ser compreendidas de modo articulado e não isoladamente, evitando tratamento abstrato do território. Nesse raciocínio, considera-se a região como *subespaço* a ser mobilizado pelos processos democráticos, pois ela se constitui no fundamento territorial da descentralização do poder. Assim, mais do que simples recorte analítico, a região afirma-se como objeto de descentralização, base territorial por meio da qual se reorganizam competências, funções e decisões no interior do Estado. Embora Santos não construa uma teoria sistemática do Estado, o pensamento dele mantém a reflexão

que incorpora o papel estatal como agente histórico na transformação socioespacial, especialmente diante das estruturações do capitalismo, nas décadas finais do século XX.

Ademais, assim como a região, para Maia (2015), em abordagem epistemológica, demonstra-se que Milton Santos também modifica a compreensão da instituição estatal ao longo do tempo. De acordo com o mesmo autor, a leitura do Estado nos escritos de Santos, entre as décadas de 1970 e 1990, difere daquela desenvolvida a partir dos anos 1990. Em 1977, como visto, apresenta-se a ideia de FSE no artigo "Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método" e no livro *Espaço e sociedade* (1979), articulando a economia espacial a uma vertente marxista da leitura materialista do Estado, pois há presença de diferentes interpretações e correntes de pensamento, como as de Karl Marx, Antonio Gramsci e Nicos Poulantzas, entre outros.

Posteriormente, em meados dos anos 1990, essa centralidade pareceu deslocar-se, o que gerou divergências interpretativas entre os (as) estudiosos (as) da obra, sobretudo, no auge da proliferação do pensamento neoliberal, no qual, neste momento, o Estado assume outra forma-função, via a sociabilidade e racionalidade de mercado. Direciona-se de que a teoria miltoniana não constitui um sistema conceitual fixo, mas um edifício teórico em permanente transformação, acompanhando as mudanças nas formas da formação territorial e nas funções estatais. Para Santos (1998, p. 38), a respeito do final do século XX:

> Ninguém se admire, pois, da atual pregação neoliberal. Nos dias de hoje, o capital se difunde mais depressa no campo do que na cidade e a força do mercado regula a atividade a despeito do Estado. E na cidade é apenas o subsistema ligado às novas racionalidades que merece a atenção dos governos, das multinacionais e dos organismos internacionais. O Estado é chamado a adequar o meio ambiente construído para possibilitar a ação global das forças mundializadoras do mercado. Nessas condições, o neoliberalismo não se aplica aos objetos, mas apenas às ações que os objetos inovadores tornam mais fluidas e certeiras (Santos, 1998, p. 38).

Nesse movimento, nascem as categorias de uso do território e território usado, apresentadas de forma quase metafórica em textos como *"O Retorno do Território*"[8] (Santos, 2001; 2005). A atualização do "espaço geográfico" inflexiona, então, a se articular a outros conceitos e categorias da teoria, como Lugar, Uso do Território e Território Usado, cuja distinção é indispensável do ponto de vista metodológico, ainda que não esgote a complexidade do método. Souza (*apud* Nakagawa, 2016) esclarece que há dois conceitos absolutamente revolucionários que fundamentam a Geografia Nova proposta por Milton Santos: o primeiro é o espaço geográfico, e o segundo é o lugar[9].

Essas categorias expressam aspectos distintos, embora não opostos, do espaço geográfico, concebido como totalidade em movimento, este inspirado em Karl Marx, tecido por relações simultaneamente complementares e conflitantes. O vigor do conceito de território usado reside justamente na capacidade de convidar à análise processual das relações entre lugar, formação socioespacial e mundo (Santos; Silveira, 2001; Silveira, 2009; Santos, 2010), sem fixá-las rigidamente frente à realidade mutante. Complementando-se à concepção de Lugar-Mundo: "Cada lugar é, à sua maneira, o mundo" (Santos, 1996, p. 213).

As leituras indicam que Milton Santos reformula a abordagem do espaço geográfico, na década de 1990, estendendo-a até o final da vida dele, em 2001. Se, na década de 1970, a Formação Socioespacial ocupava posição central na interpretação da interseção entre economia, sociedade e

Estado, nos anos posteriores, observa-se a ascensão das categorias de uso do território e território usado, bem como a alavancagem do "Lugar", este como expressão do nascedouro da política. Essa inflexão não implica ruptura abrupta, mas deslocamento e atualização analítica do espaço geográfico, o que explica as divergências presentes na interpretação do conteúdo da obra, sem, contudo, obscurecer a notoriedade desse edifício metodológico que se apresenta à periferia do mundo.

A Geografia é uma disciplina do presente (Santos, 1996), o passado compete à História[10]. Logo, sob essa perspectiva, falar em Geografia Histórica constitui equívoco epistemológico. A proposta de Milton Santos, ao considerar o espaço geográfico nos estudos da sociedade existente, busca tornar evidentes, especialmente no capitalismo, as profundas desigualdades socioespaciais escancaradas nas paisagens pelo uso do território. Além disso, as demais disciplinas das ciências humanas e sociais, em grande parte, não "geografizam" os estudos delas, limitando-se metodologicamente, com frequência, à quantificação e descrição, por meio de índices e tabelas, e não à cartografia, ferramenta técnica que explicita as desigualdades territoriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço geográfico, como instância social e totalidade em movimento, somente pode ser apreendido em articulação com os processos históricos e os diferentes usos do território. Assim, a atualização conceitual e categórica, proposta por Milton Santos, resulta da necessidade de interpretar criticamente as novas configurações do Estado e do capitalismo contemporâneo. A discussão sobre o espaço geográfico adquire renovada centralidade nas análises do nosso tempo, sobretudo, porque ele não opera apenas no plano da objetividade, sendo o "retorno do espaço geográfico" e do território tanto no campo científico e analítico como força do agir.

Contudo, como limitação recorrente, a categoria analítica de espaço geográfico, nos métodos adotados em pesquisas de mestrado, doutorado e artigos científicos, é frequentemente assumida de forma apriorística, sem questionamento, como se fosse um fim em si mesmo, rígido e fixo no e pelo tempo. Essa problemática revela-se diante da necessidade de respeitar o caráter histórico e cumulativo do conhecimento e de evitar leituras a-espaciais e a-históricas, consequentemente coagidas pela ideologia dominante. É preciso frisar que os métodos exigem articulação teórico-histórica, o que implica forma específica de ver, estar e agir no mundo.

Nesse sentido, eles - os métodos - revelam se permanecemos presos ao passado ou se somos capazes de vislumbrar um futuro, não apenas imaginá-lo, mas transformá-lo. Isso demanda orientação estratégica para a luta social e política. Colocam-se, assim, questões incontornáveis: o que é o mundo hoje? Como estamos nele? O que desejamos fazer diante dele? Em um contexto de aceleração contemporânea, Hoje-Mundo tornam-se sinônimos; a atualidade é planetária e unitária, exigindo não apenas uma tomada de consciência, mas uma reflexão sobre como percebemos, agimos e somos condicionados pelo mundo em que vivemos.

A leitura que Milton Santos fazia sobre o uso do território nos anos 1970 correspondia a uma visão de Mundo e ao contexto histórico inserido, distinto do recente. Os problemas que hoje marcam o uso do território ainda não se colocavam com a potência que assumem no presente, manifestando-se no desmoronamento e na corrosão do Estado capitalista e no avanço sangrento do imperialismo na América Latina, como temos assistido. As disputas e os conflitos associados ao uso do território

enquanto portador de valor, tampouco haviam se aprofundado como agora, assim como as seletividades e segregações socioespaciais *planejadas* pelo capitalismo contemporâneo, particularmente visíveis nos países do latifúndio e nas cidades dos cubículos, sobretudo, nas periferias do sistema.

Milton buscou definir o objeto de pesquisa da Geografia – o espaço geográfico – tentando contribuir para o aprimoramento epistemológico e confirmá-la como disciplina científica, portanto, passível da construção de um método científico contemporâneo. Essa perspectiva distingue-se das discussões que, desde 1890, quando os franceses instituem a Geografia Humana, prevalecem até hoje, lamentavelmente entre geógrafos, agravadas pela bipolaridade entre Geografia Humana e Geografia Física e pela imensa fragmentação nos derivados, como Geografia Econômica, Urbana, da Indústria, do Comércio e do Turismo, sustentando a ideia de "tantas geografias quantas quiser cada geógrafo", o que revela problema epistemológico. Neste sentido, não se trata de um "objeto de método", mas do objeto de uma disciplina do conhecimento, como é o caso da Geografia, conforme investigou Milton Santos.

Em termos de limitação do presente estudo e da linguagem impressa no texto, o uso do território apresenta-se como categoria estratégica, pois há conexão entre Estado e território nacional, exigindo formação social vigente, sendo que, cada vez mais, o "retorno do espaço geográfico" se faz presente na massiva ampliação das ordens globais travestidas de globalização. Ademais, por sua vez, então, merece atenção a construção metodológicas que nos permitam definir a "região", assim como precisa ser compreendida diante da realidade dos problemas presentes.

Como possibilidade de estudos futuros, permanecem abertas as vias para analisar como o espaço geográfico reproduz o uso do território e como ambos, nessa totalidade, dialogam com outros campos do conhecimento científico, como o econômico e o político. Do mesmo modo, impõe-se pensar a técnica como tempo congelado e compreender como ela se torna normativa, não apenas no caráter analítico-descritivo, mas à luz da Teoria do Estado, uma vez que o espaço geográfico não é neutro e estático.

NOTAS

2 Neste artigo, dados os limites do formato expositivo das ideias e da delimitação do objetivo, não foi possível comentar e aprofundar a importância da técnica na obra de Milton Santos, ainda que ela não seja colocada aos léus. Como se nota nas obras selecionadas, além de mediação entre a intrínseca sociedade-natureza, a técnica constitui marco de periodização, desmascarando a idade do território. Como afirma Santos (1998, p. 6), em Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional (1998), "A técnica é a grande banalidade e o grande enigma, e é como enigma que ela comanda nossa vida, nos impõe relações, modela nosso entorno, administra nossas relações com o entorno".

3 Para Foster e Clark (2026), é recorrente a constatação de que, no primeiro quarto do século XXI, o mundo enfrenta múltiplas crises multifacetadas que ameaçam a civilização global e o próprio futuro da humanidade. Diante desse cenário, conforme os mesmos autores, emergiram conceitos ainda pouco consolidados, como o de "policrise", cuja origem é atribuída ao teórico social francês Edgar Morin, em conjunto com Anne Brigitte Kern, em 1999, e que vem sendo amplamente difundido nos últimos anos pelo historiador Adam Tooze, da Columbia University. Contudo, em contraste, a intenção deste texto não é adentrar uma consideração normativa a respeito das instabilidades e desestabilizações inerentes às crises do capital.

4 Como reflexionadas, por exemplo, em: HEGEL, G. W. F. Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio (1830); e KANT, I. Crítica da Razão Pura (1781).
5 Essa discussão a respeito do que é uma abstração remete à obra Iniciação à filosofia para os não filósofos, de Louis Althusser, escrita originalmente entre 1975 e 1978. No Brasil, a obra foi publicada pela WMF Martins Fontes, em 2019, com tradução de Rosemary Costhek Abílio (São Paulo: Martins Fontes, 2019). Lima (2020, p. 167) esclarece que "o grande desvio, que vai do terceiro capítulo até o 16º, partindo de discussões a respeito do que é uma abstração em filosofia, distinta das abstrações cotidianas e da abstração científica, até chegar à determinação da prática filosófica, resulta em uma compreensão geral de que a filosofia é um campo de disputas pelas transformações das ideologias sob as quais outras práticas sociais produzem seus efeitos."
6 Neste período, Milton Santos apresenta os pares dialéticos de Circuito Espacial Produtivo (CEP) e Círculo de Cooperação no Espaço (CCE) como fundamento teórico-metodológico para entender a periferia (ou subdesenvolvidos) do Globo.
7 Como colocara Reinhart Koselleck (2016, p. 37), "abrangendo tanto passado quanto futuro, 'a História' se transformou num conceito regulador para toda a experiência já realizada e ainda a ser realizada". Trata-se de uma formulação de grande relevância no âmbito da história dos conceitos, pois permite compreender a História como instância estruturante da experiência temporal, isto é, como forma de captura e ordenação do tempo histórico
8 A "metáfora" pode ser vista no livro "SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI. São Paulo: Record, 2001" e em SANTOS, Milton. O retorno do território. In: OSAL: Observatorio Social de América Latina, Año 6, n. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005, apresentado por Maria Adélia Aparecida de Souza.
9 Em termos de distinção, não se confunde a localização georreferenciada do senso comum com a categoria Lugar: a localização indica a posição espacial, enquanto o Lugar expressa a totalidade concreta vivida, resultante das dinâmicas socioespaciais. Em poucas palavras, o Lugar contém o todo e aquilo que lhe é inerente, guardando a identidade, ao mesmo tempo em que manifesta empiricamente as mudanças do mundo (Santos, 2008 [1997]). Trata-se de linha de pesquisa ontológica, de caráter être-en-soi e être-pour-soi e, por isso, implica a consciência daqueles que nele vivem e produzem a vida social ao agir.
10 Essa distinção e contemplação não se confundem com a noção de rugosidade em Milton Santos, entendida como um prático-inerte, sob influência de Sartre (1966). Para Santos (1996), "Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem; o que resta do processo de supressão, acumulação e superposição com que as coisas se substituem e se acumulam em todos os lugares" (Santos, 1996, p. 92). Ademais, conforme exposto em Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica, "as rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão do trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados" (Santos, 1978, p. 173).

REFERÊNCIAS

BENKO, Georges. **La science régionale**. Paris: Presses Universitaires de France, 1998. (Coll. Que sais-je?, n. 3355).
BERNARDES, Antonio. Milton Santos: os conceitos geográficos e suas concepções. **Formação**

(Online), Presidente Prudente, v. 27, n. 50, 2020. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/6564. Acesso em: 13 ago. 2025.

ESPÍNDOLA, Carlos José. O legado de Milton Santos na minha trajetória acadêmica. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 26, n. 2, 2022. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXVI_2/agb_xxvi_2_web/agb_xxvi_2-06.pdf. Acesso em: 8 jan. 2026.

FOSTER, John Bellamy; CLARK, Brett. In contrast to the triviality of the "polycrisis," the consistency of the global structural crisis of capital. **Monthly Review**, New York, v. 77, n. 6, nov. 2025. Disponível em: https://monthlyreview.org/articles/mr-077-06-2025-10_0/. Acesso em: 7 jan. 2026.

FURTADO, Celso. Discontinuidades entre países: hacia una teoría de las estructuras espaciales. **El Trimestre Económico**, México, v. 36, n. 141, p. 41-52, 1969. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/20856047. Acesso em: 13 ago. 2025.

GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E. et al. (org.). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 49-76.

HEGEL, G. W. F. **Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio (1830):** volume II: filosofia da natureza. Tradução de José Nogueira Machado. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. O conceito de História. In: KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; GÜNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. **O conceito de história**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. p. 37–49. (Coleção História e Historiografia, 10).

LELIS, Leandro Reginaldo Maximino. Elementos epistemológicos, categorias de análise e pares dialéticos para a compreensão do espaço e do território na obra de Milton Santos. **Élisée:** Revista de Geografia da UEG, Anápolis, v. 13, n. 1, jan./dez. 2024. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/14270/10509. Acesso em: 13 ago. 2025.

LIMA, Bruno Reikdal. Iniciação à filosofia para os não filósofos, de Louis Althusser. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 51, p. 165-168, 2020. Resenha de: ALTHUSSER, Louis. Iniciação à filosofia para os não filósofos. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

MACHADO, Thiago Adriano. Da formação social em Marx à formação socioespacial em Milton Santos: uma categoria geográfica para interpretar o Brasil? **GEOgraphia**, Niterói, v. 18, n. 38, 2016. DOI: 10.22409/GEOgraphia2016.v18i38.a13774.

MAIA, Lucas. Epistemologia política em Milton Santos: a noção de Estado. Élisée: **Revista de Geografia da UEG**, Anápolis, v. 4, n. 2, p. 116-133, jul./dez. 2015. Disponível em: www.revista.ueg.br. Acesso em: 14 fev. 2026.

MOREIRA, Ruy. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: MOREIRA, Ruy. **Geografia:** teoria e crítica: o saber posto em questão. Rio de Janeiro: Vozes, 1978. p.43-68.

NAKAGAWA, Regiane Miranda de Oliveira. Espaço e interdisciplinaridade: o conceito de espaço na obra de Milton Santos e suas interfaces com a comunicação e a semiótica. **Intexto**, Porto Alegre, n. 37, p. 6-21, 2016. DOI: 10.19132/1807-8583201637.6-21.

PRESTES, Valdeir de Oliveira. **Circuitos espaciais produtivos e círculos de cooperação do leite no Sudoeste do Paraná**. 2024. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/264586. Acesso em: 22 dez. 2025.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
SANTOS, Milton. **Economia espacial:** críticas e alternativas. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2003 [1979].
SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.
SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.
SANTOS, Milton. O lugar: encontrando o futuro. **RUA:** Revista de Urbanismo e Arquitetura, Salvador, n. 6, 2008 [1997]. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/rua/article/view/3113. Acesso em: 26 set. 2025.
SANTOS, Milton. O papel ativo da Geografia: um manifesto. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 2, n. 1, p. 1-6, 2010.
SANTOS, Milton. O retorno do território. **OSAL:** Observatório Social de América Latina, Buenos Aires, ano 6, n. 16, jun. 2005.
SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
SANTOS, Milton. Rêve et cauchemar: problèmes spatiaux de la transition au socialisme: le cas de la Tanzanie. **Revue Tiers Monde**, Paris, v. 19, n. 75, p. 563-572, 1978.
SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 81-100, jun. 1977.
SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1998.
SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
SARTRE, Jean-Paul. **Questão de método**. Tradução de Bento Prado Jr. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1966.
SILVEIRA, Maria Laura. Ao território usado a palavra: pensando princípios de solidariedade socioespacial. In: VIANA, Ana Luiza d'Ávila; IBAÑEZ, Nelson; ELIAS, Paulo Eduardo Mangeon (org.). **Saúde, desenvolvimento e território**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009. p. 127-150.
SOUSA, Wesley Fernando Rodrigues de; PRESTES, Valdeir de Oliveira. Roberto Schwarz e a dialética do deslocamento na periferia do capitalismo. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 15, n. 29, p. 242-258, 2024.
SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **A explosão do território:** falência da região? São Paulo: [s. n.], jun. 1991. Texto apresentado à Comissão para o Desenvolvimento do Terceiro Mundo da União Geográfica Internacional.
SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **Conexões geográficas:** um ensaio metodológico. São Paulo: IEA/USP, ago. 1991. Texto apresentado no Instituto de Estudos Avançados.
SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Regionalização: tema geográfico e político: o caso paulista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 50, p. 103-142, 2017. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1125. Acesso em: 20 dez. 2025.

DOI: https://doi.org/10.18817/26755122.30.1.2026.4611

ALFABETIZAÇÃO CARTOGRÁFICA NO ENSINO FUNDAMENTAL II: UMA ANÁLISE A PARTIR DA BNCC NO MUNICÍPIO DE ANDIRÁ – PARANÁ

CARTOGRAPHIC LITERACY IN SECONDARY EDUCATION: AN ANALYSIS BASED ON BNCC IN THE MUNICIPALITY OF ANDIRÁ – PARANÁ

ALFABETIZACIÓN CARTOGRÁFICA EN LA EDUCACIÓN SECUNDARIA: UN ANÁLISIS A PARTIR DEL BNCC EN EL MUNICIPIO DE ANDIRÁ – PARANÁ

Carlos Fabrício Torejani[1]
0009-0003-4172-534X
torejani12@gmail.com

Alan Alves Alievi[2]
0000-0002-1168-9398
alan.alievi@uenp.edu.br

CIÊNCIA Geográfica
Ano XXX - Vol. XXX - (1): Janeiro/Dezembro - 2026
ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461
www.agbbauru.org.br

1 Graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Campus Cornélio Procópio. ORCID: https://orcid.org/0009-0003-4172-534X. E-mail: torejani12@gmail.com.
2 Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1168-9398. E-mail: alan.alievi@uenp.edu.br.

Artigo recebido em janeiro de 2026 e aceito para publicação em junho de 2026.

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: A alfabetização cartográfica constitui elemento fundamental para a formação geográfica dos estudantes ao longo de toda a educação básica. Este artigo analisa como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018 contempla a alfabetização cartográfica no Ensino Fundamental II, investigando possíveis lacunas nos conteúdos propostos e sua repercussão no desempenho dos alunos. Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica e aplicação de atividade diagnóstica com 18 alunos do 6º ano do Colégio Estadual Barbosa Ferraz, no município de Andirá – PR. Os resultados evidenciam dificuldades nas noções de orientação, uso de escala e leitura de legendas, sugerindo que a cartografia escolar tem sido insuficientemente explorada, tanto no documento curricular quanto na prática docente.

Palavras-chave: Alfabetização cartográfica. BNCC. Ensino de Geografia. Cartografia escolar. Ensino Fundamental.

ABSTRACT: Cartographic literacy is a fundamental element for the geographical education of students throughout basic education. This article analyzes how the National Common Curriculum Base (BNCC) of 2018 addresses cartographic literacy in secondary education, investigating possible gaps in the proposed content and their impact on student performance. For this purpose, bibliographic research and a diagnostic activity were carried out with 18 students from the 6th grade of the Barbosa Ferraz State School, in the municipality of Andirá – PR. The results show difficulties in notions of orientation, use of scale and reading of legends, suggesting that school cartography has been insufficiently explored, both in the curriculum document and in teaching practice.

Keywords: Cartographic literacy. BNCC. Geography teaching. School cartography. Elementary school.

RESUMEN: La alfabetización cartográfica es un elemento fundamental para la formación geográfica de los estudiantes a lo largo de toda la educación básica. Este artículo analiza cómo la Base Nacional Común Curricular (BNCC) de 2018 aborda la alfabetización cartográfica en la Educación Secundaria, investigando posibles lagunas en los contenidos propuestos y su repercusión en el desempeño de los alumnos. Para ello, se realizó una investigación bibliográfica y se aplicó una actividad diagnóstica con 18 alumnos del 6º año del Colegio Estatal Barbosa Ferraz, en el municipio de Andirá – PR. Los resultados evidencian dificultades en las nociones de orientación, uso de escala y lectura de leyendas, lo que sugiere que la cartografía escolar ha sido insuficientemente explorada, tanto en el documento curricular como en la práctica docente.

Palabras clave: Alfabetización cartográfica. BNCC. Enseñanza de Geografía. Cartografía escolar. Educación Primaria.

INTRODUÇÃO

Os documentos que viabilizam e garantem os direitos e deveres escolares brasileiros passaram por diversas transformações desde o século XIX. Atualmente, o principal instrumento normativo da educação básica nacional é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em sua versão de 2018, cujo objetivo é estabelecer o conjunto de direitos mínimos de aprendizagem dos estudantes em todas as etapas da educação básica.

A cartografia ocupa um lugar central na Geografia escolar, sendo a alfabetização cartográfica um processo indispensável para que os alunos compreendam o espaço geográfico. Nesse contexto, é fundamental que os documentos curriculares orientem adequadamente o ensino da cartografia, sem lacunas que possam comprometer a formação dos estudantes ao longo dos anos escolares.

A contribuição inédita deste estudo reside na articulação entre a análise documental das habilidades cartográficas prescritas pela BNCC e a verificação empírica do desempenho de estudantes em contexto local específico, oferecendo subsídios para reflexões sobre currículo, formação docente e práticas pedagógicas no ensino de cartografia.

O presente artigo analisa como a BNCC de 2018 contempla a alfabetização cartográfica no Ensino Fundamental II, buscando identificar possíveis fragilidades no documento e suas repercussões sobre o aprendizado dos alunos. Para tanto, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre o tema, a análise das competências e habilidades previstas na BNCC para a área de cartografia e, ainda, a aplicação de uma atividade diagnóstica com alunos do 6º ano do Colégio Estadual Barbosa Ferraz, no município de Andirá – PR.

É necessário ressaltar, desde o início, que este estudo não possui delineamento metodológico capaz de estabelecer relação causal direta entre as dificuldades dos estudantes e eventuais lacunas da BNCC. Os resultados observados podem estar associados a um conjunto amplo e interligado de fatores, entre os quais se destacam: as práticas pedagógicas adotadas pelo professor em sala de aula, o nível de formação docente inicial e continuada em cartografia, os materiais didáticos disponíveis e utilizados, a carga horária efetivamente destinada ao ensino de cartografia, as condições institucionais da escola e as características socioeducacionais específicas da turma investigada. A análise da BNCC, neste contexto, tem caráter documental e complementar, não determinístico.

A pesquisa se justifica pela necessidade de avaliar se o documento curricular vigente oferece suporte adequado ao desenvolvimento da alfabetização cartográfica e se as dificuldades apresentadas pelos alunos podem estar relacionadas a lacunas no próprio texto normativo ou em sua implementação em sala de aula.

A IMPORTÂNCIA DA CARTOGRAFIA PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA

A cartografia é essencial para a Geografia, desde a criação de mapas até o seu papel na formação do sujeito nos anos iniciais da escolarização. A linguagem cartográfica é empregada na escola para que os alunos possam compreender o espaço geográfico em que estão inseridos. Conforme argumentam Veiga *et al.* (2011), é preciso saber ler e interpretar os mapas, pois quem nunca teve a alfabetização cartográfica introduzida dificilmente conseguirá compreendê-los.

Castellar e Paula (2017) destacam que o pensamento espacial entendido como a capacidade de usar o espaço, a representação espacial e o raciocínio espacial para estruturar e resolver problemas é

o eixo central que deve orientar o ensino de cartografia na educação básica. Os autores argumentam que desenvolver o pensamento espacial vai além de ensinar a ler mapas: envolve formar estudantes capazes de utilizar a linguagem cartográfica como ferramenta de análise da realidade geográfica.

Nesse sentido, Castellar e Paula (2017) reforçam que a efetiva implementação do pensamento espacial no currículo depende de uma articulação consistente entre as habilidades prescritas no documento e as práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula, o que exige formação docente específica e materiais didáticos que contemplem a cartografia de forma sistemática e progressiva.

O mapeamento é uma prática milenar, tão antiga quanto a escrita. O mapa mais antigo conhecido é o mapa-múndi da Babilônia, feito em argila há cerca de 2.600 anos, entre os séculos VI e V a.C., e demonstra a importância do conhecimento espacial para o ser humano desde a Antiguidade (Dapper, 2021).

Figura 1. Mapa-múndi da Babilônia

Fonte: Wikimedia Commons (Foto por Gary Lee Todd, 2011). Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Babylonian_Map_of_the_World,_700-500_BC.jpg. Acesso em 2026.

Os mapas que conhecemos hoje são voltados ao eurocentrismo, produzidos inicialmente pelos gregos e romanos. Entretanto, como Dapper (2021) salienta, cada sociedade tinha um modo próprio de usar e produzir seus produtos cartográficos. A cartografia e seus produtos, por volta dos anos 1970 e 1980, eram utilizados nas escolas com fins imediatos e restritos. Oliveira (1978) comentou que os alunos usavam os mapas de forma pouco reflexiva, sem a exploração do raciocínio geográfico.

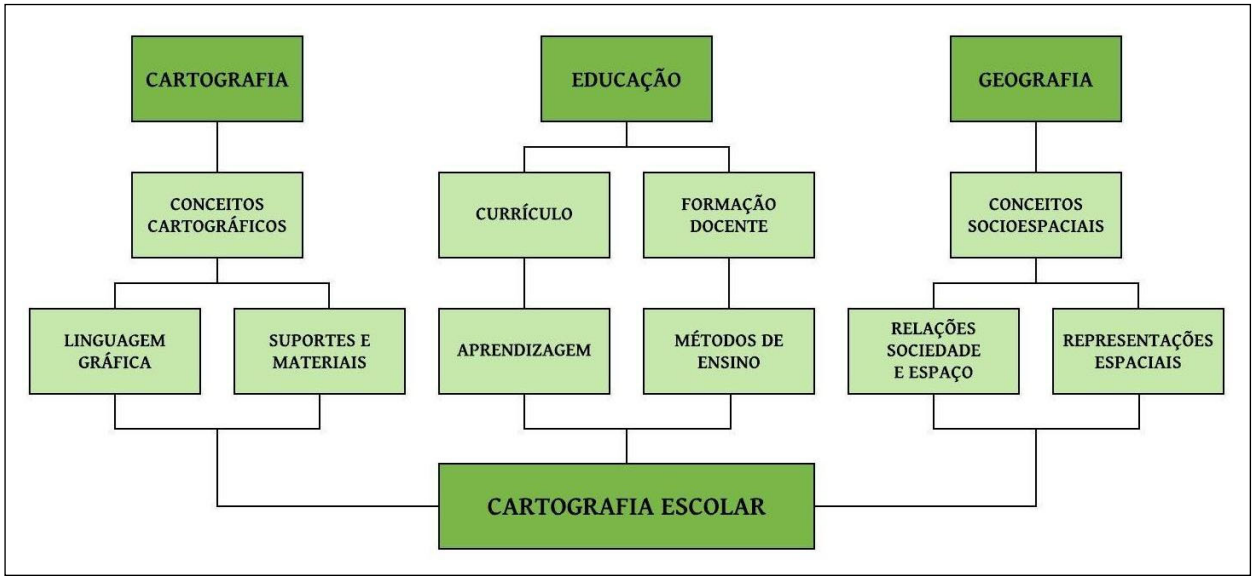
A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 representou um marco importante na história da educação brasileira, contemplando as transformações do final do século XX. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), criados em 1997 e 1998, buscaram construir uma base curricular nacional flexível, permitindo adaptações às particularidades locais (Cavalcanti, 1999). Diferentemente dos PCN, a BNCC possui caráter obrigatório e organiza os conteúdos por anos de ensino.

Richter (2017) destaca que a implementação da BNCC trouxe novos desafios para o ensino de cartografia, especialmente no que se refere à necessidade de articular os conteúdos cartográficos com o desenvolvimento do raciocínio geográfico. O autor argumenta que não basta prescrever habilidades no documento curricular – é fundamental que os professores disponham de formação adequada de recursos didáticos que permitam a efetiva transposição dos conteúdos cartográficos para a sala de aula.

O QUE É ALFABETIZAÇÃO CARTOGRÁFICA?

A alfabetização cartográfica é um processo de aprendizagem que permite aos alunos tomar conhecimento da linguagem cartográfica, possibilitando o desenvolvimento da compreensão do espaço geográfico. Veiga *et al.* (2011) argumentam que o principal papel desse processo é promover a leitura, a compreensão e o entendimento dos mapas, bem como a habilidade de construí-los.

Figura 2. Interfaces da Cartografia Escolar



Fonte: Modificado por Dapper (2021, p. 37).

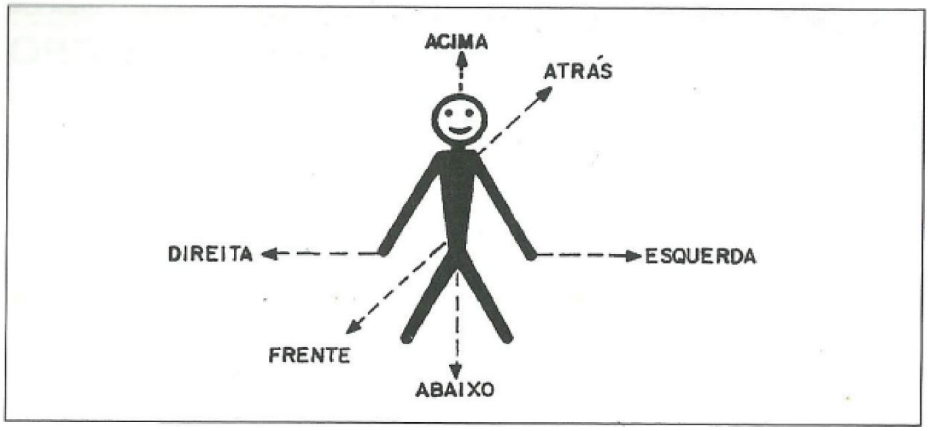
A cartografia escolar articula-se com três grandes campos do conhecimento – Cartografia, Educação e Geografia –, conforme ilustrado na Figura 2. Essa interseção evidencia que a alfabetização

cartográfica não se reduz ao ensino de mapas, mas envolve currículo, formação docente, linguagem gráfica e conceitos socioespaciais.

De acordo com Dapper (2021), os conceitos estruturantes da alfabetização cartográfica são: visão horizontal, oblíqua e vertical; imagem tridimensional e bidimensional; alfabeto cartográfico; legenda; proporção e escala; e orientação espacial e lateralidade.

A visão é um dos primeiros pontos a serem desenvolvidos, proporcionando ao sujeito a capacidade de enxergar objetos de diversos ângulos (Almeida, 2001). A imagem tridimensional e bidimensional relaciona-se à representação do espaço – a tridimensional corresponde ao espaço real e a bidimensional ao desenho, como em maquetes e plantas baixas.

Figura 3. Mapa do corpo: atividade de orientação espacial

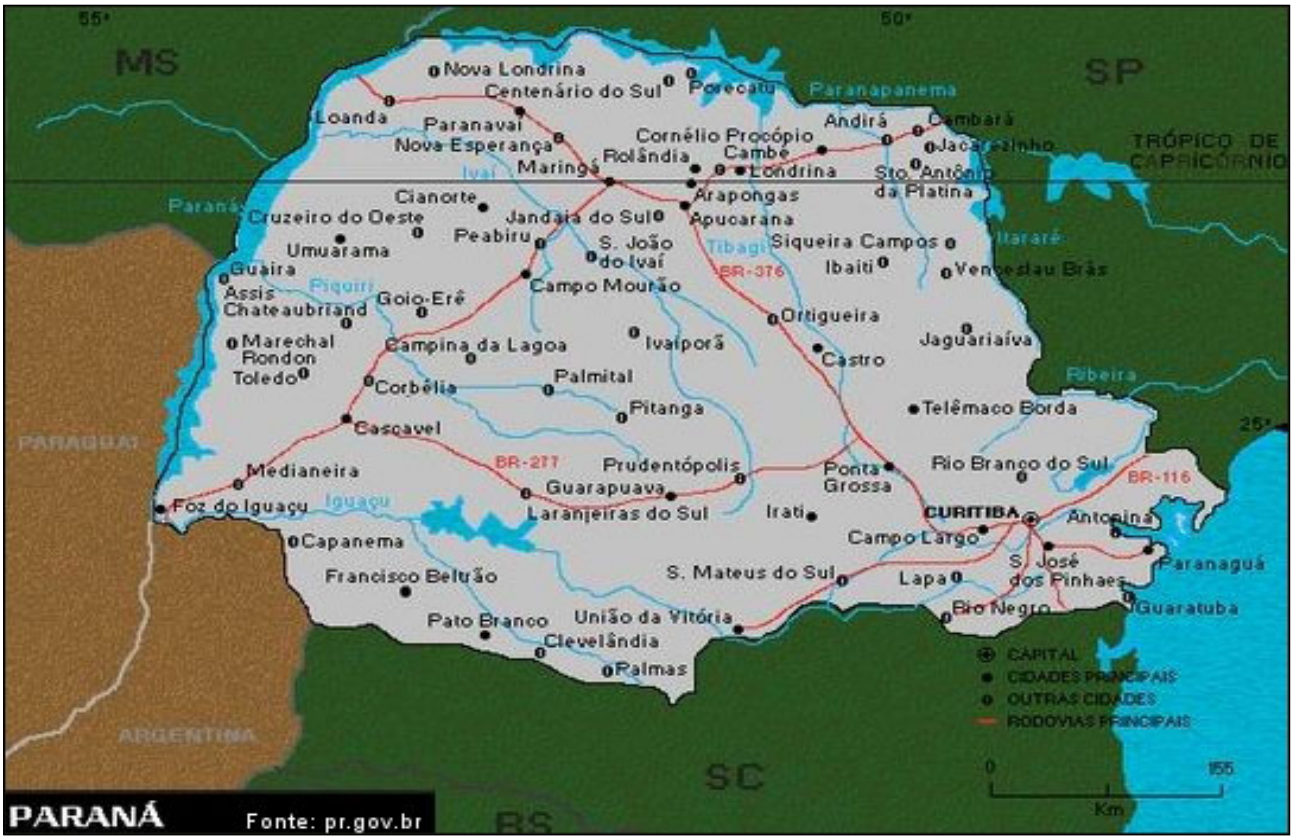


Fonte: Almeida (2001, p. 44).

O "mapa do corpo" (Figura 3) é uma atividade proposta por Almeida (2001) para trabalhar a orientação espacial: o aluno deita sobre um papel, outro faz o contorno de seu corpo, e então são definidas as posições – cima, baixo, frente, atrás, direita e esquerda – desenvolvendo a visão bidimensional e a lateralidade.

O alfabeto cartográfico é representado por pontos, linhas e áreas. Passini (2007) ressalta que é fundamental alfabetizar o aluno nas regras da cartografia, pois os símbolos têm significados específicos dentro da Geografia. A Figura 4 exemplifica o uso desses elementos no mapa do Paraná: pontos representando cidades, linhas indicando rodovias e rios, e áreas delimitando unidades político-administrativas.

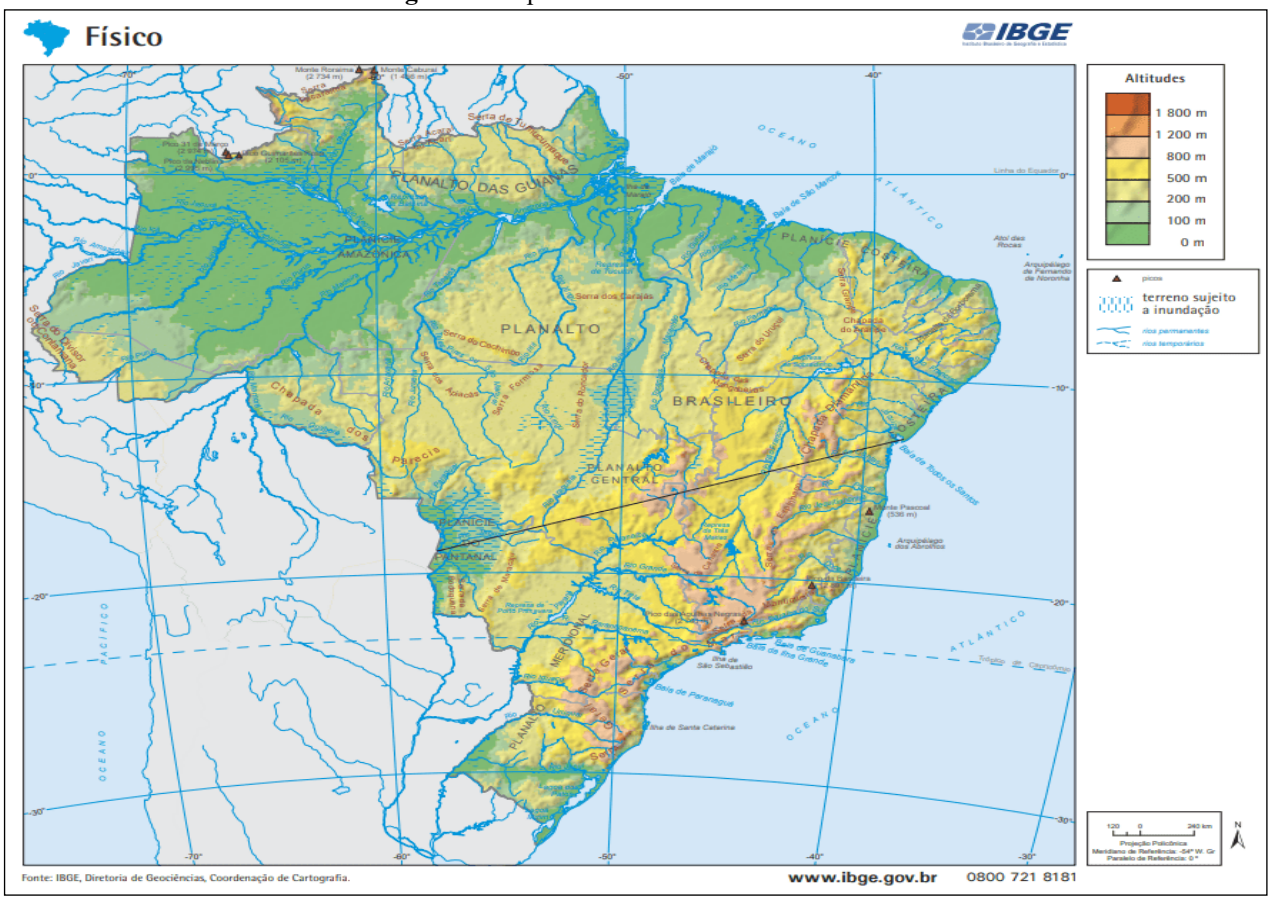
Figura 4. Mapa do Paraná: principais cidades



Fonte: http://www.geografia.seed.pr.gov.br, 2024.

A legenda auxilia o leitor a identificar o conteúdo do mapa. Dapper (2021) afirma que ela é indispensável, pois nela ocorre toda a decodificação do produto cartográfico. A Figura 5 exemplifica um mapa do Brasil com legenda de altitudes: sem ela, um aluno sem conhecimento prévio dificilmente saberia interpretar as cores apresentadas.

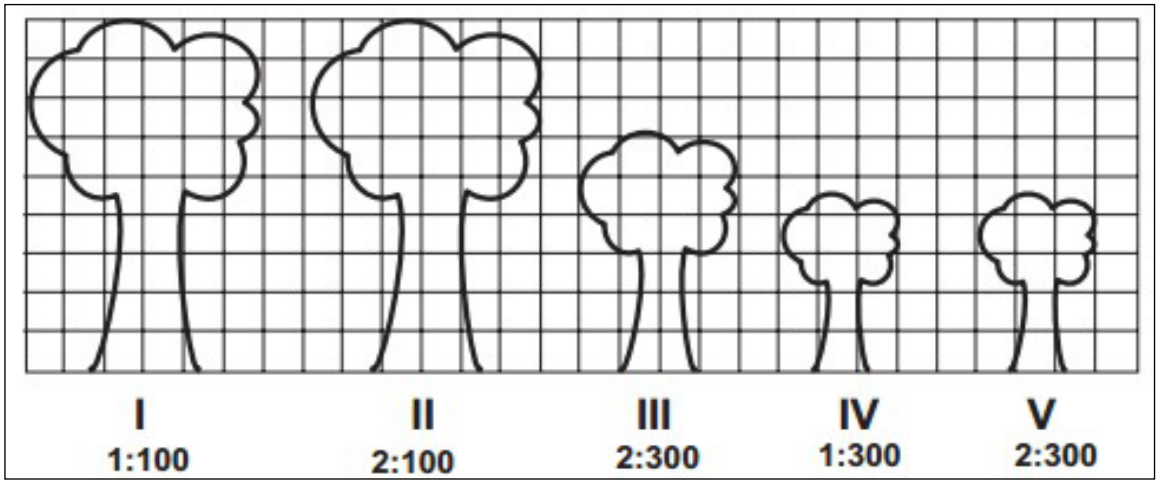
Figura 5. Mapa físico do Brasil e suas altitudes



Fonte: IBGE. Disponível em: https://sme.goiania.go.gov.br (2024).

Quanto à escala, Joly (1990) a define como a relação entre distâncias lineares do mapa e as distâncias medidas no terreno. A Figura 6 ilustra como a escala opera na redução proporcional de objetos do mundo real para sua representação cartográfica.

Figura 6. Representação de escala e proporção



Fonte: https://www.infoescola.com (2024).

Canettieri (2013) argumenta sobre a importância do contato com a cartografia nos primeiros anos escolares:

> A importância do contato com a cartografia nos primeiros anos escolares é evidenciada por muitos autores, inúmeros trabalhos relacionados ao estudo da cartografia e a forma como a mesma pode e deve ser aplicada nos anos escolares (Canettieri, 2013, p. 28).

A orientação espacial, por fim, permite ao aluno entender a relação com seu próprio corpo, com os objetos e com o espaço ao seu redor, sendo necessário desenvolvê-la desde a educação infantil (Almeida, 2001). A lateralidade noções de esquerda, direita, frente e atrás é o passo inicial para a compreensão dos pontos cardeais.

A BNCC E A ALFABETIZAÇÃO CARTOGRÁFICA: CONTEÚDOS E ORGANIZAÇÃO

A BNCC (Brasil, 2018) aborda a alfabetização cartográfica em apenas um parágrafo dedicado ao tema, no âmbito da unidade temática "Formas de representação e pensamento espacial":

> Por sua vez, na unidade temática Formas de representação e pensamento espacial, além da ampliação gradativa da concepção do que é um mapa e de outras formas de representação gráfica, são reunidas aprendizagens que envolvem o raciocínio geográfico. Espera-se que, no decorrer do Ensino Fundamental, os alunos tenham domínio da leitura e elaboração de mapas e gráficos, iniciando-se na alfabetização cartográfica. Fotografias, mapas, esquemas, desenhos, imagens de satélites, audiovisuais, gráficos, entre outras alternativas, são frequentemente utilizados no componente curricular (Brasil, 2018).

A BNCC contempla apenas uma unidade temática voltada à representação cartográfica a partir do 6º ano do Ensino Fundamental II. Dentro dessa unidade, há apenas um objeto de conhecimento diretamente relacionado à alfabetização cartográfica por ano escolar, o que representa abrangência limitada quando comparada aos demais objetos de conhecimento do componente curricular.

Castellar (2017) aponta que a BNCC representa um avanço ao incorporar o conceito de pensamento espacial como eixo estruturante do ensino de Geografia, mas adverte que a simples prescrição de habilidades cartográficas não garante sua efetiva implementação em sala de aula. O Quadro 1 sintetiza as unidades temáticas, objetos do conhecimento, habilidades e competências cartográficas previstas para o 6º e 7º anos.

Castellar (2011) argumenta que a cartografia, no contexto escolar, não deve ser tratada apenas como um recurso ilustrativo, mas como uma linguagem que estrutura o pensamento geográfico. Para a autora, a construção do conhecimento cartográfico exige que o aluno passe por etapas progressivas de abstração, partindo da representação do espaço vivido para a leitura de espaços cada vez mais amplos e complexos.

Quadro 1. Unidades temáticas, objetos do conhecimento, habilidades e competências cartográficas na BNCC (6º ao 7º ano)

Ano	Unidades Temáticas	Objetos do Conhecimento	Habilidades	Competências
6º	Formas de representação e pensamento espacial	Fenômenos naturais e sociais representados de diferentes maneiras	(EF06GE08) Medir distâncias na superfície pelas escalas gráficas e numéricas dos mapas. (EF06GE09) Elaborar modelos tridimensionais, blocos-diagramas e perfis topográficos e de vegetação.	Desenvolver o pensamento espacial, fazendo uso das linguagens cartográficas e iconográficas, de diferentes gêneros textuais e das geotecnologias para a resolução de problemas que envolvam informações geográficas.
7º	Formas de representação e pensamento espacial	Mapas temáticos do Brasil	(EF07GE09) Interpretar e elaborar mapas temáticos e históricos, inclusive utilizando tecnologias digitais, com informações demográficas e econômicas do Brasil. (EF07GE10) Elaborar e interpretar gráficos de barras, de setores e histogramas, com base em dados socioeconômicos das regiões brasileiras.	Desenvolver o pensamento espacial, fazendo uso das linguagens cartográficas e iconográficas, de diferentes gêneros textuais e das geotecnologias para a resolução de problemas que envolvam informações geográficas.

Fonte: Elaborado pelos autores com base na BNCC (Brasil, 2018).

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES NA BNCC VOLTADAS À ALFABETIZAÇÃO CARTOGRÁFICA

A Geografia está incluída na área das Ciências Humanas nas competências da BNCC. O documento propõe que a Geografia contribua para o desenvolvimento do raciocínio geográfico dos alunos, auxiliando-os na percepção e interpretação do espaço geográfico.

No contexto da alfabetização cartográfica, destaca-se a seguinte competência: "Desenvolver o pensamento espacial, fazendo uso das linguagens cartográficas e iconográficas, de diferentes gêneros textuais e das geotecnologias para a resolução de problemas que envolvam informações geográficas" (Brasil, 2018).

Apesar da presença dessa competência, a análise do documento revela que as habilidades diretamente voltadas à cartografia são em número relativamente reduzido quando comparadas às demais habilidades previstas para o componente de Geografia no Ensino Fundamental II. Richter (2017) e Girardi e Mourão (2018) concordam que a presença formal da cartografia no currículo é condição necessária, mas não suficiente para garantir a alfabetização cartográfica, sendo igualmente indispensáveis a formação continuada dos professores, a disponibilidade de materiais didáticos adequados e metodologias de ensino que promovam a aprendizagem ativa e significativa.

METODOLOGIA E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Cabe destacar, desde o início, uma limitação inerente ao presente estudo: a pesquisa foi realizada com uma amostra de 18 estudantes de uma única turma do 6º ano do Colégio Estadual Barbosa Ferraz, no município de Andirá – PR. Trata-se, portanto, de uma amostra não probabilística, por conveniência,

adequada aos propósitos exploratórios e diagnósticos locais da investigação. Essa característica impede qualquer tipo de generalização dos resultados para outras turmas, escolas, municípios ou regiões do país, assim como não permite conclusões definitivas sobre a eficácia curricular da BNCC como um todo.

Os resultados obtidos sugerem que as dificuldades identificadas podem estar relacionadas a um conjunto de fatores que se articulam de forma complexa, entre os quais se incluem a organização curricular da BNCC, as metodologias de ensino adotadas, a formação docente, os recursos didáticos disponíveis e as características específicas da turma investigada. Não é possível, a partir deste estudo, estabelecer relação causal direta entre as dificuldades dos alunos e eventuais lacunas do documento curricular.

Questão 1 – Identificação das Regiões do Brasil

A primeira questão solicitava que os alunos pintassem as cinco regiões do Brasil com cores diferentes e preenchessem a legenda correspondente (Figura 7). O mapa resolvido (Figura 8) foi utilizado como gabarito de referência.

Figura 7. Questão 1: identificação das regiões do Brasil

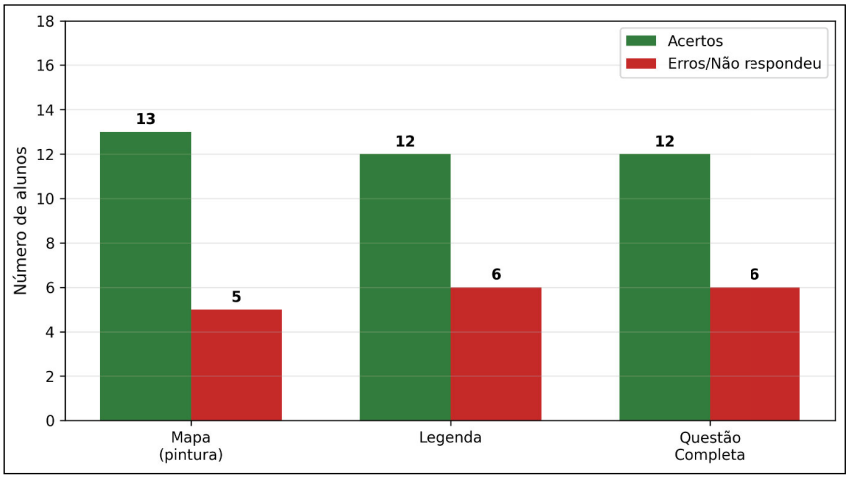
Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Figura 8. Gabarito: Brasil Regional (IBGE)

Fonte: www.geografiaparatodos.com.br (2024).

Dos 18 alunos, 13 pintaram o mapa corretamente; contudo, seis erraram o preenchimento da legenda. Apenas 12 alunos acertaram integralmente a questão. A dificuldade com a legenda aponta para uma lacuna na compreensão dos elementos cartográficos básicos.

Gráfico 1. Taxa de acertos e erros – Questão 1 (Regiões do Brasil)



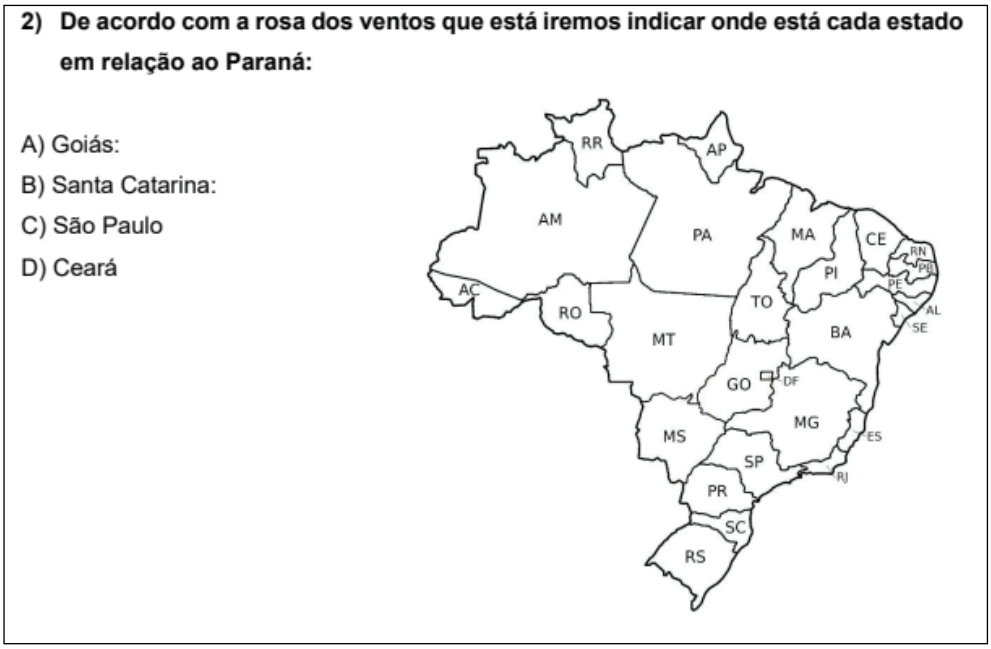
Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Simielli (2010) destaca que a leitura e interpretação da legenda constitui uma das habilidades centrais da alfabetização cartográfica, e resultados semelhantes foram encontrados por Dapper (2021), sugerindo que essa dificuldade não é exclusiva desta turma.

Questão 2 – Orientação Espacial com Rosa dos Ventos

A segunda questão avaliou a orientação espacial, solicitando que os alunos identificassem a posição do estado do Paraná em relação aos pontos cardeais, utilizando uma rosa dos ventos e um mapa do Brasil (Figura 9).

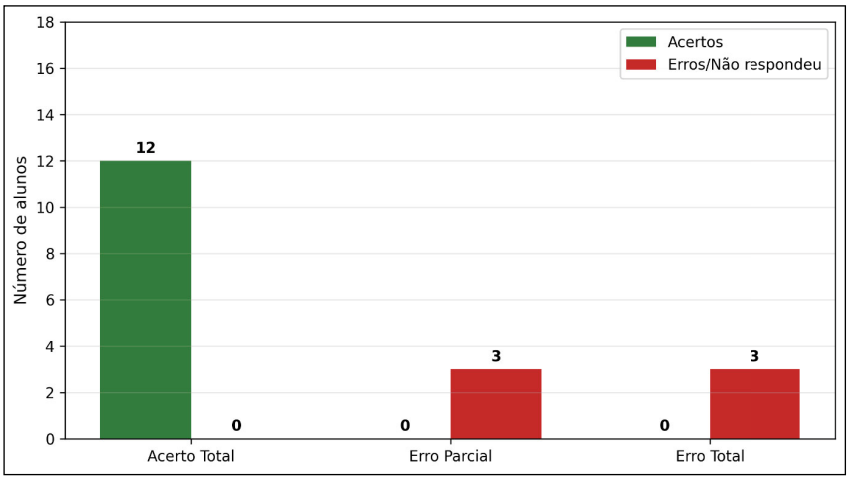
Figura 9. Questão 2: orientação espacial com rosa dos ventos



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Dos 18 alunos, 12 acertaram inteiramente, três erraram parcialmente e três erraram por completo. A ocorrência de erros totais reforça as preocupações com a lateralidade e a orientação espacial. Dapper (2021) argumenta que esses conceitos devem ser trabalhados desde a educação infantil, o que evidencia que essa base pode não ter sido consolidada nas séries anteriores.

Gráfico 2. Taxa de acertos e erros – Questão 2 (Orientação Espacial)



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Girardi e Mourão (2018) destacam que professores com formação insuficiente em cartografia frequentemente simplificam ou pulam esses conteúdos, o que pode explicar, ao menos em parte, as dificuldades observadas.

Questão 3 – Coordenadas Geográficas (Verdadeiro ou Falso)

A terceira questão consistia em quatro afirmativas sobre coordenadas geográficas para serem classificadas como verdadeiras ou falsas (Figura 10).

Figura 10. Questão 3: coordenadas geográficas (verdadeiro ou falso)

3) Coloque (V) para verdadeiro e (F) para falso nas frases a seguir:

(_) As coordenadas geográficas são um sistema de linhas imaginárias que permitem localizar um ponto na superfície terrestre.

(_) Os paralelos são círculos maiores que cortam a Terra de polo a polo e têm como referência o Meridiano de Greenwich.

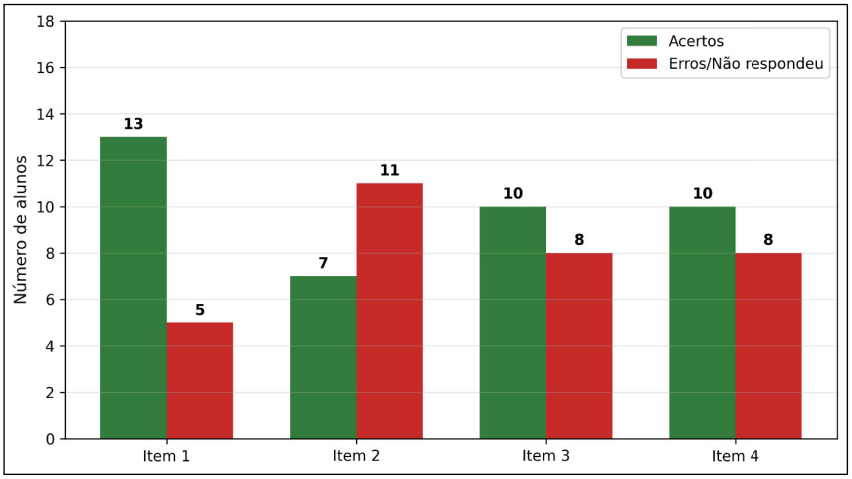
(_) Os dispositivos de GPS utilizam as coordenadas geográficas para determinar a posição do usuário em relação a um ponto de referência.

(_) Os dispositivos de GPS não utilizam outras informações, como a velocidade e a direção do usuário, para traçar uma rota e fornecer instruções de navegação em tempo real.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

No item 1, 13 alunos acertaram e cinco erraram. No item 2, os resultados se inverteram: 11 erraram e apenas sete acertaram. Os itens 3 e 4 apresentaram oito erros e dez acertos cada. Ao reunir os quatro itens, apenas um aluno acertou todos. Esses resultados indicam que os conteúdos relacionados a coordenadas geográficas não foram suficientemente assimilados.

Gráfico 3. Taxa de acertos e erros – Questão 3 (Coordenadas Geográficas)



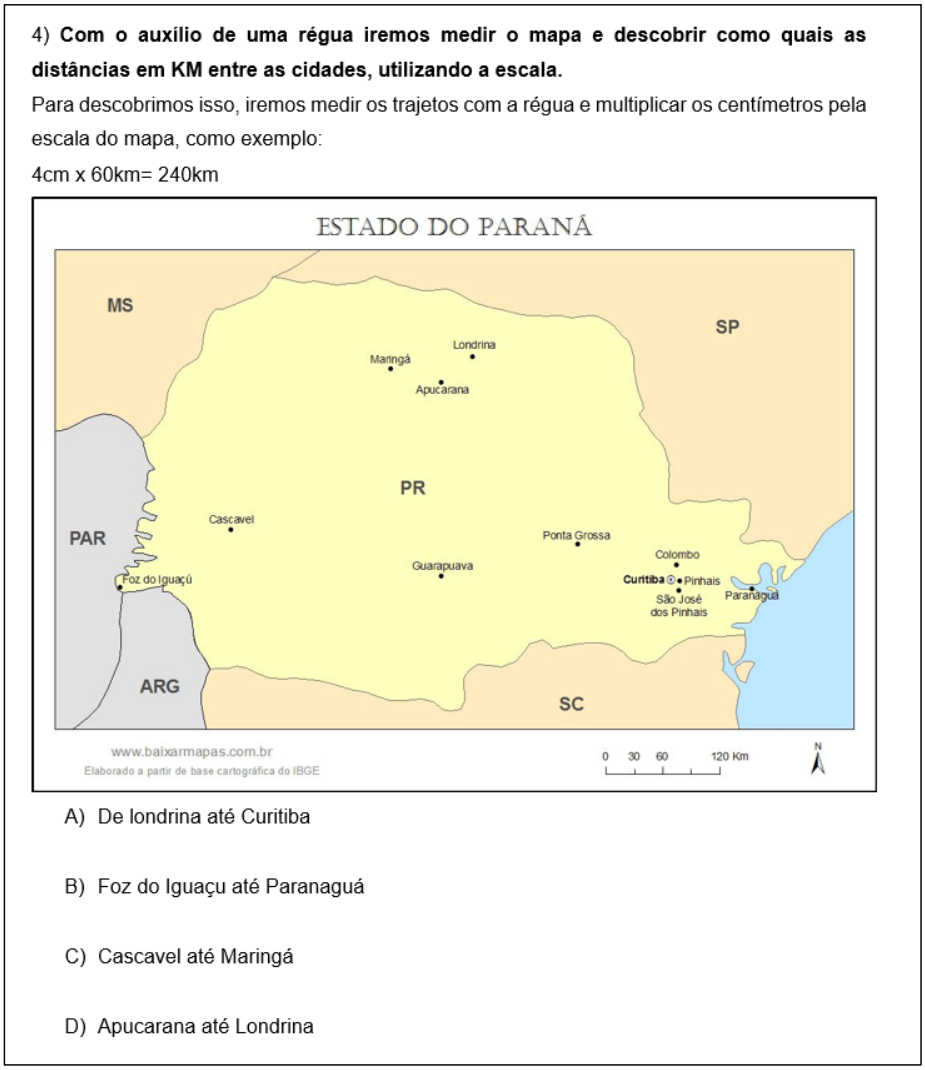
Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Martinelli (2014) aponta que as coordenadas geográficas são frequentemente apresentadas de forma abstrata e descontextualizada nos livros didáticos, o que contribui para as dificuldades de assimilação observadas.

Questão 4 – Uso da Escala Gráfica

A quarta questão solicitava que os alunos medissem, com auxílio de régua, a distância entre pares de cidades no mapa do Paraná, utilizando a escala gráfica fornecida (1 cm = 60 km), conforme a Figura 11.

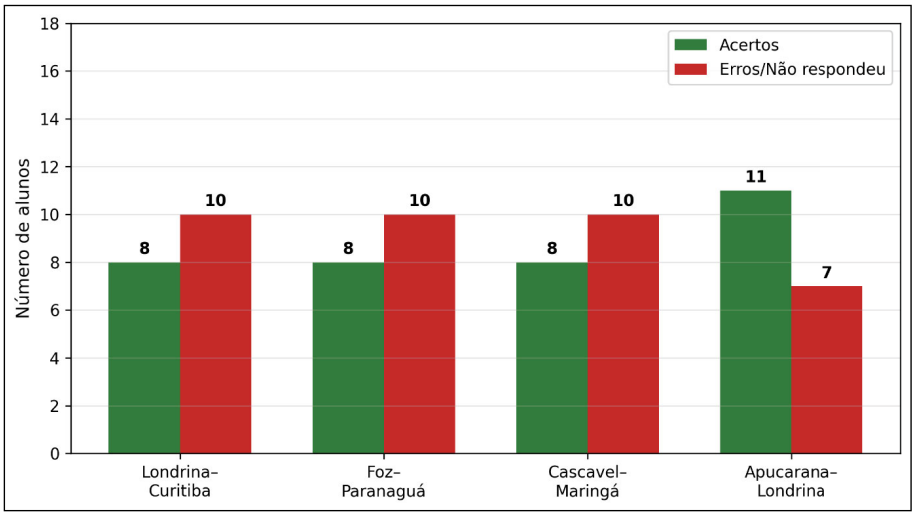
Figura 11. Questão 4: uso da escala gráfica no mapa do Paraná



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Nos três primeiros pares de cidades, obteve-se uma proporção de oito acertos e dez erros; no quarto par (Apucarana–Londrina), o número de acertos subiu para 11 contra sete erros. Os resultados indicam dificuldade generalizada no uso da escala gráfica, um dos conceitos estruturantes da alfabetização cartográfica segundo Dapper (2021).

Gráfico 4. Taxa de acertos e erros – Questão 4 (Escala Gráfica)



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Richter (2017) identificou que o uso prático da escala é frequentemente negligenciado nas aulas de Geografia, sendo apresentado apenas de forma teórica, sem atividades que exijam sua aplicação concreta – resultado consistente com o observado nesta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que os alunos do 6º ano do Colégio Estadual Barbosa Ferraz apresentam dificuldades em conteúdos que, de acordo com a BNCC, já deveriam ter sido trabalhados nos anos anteriores do Ensino Fundamental. As questões diagnósticas revelaram fragilidades nas noções de orientação espacial, lateralidade, uso da escala gráfica e leitura de coordenadas geográficas.

Ficou evidente que a maioria dos alunos apresenta dificuldades na alfabetização cartográfica, o que sugere que os principais conceitos estruturantes podem ter sido insuficientemente trabalhados nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A quarta questão – envolvendo a leitura e interpretação de escala gráfica – demonstrou que muitos alunos não conseguem realizar essa operação básica, que é um dos pilares da alfabetização cartográfica.

No que diz respeito à BNCC, os dados sugerem a possibilidade de um descompasso entre o que o documento prescreve e o que os estudantes investigados efetivamente demonstraram dominar. Contudo, não é possível afirmar que tal distância decorra exclusivamente da organização curricular, uma vez que fatores pedagógicos, formativos e institucionais também exercem influência significativa sobre os resultados de aprendizagem.

Segundo Dapper (2021), o professor de alfabetização cartográfica deve buscar a construção da capacidade de leitura e elaboração de mapas pelos estudantes. Os resultados indicam que essa meta ainda está distante para parcela significativa dos alunos. Ainda que por ser uma turma de 6º ano haja possibilidade de recuperação dessas defasagens, isso requer planejamento intencional e intervenções pedagógicas focadas nas dificuldades identificadas.

Este estudo não investigou variáveis pedagógicas intervenientes, tais como a carga horária efetivamente destinada ao ensino de cartografia, as metodologias adotadas pelo professor, os materiais

didáticos utilizados e o perfil de formação docente. A ausência dessas informações representa uma limitação do trabalho e indica uma agenda de pesquisa relevante: estudos futuros que combinem diagnóstico de desempenho dos alunos com análise das práticas pedagógicas e das condições institucionais poderão oferecer uma compreensão mais completa dos fatores que influenciam a alfabetização cartográfica no Ensino Fundamental II.

Como apontam Castellar e Paula (2017), o desenvolvimento do pensamento espacial e do raciocínio geográfico é um processo contínuo que demanda investimento sistemático ao longo de toda a escolaridade básica, e sua efetivação depende tanto de políticas curriculares quanto de condições pedagógicas e formativas adequadas.

Este trabalho, ainda que não conclusivo, traz elementos para a discussão sobre a importância da alfabetização cartográfica nas séries iniciais e sobre a necessidade de maior atenção ao tema na BNCC e na formação docente. Cabe, por fim, refletir sobre as condições de formação dos professores e o acompanhamento contínuo dos alunos ao longo de todo o processo de alfabetização cartográfica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. D. **Cartografia Escolar**. São Paulo: Contexto, 2007.

ALMEIDA, R. D. **Do desenho ao mapa:** iniciação cartográfica na escola. São Paulo: Contexto, 2001.

ALMEIDA, R. D. **Uma proposta metodológica para a compreensão de mapas geográficos**. 1994. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Geografia. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013.

CANETTIERI, T. Proposta metodológica para alfabetização cartográfica: do vivido ao representado. **Revista de Estudos Geoeducacionais**, v. 4, n. 8, p. 27-36, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2013.

CASTELLAR, S. M. V. A cartografia e a construção do conhecimento no contexto escolar. *In:* ALMEIDA, R. D. (org.). **Novos rumos da cartografia escolar**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 121-135.

CASTELLAR, S. M. V. Cartografia escolar e o pensamento espacial fortalecendo o conhecimento geográfico. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 7, n. 13, p. 207-232, jan./jun. 2017.

CASTELLAR, S. M. V.; PAULA, I. R. de. O papel do pensamento espacial na construção do raciocínio geográfico. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 7, n. 14, p. 47-71, jul./dez. 2017.

CAVALCANTI, L. S. **Proposta curricular de Geografia no ensino:** algumas referências de análise. Terra Livre, São Paulo, 1999.

DAPPER, V. R. M. Os saberes e as práticas dos professores do Ensino Fundamental – Anos Iniciais sobre a alfabetização cartográfica para a implementação da BNCC no território brasileiro. 2021. 174 f. Dissertação (Mestrado) – UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2021.

GIRARDI, G.; MOURÃO, A. R. T. Cartografia e formação docente: desafios para o ensino de Geografia na educação básica. **Revista GeoUECE**, Fortaleza, v. 7, n. 12, p. 4-19, jan./jun. 2018.

JOLY, F. **A Cartografia**. Campinas: Papirus, 1990.

MARTINELLI, M. **Cartografia escolar**. São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVEIRA, A. R. **A cartografia escolar e as práticas docentes nas séries iniciais do Ensino Fundamental**. 2003. 415 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003.

OLIVEIRA, L. **Estudo metodológico e cognitivo do mapa**. Rio Claro: UNESP, 1978.

PASSINI, E. A alfabetização cartográfica. *In:* PASSINI, E. **Prática de ensino de Geografia e estágio supervisionado**. São Paulo: Contexto, 2007.

RICHTER, D. **O mapa mental no ensino de Geografia:** concepções e propostas para o trabalho docente. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

SIMIELLI, M. E. **Cartografia e ensino:** proposta e contraponto de uma obra didática. 1997. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

SIMIELLI, M. E. O mapa como meio de comunicação e a alfabetização cartográfica. *In:* ALMEIDA, R. D. (org.). **Cartografia Escolar**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 71-93.

TODD, Gary Lee. **Babylonian Map of the World, 700-500 BC**. 2011. 1 fotografia. *In:* WIKIMEDIA COMMONS, a midiateca livre. San Francisco: Wikimedia Foundation, 2026. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Babylonian_Map_of_the_World,_700-500_BC.jpg

VEIGA, L. A.; SILVA, A. L. da; ALIEVI, A. A. Alfabetização cartográfica: trabalhando com as noções de orientação e localização. **Revista GEOMAE** – Geografia, Meio Ambiente e Ensino, v. 2, n. 1, Campo Mourão: UNESPAR, 2011.

DOI: https://doi.org/10.18817/26755122.30.1.2026.4612

O PIBID COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO DOCENTE EM GEOGRAFIA: PRÁTICAS, MOBILIDADE URBANA E CONSCIÊNCIA NEGRA

PIBID AS A SPACE FOR TEACHER TRAINING IN GEOGRAPHY: PRACTICES, URBAN MOBILITY AND BLACK CONSCIOUSNESS

PIBID COMO ESPACIO PARA LA FORMACIÓN DOCENTE EM GEOGRAFIA: PRÁCTICAS, MOVILIDAD URBANA Y CONCIENCIA NEGRA

Paulo Henrique de Souza[1]
0000-0003-0399-9123
paulohenrique.souza@unifal-mg.edu.br

Neusa Cristina Chaves[2]
0000-0002-4311-4302
neusa.chaves@sou.unifal-mg.edu.br

Gian Silva Oliveira[3]
0009-0004-9162-1925
gian.oliveira@sou.unifal-mg.edu.br

Taissa Marcela de Souza Melo[4]
0009-0001-8975-898X
taissa.melo@sou.unifal-mg.edu.br

CIÊNCIA Geográfica
Ano XXX - Vol. XXX - (1): Janeiro/Dezembro - 2026
ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461
www.agbbauru.org.br

1 Professor Titular da Graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Alfenas. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0399-9123. Email: paulohenrique.souza@unifal-mg.edu.br.
2 Graduanda em Geografia, Universidade Federal de Alfenas. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4311-4302. Email: neusa.chaves@sou.unifal-mg.edu.br.
3 Graduando em Geografia, Universidade Federal de Alfenas. ORCID: https://orcid.org/0009-0004-9162-1925. Email: gian.oliveira@sou.unifal-mg.edu.br.
4 Graduanda em Geografia, Universidade Federal de Alfenas. ORCID: https://orcid.org/0009-0001-8975-898X. Email: taissa.melo@sou.unifal-mg.edu.br.

Artigo recebido em abril de 2026 e aceito para publicação em junho de 2026.

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) objetiva promover estímulo e possibilitar o contato direto dos estudantes de licenciatura com a sala de aula. Assim, este trabalho teve a finalidade de desenvolver uma ação educativa e reflexiva, identificando algumas informações relevantes sobre a Escola enquanto auxiliava na abordagem de temas relevantes. Para isso uma revisão bibliográfica foi feita sobre os assuntos e acerca da formação docente, ensino de Geografia e PIBID. Também foram realizados um diagnóstico e uma caracterização da escola. Durante sua execução foram desenvolvidas reuniões de planejamento e avaliação. Para a realização do Censo Escolar um questionário fechado foi aplicado. A mobilidade urbana foi aferida por uma consulta junto ao corpo discente da Escola. Por fim, uma intervenção reflexiva foi feita aproveitando o Dia da Consciência Negra por meio das seguintes atividades; palestra ministrada com objetivo de conscientizar e reforçar a luta contra o racismo na sociedade, apresentações discentes representando a resistência da cultura africana, apresentação de capoeira e roda de capoeira. Ao final do processo conclui-se que o PIBID e a ação implementada contribuíram com a Escola, funcionários, corpo discente e com a formação e capacitação de cada estagiário.

Palavras-chave: PIBID. Formação Docente. Ensino. Geografia.

ABSTRACT: The Institutional Scholarship Program for Teaching Initiation (PIBID) aims to promote and facilitate direct contact between undergraduate students and the classroom. Therefore, this work aimed to develop an educational and reflective action, identifying relevant information about the school while assisting in addressing relevant themes. To this end, a literature review was conducted on the subjects and on teacher training, geography teaching, and PIBID. A diagnosis and characterization of the school were also carried out. During its execution, planning and evaluation meetings were held. A closed questionnaire was applied to conduct the School Census. Urban mobility was assessed through a consultation with the school's student body. Finally, a reflective intervention was carried out taking advantage of Black Awareness Day through the following activities: a lecture aimed at raising awareness and reinforcing the fight against racism in society, student presentations representing the resistance of African culture, a capoeira presentation, and a capoeira circle. In conclusion, the PIBID program and the implemented action contributed to the school, staff, student body, and the training and development of each intern.

Keywords: PIBID. Teacher Training. Teaching. Geography.

RESUMEN: El Programa Institucional de Becas para la Iniciación Docente (PIBID) tiene como objetivo promover y facilitar el contacto directo entre los estudiantes de pregrado y el aula. Por lo tanto, este trabajo buscó desarrollar una acción educativa y reflexiva, identificando información relevante sobre la escuela y ayudando a abordar temas relevantes. Para ello, se realizó una revisión bibliográfica sobre las materias y sobre la formación docente, la enseñanza de geografía y el PIBID. También se llevó a cabo un diagnóstico y caracterización de la escuela. Durante su ejecución, se realizaron reuniones de planificación y evaluación. Se aplicó un cuestionario cerrado para realizar el Censo Escolar. La movilidad urbana se evaluó mediante una consulta con el alumnado de la escuela. Finalmente, se llevó a cabo una intervención reflexiva aprovechando el Día de la Conciencia Negra

a través de las siguientes actividades: una conferencia dirigida a crear conciencia y reforzar la lucha contra el racismo en la sociedad, presentaciones de estudiantes que representaban la resistencia de la cultura africana, una presentación de capoeira y un círculo de capoeira. En conclusión, el programa PIBID y la acción implementada contribuyeron a la escuela, al personal, al alumnado y a la formación y desarrollo de cada pasante.

Palabras clave: PIBID. Formación Docente. Docencia. Geografía.

INTRODUÇÃO

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) é um programa que tem importância para a formação de educadores, visando a sua qualificação e a adaptação às escolas públicas, levando-os para a realidade das escolas, através de projetos e subprojetos ligados às instituições de ensino superior que os propõe, fato que possibilita um primeiro contato com várias realidades. Sendo assim, o "docente chega à escola com seus ideais e entra em choque com uma dicotomia entre teoria e prática, cuja distinção ainda é recorrente em algumas realidades tanto da Educação Básica como na Educação Superior" (Rausch, 2013, p. 626).

Segundo Pimenta (2010), o estágio tem por finalidade propiciar ao aluno, uma aproximação à realidade que irá atuar e é componente curricular dos cursos de formação de professores, sendo uma atividade teórica, preparadora de uma práxis. Sendo assim, entende que o estágio prepara o acadêmico para a práxis docente, essa é uma fase de conhecimento, fundamentação, diálogo e intervenção na realidade, é neste contexto que a práxis se dá,

> O estágio deveria se constituir como uma atividade privilegiada na formação docente, [...] pois proporciona aproximação com a escola (ambiente de trabalho do professor), com as práticas didático-pedagógicas (quando professores e alunos estabelecem relação com o conhecimento por meio de ação coletivamente desenvolvidas) e com os professores e alunos (aproximando se das compreensões e atitudes dos sujeitos na aula) (Pimenta; Almeida, 2014, p.16).

Para Pimenta e Lima (2010) a experiência é fundamental para todos que constantemente buscam ou passam por novas aprendizagens. A aprendizagem, de acordo com Lefrançois (2008), é tudo o que pode ser mudado ou descoberto através da experiência, e essa experiência pode ser um contato com alguma coisa, ou engajamento em qualquer evento que têm o intuito de gerar mudanças no comportamento de uma pessoa, mudanças essas que se tornem perceptíveis depois da experiência tida, pois, somente assim irá revelar que a aprendizagem realmente foi efetiva.

Freire (1996) reforça que a prática educativa é um ato político e ético, e que o professor deve assumir sua função como agente de transformação social. A identidade docente, portanto, não se limita ao domínio de conteúdos, mas envolve o compromisso com a inclusão, a equidade e o desenvolvimento integral dos estudantes.

É nesse contexto que partindo do princípio de que o PIBID visa "elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura" (Brasil, 2013, p. 04), que fica entendida a oportunidade que o PIBID dá para o estagiário ter um aprofundamento teórico a prática e um amplo conhecimento do contexto escolar em seu entorno além de possibilitar a integração com a realidade escolar, juntamente com

a experiência adquirida de ensino, sua inserção na rede da educação básica e interação na convivência com os alunos. Pinto (2020, p. 14) concluiu que o PIBID é extremamente importante, "visto que o programa fornece elementos chave na articulação de diversas situações no processo de ensino/aprendizagem, na aplicação de novas metodologias, proporcionando uma troca de saberes, pautando a teoria/prática", obtendo resultados positivos na formação de professores para atuação na Educação Básica. Neste sentido, Tardif (2002, p. 55) atesta que "os saberes são plurais, formados pelos saberes da formação profissional, saberes disciplinares, saberes curriculares e saberes experienciais".

Criado em 2007 e coordenado pela Diretoria de Educação Básica Presencial da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) objetiva promover estímulo e possibilitar o contato direto dos estudantes de licenciatura com a sala de aula, antes mesmo da realização do estágio. Visando incentivar a formação de docentes, além de melhorar a capacitação dos futuros professores (Brasil, 2020). Diante disso, o programa apresenta uma ótima iniciativa visto que são poucas as oportunidades de estágios de licenciatura. Souza (2016, p. 188) acredita que o PIBID pode ser compreendido como "um espaço que possibilita a integração entre universidade e escola, oportunizando aos futuros professores, o entendimento e a análise sobre a profissão docente e a realidade escolar".

Tendo em vista que o PIBID exige esforço, dedicação e disponibilidade por parte de todos os envolvidos no programa, o que o torna muito desafiador e também gratificante, pois o aprendizado vivenciado é único e nos dá suporte para se tornar futuros profissionais da educação com competência para ensinar Geografia nas escolas. Para o licenciando as aulas práticas e de grande importância, onde pode-se vivenciar o dia-a-dia dos professores no cotidiano escolar, essa observação traz reflexão de como trabalhar em relação, ao ensino -aprendizagem no ensino de Geografia a partir do cotidiano de cada aluno, pois o programa proporciona o "aprender a fazer" e o "aprender a ensinar".

Em suas atividades diárias, alunos e professores constroem práticas educativas inerentes ao ensino de Geografia, uma vez que ao circularem, brincarem, trabalharem pela cidade, pelos bairros, constroem lugares, produzem espaço, delimitam seus territórios. E vão formando, assim, espacialidades cotidianas em seu mundo vivido e vão contribuindo para a produção de espaços geográficos mais amplos. Ao construírem Geografia, eles também constroem conhecimentos sobre o que produzem que são conhecimentos geográficos. Então, ao lidar com as coisas, fatos, processos na prática social cotidiana, os indivíduos vão construindo e reconstruindo uma Geografia (Cavalcanti, 2002).

Dessa forma, o estágio foi realizado na instituição de ensino da cidade de Alfenas-MG, Escola Estadual Padre José Grimminck, nas turmas de 9° anos do Ensino Fundamental finais e nos 1°, 2° e 3° do Ensino Médio. Sendo que é visível o estágio como uma experiência vivenciada na prática docente, pois a educação básica tem por objetivo proporcionar uma visão ampla dos desafios dos quais enfrentam os atuais professores. Como já dizia Nelson Mandela, a educação é a arma mais poderosa para mudar o mundo.

Nessa perspectiva, o trabalho docente é fundamental e se torna responsável por ensinar os educandos a usar essa arma poderosíssima. Diante da importância dessa prática se faz necessário entender como essa relação causa impacto na formação dos professores de Geografia, pois, a disciplina de Geografia e sua dinâmica tende a abranger toda sociedade, não somente os espaços escolares.

É necessário lembrar que a Geografia é uma ciência dinâmica. Sendo assim, as relações entre teoria e a prática não poderiam ser engessadas, mas ambas caminham juntas no exercício melhor dessa

ciência. O professor de Geografia deve, deste modo, fazer a relação entre os conteúdos ensinados e o contexto de vida de seus alunos. Além disso, este professor de Geografia precisa ser um profissional competente, criativo, dedicado, para assim relacionar o conteúdo trabalhado com o cotidiano do aluno.

Assim, as atividades do PIBID incluem a participação ativa dos bolsistas em aulas, planejamento de atividades educativas, elaboração de materiais didáticos, projetos de pesquisa e intervenções pedagógicas. Essas práticas auxiliam os futuros professores a compreenderem as complexidades da sala de aula, a diversidade de perfis de alunos e a adaptarem suas abordagens de ensino de Geografia de acordo com as necessidades identificadas.

Cavalcanti (2012, p. 134) considera que "A geografia cumpre uma importante função, que é a de ajudar os alunos a se localizar no mundo e a se informar sobre a localização das "coisas" no mundo". Deste modo, ao se ensinar Geografia, o professor possibilita ao educando pensar espacialmente, reconhecer e localizar a distribuição dos fenômenos, e a compreensão do mundo em que se vive, o que podemos chamar de Raciocínio Geográfico. É com a Geografia que o educando aprende a se questionar, não aceitando o tão famigerado "porquê sim", ele passa a entender a relação indissociável entre a sociedade e a natureza, e de quais formas essa relação transformará o espaço geográfico.

Portanto, o objetivo geral deste artigo consistiu em apresentar uma leitura sobre a participação dos licenciandos bolsistas no PIBID, destacando os benefícios dessa inserção durante a graduação e relatando as práticas e experiências vividas no contexto da formação docente em Geografia. De modo articulado, busca-se identificar como a participação no PIBID contribui para a formação do licenciando em Geografia; destacar como o envolvimento com o programa estimula a valorização do processo de ensino-aprendizagem; expressar a importância do PIBID de Geografia para a formação profissional dos futuros docentes; e contribuir para a discussão acerca da organização do professor no ato de ensinar, considerando as condições físicas, materiais e pedagógicas da escola e a vivência direta no cotidiano escolar.

METODOLOGIA

Buscou-se observar com precisão as turmas em atividade procurando entender como de fato a teoria é bem diferente da prática. Para o desenvolvimento do presente estágio foi necessário realizar um levantamento acerca das características da escola e da realidade a ser observada, levantando dados sobre o espaço físico e pedagógico, sobres as características da escola - identificando curiosidades em relação a alguns alunos onde uma aproximação teve início por meio de conversa.

A interação com o ambiente escolar é fundamental no processo de formação dos bolsistas, portanto, conhecer a realidade do campo de trabalho é essencial. Na compreensão de Lück (2009), para conhecer uma escola é preciso conhecer o seu cotidiano, que traduz o que ela realmente é. E ela é o que fazem dela os seus participantes. Nesse sentido, nenhuma escola é igual à outra, embora possam ser parecidas, por expressarem elementos comuns. Uma escola pode situar-se em um determinado ponto de diversos eixos situacionais, como por exemplo, entre ser: aberta, transparente fechada; flexível, inflexível; democrática-autoritária; proativa-reativa; inovadora-conservadora; orientada pelo passado − orientada por visão de futuro.

CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

O bairro em que a escola está localizada se encontra em uma região periférica, onde a grande maioria dos moradores pertence a uma classe mais vulnerável economicamente, o que acaba criando uma percepção errônea a seu respeito, como a visão popular de que aquele é um bairro onde existe muita criminalidade, violência e tráfico de drogas. Este fato é comprovado estatisticamente. Essa condição socioeconômica e estigma, repercutem diretamente na trajetória escolar dos estudantes, e consequentemente na própria vida pessoal e familiar.

Parte expressiva desses alunos possui baixa autoestima que coopera com a falta de perspectiva sobre o futuro. Além disso, a maior parte das famílias não consegue ter tempo para acompanhar seus filhos diariamente, por isso, muitos alunos relatam que cuidam dos seus irmãos para os pais trabalharem ou que trabalham em um turno para ajudar a manter a família, para que os pais consigam pagar as contas da casa.

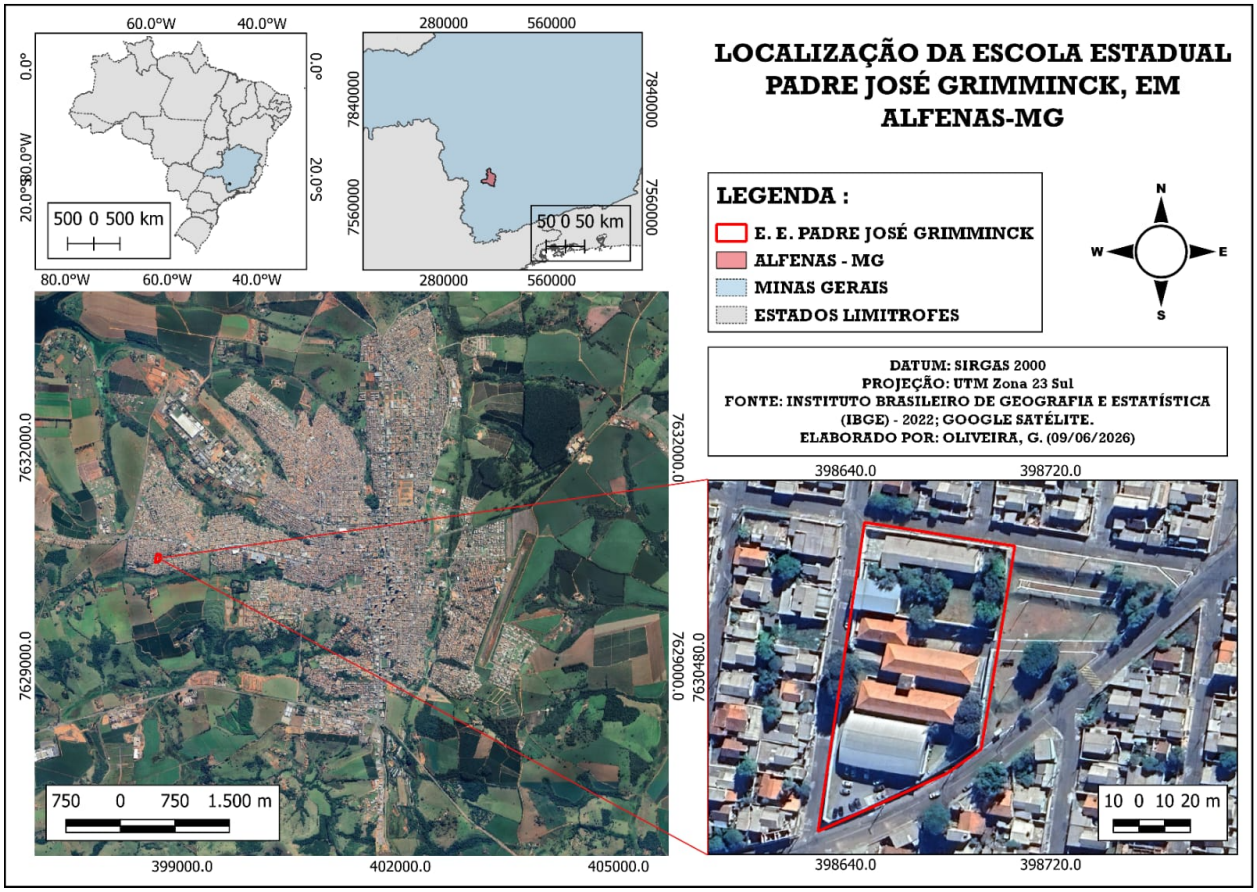
Além deste segmento, a escola também recebe alunos diagnosticados com diversas limitações, como com TDAH, autismo e deficiência auditiva, entre outros. Portanto a escola tornou-se um ambiente rico em diversidade, e mesmo que tal diversidade carregue desafios muitas vezes gerando conflitos e a segregação, a mesma gera um ambiente onde cada aluno convive com a diversidade.

Como as demais, essa Escola tem a função de acolher as camadas populares das mais ricas às mais pobres, garantindo a aprendizagem e o conhecimento, possibilitando ao indivíduo uma relação autônoma, crítica e construtiva com a sociedade. Atentando para isto, informações sobre a escola foram coletadas a partir das observações realizadas e dos dados da estrutura física e recursos humanos da escola.

A Escola Estadual Padre José Grimminck está localizada na rua Josefina Salles n° 205, bairro Pinheirinho (Figura 1). Trata-se de uma escola que oferece desde o nível Fundamental II até o Ensino Médio, o CEP é 37133-794. O telefone da escola é (35) 3292-2508. A escola em relação aos prédios, salas, muros e demais dependências, pois a pintura, estilo e limpeza são elogiáveis. A superintendência regional fica na da cidade de Varginha (SRE).

O corpo docente é formado por 61 professores (Ensino Médio 32, Ensino Fundamental 29). A Escola foi inaugurada em agosto de 1982. Seu funcionamento começou com algumas turmas vinculadas por outras escolas. Na época a escola era representada pela diretora Madalena de Araújo Junqueira da Costa que lutou pela sede própria. Nos anos 1982 a 1986 a escola funcionou exclusivamente com o Ensino Fundamental I pois não havia outra escola no bairro. A partir de 2006 a escola passou a administrar o ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e o Ensino Médio. Após a construção de outra escola no bairro, o Fundamental I foi transferido para a nova escola. A Escola tem parceria com a prefeitura em alguns projetos, o mais conhecido é a Cidade Escola que oferece campeonato e horta comunitária, e conta com participação de uma boa parte dos alunos. O bairro em que a Escola está inserida é ocupado por moradores com baixa renda e um nível socioeconômico muito precário devido ao desemprego.

Figura 1. Mapa de localização da Escola Estadual Padre José Grimminck



Fonte: IBGE. Elaborado por Oliveira, G. (2026).

Atualmente a Escola Estadual Padre José Grimminck oferece dois níveis de ensino: o Fundamental II dos 6° ao 9°ano, vespertino, e o Ensino Médio dos 1° ao 3° Colegial matutino. A escola conta ainda com a Educação de Jovens Adultos (EJA) noturno, e também a educação prisional (APAC). O número de alunos matriculados é o máximo permitido de 795 alunos sendo 54% do sexo Feminino e 46% do sexo Masculino.

- 43% são brancos, 36% pardos e 8% negros;
- 98% dos estudantes residem na zona urbana e 2% na zona rural;
- 5% utiliza transporte escolar público e 95% não utilizam.

O corpo docente é formado por 61 professores (Ensino Médio 32, Ensino Fundamental 29). A Escola foi inaugurada em agosto de 1982. Seu funcionamento começou com algumas turmas vinculadas por outras escolas. Na época a escola era representada pela diretora Madalena de Araújo Junqueira da Costa que lutou pela sede própria. Nos anos 1982 a 1986 a escola funcionou exclusivamente com o Ensino Fundamental I pois não havia outra escola no bairro. A partir de 2006 a escola passou a administrar o ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e o Ensino Médio. Após a construção de outra escola no bairro, o Fundamental I foi transferido para a nova escola. A Escola tem parceria com a prefeitura em alguns projetos, o mais conhecido é a Cidade Escola que oferece campeonato e horta comunitária, e conta com participação de uma boa parte dos alunos. O bairro em que a Escola está inserida é ocupado por moradores com baixa renda e um nível socioeconômico muito precário devido ao desemprego.

A escola possui câmeras internas e em seu entorno para poder monitorar os alunos, quem entra e quem sai. As aulas também são monitoradas por razões de segurança. Caso haja qualquer suspeita, a ação pode ser mais ágil. A escola oferece um amplo estacionamento para professores e funcionários. Dispõe de uma boa iluminação interna e externa. O refeitório comporta bem os alunos que alternam nos horários do recreio. A quadra é adequada e espaçosa para os jogos. A biblioteca possui um bom acervo de livros. Há também uma sala de computação ampla e estruturada.

Pode-se perceber que a limpeza da escola é excelente. Registra-se computador e Datashow em todas as salas de aula. A escola possui 2 andares. Tem acessibilidade somente na entrada da escola (corrimão) mas não possui banheiro para cadeirantes, e há uma enorme escadaria. Em Alfenas pode se dizer que poucas escolas tem uma boa infraestrutura como essa apesar de ser no bairro periférico da cidade.

Na entrada dos alunos nas manhãs percebe-se que alguns pais trazem os filhos na porta da escola caminhando a pé por falta de recursos financeiros. Outros já trazem e buscam de carro, onde se nota as diferentes classes sociais até mesmo através da chegada dos alunos na porta da escola. No lado esquerdo da escola nota-se um ponto de ônibus. Outros alunos já têm por mobilidade a bicicleta, a qual será uma discussão ao discorrer deste artigo. Em frente a esse ponto de ônibus está localizado um parquinho onde as crianças se divertem ao sair da escola. Vale lembrar que a escola é arborizada trazendo uma sensação de frescor no verão.

Figura 2. Portão de entrada da Escola Estadual Padre José Grimminck

Fonte: Portal Consed (2022).

PIBID COMO DIRECIONADOR DO LICENCIANDO NA ESCOLA

Para Cavalcanti (2012, p.176): "A escola é um espaço de encontro e de confronto de saberes produzidos ao longo da história pela humanidade. Ela lida com a cultura, seja no interior da sala de aula, seja nos demais espaços escolares".

O PIBID oportuniza aprofundamento teórico, vivência prática, conhecimento dos contextos escolares e seus entornos, debates a respeito das questões educacionais nos Cursos de Licenciatura, desenvolvimento e pesquisas, produção de material pedagógico, organização de eventos, construção

de um olhar transdisciplinar da educação e das ciências, tendo em vista que os bolsistas precisam planejar considerando a formação integral dos alunos e docentes envolvidos. Assim, o PIBID tem por objetivo incentivar a formação de futuros professores, por meio de bolsas de iniciação à docência, para que possam desenvolver atividades pedagógicas nas escolas públicas conveniadas. Ainda, busca promover a integração entre a Universidade e a Educação Básica, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino no nosso país.

Portanto, o PIBID exige esforço, dedicação e disponibilidade por parte de todos os envolvidos no programa, o que o torna muito desafiador e também gratificante, pois o aprendizado vivenciado é único e oferece suporte para os futuros profissionais da educação com competência para ensinar.

De acordo com Cavalcanti (2019, p. 104), "pensar pela Geografia, ou com Geografia, requer uma orientação consciente do pensamento". Para desenvolver este pensamento, as categorias e conceitos dessa ciência, espaço, lugar, região, paisagem e território são elementos privilegiados. Além disso, os princípios geográficos, tais como a localização, a distribuição, a conectividade, a extensão e a escala (local/regional/global), são essenciais para a formação do raciocínio geográfico. A vivência no ambiente escolar, a interação com os alunos e o trabalho em equipe são fundamentais para ampliar a visão sobre o papel do educador na sociedade.

Atualmente o papel dos educadores tornou-se mais desafiador principalmente em relação às tecnologias. Educação e tecnologia caminham juntas, mas unir as duas é uma tarefa que exige preparo do professor dentro e fora da sala de aula. Nesse contexto, a primeira etapa da participação efetiva da equipe de pibidianos na Escola consistiu em um "Censo Escolar" com questionário onde os alunos teriam que responder na sala de computação. O trabalho foi feito por grupos como o professor regente havia sugerido. Visando o correto preenchimento dos questionários, os mesmos foram detalhados e explicados aos estudantes em sala. Com base no objetivo da ação, a participação dos alunos se deu de forma espontânea com garantia de total anonimato, informando que não seria necessário assinar ou escrever qualquer identificação.

Para que houvesse uma certa ordem foram utilizadas as estratégias de ensino-aprendizagem que são técnicas que têm como objetivo ajudar o aluno a construir seu conhecimento, uma proposta que procura ~~de~~ facilitar o ensino da Geografia, fazendo o aluno ~~p~~ ver a geografia com outros olhos, e que o mesmo possa aprender de forma diferente sendo desafiado, experimentando coisas novas, por isso o censo na escola foi conduzido pelos alunos. Os alunos foram conduzidos da sala de aula em grupos de 5 a 7 alunos por vez. Cada pibidiano se mobilizou para ajudá-los nas respostas. A opção de preencher o questionário pelo computador foi uma escolha certa, pois de acordo com o Amâncio e Salvi (2007, p. 8), "o ensino de Geografia por meio do uso do computador permite que os educandos se insiram cada vez mais nos seus ambientes interativos, dado que os inúmeros recursos tecnológicos podem tornar as aulas mais dinâmicas e motivadoras". Vale ressaltar que, o professor precisa ter domínio das tecnologias utilizadas, para que a aula não fuja de seu objetivo, impedindo que haja eventuais problemas.

Os recursos digitais hoje estão se tornado ferramentas fundamentais nas salas de aula, com o passar do tempo alguns aparelhos digitais tem auxiliado bastante os professores na elaboração de aulas, a tecnologia tem ajudado também na relação do professor e aluno, fazendo com que a escola seja um ambiente mais interessante e dinâmico para os estudantes (Santana, 2020).

É neste contexto que o PIBID desenvolve sugestões práticas, podendo posteriormente averiguar a aplicabilidade do material e das etapas da atividade por meio das próprias experiências do acadêmico,

isso foi presenciado durante a realização do censo escolar. Além disso, os estudantes mostraram-se interessados e concentrados em realizar o preenchimento do questionário, portanto é frente a essas situações reais de ensino que os estagiários são estimulados a adotar uma postura ativa e reflexiva, aprendendo a enfrentar os desafios no contexto escolar.

A atividade sobre o censo escolar dos estudantes foi realizada atentando para o entendimento de que o questionário é a tentativa de conseguir informações sobre práticas e condições atuais e dados demográficos. Utiliza-se essa técnica para pedir opiniões ou expressão de conhecimentos (Thomas; Nelson; Silverman, 2012). Foram quatro questões discursivas (Quadro 1), para que os alunos respondessem as perguntas. Também foi solicitado que os alunos deixassem escrito qual pergunta gostariam que estivesse no questionário. Ninguém tinha acesso a resposta do colega.

Assim procedeu a aplicação com todas as turmas escolhidas, acrescentando que para os pibidianos foi um sucesso pois a atividade contou com a maior parte dos alunos a percentagem que ficou sem resposta foi mínima.

Coleta dos dados

Após a coleta dos dados os pibidianos em grupos orientados pelo professor deveriam escolher um tópico para elaborar uma aula e dar uma aula regência expondo o resultado para os alunos numa perspectiva geográfica, com objetivo de diagnosticar e desenvolver o raciocínio geográfico, a consciência espacial, a orientação espacial e o conceito de paisagem e lugar na qual os alunos pudessem perceber e representar seu espaço de vivência no meio urbano.

Quadro 1. Pontos coletados nos questionários para Projeto Censo Escolar

Questionário - Projeto Censo Escolar/PIBID UNIFAL-MG (Escola Padre José Grimminck)	
1. Identificação	Idade, local de moradia, perfil demográfico.
2. Vida Escolar	Afinidade com quais materiais escolares e cotidiano escolar.
3. Transporte e Deslocamento	Qual transporte costuma usar para ir para escola (carro, moto, bicicleta, etc.)
4. Tecnologias	Acesso a internet, Uso de Aparelho Eletrônicos, Uso de Inteligências Artificiais (AIs) para atividades escolares. E no final de formulário a criação de perguntas.

Fonte: Projeto Censo Escolar/PIBID UNIFAL-MG (2025).

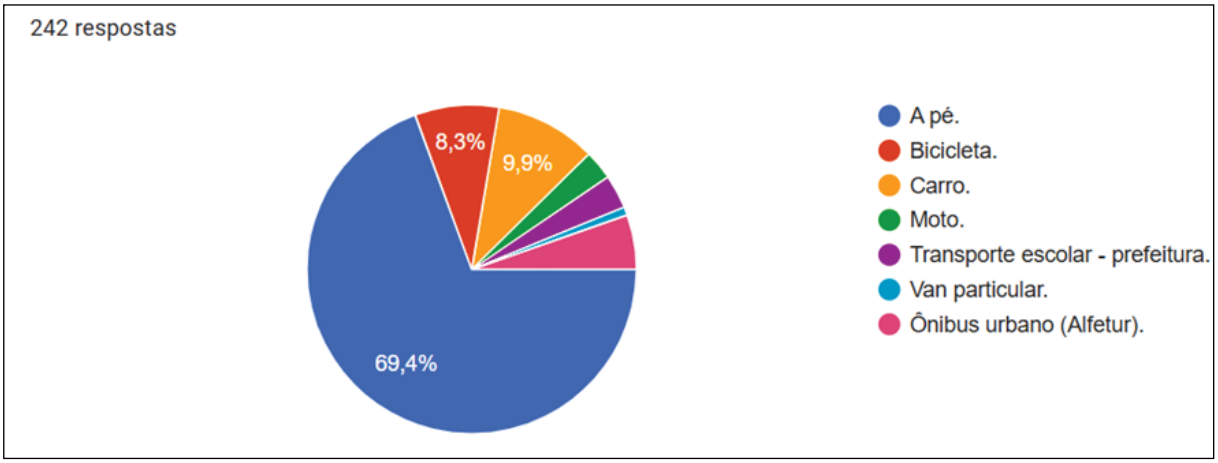
Transporte e deslocamento

Um dos temas para a aula tratou sobre os aspectos da Mobilidade Urbana no município de Alfenas-MG, abrindo um debate sobre a realidade presente na cidade. Nesse sentido, entende-se mobilidade urbana como a facilidade de se deslocar nas cidades de forma fluida. Assim, pensar a mobilidade urbana, vai além da construção de infraestruturas para veículos motorizados, essa não se apresenta mais como uma solução para resolver os problemas relacionados ao transporte nos grandes centros, significa buscar recursos capazes de promover o desenvolvimento sustentável (Amorim *et al*., 2014; Hull, 2008).

A intenção consistiu em proporcionar ao aluno mediante a regência mostrar uma compreensão geográfica procurando destacar, em especial o deslocamento dos alunos para a escola, sendo esse o predomínio da mobilidade ativa**.**

É óbvio que esses levantamentos são fundamentais para trazer reflexão e mudança na realidade da escola. Atuando diretamente como agente ativo e modificador de sua realidade. Através dos dados obtidos pela atividade foi debatida com os alunos a sua realidade referente a mobilidade espacial do município e o transporte que deveria ser direito do aluno já que diante da constituição e na LDB (Lei 9.394/96) as prefeituras são obrigadas a garantir o transporte gratuito para alunos da educação básica pública especialmente residentes da zona rural ou de difícil acesso.

Gráfico 1. "Qual é o seu meio de transporte para a escola?"



Fonte: Projeto Censo Escolar /PIBID UNIFAL-MG (2025).

Durante o debate com os alunos diversos deles reclamaram a falta de recurso para manter a frequência escolar, pois de acordo com os mesmos, se faltar o dinheiro durante o mês ficam sem frequentar as aulas, pois não se beneficiam de ajuda da prefeitura no vale transporte como uma ajuda de deslocamento. Muitos pagam 4 deslocamentos de ônibus por dia para se manter nas aulas. No conceito de direito às cidades, o direito de ir e vir está expresso na Carta Mundial pelo Direito à Cidade, documento produzido a partir do Fórum Social Mundial no ano de 2006. Os principais problemas da mobilidade urbana são a falta de planejamento, ausência de infraestrutura adequada que proporciona a locomoção nas cidades. Nesse contexto foi abordado com os alunos a realidade de sua locomoção de casa para a escola, enfatizando que a mobilidade urbana se traduz como essencial ao indivíduo, pois é ela que irá influenciar todos os modos de locomoção e os modos de circulação na cidade.

Seja esses caminhos, as calçadas, as ruas, avenidas, o acesso aos equipamentos públicos, ao transporte, tais direitos precisam ser vistos como espaços ligados à vida urbana, necessários como lugar que nos posiciona dentro do ambiente urbano e nos identifica com a cidade em que vivemos pois segundo Martins e Oliveira (2020) as ruas e calçadas têm papel preponderante no contexto do planejamento urbano das cidades, pois atendem múltiplas finalidades e cumprem sua função social. Este local é órgão vital para a cidade, pois são nelas que a integração e a convivência da sociedade acontecem, visto o uso e ocupação pelas pessoas neste ambiente (Jacobs, 2014.).

As atividades foram debatidas e planejadas coletivamente pelo grupo visando proporcionar uma introdução conceitual e ampliar a visão crítica sobre a mobilidade urbana, o qual predominava a mobilidade ativa, melhor dizendo o deslocamento (a pé), na intenção de ajudar a ampliar a compreensão dos conceitos geográficos apresentados, além de "treinar" o olhar do aluno para o

espaço urbano. Assim, a integração desses conceitos no ensino da Geografia não enriquece somente o conhecimento dos estudantes, mas também os capacita para atuarem de maneira crítica e informada em suas comunidades.

O Gráfico 1 mostra que 69,4% se deslocam a pé para a escola, seguido de 9,9% que vão com os pais e amigos de carro. De bicicleta vão está entre 8,3%. Os outros 12,4 % não responderam ou apontaram outras respostas. Observa-se um predomínio do deslocamento a pé em relação aos demais meios de transporte por motivo que a escola se localiza ou se encontra em um bairro periférico, onde pais não possuem automóveis e não conseguem pagar o transporte de ônibus por falta de recursos financeiros.

Enquanto para muitos alunos andar a pé é uma necessidade, o único recurso para frequentar as aulas na escola, devido à falta de opções de outros meios de transporte ou de recursos financeiros, para outras pessoas, é uma opção de mobilidade e não apenas uma atividade de lazer, pois a frequência escolar para muitos é mais que obrigatória, lembrando que muitos dos alunos não podem atingir muitas faltas durante o mês em virtude de receberem Bolsa Família e Pé de Meia, programas de incentivo financeiro educacional, criado pelo Governo Federal com objetivo de promover a permanência e a conclusão escolar do estudante matriculado no ensino médio público, para a redução da evasão escolar. Nesta perspectiva andar a pé é para esse aluno a única solução. Por outro lado, o ato de caminhar até a escola é uma atividade cotidiana capaz de educar, incentivar a prática cotidiana do esporte e ajudar na formação do aluno. Sá *et al*. (2015) afirmam que a experiência de andar pelas ruas auxilia na formação pessoal, ou seja, é também um processo educativo.

A análise das condições de acesso nessas áreas pode contribuir com a identificação de medidas não apenas para incentivar o uso de transporte ativo, mas também para reduzir as desigualdades educacionais (Müller *et al*., 2008; Vasconcellos, 1997). Portanto, compreender os fatores que influenciam a mobilidade escolar é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes que visem garantir um transporte seguro e acessível para todos os estudantes, independentemente de sua localização geográfica.

Trocado (2012, p. 128) afirma que "[...] entende-se que uma parte substancial das questões de mobilidade deve ser trabalhada a partir das escolas, uma vez que, este é o modo mais assertivo para se intervir no sentido de alterar os hábitos e comportamentos de mobilidade nas crianças e nos próprios pais". Concorde a isto foi elaborada em conjunto uma discussão sobre incentivar os alunos para a importância da mobilidade ativa e como deve ser considerada benéfica, pois, o caminho escolar ativo também pode colaborar com a saúde individual e coletiva.

Em complemento, Lacerda (2015, p. 30) discorre que: "crianças que vão de bicicleta ou a pé para a escola todos os dias são mais propensos a alcançar os níveis recomendados de atividade física diária de uma hora por dia para as crianças".

O carro como mobilidade estudantil

É importante justificar que o possível reduzido uso de carro em relação a mobilidade entre os alunos seja em função da falta de condição socioeconômica em obter esse meio de transporte, pois somente 9,9% vão de carro para a escola. Famílias que possuem veículo tendem a se deslocar menos ativamente. A posse do veículo pode dificultar a prática da mobilidade ativa, especialmente em trajetos mais longos (Wilson; Clark; Gilliland, 2018; Jáuregui *et al*., 2015).

Bicicleta como mobilidade estudantil

Em relação a pessoas que estão em fase escolar, frente as que utilizam veículos automotores para se deslocar ao estabelecimento de ensino, utilizar o transporte ativo antes de entrar em sala de aula pode favorecer a capacidade de concentração dos estudantes a partir da atividade física exercida, efeito que pode perdurar por todo o horário escolar.

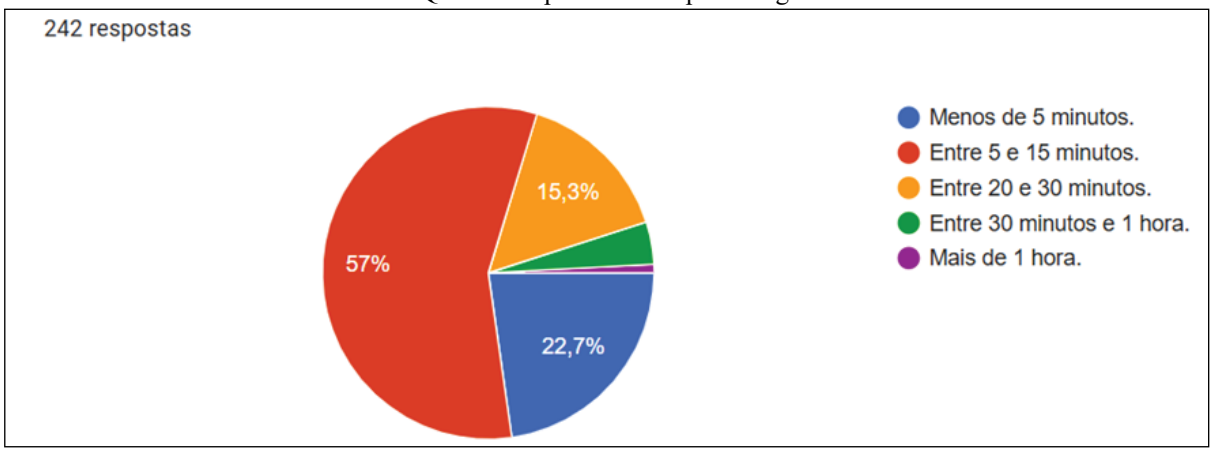
A mobilidade ativa no caminho para escola oportuniza explorar ambientes públicos e conscientizar para adaptação às modificações climáticas e preservação do meio ambiente (Vinther, 2012; Goodyear, 2013). A bicicleta vem se estabelecendo como importante meio de transporte, além das possibilidades de uso para o lazer na cidade.

A bicicleta, apesar de estar presente em cerca de alguns lares dos estudantes participantes do censo, tem aqueles alunos que preferem se deslocar a pé alegando gostar da companhia dos amigos e das conversas em meio ao trajeto para a casa. Em contrapartida, os estudantes que utilizam a bicicleta declararam gostar de fazer seu uso por ser divertido.

Tempo consumido no deslocamento à escola

Quando é considerado o período ocupado com as atividades escolares, o tempo dispendido na ida e vinda deve ser considerado, pois a finalidade do deslocamento é permitir o acesso ao estudo e o retorno ao abrigo do lar. Atentando para isto, o censo buscou essa informação junto aos alunos (Gráfico 2).

Gráfico 2. "Quanto tempo você leva para chegar à escola?"



Fonte: Projeto Censo Escolar/PIBID UNIFAL-MG (2025).

O tempo necessário para realização dos deslocamentos é um forte elemento, mas não o único para mensurar o grau de acessibilidade dos sujeitos, da frequência em que realizam seus deslocamentos. Acerca disso, podemos inferir que os estudantes deste censo, realizam em seus percursos diferentes intensidades. Como é possível observar no Gráfico 2, que trata do tempo de deslocamento dos estudantes à escola, 57% dos alunos demoram de 5 a 15 minutos para chegar à escola, o que pode indicar certa proximidade da moradia ao local de estudo. Aproximadamente 22,7% dos alunos demoram menos de 5 minutos para chegar. Já o percentual 15,3% constitui alunos que percorrem

longas distâncias para chegar à escola, isso decorre em virtude de muitos estudantes residirem em bairros distantes da escola, como também em bairros vizinhos, demonstrando que a distância da casa na escola tem um percurso mais longe.

CONSCIÊNCIA NEGRA

Também foi implementado um evento na escola com êxito, agradando não somente os pibidianos mas toda comunidade escolar proporcionando uma alegria que contagiou os alunos, permitindo que alunos de todas as etnias refletissem sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira cumprindo relevante contribuição ao processo educativo pois, a escola é o ambiente ideal nesse processo de superação, através das discussões e reflexões acerca do racismo que são feitas em sala de aula (Gomes, 2005), e ainda por também ser um espaço multicultural, onde a diversidade manifesta-se de diferentes formas, o evento contou em sua abertura com uma palestra realizada pela Profa. Dra. Ana Lucia da Silva, historiadora integrante do Movimento Negro (MNU) e docente na Universidade Federal de Alfenas – a professora ministrou a palestra A Luta do Povo Negro.

Figura 3. Palestra Semana da Consciência Negra

Fonte: Acervo pessoal (2025)

Figura 4. Palestra Semana da Consciência Negra

Fonte: Acervo pessoal (2025)

Ela trouxe uma importante reflexão sobre a negritude no território brasileiro, que se constitui no principal alvo de várias formas de discriminação racial. Com a existência de poucas reações contrárias, essas relações ficaram profundamente naturalizadas nas práticas sociais. Em função do ocultamento do racismo, que nos discursos e nas práticas sociais negam sua existência, é extremamente necessário analisar os discursos, as ideologias e as identidades étnico-raciais construídas, difundidas e naturalizadas em nosso meio social (Silva, 2009). Ela também retratou que o projeto Consciência Negra trabalha o autorreconhecimento do ser negro, estimulando a valorização de suas forças e qualidades, na tentativa de firmá-lo enquanto negro. Com esse sentimento e comportamento, o negro não fica à deriva da sociedade preconceituosa que impõe a ideia destorcida sobre o que vem do negro não presta.

O empoderamento das pessoas negras traz consigo toda a força de mais de quatro séculos de lutas, contra preconceito e discriminação racial, que persiste até os dias atuais. A professora apresentou canções literárias que envolveram os alunos, que cantaram com forte expressão e de forma coletiva. Foi muito gratificante a forma em que o teatro musical realizado pelas meninas envolveu todo público presente mostrando um pouco das tradições de um povo que com suas raízes e herança cultural ainda persiste e sobrevive em forma de arte.

A escola, por meio da educação, pode ser o ponto inicial para a conscientização sobre o respeito às diferentes culturas, raças, credo e gênero, pois é muito importante proporcionar conhecimento

aos educandos sobre a temática para que todos possam aprender a valorizar e respeitar a cultura afro-brasileira e, em especial, respeitar as pessoas negras, faz-se necessário trabalhar a temática preconceito racial junto aos jovens, nessa etapa tão importante em suas vidas, onde são fundamentais sua formação, pessoal e social. Após o evento, os alunos pediram para tirar foto com a professora. Alguns chegaram a relatar que gostariam que houvesse mais palestra iguais a dela.

Compondo a programação da Consciência Negra na escola, seguiu-se uma roda de Capoeira, uma das fortes raízes de manifestação cultural do povo negro mostrando que esse povo não se definiu somente pela escravidão, mas pela sua resistência e cultura. A capoeira, mesmo após ser perseguida e oprimida ao longo de todos esses anos, passa a ter o reconhecimento e a valorização de seus atributos oferecidos aos seus praticantes e da sua contribuição contra a escravidão. Utilizada pelos negros que lutavam por igualdade e respeito, a capoeira vem a se tornar patrimônio da cultura brasileira.

Mais tarde, a capoeira ainda atingiria uma relevância ainda maior no cenário mundial. Em 25 de novembro de 2014 a capoeira foi inscrita na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO. De acordo com a Unesco, a capoeira é símbolo da resistência negra no período da escravidão, e seu reconhecimento reforça a relevância de uma das manifestações populares mais expressivas da cultura brasileira e valoriza a influência da herança africana na nossa cultura (Fonte: http://g1.globo.com/bahia/noticia/2014/11/roda-de-capoeira-recebe-titulo-de-patrimonio-imaterial-da-humanidade.html .

Figura 5. Roda de capoeira no pátio da Escola Estadual Padre José Grimminck

Fonte: Acervo pessoal (2025)

A capoeira então, após superar toda a opressão sofrida em sua história, passa a ocupar relevante espaço na sociedade, inclusive na educação A professora explicou em sua palestra que a Capoeira não apenas preservar, mas revitaliza o contexto africano, sendo ela um símbolo da Diáspora Negra, que conecta o passado africano, ao presente afro-brasileiro. Houve também um breve discurso do professor regente reforçando o enriquecimento desses eventos visando a fortalecer a conscientização coletiva, a valorização da identidade afro-brasileira mais do que uma simples data nos ambientes escolares, é essencial oportunidade para se refletir a inclusão e valorização da Cultura Negra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o licenciando, o PIBID é uma oportunidade de vivenciar o cotidiano da sala de aula, mesmo antes do Estágio Supervisionado, prática esta que será de fundamental importância para o futuro exercício da profissão. Ele propicia aos licenciandos, que vão para a escola, aproximação da realidade vivida no exercício da docência e um aprendizado concreto sobre como na realidade é ser um profissional.

O PIBID é hoje a mais importante política pública voltada à formação de professores, porque consegue contribuir tanto com a melhoria da escola pública, quanto para a formação do professor, com impactos positivos na vida dos alunos da educação básica, principalmente, por meio da concessão de bolsas para os estudantes de licenciatura, com o intuito de incentivá-los a optarem pela carreira docente, possibilitando a construção da identidade profissional, desde o início do curso.

Os encontros periódicos do PIBID ocorreram com total compromisso com os horários e as atividades exercidas na escola, nas reuniões de planejamento com a presença dos bolsistas, professores supervisores e coordenadores da área para reflexão sobre as ações que seriam realizadas, assim como, para traçar metas e objetivos para as próximas aulas, evidenciando o processo de construção dos projetos a serem aplicados que sempre foi coletivo. As reuniões de estudo, realizavam-se semanalmente e apresentavam geralmente 1 (uma) hora de duração.

Durante os encontros ocorriam análises e discussões sobre temas relacionados às práticas educativas que seriam aplicadas no contexto escolar de acordo com o planejamento orientado pelo professor supervisor e o orientador que sempre estavam presentes. Isso contribuiu com todo aprendizado obtido com as experiências possibilitadas pelo PIBID.

Os resultados evidenciam que o PIBID possibilita aos estudantes dos cursos de licenciaturas permanecerem por mais tempo em experiências de observação e ação no cotidiano das Escolas Públicas, contribuindo com a melhor qualificação na formação docente, oferecendo condições de confronto entre teoria e prática, experiências de ensino e de resolução de problemas no ambiente escolar.

Como afirma Veiga (2014), "a docência é uma profissão aprendida, é um fazer permanente que se refaz constantemente na ação", pois ser professor não é somente apresentar conteúdos. O professor além de ser um profissional dotado do saber específico e da competência para ensinar, assume, muitas vezes, a função de conselheiro, psicólogo, pai, mãe, dentre outros papéis sociais. Além disso, é responsabilizado pelo fracasso da educação e tem de resolver todos os problemas do aluno, incluindo os problemas sociais e afetivos-familiares que afetam a aprendizagem. Essa dedicação pode ser visível durante todo o estágio do professor regente com os seus alunos, nesta ótica, as experiências adquiridas nos projetos realizados foi enriquecedora e certamente serão levadas por toda carreira profissional de cada participante.

REFERÊNCIAS

AMANCIO, R. S.; SALVI, R. F**. A utilização da informática educativa no ensino de Geografia.** Secretaria de Educação do Estado do Paraná. Curitiba, Brasil. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo rosilene santos amancio.pdf. Acesso em: 20 jun. 2016.

AMARAL, L. S. **O caminhar como modo de transporte: uma análise da acessibilidade e das condições das calçadas**. 2015. 138 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.p. 69-79, 2007.

AMORIM, M. C. C. T. *et al*. Mobilidade urbana sustentável: um estudo sobre os deslocamentos da população de baixa renda na cidade de São Paulo. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 3, n. 2, p. 55-71, 2014.

BARROS, T.. JACOBS, J. Morte e vida de grandes cidades. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. 532 p. **Novos Cadernos NAEA**, 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: planalto.gov.br.

BRASIL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Portaria nº 096, de 18 de julho de 2013**. Aprova o Regulamento do PIBID. Brasília: CAPES, Art. 4º, III. 2013.

BALBIM, R.; KRAUSE, C. H.; LINKE, C. C. Cidade e Movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano. Brasília : **Ipea** : ITDP, 2016. Pág. 326.

BORGES, L. M. R. **O PIBID na constituição da identidade docente e do professor formado em Pedagogia: um balanço do conhecimento no GT8 da ANPED**. 2023. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) − Unidade Universitária de Inhumas, Universidade Estadual de Goiás, Inhumas, 2023.

CAPES. Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal do nível superior. **Edital nº 1/2020** - Programa de residência pedagógica. Brasília: CAPES, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/06012020-edital-1-2020- residencia-pedagogica-pdf.

CARTA COMPROMISSO COM A MOBILIDADE. **Mobilidade Ativa nas Eleições**, 2018. Página Inicial. Disponível em: http://mobilidadeativanaseleicoes.org.br/oque-e/.

CAVALCANTI, L. S. OLIVEIRA, A. S. A Pesquisa No Ensino De Geografia No Laboratório De Estudos E Pesquisa Em Educação Geográfica. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 89, p. 169-182, 2002.

CAVALCANTI, L. S. **O ensino de Geografia na escola**. Campinas, SP, Papirus, p.134-176. 2012.

CAVALCANTI, L. S. **Pensar pela Geografia – ensino e relevância social.** Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2019.

D'ELIA, J. R.; FARIA, T.; GIUSTINA, R. D. **Ciclismo:** treinamento, fisiologia e biomecânica. São Paulo: Phorte, 2009

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 27 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GATTI, B. A. A formação inicial de professores para a educação básica: as licenciaturas. **Revista USP**, n. 100, p. 33-46, 2014.

GOMES, M. F. V. B. Paraná em relevo: proposta pedagógica para construção de maquetes. Geografia. **Revista do Departamento de Geociências**, v. 14, n. 1, jan./jun. 2005.

HULL, A. Policy integration: What will it take to achieve more sustainable transport solutions in cities?. **Transport policy**, v. 15, n. 2, p. 94-103, 2008.

INSTITUTO DE SALUD GLOBAL DE BARCELONA (ISGLOBAL). **La bicicleta es el medio de transporte urbano que se asocia con más beneficios para la salud. Barcelona:** ISGlobal, 2018. Disponível em: https://www.isglobal.org/-/la-bicicleta-es-el-medio-de-transporte-urbano-que-se-

asocia-con-mas-beneficios-para-la-salud.

JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. (Original publicado em 1961).

LAQUALE, A. **A pessoa com deficiência e o direito à acessibilidade**. Editora Jus. São Paulo, 2017.

LEFRANÇOIS, G. R. **Teorias da aprendizagem.** São Paulo: Cengage Learning, 2008.

LÜCK, H. Dimensões da gestão escolar e suas competências. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MARTINS, P. L. O.; ROMANOWSKI, J. P. Didática, práticas de ensino e educação básica na formação inicial de professores: uma relação necessária. *In:* MARIN, A. J.; PIMENTA, S. G. **Didática:** teoria e pesquisa. 2. ed. Ceará: UECE, p. 141-154, 2018.

PAULA, V. V.; LEONARDELLI, L. F. Mobilidade Urbana: desafios e oportunidades. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 11., Rio de Janeiro. **Anais**... Rio de Janeiro: Firjan. 2015. ISSN 1984-9354

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. Estágio e docência: diferentes concepções. **Poíesis pedagógica**, v. 3, n. 3 e 4, p. 5-24, 2006.

RODRIGUES, R. C. C. **A formação docente:** PIBID e o estágio supervisionado. 2015. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2015.

PIMENTA, S. G.; ALMEIDA, M. I. **Pedagogia universitária:** caminhos para a formação de professores. São Paulo: Cortez, 2014.

PINTO, L. L. A. Contribuições do PIBID-Geografia para a Formação Inicial de Professores e os Desafios no Ensino de Cartografia. **Revista Ensino de Geografia** (Recife). V. 3, N. 1, 2020.

RODRIGUES, Regina Célia Cola. **A formação docente:** PIBID e o estágio supervisionado. 2015. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2015.

RODRIGUES, L. S.; SILVA, A. N. R. Proposta de uma ferramenta para avaliação da caminhabilidade em áreas escolares. **Transportes**, v. 21, n. 3, p. 13-21, 2013.

SÁ-CHAVES, I. MOREIRA, A**. Nota introdutória**. *In:* ALARCÃO, Isabel. Percursos e pensamentos. Santiago: Universidade de Aveiro - Campus universitário de Santiago, p. 9-15. 2006.

SANTANA, C. L. S. Tecnologias digitais, informação e comunicação como ferramentas de auxílio no processo de ensino-aprendizagem. **Revista de Educação**, v. 5, n. 2, 2020.

SILVA, V. S. F. **Ocultamento do racismo e identidades negras: um estudo sobre os discursos e as ideologias de estudantes universitários.** 2009. 145 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SILVA, R. M. G.; SCHNETZLER, R. P. Concepções e ações de formadores de professores de Química sobre o estágio supervisionado: propostas brasileiras e portuguesas. **Química Nova na Escola**, São Paulo, v. 31, n. 8, p. 2174-2183, 2008.

SILVA, J. Fazendo geografias pluriversárias sobre gênero e sexualidades. *In:* **Geografias subversivas:** discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. 1. ed. Toda Palavra: ponta grossa. 2009.

SILVA, M. A. **Intervenção e consentimento:** a política educacional do Banco Mundial. Campinas, SP: Autores Associados; Fapesp, 2002.

SOUZA, A. R. B.; FILHO, L. J. M. Docência e Formação de Professores (As): Cenários E Perspectivas. **Revista Apotheke**, Florianópolis, v. 3, n. 1, 2017. Disponível em: https://revistas.udesc.br/index.php/apotheke/article/view/9088.

RODRIGUES, R. C. C. **A formação docente:** PIBID e o estágio supervisionado. 2015. 134 f.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2015.

SOUZA, N. C. A. T.; TESTI, B. M. O PIBID no contexto das políticas de formação inicial: um novo olhar para o processo de iniciação à docência. **Imagens Educ.**, v.6, n.1, p.50-58, 2016.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

TROCADO, P. As deslocações casa-escola e a mobilidade das crianças e dos jovens: uma breve reflexão. **Cadernos do curso de doutoramento em Geografia: FLUP**. Portugal: 2012.

TIMPERIO, A.; CRAWFORD, D.; WORSLEY, A. Perceptions of the local environment and walking to school: Adjoining an environmental psychological perspective with an epidemiological one. **Health & Place**, v. 10, n. 1, p. 39-47, 2020.

VASCONCELLOS, E. A. Transporte, escolarização e política educacional rural. **Cadernos de Pesquisa**, n. 102, p. 110-129, nov. 1997.

VEIGA, I. P. A. Docência como atividade profissional. *In:* VEIGA, Ilma Passos Alencastro; D'ÁVILA, Cristina (Org.). **Profissão docente:** novos sentidos, novas perspectivas. 2. ed. Campinas: Papirus, 2014.

WILSON, K.; CLARK, A.F.; GILLILAND, J. A. Compreendo as percepções de crianças e pais sobre as barreiras que influenciam as viagens escolares ativas das crianças. **BMC Public Health**. 18, 1053; 2018.

WORLD RESOURCES INSTITUTE - WRI. **O Desenho de Cidades Seguras**. 2016. Disponível em: https://portaleusebio.godocs.com.br/storage/assets/arquivos/nota/O_desenho_de_cidades_seguras_maio_2017.pdf.

DOI: https://doi.org/10.18817/26755122.30.1.2026.4613

FRAGMENTACIÓN ELECTORAL Y POLARIZACIÓN POLÍTICA: IMPLICANCIAS PARA LA REPRESENTACIÓN Y LA PARTICIPACIÓN CIUDADANA

FRAGMENTAÇÃO ELEITORAL E POLARIZAÇÃO POLÍTICA: IMPLICAÇÕES PARA A REPRESENTAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

LECTORAL FRAGMENTATION AND POLITICAL POLARIZATION: IMPLICATIONS FOR REPRESENTATION AND CITIZEN PARTICIPATION

Angel Aronés Cisneros[1]
0000-0002-5064-7027
a.aronescisneros@gmail.com

Miguel Gonzales Olivos[2]
0000-0001-7299-1219
miguel.gonzales@urp.edu.pe

César Adrian Labeguerre Nakada[3]
0000-0002-2131-9091
labenak@gmail.com

José Daniel Almeida Fernández[4]
0009-0007-5320-4284
jose.almeidaf@unmsm.edu.pe

CIÊNCIA Geográfica
Ano XXX - Vol. XXX - (1): Janeiro/Dezembro - 2026
ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461
www.agbbauru.org.br

1 Instituto de Investigación Geográfico Andino Rural, Perú. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5064-7027. E-mail: a.aronescisneros@gmail.com.
2 Instituto de Investigación Geográfico Andino Rural (Perú). ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7299-1219. E-mail: miguel.gonzales@urp.edu.pe.
3 Secretaría Nacional de Formación del Talento del Partido Morado. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2131-9091. E-mail: labenak@gmail.com.
4 Universidad Nacional Mayor de San Marcos. ORCID: https://orcid.org/0009-0007-5320-4284. E-mail: jose.almeidaf@unmsm.edu.pe.

Artigo recebido em abril de 2026 e aceito para publicação em junho de 2026.

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMEN: La investigación titulada tuvo como objetivo analizar la fragmentación electoral y la polarización política para comprender sus implicancias en la representación política y la participación ciudadana en el Perú. El estudio se desarrolló bajo un enfoque cualitativo, orientado a comprender las percepciones y experiencias de distintos actores sociales sobre los procesos electorales y la distancia entre las demandas ciudadanas y las decisiones gubernamentales, especialmente en territorios como el departamento de Tumbes. Los resultados evidencian que la polarización política se relaciona con la proliferación de partidos y candidaturas sin propuestas claras, la débil institucionalidad democrática, la desinformación en redes sociales, las desigualdades territoriales y la creciente desconfianza hacia las autoridades, lo que genera frustración ciudadana y debilita la representación política. Las propuestas plantean fortalecer la institucionalidad democrática mediante reformas al sistema de partidos, mejorar el acceso a información electoral confiable y promover educación cívica y mecanismos de participación inclusiva. La fragmentación electoral y la polarización reflejan brechas estructurales que debilitan la democracia y evidencian la necesidad de reconstruir la confianza entre el Estado y la ciudadanía.

Palabras clave: Fragmentación electoral. Polarización política. Representación política. Participación ciudadana.

RESUMO: Esta pesquisa teve como objetivo analisar a fragmentação eleitoral e a polarização política para compreender suas implicações para a representação política e a participação cidadã no Peru. O estudo empregou uma abordagem qualitativa, com foco na compreensão das percepções e experiências de diversos atores sociais em relação aos processos eleitorais e à lacuna entre as demandas dos cidadãos e as decisões governamentais, particularmente em regiões como o departamento de Tumbes. Os resultados mostram que a polarização política está ligada à proliferação de partidos e candidatos com propostas pouco claras, à fragilidade das instituições democráticas, à desinformação nas redes sociais, às desigualdades territoriais e à crescente desconfiança nas autoridades, o que gera frustração cidadã e enfraquece a representação política. As soluções propostas incluem o fortalecimento das instituições democráticas por meio de reformas no sistema partidário, a melhoria do acesso a informações eleitorais confiáveis e a promoção da educação cívica e de mecanismos de participação inclusiva. A fragmentação e a polarização eleitoral refletem lacunas estruturais que enfraquecem a democracia e destacam a necessidade de reconstruir a confiança entre o Estado e seus cidadãos.

Palavras-chave: Fragmentação eleitoral. Polarização política. Representação política. Participação cidadã.

ABSTRACT: This research aimed to analyze electoral fragmentation and political polarization to understand their implications for political representation and citizen participation in Peru. The study employed a qualitative approach, focusing on understanding the perceptions and experiences of various social actors regarding electoral processes and the gap between citizen demands and government decisions, particularly in regions like the department of Tumbes. The results show that political polarization is linked to the proliferation of parties and candidates lacking clear proposals, weak democratic institutions, disinformation on social media, territorial inequalities, and growing distrust of authorities, which generates citizen frustration and weakens political representation. The

proposed solutions include strengthening democratic institutions through reforms to the party system, improving access to reliable electoral information, and promoting civic education and inclusive participation mechanisms. Electoral fragmentation and polarization reflect structural gaps that weaken democracy and highlight the need to rebuild trust between the state and its citizens.

Keywords: Electoral fragmentation. Political polarization. Political representation. Citizen participation.

INTRODUCCIÓN

La fragmentación electoral y la polarización política se han convertido en fenómenos centrales para comprender las tensiones que atraviesan los sistemas democráticos contemporáneos (Vallejo; Alvarez, 2025). En muchos países, el aumento del número de partidos, la dispersión del voto y la creciente confrontación ideológica han debilitado los mecanismos tradicionales de representación política, generando una brecha entre las aspiraciones ciudadanas y la capacidad de las instituciones para responder a ellas (Saffirio, 2024). Este escenario plantea desafíos significativos para la gobernabilidad democrática y para la consolidación de un enfoque de derechos humanos que garantice participación, igualdad y legitimidad institucional.

En el contexto internacional, diversos estudios han evidenciado que la polarización política se manifiesta tanto en el plano interno de los países como en su proyección externa. Molina *et al.* (2023), al analizar el balance internacional de España, señalan que, pese a la polarización política doméstica, el país ha logrado mantener consensos estratégicos en política exterior y fortalecer su posicionamiento geopolítico en el marco europeo. Este caso ilustra cómo la polarización no siempre impide la acción institucional, aunque sí evidencia tensiones internas que pueden afectar la cohesión política y la percepción ciudadana sobre el funcionamiento de la democracia.

En América Latina, la fragmentación electoral y la polarización han adquirido características estructurales asociadas a la debilidad institucional y a la transformación de los sistemas de partidos. Hurtado *et al.* (2025) identifican un crecimiento sostenido de la polarización ideológica en procesos electorales latinoamericanos, acompañado por el surgimiento de liderazgos populistas radicales y por un desarrollo desigual de las democracias en la región. En el caso peruano, se advierte que el crecimiento económico experimentado en las últimas décadas no ha sido acompañado por un fortalecimiento equivalente de las instituciones republicanas, lo que ha generado una crisis de ciudadanía y una creciente desconfianza hacia el sistema político (Espinoza; Mandujano, 2023).

A estas dinámicas se suma el deterioro de la confianza pública en las instituciones democráticas. Zárate (2024) señala que el Perú enfrenta un riesgo significativo en la legitimidad de sus procesos electorales, evidenciado por los bajos niveles de satisfacción con la democracia y la escasa confianza ciudadana en la Presidencia, el Congreso y los medios de comunicación. Este escenario refleja una profunda desconexión entre la ciudadanía y las estructuras de representación política, lo que debilita la calidad de la democracia y dificulta la construcción de consensos en torno a los derechos y las políticas públicas.

Desde el punto de vista conceptual, la fragmentación electoral se define como la multiplicación de partidos con capacidad de representación y competencia efectiva dentro del sistema político (Leiras, 2010). Este fenómeno no se limita al número de partidos, sino que también considera su

peso relativo y su impacto en la dinámica política (Palma; Osornio, 2020). La fragmentación puede ser analizada mediante indicadores como el número efectivo de partidos o los índices de volatilidad electoral, herramientas que permiten medir la dispersión del voto y las variaciones en el apoyo ciudadano entre procesos electorales (Ramírez, 2022). Asimismo, los estudios comparados muestran que el diseño institucional y las reglas electorales influyen directamente en el grado de fragmentación de los sistemas políticos (Espí, 2017).

La fragmentación electoral presenta una relación ambivalente con la democracia: por un lado, puede ampliar la representación de intereses y minorías; por otro, puede generar inestabilidad institucional y dificultades para la gobernabilidad. Sistemas altamente fragmentados suelen enfrentar mayores desafíos para formar coaliciones estables y para sostener procesos de toma de decisiones eficientes, incrementando los costos de negociación política y el riesgo de parálisis institucional (Pérez *et al.*, 2023). Además, factores sociopolíticos como la diversificación de demandas sociales, la deslegitimación de los partidos tradicionales y la debilidad organizativa de nuevas fuerzas políticas contribuyen a profundizar la fragmentación del sistema (Molero, 2024). En este contexto, la presente investigación analiza la relación entre fragmentación electoral y polarización política, poniendo especial atención en cómo estas dinámicas influyen en la desconexión entre las aspiraciones ciudadanas y el enfoque de derechos humanos dentro de los sistemas democráticos contemporáneos.

La fragmentación electoral constituye uno de los fenómenos más relevantes para comprender la dinámica de los sistemas democráticos contemporáneos. Se entiende como la multiplicación de partidos con capacidad de representación que compiten por el voto ciudadano, configurando sistemas políticos más diversos y menos concentrados (Leiras, 2010). Este fenómeno no se limita únicamente al número de organizaciones partidarias existentes, sino que también considera su peso relativo y su influencia dentro del sistema político (Palma; Osornio, 2020). Desde una perspectiva institucional, la fragmentación responde en gran medida al diseño de las reglas electorales, como los umbrales de representación, la magnitud de los distritos y las fórmulas de asignación de escaños (Bunker; Navia, 2010).

Estas reglas pueden facilitar o restringir la participación de múltiples actores en la competencia electoral. En este contexto, la competencia multipartidista refleja una tensión constante entre la ampliación de la representación política y la necesidad de mantener condiciones de gobernabilidad institucional (Varetto, 2015). Esta dinámica se ha vuelto especialmente visible en numerosos países de América Latina desde los procesos de transición y consolidación democrática (Paz, 2010). Por ello, el estudio de la fragmentación electoral permite comprender mejor las transformaciones recientes de los sistemas de partidos.

El análisis de la fragmentación electoral requiere herramientas que permitan medir la dispersión del voto y la distribución del poder político entre los partidos. Entre los indicadores más utilizados se encuentra el número efectivo de partidos, así como otros índices que permiten observar la dispersión del apoyo electoral y los cambios entre procesos electorales (Ramírez, 2022). Estas métricas facilitan la identificación de distintas configuraciones dentro de los sistemas partidarios.

Se distingue entre fragmentación simétrica cuando varios partidos poseen niveles de apoyo similares, y fragmentación asimétrica, cuando coexisten partidos dominantes junto con numerosas fuerzas de menor tamaño (Palma; Osornio, 2020). Asimismo, el análisis de la desproporcionalidad entre votos y escaños permite observar cómo las reglas institucionales influyen en la representación final dentro del sistema político (Bunker; Navia, 2010). Este tipo de herramientas también permite realizar comparaciones entre distintos países y momentos históricos (Espí, 2017).

La fragmentación electoral puede manifestarse en diferentes niveles y adoptar diversas formas dentro de los sistemas políticos. Desde una perspectiva institucional, se distingue entre fragmentación intrasistémica, cuando múltiples partidos compiten dentro del mismo marco electoral, y fragmentación interinstitucional, cuando la dispersión se produce entre distintos niveles de gobierno o entre cámaras legislativas (Varetto, 2015). Estas diferencias permiten observar cómo se distribuye el poder político dentro del sistema.

También es posible identificar fragmentación horizontal, cuando se dispersan partidos de igual jerarquía política, y fragmentación vertical, cuando los partidos presentan diferentes niveles de influencia según el ámbito territorial (Molero, 2024). A ello se suma la fragmentación ideológica, vinculada a la diversidad programática y a las identidades políticas presentes en la competencia electoral. Asimismo, existe una fragmentación estructural asociada directamente con las reglas institucionales del sistema electoral (Luján, 2020).

Cuando la fragmentación alcanza niveles muy elevados, puede generar dificultades para la formación de mayorías estables dentro de los órganos legislativos (Varetto, 2015). Esta situación obliga a la construcción de coaliciones más complejas y, en muchos casos, inestables. Asimismo, el aumento de actores con capacidad de veto puede elevar los costos de gobernabilidad y dificultar la toma de decisiones públicas (Bunker; Navia, 2010).

Diversos factores estructurales contribuyen a explicar la persistencia de la fragmentación electoral en las democracias contemporáneas. Entre ellos destacan la baja institucionalización de los sistemas de partidos, la diversificación de demandas sociales y el debilitamiento de los partidos tradicionales. La disminución de la confianza ciudadana en las élites políticas también ha favorecido la aparición de nuevas organizaciones partidarias (Martínez, 2018).

En el plano institucional, variables como la magnitud distrital, las barreras legales y la fórmula de conversión de votos en escaños influyen directamente en el número efectivo de partidos (Ramírez, 2022). En el caso peruano, la baja institucionalización partidaria y la inestabilidad de las bancadas legislativas han generado incentivos para la fragmentación parlamentaria (García, 2025). Esta situación se relaciona con dinámicas regionales propias de los sistemas presidenciales latinoamericanos (Sulmont, 2017).

METODOLOGÍA

La investigación se desarrolló en 16 departamentos del Perú: Tumbes, Cajamarca, Huánuco, Áncash, Apurímac, Arequipa, Ayacucho, Huancavelica, Junín, Lima, Moquegua, Pasco, Piura, Puno, Lambayeque y Tacna. Estos territorios fueron seleccionados por su diversidad política, social y geográfica, lo que permitió analizar escenarios diferenciados de fragmentación electoral, polarización política y participación ciudadana. El estudio se realizó bajo un enfoque cualitativo, porque buscó comprender las percepciones, experiencias y significados atribuidos por distintos actores a la desconexión entre las aspiraciones ciudadanas y las decisiones gubernamentales. Asimismo, se adoptó un diseño fenomenológico interpretativo, orientado a profundizar en la manera en que la población y los actores institucionales vivieron e interpretaron las tensiones políticas en sus respectivos territorios.

Figura 1. Área de estudio de los departamentos del Perú

Fuente: preparado por los autores (2026).

La muestra estuvo conformada por 60 actores con conocimiento directo de las dinámicas políticas, sociales e institucionales de los departamentos analizados. La selección fue intencional, incorporando participantes vinculados con la gestión pública, la organización social, la participación comunitaria, el sector técnico-profesional, la sociedad civil y otros espacios de representación territorial. La información se recogió mediante entrevistas semiestructuradas realizadas de forma presencial y virtual, según las condiciones de accesibilidad de cada departamento. El guion de entrevista se organizó en bloques temáticos dirigidos a actores institucionales, técnicos, sociales, comunitarios, privados y de cooperación, lo que permitió mantener coherencia en el recojo de información y, al mismo tiempo, adaptar las preguntas al perfil de cada entrevistado.

El análisis de la información se realizó mediante la organización, codificación y categorización de las entrevistas en el software Atlas.ti, lo que permitió identificar patrones, relaciones conceptuales y diferencias territoriales en torno a la fragmentación electoral, la polarización política y la participación ciudadana. Además, se empleó Microsoft Visio para elaborar mapas conceptuales y representaciones visuales que facilitaron la interpretación de los hallazgos. La investigación presentó algunas limitaciones, como el acceso restringido a informantes clave, las dificultades de conectividad en entrevistas virtuales y la sensibilidad del tema político, que pudo condicionar algunas respuestas. Sin embargo, estas limitaciones no impidieron construir una interpretación profunda y contextualizada del fenómeno desde una perspectiva de derechos humanos.

Figura 2. Proceso metodológico

Fuente: preparado por los autores (2026).

RESULTADOS Y DISCUSIÓN

Factores de la polarización política en el Perú

La polarización política en el Perú no responde a un solo factor, sino a la convergencia de condiciones históricas, institucionales, territoriales, sociales y comunicacionales que se refuerzan entre sí. A partir de los testimonios organizados por departamentos, se observa que el fenómeno se expresa como una fractura progresiva entre ciudadanía, partidos, autoridades e instituciones públicas. La política es percibida por gran parte de la población como un espacio distante, capturado por intereses particulares y poco capaz de atender las necesidades concretas de los territorios. Esta percepción genera desconfianza, frustración y malestar, condiciones que favorecen la formación de posiciones rígidas, discursos de confrontación y vínculos políticos construidos más desde el rechazo que desde la identificación programática.

Un primer factor identificado es la pérdida de confianza en las instituciones públicas y en la clase política. En los distintos departamentos analizados se repite la idea de que la corrupción, los escándalos recurrentes, los conflictos entre poderes del Estado y el incumplimiento de promesas electorales han deteriorado la legitimidad democrática. La ciudadanía percibe que muchas autoridades actúan en función de beneficios personales, cuotas partidarias o intereses de grupos cercanos, antes que del bien común. Esta experiencia acumulada produce una sensación de engaño permanente, pues los candidatos suelen acercarse a la población durante las campañas, pero luego se distancian de sus demandas una vez que acceden al poder.

Un segundo hallazgo se relaciona con la fragmentación del sistema de partidos y la proliferación de organizaciones políticas con débil estructura, escasa ideología y limitada democracia interna. Los testimonios señalan que la existencia de numerosos partidos y candidaturas genera confusión electoral, dispersión del voto y dificultades para construir mayorías estables. Esta multiplicidad no se interpreta como diversidad democrática, sino como una oferta política improvisada, dominada por liderazgos coyunturales y, en algunos casos, por intereses económicos. La ausencia de filtros rigurosos para la selección de candidatos, la compra de cupos, la falta de formación de cuadros y los llamados "vientres de alquiler" refuerzan la idea de que la representación política se ha debilitado. Como resultado, la ciudadanía vota muchas veces por descarte, por emoción o por rechazo al adversario, lo que intensifica la polarización. Según un participante, *"no debería haber más de diez partidos a nivel nacional, porque ahora la cédula parece un examen de matemáticas"*, lo cual resalta cómo la saturación de opciones alimenta la polarización al dispersar el voto y aumentar los niveles de frustración ciudadana.

Asimismo, el centralismo y la desconexión territorial constituyen factores decisivos. En regiones como Tumbes, Huánuco, Huancavelica, Puno, Piura, Moquegua y Lambayeque, se evidencia una percepción recurrente de abandono por parte del Estado central. Las decisiones públicas son vistas como lineamientos diseñados desde Lima, sin suficiente conocimiento de las realidades locales, rurales, fronterizas, altoandinas, amazónicas o productivas. Esta distancia se expresa en servicios públicos deficientes, infraestructura precaria, dificultades para acceder a salud y educación, falta de conectividad, ausencia de apoyo técnico y limitada participación de actores locales en la toma de decisiones. La ciudadanía interpreta estas brechas como señales de exclusión, lo que fortalece sentimientos de agravio y aumenta la disposición a respaldar discursos más confrontacionales.

Otro factor estructural es la desigualdad social y económica. Los testimonios coinciden en que las diferencias entre sectores urbanos y rurales, entre costa, sierra y selva, y entre grupos con mayores y menores oportunidades, alimentan lecturas contrapuestas sobre el país. La falta de acceso equitativo a educación, salud, empleo formal, saneamiento, seguridad y oportunidades productivas genera una experiencia cotidiana de injusticia. En ese contexto, la polarización no surge únicamente de diferencias ideológicas, sino también de vivencias materiales desiguales. Quienes se sienten históricamente relegados tienden a interpretar la política como una lucha contra élites que concentran recursos y decisiones; mientras que otros sectores perciben las demandas de cambio como amenazas al orden establecido. Esta tensión profundiza la división entre grupos sociales y territorios.

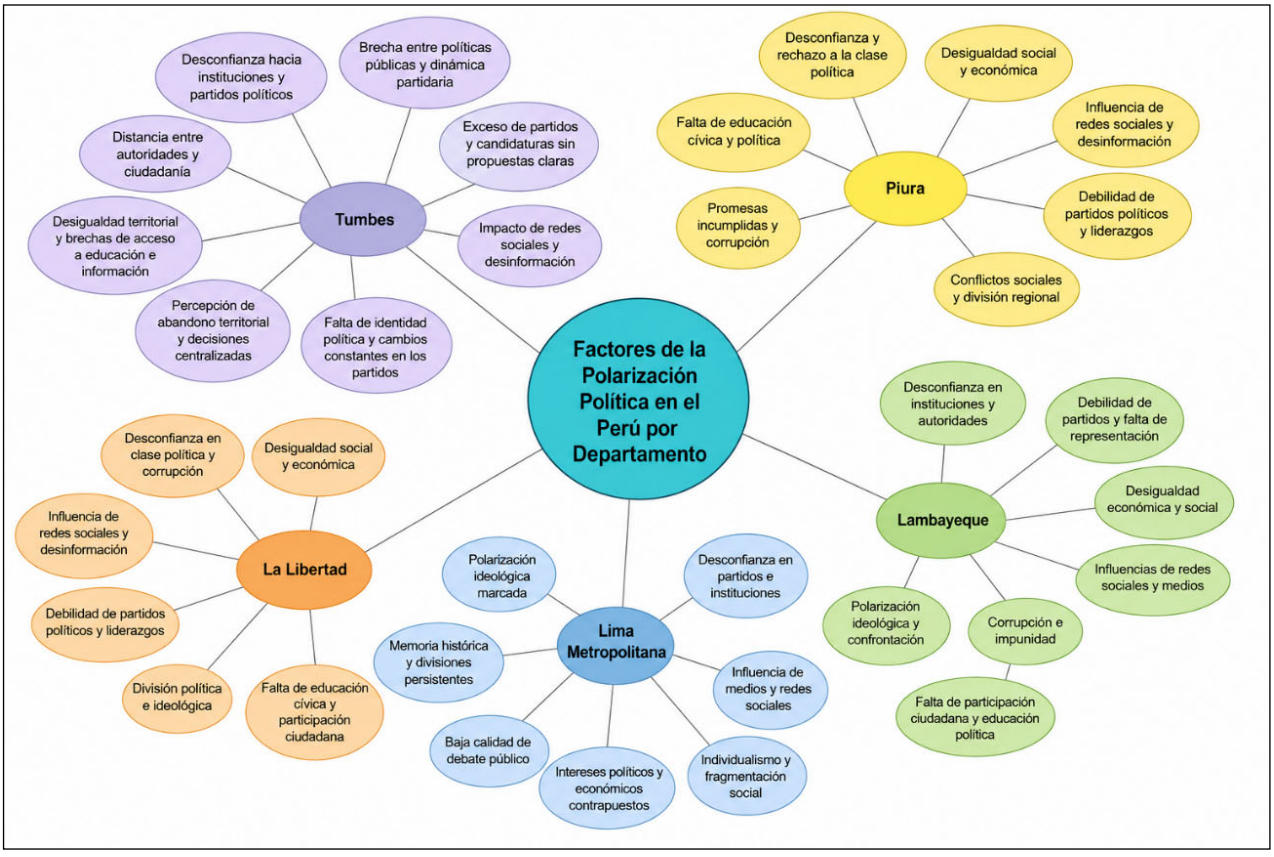
La limitada educación política y ciudadana aparece también como un factor transversal. En varios departamentos se señala que una parte importante de la población no cuenta con herramientas suficientes para evaluar propuestas, contrastar información, comprender el funcionamiento del Estado o exigir rendición de cuentas. Esta debilidad facilita la manipulación electoral, la aceptación

de promesas inviables y la construcción de adhesiones basadas en emociones, rumores o beneficios inmediatos. La ausencia de formación cívica, la baja alfabetización política y la poca discusión pública en espacios familiares, escolares y comunitarios reducen la capacidad de deliberación.

En el plano comunicacional, es importante el papel de los medios de comunicación y las redes sociales como amplificadores de la polarización. Se observa que la circulación acelerada de noticias falsas, mensajes simplificados, etiquetas ideológicas y discursos de odio refuerza la formación de "bandos" cerrados. Las plataformas digitales funcionan como cámaras de eco donde las personas consumen contenidos que confirman sus creencias previas y rechazan cualquier información contraria. A su vez, algunos medios son percibidos como actores alineados con intereses políticos o económicos, lo que incrementa la sospecha sobre la información difundida. Esta dinámica empobrece el debate público, reemplaza el análisis por la reacción emocional y convierte la discrepancia en una amenaza.

Los resultados también evidencian que la polarización tiene raíces históricas e ideológicas profundas. En departamentos como Ayacucho, Huancavelica, Apurímac y Piura, se mencionan heridas asociadas al conflicto armado interno, al autoritarismo, al racismo, a la discriminación y a la persistencia de jerarquías sociales no resueltas. Estos elementos activan miedos y resentimientos que se expresan en la confrontación entre izquierda y derecha, en el uso de etiquetas descalificadoras y en prácticas como el "terruqueo". De esta manera, el adversario político deja de ser reconocido como interlocutor legítimo y pasa a ser presentado como enemigo. Esta lógica reduce los espacios de diálogo y debilita la posibilidad de acuerdos democráticos.

Figura 3. Factores de la polarización política en algunos departamentos del Perú



Fuente: preparado por los autores (2026).

La polarización política en el Perú constituye un fenómeno multidimensional, vinculado no solo a diferencias ideológicas, sino también a una profunda crisis de confianza entre ciudadanía, partidos e instituciones. Esta situación coincide con lo señalado por Vallejo y Alvarez (2025), quienes sostienen que la fragmentación electoral y la polarización política se han convertido en fenómenos centrales para comprender las tensiones de las democracias contemporáneas. En el caso peruano, los testimonios evidencian que la corrupción, el incumplimiento de promesas, los conflictos entre poderes del Estado y la percepción de captura de la política por intereses particulares han debilitado la legitimidad democrática. En ese sentido, la polarización no aparece únicamente como confrontación entre grupos políticos, sino como resultado de una experiencia ciudadana acumulada de decepción, abandono y baja capacidad institucional para responder a las necesidades territoriales.

Asimismo, la fragmentación del sistema de partidos observada en los resultados guarda relación con lo planteado por Saffirio (2024), quien advierte que la dispersión del voto y el debilitamiento de los mecanismos tradicionales de representación generan una brecha entre las aspiraciones ciudadanas y la capacidad de las instituciones para atenderlas. En el Perú, la proliferación de partidos sin estructura ideológica sólida, la compra de cupos, los liderazgos coyunturales y la débil democracia interna han provocado que la ciudadanía perciba la oferta electoral como improvisada y poco representativa. Este hallazgo también se relaciona con Hurtado *et al.* (2025), quienes identifican en América Latina un aumento de la polarización ideológica y el surgimiento de liderazgos radicales en contextos de debilidad institucional. De manera complementaria, Espinoza y Mandujano (2023) permiten comprender que el crecimiento económico peruano no ha sido acompañado por un fortalecimiento institucional equivalente, lo que ha favorecido una crisis de ciudadanía y una creciente desconfianza hacia el sistema político.

Brechas entre políticas nacionales y expectativas territoriales

Las brechas entre las políticas nacionales y las expectativas territoriales constituyen una problemática transversal en los departamentos analizados. En los testimonios se observa una percepción reiterada de distancia entre el lugar donde se toman las decisiones y los espacios donde se viven los problemas cotidianos. Esta distancia no se limita a una diferencia geográfica entre Lima y las regiones, sino que expresa una desconexión política, técnica y social entre el diseño de las políticas públicas y las condiciones reales de los territorios.

Un hallazgo central es la persistencia del centralismo como factor que limita la pertinencia territorial de las políticas públicas. Los entrevistados señalan que, aunque existen gobiernos regionales y locales, muchas decisiones clave continúan dependiendo del nivel central, especialmente en materia presupuestal, normativa y de aprobación técnica de proyectos. Esta situación genera la sensación de que la descentralización funciona más como un discurso formal que como una transferencia efectiva de poder, recursos y capacidades. Por ello, las regiones perciben que reciben responsabilidades, pero no siempre cuentan con autonomía real para definir prioridades, ejecutar inversiones ni adaptar las intervenciones a sus contextos específicos.

La brecha también se expresa en la forma en que se elaboran diagnósticos y planes. En varios departamentos se advierte que las políticas nacionales se diseñan desde oficinas centrales, con información general o insuficientemente actualizada, sin una lectura profunda de las necesidades

locales. Esto ocasiona que los programas lleguen al territorio como paquetes estandarizados, con requisitos, plazos y procedimientos que no siempre se ajustan a las condiciones de comunidades rurales, zonas de frontera, espacios altoandinos, áreas amazónicas o ciudades intermedias.

Otro aspecto relevante es la débil articulación entre planificación, ejecución y seguimiento. Si bien existen instrumentos como planes de desarrollo, políticas nacionales, presupuestos participativos o mesas de trabajo, los participantes perciben que estos espacios no siempre son vinculantes ni garantizan cambios concretos. Se consulta a la población, pero las decisiones finales suelen llegar previamente definidas o responden a criterios políticos, intereses económicos o visibilidad pública. Asimismo, se identifica una falta de evaluación periódica que permita verificar qué metas se cumplieron, qué objetivos quedaron rezagados y qué ajustes deberían realizarse para mantener la pertinencia de las políticas frente a los cambios territoriales.

Los testimonios muestran que la brecha se hace visible en sectores estratégicos como educación, salud, infraestructura, agua, ambiente y desarrollo productivo. En educación, se cuestiona que las disposiciones nacionales no siempre consideren la realidad de estudiantes rurales que deben desplazarse largas distancias o reciben servicios educativos incompletos. En salud, se observan establecimientos construidos sin personal suficiente o sin condiciones adecuadas de funcionamiento. En infraestructura, se mencionan obras inconclusas, proyectos retrasados y expedientes que pierden vigencia por trámites centralizados. En el ámbito productivo, se advierte que muchas intervenciones priorizan capacitaciones, pero no aseguran activos, equipamiento o condiciones materiales que permitan fortalecer cadenas de valor locales.

Asimismo, los resultados revelan una tensión entre la inversión pública orientada a cumplir indicadores administrativos y las expectativas territoriales de bienestar efectivo. En algunos casos, la gestión se mide por porcentajes de ejecución presupuestal o por la entrega de obras físicas, mientras la población evalúa la política según su capacidad para resolver problemas concretos. Esta diferencia de criterios genera frustración cuando se inauguran infraestructuras que no prestan servicios, se anuncian proyectos sin continuidad o se priorizan obras de baja utilidad pública. Desde la mirada territorial, el problema no es únicamente gastar más, sino gastar mejor, con diagnósticos adecuados, sostenibilidad, mantenimiento, personal, equipamiento y participación ciudadana.

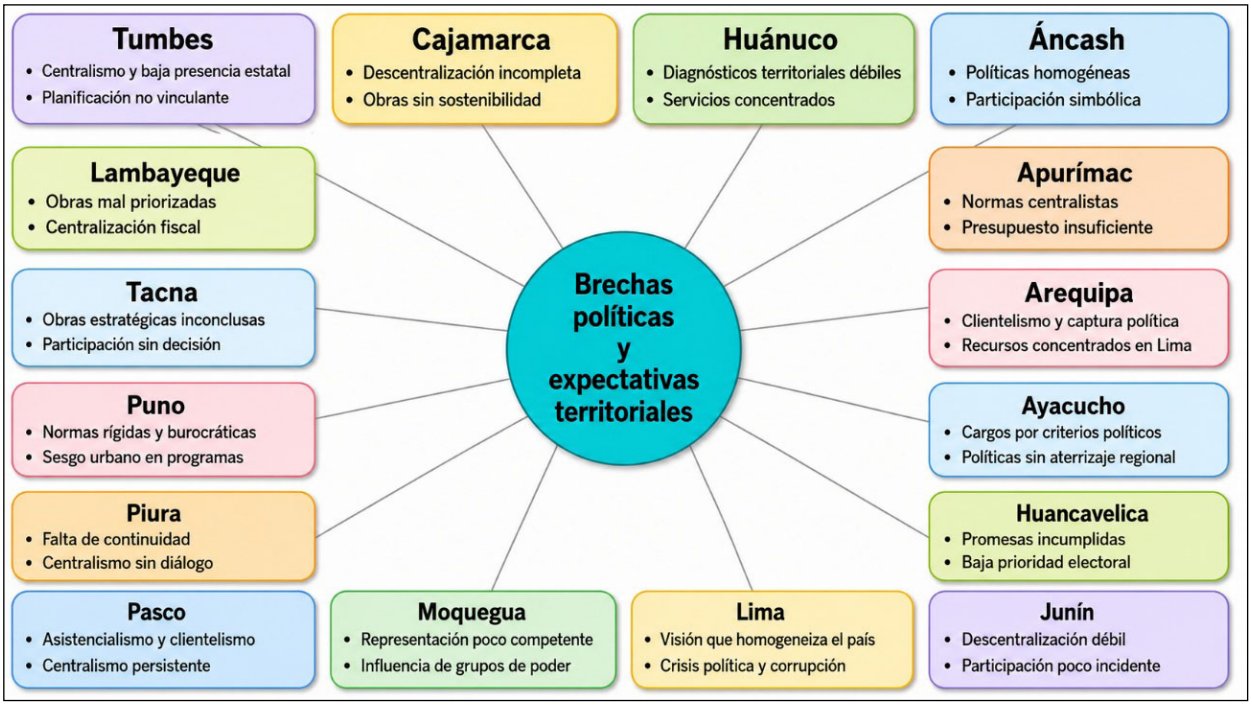
También se identifica una representación territorial insuficiente. Los participantes consideran que muchos partidos y autoridades mantienen presencia episódica en las regiones, principalmente durante campañas electorales, pero no desarrollan un trabajo sostenido de escucha, organización ni seguimiento de las demandas locales. Esta ausencia de mediación política limita la capacidad de los departamentos para incidir en la agenda nacional. A ello se suma una coordinación débil entre niveles de gobierno, lo que produce duplicidad, retrasos, recentralización de decisiones y pérdida de continuidad entre gestiones. En este contexto, la población siente que sus necesidades son conocidas de manera superficial y que sus aspiraciones se subordinan a cálculos electorales o a prioridades definidas fuera del territorio.

La Figura 4 muestra que las brechas entre las políticas nacionales y las expectativas territoriales se explican principalmente por el centralismo, la débil descentralización y la limitada adecuación de las decisiones públicas a la realidad de cada departamento. En departamentos como Tumbes, Cajamarca, Huánuco, Áncash, Apurímac, Arequipa, Junín, Lima y Pasco se observa que las políticas suelen diseñarse desde una mirada nacional homogénea, con baja presencia estatal, diagnósticos

territoriales débiles, normas centralistas y participación ciudadana poco incidente. Esto genera que muchas intervenciones no respondan a las necesidades reales de la población, especialmente en zonas rurales, periféricas o con menor capacidad de representación política.

Asimismo, estas brechas se manifiestan en problemas concretos como obras mal priorizadas, proyectos inconclusos, presupuestos insuficientes, corrupción, clientelismo, baja continuidad de políticas y escasa planificación territorial. Departamentos como Piura, Tacna, Lambayeque, Puno, Moquegua, Ayacucho y Huancavelica evidencian que las expectativas ciudadanas se orientan hacia una mayor equidad en la distribución de recursos, decisiones con criterios técnicos, políticas adaptadas al contexto local y una participación real en la toma de decisiones.

Figura 4. Brechas entre políticas nacionales y expectativas territoriales



Fuente: preparado por los autores (2026).

Las brechas entre políticas nacionales y expectativas territoriales no constituyen únicamente un problema de gestión pública, sino una expresión de la desconexión estructural entre el Estado, la representación política y la ciudadanía. La persistencia del centralismo, la dependencia presupuestal y normativa respecto del nivel central, así como la limitada autonomía de los gobiernos regionales y locales, refuerzan la percepción de que las decisiones se toman lejos de los territorios y sin considerar sus condiciones reales. Esta situación se relaciona con lo señalado por Zárate (2024), quien advierte que en el Perú existe un deterioro significativo de la confianza en las instituciones democráticas, expresado en la baja satisfacción ciudadana con la democracia y en la escasa credibilidad hacia la Presidencia, el Congreso y los medios de comunicación.

La débil articulación entre planificación, ejecución y seguimiento limita la capacidad de las políticas nacionales para responder a las demandas territoriales, especialmente en sectores como educación, salud, infraestructura, agua, ambiente y desarrollo productivo. Esta brecha puede vincularse con los efectos de la fragmentación electoral, entendida como la multiplicación de partidos

con capacidad de competencia y representación dentro del sistema político (Leiras, 2010), cuyo impacto no depende solo del número de organizaciones, sino también de su peso relativo y de su influencia en la dinámica política (Palma; Osornio, 2020). En contextos altamente fragmentados, como advierten Pérez *et al.* (2023), aumentan las dificultades para construir acuerdos estables y sostener decisiones públicas eficientes, lo que puede traducirse en políticas discontinuas, baja coordinación intergubernamental y escasa capacidad de respuesta frente a las necesidades ciudadanas.

Sectores marginados y participación limitada en la política

La marginación política en el Perú no se concentra en un solo grupo social ni en un territorio específico, sino que se expresa como un patrón estructural de participación limitada que atraviesa departamentos, comunidades y sectores productivos. A partir de los testimonios analizados, se observa que las poblaciones rurales, urbano marginales, comunidades campesinas e indígenas, juventudes, mujeres, personas con discapacidad, población LGTBIQ+, pequeños agricultores, pescadores artesanales y trabajadores informales enfrentan barreras persistentes para incidir en las decisiones públicas. Aunque existen mecanismos formales de participación, estos suelen operar como espacios consultivos, simbólicos o de baja incidencia, sin capacidad suficiente para modificar prioridades, presupuestos o proyectos ya definidos por autoridades y grupos con mayor poder político o económico.

Un primer hallazgo muestra que la exclusión se sostiene en la desigualdad territorial. En varios departamentos, las zonas rurales, altoandinas, amazónicas, fronterizas o urbano marginales aparecen como espacios donde la presencia del Estado es débil, irregular o principalmente electoral. Las carencias de agua, saneamiento, conectividad, infraestructura vial, servicios educativos y atención de salud no solo revelan brechas materiales, sino también una baja capacidad de influencia política. En estos territorios, la población puede expresar necesidades y asistir a reuniones, pero sus demandas no siempre se convierten en decisiones vinculantes ni en obras concretas. Por ello, la participación se vuelve episódica y reactiva: se activa ante conflictos, protestas o campañas, pero no logra sostenerse como un proceso permanente de deliberación y control ciudadano. Un entrevistado sostuvo que los sectores más postergados son las áreas urbano marginales y los territorios sin organización ni liderazgos capaces de gestionar su desarrollo; esta debilidad organizativa reduce su capacidad para hacerse escuchar y exigir el cumplimiento de compromisos.

En segundo lugar, la marginación política está asociada a mecanismos de participación que existen en la norma, pero no siempre funcionan en la práctica. Presupuestos participativos, audiencias públicas, mesas de diálogo, consejos de coordinación, consultas y talleres suelen convocar a la ciudadanía, pero muchas veces no garantizan incidencia real. En algunos casos, estos espacios son ocupados principalmente por funcionarios o actores cercanos al poder; en otros, la población participa sin información suficiente, sin acompañamiento técnico o sin claridad sobre el destino de sus aportes. Esta situación genera desconfianza porque la ciudadanía percibe que se le escucha para cumplir un requisito administrativo, pero las decisiones finales ya están orientadas por intereses políticos, económicos o electorales.

Un tercer resultado se relaciona con la subrepresentación de comunidades indígenas, campesinas y pueblos originarios en decisiones sobre territorio, recursos naturales y proyectos extractivos. Los testimonios dan cuenta de consultas formales, tardías o poco vinculantes frente a iniciativas mineras, forestales, hidrocarburíferas o de infraestructura que modifican directamente los modos de vida

locales. La exclusión se agrava cuando las comunidades no son reconocidas como interlocutoras válidas, sino como obstáculos al desarrollo o como poblaciones que deben aceptar decisiones tomadas desde fuera. En este escenario, la defensa del territorio, del agua, del bosque o de los medios de subsistencia se convierte en una forma de participación política, aunque muchas veces sea respondida con estigmatización, criminalización o indiferencia institucional. Un entrevistado señaló que, en comunidades cercanas a zonas de explotación minera, se generan importantes recursos económicos, pero la población no cuenta con servicios básicos como agua de calidad, saneamiento adecuado, buena infraestructura educativa, acceso digno a salud o internet.

Asimismo, las mujeres, juventudes, niñas, niños, adolescentes y personas adultas mayores enfrentan formas diferenciadas de exclusión. En el caso de las mujeres rurales, persisten patrones culturales que limitan su voz en espacios comunitarios y políticos, reduciéndolas a roles domésticos o de apoyo, sin reconocerlas plenamente como sujetas de derechos y propuestas. Las juventudes, por su parte, aparecen con baja presencia en partidos, gobiernos locales y espacios de concertación, pese a ser uno de los grupos más afectados por el desempleo, la migración y la falta de oportunidades. En algunos departamentos, la protesta juvenil emerge como respuesta a la ausencia de canales institucionales efectivos. También se identifican grupos invisibilizados, como niñas, niños y adolescentes en situación de alta vulnerabilidad, personas con discapacidad y población LGTBIQ+, cuyas demandas son reconocidas de manera limitada o quedan fuera de la agenda pública.

Otro hallazgo importante se observa en los sectores productivos de menor escala. Pescadores artesanales, agricultores familiares, pequeños comerciantes, transportistas y trabajadores informales perciben que las normas, programas de apoyo y decisiones de inversión se diseñan sin validación en campo ni criterios de equidad territorial. En el caso de la pesca artesanal, se advierte falta de diálogo con organizaciones locales, dificultades para acceder a insumos y ausencia de infraestructura prioritaria. En la agricultura familiar, se señala que los beneficios suelen concentrarse en grandes empresas o actores con mayor capacidad de presión, mientras los pequeños productores quedan expuestos a problemas de agua, mercados, productividad y asistencia técnica. Así, la marginación no es únicamente simbólica, sino operativa: se expresa en acceso desigual a recursos, información, servicios y oportunidades. Un testimonio describió que Puerto Pizarro ha sido dejado de lado en las decisiones sobre la pesca, porque no se convoca a sus organizaciones a diálogos serios ni a la formulación de proyectos, pese a que el abastecimiento local depende de esta actividad.

Los testimonios también permiten identificar una exclusión simbólica y cultural. Algunos grupos rurales o indígenas son incorporados en actos públicos como representación folclórica de diversidad, pero no como actores con capacidad de decidir. Esta inclusión escénica refuerza la distancia entre presencia y poder: los sectores marginados pueden aparecer en ceremonias, fotografías o discursos oficiales, pero sus demandas no necesariamente se traducen en presupuesto, normas o programas. De manera similar, el uso de estigmas hacia campesinos, pobladores serranos, comunidades movilizadas o grupos minoritarios limita su legitimidad pública y reduce sus posibilidades de participar en igualdad de condiciones.

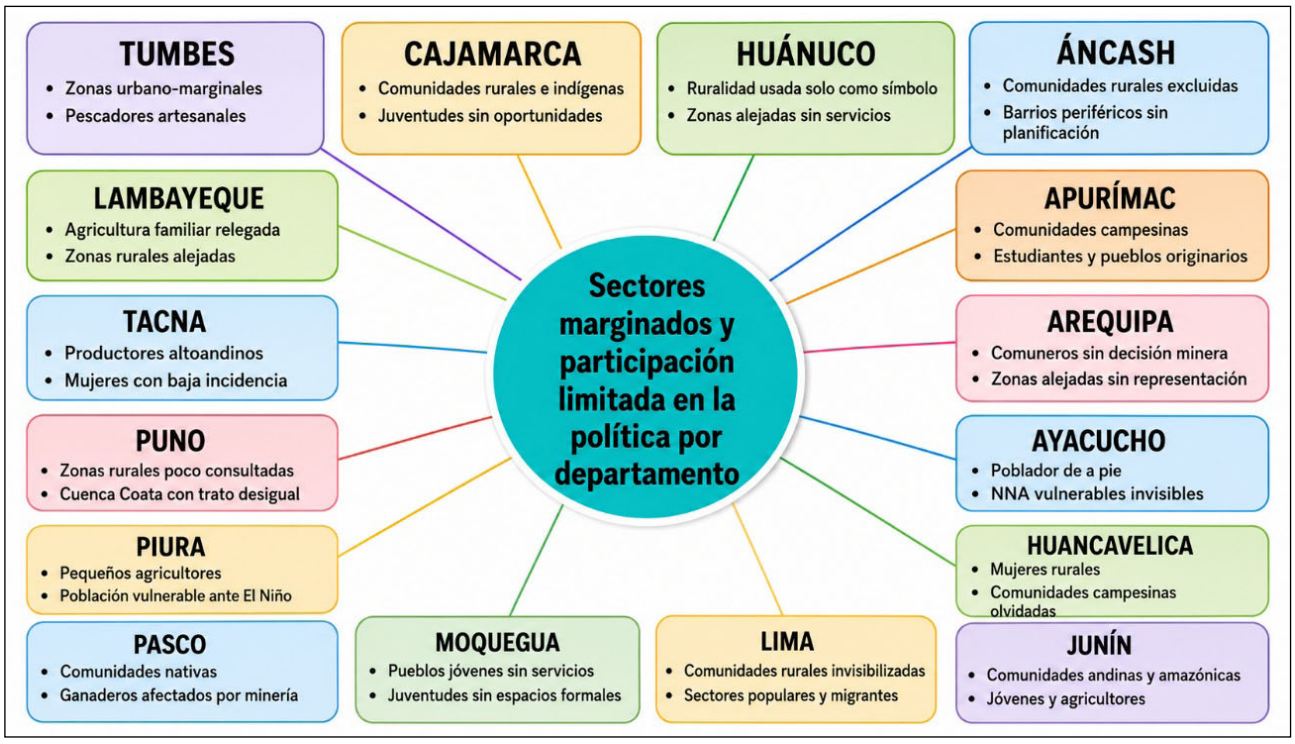
La participación política limitada se reproduce por la convergencia de cuatro factores: brechas materiales que dificultan informarse y organizarse; mecanismos participativos poco vinculantes; representación capturada por intereses económicos, partidarios o centralistas; y persistencia de prejuicios sociales, territoriales, étnicos y de género. Esta combinación genera una ciudadanía estratificada, donde algunos grupos cuentan con mayores condiciones para influir en la agenda pública,

mientras otros solo son convocados de manera ocasional o reactiva. Por ello, la marginación política no debe entenderse como ausencia total de participación, sino como una participación desigual, fragmentada y con escasa capacidad de transformar decisiones.

La Figura 5 evidencian que la participación política limitada se concentra principalmente en sectores rurales, comunidades campesinas, pueblos originarios, zonas alejadas y poblaciones urbano-marginales. En departamentos como Tumbes, Áncash, Apurímac, Pasco, Junín y Huancavelica se observa que la marginación está asociada a la exclusión de comunidades rurales, indígenas, campesinas y amazónicas, las cuales no siempre son consultadas en decisiones sobre territorio, servicios básicos, proyectos de inversión o actividades extractivas. Esta situación refleja una participación formal, pero con poca incidencia real, donde las demandas de estos sectores no logran convertirse en prioridades efectivas dentro de la agenda pública.

Asimismo, la imagen muestra que la marginación también afecta a grupos específicos como juventudes, mujeres, pequeños agricultores, pescadores artesanales, productores altoandinos, ganaderos, migrantes y niñas, niños y adolescentes vulnerables. En departamentos como Cajamarca, Moquegua, Piura, Lambayeque, Tacna, Ayacucho y Lima, estos grupos aparecen con baja representación, escasas oportunidades y limitada capacidad para influir en las decisiones políticas.

Figura 5. Sectores marginados y participación limitada en la política según departamento



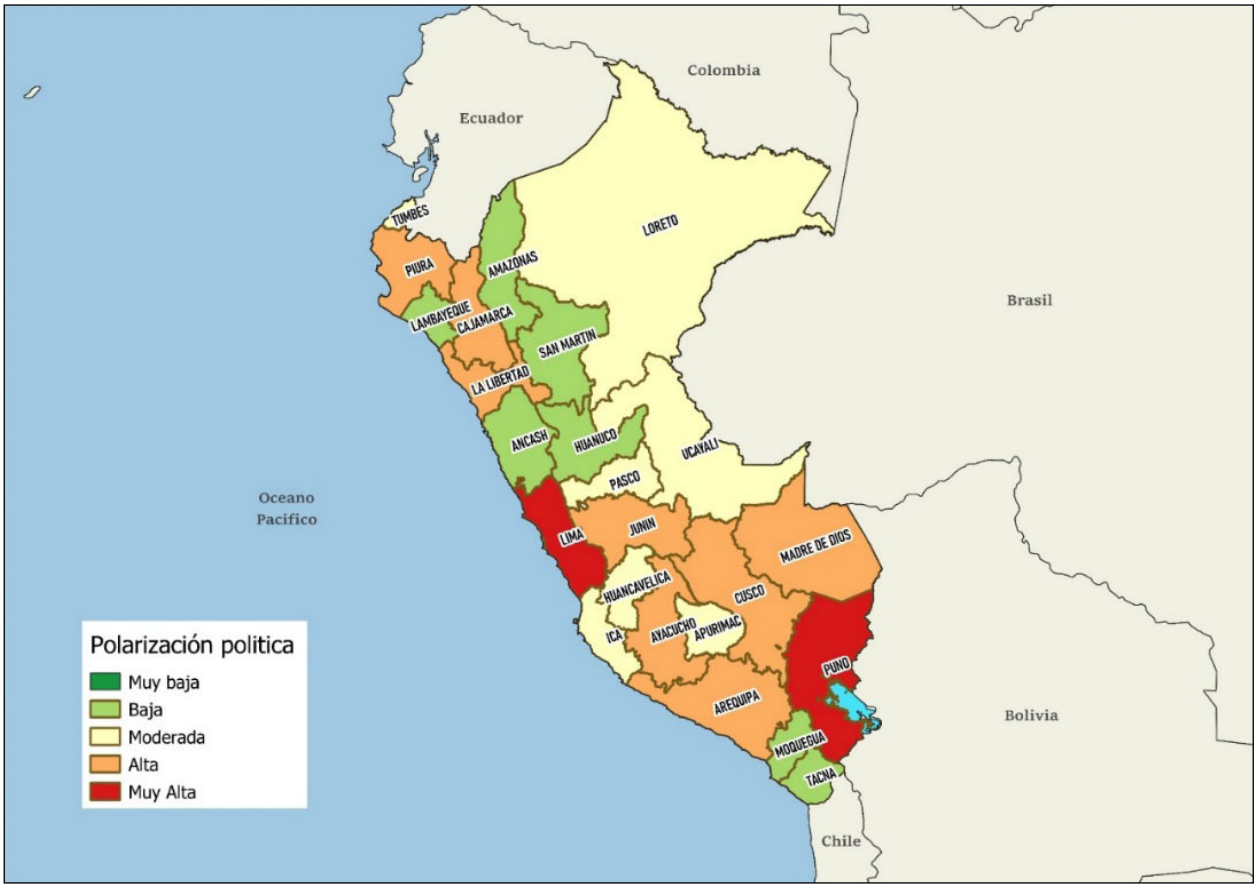
Fuente: preparado por los autores (2026).

La Figura 6 muestra que la polarización política y la fragmentación electoral varían de manera significativa entre los departamentos del país, configurando niveles diferenciados de tensión política. En los departamentos con nivel bajo, como Tacna, Moquegua, Áncash, Huánuco, San Martín, Cajamarca y Lambayeque, la presencia de múltiples partidos y movimientos no genera conflictos relevantes ni afecta de manera intensa la cohesión social. En estos casos, la ciudadanía reconoce la

diversidad de opciones electorales y mantiene prácticas democráticas relativamente estables, pese a la existencia de competencia política.

En cambio, los departamentos con nivel moderado, como Apurímac, Ica, Huancavelica, Pasco, Ucayali, Loreto y Tumbes, evidencian tensiones intermedias, donde la población se divide entre distintas candidaturas y discursos durante los procesos electorales. Esta situación se intensifica en departamentos con nivel alto, como Arequipa, Ayacucho, Cusco, Madre de Dios, Junín, La Libertad, Amazonas y Piura, donde la fragmentación debilita la representación política y aumenta la desconfianza hacia las autoridades. En Puno y Lima, clasificados en un nivel muy alto o crítico, la polarización se convierte en un factor central de la vida política y social, dificultando la gobernabilidad, la construcción de consensos y la estabilidad institucional.

Figura 6. Mapa de polarización política y fragmentación electoral según departamento



Fuente: preparado por los autores (2026).

La participación limitada de sectores marginados en la política peruana no solo responde a la existencia de desigualdades sociales y territoriales, sino también a una estructura de representación que no logra convertir la diversidad ciudadana en incidencia efectiva. Aunque la fragmentación electoral, según Leiras (2010), implica la multiplicación de partidos con capacidad de competir por el voto, en el caso analizado esta ampliación de actores no necesariamente garantiza una representación sustantiva de poblaciones rurales, comunidades indígenas, mujeres, juventudes, personas con discapacidad, población LGTBIQ+, pequeños agricultores o trabajadores informales. En concordancia con Palma

y Osornio (2020), la fragmentación debe comprenderse no solo por el número de organizaciones políticas, sino por su peso real dentro del sistema; por ello, los hallazgos muestran que muchos grupos pueden estar formalmente incluidos en procesos electorales o participativos, pero continúan sin capacidad efectiva para modificar prioridades, presupuestos o proyectos definidos por autoridades y actores con mayor poder político y económico.

Asimismo, la discusión evidencia que los mecanismos institucionales de participación, como presupuestos participativos, audiencias públicas, mesas de diálogo o consultas, funcionan muchas veces como espacios formales de baja incidencia, lo que limita su potencial democrático. Esta situación se relaciona con lo planteado por Bunker y Navia (2010), quienes señalan que las reglas institucionales influyen directamente en las posibilidades de representación política, así como con Varetto (2015), quien advierte la tensión entre ampliar la representación y mantener condiciones de gobernabilidad. En el caso peruano, dicha tensión se expresa en una participación que convoca, pero no necesariamente decide; escucha, pero no siempre transforma las demandas en políticas vinculantes.

CONSIDERACIONES FINALES

La investigación permitió evidenciar que la fragmentación electoral y la polarización política en el Perú son fenómenos estrechamente vinculados con la crisis de representación, la desconfianza institucional y la limitada capacidad del sistema político para canalizar las demandas ciudadanas. La proliferación de partidos y candidaturas con débil estructura programática ha generado dispersión del voto, debilitamiento de mayorías políticas y una ciudadanía cada vez más inclinada a votar por rechazo antes que por identificación con propuestas claras. Esta situación afecta la estabilidad democrática, pues dificulta la construcción de consensos y refuerza discursos de confrontación entre sectores sociales y territoriales.

Asimismo, la polarización política no se expresa de manera uniforme en todo el país, sino que adquiere distintos niveles de intensidad según las condiciones sociales, territoriales e institucionales de cada departamento. Las brechas entre políticas nacionales y expectativas territoriales, junto con la marginación de sectores rurales, indígenas, juveniles, populares y productivos, han profundizado la distancia entre el Estado y la ciudadanía.

REFERENCIAS

BUNKER, K.; NAVIA, P. Explicando la desproporcionalidad en América Latina: magnitud de distrito, malapportionment y fragmentación partidaria. **Revista Española De Ciencia Política**, v. 23, p. 81-110. 2010. https://recyt.fecyt.es/index.php/recp/article/view/37499

ESPÍ, A. Proporcionalidad de los sistemas electorales latinoamericanos: un estudio comparado de 18 países basado en resultados electorales dados entre 2010 y 2014. **Revista De Ciencia Política**, v. 55, n. 2, p. 33-66. 2017. https://doi.org/10.5354/0719-5338.2017.53178

ESPINOZA, A.; MANDUJANO, N. **La corrupción en el estado y su impacto en las inversiones y el crecimiento económico peruano al 2022**. 2023. 106 f. Dissertação (Graduação. Universidad Nacional Daniel Alcides Carrión]. http://repositorio.undac.edu.pe/handle/undac/3505

GARCÍA, I. Gobernabilidad en tiempos de minoría: Coaliciones, fragmentación y el poder legislativo

en el Perú contemporáneo. **Apuntes**, n. 99, p. 231-256. 2025. https://doi.org/10.21678/apuntes.99.2733

HURTADO, S.; ARAUJO, L.; IPARRAGUIRRE, D.; GAVIDIA, J.; ORIHUELA, V.; ENRÍQUEZ, A. Polarización política-ideológica en las elecciones latinoamericanas desde la perspectiva de Gastón Jorge Quevedo Pereyra. **Revista Tribunal**, v.5, n. 12, e195. 2025. https://doi.org/10.59659/revistatribunal.v5i12.195

LEIRAS, M. Los procesos de descentralización y la nacionalización de los sistemas de partidos en América Latina. **Política y gobierno**, v. 17, n. 2, p. 205-241. 2010. http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-20372010000200001&lng=es&tlng=es

LUJÁN, D. Diferenciación ideológica y coordinación estratégica en elecciones presidenciales en América Latina. **Colombia Internacional**, n. 103, p. 29-55. 2020. https://doi.org/10.7440/colombiaint103.2020.02

MARTÍNEZ, A. La institucionalización del sistema de partidos en América Latina: Revisión conceptual y metodológica. **Revista de El Colegio de San Luis**, v. 8, n. 15, p. 205-236. 2018. http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-899X2018000100205&lng=es&tlng=es

MILANESE, J.; JARAMILLO, L. Impacto de los factores institucionales del sistema electoral en la fragmentación partidaria. Un análisis de las elecciones para concejos municipales en el Valle del Cauca (1997-2011). **Colombia Internacional**, n. 84, p. 43-70. 2015. https://journals.openedition.org/colombiaint/11856

MOLERO, M. **Los partidos políticos en el Perú:** los intentos de construcción partidaria en un sistema de partidos deficiente. 2024. 24 f. Dissertação (Bacharelado, Pontificia Universidad Católica del Perú). https://tesis.pucp.edu.pe/items/62dc4a87-6788-4f5e-aa72-11dc52e7f63c

MOLINA, I., *et al.* (2023, 19 de enero). **España en el mundo en 2023:** Perspectivas y desafíos [Policy Paper]. Real Instituto Elcano. https://www.realinstitutoelcano.org/policy-paper/espana-en-el-mundo-en-2023-perspectivas-y-desafios/

PALMA, E.; OSORNIO, M. Fragmentación y volatilidad electoral en las elecciones presidenciales de 2018 en México: ¿Hacia un sistema de partido predominante?. **RMEE**, v.4, n. 23. 2020. https://www.rmee.org.mx/index.php/RMEstudiosElectorales/article/view/308

PAZ, A. Reflexiones sobre la transición democrática en América Latina: el problema del cambio en la continuidad y la continuidad del cambio. **Matices Del Posgrado Aragón**, v. 5, n. 13. 2010. https://revistas.unam.mx/index.php/matices/article/view/25794

PÉREZ, A.; SCHMIDT, N.; VAIRO, D. Partidos legislativos y coaliciones políticas en América Latina (1925-2019). **Política y Gobierno**, v. 30, n. 2. 2023. http://www.politicaygobierno.cide.edu/index.hp/pyg/article/view/1666

RAMÍREZ, J. Recursos municipales y fragmentación del sistema de partidos: Diseño cuasi-experimental con el Programa Pueblos Mágicos en México. **Revista de ciencia política**, v. 42, n. 1, p. 1-29. 2022. https://dx.doi.org/10.4067/s0718-090x2022005000101

RAMÍREZ, K. Volatilidad y fragmentación electoral en las elecciones del poder ejecutivo y legislativo en Morelos, México. **Revista Mexicana De Ciencias Políticas Y Sociales**, v. 67, n. 244. 2022. https://doi.org/10.22201/fcpys.2448492xe.2022.244.76984

SAFFIRIO, E. Reforma política, fragmentación, polarización partidista y calidad de la política. **Aula virtual**, v. 5, n. 12. 2024. https://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2665-03982024000202087

SULMONT, D. **El elector latinoamericano del siglo XXI:** Estudio comparado del comportamiento electoral en Brasil, Chile, México y Perú. 2017. 354 f. Tese (Doutorado, Pontificia Universidad Católica del Perú). https://www.proquest.com/openview/a27402dea8f6fbc172cec98e5696577d/1?pq-origsite=gscholar&cbl=18750&diss=y

VALLEJO, J.; ALVAREZ, E. Predicción electoral y tecnologías emergentes en contextos complejos: Un análisis de variables y retos desde una revisión sistémica de literatura. **Sociedad y Política**, v. 1, n. 8, p. 2-27. 2025. https://revistascientificas.una.py/index.php/syp/article/view/5960

VARETTO, C. Sistema de partidos, fragmentación de la competencia y tasas de reforma estatal. Una aproximación ilustrativa desde el caso argentino. **Revista De Estudios Políticos**, n. 169, p. 167-199. 2015. https://doi.org/10.18042/cepc/rep.169.06

ZÁRATE, P. **En el Perú está en riesgo que tengamos elecciones limpias**. Ojo Público. 2024. https://ojo-publico.com/entrevistas/patricia-zarate-esta-riesgo-que-tengamos-elecciones-limpias

DOI: https://doi.org/10.18817/26755122.30.1.2026.4614

ESTUDIO DEL ESTRÉS HÍDRICO EN EL SALVADOR: UN ANÁLISIS POR MEDIO DE LA TELEDETECCIÓN DURANTE EL PERÍODO 2012-2022

ESTUDO DO ESTRESSE HÍDRICO EM EL SALVADOR: UMA ANÁLISE POR MEIO DO SENSORIAMENTO REMOTO DURANTE O PERÍODO 2012-2022

ASSESSMENT OF WATER STRESS IN EL SALVADOR: A REMOTE SENSING-BASED ANALYSIS (2012-2022)

David Emmanuel Salguero Miranda[1]
0000-0002-6405-6025
davidsalguero1697@gmail.com

Camila Alejandra Tobías López[2]
0009-0000-8458-2535
camilatobias03@gmail.com

Marcia Aparecida Procopio da Silva Scheer[3]
0000-0001-7718-4002
marcia.scheer@unila.edu.br

José Mauro Palhares[4]
0000-0001-9311-1049
palhares@unifap.br

Alexandre Luiz Rauber[5]
0000-0002-4909-6491
rauber@unifap.br

CIÊNCIA Geográfica
Ano XXX - Vol. XXX - (1): Janeiro/Dezembro - 2026
ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461
www.agbbauru.org.br

1 Graduado em Geografia - Licenciatura pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6405-6025. E-mail: davidsalguero1697@gmail.com.
2 Graduada em Geografia - Licenciatura pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana– UNILA. ORCID: https://orcid.org/0009-0000-8458-2535. E-mail: camilatobias03@gmail.com.
3 Doutorado em Engenharia Agrícola pela Universidade Estadual de Campinas; atualmente é professora titular e pesquisadora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana-UNILA. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7718-4002. E-mail: marcia.scheer@unila.edu.br.
4 Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR; atualmente é professor associado e pesquisador da Universidade Federal do Amapá-UNIFAP. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9311-1049. E-mail: palhares@unifap.br.
5 Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás - UFG; atualmente é professor adjunto e pesquisador da Universidade Federal do Amapá-UNIFAP. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4909-6491. E-mail: rauber@unifap.br.

Artigo recebido em abril de 2026 e aceito para publicação em junho de 2026.

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMEN: Esta investigación contempló el estudio del impacto que el estrés hídrico ha causado en El Salvador, país ubicado en Centroamérica con importante actividad volcánica relacionada con la formación del relieve y la hidrografía salvadoreña. El objetivo fue analizar los impactos causados por las grandes empresas embotelladoras e inmobiliarias, que hacen un uso excesivo o explotan excesivamente los recursos hídricos en El Salvador. Para ello se utilizaron levantamientos secundarios junto con fuentes bibliográficas y documentales. Los resultados mostraron que existe una situación de alerta hídrica en El Salvador, de continuar, en poco tiempo será un país sin recursos hídricos que puedan ser utilizados por la población para abastecer actividades básicas como hidratación, baño y cosecha, debido a una mala gestión y poca legislación para cuidar el agua en El Salvador. Se concluye que el estrés hídrico en El Salvador es un problema crítico que afecta tanto al medio ambiente como al bienestar social y económico del país. Para enfrentar este desafío, sería esencial implementar políticas públicas de gestión sostenible del agua, promover la conservación y fomentar la educación sobre el uso responsable del recurso hídrico.

Palabras clave: El Salvador. Recursos Naturales. Impactos Ambientales. Estrés Hídrico. Teledetección.

RESUMO: Esta pesquisa contemplou o estudo sobre o impacto que o estresse hídrico tem causado em El Salvador, um país localizado na América Central com importante atividade vulcânica relacionada à formação do relevo e hidrografia salvadorenha. Objetivou-se analisar os impactos ocasionados por grandes empresas engarrafadoras e imobiliárias, que fazem uso excessivo ou exploram excessivamente os recursos hídricos em El Salvador. Para tanto se utilizou de levantamentos secundários junto a fontes bibliográficas e documentais. Os resultados mostraram que existe uma situação de alerta hídrico em El Salvador, se continuar, em pouco tempo será um país sem recursos hídricos que possam ser utilizados pela população para abastecer atividades básicas como hidratação, banho e colheita, devido ao mau manejo e pouca legislação envolvendo os cuidados com a água. Conclui-se que o stress hídrico em El Salvador é um problema crítico que afeta tanto o ambiente como o bem-estar social e econômico do país. Para enfrentar este desafio, seria essencial implementar políticas públicas para a gestão sustentável da água, promover a conservação e incentivar a educação sobre o uso responsável dos recursos hídricos.

Palavras-chave: El Salvador. Recursos Naturais. Impactos Ambientais. Estresse Hídrico. Sensoriamento Remoto.

ABSTRACT: This research examined the impact of water stress in El Salvador, a Central American country characterized by significant volcanic activity that has shaped its topography and hydrography. The study aimed to analyze the impacts caused by large bottling companies and real estate developers, both of which engage in the excessive or over-exploitation of El Salvador's water resources. To achieve this, secondary data, along with bibliographic and documentary sources, were utilized. The results indicate that El Salvador is currently in a state of water alert. If current trends continue, the country will soon face a severe shortage of water resources necessary for basic human activities, including hydration, sanitation, and agriculture, primarily due to mismanagement and insufficient legislation regarding water conservation. It is concluded that water stress in El Salvador is a critical issue that threatens the environment as well as the country's social and economic well-being. To

address this challenge, it is essential to implement public policies for sustainable water management, promote conservation, and foster education on the responsible use of water resources.

Keywords: El Salvador. Natural Resources. Environmental Impacts. Water Stress. Remote Sensing.

INTRODUCCIÓN

El Salvador, está ubicado en América Central, dividido en 14 departamentos agrupados geográficamente en tres zonas: Oriental, Central y Occidental. Se encuentra al noreste de América Central, El Salvador limita al norte y este con Honduras, en el sudeste extremo con el Golfo de Fonseca, por el sur con el Océano Pacífico, y en el oeste y noroeste con Guatemala. El Salvador, es el único país de América Central que no posee costas en el Mar Caribe (Figura 1).

Figura 1. Mapa Político de El Salvador

Fuente: Elaboración propia (2024).

Cuando nos referimos al relieve de El Salvador, podemos decir que cuenta con un relieve muy diverso y con diferentes formaciones geográficas, las cuales han necesitado de cientos de años para su formación. Según Christofoletti (1981, p 1), dice que:

> La geomorfología es la ciencia que estudia las formas del relieve. Las formas representan la expresión espacial de una superficie, componiendo las diferentes configuraciones del paisaje morfológico. Es su aspecto visible, su configuración, que caracteriza el modelado topográfico de una área (Christofoletti, 1981, p. 1, traducción propia).

La geomorfología es de suma importancia para saber qué tipo de configuración del paisaje existe en el relieve salvadoreño, para saber cómo fue su formación y ver su evolución. Debido a que El Salvador se encuentra en zona de subducción, es muy propenso a terremotos.

Como ya se sabe su ubicación geográfica, podemos saber que en esa zona en específico, existe mucha actividad volcánica y tectónica, pues se encuentra sobre lo que se conoce como el "Cinturón de Fuego del Pacífico" por ende, el relieve en El Salvador cuenta con muchos desniveles y también muchas formaciones rocosas.

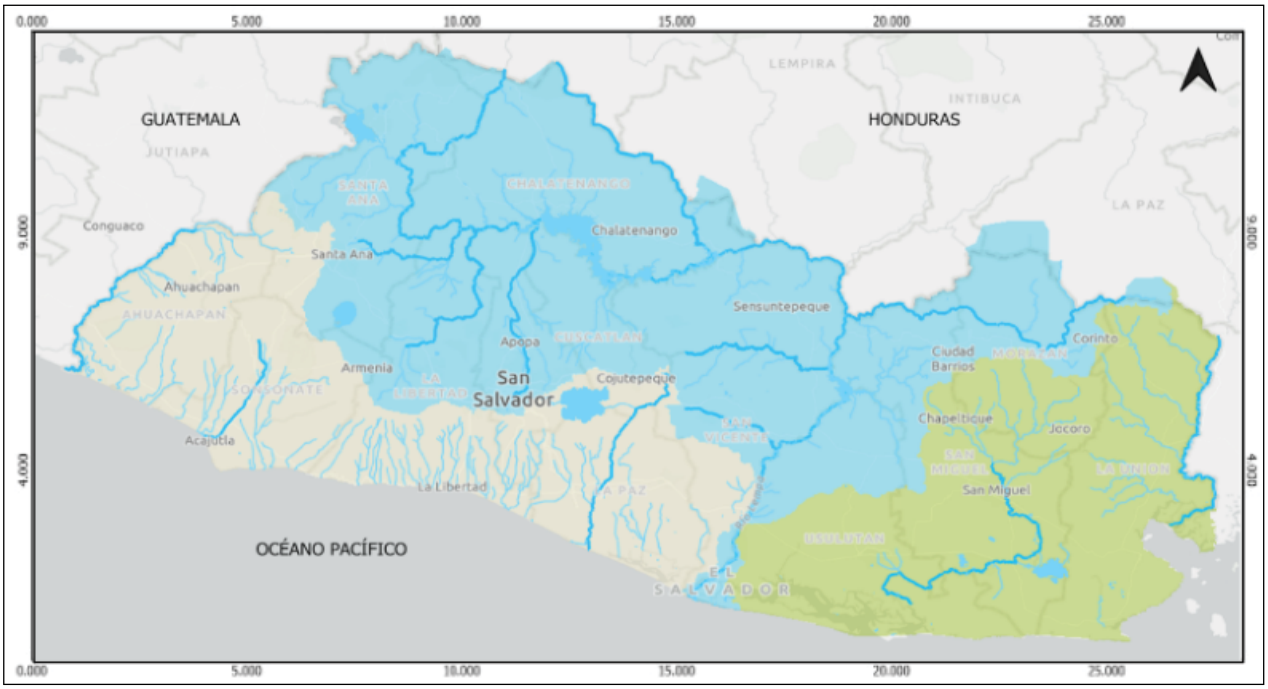
En El Salvador existen varios tipos de relieves, entre los que podemos mencionar están: volcánicos, cordilleras, montañosos, valles y llanuras. Debido a que la región es bastante montañosa, su zona más alta alcanza los 2.730 msnm (metros sobre el nivel del mar) en las que se alcanzan temperaturas bastante frías.

Ya que El Salvador se encuentra en la zona de choque de la placa tectónica de Cocos y la placa del Caribe, se han originado cadenas de volcanes dentro del territorio, siendo que algunos aún están activos y con actividades volcánicas expidiendo cenizas y gases.

El Salvador se caracteriza por su reducido territorio y por su alta demografía, demandando crecientemente recursos naturales, alimentos, energía y agua potable. Esta situación representa un enorme desafío, pues, a pesar de contar con abundantes recursos hídricos, según la Fundación Maquilishuat (2011, p. 14) "el 90% de los ríos están contaminados debido principalmente a las aguas servidas de los asentamientos humanos y a la actividad de las fábricas.*"*

Los principales ríos de El Salvador, cumplen funciones básicas e importantes para los ecosistemas y para la población. Además; son clave para el tema de la alimentación específicamente por la pesca y el riego de los cultivos. En El Salvador existen zonas hidrográficas y regiones hidrográficas, tal como lo establece el artículo 3 de la Ley General de Recursos Hídricos, para fines administrativos de la gestión integral de los recursos hídricos, las tres zonas hidrográficas son las siguientes: Lempa, Paz y Goascorán (Figura 2).

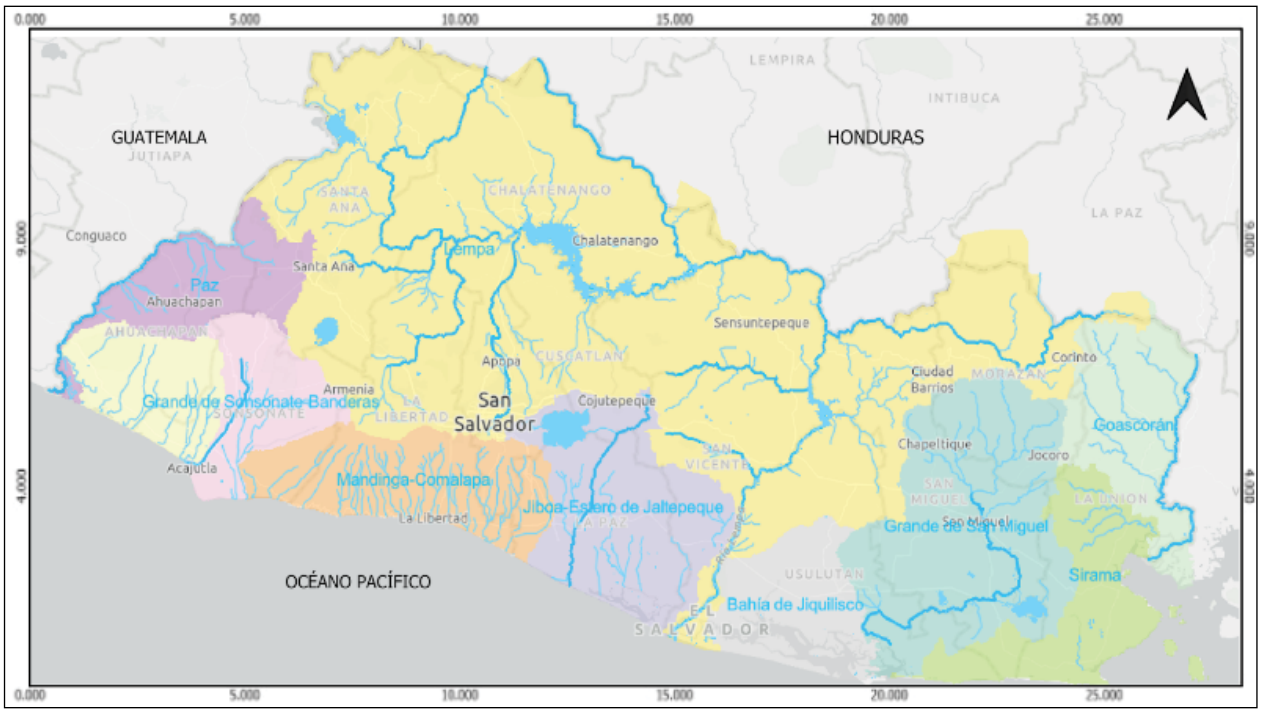
Figura 2. Zonas Hidrográficas de El Salvador



Fuente: Autoridad Salvadoreña del Agua - ASA (2022).

El Salvador también cuenta con 10 regiones hidrográficas, las cuales se encuentran divididas en las tres grandes zonas hidrográficas del territorio, esa división que se da en las regiones hidrográficas, es la base para poder agrupar los cuerpos de agua en sistemas principales de explotación (Figura 3).

Figura 3. Regiones Hidrográficas de El Salvador



Fuente: Autoridad Salvadoreña del Agua - ASA (2022).

RECURSOS HÍDRICOS EN EL SALVADOR

El Salvador, sin importar que es uno de los países más pequeños territorialmente a nivel mundial, cuenta con gran abundancia de recursos hídricos, los cuales son de suma importancia económicamente y socialmente hablando, pues esos recursos hídricos abastecen al sector económico y un porcentaje de la población, aunque se cuente con muchos recursos hídricos; hay una mala gestión de los mismos, impidiendo abastecer al 100% de la población.

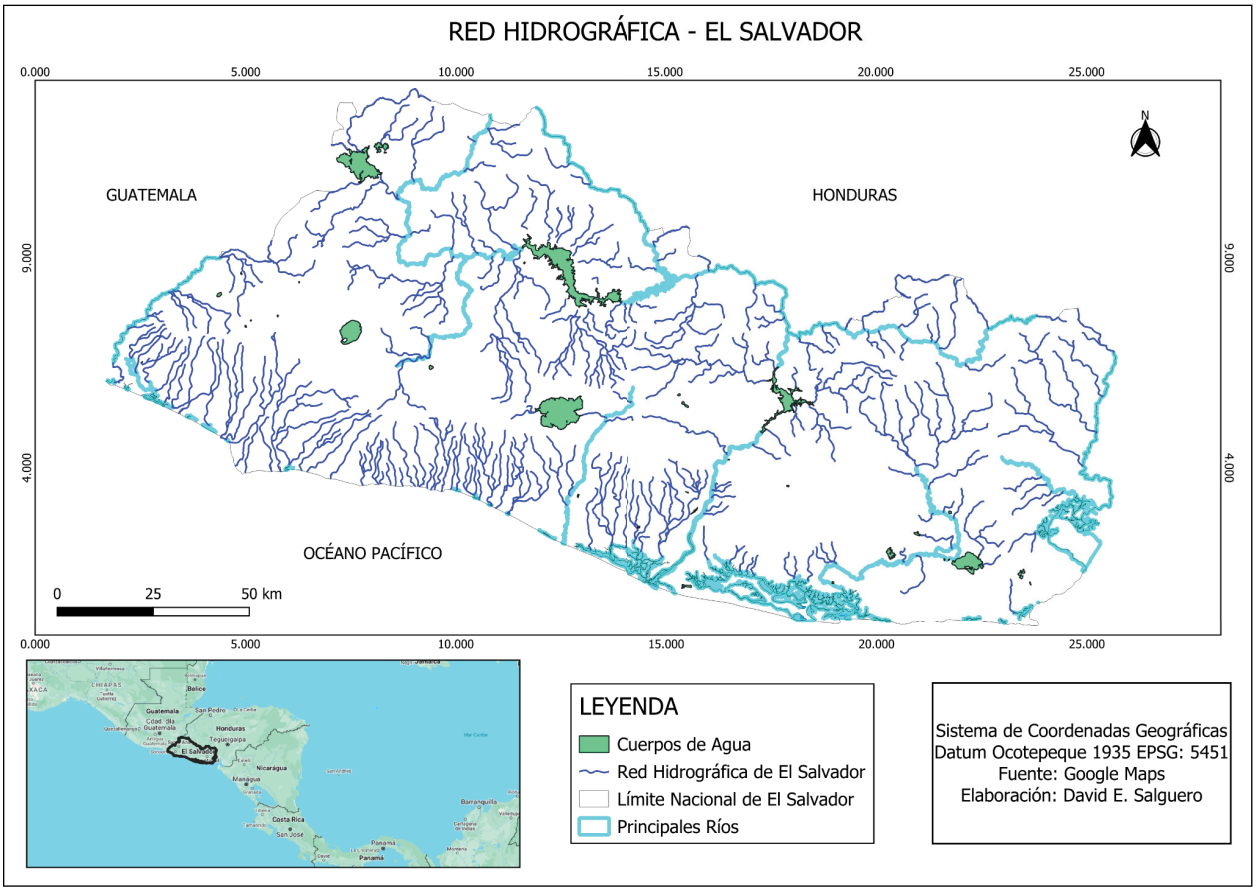
La actividad volcánica del país y de la región centroamericana, ha dado paso a la formación de grandes embalses, ríos, lagos y lagunas, además de eso, las lluvias también juegan un papel importante en el ciclo de los recursos hídricos con los que el país cuenta.

Aunque el territorio salvadoreño es de tan solo 21.041 km², cuenta con muchos ríos que proveen un flujo constante de agua dulce. Ibarra *et al.* (2006, p. 21) señalan que:

> El Salvador se caracteriza porque la mayor parte de su territorio se ubica en cuencas internacionales. En El Salvador existen unos 360 ríos, siendo los más importantes el río Lempa, Grande de San Miguel, Goascorán, Sumpul, Paz, Sensunapán, Suquiapa, Sucio, Acelhuate, Jiboa y Torola, entre otros. Todos están en franco proceso de deterioro. El río Lempa es el más caudaloso de todos y es compartido con Guatemala y Honduras, el río Paz es compartido con Guatemala y el río Goascorán con Honduras. El río Lempa posee una disponibilidad de 68% de las aguas superficiales; el río Grande de San Miguel representa el 6%; el restante 26% lo aportan los demás ríos que conforman la red hídrica del país (Ibarra *et al*., 2006, p. 21).

Entre los ríos más importantes del país, se destaca el Río Lempa, el cual atraviesa todo el territorio salvadoreño, desde el norte del país, hasta desembocar en el Océano Pacífico, por su gran extensión y caudal, es utilizado principalmente en área de la agricultura, producción de energía hidroeléctrica, ganadero, industrial y abastecimiento de agua potable, además, se pueden mencionar otros ríos que destacan, por ejemplo el Río Grande de San Miguel y el Ríos Goascorán. El país también posee una serie de lagos, como el de Coatepeque e Ilopango, y varias lagunas además de un importante recurso de aguas subterráneas (Figura 4).

Figura 4. Red Hidrográfica de El Salvador



Fuente: Elaboración propia (2024).

Debido a la actividad volcánica en El Salvador, los lagos y lagunas pueden ser de diferentes orígenes, Guevara *et al* (2006, p. 77-78), señalan que:

> Entre los lagos y lagunas principales están: lago de Ilopango (70,4 km^2) y lago de Coatepeque (24,8 km^2), ambos de origen volcánico, mientras que el lago de Güija compartido con Guatemala (44,1 km^2), laguna de Olomega (24,2 km^2) y laguna El Jocotal (15 km^2) son de origen tectónico (Guevara *et al*., 2006, p. 77-78).

De los principales lagos que se mencionan, está el lago de Coatepeque y el lago de Ilopango, sin embargo, estos lagos son de aguas contaminadas, según Vides (2023, p 2-3), "En 2019, el Ministerio de Medio Ambiente y Recursos Naturales (MARN), determinó que las aguas del lago de Coatepeque no son aptas para el consumo humano, pero la mayoría de los pobladores de la zona consumen de esa agua.", en estudios realizados se llegaron a encontrar micropartículas de plástico en los peces que se encuentran en el lago, todo debido a que se vierte una gran cantidad de desechos sólidos y de aguas no tratadas, por lo que no se puede utilizar ni para los plantíos en las zonas aledañas.

Con respecto al agua del lago de Ilopango, Espinoza (2024) expone que:

> Los resultados preliminares de una investigación realizada por la Escuela de Física de la Universidad de El Salvador (UES) determinaron que el lago de Ilopango adolece de una fuerte contaminación de arsénico, cromo y plomo, varias veces superior al parámetro permitido, por lo que potabilizar su agua con métodos convencionales no es recomendable (Espinoza, 2024).

De igual forma que con el lago de Coatepeque, sucede en el lago de Ilopango, después de varios estudios realizados por la Universidad de El Salvador, se encontró una gran cantidad de arsénico, el cual es muy perjudicial para la salud, pudiendo generar cáncer y lesiones cutáneas, imposibilitando que se pueda utilizar el agua en la agricultura, plantíos, tampoco se puede potabilizar con métodos convencionales y mucho menos se puede pescar en el lago.

En Junio de 2019, la administración de Nayib Bukele, actual presidente de la República, anunció sus intenciones de una posible potabilización del agua del lago de Ilopango en cooperación con la República Popular China, en diciembre del 2023 se iniciaron con los primeros análisis para llevar a cabo dicha obra.

PROBLEMAS DE GESTIÓN Y DISTRIBUCIÓN DEL AGUA EN EL PAÍS.

Como es habitual, estos problemas de gestión y distribución de agua, se debe a factores negativos que sólo afectan a las poblaciones más pobres, como ejemplo de ello, la sobreexplotación industrial que existe por empresas de bebidas embotelladas principalmente cocacola, que prácticamente, están secando mantos acuíferos muy importantes, haciendo uso desenfrenado del recurso hídrico, dejando sin agua a las personas que habitan en las comunidades aledañas a esos mantos acuíferos, y que con el pasar de los años, esta situación ha ido empeorando cada vez más a ritmos muy acelerados.

Según la fundación We Are Water (2022), *"*La mala gestión, la sobreexplotación de los acuíferos y las cuencas fluviales, la contaminación y, desde hace unos años, la crisis climática han sido especialmente hirientes en el país.*"* Además de esa problemática, podemos agregar que esas empresas, arrojan muchos desechos sólidos y aguas no tratadas a los ríos en los que las personas que viven en esas zonas, utilizan esas aguas para la agricultura, para bañarse y muchas veces esas aguas contaminadas, es consumida por las comunidades.

Debido a toda esa mala gestión y sobreexplotación por parte de empresas multimillonarias de bebidas carbonatadas y a empresas de bienes raíces, a la cual campesinos de las zonas afectadas les llaman de "proyectos de muerte", porque precisamente es lo que están causando en la población, ya que los están dejando sin el líquido vital, y sin agua no hay vida. Además de que las personas que viven en los alrededores de donde se da esa sobreexplotación, se quedan sin agua, también contraen enfermedades causadas por el consumo de agua contaminada y por los químicos que son utilizados en plantaciones de diferentes tipos que se dan en El Salvador, plantaciones que muchas veces se encuentran al lado de las escuelas, y los niños y niñas empiezan a presentar problemas de diarrea crónica y otras personas con problemas de insuficiencia renal, deteriorando la calidad de vida de las personas que consumen alimentos que son "lavados" con agua contaminada y los pequeños cultivos también se ven afectados, pues usan esa agua contaminada para regar sus plantaciones produciendo cultivos de bajo nivel de calidad.

ESTRÉS HÍDRICO EN EL SALVADOR

La situación de estrés hídrico en El Salvador, es realmente crítica, pues de los más de 300 ríos importantes que existen en el país, han perdido entre el 30 y 70% gradualmente de su caudal, incluyendo al río más grande de El Salvador, el río Lempa. La situación es realmente impactante, porque de los ríos más importantes que no ha perdido su caudal, es el río Acelhuate, debido a que está siendo alimentado constantemente por aguas negras y desechos sólidos de las grandes empresas.

Debido a toda esa problemática del agua muy crítica y triste a la vez, Álvarez (2023), señala que:

> En el caso de El Salvador, el estrés hídrico es un problema particularmente grave debido a la combinación de factores como la deforestación, la contaminación humana e industrial, y las variaciones climáticas. Según un informe del Banco Interamericano de Desarrollo, El Salvador es uno de los países más vulnerables al estrés hídrico en Centroamérica, y se espera que la situación empeore en el futuro debido a los escenarios climáticos proyectados, y por supuesto, por el aumento de la demanda del agua (Álvarez, 2023).

En El Salvador, el estrés hídrico debería ser de interés nacional ya que está en un estado muy crítico y que están relacionados por diversos factores, destacando a la deforestación, pues degrada en gran medida a los ecosistemas hídricos, además de eso, podemos mencionar la contaminación que los humanos generamos y también la contaminación industrial, la cual está comprometiendo la calidad y la disponibilidad del agua en el país.

Últimamente, las variaciones climáticas que están ocurriendo en El Salvador, acompañado de la contaminación generada por las empresas de bienes raíces, embotelladoras y la deforestación, etc,. ayuda en gran manera con el estrés hídrico en el país y es muy viable que esa situación empeore si no se empiezan a imponer leyes contra la mala gestión y explotación del agua que existe.

FACTORES QUE CONTRIBUYEN AL ESTRÉS HÍDRICO EN EL PAÍS

Como ya hemos mencionado, el estrés hídrico en su mayoría se da por la mala gestión del agua en la que grandes empresas sobreexplotan el recurso hídrico, pero además de esos factores, también podemos mencionar el cambio climático y la deforestación masiva que existe en El Salvador. Por lo cual, Chinchilla y Quijano (2017) dicen que:

> Entre los factores que provocan este fenómeno se encuentra el cambio climático, lo cual permite que haya tormentas aisladas de muy corta duración o muy intensas. El suelo tiene cierta capacidad de infiltración, es decir, se absorbe a cierta velocidad. Si la intensidad de la lluvia es mucho mayor que esta, lo que sucede es que escurre de forma superficial. Llega hasta los ríos y quebradas, drenándose rápidamente. Esto causa que a las dos o tres horas, el agua vuelva a bajar y llegue finalmente al océano.
>
> En segundo lugar se encuentra la deforestación, una de las principales causas que se deberían evitar. La razón es porque los árboles ayudan a tener una mayor cobertura para el impacto de las lluvias, lo que provoca que las gotas caigan con menos intensidad a la superficie y de esta manera permiten que el suelo aproveche mejor este recurso. Además, ayuda a que el agua se filtre adecuadamente.

> Por último, la distribución de las precipitaciones, en otras palabras, llueve más en algunas zonas que en otras. Dentro del país, el territorio que se ve más afectado ha sido la parte oriental; teniendo periodos acumulados de déficit de precipitación. Estas causas han ocasionado que muchos ríos transporten agua solamente en periodos de lluvia. A este fenómeno se le denomina: quebradas de invierno (Chinchilla; Quijano, 2017).

Teniendo en cuenta el texto anterior, necesitamos políticas a nivel de país para combatir y poder castigar la tala de árboles que muchas veces, se da de forma clandestina, perjudicando mucho a la flora y fauna local y trayendo consecuencias más críticas con el estrés hídrico, también políticas del agua que sea beneficiosa para la población en general, y que no beneficie a algunos pocos como hasta en la actualidad está siendo.

IMPACTO DEL ESTRÉS HÍDRICO EN LA POBLACIÓN SALVADOREÑA

La privatización del agua en El Salvador, ha sido de los últimos temas de interés nacional que han ocurrido, pues dicha privatización fue propuesta por la Asociación Nacional de la Empresa Privada (ANEP), que son los principales causantes del estrés hídrico en el país debido a sus grandes proyectos en los que hacen una sobreexplotación del agua, y según la propuesta de la ANEP, la distribución sería: 2 representantes de la ANEP, 2 representantes de la Corporación de Municipalidades de la República de El Salvador (COMURES) y un representante designado por el Presidente de la República de El Salvador, ante lo cual, muchos sindicatos de trabajadores organizaciones y en contra de la privatización del agua, principalmente la Universidad de El Salvador (UES), se organizaron y salieron a marchar en contra de dicha propuesta de privatización del agua en el 2018 (Figuras 5 y 6).

Figuras 5 y 6. Estudiantes organizados de la Universidad de El Salvador en marcha contra la privatización del agua

Fuente: Jaime Mejía (2018).

Partiendo de la distribución de los que estarían a cargo del agua en el país, muchas personas quedaron inconformes porque no estaba distribuído de forma equitativa, el rector de la Universidad de El Salvador, llevaba la carta de correspondencia para que fuera analizada por los diputados que conformaban la Asamblea Legislativa de El Salvador. En esa marcha en contra de la privatización del agua, se ejerció tanta presión en contra de la ANEP que al final no fue aprobada la privatización del agua.

El estrés hídrico por el cual está pasando El Salvador, es sentido a nivel nacional pero causa un impacto más grande en las poblaciones más pobres y vulnerables del país, o sea es más evidente en la

clase media-baja y baja salvadoreña, muchas de las veces, esas poblaciones se encuentran en la zona rural del país, sin embargo, uno de los municipios que se han visto afectados se sitúa en el área metropolitana de San Salvador, municipio llamado Soyapango, las personas de ese municipio se han levantado varias veces en contra del gobierno y de su distribuidora de agua, la Administración Nacional de Acueductos y Alcantarillados (ANDA), debido a la incompetencia a la hora del abastecimiento del vital líquido, debido a ello, a principios del 2020 después de varias semanas sin agua, las personas de ese municipio salieron a protestar por la inconformidad y falta de agua en sus casa, causando que el gobierno les enviara camiones cisterna como método de apaciguar la situación hídrica en Soyapango, pero que sin embargo, los habitantes se seguían quejando de esas medidas temporales y exigían al gobierno poder tener agua potable en los grifos de sus casas, porque es derecho de todas las personas contar con agua potable y limpia (Figura 7).

Figura 7. Habitantes de Soyapango protestando por la falta de agua

Fuente: Jorge Cuéllar, NACLA (2020).

Las tormentas tropicales que atraviesan el país también juegan un papel fundamental en el estrés hídrico de El Salvador, tanto la tormenta tropical Amanda como el Covid-19, según Cuéllar (2020), *"*han expuesto dramáticamente cómo la falta de inclusión del agua como un elemento clave de los planes de seguridad ciudadana y salud pública.*"* Además que esas tormentas contribuyen con el estrés hídrico ya que son lluvias muy intensas y causan erosión en el suelo, y es debido a que los grandes productores de caña y de café están sobreexplotando el suelo, están generando suelos secos, los cuales pierden sus nutrientes en casi su totalidad y también se pierde la capacidad del suelo poder retener el agua. Según Cuéllar (2020), apunta que:

> En los escenarios estadísticos y climatológicos de la Comisión Económica de las Naciones Unidas para América Latina y el Caribe sobre la disponibilidad a futuro del agua en Centroamérica, proyectan que El Salvador será el más afectado. Si bien los países vecinos con costas caribeñas enfrentarán una disminución en el agua consumible, las lluvias activas aún promoverán la reposición de los acuíferos. Pero en El Salvador, una combinación de sequía, sobrepoblación y una temporada de lluvias más corta augura un futuro de gran estrés hídrico (Cuéllar, 2020).

Durante la tormenta tropical Amanda 2020, se calcula que en un lapso de tiempo de 24 horas, llovió el 10% de la cantidad total que suele llover anualmente en El Salvador, generando deslizamientos en diversos puntos vulnerables del país e inundaciones, causando que muchos ríos se salieran de su cauce, muchas familias afectadas a nivel nacional, con pérdidas materiales y humanas. Ese tipo de tormentas, es muy habitual que afecte a toda o la mayoría de la red eléctrica, telefónica, las conexiones viales y también se interrumpe el servicio del agua.

CONSECUENCIAS DEL ESTRÉS HÍDRICO EN EL ACCESO Y PERMANENCIA A LA EDUCACIÓN EN EL SALVADOR

El estrés hídrico en El Salvador, ha afectado mucho el acceso que se tiene en el país a la educación, mientras que hay colegios lujosos, que cuentan con una estructura excelente, con todos los implementos y equipos necesarios para que los estudiantes puedan desarrollar sus capacidades en diferentes áreas de estudio, que cuestan cientos de dólares las matrículas y mensualidades, también existen escuelas que carecen con todo lo antes mencionado y mucho más.

Dicha situación, ha llevado a que los directores de los centros educativos, en su mayoría escuelas (entiéndase que las escuelas a nivel nacional son públicas y los colegios son de carácter privado, con pequeñas y pocas excepciones de colegios mixtos), adopten medidas en las escuelas principalmente en verano, como por ejemplo el acortamiento del tiempo de clases de 7:00 a. m. a 9:30 a. m. siendo que normalmente el período matutino en las escuelas es de 7:00 a. m. a 12:00 m. d., y en el período vespertino, las clases son de 1:00 p. m. a 3:30 p. m., cuando el horario normal sería de 1:00 p. m. a 5:00 p. m., en varias escuelas se acordó reducir las horas de clase, primeramente porque el agua disponible en los centros educativos, a duras penas alcanza para mantener los sanitarios en condiciones aceptables, situación que en otras muchas escuelas, los sanitarios no son salubres.

Debido a que el estrés hídrico es tan crítico, que en muchas de las escuelas del país, no cuentan con agua potable, algunas escuelas reciben agua potable alrededor de una hora o dos como máximo y no se sabe el horario exacto en el que caerá agua, muchas veces en las zonas rurales, piden agua a los vecinos más cercanos que tienen agua de pozo, pero que no es agua potable, situación que muchas veces imposibilita que los padres manden a sus hijos a estudiar, porque no tienen agua en sus casas ni para lavar los uniformes de sus hijos.

En los centros educativos, se nota mucho la inasistencia de estudiantes por falta de agua en las escuelas, y falta de agua en sus casas, lo que conlleva a que las madres (en su mayoría), salgan a buscar agua a ríos cercanos en “cántaros” y llevan a sus hijos para que también lleven agua para el consumo del día a día, muchas veces el agua que es utilizada para el consumo, para lavar alimentos, para el aseo personal, etc., es agua contaminada, pero como no hay más opciones o alternativas, les toca usar el agua aunque esté contaminada (Figuras 8 y 9).

Figura 8. Instalación de un colegio en San Salvador de Sonsonate

Fuente: Ricaldone (2019).

Figura 9. Instalación de una escuela en zonas rurales

Fuente: Jonathan Funes (2023).

En El Salvador, la gran brecha que existe entre ricos y pobres es muy notable, ya que si las personas tienen dinero, tienen derecho a buena estructura, servicios de agua luz e internet, o sea que el agua es un negocio de las empresas privadas que hacen de este bien vital, una mercancía, dejando casi inaccesible ese recurso para la gran mayoría de salvadoreños.

METODOLOGÍA

La metodología para la realización del artículo se constituyó en 2 fases diferenciadas; la primera fase consiste en la revisión bibliográfica analizando el período 2012–2022, con un contexto de la ubicación, actividad volcánica y del estrés hídrico en El Salvador para comprender el actual estado del agua disponible en el país. La investigación bibliográfica, según Amaral (2007, p. 1), es:

> un paso fundamental en todo trabajo científico que influirá en todas las etapas de la investigación, ya que da la base teórica sobre la que se sustentará el trabajo. Consisten en estudio, selección, registro y archivo de información relacionados con la investigación (Amaral, 2007, p. 1).

Una vez recopilada toda la información, se destacan algunos de los aspectos que ocasionan y agravan la situación hídrica en El Salvador, los recursos hídricos disponibles de buena calidad, gestión y distribución del agua, los impactos que tiene el estrés hídrico en el territorio salvadoreño entre ellos planes y acciones educativas que se ven obligados a implementar debido a la falta de agua en los centros educativos.

En la segunda fase se hizo un sondeo de los ríos más importantes de El Salvador, con el fin de identificar su ubicación, la distribución, gestión y contaminación de los mismos. Según Lupinacci y Silva (2012, p. 3), van a decir que: "La representación cartográfica del relieve puede ofrecer datos sobre las condiciones locales para la ocupación o, aún, en caso de ocupación ya efectiva, puede auxiliar en la identificación de áreas potencialmente problemáticas en el futuro." traducción propia.

Para llevar a cabo esta fase cartográfica, se dispuso de tecnología y aplicaciones (*hardware* y *software*), determinadas por las necesidades durante el transcurso de la implantación. Herramientas

como computadoras, el software utilizado: QGIS y sus plugins y el acceso a internet, han sido elementos principales para el desarrollo de dicha fase en el artículo científico. La realización del mapa de El Salvador, realizado en QGIS, fue hecho detallando las zonas del país a través de un mapa político que delimita a su vez los departamentos que componen cada zona.

Para el mapeamiento de la red hidrográfica de El Salvador, se utilizó una impresora 3D y filamento PLA, en conjunto con el software QGIS, el plugin DEMto3D e imágenes satelitales del Landsat 8, con acceso gratuito en la plataforma USGS EarthExplorer, permitiendo la realización de un mapa 3D con el relieve de El Salvador. Dicho mapa muestra cómo la red hidrográfica se extiende por todo el territorio nacional.

POSIBLES SOLUCIONES

La teledetección en El Salvador, debe ser empleada desde la raíz de modo que se pueda desarrollar una investigación con participación de profesores y alumnos en los centros educativos, de modo que se ofrezcan herramientas innovadoras para el desarrollo e interés por la comunidad estudiantil sobre la teledetección y los beneficios que esta tiene para amenizar los impactos ambientales y concientizar a la población en general sobre la problemática del estrés hídrico en El Salvador. Por lo que Nascimento (2019, p. 1211) va a decir que: *"*El aprendizaje dependerá del método de enseñanza y factores que determinan el éxito o fracaso de los estudiantes en la conquista del entendimiento de las cosas, o sea, en la construcción de su conocimiento.*"* Entonces dependerá de los métodos y técnicas utilizados por los profesores a la hora de enseñar a sus alumnos, teniendo en cuenta que cada alumno tiene formas diferentes de aprender y también ritmos diferentes de captar las informaciones, pero también se necesitan de capacitaciones para que los profesores puedan aprender sobre la teledetección y sus beneficios, para poder transmitir el conocimiento a sus alumnos.

Debido a que este tema trata de abordar la muy importante pero muy escaza utilización que existe en El Salvador de la teledetección como una herramienta educativa y de gestión ambiental, se podrían hacer talleres en las comunidades más afectadas para que sepan cómo actuar apegados a la ley para minimizar los impactos a nivel de país, haciendo uso de la teledetección pues consideramos que es una herramienta muy importante para diferentes fines, como ejemplo de ello: el monitoreamiento ambiental, observar las pérdidas de áreas húmedas y lo más importante, el estrés hídrico.

La elección de este tema se basa en la importancia de concientizar y envolver a profesores y estudiantes y a la población en general en el cuidado y preservación de los recursos naturales en El Salvador y que se organicen para luchar en contra de la privatización del agua y exigir una buena gestión y distribución del agua, haciendo uso de varias herramientas que se pueden utilizar con la teledetección.

Teniendo en cuenta que en el país, no se enseña geografía como materia individual en las escuelas, sino que está insertada en otra materia llamada "Estudios Sociales" en la cual se abordan varios temas de la geografía como tal pero de una manera muy general, una reforma a la educación en El Salvador con la implementación de temas como el estrés hídrico, las causas y consecuencias que tiene en la población, sería una buena opción para poder informar a toda la población para que estén mejor preparados para poder luchar y defender el recurso hídrico con el que cuenta el país pero que la empresa privada se lo está acabando.

Resultados obtenidos: Línea del tiempo viendo cómo el estrés hídrico ha aumentado en El Salvador (Figuras 10, 11 y 12).

Figura 10. Fotos representativas del Caso del Río Lempa, San Vicente, El Salvador. Los mapas: a) diciembre de 2012, b) noviembre de 2017, y c) octubre de 2023

a)

b)

c)

Fuente: Google Earth Pro (2024). Organizado por los autores (2024).

En las imágenes de la Figura 10 podemos observar que el Río Lempa, San Vicente, ha sufrido una pérdida significativa gradual de su cuenca, siendo que las imágenes del 2012 y 2017 son de noviembre y diciembre, respectivamente, o sea, verano en El Salvador, en teoría. el río tendría que estar con un mayor cauce debido a que estaría siendo alimentado por los flujos de los ríos que tienen desembocadura en el Río Lempa, pero que debido al estrés hídrico, la situación ha ido empeorando, mientras que la tercera imágen, es de octubre 2023, es en período lluvioso en El Salvador, pues es invierno y es la imágen en la que más se puede observar que el río ha perdido mucho de su cauce.

Dichas imágenes pueden ser de gran importancia en estudios ambientales ya que a través de ellas se puede evidenciar que el estrés hídrico está golpeando fuertemente a los ríos más importantes del país, además, en esa zona se dan muchas plantaciones grandes y pequeñas, y que han estado sufriendo por causa de la sequía, además, esa ubicación es muy turística, pues muchos salvadoreños aprovechan a apreciar la vista desde el Puente Cuscatlán, y la economía en ese lugar se basa mucho en el turismo, pero cuando el río está muy seco, las personas no hacen la respectiva parada para apreciar la vista, ni mucho menos para consumir productos en los pueblos cercanos, viéndose así, afectada la economía de muchas familias que viven en la zona.

Figura 11. Fotos representativas del Caso del Río Paz, Ahuachapán, El Salvador. Los mapas: a) noviembre de 2012, b) noviembre de 2017, y c) diciembre de 2023.

a)

b)

c)

Fuente: Google Earth Pro (2024). Organizado por los autores (2024).

En este caso, todas las imágenes son de los meses de noviembre y diciembre, verano en El Salvador, en las cuales también se ha observado una pérdida del cauce del Río Paz, además de eso, se nota como el curso del río también ha cambiado con el pasar de los años y probablemente por acciones humanas, la zona estudiada se nota que sufre de mucha deforestación en la orilla del río y en las zonas cercanas, de seguir con esas prácticas, el río podría llegar a estar seco totalmente en verano y con poca agua en invierno. De igual forma, en la zona existe un Centro Ecoturístico, el cual es visitado tanto por nacionales y extranjeros del país vecino Guatemala, contribuyendo con la economía local, pues las personas de la zona, viven de la venta de pescados, golosinas y todo tipo de comida y otra parte de la población, viven de la agricultura y de la ganadería.

Estas imágenes pueden ayudar a que las alcaldías de ambos países (Guatemala al Norte del Río Paz y El Salvador al sur del Río Paz), a poner cartas en el asunto e implementar acuerdos para preservar la vegetación en las orillas del río para no dejar que se seque, también se observa que la cantidad de personas que viven en esa zona, ha ido creciendo gradualmente, por lo que, hacen uso del agua del Río Paz, como fuente de irrigación de cultivos, para ducharse y para el consumo humano.

Figura 12. Fotos representativas del Caso del Río Goascorán, La Unión, El Salvador. Los mapas: a) diciembre de 2012, b) agosto de 2017, y c) agosto de 2023.

a)

b)

c)

Fuente: Google Earth Pro (2024). Organizado por los autores (2024).

En estas imágenes del Río Goascorán, La Unión, el cual como en el caso anterior del Río Paz, funciona como frontera entre Honduras y El Salvador (al norte Honduras y al sur El Salvador), en ese período de tiempo ocurrió como en el Río Paz, siendo que la primera imágen es de verano y las últimas dos son imágenes captadas en invierno, también se observa que el río ha venido perdiendo su cauce aunque sea la época lluviosa de El Salvador, en este caso, las irresponsabilidades de ambos países ha causado con que el río se vaya secando, aunque en El Salvador existe una ley que prohíbe que se extraigan rocas y arena del río porque no es beneficioso para el mismo, en la parte de Honduras, no siguen las leyes y además de eso, son arrojados desechos sólidos, aguas no tratadas, animales muertos, etc y es el agua que las pequeñas comunidades salvadoreñas usan para lavar ropa, alimentos, ducharse, consumir y utilizar en los cultivos.

CONSIDERACIONES FINALES

Para finalizar, podemos decir que El Salvador, como muchos otros países, enfrenta una serie de desafíos relacionados con la gestión y distribución del agua, así como con la preservación de sus recursos hídricos en un contexto de estrés hídrico y escasez. A lo largo de este análisis, se ha destacado la diversidad geográfica del país, que va desde sus altas montañas hasta sus valles y llanuras, pasando por una marcada actividad volcánica y tectónica que contribuye a la formación de embalses, lagos y lagunas.

Sin embargo, esta riqueza natural se ve amenazada por una serie de factores, entre ellos la contaminación de los ríos, lagos y acuíferos, así como la sobreexplotación de los recursos hídricos por parte de industrias y empresas privadas. La deforestación y el cambio climático también juegan un papel importante en el estrés hídrico del país, exacerbando la escasez de agua y afectando la disponibilidad de este recurso vital.

En este contexto, se han identificado diversas consecuencias del estrés hídrico en la población salvadoreña, especialmente en las comunidades más pobres y vulnerables, donde la falta de acceso al agua potable afecta no solo la salud, sino también el acceso a la educación y el desarrollo socioeconómico. La privatización propuesta del agua ha generado protestas y movilizaciones sociales, evidenciando la importancia de este recurso y la necesidad de una gestión equitativa y sostenible.

Se han propuesto posibles soluciones para abordar esta problemática, que van desde el uso de la teledetección como herramienta educativa y de gestión ambiental hasta la implementación de políticas públicas que promuevan una distribución equitativa del agua y la preservación de los recursos hídricos. Sin embargo, estas soluciones requieren un enfoque integral y la participación activa de todos los sectores de la sociedad para lograr un manejo sostenible del agua en El Salvador.

REFERENCIAS

AMARAL, J. J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2007. Disponible en: http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses-1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf.

ÁLVAREZ, J. M. **Estrés hídrico:** impactos económicos y desafíos. La Prensa Gráfica. 2023. Disponible en: https://www.laprensagrafica.com/opinion/Estres-hidrico-impactos-economicos-y-desafios-20231116-0089.html.

CHINCHILLA, G.; QUIJANO, K. **Situación hídrica de El Salvador.** Disponible en: https://comunica.edu.sv/archivo/situacion-hidrica-de-el-salvador/.

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia.** 2 ed., 1980, São Paulo: Blucher 1980.

CUÉLLAR, J,. NACLA, **La Crisis Hidrosocial de El Salvador.** 2020. Disponible en: https://nacla.org/news/2020/09/23/agua-privatizacion-crisis-hidrosocial-el-salvador#:~:text=Las%20consecuencias%20de%20la%20mala,potable%20embotellada%20a%20los%20salvadore%C3%B1os.

ESPINOZA, C. **Agua del lago de Ilopango no es apta para potabilizar, para usos agropecuarios ni bañarse, advierte estudio de la UES**. La Prensa Gráfica. 2024. Disponible en: https://www.laprensagrafica.com/elsalvador/Agua-del-lago-de-Ilopango-no-es-apta-para-potabilizar-para-usos-agropecuarios-ni-banarse-advierte-estudio-de-la-UES-20240322-0099.html.

FUNDACIÓN MAQUILISHUATL. **"Aprendamos a protegernos" El Agua contaminada**. Disponible en: http://rcc.marn.gob.sv/bitstream/handle/123456789/222/el-agua-contaminada.pdf?sequence=1&isAllowed=y#:~:text=Alrededor%20del%2090%25%20de%20los,activi%2D%20dad%20de%20las%20f%C3%A1bricas.&text=Una%20industria%20es%20m%C3%A1s%20beneficiosa,bien%20y%20contami%2D%20na%20menos.

GUEVARA, M. *et al*. 2006. Estado de las aguas subterráneas en El Salvador. **Boletín Geológico y Minero**, v. 117, n. 1, p. 75-88, Disponible en: https://www.igme.es/boletin/2006/117_1_2006/Art.6.PDF.

IBARRA, A. M, *et al.* **Elementos Básicos Para La Gestión Sustentable De Las Cuencas Hidrográficas En El Salvador:** Una Propuesta Metodológica para la Participación Comunitaria. 1 ed., 2006. Unidad Ecológica Salvadoreña-UNES. Disponible en: https://www.unes.org.sv/wp-content/uploads/2017/02/Cuencas-Hidrogr%C3%A1ficas-en-El-Salvador.pdf.

LUPINACCI, C; SILVA, D. **CLIMEP** – Climatologia e Estudos da Paisagem Rio Claro (SP). v. 7, n. 1-2, jan./dez. 2012, p. 22.

MEJÍA, J. **Multitudinaria marcha de la Universidad de El Salvador en contra de la privatización del agua**. 2018. Disponible en: https://sociales.humanidades.ues.edu.sv/blog/post/en-contra-de-la-privatizacion-del-agua.

NASCIMENTO, R. **Educação Geográfica, Neurociência e Metodologia Ativa:** Aprendizagens para a Cartografia Escolar, através da Construção de Recursos Didáticos. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA, POLÍTICAS, LINGUAGENS E TRAJETÓRIAS, 14. Disponible en: https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/anais14enpeg/article/view/2963/2826.

VIDES, W. **Falta de institucionalidad en el Lago de Coatepeque**. Unidad Ecológica Salvadoreña. 2023. Disponible en: https://unes.org.sv/wp-content/uploads/2023/04/Falta-de-institucionalidad-en-el-Lago-de-Coatepeque.pdf

WE ARE WATER FOUNDATION. **El Salvador:** la inacabable lucha por el agua. 2022. Disponible en: https://www.wearewater.org/es/insights/el-salvador-la-inacabable-lucha-por-el-agua/

DOI: https://doi.org/10.18817/26755122.30.1.2026.4615

VULNERABILIDADE DA PESCA ARTESANAL CAIÇARA EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NO SUDESTE DO BRASIL: CULTURA EM RISCO

VULNERABILITY OF CAIÇARA ARTISANAL FISHERIES IN ENVIRONMENTAL PRESERVATION AREAS IN SOUTHEASTERN BRAZIL: CULTURE AT RISK

VULNERABILIDAD DE LA PESCA ARTESANAL CAIÇARA EN ÁREAS DE PRESERVACIÓN AMBIENTAL EN EL SUDESTE DE BRASIL: CULTURA EN RIESGO

José Marcio dos Santos[1]
0000-0001-6102-5859
marcioadmin@hotmail.com

Fábio Fernandes Villela[2]
0000-0003-2855-1018
fabio.villela@unesp.br

Juanita Trigo Nasser[3]
0000-0002-2744-300X
juanita.trigo01@gmail.com

Joan Gabriel Perdomo Vasquez[4]
0009-0003-4471-7513
johan.agrovida@gmail.com

CIÊNCIA Geográfica
Ano XXX - Vol. XXX - (1): Janeiro/Dezembro - 2026
ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461
www.agbbauru.org.br

1 Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). Professor do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6102-5859. E-mail: marcioadmin@hotmail.com.
2 Doutor Fábio Fernandes Villela é sociólogo, professor do Departamento de Educação do Instituto de Biologia, Letras e Ciências Exatas, IBILCE, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2855-1018. E-mail: fabio.villela@unesp.br.
3 Mestra em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). Professora do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2744-300X. E-mail: juanita.trigo01@gmail.com.
4 Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). Engenheiro Agrônomo pela Universidad Nacional da Colombia - Campus Palmira: Palmira, Valle del Cauca, CO. ORCID: https://orcid.org/0009-0003-4471-7513. E-mail: Johan.agrovida@gmail.com.

Artigo recebido em dezembro de 2025 e aceito para publicação em abril de 2026.

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: A Mata Atlântica do Estado de São Paulo abriga o Mosaico de Unidades de Conservação Jureia-Itatins (MUCJI), onde comunidades caiçaras tradicionais enfrentam conflitos decorrentes da criação de Unidades de Conservação (UCs) de Proteção Integral. Este artigo analisa a vulnerabilidade da pesca artesanal diante das legislações ambientais restritivas e discute alternativas para sua preservação na comunidade da Barra do Una, em Peruíbe-SP. A metodologia combina levantamento bibliográfico e documental, análise de normas de gestão, observação participante e entrevistas. Os resultados e a discussão, organizados em quatro eixos analíticos, demonstram que, embora cultural e economicamente central, a pesca artesanal enfrenta limitações que aprofundam processos de vulnerabilidade e desterritorialização. Evidencia-se a necessidade de revisão das regras de acesso aos territórios pesqueiros da RDS Barra do Una e da Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI), bem como do fortalecimento das organizações locais. A participação comunitária na gestão das UCs é fundamental para assegurar a subsistência, valorizar os saberes tradicionais e promover modelos de conservação mais democráticos.

Palavras-chave: Pesca artesanal. Legislação ambiental. Cultura caiçara. Unidades de conservação. Conflitos territoriais.

ABSTRACT: The Atlantic Forest of São Paulo State encompasses the Jureia-Itatins Mosaic of Protected Areas (MUCJI), where traditional Caiçara communities face conflicts arising from the establishment of Strictly Protected Conservation Units. This article analyzes the vulnerability of artisanal fisheries in the context of restrictive environmental legislation and discusses alternatives for their preservation in the Barra do Una community, located in Peruíbe, São Paulo. The methodology combines bibliographic and documentary research, analysis of management regulations, participant observation, and interviews. The results and discussion, structured around four analytical axes, show that although artisanal fishing is culturally and economically central, it faces constraints that intensify processes of vulnerability and deterritorialization. The findings highlight the need to revise access rules to fishing territories within the Barra do Una Sustainable Development Reserve and the Jureia-Itatins Ecological Station, as well as to strengthen local organizations. Community participation in the management of Conservation Units is essential to ensure livelihoods, value traditional knowledge, and promote more democratic conservation models.

Keywords: Artisanal fishing. Environmental legislation. Caiçara culture. Conservation units. Territorial conflicts.

RESUMEN: La Mata Atlántica del estado de São Paulo alberga el Mosaico de Unidades de Conservación Jureia-Itatins (MUCJI), donde las comunidades tradicionales caiçaras enfrentan conflictos derivados de la creación de Unidades de Conservación de Protección Integral. Este artículo analiza la vulnerabilidad de la pesca artesanal frente a legislaciones ambientales restrictivas y discute alternativas para su preservación en la comunidad de Barra do Una, en el municipio de Peruíbe, São Paulo. La metodología combina revisión bibliográfica y documental, análisis de normas de gestión, observación participante y entrevistas. Los resultados y la discusión, organizados en cuatro ejes analíticos, muestran que, aunque la pesca artesanal es cultural y económicamente central, enfrenta

limitaciones que profundizan procesos de vulnerabilidad y desterritorialización. Se destaca la necesidad de revisar las normas de acceso a los territorios pesqueros de la Reserva de Desarrollo Sostenible Barra do Una y de la Estación Ecológica Jureia-Itatins, así como de fortalecer las organizaciones locales. La participación comunitaria en la gestión de las Unidades de Conservación es fundamental para garantizar la subsistencia, valorar los saberes tradicionales y promover modelos de conservación más democráticos.

Palabras clave: Pesca artesanal. Legislación ambiental. Cultura caiçara. Unidades de conservación. Conflictos territoriales.

INTRODUÇÃO

Localizada no litoral sul do Estado de São Paulo, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Barra do Una (RDS/BU) integra o Mosaico de Unidades de Conservação Jureia-Itatins (MUCJI), um dos mais expressivos remanescentes contínuos de Mata Atlântica no estado (Viana *et al.,* 2022). Nesse território vivem comunidades caiçaras que, há mais de um século, estruturam seus modos de vida a partir do uso tradicional e equilibrado dos recursos naturais (Marques; Duleba, 2004).

Os caiçaras constituem grupos tradicionais resultantes da interação histórica entre povos indígenas, colonizadores portugueses e, em menor medida, africanos escravizados. Dessa confluência emergiram práticas sociais e produtivas fundamentadas na agricultura itinerante, no extrativismo e na pesca artesanal de pequena escala, que, ao longo do tempo, se disseminaram pelas zonas costeiras dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná (Diegues, 2008; Hanazaki, 2003). Em distintos momentos dos ciclos econômicos, especialmente durante fases de retração das atividades exportadoras, essas comunidades ampliaram redes de circulação e intercâmbio, consolidando sua presença e organização territorial em cidades como Paraty, Santos, São Vicente, Iguape, Ubatuba, Ilhabela, São Sebastião, Antonina e Paranaguá, que se configuraram como importantes polos de articulação comercial e social (Diegues, 2008).

A compreensão dessa trajetória é fundamental para analisar os efeitos da legislação ambiental contemporânea sobre territórios ocupados tradicionalmente. A criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral no interior do MUCJI introduziu um regime normativo que desconsiderou as dinâmicas locais, restringindo práticas agrícolas, extrativistas e pesqueiras, e gerando processos de vulnerabilização sociocultural e econômica. Embora haja produção sobre o mosaico, ainda são limitadas as análises que examinam especificamente os impactos dessas restrições sobre a cultura pesqueira, sobretudo no que se refere à desterritorialização e à sustentabilidade econômica da pesca artesanal.

Diante desse contexto, o estudo teve como objetivo analisar a vulnerabilidade da pesca artesanal caiçara na comunidade da Barra do Una, em Peruíbe/SP, frente às legislações ambientais restritivas. Adicionalmente, discute-se as transformações da atividade pesqueira, considerando o número de pescadores, as técnicas de captura, a transmissão geracional[5], os efeitos das restrições legais sobre a viabilidade econômica, as implicações da desterritorialização para a identidade e a memória coletiva, bem como as alternativas capazes de conciliar a conservação ambiental com a manutenção da cultura pesqueira em um território de uso tradicional.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida a partir da estratégia de estudo de caso, articulando abordagens exploratória e descritiva. A coleta e a análise dos dados combinaram diferentes fontes e técnicas, com o objetivo de construir uma compreensão detalhada e abrangente da realidade da comunidade caiçara da Barra do Una[6].

Figura 1. Vista aérea da vila caiçara Barra do Una

Fonte: Edimara Fernanda Monteiro Prado (2025).

Inicialmente, realizou-se um levantamento bibliográfico e documental em fontes oficiais dos governos federal e estadual, incluindo a análise de leis, decretos e normativas relacionadas à gestão das Unidades de Conservação (UCs). Essa etapa foi complementada pela revisão de estudos científicos pertinentes à temática, visando contextualizar o objeto de estudo e fundamentar teoricamente a investigação.

Para aprofundar a análise dos conflitos e disputas territoriais vivenciados pela comunidade, bem como dos saberes associados à pesca artesanal tradicional, foram realizadas pesquisas de campo por meio de observação participante e entrevistas formais e informais, utilizando roteiros estruturados e semiestruturados. A articulação dessas técnicas permitiu uma análise aprofundada das condições materiais, históricas e socioculturais que influenciaram as transformações na dinâmica pesqueira e no modo de vida local. Todos os procedimentos adotados obedeceram aos princípios éticos do consentimento livre e esclarecido (TCLE), com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, por meio da Plataforma Brasil (CAAE 74112523.5.0000.5398).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

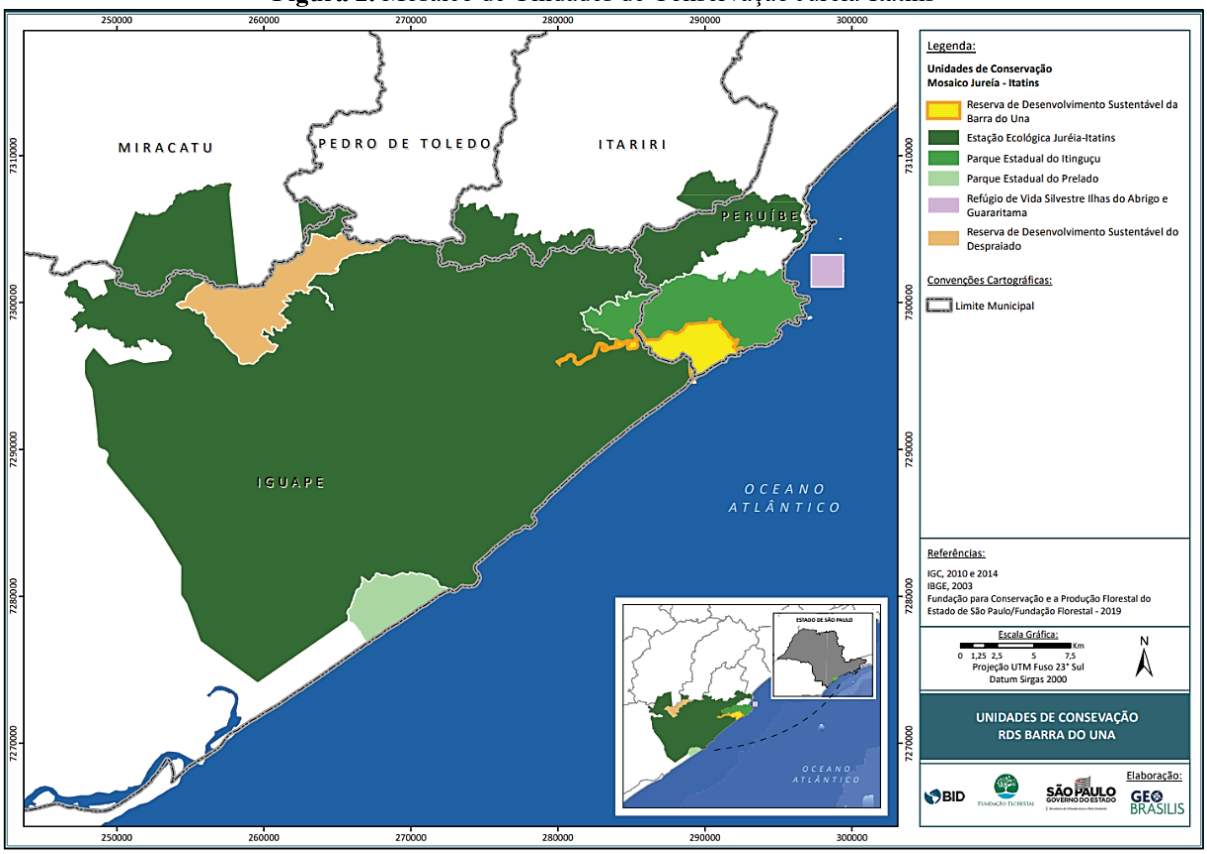
Os resultados desta pesquisa revelam transformações profundas na pesca artesanal caiçara da comunidade da Barra do Una. A análise dos aspectos socioambientais, culturais e econômicos demonstra que a vulnerabilidade da atividade vai muito além das dificuldades cotidianas de trabalho: trata-se de um processo histórico que restringe o acesso aos territórios de uso tradicional, enfraquece saberes transmitidos entre gerações e intensifica dinâmicas de desterritorialização. Esse cenário, já identificado por autores como Diegues (2008) e Souza (2010), também tem sido reiteradamente denunciado pelas próprias comunidades, que reivindicam reconhecimento, permanência e justiça territorial.

A discussão desenvolvida neste capítulo organiza-se em quatro eixos analíticos alinhados aos objetivos da pesquisa, permitindo compreender, de forma integrada, os múltiplos fatores que moldam a atual conjuntura da pesca artesanal na comunidade caiçara Barra do Una. Em seu conjunto, esses eixos evidenciam as tensões entre as políticas de conservação ambiental e a permanência dos modos de vida tradicionais.

Eixo 1 – Vulnerabilidade e desterritorialização da pesca caiçara (Conservação que exclui): Os resultados apontam para um processo histórico e contínuo de vulnerabilização e desterritorialização da pesca artesanal caiçara na comunidade, intensificado pelas legislações ambientais restritivas que incidem sobre o território tradicionalmente ocupado. A criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI), instituída pelo Decreto Estadual nº 24.646/1986, não apenas comprometeu a permanência da comunidade em seu território, como também transformou significativamente as dinâmicas tradicionais ao proibir a pesca nas áreas incluídas na unidade de proteção integral (São Paulo, 1986).

Antes da instituição da EEJI, os pescadores caiçaras exerciam suas práticas pesqueiras de forma livre em todo o território, com acesso aos ambientes marinho, estuarino e fluvial. Com a implementação do Mosaico de Unidades de Conservação Juréia-Itatins (MUCJI), contudo, a área tradicionalmente utilizada pela comunidade, que abrangia mais de 110.000 hectares, foi reduzida para apenas 1.487 hectares, circunscritos à Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Barra do Una (Figura 2) (São Paulo, 2013). Embora esse rearranjo territorial tenha sido apresentado como uma estratégia de conciliação entre conservação ambiental e permanência das populações tradicionais, os pescadores o percebem como um fator que intensificou a fragilização da atividade pesqueira.

Figura 2. Mosaico de Unidades de Conservação Jureia-Itatins



Fonte: Fundação Florestal (2020).

Alguns entrevistados destacaram que, sob a configuração anterior da EEJI, a pesca artesanal era amparada pelo Decreto Estadual nº 32.412/1990, o qual assegurava o exercício das práticas tradicionais sem as restrições posteriormente impostas pelo modelo de gestão do MUCJI (São Paulo, 1990). Apesar de a recategorização ter contribuído para atenuar certos conflitos fundiários, os direitos vinculados à pesca permaneceram limitados em razão do enquadramento das Unidades de Conservação (Martins, M., 2021).

A proposta construída coletivamente pelos moradores, articulados por meio da União dos Moradores da Juréia (UMJ), previa a criação de quatro RDS, abrangendo outras comunidades e permitindo a pesca em toda a extensão do Rio Una do Prelado e nas áreas marítimas tradicionalmente utilizadas (Almeida *et al.*, 2013; Andriolli *et al.*, 2013). Contudo, essa alternativa foi rejeitada em audiência pública, sob pressão de setores conservacionistas (Castro *et al.*, 2015). Assim, o processo de recategorização acabou priorizando a resolução dos conflitos fundiários, conferindo maior ênfase a essa dimensão, mas sem promover avanços significativos nas atividades produtivas desenvolvidas nos territórios tradicionais, o que manteve abertos diversos pontos de tensão, tanto no uso da terra quanto nas práticas pesqueiras (Honora, 2018).

Esse contexto expressa o processo de desterritorialização descrito por Costa (2014), ao perpetuar a exclusão das comunidades tradicionais de seus próprios territórios, restringindo o acesso aos recursos naturais que sustentam seus modos de vida e enfraquecendo as formas coletivas de manejo construídas ao longo de gerações. Se a proposta da UMJ tivesse sido acolhida, parte dos conflitos

hoje observados poderia ter sido evitada. Como destaca Santos (2002), o território não se limita a um espaço físico, mas constitui um espaço vivo, apropriado e carregado de valores, significados e práticas sociais que conferem identidade ao grupo que o habita. Quando esse espaço é restringido, ocorre a desterritorialização, entendida como a perda de controle sobre os locais historicamente utilizados para a reprodução da vida social, cultural e econômica.

O turismo aparece nesse cenário como alternativa potencial à pesca, mas também como vetor de novas pressões. Castro *et al*. (2015) e Andriolli *et al.* (2013) observam que a expansão do turismo pode gerar a mercantilização das práticas culturais, enfraquecendo vínculos socioterritoriais e ressignificando tradições para atender à demanda externa. Essa dinâmica tende a transformar práticas culturais em produtos de consumo, descolados da experiência comunitária original.

Assim, ainda que o turismo possa complementar a renda das famílias caiçaras, ele não resolve as questões estruturais da vulnerabilidade, nem oferece a estabilidade e continuidade que a pesca artesanal historicamente proporcionou ao modo de vida local.

Outro fator que contribui para o enfraquecimento da pesca artesanal é a limitação da participação comunitária na gestão ambiental. Embora os moradores tenham representação formal no conselho gestor da RDS Barra do Una, não participam efetivamente das decisões relacionadas à EEJI. Isso se deve, entre outros fatores, ao fato de a comunidade não residir "dentro dos limites da Estação Ecológica", o que restringe sua atuação à condição de ouvinte, sem poder deliberativo.

Essas formas de exclusão institucional dificultam que a comunidade proponha soluções eficazes, como os acordos de pesca específicos, pleiteados há anos. Tais acordos poderiam viabilizar o acesso regulamentado a áreas atualmente interditadas, permitindo a continuidade das práticas tradicionais de forma sustentável. No entanto, a ausência de canais efetivos de decisão mantém a comunidade em condição de invisibilidade institucional, ampliando sua vulnerabilidade.

Superar esse cenário demanda arranjos institucionais mais flexíveis, uma vez que os gestores locais das Unidades de Conservação possuem pouca autonomia para modificar normas definidas por legislações estaduais e federais, especialmente no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

A desterritorialização da pesca artesanal caiçara, intensificada pelo reordenamento territorial e pelas restrições normativas, repercute não apenas na economia local, mas também nas dimensões culturais e sociais da comunidade (Fernandes *et al.,* 2009). Como argumentam Santos (2002) e Costa (2014), limitar o acesso ao território tradicional enfraquece os vínculos de identidade, compromete a transmissão de saberes e restringe o avanço de práticas coletivas. Honora (2018) acrescenta que tais restrições configuram um quadro de injustiça ambiental, ao excluir comunidades tradicionais sob o argumento da conservação. Esses elementos ajudam a compreender como as políticas de proteção ambiental, ao invés de promover equilíbrio, podem acentuar vulnerabilidades culturais e sociais historicamente construídas.

Eixo 2 – Rupturas e resistência na transmissão dos saberes (Quem vai ensinar e quem vai aprender?): A cultura caiçara é marcada por uma profunda conexão com o território, pelo manejo tradicional dos recursos naturais e pela transmissão oral e prática de conhecimentos. No contexto da pesca artesanal, essa passagem de saberes ocorre no convívio entre as gerações, por meio da observação, da escuta e da vivência cotidiana, compondo um sistema de aprendizagem que integra o saber, o fazer e o viver (Diegues, 2000).

Os resultados desta pesquisa revelam um cenário de enfraquecimento desses processos de transmissão geracional, afetados por transformações territoriais, restrições legais e mudanças socioculturais que incidem diretamente sobre a continuidade da cultura pesqueira caiçara. O envelhecimento da categoria, aliado ao desinteresse dos jovens pela atividade, demostrado na pesquisa de campo, sinaliza um risco concreto de ruptura.

Entre os 19 pescadores e pescadoras entrevistados na comunidade da Barra do Una, apenas seis ainda exercem profissionalmente a pesca artesanal, com idade média de 51,5 anos. Situação semelhante foi observada por Martins, M., (2021). Esse dado, quando comparado ao levantamento de Ferreira (2019), que registrou média de 48,3 anos no mesmo território, revela um rápido envelhecimento da categoria. O Plano de Utilização da RDS Barra do Una reforça essa tendência ao apontar média de 54 anos entre 26 pescadores ativos. No presente estudo, as idades variaram de 36 a 78 anos, confirmando a ausência de renovação geracional no ofício.

Essa realidade reflete o enfraquecimento do modo de vida caiçara, comprometendo não apenas a prática produtiva, mas também os espaços coletivos de convivência. Um episódio emblemático ocorreu em 2019, com a demolição das moradias de famílias caiçaras na comunidade do Rio Verde, registrada por organizações da sociedade civil (Instituto Socioambiental, 2019). A destruição das casas e o deslocamento dos moradores representam perdas que ultrapassam o aspecto material, atingindo os ambientes simbólicos onde os saberes eram partilhados e transmitidos cotidianamente (Candau, 2012).

Além das restrições sobre a pesca, outras práticas tradicionais foram igualmente impactadas. Desde a criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins, a proibição das roças alterou de forma significativa o modo de viver local. A agricultura, que antes funcionava como espaço de encontro e fortalecimento comunitário, articulado por mutirões e festas como o fandango, deixou de ocupar esse papel central, contribuindo para o esvaziamento dos espaços de sociabilidade e para a interrupção das formas tradicionais de aprendizagem (Almeida *et al.*, 2013; Campos, 2001).

A fala do Sr. Walter, registrada em depoimento informal em 2019, ilustra esse sentimento: “Os jovens de hoje já não querem mais saber da pesca. A gente aprendeu porque era com nosso pai, com nosso avô, era vivendo junto. Hoje, cada um vai pra um lado e quem vai ensinar e quem vai aprender?”. O relato evidencia a percepção de ruptura e o esvaziamento dos espaços coletivos no processo de transmissão transgeracional de saberes familiares.

A desvalorização da pesca também se manifesta na redução dos rituais e celebrações que fortaleciam os laços comunitários, como a Corrida de Canoa e a Festa de Santo Antônio. Hoje, a Festa da Tainha resiste como símbolo de memória e identidade, mantendo viva uma forma de resistência cultural frente ao processo de apagamento.

Diegues (2000) destaca que as populações tradicionais possuem um conhecimento ecológico local que ultrapassa a dimensão material, estruturando práticas sociais, regulando o tempo das festas e orientando a relação com o território. Quando essas práticas desaparecem, enfraquece-se não apenas uma atividade produtiva, mas todo um sistema cultural.

Candau (2012) observa que a memória coletiva se fragiliza quando as condições objetivas de reprodução de uma prática são interrompidas. Na pesca caiçara, as restrições legais, o controle das Unidades de Conservação e o afastamento dos jovens das atividades tradicionais rompem o ambiente necessário à aprendizagem geracional. Ribeiro (2016) acrescenta que as políticas de conservação,

ao priorizarem discursos técnicos e científicos, acabam marginalizando o conhecimento local, configurando o que denomina "epistemologia da exclusão".

Assim, o problema não pode ser reduzido a um simples desinteresse juvenil, mas compreendido como resultado de um processo político, cultural e institucional que desestrutura as bases de reprodução dos saberes. Hall (2006) lembra que a identidade cultural é um processo dinâmico, continuamente reconstruído, e que depende da existência de espaços de afirmação. A ausência desses espaços transforma a identidade caiçara em um elemento meramente simbólico, dissociado da prática viva e cotidiana.

Nesse cenário, emergem experiências de resistência cultural, como o movimento em torno das escolas caiçaras, articulado por educadoras e lideranças locais. Essas iniciativas buscam integrar os saberes tradicionais ao ensino formal, criando espaços institucionais que reconhecem e valorizam a cultura caiçara e sua relação com o território. Franco (2022) destaca que a Escola Caiçara se consolida não apenas como projeto pedagógico, mas como estratégia política, ao reconstruir os vínculos entre gerações e reafirmar o pertencimento comunitário.

As rupturas nos processos de transmissão geracional impactam diretamente a sustentabilidade da pesca artesanal caiçara. O afastamento dos jovens, aliado à desestruturação dos espaços coletivos, compromete a renovação da mão de obra, a preservação das técnicas de baixo impacto e a viabilidade econômica da atividade. Dessa forma, a continuidade da cultura pesqueira caiçara depende cada vez mais da capacidade de manter vivos os espaços de convivência, de transmissão e de reinvenção das práticas, mesmo diante das restrições que recaem sobre o território.

Eixo 3 – Contradições econômicas em território restrito (Viável, mas proibida): Este eixo analisa a sustentabilidade econômica da pesca artesanal caiçara na comunidade da Barra do Una, evidenciando uma contradição central: embora se trate de uma atividade ambientalmente equilibrada, socialmente estruturante e economicamente viável, ela é amplamente limitada pelas normas que regulam o uso do território tradicional.

A expressão *"Viável, mas proibida"* sintetiza o paradoxo vivenciado pelos pescadores, cuja exclusão das áreas de proteção integral não decorre de inviabilidade técnica ou ambiental, mas de um modelo conservacionista que desconsidera os saberes locais, ignora evidências empíricas de rentabilidade e restringe a participação comunitária na gestão dos recursos. Nesse sentido, a sustentabilidade da pesca artesanal deve ser compreendida para além da lógica estritamente mercadológica, incorporando dimensões culturais, territoriais e políticas.

Na Barra do Una, a pesca artesanal permanece como principal atividade produtiva e fonte de renda, sendo complementada por serviços vinculados ao turismo (Ferreira, 2019; Martins, M., 2021; Souza *et al.*, 2024). Embora contribua para a diversificação econômica, o turismo apresenta forte sazonalidade e instabilidade. A pesca, por sua vez, historicamente consolidada, garante o sustento das famílias, fortalece vínculos de pertencimento e sustenta parte das atividades turísticas locais. O pescado extrapola a condição de mercadoria, configurando-se como elemento central da segurança e da soberania alimentar, ao assegurar o acesso a alimentos frescos e culturalmente adequados (CONSEA, 2017; Stedile; Carvalho, 2011; Via Campesina, 2006). As restrições ao acesso aos territórios de pesca comprometem essa autonomia produtiva e fragilizam o direito à alimentação tradicional.

Nos últimos anos, observa-se a expansão do turismo associado à pesca amadora e esportiva na região (Ramires *et al.,* 2025). Ainda que represente uma alternativa de renda complementar, a ausência de monitoramento e fiscalização tende a intensificar conflitos e pressões sobre espécies-alvo,

como os robalos, disputados por pescadores artesanais e esportivos (Souza; Barrella, 2004; Molitzas *et al.,* 2019). Em Iguape, Barrella *et al.* (2016) apontam que a expansão dessa modalidade exige ordenamento territorial e controle do esforço pesqueiro para evitar sobreposição de usos. A pesquisa de Silva *et al.* (2014) indica que a maioria dos pescadores amadores desconhece as normas da RDS Barra do Una, incluindo cotas de captura (76,1%), tamanhos mínimos (64,8%) e períodos de defeso (73,9%), o que torna a aplicação das regras ineficaz e aprofunda desigualdades.

Medidas como o cadastramento de embarcações, o controle do número de praticantes e o monitoramento dos desembarques poderiam reduzir essas distorções, promovendo práticas reguladas e sustentáveis. Ações educativas direcionadas ao público amador, especialmente durante o defeso, também contribuiriam para a conservação e para a redução de tensões locais.

A contradição se torna mais evidente ao se observar que a pesca artesanal, socialmente enraizada e ambientalmente equilibrada, é submetida a maior rigor regulatório. Para manter a atividade regularizada, os pescadores precisam cadastrar embarcações, declarar capturas e emitir relatórios no sistema PesqBrasil, exigências vinculadas à manutenção do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) e ao acesso ao seguro-defeso (Brasil, 2025). Em contraste, a pesca amadora, frequentemente praticada por visitantes, opera com menor controle, gerando percepções de desigualdade e conflitos pontuais, especialmente em casos de danos a redes ou extrapolação de horários de pesca. Essa assimetria reforça a noção de uma atividade "viável, mas proibida", revelando critérios de gestão desiguais que penalizam o modo de vida tradicional e ampliam vulnerabilidades socioeconômicas (Honora, 2018).

Para a análise da captura e da comercialização da produção pesqueira, foi utilizado os dados de Souza (2019, p. 5–44), elaborados no contexto de um acordo de pesca entre pescadores artesanais e a Fundação Florestal, que subsidiou a dissertação de mestrado do autor. O levantamento, realizado entre agosto de 2017 e julho de 2018, registrou 211 desembarques, parte deles fora dos limites da RDS Barra do Una. Foram identificadas 66 espécies, totalizando 11.393 indivíduos e 10.569 kg de pescado, distribuídos em 24 pontos de captura: cinco marinhos, oito estuarinos e onze dulcícolas. Do total de registros, 52 (24,64%) ocorreram no ambiente marinho, 108 (51,18%) no estuarino e 51 (24,17%) no dulcícola.

A unidade de análise adotada foi o desembarque individual, definido como cada retorno do pescador ao portinho da comunidade, com registro do ambiente de captura, das espécies, do peso total, do volume comercializado e do valor de venda. Embora o número de pescadores por desembarque não tenha sido explicitado, os dados referem-se a embarcações artesanais que operam, majoritariamente, com rede de espera, conduzidas por um único pescador. Nos casos de atuação coletiva, a divisão da produção e dos rendimentos segue acordos locais, baseados em critérios como tipo de embarcação, hierarquia e contribuição individual, expressando práticas tradicionais de cooperação. No total, seis pescadores integraram a amostragem analisada. A duração das jornadas não foi registrada, mas, conforme o padrão local, estima-se variação entre 6 e 12 horas, podendo se estender conforme o ambiente, a espécie-alvo ou o período de safra.

Os dados foram sistematizados em planilha contendo os nomes populares e científicos das espécies, a quantidade capturada (kg), o ambiente de origem, o volume comercializado (considerando o pescado eviscerado), o preço de venda e a receita total. Para fins de síntese, selecionaram-se quatro espécies representativas de cada ambiente, uma vez que o estudo original não identificou mais de quatro espécies com volume expressivo nos trechos dulcícolas e estuarinos (Tabela 1).

Tabela 1. Pesca artesanal: receitas por ambiente de captura

Ambiente de Captura	Espécies	Quantidade Capturada (Kg)	Quantidade Vendida (Kg)	Preço de Venda (R$)	Receita Total (R$)
Dulcícola	Bagre Branco/Bagre Cabeçudo (Genidens barbus)	2.709	1.896	18,00	34.133,40
	Traíra Hoplias malabaricus)	456	168	20,00	3.357,20
	Robalo Peva (Centropomus parallelus Poey)	240	71	35,00	2.499,00
	Jundiá (Rhamdia quelen)	202	71	18,00	1.285,20
					41.274,80
Estuarino	Bagre Branco/Bagre Cabeçudo (Genidens barbus)	738	517	18,00	9.298,80
	Caratinga (Eugerres brasilianus)	576	403	20,00	8.064,00
	Tainha (Mugil liza)	560	392	20,00	7.840,00
	Robalo-Peva (Centropomus parallelus Poey)	546	382	35,00	13.377,00
					38.579,80
Marinho	Sassari (Bagre bagre)	2.018	1.413	18,00	25.429,32
	Tainha (Mugil liza)	492	344	20,00	6.888,00
	Oveva (Larimus breviceps Cuvier)	391	274	20,00	5.474,00
	Pescada Foguete (M.atricauda)	233	163	30,00	4.882,50
					42.673,82

Fonte: Dados do autor a partir de pesquisa de campo e fontes secundárias (2024).

Os dados de rentabilidade confirmam que, mesmo sob restrição territorial, a pesca artesanal se mostra economicamente consistente. A atividade em ambiente marinho apresentou maior lucro operacional (R$ 29.732,50), e a pesca em ambiente dulcícola revelou resultados próximos (R$ 28.333,48), superando o estuarino (R$ 25.638,48). Esses valores expressam uma racionalidade distinta da lógica de maximização do lucro, pautada na previsibilidade das capturas, na segurança, no domínio técnico e no vínculo simbólico com o território (Little, 2002; Diegues, 2008).

Mesmo com a proibição formal, a pesca no Rio Una, em trechos inseridos na Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI), demonstrou viabilidade econômica, principalmente quando associada às capturas estuarinas. Essa constatação dialoga com Acselrad (2010), ao ressaltar a necessidade de justiça ambiental para populações tradicionais, assegurando o direito ao uso sustentável de territórios historicamente ocupados. O uso seletivo de redes de emalhe, com malhas entre 80 e 120 mm, conforme registrado por Martins, C., (2021) e no Plano de Utilização da RDS Barra do Una (2020), ilustra um manejo empírico que preserva estoques e evita a captura de juvenis, incorporando conhecimento ecológico tradicional sobre marés, ciclos lunares e comportamento das espécies.

Apesar desses indícios de equilíbrio, persistem entraves institucionais que dificultam tanto a formulação de políticas públicas quanto a produção de conhecimento em áreas protegidas. Como observa Almeida *et al.* (2009), a ausência de estudos sistemáticos sobre custos e rentabilidade limita a compreensão da viabilidade econômica da pesca artesanal em contextos regulatórios restritivos. No caso da EEJI, a proibição impede a coleta de dados regulares, restringindo o debate sobre alternativas de manejo.

Uma das poucas exceções foi o estudo de Souza (2019), autorizado de forma específica a monitorar os pescadores da Barra do Una em trechos situados dentro da Estação. A experiência gerou dados valiosos, mas também evidenciou o bloqueio institucional que inviabiliza pesquisas contínuas e participativas. Essa lógica proibicionista, ao afastar as comunidades da gestão e da produção de

conhecimento, compromete o diálogo entre saberes e dificulta a construção de modelos compartilhados de conservação (Diegues, 2004; Ribeiro, 2016).

A pesca artesanal caiçara, portanto, demonstra capacidade de sustento econômico e equilíbrio ecológico mesmo em território restrito. Seus saberes e práticas, acumulados ao longo de gerações, constituem base concreta para propostas de co-manejo, acordos de pesca e iniciativas de turismo comunitário. O desafio, nesse contexto, não está na viabilidade da atividade, mas em criar instrumentos políticos e institucionais que reconheçam e legitimem seu exercício como parte integrante da conservação e da permanência no território.

Eixo 4 – O Futuro da pesca caiçara em territórios tradicionais (Resistir, negociar, existir): Diante das restrições legais e dos conflitos territoriais que incidem sobre as comunidades tradicionais, pensar o futuro da pesca artesanal caiçara significa articular resistência e negociação como estratégias de permanência e reconhecimento. Mais do que contestar normas que limitam práticas históricas, trata-se de construir instrumentos legítimos, como termos de compromisso e acordos de pesca comunitários, capazes de estabelecer regras claras e compromissos compartilhados para o uso regulamentado de áreas específicas, atendendo a um dos principais pleitos da comunidade: a possibilidade de atuação em território tradicional dentro dos limites da Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI).

Essas iniciativas não se contrapõem à conservação ambiental, ao contrário, afirmam que proteger o território é também proteger os modos de vida que dele dependem, reconhecendo os pescadores como sujeitos coletivos e parceiros ativos na gestão ambiental. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) oferece respaldo jurídico a essa abordagem. O artigo 28º, parágrafo único, garante às populações tradicionais residentes em áreas protegidas "as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais". Já o artigo 42º, §2º, prevê a "compatibilização da presença das populações tradicionais com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia". Esses dispositivos reforçam o princípio de que conservar não significa excluir, mas criar condições de coexistência entre a proteção ambiental e a reprodução social.

Experiências recentes demonstram que acordos são possíveis mesmo em unidades de proteção integral. O procedimento administrativo nº 1.34.040.000131/2022-09, conduzido pelo Ministério Público Federal (MPF) e vinculado ao processo SEI nº 02126.000085/2023-30, busca formalizar um termo de compromisso entre o ICMBio e as comunidades caiçaras dos Foles e Cambriú, na Ilha do Cardoso (Cananéia/SP). Situados sobre a Estação Ecológica Tupiniquins, esses territórios oferecem exemplo concreto de compatibilização entre conservação e direitos territoriais (Ministério Público Federal, 2022).

Na EEJI, a elaboração do Plano de Manejo abriu um espaço de diálogo entre as comunidades caiçaras e o Estado, representado pelos órgãos gestores das Unidades de Conservação, e as comunidades tradicionais. Estruturado em cinco etapas (planejamento, caracterização, zoneamento, programas de gestão e manifestação do conselho), o processo busca definir estratégias e diretrizes de forma participativa. A primeira oficina, realizada em 19 de novembro de 2024, no Centro Comunitário do Guaraú (Peruíbe/SP), reuniu 62 participantes entre conselheiros e moradores. Na ocasião, a Associação dos Pescadores Artesanais da Barra do Una (APABAUNA) apresentou formalmente a demanda pela inclusão da pesca artesanal na pauta, propondo a construção de um acordo mediado pela Fundação Florestal (São Paulo, 2025).

A segunda oficina, em 1º de abril de 2025, contou com 55 participantes e organizou as etapas subsequentes. Já a oficina de caracterização, em 9 de setembro de 2025, reuniu 60 participantes e teve como foco o levantamento de informações socioambientais da unidade. Os grupos de trabalho

discutiram conflitos, potencialidades e atores envolvidos nos meios biótico, físico e antrópico. As próximas etapas, centradas no zoneamento, serão decisivas para definir usos permitidos e compatibilizar a conservação ambiental com as práticas tradicionais (Fundação Florestal, 2025). Embora ainda em curso, o processo já representa um avanço concreto na construção de soluções negociadas e socialmente legitimadas, fundamentadas nos saberes locais.

Outra experiência semelhante ocorreu na Estação Ecológica de Tamoios, onde a articulação entre comunidade, MPF e ICMBio resultou em um acordo que beneficiou 29 pescadores de Paraty, Angra dos Reis e Ilha do Sandri. O termo reconheceu práticas tradicionais em áreas antes interditadas, demonstrando que conservação e direitos comunitários podem coexistir sob bases de confiança e corresponsabilidade (Brasil, 2025).

Na Barra do Una, a comunidade vem dialogando para a elaboração de um Protocolo Comunitário de Consulta Prévia, instrumento previsto na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O documento reúne diretrizes baseadas em saberes tradicionais, fortalece a autonomia comunitária e oferece segurança jurídica para decisões futuras sobre o uso do território. Mais do que um mecanismo formal, o protocolo traduz uma estratégia política de afirmação: reafirma o direito de existir e decidir, com base na memória e na experiência acumulada, sobre os rumos do território e de sua própria cultura.

Essas práticas sinalizam uma mudança de paradigma, de comunidades vistas como entraves à conservação para comunidades reconhecidas como protagonistas da sustentabilidade. Ao incluir os pescadores artesanais nos processos decisórios, fortalecem-se não apenas a justiça territorial, mas também as condições de permanência e continuidade da vida caiçara no Mosaico Juréia-Itatins.

Mediações finais da discussão

Os quatro eixos analisados revelam que a pesca artesanal caiçara na Barra do Una está atravessada por múltiplas contradições. Embora demonstre viabilidade econômica, equilíbrio ambiental e relevância cultural, a atividade permanece submetida a barreiras institucionais que produzem vulnerabilidade e processos de desterritorialização (Fernandes *et al.,* 2009). As políticas de conservação, ao negligenciarem os saberes locais e a centralidade do espaço vivido, acabam por ampliar a exclusão social e enfraquecer práticas historicamente sustentáveis.

A análise demonstra que o território caiçara ultrapassa a noção de espaço físico, configurando-se como lugar de memória, identidade, cultura e trabalho. A transmissão entre gerações, o fandango, as festas religiosas, o consumo cotidiano do pescado e as diversas formas de resistência demonstram que a pesca artesanal é, simultaneamente, uma atividade produtiva e uma expressão cultural. As categorias de desterritorialização, soberania alimentar e identidade permitem compreender que os impactos das legislações ambientais não se restringem à dimensão econômica, mas incidem sobre aspectos sociais e simbólicos fundamentais para a continuidade da vida comunitária.

Nesse contexto, destacam-se caminhos possíveis para reverter esse quadro: a ampliação da gestão participativa, a formalização de acordos de pesca e termos de compromisso, e o fortalecimento de iniciativas de turismo de base comunitária articuladas ao protagonismo político local. Essas alternativas apontam para a urgência de repensar os modelos de conservação, substituindo a lógica excludente por práticas que reconheçam as populações tradicionais como sujeitos de direitos e como parceiras legítimas na proteção da natureza.

Reconhecer a pesca artesanal como patrimônio cultural e estratégia legítima de reprodução territorial significa também reafirmar o direito à permanência e à existência em território tradicional. O futuro da Juréia-Itatins depende da construção de uma política ambiental que una conservação e justiça social, capaz de proteger tanto os ecossistemas quanto os modos de vida que historicamente os sustentam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou a vulnerabilidade da cultura da pesca artesanal caiçara na comunidade da Barra do Una (Peruíbe/SP), demonstrando como as legislações ambientais restritivas têm contribuído para aprofundar processos históricos de desterritorialização e fragilização sociocultural. A análise empírica evidenciou que a pesca artesanal, apesar dos desafios, mostra-se economicamente viável, ambientalmente equilibrada e socialmente estruturante, ao assegurar renda, segurança alimentar e identidade cultural à comunidade.

No entanto, a lógica conservacionista dominante, baseada em restrições e exclusões territoriais, tem limitado o acesso a áreas tradicionalmente utilizadas pela população local, comprometendo a transgeracionalidade e intergeracionalidade na comunidade e deslegitimando os pescadores artesanais como sujeitos de conhecimento e conservação. Nesse contexto, a pesca artesanal permanece viável, mas, paradoxalmente, proibida em grande parte do território, o que intensifica desigualdades e inviabiliza alternativas de manejo responsável baseadas em práticas tradicionais.

Os dados produzidos neste estudo permitem compreender a complexidade dos desafios enfrentados pela pesca artesanal frente às transformações ambientais, políticas e sociais que afetam o território. Revelam também que a vulnerabilidade não se resume a uma condição estática, mas constitui um processo contínuo, alimentado por decisões institucionais, disputas territoriais e pela ausência de reconhecimento do papel estratégico da cultura caiçara na sustentabilidade socioambiental.

Entre as principais ameaças identificadas estão a perda de territórios tradicionais de pesca, o avanço da erosão costeira, o assoreamento do rio e os impactos socioeconômicos provocados pelas restrições legais que limitam locais e períodos de pesca. Ainda assim, observa-se uma resistência ativa por parte da comunidade, expressa na continuidade de práticas, saberes e vínculos simbólicos que mantêm viva a identidade caiçara mesmo em meio às adversidades.

A elaboração do futuro Plano de Manejo da RDS Barra do Una e da Estação Ecológica Juréia-Itatins apresenta-se como uma oportunidade concreta para reduzir conflitos, desde que construída de maneira participativa, com escuta ativa e protagonismo efetivo das comunidades locais. A literatura especializada reforça que o reconhecimento da cultura caiçara como aliada na conservação da biodiversidade pode contribuir para um modelo de gestão mais justo, inclusivo e sustentável.

Sob o ponto de vista econômico, a análise de rentabilidade desenvolvida nesta pesquisa indica que, mesmo em áreas de difícil acesso e sob restrições legais, a atividade apresenta potencial de geração de renda e manutenção do modo de vida tradicional. Importa ressaltar, contudo, que não foram identificados estudos específicos sobre a viabilidade econômica da pesca artesanal caiçara em unidades de conservação integral, o que reforça a lacuna científica existente e a necessidade de novos trabalhos sobre o tema. Assim, os resultados aqui apresentados devem ser compreendidos como um recorte empírico, não como generalização absoluta, mas como contribuição inicial ao debate.

Em síntese, este estudo conclui que a proteção ambiental não pode ser dissociada da proteção cultural e social. Medidas conservacionistas que ignoram os saberes tradicionais e as práticas locais tendem a gerar exclusão, conflitos e o colapso de modos de vida historicamente sustentáveis. É necessário avançar para uma governança territorial mais sensível à diversidade sociocultural, que valorize o protagonismo comunitário, assegure direitos, fortaleça organizações locais e promova o equilíbrio entre conservação ambiental e justiça social.

NOTAS

5 O termo transmissão geracional articula-se aos conceitos de transgeracionalidade e intergeracionalidade. O primeiro refere-se à continuidade de saberes, valores e práticas no âmbito familiar, enquanto o segundo diz respeito às trocas e aprendizagens entre diferentes gerações em contextos sociais mais amplos (Garcia *et al.*, 2007).

6 A vila caiçara da Barra do Una organiza-se ao longo de uma via principal, onde se concentram os principais equipamentos comunitários e atividades comerciais. Antes da foz do Rio Una do Prelado, as moradias distribuem-se pela Avenida Beira Mar, junto ao estuário; após a margem esquerda da foz, localiza-se a área da EEJI, onde se situam outras comunidades caiçaras, como Grajaúna e Rio Verde.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.

ALMEIDA, Alfredo W. B.; MARIN, Rosa E. A. (orgs.); LIMA, Adriana S. *et al*. **Nova cartografia social de povos e comunidades tradicionais do Brasil:** comunidades tradicionais caiçaras da Juréia, Iguape-Peruíbe. Manaus: UEA Edições, 2013.

ALMEIDA, Maria P. de *et al*. Diagnóstico e análise econômica da pesca artesanal no estuário de Santos e São Vicente**. Boletim Técnico Científico do CEPENE**. Tamandaré, v. 17, n. 1, p. 127-138, 2009.

ANDRIOLLI, Carmen S.; FRANCESCO, Ana A. de; POSTIGO, Augusto de A.; CASTRO, Rodrigo R. de. Ações, discursos e conflitos no território: o caso dos caiçaras da Juréia. **OLAM – Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, v. 13, n. 2, p. 269-297, 2013.

BARRELLA, Walter *et al*. A pesca esportiva no estuário de Iguape, SP: subsídios ao ordenamento territorial. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, Lisboa, v. 16, n. 2, p. 215-229, 2016.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. **Termos de compromisso – Estação Ecológica de Tamoios.** Publicado em 4 abr. 2025; atualizado em 24 abr. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/termos-de-compromisso. Acesso em: 17 jun. 2025.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio; FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE – FUNBIO; IGARA Consultoria em Aquicultura e Gestão Ambiental. **O mar é tudo:** e-book da ESEC de Tamoios – Gestão socioambiental e populações tradicionais. Coord. Anna Cecília Cortines. Paraty, RJ: ICMBio, maio 2025.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Manual PesqBrasil – RGP Pescador(a) Profissional Artesanal:** manutenção. Brasília: MPA, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mpa/.../pesqbrasil-rgp-pescador-e-pescadora-profissional-manutencao-artesanal.pdf. Acesso em: 3 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente – MMA. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC:** Lei nº 9985/2000 e Decreto nº 4.340/2002. Brasília: SBF/CID, 2006.

CAMPOS, Simone Vieira. **Mudanças sociais e conservação na Estação Ecológica da Juréia-Itatins:** o caso do Despraiado. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

CANDAU, Vera Maria. **Memória e identidade cultural:** questões para a educação. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano.** São Paulo: Contexto, 2007.

CASTRO, Rodrigo Ribeiro; REZENDE, Roberto S.; ALMEIDA, Mauro W. Barbosa. Caminhos fechados: coerção aos meios de vida como forma de expulsão dos caiçaras da Jureia. In: SOUZA FILHO, C. F. M. *et al*. (orgs.). **Direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais em situação de conflitos socioambientais.** Brasília: IPDMS, 2015. p. 545-567.

CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional). **Relatórios sobre segurança alimentar e povos tradicionais**. Brasília: CONSEA, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/consea/acervo-consea/relatorios-de-gestao/RelatrioAnualdaGesto2017.pdf. Acesso em: 10 set. 2025.

COSTA, Rogério Haesbaert. **O mito da desterritorialização:** do fim dos territórios à multiterritorialidade. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Etnoconservação:** novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: NUPAUB/USP, 2000.

DIEGUES, Antônio Carlos**. O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. São Paulo: Hucitec; NUPAUB/USP, 2008.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Populações humanas na Estação Ecológica Juréia-Itatins**. Série Documentos e Relatórios de Pesquisa, n. 2. São Paulo: NUPAUB/USP, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (orgs.). **Território e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERREIRA, Lizandro Rogério de Paula. **Contribuição do conhecimento ecológico local para o ordenamento da pesca esportiva e conservação de robalos na Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Barra do Una, Peruíbe/SP**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Santa Cecília, Santos, 2019.

FRANCO, Paulo Cesar. **Escola caiçara da Juréia:** educação caiçara na comunidade da Cachoeira do Guilherme, Iguape-SP [recurso eletrônico]. Iguape, SP: Cobra Coral Edições, 2022. Disponível em: https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/wpcontent/uploads/2022/10/escolacaicaradajureia_paulofranco_versaofinal.pdf. Acesso em: 26 set. 2025.

FUNDAÇÃO FLORESTAL. **Plano de utilização da Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Barra do Una**. Elaboração: Geo Brasilis. São Paulo: Fundação Florestal, mar. 2020.

GARCIA, Narjara Mendes; YUNES, Maria Angela Mattar; CHAVES, Priscila Freitas; SANTOS, Lídia Oliveira dos. Educando meninos e meninas: transmissão geracional da pesca artesanal no ambiente familiar. **Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 25, p. 93-112, 2º sem. 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HALL, Stuart. **Identidades Culturais na Pós-Modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HANAZAKI, Natalia. Comunidades, conservação e manejo: o papel do conhecimento ecológico local. **Biotemas,** Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 23-47, 2003.

HONORA, Ana Carolina de Campos. **Mosaico de Unidades de Conservação da Juréia-Itatins:** uma abordagem jurídica e socioambiental. Monografia (Especialização em Direito Ambiental) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010.

HONORA, Ana Carolina de Campos. **Territórios tradicionais, unidades de conservação e conflitos socioambientais:** estudo de caso do Mosaico da Juréia-Itatins - SP. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

INSTITUTO DE PESCA (São Paulo). **Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira Marinha e Estuarina do Estado de São Paulo** (PMAP-SP). São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 2024. Disponível em: 23 out 2025. http://www.propesq.pesca.sp.gov.br/16/conteudo.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Porque a demolição de casas na Jureia fere os direitos dos povos tradicionais. **Instituto Socioambiental**, 29 jul. 2019. Disponível em: https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-vale-do-ribeira/por-que-a-demolicao-de-casas-na-jureia-fere-os-direitos-dos-povos-tradicionais. Acesso em: 5 jun. 2025.

MARQUES, Otavio A. V.; DULEBA, Wânia (eds.). **Estação Ecológica Juréia-Itatins:** ambiente físico, flora e fauna. São Paulo: Holos Editora, 2004.

MARTINS, Cintia Elisa. **Práticas pesqueiras e sustentabilidade:** uma leitura do saber tradicional caiçara na Barra do Una. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2021.

MARTINS, Mariana Santos Lobato. **A (re)existência da pesca artesanal pesqueira e a comunidade tradicional caiçara na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Barra do Una (Peruíbe, SP)**: uma abordagem etnooceonográfica para detalhar interações. 2021. Dissertação (Mestrado em Oceanografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Procedimento Administrativo nº 1.34.040.000131/2022-09.** São Paulo: Procuradoria da República em São Paulo, 2022. (Procedimento administrativo de acompanhamento de políticas públicas – PA – PPB. Titular: Yuri Correa da Luz. Grupo Temático: 6ª Câmara – Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais. Assunto: Pescadores artesanais).

MOLITZAS, Renata; SOUZA, Ursulla Pereira; ROTUNDO, Matheus Marcos; SANCHES, Rosely Alvin; BARRELLA, Walter; RAMIRES, Milena. Avaliação temporal dos sistemas pesqueiros na Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Barra do Una (Peruíbe/SP). **Revista GeoInterações**, v. 3, n. 1, p. 3-25, 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais.** Genebra, 1989. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencao169. Acesso em: 5 jun. 2025.

PRADO, Edmara Fernanda Monteiro. **Vista aérea da comunidade caiçara Barra do Una**. Fotografia. Facebook, 2025. Disponível em: https://www.facebook.com/ photo/?fbid=9958451460857647&set=pcb.9958453590857434inserir link. Acesso em: 25 ago. 2025.

PRADO, Walter. **Depoimento público em conversa informal**. Vila Caiçara da Barra do Una, Peruíbe-SP, 2019.

RAMIRES, Milena; BARRELLA, Walter; CANTARELI, Carlos Venicio; LOPES, Kelven Stella; ROTUNDO, Matheus Marcos. O ordenamento da pesca amadora na Reserva de Desenvolvimento

Sustentável da Barra do Una (Peruíbe/SP). In: GARRONE NETO, Domingos (org.); TOMÁS, Acácio Ribeiro Gomes; FREITAS, Matheus Oliveira; MOTTA, Fabio dos Santos (orgs.). **Pesca amadora no Brasil:** um panorama sobre estudos, políticas públicas e desafios de gestão. Brasília, DF: Natureza em Foco, 2025. p. 105-126.

RIBEIRO, Maria de Fátima. As Unidades de Conservação no ordenamento do território. In: RIBEIRO, Maria de Fátima (org.). **Territórios e biodiversidade:** desafios das Unidades de Conservação no Brasil. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016. p. 115-140.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2002.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 24.646, de 20 de janeiro de 1986. Cria a Estação Ecológica de Juréia-Itatins e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, v. 96, 1986.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 32.412, de 1º de outubro de 1990**. Estabelece condições para a implantação da Estação Ecológica da Juréia-Itatins, fixa critérios para a identificação das comunidades tradicionais locais e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 1 out. 1990.

SÃO PAULO (Estado). Fundação Florestal. **Planos de Manejo – Planos em elaboração**. Disponível em: https://fflorestal.sp.gov.br/planos-de-manejo/planos-de-manejo-planos-em-elaboracao/. Acesso em: 2 jun. 2025.

SILVA, Larissa Florência; SOUZA, Tiago Ribeiro; MOLITZAS, Renata; BARRELLA, Walter; RAMIRES, Milena. Aspectos socioeconômicos e etnoecológicos da pesca esportiva praticada na Vila Barra do Una, Peruíbe/SP. **Unisanta BioScience**, v. 3, n. 2, p. 57-64, 2014. Disponível em: https:// periodicos.unisanta.br/ BIO/article/view/277/276. Acesso em: 10 nov. 2024.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O território:** entre o poder e a solidariedade. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, Tiago Ribeiro de. **Dinâmica da pesca artesanal na Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Barra do Una – Peruíbe/SP**. 2019. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade de Ecossistemas Costeiros e Marinhos) – Universidade Santa Cecília, São Paulo, 2019.

SOUZA, Tiago Ribeiro de; PETRERE JR., Miguel; SOUZA, Ursulla Pereira. Dinâmicas sazonais da pesca artesanal de *Mugil liza* (tainha) na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Barra do Una (RDS-BU). In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO (ENPG), 2024, Santos. **Anais** [...]. Santos: ENPG, 2024.

STEDILE, João Pedro; CARVALHO, Horácio Martins de. Soberania alimentar: uma necessidade dos povos. **EcoDebate**, 25 mar. 2011. Disponível em: https://www.ecodebate.com.br/2011/03/25/ soberania-alimentar-uma-necessidade-dos-povos-artigo-de-joao-pedro-stedile-e-horacio-martins-de-carvalho/. Acesso em: 9 jan. 2025.

VIA CAMPESINA. **Declaração de soberania alimentar.** 2006. Disponível em: https://viacampesina.org/. Acesso em: 4 jul. 2025.

VIANA, J. R.; SILVA, A. C.; PEREIRA, M. **Comunidades tradicionais no litoral paulista:** conservação e modos de vida. São Paulo: Editora XYZ, 2022.

DOI: https://doi.org/10.18817/26755122.30.1.2026.4616

CARTOGRAFIA FENOMENOLÓGICA DOS CORPOS-TERRITÓRIOS SOBREVIVENTES À TENTATIVA DE FEMINICÍDIO MEDIADA POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

PHENOMENOLOGICAL CARTOGRAPHY OF BODY-TERRITORIES SURVIVING ATTEMPTED FEMICIDE MEDIATED BY ARTIFICIAL INTELLIGENCE

CARTOGRAFÍA FENOMENOLÓGICA DE LOS CUERPOS-TERRITORIOS SOBREVIVIENTES A LA TENTATIVA DE FEMINICIDIO MEDIADA POR INTELIGENCIA ARTIFICIAL

Danúbia Zanotelli Soares[1]
0000-0002-3951-0951
danubiazanotellisoares853@gmail.com

Maria das Graças Silva Nascimento Silva[2]
0000-0002-1758-4116
gracinhageo@hotmail.com

CIÊNCIA Geográfica
Ano XXX - Vol. XXX - (1): Janeiro/Dezembro - 2026
ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461
www.agbbauru.org.br

1 Doutora e Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), e Graduada em Geografia (FIAR). Professora da Secretaria de Estado da Educação de Rondônia (SEDUC/RO). Membra do Grupo de Pesquisa GEPGÊNERO e do Clube de Leitura Lélia Gonzalez. Atua na linha de pesquisa Território e Sociedade na Pan-Amazônia. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3951-0951. E-mail: danubiazanotellisoares853@gmail.com.
2 Doutora em Ciências Socioambientais (NAEA/UFPA) com Pós-Doutorado em Geografia Humana (UEPG). Professora Associada do Departamento e do Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Coordenadora do GEPGENERO e pesquisadora nas redes RLAGG, RED# e REGGILA, com foco em Geografia, Gênero e Políticas Públicas. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1758-4116. E-mail: gracinhageo@hotmail.com.

Artigo recebido em março de 2026 e aceito para publicação em maio de 2026.

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: Este artigo analisa o potencial da Inteligência Artificial (IA) na construção de representações cartográficas fenomenológicas na Geografia do Feminicídio. A hipótese assume que a fenomenologia da empatia, mediada por sistemas de visão computacional, mapeia espaços de aprisionamento que evoluem para territórios libertadores. Utilizou-se o ChatGPT com comandos textuais (*prompts*) para a criação de imagens representativas das vivências de mulheres sobreviventes a tentativas de feminicídio. Os resultados indicam que a IA, mediada por uma postura ética e empática, sustenta um mapeamento subjetivo do corpo-território, traduzindo dimensões do vivido como a violação, o trauma intergeracional, a rede de apoio e a reconstrução. Conclui-se que a IA amplia as possibilidades de representação geográfica do espaço vivido, preservando a integridade das experiências. A metodologia demonstra que as vivências das sobreviventes são mais densamente apreendidas quando mediadas por uma coautoria intersubjetiva capaz de traduzir afetividades espaciais em subjetividades territoriais visíveis.

Palavras-chave: Espaço Vivido. Mapeamento Subjetivo. Trauma Intergeracional. Violência de Gênero. Relações de Poder.

ABSTRACT: This article analyzes the potential of Artificial Intelligence (AI) in constructing phenomenological cartographic representations in the Geography of Femicide. The hypothesis assumes that the phenomenology of empathy, mediated by computer vision systems, maps spaces of imprisonment that evolve into liberating territories. ChatGPT with textual commands (prompts) was used to create images representative of the experiences of women who survived attempted femicide. The results indicate that AI, mediated by an ethical and empathetic stance, supports a subjective mapping of the body-territory, translating dimensions of lived experience such as violation, intergenerational trauma, support network, and reconstruction. It is concluded that AI expands the possibilities of geographical representation of lived space, preserving the integrity of experiences. The methodology demonstrates that the experiences of survivors are more densely apprehended when mediated by an intersubjective co-authorship capable of translating spatial affectivities into visible territorial subjectivities.

Keywords: Lived Space. Subjective Mapping. Intergenerational Trauma. Gender Violence. Power Relations.

RESUMEN: Este artículo analiza el potencial de la Inteligencia Artificial (IA) en la construcción de representaciones cartográficas fenomenológicas en la Geografía del Feminicidio. La hipótesis parte de la premisa de que la fenomenología de la empatía, mediada por sistemas de visión artificial, mapea espacios de confinamiento que se transforman en territorios liberadores. Se utilizó ChatGPT con comandos textuales (indicadores) para crear imágenes representativas de las experiencias de mujeres que sobrevivieron a un intento de feminicidio. Los resultados indican que la IA, mediada por una postura ética y empática, facilita un mapeo subjetivo del cuerpo-territorio, traduciendo dimensiones de la experiencia vivida como la violación, el trauma intergeneracional, la red de apoyo y la reconstrucción. Se concluye que la IA amplía las posibilidades de representación geográfica del espacio vivido, preservando la integridad de las experiencias. La metodología demuestra que

las experiencias de las sobrevivientes se comprenden con mayor profundidad cuando se media mediante una coautoría intersubjetiva capaz de traducir las afectividades espaciales en subjetividades territoriales visibles.

Palabras clave: Espacio vivido. Mapeo subjetivo. Trauma intergeneracional. Violencia de género. Relaciones de poder.

INTRODUÇÃO

Pensar o corpo-território na discussão sobre o feminicídio, a partir da fenomenologia de Edith Stein (2004), permite observar dimensões que não aparecem imediatamente: as experiências subjetivas da violência. Nesse sentido, observa-se que a violência contra mulheres se espalha pelo espaço e deixa marcas que escapam à observação direta do corpo. Essas vivências são culturas seculares que se apóiam em desigualdades enraizadas, que influenciam no modo de vida contemporâneo.

Neste estudo, a leitura da corporeidade territorializada ganha densidade interpretativa sobre o que é vivido de forma íntima. Ler esses espaços exige percepção aprimorada, considerando o corpo enquanto arquivo de lembranças do vivenciado (Massey, 2005). Diante da limitação das cartografias tradicionais em capturar a densidade dos traumas de gênero, propõe-se uma inovação metodológica: o uso da Inteligência Artificial (IA) como dispositivo de mediação simbólica. Esse processo ocorre por meio de sistemas de signos e símbolos que filtram a realidade. A proposta é fundamentada na necessidade de dar visibilidade ao que Milton Santos (2006) define como a força do vivido no território usado.

Busca-se utilizar o meio técnico-científico-informacional como instrumento de visibilidade das geografias invisibilizadas do corpo. O uso da IA à conversão de relatos em imagens fenomenológicas permite representar dimensões afetivas ignoradas pela cartografia convencional.

Para atender às necessidades investigativas, as cartografias tradicionais, baseadas em números e medidas, não dão conta de traduzir esse tipo de experiência. Ainda mais, quando se observa o espaço percorrido por essas violências, percebe-se que o corpo feminino acaba convertido em território de disputa (Butler, 2017, 2022; Soares, 2019, 2021), sendo alvo de controle e dominação simbólica. Tais elementos escapam aos mapas convencionais, mas insistem em se mostrar nas trajetórias dessas mulheres.

Inspirada por autoras como Zaragocin (2019) e Cabnal (2010), esta perspectiva compreende o organismo como o primeiro território pessoal. Ele é inalienável e indivisível, constituindo o espaço em que as dimensões materiais e imateriais do poder se manifestam. Sob a ótica de Raffestin (1993), o poder é uma relação intrínseca às interações sociais; logo, a violência contra a mulher é uma expressão territorializada de estruturas históricas de dominação.

Aqui, ocorre uma justaposição de escalas: a microfísica do poder de Foucault (2021) atua na tentativa de anular a essência do Eu subjetivo (Stein, 2004). Assim, a violação da dimensão corporal da violência transpassa a barreira física e atinge o espaço existencial da mulher. A agressão, portanto, não se limita à carne. Ela expropria a história pessoal, a memória e a autodeterminação, convertendo o sujeito em um território ocupado por fluxos de opressão.

A análise proposta, fundamentada no referencial steiniano (2005), mostra-se compatível com as concepções de poder em Raffestin (1993) e Foucault (2021). Essas bases permitem compreender as dinâmicas relacionais e sutis que estruturam as interações humanas. Essa articulação possibilita

revelar como o poder – concebido como microfísico, difuso e espacialmente mediado – sustenta formas cotidianas de controle e coerção.

A partir da perspectiva de Haesbaert (2014) sobre a multidimensionalidade territorial e da leitura de Raffestin (1993) acerca do poder como relação, a territorialização da violência revela como as práticas de dominação se inscrevem, simultaneamente, nos espaços e nos corpos. Sob o prisma da Geografia do Feminicídio, o corpo feminino consolida-se como o território primário de controle, violação e resistência (Soares; Nascimento Silva, 2019, 2023).

Assim, a violência não se manifesta apenas no espaço doméstico, convertido em território de medo, mas também no corpo como território sensível e existencial (Zaragocin, 2019; Cabnal, 2010). Essa leitura fenomenológica permite reconhecer que a limitação da liberdade feminina constitui um processo de expropriação simultaneamente espacial e corporal, no qual o poder se materializa na experiência vivida da dor.

O processo de controle sob o sexo feminino ocorre em diversas esferas. O acesso a recursos nas mãos do agressor, por exemplo, funciona como instrumento de poder que cerceia a autonomia. O mesmo ocorre com o domínio sobre a vida social (ir e vir, receber visitas, redes sociais) e até a própria maternidade, onde a prole passa a ser mecanismo de subordinação ao homem. Tudo isto aprofunda a dependência dentro da relação.

Nesse contexto, a eficácia do aparato legal para romper esses ciclos de violência é, muitas vezes, geograficamente condicionada. Segundo Soares *et al.* (2025), a aplicação da norma penal frente ao feminicídio aponta para "desertos de justiça" em regiões com vazios institucionais. Nesses locais, a proteção legal prometida é limitada. Isso evidencia que a tipificação do crime, embora consolidada juridicamente, enfrenta barreiras territoriais que podem torná-la um placebo legislativo.

A microfísica do poder de Foucault (2021) ajuda a entender como essa dominação se desdobra de maneira sutil no cotidiano íntimo. Haesbaert (2020), seguindo na mesma direção, acentua que o poder se territorializa nas dimensões materiais e políticas das relações. Durante esse processo, o espaço doméstico se transforma em um campo silencioso de controle.

Sob a ótica da teoria relacional de Raffestin (1993), por conseguinte, compreende-se que o poder se manifesta como uma prática espacial presente em todas as interações sociais. Essa abordagem convida o leitor a olhar para o feminicídio a partir das vivências e territorialidades das mulheres, de modo a expor como a violência se inscreve nos corpos e nos lugares.

O território pode ser compreendido como uma construção multidimensional, historicamente situada e atravessada por materialidades, símbolos e relações de poder (Haesbaert, 2014). Quando essa chave analítica é tensionada pelo debate sobre as violências de gênero, percebe-se que tais experiências se inscrevem no próprio corpo feminino. Este passa a operar como território de disputas, controle e afirmação identitária (Haesbaert, 2020).

O objetivo geral é analisar o potencial do uso da Inteligência Artificial (IA) na construção de representações cartográficas fenomenológicas na Geografia do Feminicídio, tomando como referência a abordagem de Stein (2004). Busca-se compreender de que modo a IA, quando orientada por uma postura ética de quem pesquisa, pode constituir-se como instrumento de coautoria simbólica. O intuito é auxiliar na tradução das rugosidades afetivas e na expressão visual da soberania ou violação da territorialidade corporal, do sofrimento e da resistência de mulheres sobreviventes abrigadas em casas de apoio.

Os objetivos específicos são três: i) Aplicar a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) na análise dos relatos das sobreviventes, a fim de apreender os significados subjetivos e espaciais da experiência; ii) Explorar o uso de IA como ferramenta de mapeamento subjetivo para a produção de imagens que expressem sentimentos e territorialidades narradas; iii) Avaliar a contribuição epistemológica da IA a pesquisas qualitativas na Geografia, com discussões sobre seus limites e implicações éticas para a produção de um conhecimento empático.

Considera-se a ampliação de métodos de representação geográfica para incluir dimensões subjetivas do espaço vivido (Soares *et al.*, 2025). Assim, o uso da IA se torna eficaz nos estudos fenomenológicos ao construir cartografias que representam o sentimento. Nesse contexto, a imagem supera o aspecto de mera ilustração, pois é uma narrativa visual do vivido. Desse modo, a expressão visual prescinde de palavras para comunicar a experiência da entrevistada e da pessoa que investiga.

Diante da limitação das cartografias tradicionais em capturar a dimensão vivida da violência, este artigo propõe e testa um método inovador que articula a perspectiva steiniana com a geração de imagens por IA para produzir cartografias simbólicas do corpo-espaço.

Trabalhar com IA na ciência geográfica é incomum, principalmente no que se refere à geografia do feminicídio, normalmente pautada em dados estatísticos. No entanto, ela surge como possibilidade epistemológica diante da urgência de novas metodologias de visibilidade para a experiência humana, principalmente quanto à dramaticidade espacial da violência de gênero.

A proposta é usar a IA como um dispositivo de mediação simbólica, tal qual apresentada nos estudos de Nardon *et al.* (2025). A ferramenta atua na tradução de dimensões afetivas e existenciais que, muitas vezes, escapam à cartografia tradicional (Pimentel; Branco; Ferrão, 2025).

Longe de uma pretensa autonomia algorítmica, a metodologia aqui proposta reivindica o aprofundamento da hermenêutica do vivido. A pesquisa, ancorada na fenomenologia de Edith Stein, exerce uma coautoria ética onde o algoritmo não conduz; ele é tencionado pelos Discursos do Sujeito Coletivo (DSC), convertendo essências fenomenológicas em representações espaciais densas de sentido.

METODOLOGIA

A pesquisa possui abordagem qualitativa, fundamentada na fenomenologia da empatia de Edith Stein (2005). O método indutivo foi adotado, partindo das experiências particulares das entrevistadas para a construção de compreensões universais sobre o fenômeno da violência contra a mulher em Rondônia. A proposta steiniana é de uma fenomenologia empática de um caminho de coautoria e reconstrução de sentido, no qual quem pesquisa se torna testemunha ativa da experiência de sofrimento e resistência das mulheres.

Com base na empatia como forma de conhecimento, essa perspectiva se distingue da simples simpatia emocional ou do mero colocar-se no lugar do outro. Nesse processo, o pesquisador posiciona-se e é aceito como coautor das experiências do indivíduo participante, contudo, faz isso sem se apropriar da experiência alheia.

Para esta pesquisa participaram seis mulheres que se encontram abrigadas numa Casa de apoio em um município rondoniense. A pesquisa conta com parecer consubstanciado aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa – CEP. A escolha foi por elas terem vivido um ciclo de violência por mais de um ano e cujo ciclo foi interrompido apenas após a tentativa de feminicídio. Isso levou a justiça a direcionar a tutela estatal.

Etapas do procedimento fenomenológico

Para aplicar essa fenomenologia à pesquisa geográfica, seguiram-se os seguintes passos metodológicos: i) Suspensão do juízo (Epoché): suspensão de crenças e julgamentos prévios sobre o fenômeno; ii) Ato empático como conhecimento: compreensão do sentimento do outro como fenômeno, sem reduzi-lo à experiência da pesquisa; iii) Coautoria empática: postura de testemunha ativa e mediadora da experiência do outro; iv) Descrição fidedigna: fidelidade às narrativas vividas, respeitando suas nuances e sentidos; v) Busca da essência: apreensão do significado compartilhado das vivências relatadas.

A fenomenologia da empatia orienta, assim, o olhar de quem realiza a pesquisa e legitima o processo de criação imagética como ato ético, estético e compreensivo.

Procedimentos de campo e análise discursiva

Os dados foram coletados durante a pesquisa de doutorado em Geografia (2024), por meio de entrevistas com seis mulheres sobreviventes de tentativa de feminicídio, abrigadas em uma casa de apoio a vítimas de violência doméstica no ano de 2023/2024. As participantes consentiram em compartilhar suas narrativas sob a ótica da empatia, preservando-se o anonimato e o respeito às experiências relatadas.

Para a análise das entrevistas, aplicou-se a Metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)**,** conforme Lefèbvre e Lefèbvre (2003), em três etapas: i) Identificação das Ideias Centrais (ICs) de cada depoimento; ii) Seleção das Expressões-Chave (ECHs) que representam essas ideias; iii) Construção dos DSCs a partir das ECHs, utilizando a primeira pessoa do plural (“nós”) para expressar a voz coletiva.

Os DSCs resultantes sintetizam percepções e sentimentos compartilhados sobre temas como violência, culpabilização, impacto familiar, rede de apoio e reconstrução, sem apagar as singularidades das narrativas.

A aplicação da metodologia do DSC às entrevistas permitiu a identificação de seis Ideias Centrais (ICs) que sintetizam os eixos de sentido compartilhados nas narrativas das mulheres. O Quadro 1 apresenta uma descrição fenomenológica de cada IC e sua correspondência com os DSCs que serão apresentados e analisados na seção seguinte.

Quadro 1. Ideias Centrais (ICs) identificadas nos depoimentos e síntese dos Discursos do Sujeito Coletivo (DSC)

Ideia Central (IC)	**Descrição Fenomenológica da IC**	**Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) Correspondente**
IC 1: Corpo como Território Violado	A percepção do corpo feminino como o primeiro e principal território invadido, onde a violência física, psicológica e simbólica se inscreve como marcas e memórias indeléveis, transformando-o em um campo de batalha.	DSC 1: Sobre a Experiência da Violência e o Corpo como Território
IC 2: Culpabilização e Cultura Machista	A experiência de ter a responsabilidade pela violência atribuída a si mesma por parte do agressor e/ou da sociedade, enredando a mulher em uma rede discursiva de justificativas machistas (ciúme, provocação, desobediência).	DSC 2: Sobre a culpabilização da vítima e a cultura machista
IC 3: Violência como Continuum	A compreensão da violência como um processo contínuo e escalonável, que se inicia com formas sutis (controle, xingamentos) e evolui para agressões físicas e tentativas de homicídio, permeando diferentes espaços da vida.	DSC 3: Sobre a Violência como Processo Contínuo (Continuum)
IC 4: Impacto Intergeracional	A consciência aguda de que a violência testemunhada pelos filhos gera marcas profundas em seu desenvolvimento emocional, perpetuando um ciclo de trauma que se transmite entre gerações.	DSC 4: Sobre os Filhos e o Impacto Intergeracional
IC 5: Rede de Apoio como Território de Reparação	A vivência do abrigo ou da rede de apoio como um espaço territorial de segurança, acolhimento e reconstrução, que se contrapõe ao território de medo do lar violento, apontando também para as falhas sistêmicas nessa rede.	DSC 5: Sobre a importância da rede de apoio e do acolhimento
IC 6: Reconstrução e Liberdade	A experiência de renascimento, recuperação da autonomia e reapropriação do corpo-território após a saída do ciclo violento, simbolizada pela reconquista do sorriso, da esperança e do projeto de vida independente.	DSC 6: Sobre a reconstrução e a vida longe do agressor

Fonte: Elaborado pelas autoras para esta pesquisa (2026).

Uma vez organizados os DSCs a narrativa coletiva foi alinhada para a geração de imagens, onde cada IC, expressa na primeira pessoa do plural, serviu como base fenomenológica para a elaboração dos prompts submetidos à ferramenta de IA. Assim, as cartografias produzidas tratam da materialização visual da essência das experiências vividas, mediadas pela empatia de quem realiza a pesquisa e pelo instrumental tecnológico escolhido como metodologia emergente.

O processo de criação: da empatia à imagem

Nesta investigação, o sistema de Inteligência Artificial foi usado como um instrumento interpretativo e mediador simbólico que busca captar o discurso das seis entrevistadas, preservando a autoria intelectual humana. A metodologia rompeu com a neutralidade algorítmica, no momento em que o estudo manteve as pesquisadoras como instância de mediação ética e estética entre o relato e a imagem. As imagens foram produzidas a partir dos DSCs, convertidos em comandos textuais (prompts) para geração imagética por IA. Com este cuidado, garantiu-se que a representação visual fosse uma representação imagética do espaço vivido pelas seis sobreviventes da violência de gênero.

Etapas do processo empático e imagético

O processo de tradução dos discursos em imagens seguiu um protocolo fenomenológico-empático, em que cada fase gerou um comando textual (*prompt*) específico. Esse procedimento garantiu a transparência e reprodutibilidade metodológica de forma que manteve a coerência ética entre narrativa e representação visual (Quadro 2).

As falas sintetizadas pelo DSC serviram de base fenomenológica para a criação das imagens. O objetivo não foi reproduzir literalmente os eventos, mas representar visualmente os sentimentos e significados presentes nos discursos – medo, dor, esperança, reconstrução –, compondo cartografias sensíveis do corpo-território violado e resistente**.**

Uso responsável da IA

A ferramenta de IA (ChatGPT, modelo GPT-5, 2025) foi utilizada exclusivamente para a geração de imagens cartográficas ilustrativas, sob supervisão integral da equipe de investigação. O objetivo foi representar visualmente experiências fenomenológicas descritas nas entrevistas, garantindo que nenhum texto científico fosse produzido pela ferramenta.

Essa integração entre empatia fenomenológica, metodologia do DSC e mediação tecnológica constitui uma proposta inovadora para a Geografia Humanista e Feminista. A abordagem busca mapear o invisível: as emoções, afetos e resistências que moldam os territórios da violência e da sobrevivência feminina.

A criação imagética é uma extensão do ato empático que dialoga com a experiência, a palavra e a imagem. Nesse fluxo, cada *prompt* de IA corresponde a uma etapa do estudo fenomenológico da corporeidade territorializada. O processo de transposição do referencial fenomenológico para a imagem por IA encontra-se descrito no Quadro 2:

Quadro 2. Processo de criação cartográfica

Fase Fenomenológica (Stein)	Base Empírica (DSC)	Procedimento com IA (Prompt síntese)	Critério de Seleção da Imagem
1. Ato Empático como Conhecimento (DSC 1: Corpo como Território Violado)	Corpo como primeiro território violado; dor inscrita na pele e na memória.	Criar uma ilustração simbólica do corpo-território feminino violado e resistente, enfatizando a dor internalizada e a memória coletiva.	Imagem que traduz a sensação de violação e resistência, evitando literalismo e priorizando o simbolismo poético.
2. Descrição Fidedigna (DSC 2: Culpabilização e Cultura Machista)	Sentimento de aprisionamento e culpabilização; cultura machista e controle simbólico.	Mapa mental abstrato com figura feminina envolta em teia de palavras ("culpa", "ciúme", "provocação").	Imagem que comunica o aprisionamento discursivo e a violência simbólica sem exposição do corpo.
3. Busca da Essência (DSC 3: Violência como Continuum)	Violência como processo crescente e contínuo.	Imagem semiabstrata com gradiente de cores escuras e formas espirais que representam a escalada da violência.	Imagem que expressa a progressão temporal da violência e o aumento da opressão.
4. Coautoria Empática (DSC 4: Impacto Intergeracional)	Dor materna e trauma herdado pelos filhos.	Gerar imagem simbólica de mulher cuja sombra se desdobra em silhuetas de crianças, unidas por fios de dor e afeto.	Imagem que expressa a transmissão do trauma e a conexão entre gerações.
5. Busca da Essência (reparação) (DSC 5: Rede de Apoio)	O abrigo como território de reparação e reconstrução.	Criar pintura simbólica com figura feminina envolta por elementos naturais (raízes, flores, rios) simbolizando acolhimento e renascimento.	Imagem que equilibra o caos externo e a serenidade interna da reconstrução.
6. Coautoria Empática (libertação) (DSC 6: Reconstrução e Liberdade)	Renascimento e reconquista do corpo-território.	Painel narrativo (6 quadros) da opressão à libertação; transição cromática do escuro ao dourado.	Imagem que evoca alívio, esperança e reapropriação simbólica do corpo e do espaço.

Fonte: Elaborado pelas autoras para esta pesquisa (2025).

O Quadro 2 sintetiza as etapas de conversão dos DSCs em representações visuais mediadas por IA. Esse guia ocorreu sob efeito da responsabilidade epistemológica, com o compromisso de preservar a integridade das experiências vivenciadas das mulheres entrevistadas. Foi apropriada a realização cartográfica, pois, a cartografia gerada mostra o quão utilitário é o dispositivo interpretativo, fenomenológico e sua importância para a interpretação coesa da violência e da resiliência feminina no espaço geográfico.

Limitações e Reflexões sobre a Mediação Metodológica

A articulação entre o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) e a Inteligência Artificial (IA), embora inovadora, está sujeita às camadas de mediação que demandam reflexão crítica. O próprio DSC, ao sintetizar vozes individuais em uma narrativa coletiva, promove uma inevitável homogenização e apagamento de nuances, que cria um "sujeito" que evidencia padrões, ao mesmo tempo em que mantém a complexidade de cada história de vida.

Esta síntese é filtrada pela subjetividade de quem investiga na elaboração dos prompts para a IA. Este é um ato hermenêutica, Isso, acontece por haver seleção do que é essencial no discurso das mulheres entrevistadas, faz a tradução que converte os conceitos fenomenológicos em termos visuais que a IA processa, numa lúcida conversão simbólica de linguagens. Também ocorre o enquadramento teórico, o que na geografia humanista, aqui praticada, foi solicitada uma topografia emocional.

Portanto, o método proposto nesse estudo reafirma a responsabilidade interpretativa, exigindo uma vigilância ética dupla: sobre os efeitos de síntese do DSC e sobre os riscos de uma mediação algorítmica na representação de experiências. A validade do processo reside justamente no reconhecimento transparente dessas camadas de mediação, posicionando a IA não como uma produtora de verdades, mas como um instrumento de ampliação do diálogo entre a pesquisa geográfica e a dimensão inefável do corpo-território.

A articulação entre fenomenologia e IA possibilitou representar visualmente emoções e experiências associadas à violência de gênero. Este procedimento metodológico prioriza a essência qualitativa em detrimento da precisão métrica convencional. Nela, a imagem atua como um dispositivo de visibilidade para o drama espacial das agressões sofridas, revelando dimensões que os métodos tradicionais não conseguem alcançar.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DISCURSOS ÀS CARTOGRAFIAS DO CORPO-TERRITÓRIO

As narrativas foram examinadas por meio da Análise do Discurso Coletivo (ADC)**,** método que busca identificar ideias centrais e representações compartilhadas entre os sujeitos. A fenomenologia foi utilizada como lente interpretativa para revelar os sentidos do espaço vivido e do corpo-território presente nos discursos.

DSC 1: Sobre a Experiência da Violência e o Corpo como Território

> Foi no corpo da gente que sentimos primeiro que eles entraram sem pedir e fizeram o que quiseram. A maldade não ficou marcada só na pele da gente, não. Elas ficaram registradas na nossa cabeça, na nossa lembrança. Quando a gente olha para uma cicatriz, a gente lembra de toda a 'porrada' e de todo o sofrimento que a gente passou. Eles faziam de tudo: falavam um monte de desaforo, quebravam as nossas coisas, rasgavam as roupas obrigavam a gente a fazer o que não queria na cama e mexiam com a nossa cabeça até a gente duvidar de nós mesmas. A gente era xingada de tudo que é nome, eles mandavam na nossa vida e viviam ameaçando a gente. Pra fazer tudo isso, eles falavam que era por causa de ciúme e a gente ainda estava errada. Botavam a culpa na gente pelas agressões. Imagina, se a gente queria apanhar! A verdade é que, mesmo depois que a gente conseguiu se livrar, o medo anda junto com a gente, grudado. Nossos corpos, que eram pra ser só nossos, viraram uma zona de guerra, um lugar de briga sem fim (DSC 1).

O relato coletivo estabelece a corporeidade como o "primeiro território invadido". Como leciona Haesbaert (2020), o corpo é o espaço onde a violência se territorializa, tornando explícitas as lógicas de dominação e captura. Com base nessa premissa, a Figura 1 resulta da percepção e coautoria entre pesquisadora e tecnologia, gerando uma representação visual desse espaço de inscrição da dor. É notória a substituição de métricas físicas por geografias do trauma, nas quais o doméstico, o hospitalar e o público se fundem em dimensões simbólicas da violência estrutural.

O processo de criação cartográfica, que transita da experiência fenomenológica até a geração de imagens por IA, inicia-se com o ato empático como via de conhecimento. Nesta primeira fase, a premissa fundamental é a compreensão do organismo como um espaço de ocupação, ideia que o transforma em um "campo de batalha". A dor experienciada transcende o físico; é memória inscrita na pele, na carne e, sobretudo, no Eu feminino.

O ciclo de violência, investigado por Walker (1979) desde a década de 1970, manifesta-se em etapas distintas, englobando as dimensões física, psicológica, simbólica e estrutural (Walker, 2006). Nesse sentido, Khanna e Sachdeva (2015) consideram que a mulher em situação de violência, por meio de suas lembranças, revive o trauma e experimenta o sofrimento psíquico como se ocorresse no presente.

Para traduzir o conceito de "ciclo de violência", utilizou-se a IA para gerar uma composição simbólica distanciada do sentido literal, conforme observado na Figura 1. O critério de seleção priorizou a imagem que melhor transmitisse a sensação de violação da soberania corporal. A composição visual foca na dor internalizada e nas estruturas que precedem a agressão fatal: o feminicídio.

Figura 1. Corpo como Território Violado

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025), com apoio da ferramenta de IA ChatGPT (modelo GPT-5).

Esta representação visual materializa a concepção de que o poder patriarcal produz uma anatomia política do corpo feminino, resultando em sua fragmentação e colonização. As fissuras na silhueta não são meras marcas, mas as fronteiras simbólicas de uma territorialidade agredida.

A Figura 1 mostra, ainda, uma escala de confinamento que remete à técnica mobilizada por Santos (2026), a qual expõe um controle social e simbólico. A silhueta feminina fragmentada evidencia a construção de uma "prisão cotidiana", que extrapola os danos físicos. As fissuras, portanto, são as marcas da desterritorialização do Eu.

DSC 2: Sobre a culpabilização da vítima e a cultura machista

> Eles sempre jogavam a culpa em nós. Diziam que éramos nós que provocávamos, que olhávamos para outros homens, que não obedecíamos. A culpa era sempre nossa, mesmo quando não tínhamos feito nada. A sociedade também nos culpa, como se a violência que sofremos fosse nossa responsabilidade. Vemos que as leis até existem, mas não são aplicadas direito. Muitas de nós não denunciamos porque tínhamos medo ou éramos impedidas por eles. Acreditamos que as leis são necessárias, mas precisam ser cumpridas (DSC 2).

A segunda fase da análise aborda a complexa rede discursiva de culpabilização fundamentada nas relações desiguais de gênero. O eixo estruturante apreendido é o de um enredamento em acusações

infundadas, no qual a responsabilidade pela agressão é projetada sobre a mulher, criando uma "prisão discursiva" (Foucault, 2008).

O processo com a IA buscou visualizar essa dimensão imaterial da opressão por meio de um mapa mental abstrato, onde a figura feminina aparece envolta por uma malha tecida por termos como "culpa" e "ciúme". A imagem selecionada (Figura 2) comunica a claustrofobia e o aprisionamento não físico, mapeando a "voz" coletiva que relata essa percepção distorcida da realidade.

Figura 2. Cartografia da Culpabilização da Vítima

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025), com apoio da ferramenta de IA ChatGPT (modelo GPT-5).

O discurso coletivo demonstra como se opera a violência simbólica. Nela, a projeção da culpa sobre a mulher constitui uma agressão que, por vezes, reside nas "entrelinhas" do cotidiano. Observa-se que a imagem revela essa estigmatização como uma tecnologia espacial de controle, que converte a subjetividade feminina em um espaço discursivo ocupado por mandatos machistas.

A representação visual da Figura 2 demonstra o aprisionamento simbólico por meio de uma teia vermelha. Este elemento simboliza a internalização de um sentimento de responsabilidade indevido, imposto não apenas pelo agressor direto, mas por uma tríade opressora: o homem que agride e silencia; a sociedade que julga a vítima; e os organismos governamentais que, por possuírem em sua estrutura agentes despreparados, perpetuam a desassistência. Esse conjunto constitui uma malha que imobiliza o Eu no espaço imaterial da existência.

É necessário frisar que essa rede de palavras funciona como uma malha territorial invisível. A violência simbólica é o fluxo constante que satura o espaço doméstico, transformando-o de abrigo em prisão (Soares; Cerqueira, 2020). A cartografia revela que, antes do feminicídio físico, ocorre um aniquilamento simbólico por meio do cerceamento da mobilidade e do discurso. Em suma, essa territorialização do estigma precede e sustenta a agressão física, produzindo um espaço relacional onde a mulher é confinada à condição de sujeito culpabilizado antes mesmo de qualquer violação corporal direta.

DSC 3: Sobre a Violência como Processo Continuum

> A violência não começou do nada. Foi um processo que foi piorando com o tempo. Primeiro eram os xingamentos, o controle, os ciúmes. Depois vieram as agressões físicas, as ameaças de morte. Muitas de nós presenciamos violência quando éramos crianças, e eles também viram seus pais agredindo suas mães. É um ciclo que se repete. Eles tentaram nos matar de várias formas: com faca, com corda, com o carro. A violência não tinha um lugar certo: acontecia em casa, na rua, no trabalho. O lar, que deveria ser um lugar seguro, virou um lugar de medo (DSC 3).

O relato coletivo auxilia na compreensão da violência como um *continuum*: um processo insidioso, cumulativo e crescente. Para representar a essência dessa progressão, a IA sintetiza o fenômeno que se infiltra em todos os espaços vivenciados. Essa dinâmica transforma a casa – que, como leciona Bollnow (2008), deveria ser o centro do abrigo – em um território de medo constante, configurando um "espaço nebuloso". A percepção da violência como um processo contínuo é fundamental para uma geografia do cotidiano de mulheres que atravessam relações abusivas.

A representação visual dessa escalada utiliza elementos como espirais para simbolizar a intensificação das agressões. A composição final (Figura 3) foi escolhida por sua capacidade de narrar a ubiquidade do medo e a deterioração da experiência espaço-temporal, evidenciando um fenômeno sem um ponto de início ou fim claramente definidos.

Figura 3. Cartografia da violência vivenciada como Processo Contínuo (Continuum)

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025), com apoio da ferramenta de IA ChatGPT (modelo GPT-5).

As imagens da Figura 3 representam um círculo aberto. Esse formato ilustra o intervalo temporal no qual o agressor demonstra arrependimento e simula autocontrole, ocultando sua natureza violenta (como sugerido na primeira imagem da composição). Esse ciclo ocorre como uma espiral espaço-temporal que se expande e se infiltra progressivamente em todos os domínios da vida, do ambiente doméstico ao laboral. Sistematicamente, a mulher é levada a acreditar em uma mudança de comportamento; contudo, o surgimento de novos sinais de alerta reinicia o fluxo de agressões e o subsequente ciclo de "arrependimento".

DSC 4: Sobre os Filhos e o Impacto Intergeracional

> Nossos filhos presenciaram tudo. Eles viram as agressões, tentaram nos defender, e hoje carregam marcas desse sofrimento. Uns têm medo, outros têm raiva. Os mais novos choravam, os mais velhos se metiam no meio das brigas. Sabemos que isso afeta o desenvolvimento deles, causa ansiedade, medo, problemas na escola. Eles internalizam a violência e podem reproduzir isso no futuro. É uma dor que passa de geração em geração. Por isto procuramos ser fortes, pela gente e pelos nossos filhos, para eles saírem do fogo cruzado (DSC 4).

Esta fase da análise revela o trauma como uma sombra que se projeta sobre o futuro, ampliando a compreensão sobre a dor da violência sofrida. A representação cartográfica é centrada na figura feminina e no trauma testemunhado e herdado por seus descendentes, conforme descrito no DSC 4. A imagem selecionada (Figura 4) foi a que melhor expressou a conexão visceral e transgeracional, capturando a dimensão de uma "herança" dolorosa que tende à perpetuação do ciclo de agressões.

Figura 4. Cartografia afetiva do trauma intergeracional

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025), com apoio da ferramenta de IA ChatGPT (modelo GPT-5).

A imagem da transmissão intergeracional representa uma forma específica de produção do espaço, na qual o território da violência se expande para além do corpo inicialmente agredido. A fluidez na representação do corpo materno configura uma fronteira porosa: um território de mediação que, simultaneamente, transmite e filtra o trauma. Essa reconfiguração espacial e emocional projeta um campo de forças onde se busca a interrupção dos ciclos de opressão.

A transição entre as Figuras 3 e 4 demonstra que o sistema da violência não é estático; ele constitui um *continuum* que transborda as fronteiras do indivíduo. Enquanto a espiral da Figura 3 materializa a aceleração dos fluxos de agressão, a Figura 4 revela uma verdadeira geopolítica do trauma. Nela, as silhuetas das crianças, conectadas à mãe por sombras e "fios de dor", demonstram que o território violado projeta suas rugosidades no futuro. Não se trata apenas de um sofrimento emocional isolado, mas de uma ocupação do tempo vivido das próximas gerações. Isso evidencia que a violência doméstica é uma patologia espacial capaz de corroer o tecido social e familiar de forma intergeracional.

DSC 5: Sobre a importância da rede de apoio e do acolhimento

> A Casa de apoio foi uma forma de sair do inferno que a gente vivia com o nosso companheiro. Aqui a gente saia mais seguras, acolhidas e as pessoas nos respeitam. Encontramos outras mulheres que passaram pelo mesmo, e isso nos fortalece. Participamos de rodas de conversa, terapias, atividades que nos ajudam a ressignificar nossa dor. Mas sabemos que a rede de apoio ainda é falha. Muitas vezes, quando procurávamos ajuda, assim a gente éramos revitimizada. Precisamos de políticas públicas que funcionem de verdade, de profissionais capacitados, de um atendimento humanizado. Só assim a gente podemos reconstruir nossas vidas (DSC 5).

O relato coletivo final revela o papel crucial das redes de suporte na interrupção do ciclo de violações. O abrigo deixa de ser apenas uma estrutura física para se tornar um espaço de acolhimento e ressignificação da dor. Para traduzir essa transição do "inferno" doméstico para a segurança institucional, a IA foi orientada a gerar uma representação que fundisse o renascimento subjetivo à reconexão com o espaço. A composição visual busca materializar a esperança e a reconstrução da autonomia, transformando o trauma em uma potência de vida fundamentada no apoio mútuo e em políticas públicas de proteção.

Figura 5. Cartografia do abrigo como território de reparação e reconstrução

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025), com apoio da ferramenta de IA ChatGPT (modelo GPT-5).

O abrigo citado no DSC 5 emerge como um contraterritório por excelência; trata-se de um espaço construído em oposição à territorialidade do agressor. A Figura 5 sintetiza essa função afetiva e política. Nela, a imagem da mulher enraizada, com o mapa do Brasil no ventre, representa a ressignificação da corporeidade em escala nacional. As raízes simbolizam a reconexão com uma soberania territorial outrora negada, enquanto as figuras ancestrais ao fundo apontam para uma linhagem histórica de resistência feminina. O abrigo, como lugar seguro, constitui um dispositivo geográfico de descolonização do corpo e do espaço vivido.

DSC 6: Sobre a reconstrução e a vida longe do agressor

> Longe deles, conseguimos respirar de novo. A gente era triste e vivia com medo. Aqui no abrigo, nosso sorriso voltou, nossa esperança renasceu. Parece que a gente renasceu. Já não somos mais as mulheres tristes e aprisionadas que chegou aqui. Lógico que ainda temos medo e incertezas, mas estamos recuperando nossa autonomia. Queremos trabalhar, ser independentes, cuidar de nossos filhos. Sabemos que a caminhada é longa, mas agora temos forças para seguir em frente. A gente se sentia presa, como na época da escravidão, agora o Mundo parece pequeno para fazer tudo o que não tínhamos coragem quando 'ele' nos mantinha aprisionadas pelas ameaças e explorava nossos 'fantasmas', que nos amedrontavam (DSC 6).

O ciclo analítico culmina na investigação dedicada à reconstrução e à conquista da liberdade. O sentimento de renascimento e a recuperação da posse sobre a própria territorialidade corporal constituíram os eixos estruturantes desta fase. Trata-se da retomada do Eu – um tônico que alimenta a esperança de uma vida distante do agressor. Essa reviravolta no modo de vida está intrinsecamente ligada à resistência contra quaisquer formas de opressão, representando a quebra definitiva do ciclo de violência e a reorganização do espaço vivenciado, com o abandono da submissão outrora imposta.

A representação visual desta jornada foi estruturada em uma sequência que transita da opressão à autonomia. A gradação cromática, que evolui de tons sombrios para o dourado vibrante, funciona como uma metáfora visual da cura e da transição da falta de perspectivas para a concretização do desejo de paz. A imagem final (Figura 6) foi selecionada por sua capacidade de evocar alívio e esperança, alinhando-se à narrativa coletiva de resiliência, na qual o "sorriso retorna" e o espaço existencial feminino é finalmente reclamado.

Figura 6. Cartografia da reconstrução e a vida longe do agressor

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025), com apoio da ferramenta de IA ChatGPT (modelo GPT-5).

É fundamental considerar que a nudez nas imagens da Figura 6 reflete a reivindicação de um organismo autônomo e soberano, distanciando-se radicalmente de qualquer perspectiva de objetificação. O discurso descreve um processo de reapropriação do Eu-território, simbolizado no renascimento da alegria e na presença de elementos naturais (sol, pássaros, jardins). A sequência de seis quadros cartografa

essa jornada de emancipação: a transição de cenas escuras de aprisionamento para composições claras de celebração coletiva espelha a passagem da desterritorialização para a libertação.

O quadro final da Figura 6, que destaca a figura feminina de braços abertos sob uma luz dourada, corresponde ao sentido de "respirar de novo" e à "esperança renascida" presentes no DSC 6. É o clímax de uma nova espacialidade. A presença de outras mulheres na composição consolida a celebração daquelas que, embora em contextos distintos, compartilham a superação da violência.

A transição cromática observada entre as Figuras 5 e 6 – do caos sombrio à luminosidade – cartografa o processo de reterritorialização. Enquanto o abrigo (Figura 5) emerge como um contraterritório de resistência onde a mulher se enraíza, a Figura 6 encerra a análise sistêmica evidenciando que a reconstrução é, em última instância, uma reconquista espacial. A mulher volta a ocupar o mundo, expandindo fronteiras existenciais antes limitadas pelo medo. A nudez e os braços abertos simbolizam o corpo que deixa de ser um "campo de batalha" para tornar-se, novamente, um território de autonomia e projeto de futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A articulação entre o Discurso do Sujeito Coletivo e o referencial fenomenológico demonstrou que a Inteligência Artificial pode contribuir de modo consistente para a análise geográfica qualitativa. No âmbito desta investigação, a tecnologia atuou como um dispositivo de mediação sensível, operando a transposição das experiências vividas para a linguagem visual. Tal recurso permitiu que os registros das subjetividades fossem examinados sob categorias clássicas da Geografia, ampliando a compreensão da corporeidade feminina enquanto espaço de inscrição de memórias e relações de poder.

A materialização visual das vivências de sobreviventes de violência permitiu que o corpo fosse compreendido em sua totalidade política e existencial. Nesse processo, a imagem superou a condição de mera ilustração técnica para alcançar o patamar de expressão simbólica do vivido. A técnica, rigorosamente subordinada à ética e à empatia, possibilitou que as trajetórias dessas mulheres superassem a barreira da invisibilidade, convertendo relatos de dor em cartografias de resistência.

O diferencial desta abordagem reside na coautoria mediada: o pesquisador atua como elo entre a narrativa emocional e a forma visual, garantindo que a tecnologia sirva à humanização do dado em oposição à frieza das estatísticas convencionais. Assim, a Geografia do Feminicídio ganha um dispositivo potente para denunciar a dramaticidade espacial da violência e, simultaneamente, celebrar os processos de reterritorialização e autonomia.

Conclui-se que a IA, quando orientada pelo rigor fenomenológico, consolida-se como uma ferramenta significativa para o mapeamento das geografias invisíveis. Esta pesquisa entrega uma metodologia que preserva a dignidade do sujeito-território, propondo que futuras investigações aprofundem o uso dessas "técnicas decoloniais" de representação, mantendo o compromisso inegociável com a integridade da experiência humana.

REFERÊNCIAS

BOLLNOW, O. F. **O homem e o espaço**. Trad. de A. L. S. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

BUTLER, J. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto (Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão, Trad.; 5 ed.). Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: 2017,

BUTLER, J. **Cuerpos que importan**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 2022. 400 p. E-book. ISBN 978-950-12-0457-5.

CABNAL, L. **Tierra, cuerpo y territorio**: cuerpoterritorio como categoría de análisis feminista comunitaria. Guatemala: Tz'unun, 2010.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 13. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2021.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

KHANNA, D.; SACHDEVA, A. Battered Woman Syndrome: Its Repercussions and Implications on Women of the Present Era. **International Journal of Clinical and Experimental Medical Sciences,** v. 1, n. 2, p. 7-10, 2015. DOI: 10.11648/j.ijcems.20150102.11.

LEFÈBVRE, F.; LEFÈBVRE, A. M. C. **Depoimentos e Discursos:** uma proposta de análise em pesquisa social. Brasília: Liber Livro, 2014.

MASSEY, Doreen. **For Space**. London: Sage, 2005.

NARDON, L.; BRÜNING, C.; VALGARDSSON, S.; BUSATO, M. AI-image generation in research interviews: opportunities and challenges. **The International Journal of Qualitative Methods,** v. 24, 2025. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/16094069251333335. Acesso em: 11 fev. 2026.

PIMENTEL, R.; CASTELO BRANCO, K.; FERRÃO, I. Mapas de resistência: Inteligência Artificial no combate ao feminicídio. **Women In Information Technology (WIT)**, 19. , 2025, Maceió/AL. ANAIS *do* XIX Women in Information Technology. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2025. p. 907-916. ISSN 2763-8626. DOI: https://doi.org/10.5753/wit.2025.9343.

STEIN, E.. **Sobre o problema da empatia**. Madrid: Trotta, 2004.

WALKER, L. **The battered woman**. New York: Harper and How, 1979.

WALKER, L. E. A. The battered woman syndrome. **Annals** of the New York Academy of Sciences, v. 1087, n. 1, p. 142-157, 2006. DOI: https://10.1196/annals.1385.023.

ZARAGOCIN, S.. **Cuerpoterritorio y epistemologías desde el sur**. Quito: AbyaYala, 2019.

HAESBAERT, R. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAESBAERT, R. Do Corpo-Território ao Território-Corpo (Da Terra): Contribuições Decoloniais. ***GEOgraphia***, Niterói, v. 22, n. 48, 2020. DOI: https://10.22409/GEOgraphia2020.v22i48.a43100.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** SP: ed. Ática, 1993. 269 p.

SOARES, D. Z.; NASCIMENTO SILVA, M. G. S. Feminicídio: o lar como lugar do crime. In: SOARES, D. Z.; XIMENES, C. C.; GABRIEL, R. de C. S. (Org.). **O espaço da mulher no século XXI**: vozes que gritam, vozes que se calam. 1. ed. Curitiba: CRV, 2019. 152 p. p. 11-20.

SOARES, D. Z.; NASCIMENTO SILVA, M. G. S. Cartografias das mortes de mulheres no Brasil entre os anos de 2010 e 2021. **Revista Presença Geográfica,** v. 10, p. 16-34, 2023. DOI: https://doi.

org/10.36026/rpgeo.v10i3.7681.

SOARES, D. Z.; CERQUEIRA, G. K. X.; XIMENES, C. C.; MACHADO, S. M. T.; OLIVEIRA, Y. L.. Território e jurisdição: a dimensão espacial na aplicação da lei do feminicídio no Brasil. **Revista REGEO**, São José dos Pinhais, v. 16, n. 4, p. 1-20, 2025. Edição Especial. DOI: https://10.56238/revgeov16n4-031.

SOARES, D. Z.; CERQUEIRA, C. C. Meninas da periferia: percepções subjetivas de estudantes sobre as relações de gênero em bairros periféricos do município de Ariquemes-RO. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. Jan/Dez 20, p. 1199-1213, 2020. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIV_3/agb_xxiv_3_web/agb_xxiv_3-14.pdf. Acesso em: 23 mar. 2026.

SOARES, D. Z. **Geografia do feminicídio**: uma abordagem decolonial, fenomenológica e empática sobre o crime contra o corpo-território feminino. 2025. 701 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, 2025. Disponível em: https://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/6659. Acesso em: 23 mar. 2026.

DOI: https://doi.org/10.18817/26755122.30.1.2026.4617

ENTRE A DIVERSIDADE E O PRECONCEITO: EXPERIÊNCIAS ESTUDANTIS NO ENSINO MÉDIO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE ALFENAS - MG

BETWEEN DIVERSITY AND PREJUDICE: STUDENT EXPERIENCES IN HIGH SCHOOL AT A PUBLIC SCHOOL IN ALFENAS - MG

ENTRE LA DIVERSIDAD Y EL PREJUICIO: EXPERIENCIAS ESTUDANTILES EM LA EDUCACIÓN SECUNDARIA EN UNA ESCUELA PÚBLICA DE ALFENAS - MG

Natalia Negretti Figueiredo[1]
0009-0002-5080-0885
natalia.figueiredo@sou.unifal-mg.edu.br

Denis Messias de Souza[2]
0009-0004-5014-6857
denis.messias@sou.unifal-mg.edu.br

Camilly Souza do Nascimento Vicente[3]
0009-0002-2025-2363
camilly.vicente@sou.unifal-mg.edu.br

Linamara Roberta Ribeiro[4]
0009-0005-3537-7631
linamara.ribeiro@sou.unifal-mg.edu.br

Paulo Henrique de Souza[5]
0000-0003-0399-9123
paulohenrique.souza@unifal-mg.edu.br

Ano XXX - Vol. XXX - (1): Janeiro/Dezembro - 2026
ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461
CIÊNCIA Geográfica
www.agbbauru.org.br

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Alfenas. ORCID: https://orcid.org/0009-0002-5080-0885. E-mail: natalia.figueiredo@sou.unifal-mg.edu.br.
2 Graduando em Geografia, Universidade Federal de Alfenas. ORCID: https://orcid.org/0009-0004-5014-6857. E-mail: denis.messias@sou.unifal-mg.edu.br.
3 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Alfenas. ORCID: https://orcid.org/0009-0002-2025-2363. E-mail: camilly.vicente@sou.unifal-mg.edu.br.
4 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Alfenas. ORCID: https://orcid.org/0009-0005-3537-7631. E-mail: linamara.ribeiro@sou.unifal-mg.edu.br.
5 Professor Titular da Graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Alfenas. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0399-9123. E-mail: paulohenrique.souza@unifal-mg.edu.br.

Artigo recebido em abril de 2026 e aceito para publicação em junho de 2026.

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: Este artigo analisa as experiências de preconceito e a dinâmica da diversidade em um ambiente escolar a partir de uma pesquisa quantitativa realizada na Escola Estadual Padre José Grimminck, em Alfenas-MG, com estudantes do ensino médio. O objetivo geral foi compreender como o preconceito se manifesta no cotidiano escolar em um contexto marcado por diversidade étnico-racial e inserção em um território urbano periférico. A metodologia baseou-se na aplicação de um questionário estruturado a 242 estudantes, com análise descritiva dos dados por meio de frequências e percentuais. Os resultados indicam que 36,4% dos participantes relataram já ter sofrido algum tipo de preconceito ou discriminação na escola, enquanto 10,7% afirmaram ter se afastado das atividades escolares em decorrência dessas experiências. A distribuição étnico-racial da amostra revelou predominância de estudantes autodeclarados brancos (44,6%) e pardos (40,9%). Conclui-se que o preconceito constitui uma realidade presente no ambiente escolar investigado, com impactos relevantes sobre a experiência e a permanência dos estudantes, embora não tenha sido possível estabelecer relações causais entre variáveis étnico-raciais e experiências de discriminação. O estudo reforça a importância de políticas educacionais voltadas à valorização da diversidade e ao enfrentamento das desigualdades no espaço escolar.

Palavras-chave: Educação. Relações Étnico-Raciais. Espaço Escolar. Diversidade. Preconceito.

ABSTRACT: This article analyzes experiences of prejudice and the dynamics of diversity in a school environment based on quantitative research conducted at Padre José Grimminck State School in Alfenas, Minas Gerais, Brazil, focusing on high school students. The main objective was to understand how prejudice manifests in everyday school life within a context marked by ethnic-racial diversity and its location in an urban peripheral area. The methodology was based on the application of a structured questionnaire to 242 students, with descriptive statistical analysis using frequencies and percentages. The results show that 36.4% of participants reported having experienced some form of prejudice or discrimination at school, while 10.7% stated that they had stopped attending school activities due to these experiences. The ethnic-racial composition of the sample showed a predominance of self-declared White (44.6%) and Brown (40.9%) students. It is concluded that prejudice is a present reality in the investigated school environment, with relevant impacts on students' experiences and school attendance, although causal relationships between ethnic-racial variables and discrimination experiences could not be established. The study highlights the importance of educational policies aimed at valuing diversity and addressing inequalities in the school space.

Keywords: Education. Ethnic-Racial Relations. School Space. Diversity. Prejudice.

RESUMEN: Este artículo analiza las experiencias de prejuicio y la dinámica de la diversidad en un entorno escolar a partir de una investigación cuantitativa realizada en la Escuela Estatal Padre José Grimminck, en Alfenas, Minas Gerais, Brasil, con estudiantes de educación secundaria. El objetivo principal fue comprender cómo se manifiesta el prejuicio en la vida cotidiana escolar en un contexto marcado por la diversidad étnico-racial y su inserción en un territorio urbano periférico. La metodología se basó en la aplicación de un cuestionario estructurado a 242 estudiantes, con análisis estadístico descriptivo mediante frecuencias y porcentajes. Los resultados indican que el 36,4% de

los participantes afirmó haber sufrido algún tipo de prejuicio o discriminación en la escuela, mientras que el 10,7% declaró haber dejado de asistir a actividades escolares debido a estas experiencias. La composición étnico-racial de la muestra mostró predominancia de estudiantes autodeclarados blancos (44,6%) y pardos (40,9%). Se concluye que el prejuicio constituye una realidad presente en el entorno escolar investigado, con impactos relevantes en la experiencia y permanencia de los estudiantes, aunque no fue posible establecer relaciones causales entre variables étnico-raciales y experiencias de discriminación. El estudio destaca la importancia de políticas educativas orientadas a la valorización de la diversidad y al enfrentamiento de las desigualdades en el espacio escolar.

Palabras clave: Educación. Relaciones Étnico-Raciales. Espacio Escolar. Diversidad. Prejuicio.

INTRODUÇÃO

A escola constitui um dos principais espaços de socialização e formação cidadã, desempenhando papel central na construção de conhecimentos, valores e relações sociais. Para além da função de transmissão de conteúdos curriculares, o ambiente escolar reflete dinâmicas sociais mais amplas, incluindo desigualdades, conflitos e práticas discriminatórias que atravessam a vida em sociedade. Nesse sentido, compreender como o preconceito se manifesta no cotidiano escolar torna-se fundamental para a construção de uma educação mais inclusiva, democrática e comprometida com o respeito à diversidade. Essa compreensão se torna ainda mais relevante quando se considera que a escola está inserida em contextos territoriais específicos, os quais influenciam diretamente as formas de convivência e as experiências dos sujeitos.

De acordo com Freire (1996), a educação deve ser compreendida como um processo libertador, fundamentado no diálogo e no respeito às diferenças, contribuindo para a formação crítica dos sujeitos. No entanto, a presença de práticas preconceituosas no ambiente escolar evidencia contradições entre o papel formativo da escola e as relações sociais que nela se reproduzem. Situações de discriminação relacionadas à cor/etnia, condição socioeconômica ou outras dimensões da vida social podem impactar diretamente a experiência escolar, afetando a autoestima, o desempenho e a permanência dos estudantes.

Sob essa perspectiva, Vygotsky (1991) destaca que o desenvolvimento humano ocorre por meio das interações sociais, sendo o ambiente escolar um espaço privilegiado para a construção de significados e relações. Quando essas interações são atravessadas por práticas de exclusão ou preconceito, os efeitos ultrapassam o processo de aprendizagem, atingindo também a constituição social dos sujeitos. Dessa forma, a análise do cotidiano escolar a partir das experiências dos estudantes permite compreender de maneira mais ampla as dinâmicas de inclusão e exclusão presentes nesse espaço.

Além disso, é necessário considerar que a escola não apenas reproduz desigualdades sociais, mas também pode atuar na sua transformação. Nesse sentido, práticas pedagógicas voltadas à valorização da diversidade e ao reconhecimento das diferenças são fundamentais para a construção de ambientes mais democráticos e inclusivos. A escola constitui um espaço social atravessado por relações de poder e por diferentes formas de pertencimento, especialmente em contextos urbanos periféricos, nos quais se concentram processos históricos de desigualdade socioespacial.

Gomes (2003) destaca que o reconhecimento da diversidade étnico-racial é elemento central para a promoção da equidade na educação. Segundo a autora, a escola deve atuar como espaço

de valorização das diferenças, contribuindo para o enfrentamento do racismo e de outras formas de discriminação. No entanto, a persistência de práticas preconceituosas indica a necessidade de aprofundar análises que articulem dados empíricos e reflexões teóricas sobre a realidade escolar.

Partindo desse referencial, este estudo compreende que o preconceito no ambiente escolar não pode ser explicado por relações causais diretas entre diversidade étnico-racial e discriminação. Em vez disso, busca-se analisar como esses fenômenos coexistem em um espaço educativo marcado por pluralidade de identidades e experiências sociais. Assim, o foco recai sobre a compreensão das relações estabelecidas entre estudantes em um contexto específico, considerando a complexidade das interações escolares.

A pesquisa insere-se, portanto, no campo das discussões sobre educação, diversidade e desigualdades sociais, tendo como recorte empírico uma escola pública localizada no bairro Pinheirinho, no município de Alfenas-MG. A escolha desse contexto se justifica não apenas pela viabilidade da pesquisa, mas também pela relevância de analisar uma instituição situada em um território urbano periférico, onde se expressam de forma particular diferentes formas de desigualdade socioespacial. Dessa forma, o estudo busca compreender como o preconceito se manifesta em articulação com o contexto social e territorial em que a escola está inserida.

Diante disso, algumas questões orientam a investigação: como o preconceito se manifesta no cotidiano escolar? Quais grupos são mais afetados por essas experiências? De que forma o contexto socioespacial da escola influencia as relações estabelecidas entre os estudantes? E em que medida essas experiências impactam a permanência e a trajetória escolar?

Assim, o objetivo deste estudo é analisar a ocorrência de preconceito no ambiente escolar, relacionando-a à diversidade étnico-racial e ao contexto social dos estudantes do ensino médio de uma escola pública de Alfenas-MG. Busca-se, ainda, compreender essas experiências em sua dimensão espacial, contribuindo para o debate sobre desigualdades, diversidade e educação no campo da Geografia e das Ciências Humanas.

A ESCOLA COMO ESPAÇO DE REPRODUÇÃO E SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E RACIAIS

A compreensão do ambiente escolar como espaço de formação social exige considerar que a educação ultrapassa a simples transmissão de conteúdos, constituindo-se como um processo marcado por relações humanas, culturais, políticas e históricas. Nesse sentido, a escola não pode ser entendida apenas como um local de aprendizagem formal, mas também como um espaço em que se constroem identidades, valores, formas de convivência social e processos relacionados à formação crítica dos sujeitos. Assim, o ensino deve possibilitar ao estudante compreender sua realidade e posicionar-se diante das desigualdades presentes na sociedade. Nessa perspectiva, Freire (1996) afirma que a prática educativa deve estar fundamentada no diálogo, no respeito às diferenças e na formação de sujeitos críticos, capazes de intervir no mundo.

Ao considerar o papel da escola na formação crítica, a Geografia oferece contribuições importantes para a compreensão de fenômenos sociais como o preconceito, uma vez que tais fenômenos não se manifestam de forma isolada, mas estão associados às dinâmicas espaciais e às formas de organização da sociedade. O espaço não constitui apenas o cenário onde as relações sociais acontecem, mas também uma dimensão ativa da produção das desigualdades. Assim, compreender a escola a partir de sua

inserção territorial permite analisar como diferentes processos sociais se expressam no cotidiano escolar. Conforme aponta Couto (2017), o espaço escolar deve ser compreendido como uma construção social permeada por relações de poder, disputas simbólicas e diferentes formas de apropriação do espaço.

Essa perspectiva torna-se particularmente relevante quando se observa que a escola investigada está localizada em um bairro periférico do município de Alfenas-MG. As periferias urbanas brasileiras resultam de processos históricos de produção desigual do espaço, concentrando frequentemente situações de vulnerabilidade social, limitações de acesso a serviços e oportunidades e diferentes formas de exclusão. Embora a condição periférica não determine a ocorrência de preconceito, ela constitui um elemento importante para compreender o contexto social em que se desenvolvem as relações escolares. Dessa forma, o ambiente escolar deve ser analisado em articulação com o território em que está inserido, reconhecendo que as experiências dos estudantes são influenciadas pelas condições socioespaciais que marcam seu cotidiano.

Essa análise amplia-se ao considerar as influências das políticas educacionais no contexto contemporâneo. A partir da década de 1990, a educação passou a ser concebida como uma estratégia de regulação social e de enfrentamento da pobreza, em articulação com as demandas do sistema capitalista global. Nesse cenário, organismos internacionais, como o Banco Mundial, passaram a exercer influência significativa na definição de diretrizes educacionais. De acordo com Oliveira (2016), essas políticas priorizaram a ampliação do acesso à educação básica, acompanhada da implementação de avaliações em larga escala e da descentralização da gestão escolar. Embora tenham contribuído para a expansão do ensino, tais medidas também reforçaram uma lógica tecnicista, na qual a qualidade da educação é frequentemente reduzida a indicadores quantitativos, limitando a construção de uma formação crítica e emancipadora. Em sua análise, a autora menciona que

> ao longo de todo o artigo debatemos sobre a educação dentro da totalidade social dos países em desenvolvimento por meio das influências das agências internacionais tomando a educação como estratégia político-ideológica e econômica para promover a regulação social e adequar os novos sujeitos às modernidades veementes do século XXI (Oliveira, 2016, p. 3).

Portanto, conforme destaca Oliveira (2016), a educação passou a ocupar papel estratégico na formação de sujeitos adequados às exigências da sociedade contemporânea, sendo frequentemente associada à promoção da empregabilidade e da adaptação às transformações econômicas. Entretanto, quando reduzida a essa lógica instrumental, a educação corre o risco de negligenciar seu potencial de formação cidadã e de enfrentamento das desigualdades. Nesse contexto, o ambiente escolar pode acabar reproduzindo hierarquias e exclusões já presentes na sociedade, inclusive aquelas relacionadas às questões étnico-raciais.

O neoliberalismo apresenta-se como uma das bases ideológicas dessas transformações ao defender a redução da atuação estatal e a incorporação de práticas de mercado na gestão pública. Na educação, essa lógica se expressa na valorização da competitividade, da meritocracia e da responsabilização individual pelo sucesso ou fracasso escolar (Oliveira, 2016). Como consequência, observa-se o aprofundamento das desigualdades educacionais, especialmente entre estudantes inseridos em contextos socialmente vulneráveis. Nessa perspectiva, conforme destaca Couto (2021), a abordagem histórico-crítica aponta a necessidade de superar práticas pedagógicas meramente conteudistas, propondo uma educação que articule teoria e prática, conhecimento e realidade social. Tal

proposta contribui diretamente para o enfrentamento do preconceito ao incentivar a problematização das desigualdades e o desenvolvimento do pensamento crítico.

Dessa forma, o ensino de Geografia deve contribuir para a formação de uma consciência espacial cidadã, permitindo que os estudantes interpretem o espaço a partir de suas vivências e das relações sociais que o constituem. O espaço escolar pode ser compreendido como um território onde se expressam conflitos, desigualdades e diferentes formas de interação social. Conforme argumenta Cavalcanti (2017), a Geografia escolar possui potencial para promover leituras críticas da realidade, favorecendo a compreensão das desigualdades que se manifestam em diferentes escalas, desde o cotidiano da escola até processos sociais mais amplos.

Essa discussão dialoga diretamente com as reflexões de Gomes (2003), que destaca a centralidade da identidade étnico-racial na construção das experiências escolares. A autora aponta que a escola, muitas vezes, não reconhece positivamente a diversidade, contribuindo para a reprodução de estereótipos e práticas discriminatórias. Aspectos como o corpo, a aparência e, especialmente, o cabelo crespo tornam-se marcadores sociais que evidenciam como o racismo se manifesta de forma cotidiana no ambiente escolar, influenciando a forma como os estudantes se percebem e se relacionam. Tais manifestações não podem ser compreendidas apenas como comportamentos individuais, mas como expressões de relações sociais historicamente construídas.

As reflexões de Nascimento (1978) também contribuem para compreender a centralidade das relações étnico-raciais na produção das desigualdades sociais brasileiras. Segundo o autor, o racismo não se manifesta apenas em atitudes individuais, mas constitui um elemento estrutural da sociedade, estando presente em diferentes instituições, inclusive na escola. Nesse sentido, o sistema educacional historicamente contribuiu para a invisibilização de culturas e identidades negras, reforçando padrões eurocêntricos e desvalorizando saberes afro-brasileiros.

Diante desse cenário, Nascimento (1978) defende uma educação comprometida com a valorização da cultura negra e com a promoção da igualdade racial. A inserção de conteúdos relacionados à história e à cultura afro-brasileira, associada ao reconhecimento das identidades negras, constitui importante estratégia para o enfrentamento do racismo e para a construção de uma sociedade mais justa. Tal perspectiva reforça o papel da escola como espaço de transformação social e de valorização da diversidade.

A educação brasileira tem sido historicamente marcada pela presença de desigualdades sociais e raciais que se manifestam também no cotidiano escolar por meio de práticas excludentes e preconceituosas. O debate sobre diversidade étnico-racial ganhou maior relevância a partir dos anos 2000, impulsionado pela atuação dos movimentos sociais, especialmente do Movimento Negro, que passou a reivindicar políticas públicas voltadas ao enfrentamento do racismo estrutural presente nas instituições educacionais. Como destaca Gomes (2019), o Movimento Negro não atua apenas na denúncia das desigualdades, mas também na produção de conhecimentos e propostas capazes de influenciar o campo educacional.

O preconceito racial manifesta-se no cotidiano escolar de formas explícitas e sutis, afetando diretamente o acesso, a permanência e o desempenho dos estudantes negros. Conforme aponta França (2017), trajetórias escolares marcadas por discriminação tendem a produzir impactos que vão além do rendimento acadêmico, alcançando a autoestima, o sentimento de pertencimento e a permanência na escola. Nesse contexto, a atuação docente torna-se fundamental para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da diversidade e o combate às desigualdades.

A implementação de políticas como a Lei nº 10.639/2003 representa importante avanço nesse processo, ao tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira. Entretanto, conforme observa Silva (2014), sua efetivação ainda encontra obstáculos relacionados à formação docente e à disponibilidade de materiais didáticos adequados. Dessa forma, o enfrentamento do preconceito exige não apenas mudanças curriculares, mas também transformações nas práticas pedagógicas e nas relações estabelecidas no ambiente escolar.

Conforme destaca Munanga (2008), o resgate da memória coletiva e da contribuição histórica da população negra interessa a toda a sociedade, uma vez que o preconceito afeta não apenas aqueles que sofrem discriminação diretamente, mas também aqueles que reproduzem visões estereotipadas sobre o outro. Assim, a valorização da diversidade deve ser compreendida como parte de um projeto educativo voltado à formação de sujeitos capazes de reconhecer e respeitar as diferenças, pois,

> O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional (Munanga, 2008, p. 12).

Portanto, a promoção da diversidade no ambiente escolar requer a atuação de educadores comprometidos com a construção de práticas inclusivas e com a formação de cidadãos críticos. Ao reconhecer que o preconceito constitui um fenômeno social, histórico e espacialmente produzido, a escola pode desempenhar papel fundamental na construção de relações mais democráticas, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades e para a consolidação de uma educação voltada à justiça social.

METODOLOGIA

Tipo de Estudo

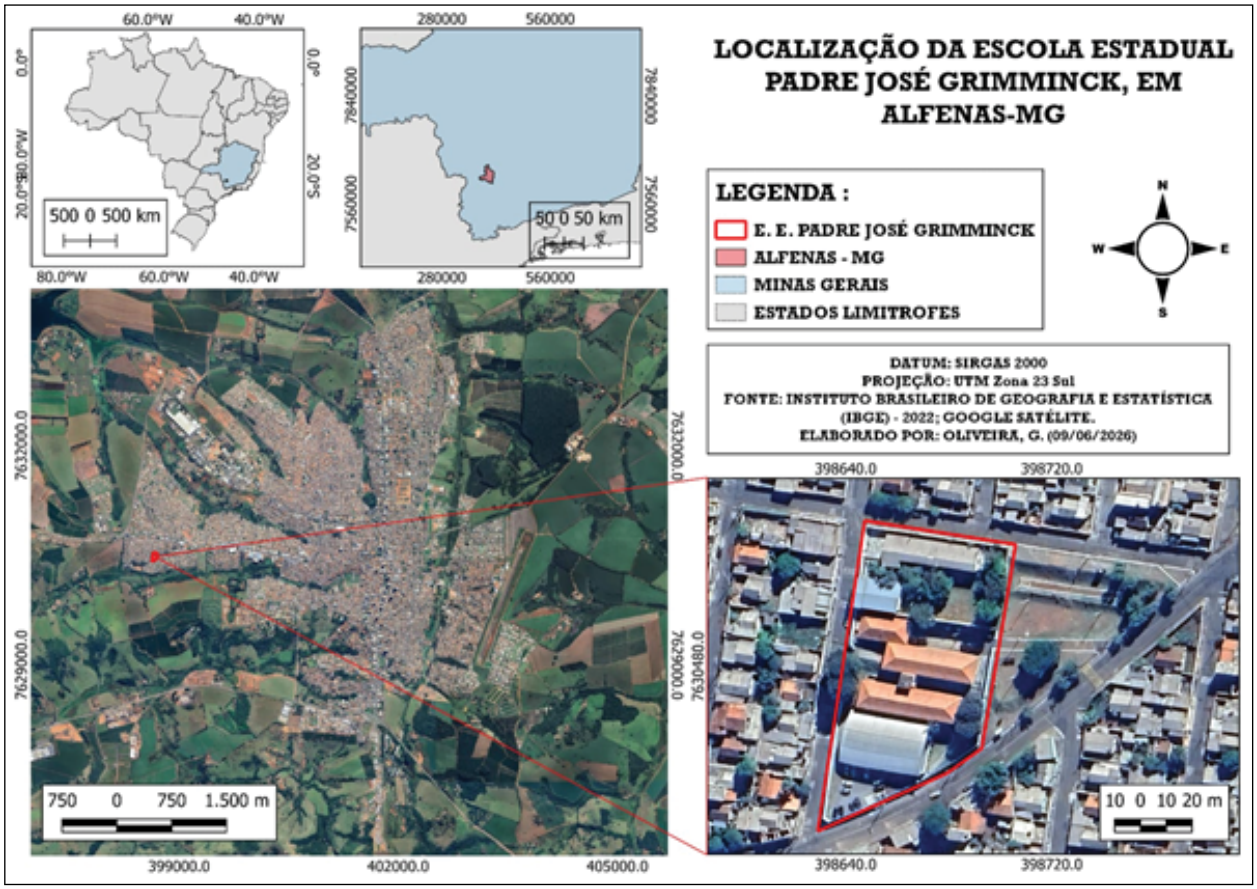
O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem quantitativa, desenvolvida por meio da aplicação de questionário estruturado junto a estudantes do ensino médio. A opção pela abordagem quantitativa possibilitou a coleta e análise de informações numéricas relacionadas às experiências de preconceito e discriminação no ambiente escolar, bem como à composição étnico-racial dos participantes. O objetivo central foi identificar padrões gerais presentes na realidade investigada, contribuindo para a compreensão das relações entre diversidade e experiências escolares no contexto estudado.

Local e Universo de Estudo

A pesquisa foi realizada na Escola Estadual Padre José Grimminck, localizada no bairro Pinheirinho, no município de Alfenas-MG. A escolha da instituição justifica-se por sua inserção em um contexto urbano periférico, marcado pela diversidade social presente entre os estudantes atendidos

pela escola. O universo da pesquisa compreendeu os alunos regularmente matriculados no ensino médio da instituição e presentes no dia da aplicação do instrumento de coleta de dados.

Figura 1. Mapa da localização da Escola



Fonte: Chaves (2025).

Amostra

A amostra foi constituída por 242 estudantes do ensino médio que participaram voluntariamente da pesquisa. A seleção dos participantes ocorreu por conveniência, considerando os estudantes presentes na escola durante o período de aplicação do questionário e que concordaram em participar do estudo. Embora não se trate de uma amostra probabilística, o número expressivo de respondentes permitiu obter um panorama representativo da realidade investigada no contexto específico da escola analisada. Dessa forma, os resultados devem ser interpretados como referentes ao universo pesquisado, não sendo passíveis de generalização para outras instituições escolares sem as devidas ressalvas.

Instrumento de Coleta de Dados

O instrumento utilizado consistiu em um questionário estruturado composto por 26 questões, elaborado com o objetivo de levantar informações referentes ao perfil dos estudantes e às suas percepções e experiências relacionadas ao preconceito e à diversidade no ambiente escolar. Entre as

questões aplicadas, destacam-se aquelas voltadas à identificação da autodeclaração étnico-racial dos participantes, à ocorrência de experiências de preconceito ou discriminação e aos possíveis impactos dessas experiências sobre a permanência escolar.

Procedimentos de Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada na sala de informática da própria escola. Os estudantes foram organizados em grupos e orientados pelos pesquisadores quanto ao preenchimento do questionário. Antes da aplicação, foram apresentadas informações sobre os objetivos da pesquisa, bem como garantidos o anonimato, a confidencialidade das respostas e o caráter voluntário da participação. Também foi esclarecido que os participantes poderiam interromper sua colaboração a qualquer momento, sem qualquer tipo de prejuízo. O tempo médio de preenchimento do questionário foi de aproximadamente três minutos.

Análise dos Dados

Os dados coletados foram organizados e tabulados por meio do software Excel. A análise concentrou-se em procedimentos de estatística descritiva, utilizando frequências absolutas e relativas para caracterizar o perfil étnico-racial dos estudantes e identificar a ocorrência de experiências de preconceito ou discriminação no ambiente escolar. Os resultados foram posteriormente apresentados em tabelas e gráficos, com o objetivo de facilitar sua visualização e interpretação.

A análise contemplou informações relativas à autodeclaração de cor/etnia dos participantes (Branca: 44,6%; Parda: 40,9%; Preta: 11,6%; Amarela: 2%; Indígena: 0,5%), à ocorrência de preconceito ou discriminação na escola (Sim: 36,4%; Não: 63,6%) e ao afastamento escolar motivado por situações de bullying ou preconceito (Sim: 10,7%; Não: 89,3%).

Cabe destacar que a pesquisa adotou exclusivamente procedimentos descritivos, não sendo realizados cruzamentos estatísticos entre as variáveis investigadas. Embora tenham sido coletadas informações referentes à autodeclaração étnico-racial dos estudantes e às experiências de preconceito ou discriminação, o estudo não analisou a associação entre essas variáveis. Dessa forma, os resultados permitem identificar a coexistência desses fenômenos no ambiente escolar investigado, mas não possibilitam afirmar relações causais ou correlações estatisticamente comprovadas entre pertencimento étnico-racial e incidência de experiências discriminatórias. Essa limitação deve ser considerada na interpretação dos resultados e representa uma possibilidade para pesquisas futuras.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

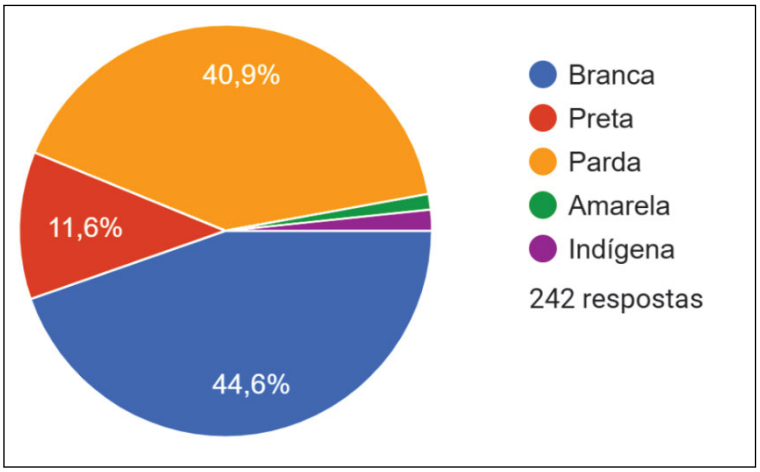
De acordo com as análises realizadas, esta seção apresenta e discute os resultados obtidos a partir da pesquisa desenvolvida com estudantes do ensino médio da Escola Estadual Padre José Grimminck, em Alfenas-MG. A discussão busca não apenas descrever os dados coletados, mas também interpretá-los à luz do referencial teórico adotado e das características sociais e espaciais do contexto investigado. Os resultados permitem refletir sobre a presença do preconceito no ambiente escolar e seus possíveis impactos sobre a experiência educacional dos estudantes.

Perfil Étnico-Racial

A distribuição da autodeclaração de cor/etnia entre os 242 estudantes participantes revelou uma composição marcada pela diversidade étnico-racial. Conforme apresentado no Gráfico 1, observa-se predominância das autodeclarações Branca (44,6%) e Parda (40,9%), seguidas por estudantes que se identificaram como Pretos (11,6%), Amarelos (2%) e Indígenas (0,5%). Esses dados evidenciam a pluralidade de identidades presentes na escola e demonstram que o ambiente investigado reúne diferentes experiências sociais e culturais, característica comum a muitas escolas públicas brasileiras.

A diversidade observada não deve ser compreendida apenas como um dado estatístico, mas como um elemento constitutivo das relações sociais que se desenvolvem no ambiente escolar. Conforme discutido por Gomes (2003), a convivência entre diferentes grupos étnico-raciais não garante, por si só, relações igualitárias. Em muitos contextos, as diferenças tornam-se marcadores sociais que podem gerar processos de exclusão, estigmatização ou discriminação. Nesse sentido, a presença de diversidade na escola investigada representa simultaneamente uma potencialidade para a construção de práticas inclusivas e um desafio para o enfrentamento de desigualdades historicamente produzidas.

Gráfico 1. Distribuição da cor/etnia dos estudantes



Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Além disso, considerando a localização da escola em um bairro periférico do município de Alfenas, a diversidade étnico-racial observada deve ser analisada em articulação com as condições socioespaciais do território. As periferias urbanas frequentemente concentram populações socialmente heterogêneas e marcadas por diferentes formas de vulnerabilidade. Embora os dados da pesquisa não permitam estabelecer relações diretas entre pertencimento étnico-racial e experiências de preconceito, eles evidenciam que as relações escolares ocorrem em um contexto social complexo, no qual diferenças culturais, econômicas e identitárias convivem cotidianamente.

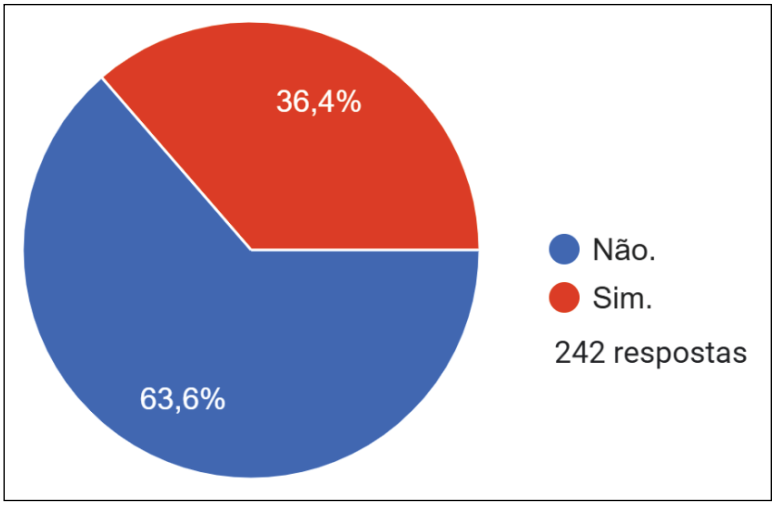
Experiências de Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar

O Gráfico 2 apresenta os resultados referentes à ocorrência de preconceito ou discriminação no ambiente escolar. Os dados revelam que 36,4% dos estudantes afirmaram já ter sofrido algum tipo de

preconceito ou discriminação na escola, enquanto 63,6% responderam negativamente. Considerando o total de participantes da pesquisa, esse percentual corresponde a aproximadamente 88 estudantes, número que evidencia a relevância do problema no contexto investigado.

Embora a maioria dos estudantes não tenha relatado experiências diretas de preconceito, o fato de mais de um terço dos respondentes afirmar ter vivenciado situações discriminatórias indica que tais práticas não constituem episódios isolados. Ao contrário, os resultados sugerem que o preconceito permanece presente no cotidiano escolar, mesmo em um contexto marcado pela convivência entre grupos diversos. Esse cenário reforça as reflexões de Munanga (2008) e Nascimento (1978), para os quais o racismo e outras formas de discriminação não se restringem a atitudes individuais, mas refletem estruturas sociais mais amplas que atravessam diferentes instituições, incluindo a escola.

Gráfico 2. Ocorrência de preconceito/discriminação relatada



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

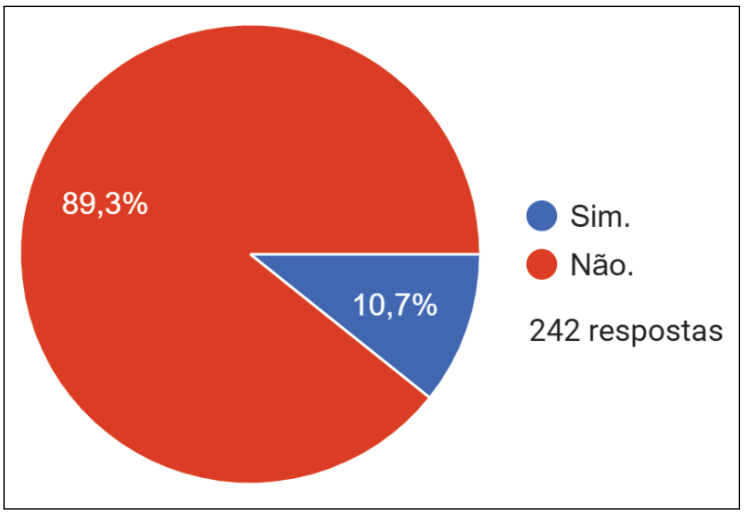
Os resultados também convidam à reflexão sobre aquilo que os dados não permitem revelar. O questionário identificou a ocorrência de preconceito, mas não investigou as formas específicas pelas quais ele se manifestou, nem os contextos em que essas experiências ocorreram. Dessa forma, embora seja possível afirmar que situações discriminatórias estão presentes no ambiente escolar analisado, não é possível identificar quais grupos foram mais afetados ou quais fatores contribuíram para a ocorrência dessas experiências. Essa limitação não reduz a relevância dos resultados, mas evidencia a necessidade de investigações futuras capazes de aprofundar a compreensão do fenômeno.

Sob uma perspectiva geográfica, é importante considerar que o espaço escolar não se encontra isolado das dinâmicas sociais que caracterizam o território em que está inserido. Conforme discutem Cavalcanti (2017) e Couto (2017), a escola constitui um espaço social permeado por relações de poder, disputas simbólicas e processos de diferenciação. Assim, as situações de preconceito identificadas na pesquisa podem ser compreendidas como expressões locais de desigualdades mais amplas, produzidas historicamente e reproduzidas em diferentes escalas da vida social.

Impacto do Bullying e do Preconceito na Frequência Escolar

O Gráfico 3 apresenta os resultados relacionados ao impacto do bullying e do preconceito sobre a frequência escolar dos estudantes. Os dados indicam que 10,7% dos participantes afirmaram já ter deixado de frequentar a escola em decorrência dessas experiências, enquanto 89,3% responderam negativamente. Embora esse percentual seja inferior ao observado na questão anterior, seus efeitos potenciais sobre a trajetória escolar merecem atenção.

Gráfico 3. Afastamento escolar motivado por situações de bullying/ preconceito



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O dado revela que, para uma parcela dos estudantes, o preconceito ultrapassa a dimensão simbólica e produz consequências concretas sobre a permanência na escola. A ausência às aulas, ainda que temporária, pode comprometer o processo de aprendizagem, enfraquecer vínculos sociais e ampliar situações de vulnerabilidade educacional. Nesse sentido, os resultados dialogam com as reflexões de França (2017), que destaca como experiências discriminatórias podem impactar diretamente a trajetória escolar de estudantes pertencentes a grupos socialmente marginalizados.

Outro aspecto relevante refere-se ao fato de que a escola, embora desempenhe papel fundamental na promoção da inclusão, também pode se tornar um espaço de reprodução de desigualdades quando não desenvolve mecanismos eficazes de enfrentamento às práticas discriminatórias. Os dados apresentados sugerem que o combate ao preconceito não deve ser compreendido apenas como uma questão disciplinar, mas como parte de um projeto pedagógico mais amplo voltado à construção de relações democráticas e ao fortalecimento do sentimento de pertencimento dos estudantes.

Por outro lado, os resultados também revelam uma contradição importante. Embora mais de um terço dos participantes tenha relatado experiências de preconceito, a maioria não chegou a se afastar da escola em razão dessas situações. Esse aspecto sugere que a permanência escolar é influenciada por múltiplos fatores e que as experiências discriminatórias podem ser enfrentadas de formas distintas pelos estudantes. Tal constatação reforça a necessidade de pesquisas futuras que investiguem não apenas a ocorrência do preconceito, mas também as estratégias de resistência, acolhimento e permanência desenvolvidas pelos próprios alunos.

Síntese dos Resultados

Os resultados evidenciam que a diversidade étnico-racial constitui característica marcante da população estudada e que o preconceito permanece presente no cotidiano escolar investigado. Embora a pesquisa não permita estabelecer relações estatísticas entre pertencimento étnico-racial e experiências discriminatórias, os dados demonstram que situações de preconceito afetam uma parcela significativa dos estudantes e podem produzir impactos concretos sobre sua permanência na escola.

A análise também indica que o ambiente escolar deve ser compreendido em articulação com o contexto socioespacial em que está inserido. A localização da escola em um bairro periférico de Alfenas-MG reforça a importância de considerar as relações entre território, desigualdades sociais e experiências educacionais. Nesse sentido, os resultados sugerem que o enfrentamento do preconceito exige não apenas ações individuais ou disciplinares, mas também políticas educacionais e práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da diversidade, a promoção da justiça social e a construção de uma cidadania efetivamente inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu analisar aspectos relacionados à diversidade étnico-racial e à ocorrência de preconceito no contexto da Escola Estadual Padre José Grimminck, localizada no município de Alfenas-MG. Os resultados evidenciaram que a escola, embora desempenhe papel fundamental na formação cidadã e na promoção da convivência social, permanece atravessada por tensões e desigualdades que refletem processos mais amplos presentes na sociedade brasileira. Nesse sentido, o ambiente escolar configura-se simultaneamente como espaço de reprodução e de enfrentamento das práticas discriminatórias.

Os dados coletados junto aos 242 estudantes do ensino médio revelaram uma significativa diversidade étnico-racial entre os participantes e indicaram que mais de um terço dos respondentes relatou já ter sofrido algum tipo de preconceito ou discriminação no ambiente escolar. Além disso, parte dos estudantes afirmou ter se afastado da escola em decorrência dessas experiências, evidenciando que o preconceito pode produzir impactos concretos sobre a permanência escolar e sobre a vivência cotidiana dos alunos. Tais resultados reforçam a relevância do tema e demonstram a necessidade de ações contínuas voltadas à promoção de ambientes educacionais mais inclusivos e acolhedores.

Os resultados obtidos permitem afirmar que diversidade e experiências de discriminação coexistem no contexto investigado. Contudo, em razão das características metodológicas da pesquisa, especialmente da ausência de cruzamentos estatísticos entre autodeclaração étnico-racial e ocorrência de preconceito, não é possível estabelecer relações causais ou afirmar empiricamente que determinados grupos foram mais afetados pelas práticas discriminatórias observadas. Essa limitação não compromete a relevância dos achados, mas delimita o alcance das interpretações apresentadas e aponta caminhos para futuras investigações.

Sob a perspectiva geográfica, a pesquisa contribui para compreender a escola como um espaço social inserido em um contexto territorial específico. A localização da instituição em um bairro periférico de Alfenas-MG evidencia a importância de considerar as relações entre território, desigualdades socioespaciais e experiências educacionais. Embora o estudo não tenha investigado

diretamente as condições socioeconômicas dos participantes, a análise sugere que o ambiente escolar deve ser compreendido em articulação com os processos sociais que caracterizam o espaço urbano em que está inserido. Dessa forma, o preconceito observado não pode ser interpretado apenas como uma questão individual, mas também como expressão de relações sociais historicamente construídas e espacialmente produzidas.

As reflexões desenvolvidas ao longo do trabalho dialogam com os aportes teóricos de Freire (1996), Gomes (2003, 2019), Munanga (2008, 2019), Nascimento (1978) e autores da Geografia da Educação, ao evidenciarem que a valorização da diversidade e o enfrentamento das desigualdades constituem dimensões fundamentais para a construção de uma educação comprometida com a cidadania e a justiça social. Nesse sentido, a escola possui potencial não apenas para reproduzir estruturas sociais existentes, mas também para promover processos de transformação por meio de práticas pedagógicas críticas, inclusivas e voltadas ao reconhecimento das diferenças.

Por fim, o estudo reforça a necessidade de fortalecimento de políticas públicas e ações educativas voltadas ao combate ao preconceito e à promoção da diversidade no ambiente escolar. Investimentos em formação docente, práticas pedagógicas antirracistas e estratégias de acolhimento aos estudantes podem contribuir para a construção de espaços escolares mais democráticos e inclusivos. Além disso, futuras pesquisas poderão aprofundar a análise das relações entre pertencimento étnico-racial, território e experiências de discriminação, ampliando a compreensão sobre os desafios e possibilidades envolvidos na construção de uma educação mais equitativa.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, Lana de Souza. O trabalho do professor de Geografia e tensões entre demandas da formação e do cotidiano escolar. *In:* ASCENÇÃO, V. de O. R. *et al.* (org.). **Conhecimentos da Geografia:** percursos de formação docente e práticas na Educação Básica. Belo Horizonte: IGC, p. 100-112. 2017.

COUTO, Marcos Antonio Campos. A geografia como ciência das práticas e dos saberes espaciais - por um novo modelo clássico de organização curricular. **Revista Tamoios**, São Gonçalo (RJ), v. 13, n. 2, p. 5-25, jul-dez. 2017.

FRANÇA, Dalila Xavier de. Discriminação de crianças negras na escola. **Interacções**, n. 45, p. 151-171, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167–182, jan./jun. 2003.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. Editora Vozes Limitada, 2019.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na escola.** Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, 2008.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. Autêntica Editora, 2019.

OLIVEIRA, Caroline Mari de. **As influências do Banco Mundial na política educacional:** o foco

na educação e na regulação social. Reunião Científica Regional ANPED. Educação, movimentos sociais e políticas governamentais. Curitiba, 2016.
SILVA, Francisco Thiago. Educação das Relações Étnico-Raciais Negras no currículo da Formação de Professores. **Periódico Científico Projeção e Docência**, v. 5, n. 2, p. 46-57, dez. 2014.
VYGOTSKY, Lev**. A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

DOI: https://doi.org/10.18817/26755122.30.1.2026.4618

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NA NOVA ALTA PAULISTA

WOMEN'S POLITICAL PARTICIPATION IN THE NOVA ALTA PAULISTA REGION

PARTICIPACIÓN POLÍTICA DE LAS MUJERES EN LA REGIÓN DE NOVA ALTA PAULISTA

Paulo Sergio da Silva[1]
0009-0000-2976-765X
paulosergio@fai.com.br

Carolina Reguvich[2]
0009-0004-1610-1997
reguvichcarolina@gmail.com

CIÊNCIA Geográfica
Ano XXX - Vol. XXX - (1): Janeiro/Dezembro - 2026
ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461
www.agbbauru.org.br

1 Professor, Centro universitário de Adamantina - FAI, Câmpus II, Humanas/Direito, Adamantina – São Paulo – Brasil. ORCID: https://orcid.org/0009-0000-2976-765X. E-mail: paulosergio@fai.com.br.
2 Graduanda do Centro Universitário de Adamantina - FAI, Câmpus II, Humanas/Direito, Adamantina – São Paulo – Brasil. ORCID: https://orcid.org/0009-0004-1610-1997. E-mail: reguvichcarolina@gmail.com.

Artigo recebido em abril de 2026 e aceito para publicação em junho de 2026.

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: Este artigo analisa a participação feminina nas eleições municipais da região da Nova Alta Paulista, nos pleitos de 2012, 2016, 2020 e 2024, na disputa pelos cargos de legislativo e executivo. O objetivo foi comparar a evolução das candidaturas femininas para os cargos de vereador e prefeito na disputa pelo poder no âmbito local. A metodologia adotada foi descritiva quantitativa e baseou-se em coletar e analisar os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A pesquisa revelou uma sub-representação das mulheres, com um crescimento limitado nas candidaturas a vereadora e uma quase total ausência de candidatas a prefeita, bem como um baixo número de mulheres eleitas para os cargos analisados. As sugestões do estudo apontam a necessidade de políticas públicas mais eficazes para promover a inclusão das mulheres na política local, além de estratégias para superar as barreiras socioculturais, políticas e econômicas que limitam a plena participação feminina.

Palavras-chave: Mulher. Participação política. Nova Alta Paulista. Eleições.

ABSTRACT: This article analyzes female participation in municipal elections in the Nova Alta Paulista region, in the 2012, 2016, 2020, and 2024 elections, in the race for legislative and executive positions. The objective was to compare the evolution of female candidacies for city councilor and mayor in the local power struggle. The methodology adopted was descriptive and quantitative and was based on the collection and analysis of data from the Superior Electoral Court (TSE). The research revealed an underrepresentation of women, with limited growth in candidacies for city councilor and an almost complete absence of female candidates for mayor, as well as a low number of women elected to the positions analyzed. The study's suggestions highlight the need for more effective public policies to promote women's inclusion in local politics, as well as strategies to overcome the sociocultural, political, and economic barriers that limit women's full participation.

Keywords: Woman. Political participation. Nova Alta Paulista. Elections.

RESUMEN: Este artículo analiza la participación femenina en las elecciones municipales de la Nova Alta Paulista, en los años 2012, 2016, 2020 y 2024, en la contienda por cargos legislativos y ejecutivos. El objetivo fue comparar la evolución de las candidaturas femeninas a concejalas y alcaldesas en la pugna por el poder local. La metodología adoptada fue descriptiva y cuantitativa, basada en la recopilación y análisis de datos del Tribunal Superior Electoral (TSE). La investigación reveló una subrepresentación femenina, con un crecimiento limitado de las candidaturas a concejalas y una ausencia casi total de candidatas a alcaldesas, así como un bajo número de mujeres elegidas para los cargos analizados. Las sugerencias del estudio destacan la necesidad de políticas públicas más eficaces para promover la inclusión de las mujeres en la política local, así como estrategias para superar las barreras socioculturales, políticas y económicas que limitan la plena participación de las mujeres.

Palabras clave: Mujer. Participación política. Nueva Alta Paulista. Elecciones.

INTRODUÇÃO

A participação política das mulheres tem sido tema de crescente interesse e debate, configurando-se como uma questão relevante em diversos contextos mundiais, inclusive no Brasil. Apesar dos avanços observados nas últimas décadas, a representação feminina nos espaços de poder, especialmente na esfera política, ainda enfrenta desafios e obstáculos que limitam sua efetiva participação. Em razão disso, os estudos sobre a presença das mulheres na política têm se tornado cada vez mais frequentes, buscando compreender os fatores que influenciam sua inserção e representatividade nos processos eleitorais e nos cargos de decisão.

No contexto brasileiro, a legislação que estabeleceu a obrigatoriedade de os partidos políticos apresentarem no mínimo 30% de candidaturas femininas foi regida pela Lei nº 9.504/1997, conhecida como a "Lei das Eleições", em seu artigo 10, parágrafo 3º. Esta legislação foi implementada com o intuito de promover a equidade de gênero e incentivar a participação feminina na esfera política, visando à construção de um sistema político mais representativo e inclusivo.

Em 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu que a distribuição de recursos do Fundo Partidário para campanhas eleitorais deve seguir a proporção exata das candidaturas de cada gênero, garantindo o mínimo de 30% para mulheres, conforme previsto na Lei das Eleições (Lei 9.504/1997). Essa decisão, tomada na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5617, equiparou a necessidade de reservar recursos para candidaturas femininas ao patamar mínimo de 30% de candidaturas de mulheres previsto na Lei das Eleições.

Segundo o ministro relator, a interpretação constitucional correta exige que a divisão dos fundos partidários seja proporcional ao número de candidaturas de ambos os sexos, respeitando o mínimo de 30% para mulheres, em consonância com o artigo 10, parágrafo 3º, da Lei 9.504/1997. Ele também considerou inconstitucional o limite de três eleições para a validade dessa regra. Para o ministro, a distribuição equitativa deve persistir enquanto a representação mínima de candidaturas femininas for necessária (STF, 2018).

Nesse sentido, as eleições municipais nas cidades da Nova Alta Paulista constituíram um cenário propício para a análise e compreensão dos fatores que influenciaram a presença e atuação das mulheres como candidatas. Esta região, caracterizada por sua diversidade cultural, econômica e social, ofereceu um campo fértil para a análise das dinâmicas políticas e sociais que afetaram a representatividade feminina na esfera política local.

A justificativa deste estudo baseou-se na busca pela contribuição e enriquecimento do debate acadêmico e político sobre a representação de gênero na esfera pública, fornecendo compreensões sobre este problema, recomendações que pudessem informar políticas e práticas destinadas a promover maior inclusão e igualdade de oportunidades para as mulheres nas eleições municipais da Nova Alta Paulista.

Quanto aos objetivos específicos da pesquisa, estes podem ser resumidos em dois tópicos: (1) levantar e descrever a frequência de candidatas registradas do sexo feminino em relação ao sexo masculino nas eleições municipais de 2012, 1016, 2020 e 2024, para os cargos de prefeito e vereador nas 30 cidades da Nova Alta Paulista; (2) levantar e descrever a frequência de candidatas eleitas do sexo feminino em relação ao sexo masculino nas eleições municipais de 2012, 1016, 2020 e 2024, para os cargos do executivo e legislativo, nas 30 cidades mencionadas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No que tange à revisão bibliográfica deste tema, a literatura sobre participação política das mulheres, num aspecto geral, ofereceu *insights* importantes sobre os fatores que influenciaram a presença feminina na esfera política. Estudos destacaram questões como acesso a recursos, estereótipos de gênero, cultura política e estruturas partidárias como determinantes da participação das mulheres nas eleições.

A participação das mulheres na política brasileira tem sido objeto de intensa reflexão acadêmica, evidenciando as tensões entre avanços normativos e limitações práticas. Embora a legislação nacional estabeleça uma cota mínima de 30% para candidaturas femininas, os partidos frequentemente não oferecem condições reais de competitividade para essas mulheres, revelando a distância entre o dispositivo legal e sua efetiva implementação (Braga, 2007).

Em entrevista à Agência Brasil, Braga ressaltou que o desinteresse dos partidos em incentivar a participação feminina explica, em grande medida, o baixo número de candidatas em comparação aos homens (Agência Brasil, 2012).

De acordo com a entrevista:

> O pouco interesse dos partidos políticos no incentivo à participação feminina explica, em boa parte, o número reduzido de mulheres candidatas nesta eleição, em comparação à participação masculina, analisou, em entrevista à Agência Brasil, a cientista política Maria do Socorro Sousa Braga. (Agência Brasil 2012, p. 1)

O processo de seleção de candidatos, conforme discute Braga (2013), é um dos elementos centrais que impactam a representatividade. Os mecanismos internos dos partidos tendem a reproduzir práticas pouco democráticas, favorecendo grupos consolidados e dificultando tanto a renovação política quanto a inclusão de segmentos sub-representados, como mulheres e minorias. Esse cenário perpetua desigualdades na disputa eleitoral e limita a diversidade na arena política.

No plano internacional, Matland (2013) oferece uma análise comparativa da representação feminina em parlamentos nacionais, evidenciando que os avanços foram mais significativos em países ricos e com maior distribuição de renda do que em países em desenvolvimento. Para o autor, os sistemas eleitorais proporcionais favorecem uma maior inclusão, enquanto fatores culturais podem tanto enfraquecer quanto reforçar as barreiras à participação feminina. O estudo ressalta que a democracia formal não é suficiente para garantir igualdade de gênero, sendo indispensáveis mudanças institucionais mais robustas e transformações culturais que combatam preconceitos e práticas discriminatórias. Esse argumento dialoga diretamente com o caso brasileiro, em que a igualdade formal assegurada pelas cotas ainda não se traduz em igualdade substantiva, devido à falta de apoio partidário efetivo às candidaturas femininas, na compreensão do autor.

Biroli (2018, *apud* Briguglio, 2018*)* analisa as desigualdades de gênero e a participação política das mulheres no Brasil, enfatizando como fatores estruturais, culturais e institucionais limitam sua atuação. A autora destaca o papel crescente de grupos conservadores ligados a igrejas e frentes religiosas na arena política, que mobilizam votos e influenciam decisões sobre direitos sexuais e reprodutivos, muitas vezes com interesses políticos e econômicos próprios. Além disso, Biroli examina a divisão sexual do trabalho, a maternidade e a família como construções sociais que afetam a disponibilidade de tempo e o engajamento político das mulheres. A obra articula a análise acadêmica com a realidade

brasileira contemporânea, incluindo mudanças políticas recentes, como o impeachment de 2016, e evidencia como questões historicamente coletivas foram reconfiguradas como decisões individuais, em consonância com políticas neoliberais.

> O livro Gênero e Desigualdades: Desafios da Democracia no Brasil, da professora Flávia Biroli, publicado em 2018 pela Editora Boitempo, apresenta uma síntese de vários temas importantes para o feminismo e que hoje são discutidos tanto em espaços acadêmicos como de militância, tendo como pano de fundo o cenário político brasileiro contemporâneo. (Briguglio, 2018, p. 309)

Nessa mesma perspectiva, Ribeiro (2018) argumenta que a ampliação da participação de grupos historicamente marginalizados nos espaços de poder constitui uma condição essencial para o fortalecimento da democracia. A autora destaca que a persistência de estruturas de exclusão e marginalização social limita a representatividade política e dificulta que diferentes grupos sociais tenham voz efetiva nos processos de decisão. Dessa forma, a busca por maior participação feminina na política não se restringe à ocupação de cargos efetivos, mas se relaciona também à construção de uma representação mais plural e democrática.

Além das barreiras institucionais, como já havia salientado Braga (2007 e 2013), os desafios enfrentados pelas mulheres se manifestam também no campo discursivo. Panke e Iasulaitis (2016) evidenciam que as candidatas, em suas campanhas, precisam equilibrar a demonstração de competência técnica com a expectativa social de manter um tom conciliador e cuidadoso, associado ao feminino. Essa tensão revela como estereótipos de gênero moldam a forma como o discurso feminino é recebido, impondo às mulheres exigências adicionais em comparação a seus pares masculinos.

Rezende (2017) complementa essa análise ao apontar que a baixa presença feminina na Câmara dos Deputados está diretamente relacionada tanto às barreiras culturais quanto às restrições impostas pela estrutura partidária. Assim, mesmo diante da existência de políticas afirmativas, como as cotas de gênero, a inclusão efetiva das mulheres permanece limitada.

Outros estudos, como o de Costa e Gonçalves (2021), enfatizam o peso das barreiras culturais e estruturais que continuam a limitar a presença feminina na política brasileira. Os autores destacam que o machismo, os estereótipos de gênero, a falta de acesso igualitário à educação e as práticas discriminatórias explicam a dificuldade das mulheres em alcançar cargos de liderança. Quando conseguem romper essas barreiras, ainda enfrentam hostilidade e julgamentos direcionados à sua condição de gênero.

> Uma das críticas que fazemos à cota para mulheres na política, embora entendamos que como primeiro passo rumo à diminuição do abismo entre a participação masculina e feminina seja absolutamente necessária é o fato de que algumas distorções foram geradas em virtude desta lei, pois existe um número alto de mulheres que chegam a se candidatar, mas não recebem um único voto, nem mesmo delas mesmas. Isso faz com que os partidos corram atrás de mulheres para cumprirem a lei fazendo com que burlem o sistema apresentando candidaturas falsas ou "laranjas" para poder cumprir a cota partidária. Essa é uma das reações negativas possíveis. Entendemos que a lei de cotas atua na consequência, no efeito e não na causa do problema que vem antes. Os partidos cravam o mínimo de 30% (trinta por cento) de mulheres candidatas, uma vez que a lei os obriga, mas a cota ainda não se converteu em votos e em mulheres efetivamente eleitas para cargos políticos (Costa; Gonçalves, 2021, p. 108).

De forma geral, a literatura revisada indica que a participação política das mulheres é condicionada por múltiplos fatores interligados. Entre eles, destacam-se o acesso desigual a recursos, os estereótipos de gênero, a cultura política predominantemente masculina e as estruturas partidárias excludentes. Esses elementos não apenas explicam a sub-representação feminina nos espaços de poder, mas também reforçam a necessidade de políticas públicas e transformações culturais que assegurem uma participação mais equitativa e plural no cenário político. Nesse sentido, os estudos apontam que não basta incluir mais mulheres na política; é necessário transformar o próprio sistema político e os padrões de representação para que ele se torne mais justo e inclusivo.

METODOLOGIA

Este estudo teve como público-alvo a participação das mulheres como candidatas nas eleições municipais de 2012 a 2024, no âmbito das eleições municipais nas cidades da Nova Alta Paulista.

A pesquisa foi fundamentada em dados oficiais e de domínio público, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os quais permitiram uma análise detalhada das candidaturas femininas ao cargo de vereador e prefeito nas eleições municipais ocorridas entre 2012, 2016, 2020 e 2024, nas cidades que integram a região da Nova Alta Paulista, como listadas no Quadro 1.

Quadro 1. Os 30 municípios da Nova Alta Paulista

Municípios da Nova Alta Paulista	
Adamantina	Osvaldo Cruz
Arco-Íris	Ouro Verde
Bastos	Pacaembu
Dracena	Panorama
Flora Rica	Parapuã
Flórida Paulista	Paulicéia
Herculândia	Pracinha
Iacri	Queiroz
Inúbia Paulista	Rinópolis
Irapuru	Sagres
Junqueirópolis	Salmorão
Lucélia	Santa Mercedes
Mariápolis	São João do Pau D'Alho
Monte Castelo	Tupã
Nova Guataporanga	Tupi Paulista

Fonte: Elaborado pelos autores.

Comparou-se o desempenho da presença feminina no Legislativo e no Executivo, refletindo sobre as barreiras que ainda dificultaram a plena participação das mulheres na política municipal e do poder local.

A pesquisa fez uma análise quantitativa dos dados através de tabelas e levou em conta não apenas o número absoluto de candidatas, mas também a proporção de mulheres em relação ao total de candidatos. Além de examinar as tendências ao longo do tempo, com especial atenção ao crescimento ou à estagnação da participação feminina, esta abordagem permitiu identificar padrões e variações na participação política das mulheres, considerando as especificidades de cada município.

Quatro variáveis foram analisadas no estudo, nos anos das eleições municipais de 2012, 1016, 2020 e 2024, para os cargos de prefeito e vereador nas 30 cidades da Nova Alta Paulista. São as seguintes:

(I) Frequência de candidatas registradas para concorrer ao cargo de vereadora do sexo feminino em relação ao sexo masculino;

(II) Frequência de candidatas eleitas do sexo feminino, eleita para o cargo legislativo em relação ao sexo masculino;

(III) Frequência de candidatas eleitas a prefeita do sexo feminino em relação ao sexo masculino;

(IV) Frequência de candidatas eleitas do sexo feminino em relação ao sexo masculino para o cargo executivo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participação Feminina nas Eleições para o Cargo de Vereadora

Em uma perspectiva de análise da geografia eleitoral, os dados evidenciam que a participação feminina na disputa ao cargo de vereadora na Nova Alta Paulista não se distribui de forma homogênea no espaço regional, revelando processos de diferenciação espacial entre os municípios.

A Tabela 1 indica que, embora haja crescimento no número absoluto de candidaturas ao longo dos ciclos eleitorais, a presença feminina permanece sistematicamente inferior em todos os municípios analisados. No entanto, esse padrão não se manifesta de maneira uniforme no território, sendo possível identificar variações internas relevantes entre os municípios.

Municípios como Dracena e Tupã apresentam maior volume absoluto de candidaturas, o que pode ser compreendido a partir de sua função de centralidade regional, maior contingente populacional e maior complexidade das redes políticas locais, fatores, que tendem a ampliar a competitividade eleitoral e a diversificação das candidaturas.

Por outro lado, municípios de menor porte demográfico e menor dinamismo econômico, como Inúbia Paulista, Pracinha e outros de estrutura urbana menos complexa, apresentam menor volume de candidaturas e oscilações mais sensíveis ao longo dos pleitos. Esse comportamento sugere maior dependência de estruturas políticas locais mais restritas, menor densidade de articulação partidária e menor inserção em redes políticas regionais mais amplas.

Tabela 1. Número de Candidatas a Vereadora registradas (2012-2024)

	Município	M 2012	F 2012	M 2016	F 2016	M 2020	F 2020	M 2024	F 2024
1	Adamantina	59	28	52	26	54	31	71	32
2	Arco-Íris	28	17	32	21	39	24	30	17
3	Bastos	54	26	65	35	73	36	80	43
4	Dracena	78	36	110	52	129	74	132	75
5	Flora Rica	38	20	23	12	21	12	20	11
6	Flórida Paulista	44	24	50	26	39	20	40	19
7	Herculândia	32	15	38	21	34	19	38	24
8	Iacri	47	24	47	24	32	16	38	22
9	Inúbia Paulista	33	16	37	20	26	14	20	10
10	Irapuru	36	19	41	20	35	23	32	18
11	Junqueirópolis	45	22	38	20	48	27	48	22
12	Lucélia	66	32	70	37	62	37	72	41
13	Mariápolis	24	12	20	10	33	21	33	20
14	Monte Castelo	29	15	27	14	22	10	28	12
15	Nova Guataporanga	24	12	21	10	30	20	29	18
16	Osvaldo Cruz	97	46	85	40	102	55	97	54
17	Ouro Verde	41	20	54	28	53	29	59	33
18	Pacaembu	40	22	41	21	42	23	48	25
19	Panorama	74	40	51	25	71	36	63	33
20	Parapuã	56	33	46	28	48	27	61	33
21	Paulicéia	37	17	36	21	44	23	27	17
22	Pracinha	31	15	22	12	15	9	26	14
23	Queiroz	34	17	38	18	35	20	19	9
24	Rinópolis	42	23	37	18	33	19	27	16
25	Sagres	31	17	27	13	29	17	20	10
26	Salmorão	34	20	46	23	36	22	29	14
27	Santa Mercedez	30	20	35	24	31	19	37	22
28	São João do Pau D'Alho	19	12	18	10	14	8	13	9
29	Tupã	105	45	114	51	113	59	115	59
30	Tupi Paulista	34	23	32	20	44	29	61	36

Fonte: Dados do TSE (2012-2024).

Embora haja um aumento no número de candidatas mulheres em alguns municípios ao longo dos anos na Tabela 1, a proporção em relação aos candidatos homens permanece baixa, sugerindo que a equidade de gênero na política local ainda é um desafio.

A Tabela 2 reforça essa leitura ao evidenciar que a conversão de candidaturas em mandatos também apresenta forte desigualdade espacial. Em determinados municípios, observa-se baixa ou inexistente representação feminina em alguns ciclos eleitorais, enquanto outros apresentam maior estabilidade relativa. Esse comportamento indica que a desigualdade de gênero na representação política também assume uma dimensão territorial, articulada às características socioespaciais de cada município.

Nesse sentido, os padrões eleitorais observados na Nova Alta Paulista podem ser interpretados a partir de uma lógica de diferenciação regional, na qual variáveis como porte populacional, estrutura econômica local, grau de urbanização e posição dos municípios na hierarquia urbana regional influenciam diretamente a dinâmica de participação e sucesso eleitoral feminino

Assim, a sub-representação feminina não ocorre de forma aleatória no espaço, mas acompanha desigualdades territoriais já consolidadas na organização regional.

Tabela 2. Mulheres eleitas a vereadora (2012-2024)

	Vereador	**M**	**F**	**M**	**F**	**M**	**F**	**M**
	Município	**2012**	**2012**	**2016**	**2016**	**2020**	**2020**	**2024**
1	Adamantina	7	2	8	1	7	2	6
2	Arco-Íris	7	2	9	0	9	0	8
3	Bastos	11	0	10	1	9	2	8
4	Dracena	13	0	11	2	11	2	12
5	Flora Rica	7	2	8	1	7	2	8
6	Flórida Paulista	8	1	7	2	8	1	8
7	Herculândia	9	0	9	0	6	3	7
8	Iacri	8	1	7	2	8	1	6
9	Inúbia Paulista	6	3	6	3	8	1	9
10	Irapuru	8	1	8	1	6	3	6
11	Junqueirópolis	6	3	8	1	6	3	8
12	Lucélia	9	2	11	0	9	2	9
13	Mariápolis	7	2	6	3	7	2	9
14	Monte Castelo	6	3	9	0	8	1	7
15	Nova Guataporanga	9	0	8	1	6	3	8
16	Osvaldo Cruz	13	0	12	1	11	2	11
17	Ouro Verde	8	1	9	0	7	2	7
18	Pacaembu	7	2	8	1	6	3	6
19	Panorama	7	2	6	3	7	2	8
20	Parapuã	9	0	9	0	9	0	5
21	Paulicéia	9	0	8	1	6	3	7
22	Pracinha	7	2	8	1	7	2	8
23	Queiroz	8	1	8	1	7	2	7
24	Rinópolis	9	0	8	1	8	1	7
25	Sagres	8	1	8	1	9	0	9
26	Salmorão	7	2	8	1	6	3	8
27	Santa Mercedez	8	1	6	3	7	2	6
28	São João do Pau D'Alho	7	2	7	2	8	1	7
29	Tupã	14	1	14	1	13	2	13
30	Tupi Paulista	6	3	8	1	5	4	7

Fonte: Dados do TSE (2012-2024).

O número de vereadores homens eleitos é consistentemente maior do que o de vereadoras eleitas em todos os anos e municípios. Isso reforça a constatação de uma sub-representação das mulheres no legislativo municipal.

Em muitos municípios, o número de vereadoras eleitas é muito baixo (1 ou 2) ou até mesmo zero em alguns anos. Isso indica que, mesmo quando as mulheres se candidatam, enfrentam dificuldades para serem eleitas. Em alguns casos, observa-se uma variação no número de vereadoras eleitas ao longo dos anos em um mesmo município, o que pode refletir mudanças nas dinâmicas políticas locais ou no apoio às candidaturas femininas.

A conclusão da análise das Tabelas 1 e 2 é a seguinte:

(I) A proporção de mulheres eleitas é ainda menor do que a proporção de mulheres candidatas na Tabela 1, sugerindo que as mulheres enfrentam obstáculos adicionais durante o processo eleitoral;

(II) O aumento da participação do número de mulheres registradas para concorrer ao cargo de vereadora está diretamente relacionado à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que estabeleceu que a distribuição de recursos do Fundo Partidário para campanhas eleitorais deve seguir a proporção exata das candidaturas de cada gênero, garantindo o mínimo de 30% para mulheres, conforme previsto na Lei das Eleições (Lei 9.504/1997). Ou seja, o número aumentou por força de lei.

Participação Feminina nas Eleições para o Cargo de Prefeita

A análise da participação feminina para o cargo de prefeita evidencia um padrão ainda mais concentrado espacialmente, indicando uma forte assimetria entre os municípios da Nova Alta Paulista.

A Tabela 3 demonstra que a presença de candidaturas femininas ao executivo municipal é extremamente reduzida ao longo de todos os ciclos eleitorais analisados, o que revela um campo político mais restritivo e concentrado em termos de acesso ao poder local. No entanto, essa baixa participação também apresenta distribuição espacial desigual, sendo mais recorrente em municípios de menor porte e menor centralidade regional.

Tabela 3. Número de Candidatas registradas a Prefeita (2012-2024)

	Município	M 2012	F 2012	M 2016	F 2016	M 2020	F 2020	M 2024	F 2024
1	Adamantina	3	1	2	0	2	0	4	0
2	Arco-Íris	1	1	1	1	2	0	1	1
3	Bastos	1	2	5	1	2	1	5	0
4	Dracena	2	0	2	0	5	1	2	1
5	Flora Rica	2	0	2	0	3	0	2	1
6	Flórida Paulista	2	0	2	0	6	0	2	1
7	Herculândia	3	0	2	0	2	0	3	0
8	Iacri	2	0	1	1	2	0	2	1
9	Inúbia Paulista	3	0	3	0	2	0	1	0
10	Irapuru	2	0	2	0	3	0	2	1
11	Junqueirópolis	1	0	2	0	4	0	2	0
12	Lucélia	3	0	4	0	3	1	3	1
13	Mariápolis	1	0	1	2	5	1	3	2
14	Monte Castelo	3	0	3	0	4	0	3	0
15	Nova Guataporanga	1	1	2	0	3	0	2	0
16	Osvaldo Cruz	2	0	1	1	2	1	1	2
17	Ouro Verde	3	0	4	0	3	0	3	0
18	Pacaembu	2	1	1	1	4	1	3	0
19	Panorama	4	1	3	0	3	0	4	1
20	Parapuã	2	0	4	0	3	0	5	0
21	Paulicéia	4	0	2	0	3	0	2	0
22	Pracinha	2	0	2	0	3	0	1	1
23	Queiroz	2	0	2	1	2	1	2	0
24	Rinópolis	2	0	1	1	1	1	0	2
25	Sagres	2	1	2	0	2	0	2	0
26	Salmorão	2	0	2	0	2	0	1	1
27	Santa Mercedez	3	0	4	0	2	0	3	0
28	São João do Pau D'Alho	2	0	2	0	1	0	2	0
29	Tupã	1	1	4	0	4	1	2	0
30	Tupi Paulista	3	0	1	0	3	0	3	0

Fonte: Dados do TSE (2012-2024).

A Tabela 3 apresenta o número de candidatos homens (M) e mulheres (F) registrados para o cargo de prefeito nos municípios da Nova Alta Paulista nas eleições de 2012, 2016, 2020 e 2024.

O número de candidatas a prefeita é extremamente baixo em comparação com o número de candidatos homens em todos os anos e municípios. Isso indica uma forte sub-representação das mulheres na disputa pelo executivo municipal.

Em muitos municípios, há apenas uma ou nenhuma candidata a prefeita em cada eleição, o que sugere que as mulheres enfrentam grandes dificuldades para se lançarem como candidatas a esse cargo.

Observa-se uma pequena variação no número de candidatas a prefeita ao longo dos anos em alguns municípios, mas a tendência geral é de uma participação feminina muito limitada.

A Tabela 4 reforça esse cenário ao indicar que a ocupação do cargo executivo permanece predominantemente masculina ao longo do período analisado, com raras exceções pontuais de mulheres eleitas em alguns municípios e pleitos específicos. Essas exceções não alteram o padrão geral, mas indicam que, em contextos políticos locais específicos, podem ocorrer rearranjos das elites políticas municipais ou conjunturas eleitorais particulares que favorecem a presença feminina.

Sob a ótica da geografia eleitoral, esses resultados indicam que a estrutura do poder político local na Nova Alta Paulista apresenta forte inércia espacial, sendo influenciada pela posição dos municípios na rede regional, pelo tamanho populacional e pelo grau de complexidade das relações político-institucionais.

Dessa forma, a sub-representação feminina no executivo municipal deve ser compreendida não apenas como um fenômeno quantitativo, mas como um processo espacialmente diferenciado, que reflete desigualdades estruturais entre os municípios analisados e reforça a lógica de diferenciação territorial presente na região.

A comparação com a Tabela 3 e a Tabela 4 revela que a sub-representação das mulheres é ainda mais acentuada no executivo municipal do que no legislativo. Esta tabela mostra o número de prefeitos homens (M) e mulheres (F) eleitos nos municípios da Nova Alta Paulista nas eleições de 2012, 2016, 2020 e 2024.

O número de prefeitas eleitas é muito baixo, com a maioria dos municípios elegendo apenas prefeitos homens em todos os anos. Isso confirma a dificuldade das mulheres em alcançar o cargo de prefeita. Em alguns casos raros, observa-se a eleição de uma prefeita em um determinado ano, mas essa ocorrência é exceção à regra.

A comparação com a Tabela 2 revela que a proporção de mulheres eleitas prefeitas é ainda menor do que a proporção de mulheres candidatas, indicando que as mulheres enfrentam grandes obstáculos para serem eleitas para o executivo municipal.

Tabela 4. Número de Candidatas eleitas a Prefeita (2012-2024)

	Município	M 2012	F 2012	M 2016	F 2016	M 2020	F 2020	M 2024	F 2024
1	Adamantina	1	0	1	0	1	0	1	0
2	Arco-Íris	0	1	0	1	1	0	1	0
3	Bastos	0	1	1	0	1	0	1	0
4	Dracena	1	0	1	0	1	0	0	1
5	Flora Rica	1	0	1	0	1	0	1	0
6	Flórida Pta	1	0	1	0	1	0	1	0
7	Herculândia	1	0	1	0	1	0	1	0
8	Iacri	1	0	1	0	1	0	1	0
9	Inúbia Pta	1	0	1	0	1	0	1	0
10	Irapuru	1	0	1	0	1	0	1	0
11	Junqueirópolis	1	0	1	0	1	0	1	0
12	Lucélia	1	0	1	0	0	1	0	1
13	Mariápolis	1	0	1	0	1	0	1	0
14	Monte Castelo	1	0	1	0	1	0	1	0
15	Nova Guataporanga	1	0	1	0	1	0	1	0
16	Osvaldo Cruz	1	0	1	0	0	1	0	1
17	Ouro Verde	1	0	1	0	1	0	1	0
18	Pacaembu	1	0	1	0	1	0	1	0
19	Panorama	1	0	1	0	1	0	1	0
20	Parapuã	1	0	1	0	1	0	1	0
21	Paulicéia	1	0	1	0	1	0	1	0
22	Pracinha	1	0	1	0	1	0	1	0
23	Queiroz	1	0	0	1	1	0	1	0
24	Rinópolis	1	0	1	0	1	0	0	1
25	Sagres	1	0	1	0	1	0	1	0
26	Salmorão	1	0	1	0	1	0	0	1
27	Santa Mercedez	1	0	1	0	1	0	1	0
28	São João do Pau D'Alho	1	0	1	0	1	0	1	0
29	Tupã	1	0	1	0	1	0	1	0
30	Tupi Pta	1	0	1	0	1	0	1	0

Fonte: Dados do TSE (2012-2024).

Em resumo, a análise detalhada das Tabelas 1, 2, 3 e 4 confirma a persistente sub-representação das mulheres na política municipal da Nova Alta Paulista, tanto no legislativo quanto no executivo. As tabelas revelam que, embora haja um aumento no número de candidaturas femininas em alguns casos, a proporção de mulheres eleitas permanece baixa, especialmente para o cargo de prefeita. Esses resultados destacam a necessidade de leis, políticas e ações que promovam a igualdade de gênero na política local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da participação política feminina nas 30 cidades da Nova Alta Paulista, ao longo das eleições de 2012 a 2024, evidencia uma persistente sub-representação das mulheres, tanto nos cargos legislativos quanto no executivo municipal. Apesar de medidas como a Lei nº 9.504/1997 e a decisão do STF de 2018, que vincula o financiamento partidário à proporção de gênero, os resultados ainda são modestos.

A baixa proporção de mulheres eleitas em relação às candidatas sugere que os entraves não se limitam à inscrição de candidaturas, mas também à competitividade desigual entre homens e mulheres durante o processo eleitoral. Fatores como o acesso limitado a recursos de campanha, visibilidade na mídia e apoio partidário continuam a ser obstáculos significativos.

É possível também apontar entraves simbólicos que colocam em dúvida a capacidade das mulheres de exercer cargos públicos. Estereótipos de gênero, como a ideia de que política é «coisa de homem» ainda parece ser amplamente disseminada, pois a "masculinizarão" do poder associa liderança, autoridade e racionalidade ao masculino, enquanto atribui às mulheres características como emotividade, fragilidade e domesticidade.

Com base nos dados e na literatura analisada, propõem-se as seguintes recomendações para ampliar a participação das mulheres na política local:

- Fortalecer os mecanismos de financiamento público para campanhas femininas, com fiscalização efetiva dos partidos;
- Implementar programas de formação política voltados às mulheres, com foco em liderança, gestão pública e comunicação política;
- Criar campanhas de conscientização pública que desafiem os estereótipos de gênero e promovam uma imagem positiva da mulher na política;
- Discutir e propor novas legislações que avancem no tema das cotas, estendendo-as também às candidaturas majoritárias, como o cargo de prefeita.

Portanto, se a presença feminina na política é condição essencial para uma democracia representativa e plural, ainda há um longo caminho a ser trilhado. Esta pesquisa busca contribuir com dados e análises que possam sustentar políticas públicas e estratégias mais eficazes para a inclusão das mulheres na vida política local.Parte inferior do formulário

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Participação da mulher na política brasileira é fraca**. Correio do Estado, Campo Grande, 4 out. 2012. Disponível em: https://correiodoestado.com.br/politica/participacao-da-mulher-na-politica-brasileira-e-fraca/162045/. Acesso em: 14 set. 2025.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades:** desafios da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; KINZO, Maria D'Alva Gil. **Sistema eleitoral, competição partidária e representação parlamentar nos Legislativos estaduais**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2007.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. Implicações do processo de seleção de candidatos na competição

partidária: o caso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 46, p. 33-47, jun. 2013. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000200004.

BRIGUGLIO, Bianca. Resenha: "Gênero e desigualdades: desafios da democracia no Brasil", de Flávia Biroli. **Temáticas**, Campinas, v. 26, n. 52, p. 309-314, ago./dez. 2018. DOI: https://doi.org/10.20396/tematicas.v26i52.11712.

BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 21.796, 1 out. 1997.

COSTA, Ricardo Sérvulo Fonsêca da; GONÇALVES, Rogério Magnus Varela. Participação da mulher na política brasileira. **Direito e Desenvolvimento**, João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 97-111, jan./jun. 2021. DOI: https://doi.org/10.26843/direitoedesenvolvimento.v12i1.1326.

MATLAND, Richard E. **Women's representation in national legislatures:** developed and developing countries. Oxford: Oxford University Press, 2013.

PANKE, Luciana; IASULAITIS, Sylvia. Mulheres no poder: aspectos sobre o discurso feminino nas campanhas eleitorais. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 385-417, ago. 2016. DOI: https://doi.org/10.1590/1807-01912016222385.

REZENDE, Daniela Leandro. Desafios à representação política de mulheres na Câmara dos Deputados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1199-1218, dez. 2017. DOI: https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3prezende.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Mês da mulher:** STF assegura mais recursos do Fundo Partidário para candidaturas femininas. 2025. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=503894&ori=1. Acesso em: 31 mar. 2025.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5617**. Julgamento de 27 nov. 2018. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5319514. Acesso em: 15 set. 2025.

Revista Ciência Geográfica

Ensino - Pesquisa - Método

Corpo de Pareceristas/Referees' Board

1- Fundamentos e Pesquisa em Geografia:

Prof. Dr. Carlos José Espíndola (UFSC/Florianópolis – SC – Brasil)
Prof. Dr. Lucas Labigalini Fuini (IFSP/São João da Boa Vista – SP – Brasil)
Prof. Dr. Ruy Moreira (UFF/Niterói – RJ – Brasil)
Prof. Dr. Zeno Soares Crocetti (UNILA/Foz do Iguaçu – PR – Brasil)

2- Geografia Humana:

Prof. Dr. Edson Belo Clemente de Souza (UEPG/Ponta Grossa – PR – Brasil)
Profª. Drª. Franciele Miranda Ferreira Dias (SEE/Ourinhos – SP – Brasil)
Profª Drª Maria da Graça Mello Magnoni (UNESP/Bauru – SP – Brasil)
Prof. Dr. Nelson Rego (UFRGS/Porto Alegre – RS – Brasil)
Prof. Dr. Ruy Moreira (UFF/Niterói – RJ – Brasil)
Prof. Dr. Wellington dos Santos Figueiredo (Centro Paula Souza/Cabrália Paulista – SP – Brasil)

3- Geografia Física:

Prof. Dr. Alexandre Luiz Rauber (UNIFAP/Oiapoque – AP – Brasil)
Prof. Dr. André Luiz Nascentes Coelho (UFES/Vitória – ES – Brasil)
Prof. Dr. Humberto Alves Barbosa (UFAL/Maceió – AL – Brasil)
Prof. Dr. José Mauro Palhares (UNIFAP/Oiapoque – AP – Brasil)
Prof. Dr. Lucivânio Jatobá (UFPE/Recife – PE – Brasil)
Profª Drª Patrícia Helena Mirandola Garcia (UFMS/Três Lagoas – MS – Brasil)

4- Ensino e Aprendizagem de Geografia:

Prof. Dr. Genylton Odilon Rego da Rocha (UFPA/Belém – PA – Brasil)
Profª Drª Helena Copetti Callai (UNIJUÍ/Ijuí – RS – Brasil)
Profª. Drª Lana de Souza Cavalcanti (UFGO/Goiânia – GO – Brasil)
Prof. Dr. Lourenço Magnoni Júnior (Centro Paula Souza/Lins – SP – Brasil)
Profª Drª Maria da Graça Mello Magnoni (UNESP/Bauru – SP – Brasil)
Profª Drª Silvia Aparecida de Sousa Fernandes (UNESP/Marília – SP – Brasil)
Profª. Drª Sonia Maria Vanzella Castellar (USP/São Paulo – SP – Brasil)
Profª Drª Thiara Vichiato Breda (UNIFEESPA/Xinguara – PA – Brasil)

Corpo de Consultores (ad hoc)

Prof. Dr. Adnilson de Almeida Silva (UNIR/Porto Velho – RO – Brasil)
Prof. Dr. Celbo Antonio Fonseca Rosas (UEPG/Ponta Grossa – PR – Brasil)
Profª Drª Célia Alves de Souza (UNEMAT/Cáceres – MT – Brasil)
Dr. Danton Leonel de Camargo Bini (IEA/Araçatuba – SP – Brasil)
Prof. Dr. Edson Luís Piroli (UNESP/Ourinhos – SP – Brasil)
Prof. Dr. Elvis Christian Madureira Ramos (UFMS/Corumbá – MS – Brasil)
Profª Drª Helena Copetti Callai (UNIJUÍ/Ijuí – RS – Brasil)
Prof. Dr. Ivanilton José de Oliveira (UFGO/Goiânia – GO – Brasil)
Profª. Drª Jeani Delgado Paschoal Moura (UEL/Londrina – PR – Brasil)
Profª Drª Lisandra Pereira Lamoso (UFMS/Dourados – MS – Brasil)
Profª. Drª Lucy Ribeiro Ayach (UFMS/Aquidauana – MS – Brasil)
Profª. Drª Márcia Siqueira de Carvalho (UEL/Londrina – PR – Brasil)
Prof. Dr. Marcos Aurélio da Silva (UFSC/Florianópolis – SC – Brasil)
Profª. Drª Maria José Martinelli S. Calixto (UFMS/Dourados – MS – Brasil)
Prof. Dr. Paulo Roberto Joia (UFMS/Aquidauana – MS – Brasil)
Prof. Dr. Ricardo Castillo (UNICAMP/Campinas – SP – Brasil)
Prof. Dr. Rodrigo Lilla Manzione (UNESP/Tupã – SP – Brasil)
Prof. Dr. Rodrigo Penna-Firme (PUC/Rio de Janeiro – RJ – Brasil)
Prof. Dr. Roberto Braga (UNESP/Rio Claro – SP – Brasil)
Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior (UFPA/Belém - PA – Brasil)

Normas para apresentação dos originais para publicação

1 - A Revista CIÊNCIA GEOGRÁFICA – Ensino, Pesquisa e Método é a publicação eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Bauru – SP. Recebe e publica artigos inéditos e resenhas elaboradas por geógrafos, estudantes de pós-graduação, professores de Geografia da educação básica e superior e ou de ciências afins.
2 - Os artigos serão publicados a partir de revisão realizada dentro das normas técnicas do periódico, podendo conter, no mínimo 10 (dez) e no máximo 40 (quarenta) páginas, incluindo resumos e referências bibliográficas. Os títulos, resumos e palavras-chave dos respectivos artigos deverão vir em língua portuguesa, inglesa e espanhola ou francesa.
2.1 - Os artigos deverão ser revisados por profissional de Língua Portuguesa antes de envio para avaliação e publicação (ENVIAR DECLARAÇÃO EM ANEXO).
3 - A Revista Ciência Geográfica publica artigos em Português, Inglês, Francês e Espanhol sobre Geografia ou de ciências afins dentro das modalidades a seguir:
3.1 - Artigos originais: texto inédito que seja resultado de investigação científica e/ou tecnológica, projeto de qualquer natureza ou notas de pesquisa de campo;
3.2 – Não publicamos artigos oriundos de Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação (TCC). O estudante de graduação, contudo, poderá enviar artigos na qualidade de coautor do texto elaborado por mestres ou doutores que aparecerão como autores principais.
3.3 - Notas de pesquisa de campo: sistematização de dados ou informações inéditas colhidas em campo. Mínimo de 8 (oito) e máximo 25 (vinte e cinco) páginas, incluindo resumos e referências bibliográficas;
3.4 - Artigos sobre Educação: trabalhos de pesquisas desenvolvidos no âmbito da educação básica e superior de Graduação e Pós-Graduação, relacionados com o ensino de Geografia ou de ciências afins;
3.5 - Artigos sobre assuntos relevantes de interesse geral da Geografia ou de ciências afins;
3.6 - Artigos de revisão destinados à apresentação do progresso em área específica da Geografia;
3.7 - Resenhas sobre textos clássicos ou de referência para os estudos de Geografia ou de ciências afins (no máximo de 1.200 palavras);
3.8 - Cartografias, imagens e outras expressões gráficas: mapas, gráficos e outras figuras em que se descrevam a metodologia ou o modo de criação (softwares, técnicas etc.) (no máximo de 1.200 palavras);
3.9 - Artigos didáticos-pedagógicos sobre temas relacionados à Geografia ou de ciências afins, empregados na prática docente, que serão incluídos na seção "A Sala de Aula", sendo no máximo cinco artigos por edição da Revista, com mínimo de 8 (oito) e máximo de 12 (doze) páginas.
4 - Os artigos submetidos deverão ter no máximo 4 autores. Artigos com mais autores serão desclassificados automaticamente.
4.1 - Para a análise, o artigo será encaminhado pelos Editores da Revista aos avaliadores ad hoc, mas sem conter o nome dos autores. Caso existam críticas ou sugestões dos avaliadores, o artigo será remetido pelos Editores ao(s) autor(es) para que se procedam as alterações solicitadas.
4.1.1 - Quando houver referência ao próprio autor, usar-se-á a forma (Autor, ano).
4.2 - Um Autor só pode voltar a publicar na Revista Ciência Geográfica após haver transcorrido seis meses de sua última publicação.
5 - Direitos autorais: Ao submeter um artigo para a Revista Ciência Geográfica, o(s) Autor (es) assume(m) que a contribuição é original e inédita. Que não está em processo de avaliação ou foi publicada em outra revista, no mesmo formato, sem a permissão por escrito dos editores. Quando um artigo com mais de um Autor subentende-se que o responsável pela submissão tem o consentimento dos demais Autores.
6 - A apresentação dos originais deve obedecer, obrigatoriamente, ao que se especifica a seguir:
a) O artigo deverá ser remetido através do site da AGB Bauru no endereço: *https://agbbauru.org.br/sub-artigo* e gravado em formato DOC ou DOCX em quaisquer dos aplicativos de edição de textos a seguir: Microsoft Word, OpenOffice, BrOffice, LibreOffice. A página será de tamanho A4, fonte Arial, corpo 12, entrelinhas com espaçamento 1,5, margens com 2,5 cm e sem número de página;
b) Título em caixa alta e negrito. Subtítulo em fonte de corpo 10;
c) Identificação dos Autores, abaixo do título e dois subtítulos;
d) Referência sobre o(s) Autor(es) no rodapé da primeira página do texto, com Minibio, ORCID e E-mail de cada um;
e) Artigos contendo mapas, figuras ou fotografias só serão aceitos estando essas imagens com resolução mínima de 300dpi (pontos por polegada) e com ampliação na largura das margens do artigo no papel A4 no formato JPG ou PNG. Para verificação, se a imagem ampliada na largura das margens do papel ficar com boa visibilidade e entendimento, poderá ser utilizada;
f) Tabelas e Quadros deverão ter seus dados digitados. Na forma de imagens (escaneadas, fotografadas ou retiradas da internet) não serão aceitas;
g) Notas relativas ao corpo do texto serão identificadas em ordem crescente na sequência da numeração dos autores e serão apresentadas obrigatoriamente ao final do texto, antes das referências bibliográficas.
h) O resumo poderá ter o máximo de 150 palavras; nas palavras-chave, apenas de 3 a 5 palavras.
7 - Idioma da submissão do resumo será obrigatório em três idiomas:
a) em português;
b) em inglês;
c) em espanhol ou francês.
8 - Citações:
8.1 - Todas as citações devem constar o sobrenome do Autor e o ano da publicação (e seguindo as orientações da ABNT 10520/2023);
8.2 - Citações literais devem conter também o número da(s) página(s) onde ocorrem;
8.2.1 - Citações literais de até três linhas serão registradas no corpo do parágrafo, entre aspas e sem itálico;
8.2.2 - Citações literais com mais de três linhas serão registradas com recuo à esquerda de 4 cm, em corpo 11, entrelinha simples, sem aspas e sem itálico.
9 - Referências: As referências bibliográficas (se houver) após o texto, serão registradas em ordem alfabética, obedecendo as normas da ABNT:
9.1 - Livro: SOBRENOME, nomes. Título do livro: subtítulo (se houver). Edição (se houver). Local de Publicação: Editora, ano da publicação. No caso de autoria coletiva, devem constar os nomes do(s) organizador(es);
9.2 - Artigo: SOBRENOME, I. N. A. Título do artigo. Título do periódico, Cidade, volume, número, páginas (inicial e final), mês, ano.
9.3 - Tese/dissertação/monografia: SOBRENOME, I. N. A. Título: subtítulo. Tese/Dissertação/Monografia (Doutorado/Mestrado/Graduação em [Área de Conhecimento]) – Instituto/Faculdade, Universidade, Cidade, ano.
9.4 - Auxílio para a geração das referências nos sites:
https://more.ufsc.br/inicio ou
https://referenciabibliografica.net/a/pt-br/ref/abnt
10 - A ordem de publicação dos trabalhos é de competência exclusiva dos Editores da revista e do conselho editorial. A ordem de publicação levará em conta:
a) data da apresentação dos originais obedecidas as normas acima;
b) temática atual, envolvendo interesse científico, didático, de divulgação, extensão, afinidade com outros artigos e retomada de abordagens dos temas e situações afins;
c) disponibilidade de espaço em cada edição do periódico.
11 - As opiniões expressas nos artigos são de inteira responsabilidade dos respectivos Autores.
12 - Dado o caráter não lucrativo do periódico, os Autores não são ressarcidos pela publicação dos artigos.
13 - Os artigos devem ser encaminhados para o seguinte endereço no site da AGB Bauru, com o preenchimento da ficha: *https://agbbauru.org.br/sub-artigo* .
14 - Em caso de dúvidas pontuais, contatar: *agb@agbbauru.org.br* ou *lourenco.junior@fatec.sp.gov.br* .

15 - ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS SEÇÃO LOCAL BAURU - SP
CNPJ 00.407.524/0001–00
Rua Pedro Oliveira Tavares, 2-148 – Jardim Colonial
Bauru – SP – CEP 17047-595
Fone: (14) 99711-1450 (Prof. Lourenço Magnoni Júnior)

E-mail: agb@agbbauru.org.br
Site: https://www.agbbauru.org.br

ISSN Online: 2675-5122
ISSN-L: 1413-7461

CIÊNCIA Geográfica

ENSINO - PESQUISA - MÉTODO

associação dos geógrafos brasileiros
AGB Seção Bauru